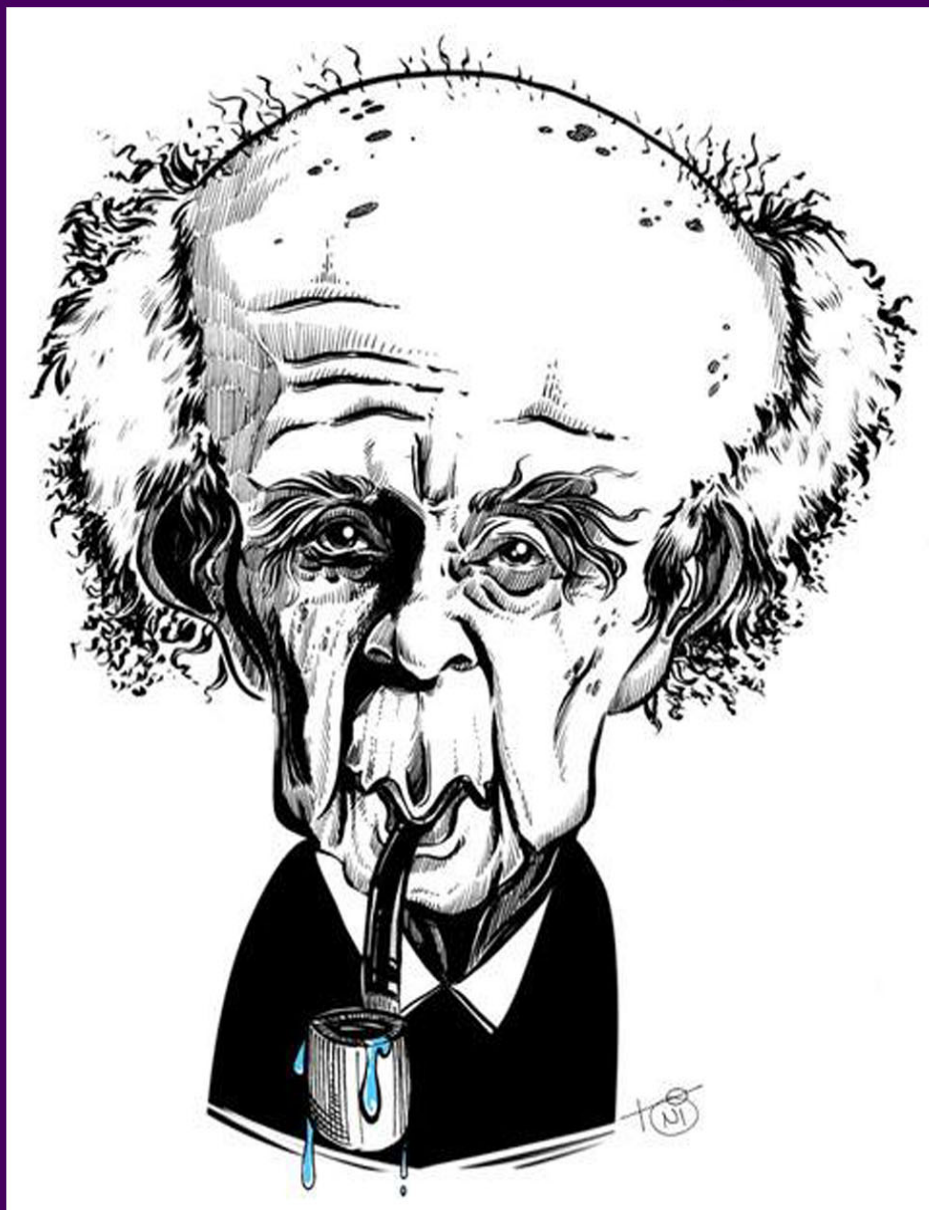


ISSN. 2317-0352

Revista
Café com Sociologia

Vol.6, nº2, mai./jul. 2017.

Revista de Sociologia



Toni D'Agostinho. 2017.

Revista Café com Sociologia - Volume 6. número 2. mai./jul. 2017.

www.revistacafecomsociologia.com

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA

CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Bodart- Editor Chefe

*Amurabi Oliveira
Beatriz Brandão Santos
Bianca de Moura Wild
Gleison Maia Lopes
Jainara Gomes de Oliveira
Jesus Marmanillo Pereira
Leandro Leal de Freitas
Marcelo Pinheiro Cigales
Micheline Dayse Gomes Batista*

*Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Pedro Jorge Chaves Mourão
Radamés Mesquita Rogério
Rafael Balseiro Zin
Rafael Dantas Dias
Roniel Sampaio Silva
Túlio Cunha Rossi
Tupiara Guareshi Ykegaya
Vanessa José da Rocha*

Editoração: *Cristiano das Neves Bodart e Leandro Leal de Freitas*

Suporte técnico: *Roniel Sampaio Silva*

PARECERISTAS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

*Alexandre Barbosa Fraga
Aline Michele Nascimento Augustinho
Aline Ribeiro Quintanilha de Souza
Amanda André de Mendonça
Amurabi Oliveira
Antonio Alberta Brunetta
Arlison Silva de Oliveira
Arthur Costa Novo
Bianca de Vasconcellos Sophia
Bianca de Moura Wild
Camila Craveiro
Carla Rech
Cristiano das Neves Bodart
Daniele de Jesus Oliveira
Denise Alessandra Goulart
Dulcinea Duarte Medeiros
Eden Erick Hilario Tenorio de Lima
Eder Aparecido de Carvalho
Elicardo Heber de Almeida Batista
Evangelina Martich
Fabricio Sousa Sampaio
Ramon Reis
Raoni Borges Barbosa
Renata Andrade de Oliveira
Renato Nunes Bittencourt
Renato Kendy Hidaka
Roberta Carnelos Resende
Rodrigo de Macedo Lopes
Rodrigo Chaves de Mello
Rossana Albuquerque
Sandra Mara Pereira dos Santos
Sheila Accioly*

*Felipe Augusto Franke
Felipe Padilha
Francisco Fagundes de Paiva Neto
Francisco Moreira Ribeiro Neto
Gessika Cecilia Carvalho
Gustavo Martins do Carmo Miranda
Herli de Sousa Carvalho
Iraci Bárbara Viera Andrade
Jainara Gomes de Oliveira
Jean Pierre Chauvin
Jeane Vanessa Santos Silva
Jefferson Virgílio
Jessica Lobo Sobreira
Jesus Marmanillo Pereira
João Roberto Bort Júnior
Jondison Cardoso Rodrigues
José Maria Baldino
Julia Siqueira da Rocha
William Kennedy Amaral Souza
Kirla Korina Anderson
Laura Helena Barros Silva
Silva Vicente Anderson
Suane Felipe Soares
Sullivan Charles Barros
Tânia Welter
Tarcisio Dunga Pinheiro
Tarsila Chiara Albino da Silva
Santana
Tatiana Barbarini
Thiago Bicudo Castro
Lígia Maria de Mendonça Chaves
Incrocci*

*Leandro Leal de Freitas
Lorena Lima de Moraes
Luciana Gomes Ferreira
Luciano Nascimento Corsino
Luis Paulo Cruz Borges
Lygia Bitencourt
Magda Suelly Pereira Costa
Marcelo Pinheiro Cigales
Maria Cristina Giorgi
Maycon Lopes
Mayra Resende Costa Almeida
Milton Bortoleto
Paula Pulgrossi Ferreira
Pedro Henrique Germano
Pedro Jorge Chaves Mourão
Priscila Farfan Barroso
Radamés Mesquita Rogério
Rafael Dantas Dias
Rafael Oliveira
Rafael França Gonçalves dos Santos
Ramon Taniguchi P. Brandão
Tupiara Guareshi Ykegaya
Vanessa do Régio Ferreira
Wagner Xavier Camargo
William dos Santos Melo*

SUMÁRIO

EDITORIAL

Conselho Editorial01-03

APRESENTAÇÃO

Nicole Pontes.....03-06

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

NOTAS SOBRE TRABALHADORES QUE VOLTAM A ESTUDAR EM CURSO SUPERIOR PRIVADO

Regina Magalhães de Souza.....07-19

SOCIOLOGIA E FILME

CULTURA, IDENTIDADE E CORPORALIDADE NA IDADE MÉDIA: uma análise do filme “O Físico”

Virginia Arlinda da Silva Cardoso, Flavia Helena de Faria, Rita de Cássia Pereira Farias20-35

RELATO SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA. Uma análise do filme *Baixio das Bestas* de Cláudio Assis (Brasil, 2007)

Gabriela Scotto, Gabriel Bon Rabello, Fernanda Peres Nicolini36-47

GOFFMAN E OS CONVENTOS: uma análise do filme “As irmãs de Madalena”

Marina Grandi Giongo.....48-56

ARTIGOS

FILME ETNOGRÁFICO E O ESTUDO DO COTIDIANO: o uso de recursos audiovisuais na pesquisa sociológica

Albino Jose Eusebio, Sônia Barbosa Magalhães57-71

A RELAÇÃO “INDIVÍDUO E SOCIEDADE” NA LITERATURA À LUZ DE GOLDMANN, NORBERT ELIAS E BOURDIEU

Luana Goulart Machado.....72-83

DA CATASTROFE À LIBERTAÇÃO: A arte e a brincadeira na obra de Walter Benjamin

Allan André Lourenço84-102

ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DOS CONCEITOS DE HABITUS, CAMPO E CAPITAL CULTURAL

Geraldo Andrade Fagundes103-123

MERITOCRACIA E HERANÇA CULTURAL: uma abordagem sobre a educação pública do Rio de Janeiro

Amanda André de Mendonça, Alana Rafaelle Pereira, Ivan Luis Melo124-146

INSPIRAÇÃO E CRÍTICA: analisando o impacto de Rousseau na teoria de Durkheim.

Bruno Barreiros.....147-160

POKÉMON GO: Um reflexo dos usos e contradições da Internet brasileira

Laysmara Carneiro Edoardo161-190

“FAÇA O QUE VOCÊ AMA”: uma reflexão teórica sobre o desejo e o trabalho no pós-Fordismo

Breilla Valentina Barbosa Zanon191-210

RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, PODER E GÊNERO: a categorização binária dos elementos sociais <i>Talita Gonçalves Medeiros, Joana Maria Pedro</i>	211-228
O ADOLESCENCIA E A FAMÍLIA: Desafios para uma educação sexual dos filhos/as <i>Pedro Wanderson Leite de Oliveira, Francisco Francinete Leite Junior, Francisco Arrais Nascimento</i>	229-249
ENTRE CARREIRAS, PANEIAS E BEBÊS: Patroas e Empregadas e o Espaço Privado do Lar <i>Marusa Bocafoli Silva, Rodrigo Anido Lira</i>	250-262
MULHER NOVA, BONITA E CARINHOSA: uma análise de conteúdo revista Ludovica <i>Kelly Cristiny Martins Evangelista</i>	263-282
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TEMPO E SUA DIFERENCIAÇÃO ENTRE O NORTE E SUL: Uma análise crítica da sua trajetória a partir de Norbert Elias <i>Pedro Uetela</i>	283-298
APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS NA DISCIPLINA SOCIOLOGIA NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL <i>Rafael Ademir Oliveira de Andrade</i>	299-313
COMUNIDADES TERAPÊUTICAS RELIGIOSAS: comparações entre pentecostais e católicos carismáticos <i>Janine Targino</i>	314-334
TRANSFORMAÇÕES MORAIS NO RIO DE JANEIRO E O PROJETO DAS UPPS: uma análise sobre uma região moral no Jardim Batan <i>Ariley Dias</i>	335-353
O AJUSTE FISCAL E A CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF <i>Leonardo de Araujo e Mota, André Monteiro Moraes</i>	354-374
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: em busca de uma trajetória teórica <i>Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva, Antônia Jesuíta Lima</i>	375-397
RESENHAS	
REPENSANDO AS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA CONTEMPORANEIDADE: Alguns Desafios teóricos às Ciências Sociais a partir de “O Clamor de Antígona”, de Judith Butler <i>Marcos de Jesus Oliveira</i>	398-403
BAUMAN E AS MIGRAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS <i>Janaina Santos</i>	404-414
ENTREVISTA	
CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ENQUANTO SUBCAMPO DE PESQUISA: uma entrevista com Anita Handfas <i>Entrevistador: Cristiano das Neves Bodart</i>	415-425



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

APRESENTAÇÃO

A diversidade temática do presente número da **Revista Café com Sociologia** inclui desde o processo contemporâneo de expansão da formação universitária no setor da educação superior privada à análise das modalidades de usos da internet no Brasil. Assim, esperamos abrir para o leitor, uma janela para o espaço amplo de produção sociológica no Brasil contemporâneo, enfatizando sua multiplicidade de objetos e de referenciais teóricos.

No **Relato de Experiência Docente**, temos o relato pessoal de uma docente de Ciências Sociais que leciona no período noturno em uma instituição de ensino superior privada chamando atenção para os elementos subjetivos, afetivos e institucionais da jornada educacional de adultos no Brasil atual.

Na secção **Sociologia e Filme**, apresentam-se três análises de filmes de ampla circulação mercadológica a partir de tendências diversas do arcabouço teórico da sociologia. Em *Cultura, Identidade e Corporalidade na Idade Média*, Virgínia Cardoso, Flávia Helena de Faria e Rita de Cássia Farias discutem o tema da corporalidade, identidade e cultura, salientando como os mesmos podem interferir na forma como os indivíduos reconhecem a si próprios e aos outros. Em *Relato sobre gênero e violência na zona da mata pernambucana*, Gabriela Scotto, Gariel Rabello e Fernanda Nicolini analisam o filme *Baixio das Bestas* de Cláudio Assis focando no gênero e na violência como temas centrais de análise, tendo como pano de fundo a teoria sociológica de Howard Becker. Já Marina Giongo, em seu *Goffman e os conventos*, utiliza-se da abordagem do referido autor para construir um paralelo analítico entre os estudos sobre claustros e conventos de Goffman tendo como objeto de análise o filme *As irmãs de Madalena*.

Em **Artigos**, temos um conjunto de 18 textos que nos brindam com uma variedade de análises e discussões acerca de diversos problemas sociológicos. Iniciamos a secção com o texto *Filme etnográfico e estudo do cotidiano*, de Eusébio Albino José e Sônia Barbosa Magalhães que nos

V.6, n. 2. p. 03-06, mai./jul. 2017.

apresentam uma análise das inter-relações entre o filme etnográfico de exploração e a perspectiva dos estudos sociológicos do cotidiano, marcados pela tradição hermenêutica. Outro artigo presente é o A relação entre indivíduo e sociedade na literatura à luz de Goldmann, Norbert Elias e Bourdieu, no qual Luana Machado busca “perceber a relação de reflexo entre a consciência do grupo social e o imaginário do escritor” através de conceitos encontrados em cada um dos autores escolhidos. Em Da modernidade à libertação, Allan Lourenço propõem uma análise do brinquedo e da arte a partir da crítica benjaminiana à reprodutibilidade técnica, ampliando esse horizonte crítico fazendo recurso a Giorgio Agamben e seus conceitos de profanação e secularização. Geraldo Andrade Fagundes, em Algumas reflexões em torno dos conceitos de *habitus*, campo e capital cultural, analisa alguns dos principais conceitos da obra de Pierre Bourdieu a partir de uma perspectiva do seu papel na problematização da escola como espaço central nas análises sobre educação na atualidade. Ainda sob a influência conceitual de Bourdieu, encontramos o artigo de Amanda Mendonça, Alana Pereira e Ivan Melo, Meritocracia e Herança Cultural que investiga a relação entre o desempenho educacional e a trajetória social de estudantes através de uma pesquisa qualitativa realizada em escolas públicas do Rio de Janeiro.

Sob a perspectiva de discussão de aspectos teóricos da produção do conhecimento sociológico, Bruno Barreiros analisa a influência e as divergências de alguns aspectos da obra de Rousseau sobre a noção de ‘social’ em Durkheim no artigo intitulado Inspiração e Crítica.

Em seguida, apresentando o texto Pokémon Go, Laysmara Edoardo investiga as transformações nas formas de interação com os espaços urbanos em consequência do jogo Pokemon Go e como esse processo revela aspectos da disparidade de acesso à internet na sociedade brasileira contemporânea. Já em Faça o que você ama, Breilla Zanon parte da análise do chavão faça o que você ama para “refletir sobre a necessidade de intensificar o diálogo entre as dimensões simbólicas e materiais sobre a construção das subjetividades e sua relação com o mundo do trabalho dentro do pensamento teórico-social contemporâneo”.

Seguindo para a temática de gênero, Talita Gonçalves e Joana Maria Pedro exploram os problemas relacionados a classificação de elementos sociais a partir da classificação binária de gênero em Relações entre linguagem, poder e gênero. No texto de Pedro de Oliveira, Francisco F. Leite Junior e Francisco A. Nascimento, A adolescência e a família, os autores abordam o papel das relações parentais no processo de educação sexual de filhos e filhas adolescentes, apontando para as dificuldades desse processo nos resultados de pesquisa realizada pelos autores. Com outro enfoque,

mas permanecendo na temática de gênero, Entre carreiras, panelas e bebês de Marusa Silva e Rodrigo Lira, vai explorar como a ausência de igualdade de gênero na distribuição de afazeres domésticos prejudica as mulheres no que diz respeito ao sucesso de suas trajetórias profissionais. Em *Mulher nova, bonita e carinhosa*, Kelly Evangelista segue com a temática de gênero produzindo uma análise do conteúdo e das imagens da revista goiana feminina *Ludovica*, de Goiás, e sua relação com a produção do corpo na sociedade contemporânea.

Inaugurando outro tema, Pedro Uetela apresenta um estudo sobre a produção do conceito de tempo e suas distintas percepções a partir das divisões espaciais entre norte e sul no seu texto intitulado *A Construção Social do tempo e sua diferenciação entre o norte e o sul*. Já Rafael Andrade, busca em *Aprendizagem, Avaliação e Percepção dos educandos na disciplina de Sociologia na modalidade semipresencial*, “investigar a percepção e o perfil do aluno na educação semipresencial que tange aos processos avaliativos, de aprendizagem e concepção do que é educação semipresencial”.

Em *Comunidades terapêuticas Religiosas*, de Janine Targino, temos a análise comparativa das ações terapêuticas de duas comunidades divergentes em termos de seus preceitos religiosos: pentecostais e católicos carismáticos. O texto busca enfatizar como os diferentes aspectos éticos de cada religião influenciam nas formas de auxílio oferecidas pelas duas instituições de caridade. Já *Transformações morais no Rio de Janeiro e o Projeto das UPPS*, de Ariley Dias, enfatiza o conceito de território moral de Robert Ezra Park para buscar compreender como a construção e transformação do espaço urbano afeta as propostas de reestruturação e reordenamento social em uma favela do Rio de Janeiro.

Nos dois últimos artigos, mergulhamos nas análises de aspectos sócio-políticos da sociedade brasileira. Em *o Ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff*, Leonardo de Araújo e Mota e André Monteiro Moraes intencionam “realizar uma análise sociológica da crise do projeto novo desenvolvimentista no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a partir do anúncio das medidas de ajuste fiscal”. Finalmente chegamos a *Programas de Transferência condicionada de renda onde Francisco Gomes da Silva e Antônia Jesuíta de Lima investigam teoricamente como projetos de transferência condicionada de renda transformaram-se, na América Latina dos últimos 30 anos, nas políticas públicas mais relevantes de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social*.

Na seção **Resenhas**, apresentamos Repensando as relações de parentesco na contemporaneidade, onde Marcos de Jesus Oliveira resenha “O clamor de Antígona” de Judith Butler e Bauman e as migrações a partir da perspectiva dos direitos humanos, no qual Janaína Santos Macedo apresenta e discute a última obra publicada de Zygmunt Bauman, ‘Extraños Llamando a la puerta.

Por fim, a edição traz uma **entrevista** realizada por Cristiano das Neves Bodart a professora Anita Handfas, pesquisadora de destaque nacional em se tratando da temática “ensino de Sociologia”. A entrevista levanta questões importantes que nos ajuda a pensar o subcampo de pesquisa “ensino de Sociologia”.

Boa leitura!

Nicole Pontes



NOTAS SOBRE TRABALHADORES QUE VOLTAM A ESTUDAR EM CURSO SUPERIOR PRIVADO

Regina Magalhães de Souza¹

RESUMO

Trata-se de relato pessoal de professora da rede privada sobre a experiência de adultos trabalhadores que voltam a estudar em curso superior noturno de Ciências Sociais, nos anos 2009-2011, na cidade de São Paulo. A autora aponta a importância de voltar a estudar para a subjetividade e ampliação das consciências, e identifica como elementos centrais dessa experiência o esforço para vencer as dificuldades acadêmicas, o exercício do pensamento e da reflexão, o sentimento de desamparo e as manifestações de afeto e alegria.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Trabalhador-estudante. Estudante-trabalhador. Graduação em Ciências Sociais. Imaginação sociológica.

NOTES ON WORKERS RETURNING TO STUDY IN PRIVATE UPPER COURSE

ABSTRACT

This is a personal report of a teacher of the private network about the experience of working adults returning to study at the night course of Social Sciences in the years 2009-2011 in the city of São Paulo. The author points out the importance of returning to study for the subjectivity and expansion of consciousness, and identifies as central elements of this experience the effort to overcome academic difficulties, the exercise of thought and reflection, the feeling of helplessness and expressions of affection and joy.

KEY WORDS: College education. Student worker. Student-worker. Graduation in Social Sciences. Sociological imagination.

¹ *Doutora em Sociologia pela USP e professora da Universidade Nove de Julho.*

A EXPANSÃO DA REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR

A acelerada expansão do ensino superior no Brasil tem se realizado, principalmente, mediante a ampliação das matrículas na rede privada. A partir de 1992, quando se registravam 1.535.788 matrículas nos cursos de graduação presenciais no Brasil (629.662 na rede pública e 906.126 na privada, 41,0% e 59,0%, respectivamente), o número de matrículas cresceu continuamente até atingir 5.115.896, em 2009, numa proporção ainda mais favorável à rede privada, que passou a concentrar 73,6% das matrículas (3.764.728) (BRASIL, 2010, 2012).

Instituíram-se os cursos de licenciatura, de graduação plena, independentes do bacharelado, com duração mínima de 2.800 horas (BRASIL, 2002), o que equivale a um período de três anos para a formação de professores de educação básica. Longe de promover a superação da histórica dicotomia entre bacharelado, que forma o profissional e/ou pesquisador, e a licenciatura, que o habilita para o magistério, a criação dos cursos de licenciatura de três anos parece ter aprofundado a cisão entre as duas categorias de graduados – o bacharel e o professor –, dispensando ao último um período abreviado de estudos (MORAES, 2003).

A partir de 2004, a política governamental dividiu-se entre a ampliação de vagas na rede federal, programas de inclusão e ações afirmativas, de um lado, e os subsídios ao ingresso e permanência das pessoas de baixa renda na rede privada de ensino, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), de outro. Também é possível que o aquecimento do mercado de trabalho e a recuperação salarial, especialmente dos estratos mais baixos, tenham contribuído para a expansão da educação superior privada nos últimos anos (COMIN; BARBOSA, 2011).

Mas os incentivos governamentais, longe de representarem a democratização da universidade à população, indicam a adoção de um modelo de política educacional preconizado pelas organizações internacionais comerciais e financeiras (SILVA, GONZALEZ; BRUGIER, 2008), que se baseia na privatização e no barateamento do "serviço", numa época em que a educação já deixou de ser um "direito" para se transformar, de fato, em "mercadoria". Na competição pelos alunos-consumidores, as organizações² de ensino superior lançam-se no mercado educacional com

² O uso do termo *organização* em vez de *instituição* é proposital. A rigor, falar em instituição particular de ensino superior é uma contradição em termos. A organização, sim, é particular, uma vez que, ao contrário da instituição, funciona sob a lógica instrumental, e sua administração se rege pelos princípios do planejamento, controle, êxito, eficácia e eficiência em atender objetivos particulares. Já a universidade como instituição social é assim definida por Chauí (2001): "Ora, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma *instituição social*, isto é, uma *ação social*, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e V. 6, n. 2. p. 06-19, mai./jul. 2017.

estratégias agressivas de propaganda e gerenciamento de negócios, precarização do trabalho docente e diminuição de custos, em busca da eficiência máxima. Fusões e aquisições favorecem as grandes empresas, de capital aberto e com participação de grupos internacionais, verdadeiros oligopólios, geridos por bancos ou fundos de investimentos e seus executivos profissionais, muito distantes dos objetivos e princípios de formação humana e direitos do cidadão (SOUZA, 2011).

Os “incluídos” não chegam à universidade, no sentido estrito do termo, mas no ensino superior privado – na “facul”, ou “facu”, como se diz atualmente –, encontrando-se, pois, na situação de “excluídos do interior” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1999). Sob a aparência da democratização, o sistema de ensino amplia o “acesso”, mas reserva apenas a alguns a melhor formação (na rede pública), enquanto mantém na rede particular aqueles que continua excluindo. A situação de “excluídos do interior” da escola é uma das manifestações, ainda segundo Bourdieu e Champagne (1999), de uma contradição da atual ordem social:

[...] que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou mesmo políticos, mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro ou da imitação, como se fosse esse o único meio de reservar para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1999, p. 225).

Já o nível médio, que chegou, em 2004, a 9.169.357 matrículas no Brasil, permanecia, em 2009 e 2010, respectivamente, com 8.337.160 e 8.357.675 (BRASIL, 2012). A estagnação do número de matrículas no ensino médio e, ao mesmo tempo, a expansão das matrículas no nível superior sugerem que, além do jovem egresso do nível médio, tem ingressado na educação superior nos últimos anos o adulto trabalhador, que volta a estudar depois de interromper os estudos.

Este artigo pretende levantar algumas notas para investigação sobre as pessoas que: pobres, trabalhadoras, deixaram de estudar em algum momento no passado, mas, na conjuntura de melhoria salarial e incentivos governamentais, conseguem reunir condições financeiras, pessoais, familiares e “logísticas” para dar um passo muito importante para suas vidas e sua subjetividade: voltam a estudar. Aqui serão apresentadas impressões, frutos da observação empírica e assistemática

estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como no de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das ideias de *formação*, *reflexão*, *criação* e *crítica*. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber...” (p. 184-85, grifos da autora).

de alguém na posição de docente no ensino superior privado, de 2009 a 2011, na cidade de São Paulo. Ciente dos riscos dessa perspectiva muito pessoal de observação, passo a narrar, na primeira pessoa, as minhas impressões sobre esses alunos, na expectativa de trazer elementos para futuras investigações e reflexões a respeito.

VOLTAR A ESTUDAR

Em junho de 2008, a Lei Federal n. 11.684 alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a “filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (BRASIL, 2008). No ano seguinte, uma universidade particular da cidade de São Paulo ofereceria vagas, no período noturno, em uma de suas unidades, próxima a terminal de ônibus, trem e metrô, para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, destinado a formar professores de Sociologia para o nível médio.

Formaram-se duas turmas de alunos ingressantes que, em sua maioria, tinham apenas uma vaga ideia do que seriam as Ciências Sociais; alguns supunham estar iniciando o curso de Serviço Social e quase todos não sabiam distinguir a licenciatura do bacharelado. Pensando em fazer um curso superior, entraram no *site* da universidade, que conheciam pelas propagandas diárias na televisão, e escolheram a Licenciatura em Ciências Sociais por causa do baixo valor das mensalidades e porque “tinha alguma coisa a ver com social...”. A maioria não pretendia assumir o magistério (embora muitos o tenham feito nos meses seguintes) e também não esperava um aproveitamento direto dos conhecimentos e do certificado fornecidos pelo curso nos seus empregos e ocupações. É claro, esses ingressantes sabiam da importância da certificação no mercado de trabalho, sentiam as pressões do mercado pelo aumento da escolaridade, mas não tinham uma expectativa de melhoria imediata da sua posição ocupacional em decorrência do diploma de nível superior³. É possível que entrevistas em profundidade (que não realizei) tivessem revelado, para além das aparências, outra ordem de motivações – relacionadas a desejos e necessidades mais ou menos inconscientes – que pudessem explicar a matrícula num curso superior e, especificamente, no curso de Ciências Sociais. Seja como for, eram cerca de 90 homens e mulheres adultos, solteiros, casados, alguns homossexuais assumidos, entre 30 e 60 anos, que haviam parado de estudar ao final do ensino médio. Alguns

³ Por outro lado, alguns alunos galgaram melhores postos nas empresas onde trabalhavam justamente porque estavam fazendo um curso superior. Para grande parte dos alunos, fazer um curso superior também significou a oportunidade de abandonar ocupações rotineiras, mal remuneradas e cansativas para ingressar no magistério na rede pública. Dar aulas em escolas periféricas da rede pública, com todas as dificuldades que isso implica, significou, para muitos, a melhoria significativa de condições de trabalho.

havia deixado a escola já ao final do ensino fundamental, voltado ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, daí, ingressado no nível superior. Uma pequena minoria já era graduada em outras áreas⁴. Posso afirmar que eram pessoas que chegavam à faculdade valorizando a escola e o conhecimento escolar.

Assim, as primeiras aulas do curso foram destinadas a esclarecimentos gerais sobre a profissão do sociólogo, o bacharel, e a distinção entre ele e o licenciado, noções básicas sobre conhecimento científico e sua relação com outros tipos de conhecimento, informações sobre fatos históricos relevantes e assim por diante. Uma infinidade de perguntas, as mais variadas, algumas que pediam respostas sofisticadas, iam sendo formuladas, com uma espontaneidade ímpar, em demonstrações de ávido interesse por um mundo que se abria: Para que serve a sociologia? Qual a relação entre teoria e prática? As pesquisas de mercado funcionam? Marx era conhecido do público na época dele? Como a sociologia pode interpretar as catástrofes mundiais, os *tsunamis*, por exemplo? Como compatibilizar a religião com a sociologia? O que é capitalismo? Socialismo? Marxismo? Positivismo? Liberalismo? Naturalismo? Darcy Ribeiro era sociólogo? E o Fernando Henrique? Betinho? Quem são os grandes sociólogos da atualidade? O Brasil tem algum sociólogo famoso? A USP é mesmo uma boa faculdade?

Tinham em comum uma vida fundada no trabalho, desempenhando funções como ascensorista, motoboy, policial militar, atendente e supervisor de telemarketing, cabelereira, manicure, motorista de ônibus, condutor de trem do metrô, funcionário público, trabalhador da Fundação Casa, agente penitenciário, bancário, trabalhador de organização não-governamental com adolescentes (centros da juventude e semelhantes), cozinheira, pesquisador (coletor de dados para pesquisa de mercado), segurança, trabalhador de escritório, auxiliar de enfermagem, professor, inspetor de aluno e até um coveiro, que não escondia de ninguém sua ocupação estigmatizada. Havia também alguns aposentados, homens e mulheres.

Havia alguns poucos católicos militantes e fiéis de igrejas evangélicas, que defendiam valores familiares tradicionais, o empreendedorismo individual, o recrudescimento da lei penal. A grande maioria não participava de nenhum agrupamento político ou movimento social, mas havia alguns poucos militantes, especialmente de movimentos de moradia, movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes, um ou outro filiado a partido político, além dos membros de grupos de *hip*

⁴ Num grupo de mais ou menos 90 alunos ingressantes, havia sete já graduados: duas professoras de história, uma pedagoga, um professor de educação física, dois formados em filosofia e um bacharel em direito. V. 6, n. 2. p. 06-19, mai./jul. 2017.

hop. Além dos pesquisadores, eram os militantes de partido os mais esclarecidos ou, pelo menos, informados sobre o que se podia esperar de um curso de Ciências Sociais. Vários deles verbalizaram, em algum momento, que estavam lá à procura de um conhecimento teórico que lhes faltava na prática. Já os militantes de movimentos sociais e juvenis, pelo menos no início, estavam à procura apenas do certificado, uma vez que consideravam que o ensino superior pouco poderia acrescentar de significativo ao conhecimento prático que já detinham.

Venciam grandes distâncias todos os dias, de trem, metrô e/ou ônibus, vindos da periferia da cidade e de outros municípios da Região Metropolitana, em direção à “facul”. Na organização de ensino superior particular, não se encontra propriamente uma vida universitária, mas a rotina das aulas. A carga horária em sala de aula, diariamente, das 19h15 às 23 horas, ocupa todo o espaço possível da vida acadêmica. Alunos e professores estão sempre muito ocupados com as tarefas escolares, especialmente, com as avaliações, pelo menos três para cada disciplina, o que totaliza pelo menos 18 por semestre (supondo-se o mínimo de seis disciplinas). Na verdade, tantas avaliações resultam do esforço da organização em oferecer segundas, terceiras, quartas chances para os alunos com desempenho precário e notas baixas. Faz parte desse esforço também a dilatação de prazos, a contínua mudança nos critérios de avaliação, a aplicação de provas substitutivas, enfim, todo um elenco de “jeitinhos” e procedimentos com a finalidade de aprovar alunos com fraco desempenho.

Não há um cartaz, uma chamada para reunião ou evento paralelo. Quase não há eventos fora de sala de aula, tais como debates, seminários, exposições, festas. Na “facul” não acontecem shows, peças de teatro, filmes, exposições. A vida artístico-cultural é completamente inexistente. Por outro lado, os alunos devem cumprir, durante o curso, 200 horas de “atividades acadêmico-científico-culturais”, as chamadas atividades complementares, que consistem na participação (comprovada mediante certificado) em cursos de extensão, seminários, palestras, atividades extra-classe e outros eventos do gênero. Mas o sentido científico-cultural de tais atividades fica comprometido na medida em que elas assumem um caráter instrumental, um requisito entre outros para a conclusão do curso.

O tempo preenchido pelas atividades em sala de aula torna particularmente difícil a livre interação entre os alunos e, mais difícil ainda, a mobilização e a reivindicação coletivas. Além das disputadas cadeiras da “praça de alimentação” – único espaço supostamente possível de convivência, que lembra os *shopping centers* –, não há um banco para se sentar e, muito menos, conversar. Alguns alunos mais jovens desafiam o ambiente despojado e sentam-se no chão dos corredores, mas a maioria vai direto para a sala de aula.

Ao mesmo tempo, com seus horários rigorosamente respeitados, ambiente asséptico e funcional (vidros espelhados na fachada do prédio, nenhuma pichação ou inscrição nas paredes, raríssimos cartazes e avisos afixados, cores neutras, aliás, as mesmas cores e aparência em todos os andares do edifício, praticamente iguais) e com um rigoroso controle de entrada e saída das pessoas por meio de catracas, crachás e um verdadeiro batalhão de seguranças e inspetores de alunos, a "facul" emite a mensagem de que funciona e é organizada. Ao contrário da escola pública que conheceram, cujo ambiente degradado anuncia a situação de esvaziamento da instituição, os novos graduandos encontram uma "facul" onde as aulas acontecem e não há greves, ausências, lacunas, descontrole, espaços não preenchidos e não regulados. Ambiente asséptico, com circulação controlada, e onde há aulas. Este é o modelo oferecido e que se torna a referência de ambiente acadêmico para esses alunos.

A maioria dos alunos não tinha referências sobre a universidade como instituição social. As noções de universidade, faculdade, ensino superior misturavam-se, e, pelo menos no início, esses graduandos não percebiam a hierarquia do sistema e não se localizavam nela. Mas com o passar do tempo, pelos menos alguns foram criando certa consciência da sua posição no sistema educacional, e, ao menos em parte, reconhecendo-se como os membros desprovidos de capital cultural a quem cabe a posição de "excluídos do interior" (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1999) e que interiorizam o "destino objetivamente determinado" (BOURDIEU, 1999). A "opção" por uma faculdade particular mostrou-se como a imposição objetiva da única alternativa possível, tal como diz Bourdieu (1999):

Se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que, nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas, em sua forma e conteúdo, pelas condições objetivas, que excluem a possibilidade de desejar o impossível (p. 47).

Durante todo o curso, os alunos demonstraram enorme interesse pelos temas tratados e, a cada aula, faziam muitos comentários e perguntas (criativas, inteligentes, descabidas, disparatadas, risíveis até), aparentemente sem timidez ou receio de serem mal recebidos pelos professores, revelando grande originalidade de pensamento, forte "desejo de aprender" e muito "apreço pelo conhecimento" (detectados também por KALMUS, 2010). Com isso, tentavam compreender a "matéria", seus conceitos, argumentos, ideias, mas também estavam em busca de uma conexão do conhecimento teórico com a realidade que conheciam. Situações as mais diversas, extraídas da vida cotidiana na metrópole, no trabalho, na família, lembranças de infância, notícias veiculadas pela

mídia eram constantemente trazidas à sala de aula para se defrontarem com as teorias das Ciências Sociais.

Por outro lado, os alunos não dominavam os instrumentos requeridos pelo trabalho intelectual. Uma primeira grande dificuldade colocava-se em relação à leitura e escrita. Mas, no início, muitos sequer tinham a percepção e a consciência de que não sabiam interpretar e produzir textos, dificuldade que foi aparecendo para eles próprios na medida em que as leituras foram sendo solicitadas e as provas, acontecendo. De modo geral, dada essa imensa lacuna na formação, durante os seis semestres de curso, eles efetivamente leram muito menos do que foi solicitado, mas muito mais do que jamais teriam imaginado. Uma segunda dificuldade esteve relacionada à falta de familiaridade com a informática: a maioria não tinha computador próprio, não sabia trabalhar com programas básicos (*Word, Excel*), e estava aprendendo, naquele momento, a navegar pela internet, inclusive enviar e receber *e-mails*.

Aos professores coube o trabalho com alunos extremamente interessados, mas que não conseguiam ler, entender e escrever textos, não sabiam distinguir e selecionar fontes de informação e cuja intensa participação em sala de aula, não raro, ocorria de forma atabalhoada e evoluía para desavenças e agressões entre posições que se confrontavam. De maneira geral, o trabalho docente, diante das lacunas na formação intelectual e da rusticidade de alunos espontâneos e interessados, consiste na explicação, o mais simplificada e exemplificada possível, da “matéria” e num acompanhamento bastante próximo das dificuldades individuais. Por outro lado, não raro, a simplificação da matéria deteriora-se em esquematizações, classificações e formalismos que, longe de ajudarem os alunos nas suas dificuldades, terminam por aumentá-las. Exemplos são os roteiros rígidos para a elaboração de projetos de pesquisa e as temidas regras da ABNT.

A POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DO PENSAMENTO

Aqueles alunos mantinham como experiência central de vida, ou como elemento básico, formador da subjetividade, o trabalho. Extensas e cansativas jornadas de trabalho ocupavam o cotidiano daquelas pessoas, que organizavam suas narrativas, enxergavam a si próprios e interpretavam a vida que levavam sob a perspectiva de suas experiências de trabalho. O valor que atribuíam ao esforço pessoal pode ser um indício da importância do trabalho em suas vidas e na construção de si.

A descoberta da dimensão histórica e social dos fenômenos da divisão do trabalho e da exploração sob o regime do capital foi algo especialmente significativo para a compreensão de

mundo daqueles alunos de Ciências Sociais. A leitura de Braverman (1981), no terceiro semestre do curso, suscitou inúmeros depoimentos confirmando, complementando, atualizando, exemplificando a interpretação do autor sobre os processos de trabalho sob o capitalismo. Foram constantes as tentativas de associação entre a teoria que estava no livro e a experiência cotidiana de trabalho. Naquele semestre especialmente, mas nos outros também, pude perceber como o trabalho se mantém como elemento central de construção dos sujeitos, mas de uma forma ambivalente: o trabalho é uma forma de “ganhar a vida”, principal, se não único, meio de sobrevivência, fonte de conhecimento e oportunidade de experiências formadoras, mas também “se perde muito tempo” trabalhando, pois o trabalho aprisiona, limita, cansa, adoce e “impede a vida”.

Não só as experiências de trabalho foram objeto de reinterpretação. Aqueles alunos, em inúmeras ocasiões, verbalizaram que estavam conhecendo “coisas”, que não sabiam antes, a respeito do “mundo” e da “realidade”, da sociedade, enfim. Talvez a principal descoberta tenha sido a de que existe uma “coisa” (parafrazeando DURKHEIM, 2007) chamada sociedade, que, se não determina os destinos dos indivíduos, ao menos estabelece as condições históricas e sociais das existências individuais.

A descoberta do social possibilitou que aquelas pessoas reinterpretassem suas trajetórias de vida em conexão com a conjuntura histórico-social. Muitos entenderam melhor a si próprios, seus sofrimentos pessoais e seus estilos de vida ao descobrirem a existência do social. Posso citar, entre outros, os casos de um homossexual, “agora mais tranquilo com sua sexualidade”, ou o de uma senhora que havia “se perdoado” por ter parado de estudar quando adolescente, ato que antes creditava à falta de esforço próprio.

Posso afirmar que aquelas pessoas valorizavam o conhecimento escolar, já antes de voltarem a estudar, e quando o fizeram, encontraram o conhecimento, mas também a oportunidade de exercício do pensamento em conexão com a realidade⁵. Em outras palavras, trazendo experiências individuais para a sala de aula, tentaram encontrar significação para eventos, fatos, processos, noções, transformados em objetos de pensamento, passíveis de interpretação. “–Agora que a gente

⁵ Chauí (2001) apresenta a seguinte distinção entre conhecimento e pensamento: “Conhecer é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de ideias que constituem o saber estabelecido. Pensar é enfrentar pela reflexão a opacidade de uma experiência nova cujo sentido ainda precisa ser formulado e que não está dado em parte alguma, mas precisa ser produzido pelo trabalho reflexivo, sem outra garantia senão o contato com a própria experiência. O conhecimento se move na região do instituído; o pensamento, na do instituinte” (p. 59). Sobre as “condições contemporâneas do pensamento”, ver Arendt (1992).

começou a pensar, professora, a gente não pára mais!”, disse uma aluna, percebendo a mudança em si própria e na sua maneira de se situar no mundo.

Sem dúvida, frases feitas, clichês e estereótipos, “pré-noções”, automatismos que impõem e abreviam o percurso do livre pensar, estiveram presentes e muitos deles não foram abandonados. Mas também é certo que aquelas pessoas mostraram uma abertura muito grande para rever posições, reavaliar opiniões e construir outras interpretações possíveis sobre a realidade, além daquelas prescritas pelos discursos do poder. Aquelas pessoas, ou parte delas, pelo menos, conseguiram, mediante o exercício do pensamento, reinterpretar sua posição no mundo, percebendo as conexões entre situações e experiências individuais e conjuntura histórico-social. A minha hipótese é de que isso foi possível porque os discursos do poder contemporâneo, que prescrevem um tipo de relação entre indivíduo e sociedade, não haviam atingido completamente esse segmento *sui generis* da sociedade.

Pessoas pobres, com “dinheiro contado”, tinham acesso apenas parcial ao mercado de consumo e ao modo de pensar propagados pela indústria cultural. Eram adultas, já haviam aprendido a resistir aos apelos da propaganda, não usavam roupas de grife, não navegavam pela internet. Moradores da periferia, mas que, por algum motivo, se mantiveram afastados dos movimentos sociais urbanos, de reivindicação de direitos e dos sindicatos e dos partidos. Mas também não eram tão pobres a ponto de preencherem os requisitos para se tornarem beneficiários de programas sociais, não se tornando objeto, portanto, do discurso das políticas públicas. Ou seja, parece que essas pessoas não foram atingidas, ou totalmente atingidas, pelo discurso do poder que coloca o indivíduo como responsável pela solução dos seus problemas e os da comunidade, transformando a cidadania em “atuação social”, isto é, em atividade e negociação dos indivíduos visando interesses particulares (SOUZA, 2008). O discurso do protagonismo, que nega a existência do social, apresentando a sociedade como um aglomerado de indivíduos particulares em atividade e em negociação entre si, não se mostrou suficientemente integrador a ponto de impedir a descoberta do social e o exercício do pensamento por aquelas pessoas.

Relativamente distantes do individualismo, padronização e coisificação promovidos pela indústria cultural (ADORNO, 1994), distantes tanto das “tradicionais” quanto das “novas formas de política” (SOUZA, 2008), aquelas pessoas não se transformaram em objetos de discurso do poder hegemônico na atualidade, o que lhes possibilitou abertura ao conhecimento e ao exercício do pensamento. Não se trata de afirmar a formação de sujeitos desconectados da ordem simbólica, mas de apontar a não-plenitude do(s) discurso(s) do poder.

O não-alcance, ou a não-plenitude, do discurso do poder pode ser mais bem percebido pelo seu contrário, isto é, alguns alunos – aqueles que já participavam de ONGs e partidos políticos antes de entrarem para a “facul”, portanto, integrados a um discurso – certamente se transformaram durante aqueles seis semestres, mas não abandonaram suas convicções iniciais a respeito da necessidade da atividade individual no âmbito da política pública.

DESAMPARO E AFETO

Simultaneamente ao interesse pelos temas das ciências humanas, à reflexão sobre si e sobre o social e ao esforço para vencer as dificuldades das tarefas escolares, multiplicaram-se as manifestações de afeto. Situações especialmente afetuosas ocorreram entre alunos e aqueles professores que se mostraram dispostos a extrapolar os limites de uma relação estritamente profissional, eu mesma entre eles.

A frequência diária às aulas depois de uma jornada integral de trabalho e o cumprimento das tarefas escolares não são tarefas fáceis para alunos com “tempo curto”, “dinheiro contado” e precária formação anterior, mesmo que muito interessados. A cada frase incompreensível de um texto teórico é preciso muito esforço, mas também muita força emocional para encarar o difícil percurso. Percebi que os alunos precisavam de professores que lhes dessem força e amparo, ou seja, que olhassem para eles, estivessem dispostos a ouvi-los (sobre qualquer assunto), que demonstrassem empatia com sua situação, que compreendessem suas dificuldades, mas que também acreditassem neles, lhes orientassem e dissessem: “-É difícil! Mas fiquem tranquilos! Vocês conseguem!”. Eles precisavam de professores que estivessem com eles, ao lado deles, que lhes oferecessem acolhimento para fazer frente ao desamparo, ao sentimento de solidão de indivíduos que têm que enfrentar, sozinhos, as dificuldades da vida. Os professores que, como eu, fizeram isso, que acompanharam de perto os alunos e tentaram ampará-los, foram retribuídos com sinceras e comoventes manifestações de afeto e alegria.

Sem a intenção de adotar o conceito freudiano, poderia dizer que os indivíduos sofrem de uma espécie de desamparo numa sociedade que exige tudo deles, mas tem pouco a lhes oferecer. As pessoas, como os meus alunos, que, em última instância, contam apenas consigo próprias e seu esforço individual numa situação social adversa, correspondem com muita afetividade ao amparo que recebem e demonstram muita, muita alegria em ampliar horizontes pessoais e intelectuais. O riso, como manifestação de alegria e satisfação e, ao mesmo tempo, de crítica e autocrítica, é particularmente presente, e torna suportável o esforço e as dificuldades escolares.

UMA EXPERIÊNCIA DE AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

E assim transcorreram-se seis semestres de esforço, afetividade e alegria. No último dia de aula, ganhei de um aluno (policial militar) o livro *A imaginação sociológica* (MILLS, 1972): “– Professora, eu já li esse livro, que é muito bom e trata da relação entre biografia individual e momento histórico; como eu sei que você não tem um, eu lhe dou meu exemplar; acho que vai ser útil para você continuar dando aula para os próximos alunos do curso”. Sinceramente agradei, e fiquei me perguntando se o próprio Wright Mills terá presenciado experiências tão intensas de subjetivação e ampliação das consciências⁶.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor W. Adorno*; Sociologia. 2. ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994, p. 92-99.

ARENDT, Hannah. Prefácio; a quebra entre o passado e o futuro. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 28-42.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora; as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis, RJ: 1999, p. 39-69.

BOURDIEU, Pierre e CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 217-27.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Diário Oficial da União, n. 42, 4 mar. 2002, p. 9.

_____. Lei Federal n. 11.684, de 2 de junho de 2008; Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm> . Acesso em: 3 ago. 2009.

⁶ Escrito em junho de 2012, um ano antes das manifestações de junho de 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2010*; divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasília, DF: out. 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Site na internet. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

COMIN, Álvaro A. e BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar; sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, n. 91, p. 75-95, nov. 2011.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 10. ed. Lisboa: Presença, 2007.

KALMUS, Jaqueline. *Ilusão, resignação e resistência; marcas da inclusão marginal de estudantes das classes subalternas na rede de ensino superior privada*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia; entre o balanço e o relato. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, v. 15, n. 1, p. 5-20, abr. 2003.

SILVA, Camilla Croso; GONZALEZ, Marina e BRUGIER, Yana Scavone. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *Banco Mundial, OMC e FMI; o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-143.

SOUZA, Andrea Harada. Da educação mercadoria à certificação vazia. *Le Monde Diplomatique*, 19 dez. 2011. Disponível em: <http://ponto.outraspalavras.net/2011/12/19/da-educacao-mercadoria-a-certificacao-vazia/>. Acesso em: 20 dez. 2011.

SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

Recebido em: 22 de dez. 2016

Aceito em: 06 de jun. 2017



CULTURA, IDENTIDADE E CORPORALIDADE NA IDADE MÉDIA: uma análise do filme “O Físico”

Virginia Arlinda da Silva Cardoso¹

Flavia Helena de Faria²

Rita de Cássia Pereira Farias³

RESUMO

As concepções sobre o corpo e a religião na Idade Média trazem uma inquietação no ser humano, que repercute decisivamente nas atitudes e decisões do povo daquela época, pois a cultura expressava unidade entre corpo e alma e as doenças do corpo eram vistas como castigo para a alma. O presente artigo traz uma análise do filme “O Físico” sob a perspectiva sociológica, tratando de temas referentes à cultura, identidade e corporalidade na Idade Média. O objetivo é mostrar como esses temas podem interferir na maneira como as pessoas veem a si mesmas e aos outros. Os temas abordados ao longo deste estudo refletem o que diversos autores destacam como a socialização do corpo, carregado de significados e funções que se materializam conforme a época e os costumes de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Identidade. Cultura.

ABSTRACT

The conception of the body and religion brings a concern to the human being, which has a decisive impact on the attitudes and decisions of a people and of an era, in which culture was a unity between body and soul and the body diseases were seen as punishment for the soul. This article presents an analysis of the movie “The Physician” from a sociological perspective, dealing with themes related to culture, identity and corporality in the Middle Ages. The purpose is to show how these themes can interfere with the way people see themselves and others. The themes approached along this research reflect what many authors point out as the socialization of the body, imbricated with meanings and functions that materialize according to the time period and customs of a people.

KEYWORDS: Body. Identity. Culture.

¹ Graduada e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa - MG. E-mail: viviecd@yahoo.com.br

² Mestra em Administração pela Faculdade Novos Horizontes, especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de São João Del Rei. Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Conselheiro Lafaiete. Professora credenciada no curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: flaviahfaria@yahoo.com.br

³ Doutora em Antropologia pela Unicamp. Possui graduação e mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: farias.rcp@gmail.com

INTRODUÇÃO

A existência corporal está imbuída no contexto social e cultural de cada sociedade. O corpo é o canal pelo qual as relações sociais são organizadas e vivenciadas. Neste sentido, o campo sociológico se apresenta como possibilidade de entendimento acerca das representações e dos imaginários que os atores constroem acerca do corpo, no âmbito individual e coletivo.

Conforme Le Breton (2007. p. 8), "*o processo de socialização da experiência corporal é uma constante da condição social do homem*". Em outras palavras, a dimensão simbólica do corpo, temática desse artigo, se refere ao sentido produzido por ele, inserindo-o dentro de um espaço social e atribuindo a ele uma dimensão social e cultural. Nesta perspectiva, o filme "O Físico" é uma interessante forma de retratar as imbricações que se estabeleciam entre a cultura, a identidade e corporalidade na Idade Média.

Considera-se que esse filme favorece diferentes "leituras" a respeito de temas relacionados aos aspectos corporais, culturais e identitários, tendo em vista uma série de situações vividas pelos personagens em uma época marcada por tabus, dogmas e controle do corpo, principalmente pela religião.

O filme aborda a incipiente medicina medieval da Inglaterra do século XI, período no qual os curandeiros ou médicos eram chamados de físicos. Neste cenário surge a trama que tem como personagem principal Rob Cole, ainda criança, que trabalha em uma mina de carvão para ajudar no sustento da família. Um dia, ao voltar para casa ele conhece Barber, barbeiro e mágico que ganha a vida fazendo pequenos tratamentos de saúde, mágicas e truques de circo. Rob se encanta com a performance do barbeiro e acredita em suas palavras quando diz que apenas ele pode curar todas as doenças.

Já em sua casa, Rob divide o pão que comprou com a mãe e os dois irmãos mais novos. Neste momento ele percebe que sua mãe não está se sentindo bem. Ao avançar da noite ela fica ainda mais doente e então Rob parte em busca do barbeiro a fim de que o mesmo cure sua mãe. Ao chegarem à sua casa, Rob e o barbeiro Bader encontram um padre que afirmava que a doença da mulher não tinha cura, uma vez que se tratava da "doença do lado" (termo usado para denominar o que mais tarde foi chamada de apendicite aguda). Tal enfermidade assolava muitas pessoas na Idade Média e não existia cura devido às inúmeras limitações impostas àqueles que se dedicavam a tratar os doentes, principalmente as relativas à violação de cadáveres e a falta de conhecimento de como era o corpo humano por dentro.

O garoto pede a Bader que cure sua mãe, mas o barbeiro é repreendido pelo padre, alegando que qualquer tipo de curandeirismo é heresia e que não se deve questionar a Igreja. Por falta de conhecimentos médicos avançados e pelos limites impostos pela religião nada é feito em prol da mãe de Rob, que acaba falecendo. Com isso, ele e seus irmãos ficam órfãos e são separados, sendo entregues às famílias que os queiram criar. Como Rob é o mais velho, ele é relegado pelas pessoas que afirmam não ter como sustentá-lo.

Ao se ver órfão e sozinho, Rob busca abrigo no barbeiro Barber, que também o despreza. Apesar disso, o pequeno menino segue o barbeiro, às escondidas, e quando descoberto implora por acolhida. Muito a contragosto, o barbeiro acolhe Rob e, assim, o garoto cresce sob seus cuidados. Com o passar do tempo, Rob aprende a profissão de barbeiro, principalmente a cuidar de pessoas doentes, tornando-se assim assistente de Barber.

Em uma de suas consultas Rob toca um paciente e consegue pressentir sua morte. Ele conta ao barbeiro sua premonição e é desacreditado pelo mesmo. Quando o paciente é encontrado morto nas ruas de Londres, Rob e Barber são acusados de charlatanismo e de assassinato. Devido a isso, eles são espancados e deixados para morrer. Rob fica por um tempo desacordado e quando recobra os sentidos percebe que o amigo está inconsciente em uma carroça em chamas. Ele resgata Barber que sofre graves queimaduras nas mãos. Por esse motivo o barbeiro fica impedido de exercer sua profissão e então decide deixar Rob realizar as intervenções médicas guiado por ele.

Rob tem a sua primeira experiência médica ao amputar o dedo de um paciente. Ele fica fascinado com o procedimento e se interessa ainda mais pela medicina. Devido ao seu sucesso como substituto, Barber o nomeia barbeiro. Em meio à comemoração da sua nomeação, Rob percebe que a visão do seu mestre está piorando e ele não consegue mais enxergar claramente. Com isso, são informados da presença de um grupo de judeus que realizam cirurgias nos olhos, e assim, Rob encontra um caminho para a cura do amigo.

Os judeus, empregando técnicas modernas de cirurgia, devolvem a visão a Barber gerando um grande interesse, por parte de Rob, pela técnica apresentada por eles. Diante da insistência de Rob e por se sentirem prestigiados pelo grande interesse dele acerca das técnicas médicas, os judeus o informam que tais técnicas são comuns no Oriente e são ensinadas em escolas dedicadas ao ensinamento médico, sendo uma das mais importantes administrada pelo grande Ibn Sina, o mais famoso “médico” do Oriente.

Para aprender com ele, Rob decide fazer uma longa viagem rumo à Ásia e para isso esconde o fato de ser cristão, já que apenas judeus e árabes poderiam entrar na Pérsia. A viagem dura anos

e, ao chegar a Isfahan, cidade persa, Rob fica encantado com o que vê. Quando conhece o grande “hakim” (nome dado os médicos naquela época), Ibn Sina a afinidade acontece de imediato e logo se torna seu seguidor.

A epidemia da peste negra se alastra pela cidade de Isfahan e gera uma grande mobilização na população. Diante do caos causado pela peste se sobressai uma forma construtivista de aprendizagem, não só em relação à medicina, bem como à matemática, retratadas pela construção de um gráfico, que mostra de forma clara e didática, o número de mortos. Embora houvesse esses avanços, o conhecimento médico ainda era limitado devido, em grande parte, às limitações impostas pela religião, uma vez que a inviolabilidade dos corpos proibia a dissecação de cadáveres, (RODRIGUES, 1999).

Na parte final do filme, Rob já insatisfeito em estudar anatomia, apenas em porcos, decide furtar um corpo humano e dissecá-lo. Ao abri-lo percebe as inúmeras diferenças existentes e fica, durante dias, dissecando e desenhando cada parte do corpo, fazendo descobertas importantes para a medicina. O roubo do cadáver é descoberto e Rob é condenado à morte juntamente com seu mestre. Para salvar a vida do mesmo, Rob revela sua verdadeira religião, porém ele é desacreditado uma vez que trazia em seu corpo a marca da fé judaica, que é a circuncisão. Sua morte só é suspensa devido a um ataque de grupos inimigos ao castelo do Shah e à cidade de Isfahan.

Em meio a um ataque externo e vitimado pela “doença do lado”, o Shah, já conhecedor da transgressão de Rob sobre a dissecação, e acometido por essa enfermidade, ordena que ele o opere, uma vez que deveria se apresentar forte e apto para a batalha e defesa do seu reino. Auxiliado por Ibn Sina, Rob realiza a sua primeira cirurgia invasiva, salvando a vida do Shah. Rob recorda da mãe vitimada pela mesma doença e se sente salvando-a também. Devido ao seu trabalho bem-sucedido, o Shah o liberta e oferece escolta para ele e seu grupo fugirem da cidade em guerra.

Rob então ajuda na fuga de um grande número de pessoas, entre eles sua amada Rebecca, a qual conheceu durante o trajeto ao Oriente. Assim, ele retorna ao Ocidente levando sua medicina revolucionária. Com a ajuda de Rebecca e dos judeus que o seguiram até Londres, Rob cria o primeiro hospital nos moldes do Oriente e se torna um grande “hakim”, médico ou físico, naquele local.

Pensar o corpo na perspectiva do filme “O Físico” é pensa-lo como um elemento da cultura e também um lugar onde a cultura expressa as suas marcas, e como tal, ele está sujeito a regras, a códigos, à etiqueta e a tabus. Neste estudo pretendeu-se focar o corpo como um lócus onde os tabus se expressam, tais como: a magreza, obesidade, a orientação sexual, o corpo sarado, dentre

outros. Mesmo após tantos avanços e conquistas da humanidade o corpo ainda continua sendo um tabu em muitos aspectos. A gênese desse tabu do corpo pode estar na Idade Média uma vez que antes desse período, entre os gregos principalmente, o corpo era muito mostrado, exposto. É na Idade Média que se apresenta esse tabu, sobre o auspício da igreja católica. Neste sentido, pretende-se problematizar o cerne, a origem desse tabu do corpo através do filme *O Físico*.

A DOENÇA E O TABU DO CORPO

Ao longo do filme, as fronteiras culturais e o sincretismo religioso vivenciados por Rob materializam-se de diversas formas. Nestas cenas é possível perceber a alteridade que delimita e direciona a produção de sentidos sobre o personagem e sobre a trama. A análise, aqui proposta, se concentra em sequências selecionadas a partir do recorte de situações emblemáticas em que a dimensão simbólica, identitária e cultural acerca do corpo foram observadas.

A primeira cena analisada se desenvolve no interior da casa de Rob, lugar escuro, pouco arrumado e muito simples onde ele e os seus irmãos vivem com a mãe. Essa cena corrobora com as assertivas de Rodrigues (1999), quando destaca que os corpos medievais e seu entorno não se separavam de modo nítido. A casa típica de um camponês era de um único cômodo, no qual as diferentes funções cotidianas se superpunham, ou seja, ali se cozinhava, se dormia, se praticavam relações sexuais, se fazia a higiene corporal, dentre inúmeras outras atividades.

O cenário da casa mostra a mãe de Rob vitimada pela temida “doença do lado”, que não tinha cura e era um mistério para os curandeiros, a igreja católica e toda a população que vivia naquela época. Rob, assustado, procura a ajuda de Barber, um barbeiro, que naquela época podia ser considerado como o “médico do povo”. Como os feudos e reinos eram fechados em si mesmos, neste período era difícil as pessoas interagirem entre grupos de vilas e havia na Europa poucas profissões, mesmo que a necessidade fosse grande. Neste sentido, pouco pôde ser feito pela mãe de Rob, uma vez que os conhecimentos médicos eram limitados e as doenças eram consideradas como meios de purificação da alma.

A igreja católica, nesta época, exercia grande dominação sobre os fiéis e qualquer interferência nas concepções acerca da inviolabilidade dos corpos era punida com a fogueira. Conforme Rodrigues (1999), essa inviolabilidade devia-se à crença da inseparabilidade entre o corpo e a alma. Assim, violar o corpo era violar a alma, algo visto como profano.

Embora as dissecações fossem uma prática constante na Idade Antiga, elas foram proibidas pela igreja católica, sendo suspensas por mais de 15 séculos. Tais práticas só voltaram a ser realizadas

no fim da Idade Média (ECO, 2010). O autor salienta que obstáculos de ordem cultural, ligados ao cristianismo interferiram muito no desenvolvimento da anatomia, principalmente acerca da integridade do corpo em relação ao dogma da ressurreição dos mortos.

Outro aspecto que se colocava era a pouca estima que os barbeiros e cirurgiões possuíam naquela época. Esse fato é retratado em inúmeras cenas ao longo do filme, tais como a cena onde o barbeiro Barber é repreendido por um padre por questionar as convicções impostas pela igreja. Como também na cena em que Rob é condenado a morte por ter violado o corpo de um cadáver e, ainda, no momento em que ele fica constrangido quando é intimado pelo rei a fazer a sua cirurgia visando curá-lo da “doença do lado”.

As cenas do filme nos mostram que *“pensar o corpo é outra maneira de pensar o mundo e o vínculo social; uma perturbação introduzida na configuração do corpo é uma perturbação introduzida na coerência do mundo”* (LE BRETON, 1995, p. 65). Assim, o corpo emergido do universo medieval é um corpo social, cósmico e universal. A aparência e o interior eram indissociáveis, além disso, não existia separação entre o corpo e o restante do mundo (BAKHTIM, 1987). Sob esse ponto de vista, o corpo jamais poderia ser considerado como objeto; para os medievais, a putrefação era continuidade da vida, era húmus. Existiam valas coletivas que ficavam abertas até serem preenchidas por corpos e era comum ter em casa, os corpos em estado de putrefação.

Rodrigues (1999) corrobora os autores supracitados ao afirmar que o corpo medieval formava uma unidade, o espírito e a matéria não se separavam, ou seja: tudo o que se fizesse à matéria era ao espírito que, pelo mesmo gesto, se fazia. Por essa lógica, atribuíam-se sentido à tortura e à dor: a punição sobre o físico era também sobre a alma. Neste mesmo sentido é que se recusava a cremação, repudiava-se a dissecação, a abertura ou profanação do corpo com a finalidade de observação. Neste tempo, o olhar científico pela oposição entre sujeito e objeto de observação não havia ainda conquistado legitimidade social.

Diante dessa concepção que indissociava corpo e alma, a cena da morte da mãe de Rob mostra que não se esperava dos barbeiros que adiassem a morte de uma pessoa, que prolongassem artificialmente a vida. Para as mentalidades medievais isso pareceria uma ofensa à vontade divina, um contrassenso que adia os prazeres do paraíso. Foi apenas por volta dos séculos XVII e XVIII que se desenvolveram mais intensamente o interesse dos indivíduos pelos meios de sentir-se bem, de conservar a saúde, de prolongar a vida e de perceber os sintomas e sinais das doenças. Essa nova concepção do corpo e a possibilidade da dissecação de cadáveres só foi possível após René Descartes

apregoar a separação entre o corpo e a alma, além da aceitação desses como coisas distintas (RODRIGUES, 1999).

IDENTIDADE RELIGIOSA E SUAS IMPLICAÇÕES COM O CORPO

A medicina árabe era, na Idade Média, rica em variantes devido às diferentes tradições das zonas geográficas e da aquisição de técnicas advindas de civilizações antigas, como a persa e a indiana. A medicina religiosa, fundida com algumas concepções da medicina científica apresentaram um notável florescimento nos séculos XIV e XV (ECO, 2010).

Com os estudos proibidos pela igreja católica na Europa, o oriente muçulmano oferecia mais espaço para o desenvolvimento da medicina. Apesar disso, a ciência não poderia se desenvolver livremente, pois a anatomia era ainda desconhecida devido à proibição da dissecação de corpos humanos pelos preceitos religiosos.

Assim, desde o século IV, a igreja católica assentou seu poder para impor seus domínios sobre o pilar político-religioso, sendo a responsável pela diversidade de representações sobre o corpo, existentes durante todo o período medieval. Consequentemente, seus preceitos fizeram surgir uma nova conduta moral nos padrões culturais da época. A importância do estudo deste tema encontra-se na compreensão da dinâmica das representações entre corpo e sociedade das tradições que se seguiram por longo tempo, impondo ao corpo a sua estrutura de comportamento e os limites de sua liberdade. (BAKTIM, 1987). Sob esta ótica procede a análise da segunda passagem do filme.

Rob, agora já adulto e com algum conhecimento da medicina ocidental, se depara com um fato que muda a sua vida. Ao perder a visão, o barbeiro Barber já não pode mais praticar seu curandeirismo. Rob fica sabendo da presença de judeus na região, que praticavam cirurgias de catarata e decide procurá-los para tratar do seu amigo.

Os judeus se divertem com seus questionamentos e zombam dele quando lhes perguntava sobre as técnicas empregadas para a cura da catarata, dizendo que o mestre deles não conta seus segredos. A resistência dos judeus em revelar os segredos da profissão reporta às discussões de Bourdieu (2001) sobre as lutas em torno do monopólio de campos legitimados socialmente, geradores de distinções simbólicas. O autor argumenta que para manter o seu poder simbólico, os grupos dominantes buscam concentrar o poder simbólico nas mãos daqueles que possuem competência social e técnica, bem como recursos materiais e culturais, que garantem o “monopólio dos profissionais”, com oligarquização social e concentração de poder nas mãos de um grupo seletivo.

Visando se inserir em um campo especializado, o indivíduo passará a ser movido pela busca do completo domínio dos elementos que constituem esse campo, do qual atuam um conjunto de agentes especializados. Uma vez inserido nesse campo legitimado socialmente, o especialista passa a ser reconhecido como habilitado a produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens simbólicos que estabelecem a legitimidade desse campo, como acontece com Rob, ao aprender as novas técnicas médicas.

Para manter as distinções simbólicas e a situação de monopólio, a cultura dominante busca unir os seus iguais e integrar os seus membros, ao mesmo tempo em que cria uma distinção que os separa daqueles que lhes são diferentes. Para isso, criam-se uma série de diferenciações entre em termos de qualidades, competências, habilidades, disposições e *habitus*, cujo aparato cultural é dominado apenas pelos conhecedores de seus códigos. Esse movimento de integração e separação legitima as diferenças pela distância que cria entre a cultura dominante dos especialistas e a cultura dos leigos que ficam excluídos desse círculo de saber/poder, tornando-se dependentes dos saberes dos especialistas. Dessa forma, os especialistas existem em um meio social no qual eles próprios são produtos de processos de socialização em que seus “conhecimentos” foram adquiridos socialmente.

Para Bourdieu (2001), o poder simbólico é um poder invisível que opera na construção da realidade e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que o exercem como também daqueles que estão sujeitos a esse poder. O poder simbólico tende a estabelecer uma ordem social e uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências, estabelecendo consenso acerca do sentido do mundo social que contribui para a reprodução da ordem social.

A ingenuidade de Rob é percebida quando ele se considera colega dos médicos judeus por ser barbeiro, mesmo não possuindo os diferentes tipos de capital propostos por Bourdieu.

Quando Barber se recupera da cirurgia e recobra a visão, Rob decide acompanhar os médicos judeus em busca do conhecimento avançado que eles apresentavam. Porém, para acessar o mundo oriental e ter contato com esse conhecimento, o personagem se vê diante de uma difícil decisão: a mudança de identidade, uma vez que católicos não eram aceitos nas terras árabes do oriente.

Rob, mesmo mantendo internamente sua religião decide se fazer passar por judeu, realizando até mesmo a circuncisão (uma operação cirúrgica que remove o prepúcio do pênis por motivos religiosos, realizada por muçulmanos e judeus). Por não ter sido socializado na cultura judaica, é necessário a Rob uma grande atenção e investimento em sua nova corporalidade, para afastar os suspeitos quanto ao seu comportamento e seus modos.

Como parte do investimento em sua performance e, visando ampliar seu estatuto como médico, em uma cena do filme, Rob diz que quanto mais doloroso o tratamento mais o barbeiro é respeitado. Essa cena do filme reporta aos estudos de Goffman (2009) sobre interação social, em que compara a vida humana a um teatro, onde as pessoas estão sempre representando um papel. Dessa forma, suas ações nunca são naturais, mais aprendidas ao longo do processo de socialização. Assim como um ator atua em um cenário e usa um figurino visando transmitir a mensagem, na vida cotidiana, para obter aprovação social e manter as interações sociais, as pessoas recorrem a fachadas, que correspondem a esforços verbais e não verbais para manter uma atitude coerente diante dos outros, preservando as interações. Dentre os artifícios que possibilitariam ao ator realizar a sua representação, Goffman traz o conceito de fachada (ou máscara) definida como *"o valor positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assume durante um contato particular"* (2011, p. 13).

Nesse sentido, o autor aponta dois tipos de fachada, a "fachada pessoal" corresponde aos equipamentos expressivos que o ator cria para si, como parte de sua performance, como a aparência, expressões faciais e os gestuais. Já na "fachada social", busca-se uma integração entre a aparência e gestuais com o ambiente onde a interação ocorre. Ambas fazem parte da busca incansável pela aprovação social com manutenção da interação. Deste modo, o ator busca se apresentar da forma como considera que os outros o vêem em relação com o seu estatuto, atuando de acordo com o que crê que esperam dele.

A "fachada pessoal" criada por Rob se mantém por toda sua trajetória até a longínqua terra de Isfahan. A travessia do deserto se mostra muito difícil e consome as forças de Rob, porém, mesmo com todas as dificuldades, o personagem se mantém firme em seu propósito de buscar novos conhecimentos.

A chegada à Isfahan é marcada por um choque de identidades culturais. Rob se vê em meio a judeus, árabes, dentre outros que apresentam modos diferentes de pensar e agir. Ao ser convidado para conhecer a casa de seu colega judeu, Rob é questionado acerca dos modos como parte o pão e a forma como conduz a oração, demonstrando assim que as diferentes identidades culturais se apresentam em todo o ser, desde suas técnicas corporais às técnicas linguísticas e mentais. De acordo com essa ideia, pode-se afirmar que o processo cultural delimita, em grande parte, como as pessoas escolherão suas formas de manifestarem-se nas mais diversas situações, inclusive, em relação às questões ligadas ao seu corpo (GEERTZ, 2011).

Rodrigues (1975) contribui ao salientar que a identidade de uma pessoa não é uma coisa adquirida ao acaso, ela é ensinada e inculcada na mente do ser humano desde o seu nascimento, que a incorpora, muitas vezes, inconscientemente e a transmite em todas as suas palavras e ações. Neste momento percebe-se a adoção de uma nova identidade cultural, que, conforme Freitas (2016) se trata de um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade.

Diante das mudanças necessárias nas terras estranhas, além da religião, Rob também muda suas técnicas corporais (postura, seus gestos, sua forma de falar, comer, se vestir). As orações, retratadas no filme, exigem toda uma postura corporal, a preparação do tapete, a reverência a Allá ao pôr do sol. A mudança na corporalidade e nos gestuais de Rob mostram as fronteiras simbólicas entre as culturas, nas quais o corpo e seus gestuais configuram-se como um espaço de regras coletivamente institucionalizadas. A inserção de Rob em um novo universo, pleno de significados, reporta à noção de cultura de Geertz (1989), que considera que o “homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tecer”. Como a Cultura para Geertz é eminentemente simbólica, para entender como ela influencia as ações de um determinado grupo, é preciso ater-se às vivências, relacionamentos, ações e interações dos indivíduos no contexto em que elas ocorrem, buscando compreender o simbolismo presente em cada uma dessas ações. Afinal, na visão do autor, a cultura é pública porque o significado é público, construído cotidianamente nas relações sociais e compartilhado no contexto da cultura.

Mauss (1974), contribui com a discussão dessa problemática ao demonstrar as diferentes formas como os homens, de sociedade para sociedade, sabem servir-se dos seus corpos. Neste sentido o conceito de “técnicas do corpo” permite revelar os modos como esse instrumento, que é simultaneamente físico, mecânico e químico, é adaptado e se vai adaptando ao contexto e no contexto social em que se insere.

O corpo atua então como um “suporte de signos” que, segundo Rodrigues (1975), porta em si a marca da vida social, onde é inculcada a preocupação de toda a sociedade em fazer imprimir nele, fisicamente, determinadas transformações, seja arranhando, perfurando, queimando a pele, amputando as unhas, fazendo a circuncisão, dentre tantos outros suportes que se explicam por uma razão particular. Esses rituais que dão aos que praticam o sentido de pertencimento revelam a utilização do corpo como um sistema de expressão. Neste sentido um caminho para compreender

o corpo e as práticas corporais é considerá-los como pertencendo ao universo dos símbolos e da comunicação.

A DISSECAÇÃO DO CORPO

Segundo Le Goff e Truong (2006), a Idade Média é o tempo em que as lágrimas eram “*um dom, o sangue e o esperma um tabu, o riso proscrito e o sonho reprimido*”; o tempo em que os estigmas se imprimiam na carne dos eleitos, o tempo da peste, da lepra; o tempo em que os mortos se misturavam aos vivos, com cemitérios em pleno espaço urbano; o tempo dos monstros, dos corpos com partes hipertrofiadas, deformadas, mutiladas ou deslocadas, dos corpos híbridos. O cristianismo aparece no sentido de trabalhar para eliminar estas práticas e tornar o corpo “liso e impermeável”, sem irregularidades, num processo que procurava separar a dimensão corporal da dimensão sagrada. A renúncia ao prazer e a luta contra as tentações eram reconhecidas e praticadas como meios de libertar a alma da prisão do corpo.

Goffman (2009) nos ajuda a pensar como tais estigmas, entendidos por ele como uma situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena, podia marcar e dificultar o convívio social dos indivíduos. Para Goffman, estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, e tem sua origem ligada à construção social dos significados através da interação. A sociedade institui como as pessoas devem ser e torna esse dever como algo natural e normal. Um estranho em meio a essa naturalidade não passa despercebido, pois lhe são conferidos atributos que o tornam diferente.

Na cultura cristã o corpo não possuía autonomia reconhecida e só era compreendido na sua relação com a alma. O interior e o exterior estavam reciprocamente unidos por relações estreitas e analogias explicativas. O corpo na Idade Média era o lugar do paradoxo por ser a sede do pecado, mas também poderia ser instrumento de redenção e salvação. (LE GOFF e TRUONG, 2006). Assim, a medicina ocidental passou por um período de estagnação na época medieval devido aos dogmas cristãos que impossibilitavam a dissecação, resultando em raros avanços. Assim, o desenvolvimento do roteiro do filme está em consonância com as asserções de Rodrigues (1999) quando afirma que a abertura do corpo humano e a dissecação de cadáveres, para a mentalidade medieval, era uma ação inconcebível, um gesto do mais supremo sacrilégio, corroborando a estagnação da anatomia científica.

Embora os avanços proporcionados pelo grande conhecimento do hakim Ibn Sina tenham revolucionado a medicina oriental, havia ainda muitas dúvidas em relação à composição do interior do corpo, bem como ao posicionamento dos órgãos. Essas dúvidas deixavam-no entristecido e

sentindo-se impotente frente ao desconhecido. Tais sentimentos eram compartilhados por Rob que, ao conhecer um homem doente e que não se importava com o que aconteceria ao seu corpo após a morte, vê a possibilidade de sanar suas dúvidas e inquietações com a possibilidade de abertura daquele corpo. Assim, ao morrer, o homem é recolhido por Rob e levado para uma caverna, tendo então seu corpo dissecado pelo estudante. Rob, se admira com as descobertas e se surpreende com tamanhas diferenças existentes entre a composição e localização dos órgãos no corpo humano em relação aos demais animais estudados e as crenças disseminadas pelos estudiosos ao longo do tempo. Cada parte do corpo era meticulosamente estudada e desenhada, tornando assim uma relíquia para os estudos posteriores da anatomia humana.

Ao tomar conhecimento da abertura de um corpo, realizada por Rob, mesmo o repreendendo, o hakim procura saber todos os detalhes, fazendo com que Rob descreva minuciosamente cada parte do corpo. À medida em que a descrição é feita o mestre se admira e se realiza com as descobertas tão diferentes do que era imaginado.

O roubo do cadáver é denunciado por um dos colegas de medicina de Rob, este é então condenado à morte pelo Shah de Ispahan, juntamente com seu mestre Ibn Sina. Neste período da história, religião e poder eram aspectos inseparáveis na vida dos reis e seus súditos. Os reis persas não se consideravam figuras divinas, mas acreditavam ter o direito exclusivo de utilizar os favores divinos. Além disso, se encontravam em um período conturbado, marcado por revoltas e guerras.

Os governantes deveriam ser fortes, cruéis e ditadores em defesa de um bem maior, que era a sua imagem perante a nação que o seguia e venerava. Nesta perspectiva, diversas são as passagens no filme que mostram tais aspectos, dentre eles estão as controvérsias apresentadas pelo Shah, que se via em constante dilema entre suas convicções pessoais e a identidade de um rei tirano. Mesmo acometido pela doença do lado, o Shah não podia trazer marcas em seu corpo que traduzissem sinais de fragilidade, medo ou dor. Tais insígnias distanciavam o rei do status de ser superior e o aproximava do restante da população. Fatos como estes corroboram os dizeres de Rodrigues (1979) quando salienta que a distância social é um ponto sensível da vida social, porque dá a cada coisa o seu lugar, sendo ela manipulada pelos indivíduos. Estes lançam mão de mecanismos formais e informais que lhes são oferecidos pela própria organização social, de maneira que possam evitar conflitos e ambiguidades no desempenho de seus papéis.

A transgressão de Rob, ao furtar e dissecar um corpo humano, foi decisiva para o avanço da medicina, uma vez que o corpo, até aquele momento, era um mistério, devido à uma organização política em que a igreja e o Estado formavam uma só realidade social. A heresia não era vista pelo

povo apenas como um erro religioso, mas também como um crime contra a sociedade. Era uma ameaça contra a ordem social porque esta se baseava na fé.

No mundo medieval existia uma grande aproximação entre o conceito de Estado com o exercício do poder político, por uma pessoa ou por mais pessoas, as quais realizavam obras, cobravam impostos e usavam a força para defender ou controlar o território e seu povo. Na Idade Antiga Oriental, o Estado apresentava como traço fundamental: a teocracia, na qual o monarca acumulava poderes políticos, religiosos e econômicos. Assim, a contribuição de Rob para a ciência foi ainda mais importante pois sua decisão se colocou contra toda uma cultura vigente na época, transgrediu as leis da igreja e rompeu com os tabus do corpo em prol de um avanço científico, que futuramente viria a beneficiar toda a comunidade ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corporalidade humana e a natureza do homem são, de modo geral, uma contradição: a de ser homem e, ao mesmo tempo um ser da natureza e algo diferente de um animal, ou seja, um ser cultural. O corpo, ao edificar-se em símbolos da estrutura social representa simultaneamente a natureza e a cultura em seus muitos vieses. Ao mesmo tempo exprime o que a sociedade deseja e o que a sociedade teme. O filme destaca a natureza dupla do corpo: pura quando controlada e impura e degradante quando desviante e rebelde. Assim as manifestações corporais são construções culturais nas quais o ser humano é levado a se distanciar de sua natureza animal, renegando os processos orgânicos e as manifestações de vida corporal que não podem controlar.

O corpo humano combina elementos biológicos, psicológicos e socioculturais; é permanentemente afetado pela ocupação, religião, estrutura de classes, grupo familiar e demais fatores da cultura, mesmo que seus usos nos pareçam naturais. Neste sentido apreende-se que a estrutura social se encontra simbolicamente impressa no corpo, sendo que, a atividade corporal nada mais faz, senão a torná-la expressa. Enquanto elemento da cultura, o corpo é mais social que individual, pois expressa os princípios estruturais da vida coletiva. Ele é sempre uma representação da sociedade e do tempo em que se situa. Não há processo exclusivamente biológico no comportamento humano. Como parte do comportamento social, o corpo é um fato social (Durkheim, 2003) que se integra a um fato social maior, onde cada parte depende da totalidade para encontrar seu sentido. As relações dos seres humanos com suas necessidades naturais sofrem a mediação de uma cultura que imprime nela as suas próprias concepções.

Pode-se observar no filme “O Físico” que a cultura, a identidade e corporalidade envolvem um imbricado processo de significação e re-significação, onde a natureza humana é modelada pela cultura, transformando o corpo biológico em um corpo social que se desenvolve conforme um tempo e um lugar no qual ele está inserido.

O filme contribui sobremaneira para a compreensão do papel exercido pela igreja no controle do corpo, especialmente na Idade Média. Esse longo período da história ocidental é considerado por alguns como a época em que houve grandes retrocessos, principalmente nos campos político, econômico e social. A hegemonia da autoridade da igreja inibiu avanços, tanto na filosofia quanto na ciência, além de submeter o corpo a pesadas regras morais.

As abordagens apresentadas ao longo da narrativa representam a base para o entendimento sobre as diferentes concepções de corpo criadas ao longo da formação da sociedade ocidental, visto que as mesmas tendem a explicar melhor e entender como o corpo tomou dimensões importantes na construção social, cultural e histórica da humanidade.

O controle da sociedade sobre os indivíduos começa pelo corpo. Assim, durante a Idade Média, houve um grande desprestígio das atividades corporais, sendo o corpo controlado através de severas práticas religiosas. Ao longo do período medieval, as práticas corporais greco-romanas perderam prestígio e a santidade cristã se tornou, cada vez mais, uma virtude e o conhecimento do corpo um ato pecaminoso para a sociedade.

O corpo, quando considerado sob perspectiva estética, era reflexo do paganismo, ou seja, qualquer preocupação corporal que contrariasse a igreja era proibida, já que a mesma tinha poder para tanto.

Além da igreja, o Estado era também muito forte e centralizador dos conceitos e práticas religiosas, tendo no rei soberano a personificação da vontade divina. Religião e autoridade política se confundiam e justificavam a organização da ordem pública, que, por sua vez, proporcionava também a estrutura institucional e administrativa para as religiões.

Só após a política expansionista iniciada por Roma é que se iniciou uma crise que culminou com o fim do império romano, devido a disputas internas pelo poder, a insubordinação das populações dominadas, a propagação de doenças e, principalmente, a invasão dos povos bárbaros.

A forma de vivenciar as práticas corporais foram se modificando ao longo do tempo, à medida que, tanto o Estado quanto a religião, se adequavam à nova realidade trazida pela modernidade. Porém, até os dias atuais, ainda se percebem tabus culturais acerca do corpo, como os estigmas que recaem sobre o corpo deficiente ou obeso, o controle do corpo em prol da religião

ou dos modelos de beleza calcados do corpo malhado e sarado que trazem doenças como a anorexia e a bulimia e demais práticas sociais e tendências que se inserem com grande velocidade e penetração no cotidiano da população como, mais recentemente, as flagelações corporais propostas por jogos disseminados em redes sociais que ainda controlam e modelam a sociedade.

FICHA TÉCNICA

O Físico (The Physician). Alemanha, 2013. 150 min. Dirigido por Philipp Stolz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIM, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Hucitec: São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo Martins Fontes, 2007.

ECO, Umberto. *Idade Média: bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Dom Quixote: Lisboa, 2010.

FREITAS, Eduardo de. "*Identidade cultural (língua e religião)*"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/identidade-cultural-lingua-religiao.htm>> . Acesso em 24 de novembro de 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LE BRETON, David. A síndrome de Frankenstein. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: . *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp.1974.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé. 1975.

RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

Recebido em: 21 de jan. 2017

Aceito em: 05 de jul. 2017



RELATO SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA: uma análise do filme *Baixio das Bestas* de Cláudio Assis
(Brasil, 2007)

Gabriela Scotto¹
Gabriel Bom Rabello²
Fernanda Peres Nicolini³

RESUMO

Para Howard Becker, romances, estatísticas, histórias, etnografias, fotografias, filmes, e qualquer outra forma pela qual pessoas tentam contar a outras pessoas o que sabem sobre sua sociedade ou alguma outra sociedade são também “relatos sobre a sociedade”. No caso específico do filme (documentários ou de ficção), estamos perante uma forma audiovisual de representação da sociedade através da qual, de forma mais ou menos declarada segundo o caso, o cineasta “fala da sociedade” e propõe uma teoria sobre a sociedade ou sobre um aspecto desta. Estimulados pela proposta de Becker nos interessa neste artigo decifrar a “teoria” e alguns dos supostos sobre as relações de gênero que o filme *Baixio das Bestas* (Brasil, 2007), do diretor pernambucano Cláudio Assis, carrega.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de Gênero. Cultura do Açúcar. Cinema Pernambucano.

ACCOUNTS ABOUT GENDER AND VIOLENCE IN THE
PERNAMBUCO'S ZONA DA MATA: an analysis of the film *Baixio das Bestas* de
Cláudio Assis (Brazil, 2007)

ABSTRACT

For Howard Becker, novels, statistics, histories, ethnographies, photographs, films, and any other way in which people try to tell other people what they know about their society or some other society can be understood as "explanations about society." In the case of films (documentaries or fiction), we face an audiovisual form of representation of society through which the filmmaker seeks to "speak of society" and proposes a "theory" about it or about one aspect of it. Encouraged by Becker's proposal we are interested in this article in deciphering the theory as well as some of the

¹ Profa. Dra. do Departamento de Ciências Sociais (ESR/UFF) e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Meio Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/ESR/UFF). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Imagens e Representações (GEPPIR). E-mail: mgsotto@id.uff.br

² Graduando em Ciências Sociais (ESR/UFF) e integrante do GEPPIR. E-mail: gabrielbonrabello@hotmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais (ESR/UFF) e integrante do GEPPIR. E-mail: fernanda_pnicolini@hotmail.com

assumptions about gender relations that the film *Baixio das Bestas* (Brasil, 2007), directed by Claudio Assis, introduce.

KEY-WORDS: Gender Violence. Sugar-Cane Culture. Pernambuco's Cinema.

INTRODUÇÃO

Este texto surge de uma experiência realizada com estudantes de ciência sociais durante os encontros de um grupo de estudos sobre relações entre poder, imagens e representações, na perspectiva de uma antropologia política do cinema, ocorridos ao longo do segundo semestre de 2016. Após algumas reuniões de caráter mais teórico, sobre cinema, ciências sociais e política, foi proposto que cada um dos integrantes apresentasse ao grupo a candidatura de um filme a ser visto e debatido em conjunto, buscando aplicar os elementos conceituais e analíticos trabalhados ao longo das diferentes sessões. Cada um teve que votar num dos filmes propostos (excluindo o indicado pelo próprio). O vencedor foi o filme brasileiro *Baixio das Bestas*, do diretor pernambucano Cláudio Assis (2007).

A história transcorre num pequeno povoado em torno dos canaviais e das usinas da Zona da Mata de Pernambuco. Auxiliadora, uma menina ainda adolescente, é explorada brutalmente pelo seu avô, Heitor, que a exhibe nua em troca de dinheiro num posto de gasolina cheio de caminhoneiros e trabalhadores dos canaviais. O restante do tempo de Auxiliadora transcorre trabalhando sem descanso para o avô: limpando a casa, cozinhando, passando e lavando roupa na beira do riacho. Simultaneamente, o filme apresenta também a violência sexual contra as prostitutas do local, exercida por jovens de classe média, como Cícero, um estudante universitário da capital que volta para o interior nos finais de semana para farrear com seus amigos nos prostíbulos, no rio e no cinema abandonado. Como pano de fundo, as usinas açucareiras em decadência, os canaviais, as queimadas, os cortadores de cana... e – como fugaz respiro no meio desses cenários opressores – o maracatu rural, como expressão intensa e mágica da cultura popular pernambucana.

O lançamento de *Baixio da Bestas* no Brasil, mesmo tendo sido o vencedor do 39º Festival de Brasília, aconteceu “entre vaias e aplausos” da plateia e despertou muitas polêmicas e críticas (ORICCHIO, 2006). Algumas dessas críticas questionam o diretor, de forma até bastante agressiva, sobre o porquê de exibir cenas de violência contra as mulheres tão explicitamente, chegando a acusar

Assis de “sadismo misógino”⁴. Claudio Assis, quem - conforme André Dib (DIB, 2007) - tem conhecimento de causa para tratar do assunto por ter vivido seus primeiros anos de vida no interior de Pernambuco, nos arredores de Caruaru⁵, reage às críticas com um “Estou aqui para incomodar”, e completa:

Quero que o filme faça as pessoas se mexerem, e que ele fique nas memórias delas. Talvez não mude o modo delas agirem, mas que vai provocar uma reflexão, ah isso vai. (MILANI, 2012).

O sociólogo Howard Becker, no seu livro *Falando da Sociedade. Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social* (BECKER, 2010), lança uma instigante provocação ao se referir a sociólogos e outros cientistas sociais que “gostam de falar como se tivessem o monopólio” do conhecimento da sociedade, e acreditam que o que eles produzem é o único conhecimento real sobre esse assunto. “Isso não é verdade”, afirma Becker e acrescenta:

E eles gostam de fazer a afirmação igualmente tola de que as maneiras que possuem de falar sobre a sociedade são as melhores ou as únicas pelas quais isso pode ser feito de forma apropriada, ou que as maneiras de fazer esse trabalho protegem contra todas as espécies de erros terríveis que poderíamos cometer. (op.cit., p.18)

Para Becker, romances, estatísticas, histórias, etnografias, fotografias, filmes, e qualquer outra forma pela qual pessoas tentam contar a outras pessoas o que sabem sobre sua sociedade ou alguma outra sociedade, são também “relatos sobre a sociedade” (ou “representações da sociedade”) (BECKER, 2010, p.17). No caso específico do filme (documentários ou de ficção), estamos perante uma forma audiovisual de representação da sociedade através da qual, de forma mais ou menos declarada segundo o caso, o cineasta “fala da sociedade” e propõe uma teoria sobre a sociedade ou sobre um aspecto desta.

Estimulados pela proposta de Becker, e levando em consideração as declarações públicas do diretor, que não deixam dúvidas de que com seu filme ele pretende apresentar um relato crítico sobre a sociedade da Zona da Mata pernambucana, de forma a criar desconforto no seu público (igual ao cientista social?), nos interessa neste artigo decifrar a “teoria” e alguns dos pressupostos sobre as relações de gênero que o filme carrega.

⁴ Ver, por exemplo, o artigo (anônimo) publicado na Revista Piauí: “Misoginia e sadismo na Zona da Mata” (REVISTA PIAUI, 2007). Com um tom menos agressivo, no entanto também crítico e problematizador da forma em que se exhibe explicitamente a violência contra as mulheres, ver o artigo de Renato Silveira (2007).

⁵ Conforme informações extraídas da revista digital Papo de Cinema (www.papodecinema.com.br), Cláudio Assis nasceu em Caruaru (PE) em 1959. Iniciou a carreira como ator (Madame Satã e Crime Delicado). Produziu e dirigiu diversos curtas até sua estreia como diretor de um longa-metragem, com Amarelo Manga, em 2002. Após Baixio das Bestas (2007), seu segundo longa, Assis foi diretor e produtor de Febre do Rato (2011) e diretor de Big Jato (2015).

O que um filme como *Baixio das Bestas* nos *relata* sobre a violência dessas relações num contexto rural canavieiro, como o da Zona da Mata pernambucana? Podemos usar o filme como “fonte de conhecimento social” (BECKER, op.cit, p.242)? Em que medida ele desconstrói e questiona aspectos sobre a dominação masculina e a violência de gênero na região ou, como afirmam alguns dos seus detratores, os reforça? Para avançar sobre essas questões propomos, também, um diálogo com outros *relatos*, desta vez sociológicos, sobre a mesma problemática: o apresentado por Pierre Bourdieu no seu livro *A dominação masculina* (BOURDIEU, 2002), e o de Heleieth Saffioti ao abordar, numa perspectiva feminista, o tema da violência de gênero (SAFFIOTI, 2001).

SOBRE O FILME, RETOMADAS E CANAVIAIS

Como qualquer objeto cultural, os filmes só ganham sentido a partir do seu contexto de produção. Sendo assim, é preciso situar, mesmo que brevemente, Cláudio Assis e seu *Baixio das Bestas* no contexto da “retomada” do cinema pernambucano. Neste movimento – sob a influência do *manguebeat* - se inscrevem os filmes de cineastas de Pernambuco realizados a partir de 1997, quando o filme *Baile Perfumado*, de Lírio Ferreira e Paulo Caldas, foi produzido⁶. Muitos dos integrantes do grupo Vanretrô participaram da produção de *Baile Perfumado*, que foi lançado no Festival de Brasília, em 1996, e ganhou, entre outros, o prêmio de Melhor Filme do Júri Oficial. Segundo Paula Gomes, o movimento da retomada, identificado também como Novo Cinema Pernambucano, foi o resultado de um conjunto de fatores: políticas públicas estaduais de incentivo à produção, aprovação de leis que tornaram o audiovisual uma política de Estado, e a mobilização coletiva dos produtores, em intenso diálogo entre si e com os representantes governamentais (GOMES, 2016)⁷.

⁶ A “retomada” está associada a um grupo cujos integrantes se encontraram pela primeira vez no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1983, no curso de Comunicação Social. Conforme relata Samuel Paiva (2008), ali se deu o surgimento do grupo Vanretrô - cujo nome foi concebido como uma contração de uma palavra composta: vanguarda-retrógrada. A ideia do Vanretrô, continua Paiva, era olhar para trás e simultaneamente para frente. Era assumir referências passadas e ao mesmo tempo propor uma estética vanguardista. Foi no ímpeto deste “esforço autodidata”, que Cláudio Assis, então estudante de Economia na mesma UFPE, ganhou um edital da Embrafilme para realizar um curta sobre o padre Henrique, assessor de Dom Helder Câmara, que fora assassinado pela repressão política em 1969 (PAIVA, 2008).

⁷ Paula Gomes menciona alguns exemplos de filmes do Novo Cinema pernambucano: *O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas* (Paulo Caldas e Marcelo Luna, 2000); *Amarelo manga* (Cláudio Assis, 2003); *Cinema, aspirinas e urubus* (Marcelo Gomes, 2005); *Árido movie* (Lírio Ferreira, 2005); *Baixio das bestas* (Cláudio Assis, 2006); *Deserto feliz* (Paulo Caldas, 2007); *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (Karim Ainouz e Marcelo Gomes, 2009), entre outros (GOMES, 2016). Uma boa e completa seleção de filmes, com sua correspondente ficha técnica, pode ser encontrada na página de internet do ciclo de cinema “O Novo Cinema Pernambucano” (<http://culturabancodobrasil.com.br/portal/o-novo-cinema-pernambucano>).

Não há consenso sobre a unidade estilística e política deste “movimento”, no entanto parece ser possível identificar um número expressivo de filmes que têm em comum a busca pela constituição de um pensamento imagético a partir do Nordeste brasileiro. Baixo das Bestas pode ser inscrito nesta tendência (VIEIRA e LIMA, 2012). Para Vieira e Lima (op.cit.), Assis, inclusive, sugere novas abordagens que rompem com as representações anteriores de Nordeste idealizado “como um espaço de pureza e reconciliação da história”. Para os autores acima citados:

A afirmação de um mundo abjeto é marcante na operação construída por Assis em seu cinema. Desde Amarelo manga (2003), era possível identificar uma preocupação em abordar os espaços a partir da temática da sexualidade e da violência. A encenação estabelece o choque sexual entre os personagens e a estrutura narrativa pontua a deriva dos personagens, rendidos ao sistema opressor. Essa abordagem temática de Assis tem aliado-se a uma estética com preocupações plásticas marcantes. A ideia de um mundo marcado pelo abjeto é feita de forma fluida, com iluminação bem estudada e cenografia preestabelecida. Devem-se problematizar as implicações que essa imagem plástica do abjeto tem no sentido político e no âmbito da reflexão sobre o estado das coisas. Insere-se aqui a reflexão sobre a expressão da perda de utopias no cinema e a construção de obras que já não apontam destinos certos, mas afirmam a incerteza diante da violência no mundo. (VIEIRA e LIMA, 2012, p.57)

Mundo atravessado pelo “abjeto”, cinema sem utopias, incertezas diante da violência do mundo... são essas as marcas estruturantes do *relato* de Assis sobre o mundo social representado em Baixo das Bestas. Mas especificamente sobre qual mundo social é o *relato*?

O filme se inicia com uma cena do filme Menino de Engenho (1965) dirigido por Walter Lima Júnior, com roteiro baseado no romance Menino de Engenho, do escritor paraibano José Lins do Rego (1901 - 1957), considerado um dos principais representantes do regionalismo nordestino que retrata o chamado ciclo da cana-de-açúcar. É também revelador da perspectiva social do Baixo das Bestas o fato do diretor ter escolhido uma parte do filme do Walter Lima Junior na qual, acompanhando as imagens em preto e branco de engenhos decadentes, uma cadenciosa e grave voz em *off* recita estrofes do poema O regresso de quem, estando no mundo, volta ao sertão do, também pernambucano, Carlos Pena Filho:

Outrora, aqui, os engenhos
recortavam a campina.
Veio o tempo e os engoliu
e ao tempo engoliu a usina.

Um ou outro ainda há que diga
que o tempo vence no fim:
um dia ele engole a usina
como engole a ti e a mim.

Entendemos que o prólogo do Baixo das Bestas é fundamental para decifrar seu relato: um “mundo” estruturado social, econômica e culturalmente em torno da cana-de-açúcar, um mundo onde o “arcaico” passado dos engenhos cedeu seu lugar ao “moderno” – embora já decadente - presente das grandes usinas empresariais. É esse mundo “de bestas” onde se inscrevem as formas

V. 6, n. 2. p. 36-52, mai./jul. 2017.

estruturais da violência contra as mulheres, da pobreza dos trabalhadores, e da degradação ambiental, que o filme, sem trégua, expõe. As explícitas e violentas cenas de estupro ocorrem à noite, com o fogo vermelho das queimadas ardendo no fundo; Auxiliadora, andando pelo caminho de terra, com a trouxa de roupa na cabeça, rumo à cidade, se cruza constantemente os trabalhadores, pobres e silenciosos, cortando cana com seus facões. Nos diálogos - onde a câmera foca nos que conversam (as prostitutas no prostíbulo, o avô com um vizinho, etc.) - sempre é possível perceber em algum setor do quadro, os caminhões carregados de cana de açúcar ou as retroescavadeiras arrancando plantas e terra. Em termos cinematográficos, Vieira e Lima observam:

Há todo um conjunto de relações, que são articuladas pela intervenção da narrativa cinematográfica e postas em contato pela montagem, que alterna situações, desloca espaços e induz a percepção da simultaneidade de tempos. Para fazer um inventário do amplo universo que pretende traduzir em imagem, Cláudio Assis não conta particularmente uma história, mas flui sua câmera pelos lugares da zona da mata nordestina, entre o cinema onde ocorrem orgias e o posto onde Auxiliadora é exposta, entre as plantações de cana e as preparações para a apresentação do maracatu popular em Recife. A comunidade vista no filme é retratada a partir dessa lógica de panorama, no qual as transformações do contexto econômico de extração canavieira são pano de fundo para as microssituações vividas pelos personagens. (VIEIRA e LIMA, 2012, p.60)

Interpelado, durante uma entrevista, sobre se a escolha do “cenário” foi a forma de o filme se inserir na discussão sobre o Brasil e os biocombustíveis, Cláudio Assis respondeu categórico:

A história da cana-de-açúcar se confunde com a do Brasil. Foi nossa primeira cultura para exportação. Ela é um câncer da terra e das relações humanas. Bush manda fazer e vamos fazer? Perpetuar mais séculos de miséria para o povo? É isso? É uma pergunta que faço. Ele está sendo garoto-propaganda do meu filme, porque é a própria encarnação da besta-fera. (ARANTES, 2007)

Partindo desta “lógica de panorama” apontada acima, Baixio das Bestas pode ser descrito também como um *relato* que trata de dominação e da violência de gênero⁸ desse mundo social contra as mulheres.

SOBRE DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pierre Bourdieu vê na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência de uma submissão paradoxal, resultante do que ele denomina de violência simbólica:

⁸ Para Saffioti (2001) a “violência de gênero” é um conceito mais amplo do que “violência contra as mulheres”, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Mesmo que a violência no filme seja principalmente contra mulheres, achamos importante alargar sua definição na medida em que Auxiliadora é uma menina.

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p.4)

Baixio das Bestas nos apresenta um cenário onde a violência simbólica, "suave, insensível, invisível", pareceria ceder seu lugar a uma violência brutal, sensível (física e moralmente) nos corpos das mulheres que a padecem, e bem visível, perante elas mesmas, claro, mas também perante outras testemunhas oculares (incluídos a câmera e os espectadores). Isso distancia o relato de Assis do de Bourdieu? Para Heleieth Saffioti (2001), reconhecer a violência na sua dimensão "real" não implica negar sua dimensão simbólica como elemento importante na sua configuração. No entanto, não é suficiente. No exercício da função patriarcal⁹, nos diz Saffioti, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. (SAFFIOTI, 2001, p.115-6)

Em síntese, para Saffioti, a violência de gênero não ignora a dimensão simbólica da dominação masculina, na medida em que a violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conforme a hierarquia patriarcal. O que não significa, enfatiza Saffioti, postular qualquer tipo de cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres¹⁰, mas chamar a atenção a sobre como o poder masculino atravessa todas as relações sociais e transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (SAFFIOTI, op.cit., p.118-19). Ou, voltando às palavras de Bourdieu:

⁹ Essa "função patriarcal" também pode ser exercida por mulheres, como é o caso, no filme, da violência exercida pela cafetina do prostíbulo contra as prostitutas. O poder é atribuído à categoria social "homens", podendo cada exemplar desta categoria utilizá-lo ou não, ou ainda delegá-lo (SAFFIOTI, 2001).

¹⁰ A relação avô-neta que o filme aborda, por exemplo, pode ser definida nos termos de Saffioti, como uma relação de "exploração-domação" na medida em que evidencia um processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a dominação masculina e a exploração econômica.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 2002, p.9)

Cabe adiantar (voltaremos sobre isto) que talvez um dos incômodos que produz *Baixio das Bestas* não derive apenas das cenas de violência explícita, física e direta sobre as mulheres, mas da representação delas (*Auxiliadora*, a mãe do estudante Cícero, as prostitutas) como extremamente “dominadas”. Por outra parte, se como observa Bourdieu, o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes, o *Baixio das Bestas* pareceria reforçar a imagem de um mundo sexualizado dicotomicamente (masculino-feminino) onde “os corpos” inscrevem as relações de gênero sobre as diferenças sexuais. Nesse contexto, observa Bourdieu:

...a virilidade, e seu aspecto ético mesmo, isto é enquanto quiddidade do vir, *virtus*, questão de honra, mantem-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual - defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. - que são esperadas de um homem que seja realmente homem. (BOURDIEU, 2002, p.40)

No filme não há nenhuma cena de sexo sem violência. São cenas que retratam uma “virilidade” que se exerce através do estupro, da violência de gênero, e da exploração econômica de seus corpos. No caso da menina *Auxiliadora*, vemos seu corpo transitar do lugar de objeto de exibição para o consumo visual (*voyeurismo*), para o de objeto de posse violenta (estupro). O estudante Cícero, que no começo do filme dá mostras de certa “sensibilidade” amorosa perante o corpo nu, exposto, da menina *Auxiliadora*, acaba tomando posse desse corpo mediante o estupro. Nesse sentido, interpretamos o filme *Baixio das Bestas* como um *relato* sobre a violência de gênero e a “virilidade” num mundo social dominado pela monocultura do açúcar.

REFLEXÕES FINAIS

Como mencionamos anteriormente, incomoda a sensação de que à personagem *Auxiliadora*, assim como a todas as mulheres que são retratadas no filme, só lhes é oferecido o lugar da passividade e da dominação-exploração. Nisto concordamos com Maria Alice Gouveia quando observa que o filme parece fomentar a imposição de uma imagem feminina “silenciosa, passiva e submissa” (GOUVEIA, 2009). Iluminação e posição da câmera contribuem para gerar essa perspectiva. Se a iluminação carregada de amarelo contribui para criar um clima de opressão e

"sujeira", por sua vez, a posição da câmera, sempre distante da Auxiliadora, sem nenhum *close*, nem aproximação, observa Gouveia, esconde qualquer possibilidade de revelar emoções e construir a subjetividade do personagem em foco, ausente, portanto, no filme. Apesar de "fazer pensar", continua Gouveia, o filme reproduz a ideologia patriarcal. O que, somado à beleza estética do filme e sua excelente fotografia acaba, segundo essa autora, apresentando uma "estética do perverso" (GOUVEIA, 2009, p. 110-1).¹¹

A "teoria" do filme nos parece carregar uma concepção sobre a sociedade patriarcal nordestina, associada à cultura do açúcar, na qual – como já vimos – as relações são de exploração e dominação (de trabalhadores e de mulheres), mas sem lugar para a contestação da "ordem", a resistência social, nem para conflitos sociais.¹² Representação do mundo social que, ao nosso ver, somente é desafiada na misteriosa cena do filme quando o maracatu rural irrompe no lar da Auxiliadora libertando-a do avô, símbolo da opressão patriarcal.

Pierre Bourdieu e Heleieth Saffioti concordam, sem dúvida, em que há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. Os dominados sempre têm "uma possibilidade de resistência contra o efeito da imposição simbólica." (BOURDIEU, 2002, p.7). Ao que Saffioti acrescenta:

Graças a isto, mulheres podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas se abate e milhões delas têm procedido desta forma. Não apenas no que concerne às relações de gênero, mas também atingindo as interétnicas e as de classes, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito. (SAFFIOTI, 2001, p.120)

Contudo, será que a opção de Assis de negar agência política a suas personagens implica a de negar agência política a quem assiste ao filme? Acreditamos que não. Nessa mesma direção aponta Gouveia quando conclui que:

... a estetização de cenas perversas incita o espectador comum a ter um olhar ativo a partir da mobilização de desejos primários, contrariando a tradição de um cinema contemplativo que forma um público submisso, passivo. (GOUVEIA, 2009, p.111).

¹¹ No entanto, talvez possamos pensar certa quebra (só "certa"...) desse lugar de passividade quando, após a "morte" do avô ocorrida no ritmo mágico do maracatu, ela aparece - já quase no final do filme -, sentada num bar bebendo cerveja com um homem, livre da dominação-exploração familiar, e pela primeira vez é mostrada pela câmera, trabalhando como prostituta. Não temos condições de aprofundar aqui esta dimensão, mas pensamos que embora a atitude da Auxiliadora lhe restitua uma agência, cabe se perguntar se não é apenas um deslocamento da dominação-exploração na modalidade para outra. É essa a única alternativa para as mulheres que querem fugir da violência doméstica que o Baixio das Bestas propõe?

¹² Sabemos, porém, que existem espaços de resistência. Ver, por exemplo, o caso das mulheres trabalhadoras rurais que em 2013, no dia internacional das mulheres, 8 de março, ocuparam a Usina Maravilha, localizada no município de Condado, no norte do estado.

Ivana Bentes (2007) aborda a "estetização da violência" no cinema brasileiro dos anos 1990. Bentes levanta as seguintes questões, que ela identifica como sendo tanto da ordem do ético, como do estético. Em termos da primeira, a questão ética consiste em:

... como mostrar o sofrimento, como representar os territórios da pobreza, dos deserdados, dos excluídos, sem cair no folclore, no paternalismo ou num humanismo conformista e piegas? (op.cit. p.244).

Em termos da segunda dimensão, ela se pergunta como o espectador pode ser levado esteticamente a compreender e experimentar a radicalidade de fenômenos sociais tais como a fome e a exclusão?

Se o Cinema Novo esteve marcado pela "romantização da miséria" e, ao mesmo tempo, por uma "pedagogia da violência", no contexto do cinema contemporâneo o retrato da miséria e a pobreza nas favelas são os pontos de partida para uma situação de impotência e perplexidade.

A maioria dos filmes, acrescenta Bentes criticamente, não relaciona nem a violência e nem a pobreza com as elites, a cultura empresarial, os banqueiros, os comerciantes, a classe média, e aponta para um tema recorrente: o espetáculo do extermínio dos pobres se matando entre si. Embora Bentes se refira aos filmes contemporâneos que abordam o tema dos sertões e das favelas, pensamos que as questões que o artigo levanta servem também para interrogar a abordagem do Baixo das Bestas. Como "falar" da violência de gênero na zona da mata pernambucana levando em conta as questões éticas e estéticas levantadas por Bentes? Se por um lado, coincidimos em que o filme nos deixa apenas como espectadores mudos de uma violência sem saída, por outro há que reconhecer que Assis se arrisca ao associar as causas dessa situação ao sistema excludente do agronegócio contemporâneo que se assenta nas "arcaicas" relações patriarcais associadas ao sistema das *plantations* de cana açúcar.

Para concluir, retomamos o desafio lançado por Howard Becker: pensamos que o *relato* de Assis se aproxima, sim, de um relato sociológico, na medida em que propõe ao usuário uma relação entre o visível e suas causas subjacentes. No caso de Baixo das Bestas, se estabelece uma relação entre violência de gênero, dominação e estrutura socioeconômica. Relatos sociológicos e relato fílmico se encontram na explicitação do não dito. Como ambos tipos de relatos produzem o incômodo e nos obrigam a sair da nossa zona de conforto, eles também se aproximam. Nesse sentido, as ciências sociais e filmes como Baixo das Bestas, - que quebram a ilusão do senso comum e falam criticamente das desigualdades e da dominação -, são capazes de estimular a mobilização política de "comunidades morais", no sentido empregado por Becker (2010) que se identifiquem com o denunciado.

Filme analisado: Baixio das Bestas. Brasil, 2007, 80 min. Dirigido por Cláudio Assis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Silvana. Baixio é sobre impunidade, diz diretor. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1105200707.htm>> . Acesso em 22/02/17.

BECKER, Howard. *Falando da Sociedade. Ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. *ALCEU*. Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v8, No.15, pp. 242-255, jul/dez 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DIB, André. Baixio das Bestas, um filme amargo como cachaça. *Blog Overmundo*. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/baixio-das-bestas-um-filme-amargo-como-cachaca>>. Acesso em 05/02/17.

GOETHE-INSTITUT. Imagens do Açúcar. *Projeto A Rapadura e o Fusca – Cana, Cultura, Sociedade*. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/sab/prj/rap/cin/ptindex.htm>> . Acesso em: 20/02/2017.

GOMES, Paula. O novo cinema de Pernambuco. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, pp. 58-60, 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100017&nrm=iso> . Acesso em: 24/02/2017.

GOUVEIA, Maria Alice L. de. *A construção do protagonismo feminino no cinema pernambucano na contemporaneidade. Uma análise sobre o Édipo, a perversão e a prostituição na construção do imaginário sobre a mulher pernambucana*. 2009, 123 folhas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Comunicação, UFPE. Recife.

MILANI, Robledo. Baixio das bestas – Crítica. *Blog Papo de cinema*. 14/05/2012 . Disponível em: <<http://www.papodecinema.com.br/filmes/o-baixio-das-bestas>> . Acesso em 05/02/17.

ORICCHIO, Luiz Fernando Z. O polêmico Baixio das Bestas vence em Brasília. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 de Novembro de 2006. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/title-91/>>. Acesso 05/02/17.

PAIVA, Samuel. Do curta ao longa: relações estéticas no cinema contemporâneo de Pernambuco. In: HAMBURGER, et al (orgs.). *Estudos de Cinema*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Socine, 2008.

REVISTA PIAUI (sem autor). Misoginia e sadismo na Zona da Mata. *REVISTA PIAUI*, Maio de 2007. Disponível em:< <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/misoginia-e-sadismo-na-zona-da-mata/>> . Acesso em 05.02.17.

SAFFIOTI, H Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, No. 16, pp.115-136, 2001.

SILVEIRA, Renato. Baixio das Bestas. *Cinematório*. 28 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.cinematario.com.br/2007/06/baixio-das-bestas/>> . Acesso em 05/02/17.

VIEIRA, Marcelo e LIMA, Érico. Baixio das bestas e Árido movie: entre a “podridão do mundo” e as perspectivas de mudanças. *Significação. Revista de cultura audiovisual*. Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, nº38, Ano 39, pp. 54-85, 2012.

Recebido em: 21 de jan. 2017

Aceito em: 05 de jul. 2017



GOFFMAN E OS CONVENTOS: Uma análise do filme “As irmãs de Madalena”

Marina Grandi Giongo¹

INTRODUÇÃO

A obra de Erving Goffman é marcada por diversos estudos que se ocuparam de analisar a psique e a identidade de pessoas que fogem às expectativas sociais de normalidade. Uma delas é a obra “Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1975), em que o autor realiza um apanhado histórico sobre o significado da palavra, elaborando toda uma teoria para explicar os mecanismos de exclusão e isolamento a que estão sujeitas determinada categoria de indivíduos.

Porém, pouco antes de “Estigma”, Goffman debruçou-se em outro importante projeto de sua carreira, dedicando-se a sistematizar os processos e características implícitos ao cotidiano das chamadas instituições totais, trabalho etnográfico que culminou com a publicação de “Manicômios, Prisões e Conventos” (1974).

Em virtude do vasto campo de possibilidades que a obra de Goffman oferece a qualquer pesquisadora, o recorte temático do presente artigo ficará circunscrito aos **aspectos relacionados ao quinto grupo**, ou seja, àqueles estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, ou ainda operando como locais de instrução e confinamento religioso. Dentre essas organizações, podem ser citadas as abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (GOFFMAN, 2003, p. 16-17).

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Especialista em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Jurista graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS) e Especialista em Direito de Família e Sucessões pela PUCRS. E-mail: marinagiongo@hotmail.com.

No interior desse universo, também pleno de caminhos para serem explorados, buscou-se restringir ainda mais o enfoque, concentrando-nos no histórico milenar de repressão feminina no seio das instituições católicas. Inicialmente, o estudo será conduzido de modo a realizar uma breve releitura a partir do olhar de Goffman a respeito dos conventos e claustros, para em um segundo momento, expor um caso nítido de abuso de poder institucional cometido contra mulheres, conectando elementos do livro a partir da análise crítica do filme “The Magdalene Sisters” (2002).

De produção inglesa/irlandesa, é narrada a história real dos Lares Madalena, uma rede de lavanderias vigente na Irlanda entre 1922 e 1996, ano em que a última casa foi interdita. O filme causou forte repercussão à época do lançamento, uma vez que denunciou ao mundo o regime de exploração e maus-tratos, marcado por constantes abusos de ordem física, psicológica e sexual contra as residentes – ou penitentes, como eram chamadas. Essa organização, comandada por quatro comunidades religiosas (Irmãs da Misericórdia, Irmãs da Caridade, Irmãs do Bom Pastor e Irmãs da Nossa Senhora da Caridade) tratava-se de uma instituição que, além de visar o lucro, constituía um dos principais mecanismos de repressão legitimados pela sociedade. Com a chancela do Estado e demais ordens religiosas, o regime imposto no interior do claustro tinha a missão de “converter” mulheres ao caminho de Deus, afastando do meio social aquelas que eram tidas como “impuras” – párias e pecadoras segundo o modelo de pureza mítica cultural da identidade irlandesa.

Feitas as considerações iniciais, passaremos a uma breve análise dos principais aspectos problematizados por Goffman no que tange ao universo das instituições totais, concedendo especial atenção aos conventos.

2 GOFFMAN E OS CONVENTOS

Na classificação das instituições totais, Goffman enquadra os conventos e demais instituições religiosas de controle como locais destinados a servir de refúgio do mundo, ou ainda locais de instrução e confinamento. O objetivo específico e a motivação pela qual o indivíduo foi até lá conduzido pode variar entre eles, mas existem características comuns, ou “famílias de atributos” em que podemos nos apoiar para entender a questão. (GOFFMAN, 2003, p. 17).

Teoricamente, um convento, abadia ou claustro recebe indivíduos dispostos a despir-se das coisas mundanas, para dedicar-se exclusivamente à fé, seguindo uma determinada doutrina espiritual, ou ainda àqueles (as) convencidos que estão a cumprir um chamado divino. Separados

da sociedade mais ampla, esse determinado grupo é mantido recluso e sob a égide de uma administração rigorosamente formal, a qual submete os internados a uma mesma rotina de penitências e regras de conduta iguais a todos. Com o pretexto de estar cumprindo diretrizes em prol de seus valores institucionais, a organização age sob o internado, transformando-o em um indivíduo despersonalizado, processo que culmina com a anulação da identidade anterior do ponto de vista pessoal e de seu papel social.

Para Goffman, a primeira, e talvez a mais significativa etapa que caracteriza “o mundo do internado” trata-se do processo de “mortificação do eu”, processo em que são suprimidos todos os elementos identitários que compõem a concepção de si próprio. Estes “ataques ao self (eu)” funcionam a partir de um despojamento universal da vida pregressa do (a) detento (a), tanto de bens materiais, quanto do papel exercido na vida civil, por intermédio dos seguintes procedimentos: em primeiro lugar, pela imposição de barreiras físicas, o isolamento que impede o contato com o mundo exterior; do “enquadramento” à instituição, que lhe impõe normas de conduta; através do abandono de bens – materiais e impalpáveis –, que faz perder seu conjunto de identidade e segurança pessoal; e por fim, a realização de uma “exposição contaminadora”, que engloba a posse de toda a vida pregressa do internado, em que qualquer pessoa detentora de algum tipo de poder venha a utilizar-se dessas informações como instrumento de violação.

Quanto a esse último aspecto, o autor sublinha que

Na admissão, os fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado – principalmente os fatos desabonadores – são coligidos e registrados num *dossier* que fica à disposição da equipe diretora. Mais tarde, na medida em que o estabelecimento espera, oficialmente alterar as tendências autorreguladoras do internado, pode haver confissão individual ou de grupo. (GOFFMAN, 2003, p. 91).

Nessas situações, o internado é constrangido a expor fatos e demais sentimentos sobre o eu, a exemplo das confissões e sessões de *mea culpa*, que fazem parte da rotina de instituições religiosas.

A partir do momento em que a autonomia e a liberdade de ação ficam reduzidas ao extremo, tem início uma nova fase de reorganização pessoal, fazendo com que o internado assimile a nova estruturação do eu (self). Esse novo indivíduo depara-se com uma série de instruções formais e informais, que compreendem as normas da casa, as regras com relação ao trabalho exercido dentro da instituição, além das demais rotinas diárias, que incluem horários de dormir e levantar-se, alimentação e higiene pessoal. Se seguidos à risca, esse conjunto de prescrições/proibições possibilita

reconhecimento e pequenos privilégios, ao passo em que, se desobedecidas, podem gerar sanções que vão desde o isolamento até mutilações físicas e psicológicas.

As justificativas para os ataques ao eu englobam o processo de reconhecimento sobre as consequências geradas pelo ambiente, principalmente em um contexto de austeridade como o religioso. As explicações são pautadas em argumentos *a posteriori*, cujo principal estímulo consiste na crença de que os sofrimentos e prazeres terrenos devem ser sublimados, pois **o corpo é apenas um veículo** que possibilita à alma chegar a um lugar melhor, junto a Deus:

este é o sentido da vida contemplativa, o sentido de todas as regras secundárias, abstinências, obediências, penitências, humilhações e trabalhos que constituem a rotina de um mosteiro contemplativo: tudo isso serve para nos lembrar quem somos, e quem é Deus, que podemos ficar doentes quando nos vemos, e podemos nos voltar para Ele; que no fim, descobriremos que Ele está entre nós, em nossas naturezas purificadas [...] os internados, bem como os diretores, **ativamente buscam essas reduções do eu de forma que a mortificação seja complementada pela automortificação**, as restrições pela renúncia, as pancadas pela autoflagelação, a inquisição pela confissão. (GOFFMAN, 2003, p. 47-48, grifo nosso).

Goffman salienta que a partir dessa influência reorganizadora, o internado começa a desenvolver a sua adaptação, seja pelos “*ajustamentos primários*”, quando contribui cooperativamente com as atividades exigidas pela instituição, ou pelos “*ajustamentos secundários*”, ao valer-se de meios ilícitos ou não autorizados para obterem satisfações proibidas, fugindo do modelo que a instituição pressupõe que deva ser feito ou seguido. As “*táticas de adaptação*”, que significam as respostas e a maneira com que o (a) internado (a) reage àquele quadro em que se encontra, compreende, dentre suas manifestações que vão desde o “*afastamento da situação*”, em que o internado age com indiferença, desatenção e abstenção aos acontecimentos de interações, à “*imunização*”, em que o mundo e a rotina em que está inserido passa a ser um mundo habitual sem nenhuma surpresa a ocorrer.

Outras formas de adaptação ocorrem através da “*intransigência*”, isto é, a não submissão e desafio aos limites impostos pela equipe dirigente; pela “*colonização*”, manifesta a partir da resignação, aceitando aquela vida dentro do cárcere como desejável em relação às experiências ruins no mundo externo; a “*conversão*”, em que aceita-se a interpretação oficial, representando o papel de um (a) internado perfeito (a); e por derradeiro, a “*viração*”, que nada mais é do que um mecanismo de defesa a partir da combinação dos diferentes modos de adaptação ao sistema, de modo a preservar-se de sofrimentos físicos e psicológicos.

Cabe ressaltar que esse rol de características das instituições totais propostas por Goffman não configura um rol exaustivo, podendo englobar inúmeros outros elementos, além de peculiaridades bastante variáveis de instituição para instituição. Contudo, os pontos citados anteriormente, já compõem um substrato adequado, permitindo-nos proceder à análise dos tipos presentes no filme “The Magdalene Sisters”, que retrata a experiência cotidiana dentro de uma instituição total.

3 AS IRMÃS DE MADALENA

Referência direta à personagem bíblica Maria Madalena – conhecida no imaginário ocidental como a prostituta que, arrependida pelos seus pecados, teria acompanhado os últimos momentos da vida de Jesus Cristo – os Lares Madalena faziam parte de uma rede de asilos-reformatórios, que recebiam moças consideradas desviantes e marginalizadas socialmente. Em plena atividade durante os anos de 1922 a 1996, as lavanderias eram de responsabilidade das Irmãs da Misericórdia, que sob a chancela da Igreja Católica, contavam com diversas unidades espalhadas pela Irlanda (principalmente a do sul, de maioria católica). Ao longo desses 74 anos, estima-se que cerca de trinta mil mulheres passaram por esses reformatórios, muitas morrendo, junto de seus bebês, atrás dos muros da instituição.

Inicialmente concebidos para converter ex-prostitutas, os Lares Madalena insidiosamente foram adquirindo outra roupagem, recebendo todas aquelas mulheres acusadas sob qualquer pretexto que maculasse a austera moral e os bons costumes daquela que era a base de uma sociedade predominantemente machista e patriarcal. Entre as reclusas, estavam principalmente jovens que haviam feito sexo fora do casamento (muitas delas vítimas de estupro); mães solteiras; mulheres com problemas mentais; aquelas consideradas belas aos padrões vigentes, portanto “perigosas” demais aos olhos da igreja; as espertas, revolucionárias ou rebeldes; ou ainda ex-prostitutas idosas e/ou viúvas que não “honravam” a memória do marido falecido.

O filme retrata a vida de três jovens mulheres, que foram internadas numa destas casas no ano de 1964. Logo na introdução, são expostos os crimes cometidos por cada uma delas: Margaret foi condenada por ter sido estuprada pelo primo e não esconder o crime dos pais e da sociedade; Bernadette, uma bela jovem que atrai os olhares masculinos, foi punida por deliberadamente apreciar o fascínio que sua sexualidade exercia sobre os homens; e Rose, que foi contra os costumes

conservadores e engravidou antes do casamento. Logo após o parto, ela é obrigada a entregar o bebê para adoção, além de ter para si negado o direito de manter qualquer tipo de contato com a criança – situação pelas quais passaram a maioria das mulheres mães reclusas naqueles estabelecimentos. Uma dessas histórias também foi sensivelmente retratada no filme “Philomena”. Indicado ao Oscar 2014, a história real da irlandesa Philomena Lee conta a peregrinação na busca do seu filho Anthony, arrancado ainda criança dos seus braços na época de sua detenção.

Em 1952, ainda adolescente, Philomena engravidou após uma aventura amorosa fora dos moldes do casamento. Considerada uma mulher indigna por sua família na conservadora e católica Irlanda, a jovem foi mandada para o convento de Roscrea (nome de um dos Lares Madalena), onde deu à luz um menino, a quem deu o nome de Anthony. Aos quatro anos, Anthony foi separado de Philomena e entregue a um casal norte-americano, destino o qual a maioria dos bebês eram levados. Sofrendo calada ao longo de 50 anos, um dia ela decidiu procurar o filho a convite de Martin Sixsmith, um jornalista da BBC que acompanhou-a em sua saga até os Estados Unidos.

Atualmente estando à frente da organização “Philomena Project”, que luta para ajudar outras mães ex-internas dos Lares Madalena a encontrar seus filhos, Philomena é a porta-voz para que o governo irlandês promulgue uma lei que permita a consulta aos registros de crianças adotadas. Em visita ao Vaticano em fevereiro de 2014, Philomena fez um desabafo: “Espero e acredito que o papa Francisco se unirá à minha luta para ajudar as milhares de mães e de filhos a colocar um fim em sua dolorosa história”, disse Lee.²

Por tais crimes e pecados, as mulheres reclusas trabalhavam 364 dias por ano, onde o único dia de descanso era no Natal. Os castigos não escolhiam hora nem motivo: apanhavam caso fossem pegas falando com alguém de fora dos muros da instituição; se tentassem fugir; se desobedecessem a qualquer ordem das irmãs; ou ainda se conversassem durante o trabalho. O trabalho executado nas lavanderias movimentava grandes quantias de dinheiro, e as madres superiores (usufrutuárias do poder conquistado a partir do momento em que subiam nos níveis hierárquicos institucionais, por serem consideradas como as “menos impuras”) embolsavam todo o lucro da atividade. Além de não ver repassado nenhum tipo de remuneração, as internas recebiam uma alimentação pobre, muito inferior aos banquetes diários apreciados pelas freiras. Para completar esse cenário de

² Portal G1.com. **Mulher que inspirou filme 'Philomena' é recebida pelo Papa Francisco**. 'Acredito que o papa se unirá a minha luta', disse irlandesa após encontro. Busca por filho entregue à adoção é retratada em filme indicado ao Oscar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/oscar/2014/noticia/2014/02/mulher-que-inspirou-filme-philomena-e-recebida-pelo-papa-francisco.html>>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

“valores” cristãos totalmente subvertidos, eventualmente, algumas delas – especialmente as mais fragilizadas –, eram obrigadas a prestar favores sexuais ao padre. Se existia algum tipo de inferno, era ser enviada para algum desses asilos. A história dessas mulheres assemelha-se mais a um pesadelo com matizes sombrios, evocando atos, aspectos e ideias de tempos medievais, recém saídas das fogueiras provocadas pelo Tribunal do Santo Ofício. O mais surpreendente é saber que esses resquícios da inquisição foram vivenciados em plenos anos 60, sob os olhos omissos de uma sociedade indiferente à degradação da condição feminina.

A intersecção entre as características da obra de Goffman expostas na primeira parte desse ensaio, começa a partir daquela que é a mais marcante etapa para quem ingressa em uma instituição total. O processo de “mortificação do eu” pode ser constatado em diversas passagens do filme, a despeito da visível transformação no momento em que as internas deixam suas roupas e acessórios para adotar cabelos na altura dos ombros e um uniforme simples, que só deixa de ser usado em procissões da igreja na comunidade. Nessas ocasiões, o mais atento observador constata que a vestimenta também funciona como um instrumento de estigmatização: enquanto as irmãs e mãres superiores vestem um hábito preto, as “mais impuras” são diferenciadas das demais usando véu e hábito branco, facilitando assim a sua identificação para a sociedade exterior.

Em outro momento, Bernardette, presa no convento por provocar os homens com seu comportamento lascivo, é também uma das mais rebeldes dentre as novatas. Marcadamente tomada por um ímpeto de revolta, seu mecanismo de defesa enquadra-se de modo absoluto na intransigência proposta por Goffman. A insurgência ante aquele confinamento forçado acabou por ocasionar inúmeras punições por seu mau comportamento, mas dentre os castigos que mais afetaram Bernardette foi quando teve seus cabelos raspados. Essa passagem é carregada de simbolismo, uma vez que um dos artifícios mais apreciados por uma mulher que sabe ser bela é o cuidado e o orgulho de ter longos cabelos. Para uma mulher vaidosa e segura de seu poder tal como portava-se antes de entrar no convento, pode-se dizer que esse foi o ápice do processo de “mortificação do eu”, e que para Bernardette foi finalizado com requintes de crueldade, rasgando a pele do seu couro capilar.

Há também outro momento que representa a transformação de seres humanos em objetos destituídos de identidade, como na cena em que as freiras obrigam as “Madalenas” a despirem-se, ordenando para que permaneçam alinhadas em fila. É nessa posição, nuas e sem nenhum amparo, que as freiras iniciam contra as internas um jogo perverso de humilhação e submissão, através de

um concurso para apontar qual carrega os maiores e os menores seios, qual tem mais pelos ou maiores ancas. O objetivo está longe de valorizar o que é mais belo ou harmônico, a proposta é única e exclusivamente voltada a humilhá-las e fazê-las pagar por seus supostos pecados.

Esses mecanismos de mortificação do eu e de reorganização pessoal geram um ambiente cultural de insuportável desconforto psicológico, tensão que acomete todas as presas na mesma intensidade. Contudo, são cristalinas as variações pela qual cada interna reage àquela situação extrema de estresse e confinamento, reações comportamentais manifestas das mais diferentes formas, conforme a constituição do ego, memórias de vida e experiências anteriores vivenciadas por cada uma delas.

Submetidas a um traumático processo de coisificação, as internas vão se sentindo cada vez mais deslocadas, a ponto de algumas delas não saberem como agir no momento em que, uma vez livres, retornam ao convívio em sociedade. Nesse sentido que se observa nitidamente como cada internada se vê diante da impossibilidade de adquirir os hábitos atuais que o mundo exterior passará a exigir.

O filme examinado é tão intensamente permeado de sutilezas e marcações simbólicas de opressão à mulher, que poderíamos dedicar páginas e mais páginas de análise na exploração de seus significados. Porém, em que pese a brevidade das considerações realizadas, esse ensaio buscou identificar, a partir da visão de Goffman, alguns dos elementos mais marcantes do mundo da pessoa internada no seio de uma instituição total religiosa, dotado de uma especial particularidade, que consiste no caráter involuntário e explorador das internações.

REFLEXÕES FINAIS

A forma como um determinado estigma é encarado por cada grupo social é um fenômeno bastante variável, relacionando-se diretamente com a atenção que é destinada à educação para com as diferenças. Entretanto, independente dos mecanismos que provoquem a exclusão de um grupo estigmatizado, isso não significa que a carga simbólica que caracteriza um determinado estigma seja eterna, pois sabe-se que a maioria das concepções científicas e dogmas religiosos são fruto do contexto histórico em que se está inserido.

O fundamentalismo religioso é uma manifestação que atinge todas as sociedades: é ilusão pensar que só mulheres de burca sofrem com a repressão patriarcal. Tanto as milhares de “bruxas”

queimadas na inquisição, quanto a estigmatização de mulheres livres que deixaram-se levar para viver seus desejos, foi provocada por motivações **exclusivamente humanas**, amparadas em um discurso escravagista de uma instituição de homens obcecada pelo sexo. No caso das irmãs de Madalena retratadas no filme, percebe-se que há uma inversão de todos os preceitos de amor, respeito, tolerância, compaixão e solidariedade pregados por Jesus Cristo, valores subvertidos em nome de uma moral desumana, voltada exclusivamente ao controle da sexualidade. A moral sexual é priorizada em detrimento da dor do próximo, que não é percebida. Assim, mal alimentadas, surradas, humilhadas, estupradas, com filhos levados à força, essas mulheres foram esquecidas, sem nem contar com a misericórdia proclamada por aqueles que se dizem mensageiros de Deus.

Oscilar entre o silêncio cruel, ora omitindo essa realidade de maus tratos, ora apoiando ativamente o estado teocrático, era a característica do contexto histórico da Irlanda do século XX, cujo passado é impossível apagar. Tal como tantas outras injustiças cometidas na História da Humanidade, devemos honrar a memória de todas essas pessoas, para que tais absurdos em nome de Deus não se repitam nunca mais.

Ficha: Em nome de Deus (BR). As Irmãs de Maria Madalena (PT); (The Magdalene Sisters). Inglaterra/Irlanda, 2002, 119min. Dirigido por Peter Mullan.

REFERÊNCIAS

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro : LTC, c1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Recebido em: 03 de jan. 2017
Aceito em: 06 de jul. 2017



FILME ETNOGRÁFICO E O ESTUDO DO COTIDIANO:
o uso de recursos audiovisuais na pesquisa sociológica¹

Albino Jose Eusebio²
Sônia Barbosa Magalhães³

RESUMO

Os recursos audiovisuais vêm assumindo, entre harmonias e tensões, um lugar preponderante na pesquisa sócio antropológica. O filme etnográfico é hoje um instrumento importante de pesquisa e análise do pensamento coletivo e um recurso metodológico relevante para estudo da vida cotidiana. No presente artigo nos propusemos a refletir sobre possíveis inter-relações entre filme etnográfico de exploração, que tem como referência o cineasta antropólogo Jean Rouch e estudos sociológicos sobre a vida cotidiana fundados na tradição hermenêutica.

PALAVRAS-CHAVE: Filme etnográfico. Jean Rouch. Vida cotidiana. Pesquisa sociológica.

ETHNOGRAPHIC FILM AND THE STUDY OF DAILY LIFE:
the use of audio-visual resources in sociological research

ABSTRACT

Among harmonies and tensions the audiovisual resources have been assuming an important place in anthropological and sociological research. The ethnographic film is now an important instrument for research and analysis of collective thought and one relevant methodological resource for the study of daily life. In this article we propose to explore on possible inter-relations between exploration ethnographic film, whose principal reference is anthropologist filmmaker Jean Rouch, and sociological studies of daily life founded on hermeneutic tradition.

KEYWORDS: Ethnographic film. Jean Rouch. Daily life. Sociological research.

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada como trabalho final da disciplina Antropologia Visual, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFPA. 2015.

² Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Para (UFPA). E-mail: albinoeusebio@outlook.com

³ Professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA. E-mail: smag@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Falar de filme etnográfico remete-nos logo de imediato ao campo da antropologia, não simplesmente pela palavra etnografia, que remete a um "método" tradicionalmente antropológico de pesquisa, mas pelas afinidades que essas duas áreas (cinema e antropologia) construíram ao longo do tempo. Neste artigo, pretendemos refletir sobre possíveis inter-relações entre filme etnográfico e estudo da vida cotidiana.

Tal como demonstra Novaes (2009, p.10),

[...] são inúmeras as afinidades entre a antropologia, por um lado e a fotografia e o cinema, por outro: a busca do registro de diferentes modos de vida, sua função enquanto memória e acervo de diversos modos de ser; o desejo de proximidade com aqueles que nos são distantes; a relação com o modo do outro; a tentativa de reconstruir esse outro mundo; a tentativa de buscar no outro o que é de si, fazendo do outro um espelho; a busca incessante de aspetos universais dos diferentes modos do ser humano.

A rigor, desde 1855, a primeira publicação francesa dedicada à fotografia e às ciências, *La Lumière*, interrogava: "o que a fotografia pode fazer pela Antropologia?". Pergunta que surgia quase duas décadas depois do reconhecimento oficial da fotografia (MAGALHÃES, 2002).

A partir de uma abordagem histórica, Pierre Jordan mostra um paralelo entre as técnicas de reprodução de imagens e a antropologia, traçando um percurso que vai culminar com a antropologia visual. Segundo o autor, a invenção de objetos que autorizavam "a produção de imagens do movimento, verdadeira antecipação do cinema" como é o caso do que o autor denomina de cronofotografia, coincide com a inauguração, por Franz Boas, da antropologia moderna. Conforme destaca Jordan (1992, p. 11-12),

[...] em 22 de abril 1882, Etienne Jules Marey, professor de história natural no Collège de France, publicou na revista *la nature* um artigo relativo ao surgimento de um estranho aparelho: "consegui construir nas dimensões de um fuzil de caça, um aparelho que fotografa doze vezes por segundo o objeto que está na mira...". O fuzil fotográfico nascia e com ele a cronofotografia que, pela primeira vez, autorizava a produção de imagens do movimento, verdadeira antecipação do cinema, movimento de imagens. [...] alguns meses mais tarde, em 1883, um jovem alemão, geógrafo de formação, Franz Boas, embarca para o Ártico canadense, a terra de Beffin. Durante quase dois anos, Boas vive com os Inuit. [...] Este estudo inaugura a pesquisa antropológica de campo: o pesquisador sai de seu escritório e vai ao encontro do outro e compartilha do seu cotidiano, condição, a partir de então, *sine qua non* da observação etnológica. Nasce a antropologia moderna. Em 1888, Boas publica *The Central Eskimo* em que relata sua "expedição".

Contudo foi, tal como podemos constatar nas abordagens do mesmo autor, com a *Cambridge University Expedition* organizada por Alfred C. Haddon (1855-1940) para o Estreito de Torres que esses dois campos começam a se cruzar. Esta expedição, que contava com a participação

de Charles G. Seligman (1873-1940) e de William H. Rivers (1864-1922), objetivava, segundo o autor, a documentação de todos os aspectos da cultura dos aborígenes das ilhas do Estreito de Torres, entre a Austrália e a Nova Guiné. Mobilizando novas tecnologias de recursos audiovisuais da época, à serviço das pesquisas antropológicas, a expedição da *Cambridge University* é considerada como o marco de nascimento do filme etnográfico pensado como “documentação áudio visual para a pesquisa de campo” (JORDAN, 1992, p. 15).

O sucesso da *Cambridge university expedition* influenciou outras expedições como a de Walter B. Spencer (1860-1929) e Francis. J. Gillen (1855-1912), que em 1901 retornaram a Austrália, onde haviam realizado trabalho de campo, cujos resultados foram publicados em 1889 no livro *The native tribes of central Australia*. Nesta expedição, realizam várias filmagens sobre as cerimônias aborígenes, utilizando-se dos cilindros Edison e de uma câmara Warwick (JORDAN, 1992; NOVAES, 2009). Esta é considerada a primeira ligação entre o som e a imagem (RIBEIRO, 2003/2004). Em 1904, a expedição de Rudolph Poch à Nova Guiné roda mais de dois mil filmes e registra também vários cantos, contos e peças musicais com ajuda do fonógrafo Edison (JORDAN, 1992; NOVAES, 2009).

Anos mais tarde, também à Nova Guiné, as expedições de Gregory Bateson imprimiriam um novo estatuto à imagem e ao som na pesquisa antropológica. Foi, segundo Freire, (2006, p. 60-61), Alfred C. Haddon que estimulou Gregory Bateson, seu aluno, a empreender uma pesquisa de campo na região do rio Sepik, Nova Guiné, com o objetivo de investigar os efeitos do contato entre nativos e brancos. Em uma destas expedições, mais especificamente na sua pesquisa sobre os *Iatmul* (FREIRE, 2006), conhece Margaret Mead (1901-1978) e juntos lançariam anos mais tarde o livro *Balinese Character; A Photographic Analysis* que é, segundo Freire (2006), uma etnografia dos vários aspectos do comportamento balinês estudados pelos dois autores, usando suporte fotográfico, (759 fotografias). *Balinese Character* é atualmente um clássico da antropologia visual.

Ou seja, a partir da *Cambridge university expedition*, os aparelhos de captação de imagens (câmara) passaram a ser instrumentos imprescindíveis em expedições etnográficas, ao mesmo tempo em que ia se consolidando a relação entre cinema e antropologia. Porém, foi, segundo Novaes (2009), com o filme *Nanook of do North* do cineasta Robert Flaherty, lançado em 1922, no mesmo ano de “Argonautas do Pacífico Ocidental” do antropólogo e etnógrafo Bronislaw Malinowski, que se traça um novo marco importante da relação entre a antropologia e a história do cinema.

No filme *Nanook of do North*, tal como Malinowski fizera entre os Trobriandeses, Flaherty segue um plano de “pesquisa etnográfico” com uma longa permanência entre o grupo (NOVAES,

2009). Ao observar e absorver a cultura nativa, Flaherty introduz o conceito de câmera participante, que não só participa dos eventos registrados, mas também reflete a perspectiva do nativo. Outro grande mérito deste filme reside, segundo a autora, no fato do espectador “ser levado a conhecer e se identificar com pessoas reais, que pertencem a um contexto social definido, cujo exotismo e peculiaridade apontam para a proximidade e para a luta hostil, do ponto de vista ocidental, entre o homem e a natureza”. (NOVAES, 2009, p. 14).

Nasce nesse contexto, o que viria a se denominar de “método Flaherty”, que consiste na paciente construção de relações verdadeiras com os seus interlocutores, no compartilhar o seu cotidiano como forma de alcançar as suas concepções de mundo (JORDAN, 1992). Uma perspectiva metodológica semelhante, de certa forma, ao plano de pesquisa etnográfico de Malinowski.

Aliás, importa frisar que apesar de Malinowski não ser considerado uma referência na Antropologia Visual, não se pode ignorar tal como evidencia Etienne Samain (1995) a importância que os recursos audiovisuais tiveram na expedição realizada por este antropólogo em 1914 à Nova Guiné (Melanésia) onde passara quase quatro anos na região, nas ilhas Mailu e nas ilhas Trobiand. A expedição resultou em três livros, dentre os quais, uma das mais importantes obras da Antropologia “Argonautas do Pacífico Ocidental”. Os outros dois são “A Vida Sexual dos Selvagens”, publicado em 1929 e Os Jardins de Coral e suas Mágicas, publicado em 1935 (SAMAIN, 1995).

Trata-se de livros com uma utilização fotográfica (O texto dos “Argonautas” incorpora, segundo o autor, 65 pranchas que totalizam 75 fotografias; “Vida Sexual dos Selvagens”, 92 fotografias; “Jardins de Coral”, 116 fotografias, totalizando 283 fotografias espalhadas ao longo das 1883 páginas dessas três obras) que de acordo com a minuciosa observação de Etienne Samain (1995), ultrapassa de longe a simples ilustração. Segundo o autor no vaivém entre as fotografias e as respectivas legendas que remetem ao próprio texto, o qual, por sua vez, reintroduz e reconduz o leitor na própria prancha visual que lhe corresponde, “fica patente que, para Malinowski, o verbal e o pictórico (desenhos, esquemas e fotografias) são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada. (...) O texto não basta por si só. A fotografia, também não. Acoplados, inter-relacionados constantemente, então sim, ambos proporcionarão o sentido e a significação”. (SAMAIN, 1995, p. 34-35).

Ou seja, as fotografias funcionam, nos textos de Malinowski, como se fossem “pontos de partida, ‘desencadeadoras’, ‘molas inspiradoras’ do texto que, com elas, procura elaborar”. (SAMAIN, 1995, p. 42).

O principal ponto em comum entre Malinowski e Robert Flaherty é a convicção de que o importante era captar o ponto de vista do nativo. Talvez isso justifique a coincidência metodológica entre esses dois grandes autores. Tal como destaca Novaes (2009, p.15),

Argonautas do Pacífico Ocidental e Nanook of the North constituem tentativas de reconstrução da sociedade enquanto totalidade dotada de sentido. Mas, tanto Flaherty quanto Malinowski vêem o mundo de uma perspectiva única. A câmera de Flaherty é fixa, estática e, tal como Malinowski, ele cria o presente etnográfico em que não são percebidas a mudança e transformações. Apesar da insistência no ponto de vista do nativo, ambos atrelam a interpretação à descrição dos fatos, e tanto Malinowski quanto Flaherty apresentam a sua própria visão sobre as sociedades que pesquisaram. Ambos estavam interessados em um modo particular de visão e em construir esta visão do mundo. (...) Tanto o trabalho de campo quanto a imagem em movimento foram utilizados para elaborar um retrato desta sociedade. Malinowski procura retratar o ponto de vista do nativo, e o filme de Flaherty procura exatamente a visão de Nanook.

Ainda de acordo com a autora “a habilidade na construção de uma narrativa visual e a problemática abordada por Flaherty influenciaram significativamente os filmes etnográficos subsequentes”⁴ (NOVAES, 2009, p. 15). E à medida que as imagens iam se afirmando no trabalho etnográfico, o filme etnográfico ia se transformando, entre harmonias e tensões, - isso “usando” as palavras de Novaes (2009), - e graças aos esforços de antropólogos cineastas e cineastas antropólogos, tais como Gregory Bateson, Margaret Mead, Jean Rouch, David MacDougall, em antropologia visual.

No entanto, conforme observado por Magalhães (2002, p.14),

a hegemonia da antropologia social e cultural para a qual Malinowski e o trabalho de campo tiveram contribuição decisiva, problematizou o olhar, secundarizou a imagem e definitivamente *textualizou* os fenômenos sociais e culturais. Nas monografias clássicas, as imagens cada vez mais assumiram o lugar de ilustração, com pouca integração à lógica do texto [...], quase assumindo um discurso próprio que requer uma outra interpretação.

Não se torna imprescindível, em função dos objetivos do presente artigo, discutir as tensões que caracterizaram ou caracterizam a relação entre antropologia e cinema. Apenas lembrar que foi "Mead quem mais veementemente advogou a necessidade de romper com o que chamou de 'parti

⁴ Principalmente os de Jean Rouch. Segundo Ribeiro (2007, p. 14) Rouch considera Robert Flaherty, bem como Dziga Vertov (1896-1954) seus mestres e “pais fundadores” e “precursores geniais” do cinema etnográfico.

pris verbal da antropologia'" (MAGALHÃES, 2002, p.15). De fato, o essencial a destacar neste momento é que, com a antropologia visual, o filme etnográfico passa a ser pensado como um instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo (ROCHA e ECKERT, 2001) ou como um recurso metodológico para estudo da vida cotidiana.

É essa tripla relação entre o filme etnográfico; pesquisa e análise do pensamento coletivo e estudo da vida cotidiana, que constitui o cerne da reflexão no presente artigo, onde buscamos, essencialmente, analisar como o filme etnográfico de exploração, que tem como referência o cineasta antropólogo Jean Rouch, se constitui como um recurso importante para a pesquisa sociológica, à medida que se torna um instrumento relevante para a pesquisa e análise das dinâmicas da vida cotidiana, um dos objetos de estudo da sociologia (BERGER e LUCKMANN, 2004). A ideia é evidenciar correlações e afinidades metodológicas entre o filme etnográfico (de exploração) e a pesquisa sociologia fundada na tradição hermenêutica.

1. O FILME ETNOGRÁFICO COMO UM INSTRUMENTO PARA A PESQUISA SOCIOLÓGICA: O LEGADO DA TRADIÇÃO FRANCOFÔNICA.

Destacam-se no âmbito do filme etnográfico como instrumento de pesquisa sócioantropológica duas perspectivas metodológicas. O filme de exposição e o filme de exploração (MATSUMOTO, 2009). Trata-se de duas perspectivas metodológicas que evidenciam, segundo David Macdougall, duas tradições distintas: a tradição anglo-saxônica e a tradição francofônica (MACDOUGALL, 2007). Este último denominado, normalmente, de antropologia fílmica.

Na tradição anglo-saxônica a escrita precede a realização do filme (RIBEIRO, 2007). O filme é considerado uma forma de publicação de resultados ao final do processo, feito para ilustrar o que foi aprendido (MACDOUGALL, 2007). Ainda de acordo com o último autor, “muitos desses filmes perseguem a pureza do trabalho de campo e são feitos a partir da colaboração entre cineastas e antropólogos que estão em campo. Os antropólogos acompanham os cineastas e os orientam sobre o que filmar para ilustrar o resultado de suas pesquisas sobre algum tema em relação àquela sociedade”. (MACDOUGALL, 2007, p.180). Portanto, apesar de serem realizados registros fílmicos, não se utilizam as tecnologias audiovisuais propriamente como instrumento de pesquisa, mas simplesmente como meio de exposição dos resultados. (MATSUMOTO, 2009).

No filme de exploração, tradição francofônica, “prevalece a ideia de usar a câmera enquanto instrumento de investigação e como parte do processo de construção de conhecimento sobre os

sujeitos”. (MACDOUGAL, 2007), ou seja, o registro audiovisual se torna um instrumento de análise do objeto estudado. São realizados “esboços fílmicos ao longo de todo o trabalho de campo”. (MATSUMOTO, 2009, p. 224).

Outra característica que diferencia, segundo Matsumoto (2009), esses dois métodos de filme etnográfico e que evidenciam um antagonismo, tal como afirmamos acima, de tradições cinematográficas, é o “operador da câmera”. Se no filme etnográfico como método de exposição temos o pesquisador social que acompanha o cineasta orientando-o no que deve filmar para ilustrar os seus resultados da pesquisa, no método de exploração temos a atuação direta do investigador social como operador da câmera.

Ou seja, há no método de exploração uma substituição da observação direta através do “olho direto do pesquisador”, pela observação “instrumentalizada” por meio de equipamentos audiovisuais. O pesquisador opera a câmera e faz a captação do som direto, por meio de esboços fílmicos (DE FRANCE, 1998), “procurando descrever o mais detalhadamente possível o objeto de estudo” (MATSUMOTO, p. 224, 2009). Posteriormente realiza a observação diferida, que consiste em ver várias vezes os esboços fílmicos, para análise dos dados e elaboração de novos esboços. (FREIRE e LOURDOU, 2009).

Este método torna imprescindível que o pesquisador apure seu olhar e obrigatoriamente construa um conhecimento profundo de seus sujeitos, “inserindo-se no ritmo de suas manifestações, quebras, roturas, pausas, articulações e voleios”. (MATSUMOTO, 2009, p. 224).

É assim que se caracteriza a produção fílmica de Jean Rouch, principal referência da tradição francófona de filme etnográfico (MACDOUGALL, 2007), ou método de exploração (MATSUMOTO, 2009), e uma figura que é, incontornavelmente, uma das principais referências do cinema etnográfico “não apenas pela quantidade de filmes realizados, mas pela qualidade das obras e principalmente pela contínua inovação nos procedimentos de pesquisa” (RIBEIRO, 2007, p. 21).

“Contínua inovação nos procedimentos de pesquisa”, pois, Rouch traz nos seus filmes etnográficos uma perspectiva intersubjetiva de olhar antropológico e cinematográfico que, - diferentemente da perspectiva objetiva cartesiana que caracterizava os ditames tradicionais de produção, não só, cinematográfico, mas também, antropológico, - busca uma interação com os seus interlocutores. Explorando as suas narrativas. Ou seja, diferentemente dos documentaristas do cinema direto americano, por exemplo, que defendiam a filmagem de observação sem interações explícitas entre cineasta e personagens (OLIVEIRA, 2014), na qual a câmera é fixa e busca um olhar

objetivo sobre a realidade estudada, em Jean Rouch, partindo da permissa de que é impossível filmar sem interferir, (OLIVEIRA, 2014) a câmera se torna móvel e explora as subjetividades, através das narrativas dos seus interlocutores, tal como podemos constatar, por exemplo, no filme "Crônicas de um Verão" (1961).

Segundo Ana Paula Oliveira, em Jean Rouch a câmara ocupa uma postura "interventiva participativa e refletiva" (OLIVEIRA, 2014, p. 165). Tal como afirma a autora, Jean Rouch acreditava, no âmbito do seu cinema-verdade,

na necessidade de reconhecimento do impacto da presença do realizador sobre a realidade observada. Para ele, a câmera deveria assumir uma postura interventiva, participativa e reflexiva. Desse modo, optou por "gerar a realidade" em vez de permitir que ela se desenrolasse passivamente diante dele. Para tal, impulsionava a observação participante de modo a permitir uma interatividade (...). Rouch acreditava que a presença da câmera fazia com que as pessoas agissem de maneira mais fiel à sua natureza. (OLIVEIRA, 2014, p. 166).

Ou seja, Rouch privilegia a intersubjetividade, onde, reconhecendo as transformações que a "câmara" pode provocar nos comportamentos, gestos e falas de quem está diante da câmera, em vez de buscar neutralizar essas transformações decide, segundo Oliveira (2014, p. 172), intensificá-las em parceria com seus atores-personagens, distanciando-se de vez do ideal da "câmera invisível", duma câmara fixa com um olhar suposta ou pretensamente objetivo sem interação entre o pesquisador e os seus sujeitos de pesquisa.

No âmbito da antropologia, Jean Rouch traça, segundo Hikiji (2013), o que ela denomina de "premonições" que antecipam algumas das problematizações antropológicas contemporâneas, como é o caso da relação com o outro, quer em termos de levar a sério o pensamento dos seus interlocutores, quer em termos da restituição (RIAL, 2014; ROCHA e ECKERT, 2014). Aliás, o devolver aos interlocutores o resultado do trabalho é uma prática de Jean Rouch herdada de Robert Flaherty (JORDAN, 1992; RIAL, 2014; ROCHA e ECKERT, 2014) e que veio configurar o que se denomina de Antropologia compartilhada⁵.

⁵Importa frisar que, além da mera devolução aos interlocutores do resultado do trabalho, a antropologia compartilhada pressupõe acima de tudo, um processo de compartilhamento de opiniões e de planejamentos do que se vai filmar junto com seus interlocutores, a exemplo de Flaherty que revelava seus negativos e os exibia aos interlocutores e a partir daí juntos (pesquisador e interlocutor) planejavam as próximas cenas a serem filmadas. Assim também Jean Rouch, que exibia as suas filmagens aos seus interlocutores e colhia as suas opiniões, como no exemplo clássico do episódio da caça ao leão. Ver: Hikiji (2013).

Antecipa também a revisão do antagonismo nós-eles, ocidente-oriente, natureza-cultura, para a descrição de “mundos híbridos que habitamos”. (HIKIJI, 2013, p. 115). Para Piault (2000, *apud* HIKIJI 2013, p. 115), Rouch levou a sério os Songhay e seus cultos, suas crenças e valores. Esta atitude é, segundo a autora, a base de uma antropologia contemporânea que defende o fim da assimetria “eles creem, nós fazemos teoria”.

2. CORRELAÇÕES ENTRE O FILME ETNOGRÁFICO E OS ESTUDOS DA VIDA COTIDIANA

Para Rouch o outro não é simplesmente um mero objeto de conhecimento, mas sim um sujeito que eu experiencio e busco compreender. É por essa razão, por exemplo, que FREIRE (2007) considera os filmes etnográficos de Rouch um exemplo de uma relação dialógica, uma relação eu-tu (BUBER, 2001), uma relação de encontro entre o pesquisador e pesquisado, de abertura, de solicitude e de compreensão do outro. Isso se pode constatar, por exemplo, pela forma como se relacionava com seus interlocutores, em “Crônicas de um Verão”, um filme no qual, segundo Marcus Freire, o encontro se desdobra em relação e presença. Nele, a presença dos cineastas é o resultado de um processo de interação, o “outro” é sujeito, um Tu, o que evidencia a existência de uma relação dialógica entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. (FREIRE, 2007).

Diríamos com base nisso que a produção fílmica de Jean Rouch se baseava mais num olhar “compreensivo” do que “explicativo” - no sentido em que essas duas palavras são distinguidas na fenomenologia de Wilhelm Dilthey⁶ - um processo de compreensão do outro; do sentido e do significado das suas ações, através das suas próprias narrativas, tal como preconiza, por exemplo, a hermenêutica weberiana ou o que Raymond Boudon (1996) denomina de sociologia de ação. Para a sociologia da ação, estudar os fenômenos sociais passa também por compreender as ações, o comportamento, as atitudes, as convicções individuais (BOUDON, 1996), ou seja, o sentido e o significado atribuído, pelos seus praticantes, a essas mesmas ações.

Neste contexto, ao se focar numa perspectiva intersubjetiva, ou seja, compreensiva e não simplesmente explicativa e objetivista, valorizando nos seus filmes as imagens, vozes e narrativas dos seus interlocutores bem como o sentido e o significado das suas ações, o filme etnográfico de exploração, ao estilo Jean Rouch, se constitui como um recurso metodológico complementar

⁶ Para compreender a distinção entre explicação e compreensão ver as abordagens de Dilthey sobre hermenêutica como método das *Geisteswissenschaften* (ciências de espírito) em: Palmer (1969); Ricoeur (1988); Scocuglia (2002) e Cohn (2003).

importante para uma pesquisa sociológica que busque compreender a vida cotidiana (BERGER e LUCKMANN, 2004; MARTINS, 1998; MACAMO, 2002; CERTEAU, 1998, EUSÉBIO e MENDONÇA, 2015) bem como o sentido e o significado das ações, explorando para além da observação, as narrativas e a memória individual e coletiva dos seus interlocutores.

A pesquisa sociológica que busque compreender a vida cotidiana é fundado, tal como destacam Eusébio e Magalhães (2016, p. 9)

[...] na tradição da sociologia hermenêutica weberiana, que se fundamenta, segundo o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, na concepção de que os “atores sociais é que constituem o social e que os constrangimentos estruturais se explicam a partir das intenções e significados da ação individual” [...]. É nesta perspectiva que se enquadra a ideia weberiana de ação social e da sociologia como uma ciência que busca compreender o sentido da ação social [...].

Neste contexto, sociologia do cotidiano interessam-se,

[...] pelas pequenas coisas da vida cotidiana [...], pelo “aqui e agora” embora não se esgote nisso [...], pelo “aqui e hoje, pelo viver intensamente o minuto desprovido de sentido” [...]; por “pequenos pormenores do cotidiano, pelos encontros efêmeros pelos indivíduos (...) pela interpretação (e compreensão) individual e coletiva dos fatos sociais, enfim pelo detalhe ínfimo que completa o quebra-cabeças do social”[...]. (EUSÉBIO e MAGALHÃES, 2016, pp. 9-10).

É por isso que o sociólogo José de Sousa Martins considera que a sociologia do cotidiano pressupõe a reinvenção da própria sociologia. Na medida em que ela viabiliza a “redescoberta da sociologia fenomenológica” ao mesmo tempo em que sugere uma “crítica nova e renovada à sociologia positivista” (MARTINS, 1998, p. 2).

Podemos dizer que, a sociologia do cotidiano nos “carrega numa análise macrossociológica e nos engaja numa leitura microssociológica da realidade social”. (EUSÉBIO e MAGALHÃES, 2016, p. 10). Em termos metodológicos, o estudo da vida cotidiana pressupõe, por exemplo, uma relação intersubjetiva, ou seja, um contato próximo e frequente com o outro, aliado à utilização de instrumentos como entrevistas mais ou menos diretas, observação direta ou participante, gravadores, diários e anotações de campo, e acima de tudo equipamentos de fotografia e de filmagem, características próprias do método etnográfico (SOUZA, 2014). Este fato evidencia que o método etnográfico não é hoje exclusivamente “coisa de antropólogo” (SOUZA, 2014); é também “coisa de sociólogo”, na medida em que a “invisibilidade” vem se constituindo a principal característica das fronteiras entre as duas áreas de conhecimento.

São inúmeras as vantagens da mobilização de recursos audiovisuais, sejam elas estáticas (fotográficas) ou em movimento como é o caso do filme etnográfico, para as pesquisa

V. 6, n. 2. p. 57-71, mai./jul. 2017.

sócioantropológica⁷ fato que tem trazido, segundo Ramos e Serafim (2008, p. 2) “mudanças significativas ao nível dos paradigmas conceituais, teóricos e práticos abrindo novas perspectivas de pesquisa”. Uma dessas perspectivas é, de acordo com os autores, a possibilidade do estudo do ser humano em sua totalidade quer nos seus aspectos físico e mental, quer em seu aspecto sociocultural, conectando a linguagem verbal à não-verbal e aos contextos onde as ações são desenvolvidas, ao mesmo tempo em que permitem uma abordagem interacionista dos fatos, possibilitando a apreensão da quase totalidade da situação (RAMOS e SERAFIM, 2008).

No que concerne ao estudo das dinâmicas da vida cotidiana, por um lado, a mobilização de recursos audiovisuais pode reforçar a observação dos fatos, destacando “cenários, eventos e circunstâncias com precisão e abrangência muito superior à memória ou ao resultado obtido com apontamentos” (GURAN, 2011, p. 85). E, por outro, abre novas perspectivas de interpretação e compreensão da realidade estudada. Ou seja, abre as vias para a percepção do mundo visível diferente daquela propiciada pelos métodos de investigação tradicionais de pesquisa, à medida que, não apenas “expõe o visível, mas, sobretudo torna visível o que nem sempre é visto” (GURAN, 2011, p. 92). Além disso, permite explorar a memória enquanto interpretações indispensáveis à compreensão da vida cotidiana, (ROCHA e ECKERT, 2001), bem como as narrativas dos sujeitos.

EM CONCLUSÃO

Com este artigo, pretendemos evidenciar correlações e afinidades metodológicas entre o filme etnográfico (de exploração) e os estudos sobre a vida cotidiana fundados na tradição hermenêutica, chegando a sugerir uma relação necessária entre ambos.

Para concluir, gostaríamos de acrescentar que é notável que desde Flaherty, e mesmo desde G. Bateson e M. Mead, ou Rouch, ocorre um fenomenal desenvolvimento de instrumentos de captação de som e imagem, sofisticados e simples, leves e de relativamente fácil acesso. Sem abrir mão do domínio de técnicas de uso destes instrumentos e seus variados recursos, podemos pensar, pois, que há um contexto tecnológico que favorece a ampliação da etnografia fílmica, ainda restrita a iniciados em arte, audiovisual e fotografia.

Talvez estejamos apenas nos iniciando nesta nova modalidade; ou vivendo o início de sua rotinização. Como lembra Peirano (2014, p. 379) "a ideia de 'método etnográfico' é complexa" e

⁷ Ver, por exemplo, Rocha e Eckert, (2001), Altmann, (2009), Novaes, (2009), Guran (2011).

sempre estamos a inventar novas maneiras de pesquisar (PEIRANO, 2014, p. 381). O que se mantém ao longo da história do fazer etnográfico é o “olhar” - não apenas o olhar que produz a imagem ou o texto, mas o olhar que trabalha a imagem e realiza a observação diferida. Sejam falas, gestos, cores, cantos e contos é "o olhar do antropólogo que fixa a fugacidade do 'fato social', que capta a beleza, que identifica técnicas e tecnologias, que, enfim, nos dá a oportunidade de “ver” e, espera-se, de admirar e amar aquilo que não é espelho..." (MAGALHÃES, 2002, p.16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Eliska. “Verdade, tempo e autoria: três categorias para pensar o filme etnográfico”. *Revista Antropológicas*, Recife, v.13, n.20, p.57-79, 2009. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/124/113>. Acesso no dia 08/08/2015.

BATESON, Gregory e MEAD, Margaret. *Balinese Character. A Photographic Analysis*. New York: The New York Academy of Sciences, 1942. Disponível online em: https://monoskop.org/images/8/8d/Bateson_Gregory_Mead_Margaret_Balinese_Character_A_Photographic_Analysis.pdf.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia de conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOUDON, Raymond. “Ação”. In: _____. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EUSÉBIO, Albino José e MAGALHÃES, Sonia Barbosa. “Instabilidade político-militar e a vida cotidiana em Moçambique”. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

EUSÉBIO, Albino José e MENDONÇA, Kátia. Individualismo, violência criminal e a construção social da vida cotidiana. *Sistema Penal & Violência*. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 265-276, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.2.21523>.

FRANCE, Claudine de. *Cinema e antropologia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

FREIRE, Marcius e LOURDOU, Philippe. *Descrver o visível: cinema documentário e antropologia fílmica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

FREIRE, Marcius. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em *Balinese Character. A Photographic Analysis*. Alceu, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.60-72, 2006. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Freire.pdf. Acesso no dia 08/08/2015.

FREIRE, Marcius. Relação, encontro e reciprocidade: algumas reflexões sobre a ética no cinema documentário contemporâneo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.14, p.13-28, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1484/955>. Acesso no dia 08/08/2015.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*. Londrina, v.7, n.10, p.77-106, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841>. Acesso no dia 08/08/2015.

HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Rouch compartilhado: premonições e provocações para uma Antropologia contemporânea. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.14, n.32, p.113-122, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/37743/pdf>. Acesso no dia 08/08/2015.

JORDAN, Pierre. Primeiros contatos, primeiros olhares. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.1, p.55-64, 1992. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/24783451/Primeiros-Contatos-Primeiros-Olhares>. Acesso no dia 08/08/2015.

MACAMO, Elísio. A Constituição de uma sociologia das sociedades Africanas. *Estudos Moçambicanos*, nº 19, p. 5-26, 2002.

MACDOUGALL, David. Filme etnográfico por David MacDougall. Edição e Tradução de Lilian Sagio Cezar. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 16, p. 179-188, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/49996/54128>. Acesso no dia 08/08/2015.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Texto e Imagem: recompondo a relação entre antropologia e fotografia. In: FURTADO, Lurdes G. (org.). *Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia*. Belém: Museu Goeldi, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida da família entre os nativos da ilha Trobriand*. Rio de Janeiro: F. Alves. 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Coral gardens and their magic: a study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands*. London: George Allen & Unwin, 1935.

MARTINS, José de Sousa. “O sensu comum e a vida cotidiana”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 10, nº1, p. 1-8, 1998.

MATSUMOTO, Roberta, K. Espaço e tempo na capoeira: estudo de uma técnica de corpo em antropologia fílmica. In: FREIRE, Marcius e LOURDOU, Philippe (org.). *Descrver o visível: cinema documentário e antropologia fílmica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 223-243.

NOVAES, Silvia Caiuby. Entre a harmonia e a tensão: as relações entre Antropologia e Imagem. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 13, v.20, p.9-26, 2009. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/120/111>. Acesso no dia 08/08/2015.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva. Jean Rouch: signo, verdade e pensamento. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.10, n.17, p.163-176, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/download/17431/15724>. Acesso no dia 08/08/2015.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, São Paulo, ano 20, n.42, p. 377-391, 2014.

RAMOS, Natalia; SERAFIM, José, F. Antropologia fílmica e diversidade cultural: contributos para a pesquisa e método. Trabalho apresentado na 26^a. *Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

RIAL, Carmen Silva de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. *Tessituras*, Pelotas, v.2, n.2, p.201-212, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/viewFile/4879/3768>. Acesso no dia 08/08/2015.

RIBEIRO, José da Silva. Notas para um debate em antropologia visual. *Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura*, São Paulo, ano 3/4, n. 3/4, p. 45-67, 2003/2004. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Revista_Arte_Historia_Cultura/Revista_20Mack_20Arte_20jose_20da_20silva_20ribeiro_2006.pdf. Acesso no dia 14/09/2015.

RIBEIRO, José da Silva. Jean Rouch e o Filme Etnográfico. *Doc On-line*, n. 03, p. 6-54, 2007. Disponível em: <http://www.doc.ubi.pt/03/doc03.pdf>. Acesso no dia 08/08/2015.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

ROCHA, Ana L. C. e ECKERT, Cornélia. A imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento e análise de pensamento coletivo. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.2, n.3, p.2-13, 2001. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9119/5232>. Acesso no dia 08/08/2015.

ROCHA, Ana L. C. e ECKERT, Cornélia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. *Tessituras*, Pelotas, v.2, n.2, p.11-43, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/viewFile/4851/3649>. Acesso no dia 08/08/2015.

SAMAIN, Etienne. Ver e Dizer na tradição etnográfica- Bronislaw Malinowsky e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*, São Paulo, ano 1, n.2, p.23-60, 1995. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a04.pdf>. Acesso no dia 08/08/2015.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. Hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. *Sociedade e Estado*, V. 17, n. 2, p. 249-281, 2002.

SOUZA, Mauricio R. Uma questão de método: origens, limites e possibilidades da etnografia para a psicologia social. *Psicologia USP*, São Paulo, v.25 n. 3, p.307-316, 2014.

SPENCER, Baldwin e GILLEN, Francis J. *The Native Tribes of North Central Australia*. London: Macmillan, 1899. Disponível online em: <http://setis.library.usyd.edu.au/ozlit/pdf/spenati.pdf>.

FILMOGRAFIA

Chronique d'un été (Crônica de um verão). Direção: Jean Rouch e Edgar Morin, 1961, 85'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bESrAdqNSiw>.

Nanook of the North. Robert Flaherty, 1922. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=iTgBujgwv-I>.

Recebido em: 17 de out. 2016.

Aceito em: 10 de jan. 2017



A RELAÇÃO “INDIVÍDUO E SOCIEDADE” NA LITERATURA À LUZ DE GOLDMANN, NORBERT ELIAS E BOURDIEU

Luana Goulart Machado¹

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar as contribuições de Goldmann, Norbert Elias e Bourdieu sobre a relação indivíduo e sociedade no âmbito literário; fazendo uso de alguns conceitos-chaves e teorias que marcam a trajetória de cada autor. Neste sentido, é possível perceber a relação de reflexo entre a consciência do grupo social e o imaginário do escritor, no bojo da ideia de “sujeito transindividual” de Goldmann; o uso dos conceitos de figuração e enfoque figuracional, de Norbert Elias, na análise dos romances científicos/utópicos de Wells; e as inúmeras contribuições de Bourdieu para a sociologia da literatura através de sua definição de campo de poder, *habitus*, e etc. Por este caminho, pode-se observar algumas posturas diferenciadas quanto às imbricações entre o “social e a literatura” e a “sociedade e o escritor”.

PALAVRAS-CHAVE: Indivíduo. Sociedade. Goldmann. Norbert Elias. Bourdieu.

THE RELATION "INDIVIDUAL AND SOCIETY" IN THE LIGHT OF LITERATURE GOLDMANN, NORBERT ELIAS AND BOURDIEU

ABSTRACT

The present work intends to approach the contributions of Goldmann, Norbert Elias and Bourdieu on the relation individual and society in the literary scope; Making use of some key concepts and theories that mark the trajectory of each author. In this sense, it is possible to perceive the relation of reflection between the consciousness of the social group and the imaginary of the writer, in the bundle of the idea of "transindividual subject" of Goldmann; The use of concepts of figuration and figurative focus, by Norbert Elias, in the analysis of Wells' scientific / utopian novels; And Bourdieu's numerous contributions to the sociology of literature through his definition of the field of power, *habitus*, and so on. Along this path, we can observe some differentiated positions regarding the imbrications between "social and literature" and "society and writer".

KEYWORDS: Individual. Society. Goldmann. Norbert Elias. Bourdieu.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRRJ).

INTRODUÇÃO

Dentro da sociologia impera-se um questionamento clássico, no qual atravessa várias décadas: a relação entre agência e estrutura. Não muito consensual, esta questão ainda permanece viva e é pauta de discussões nas diversas áreas e vertentes das ciências sociais, como por exemplo, na sociologia da literatura. Para enveredar este debate, foram selecionadas três personalidades marcantes do âmbito sociológico para entender a relação entre indivíduo e sociedade na esfera literária, são elas: Goldmann, Norbert Elias e Bourdieu.

Para tal empreendimento, fiz uso, sobretudo, do último capítulo do livro “Sociologia do Romance”, de Goldmann (1967), no qual procurei salientar o seu entendimento acerca do “sujeito transindividual”. Em seguida, fiz uso do artigo “Como pode utopias científicas e literárias influenciar o futuro?”, de Norbert Elias (2016), para pensar o “enfoque figuracional”, um de seus conceitos-chave. Por último, reuni sinteticamente alguns conceitos importantes de Bourdieu (1996), como “campo de poder” e o *habitus*; expostos no livro “As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário”.

1. GOLDMANN E SUA SOCIOLOGIA DA LITERATURA

O sociólogo francês Lucien Goldmann (1913 – 1970) nos oferece boas reflexões metodológicas acerca da sociologia da literatura, assentadas no estruturalismo genético. Contrapondo-se ao estruturalismo de Lévi-Strauss, Goldmann não engessa o indivíduo dentro da estrutura; o sociólogo percebe que o comportamento humano tende a agir com coerência diante das questões surgidas na realidade, dando origem às “estruturas significativas”. Tais estruturas não são concebidas individualmente, mas são originadas sempre na coletividade, por meio dos grupos sociais. Influenciado pelo marxismo, o escritor percebe uma dinâmica dialética nas estruturas: se não há uma estrutura fixa, é provável que as ações humanas alterem as estruturas significativas (desestruem as antigas estruturas) e gere novas:

Assim, as realidades humanas apresentam-se como processos bilaterais: desestruturação das estruturas antigas e estruturação de novas totalidades, aptas a criarem equilíbrios que poderão satisfazer às novas exigências dos grupos sociais que as elaboram. [...] Nesta perspectiva, o estudo científico dos fatos humanos, quer sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais, implica o esforço de esclarecimento desses processos, destacando ao mesmo tempo os equilíbrios que eles desfazem e aqueles em cujo sentido se orientam. (GOLDMANN, 1967, p. 204)

Adepto das concepções de “assimilação” e “acomodação” de Piaget, Goldmann afirma que as estruturas mentais dos indivíduos são formadas pelo processo de assimilação e acomodação através da interação com o grupo social no qual pertence. Embasado nesta perspectiva coletivista, o pensador adere a concepção de “sujeito transindividual” nos ensejos de seus trabalhos. Portanto, o sujeito é pensado em suas “relações intrasubjetivas”, em que o “indivíduo” não é considerado fora de seu grupo social; no entanto, cabe ressaltar que sua percepção de sujeito não é aquela concebida por Durkheim - “sujeito coletivo”, isto é, totalmente inerte diante da sociedade - , mas sim aquele que, na interação com o seu grupo social, age nas “estruturas significativas”.

Marxista, Goldmann percebe que o sujeito transindividual mais importante é a classe social, e que os demais sujeitos transindividuais – a família, os grupos de intelectuais, os grupos profissionais, etc – na análise das obras literárias, constituiriam apenas explicações periféricas, e não a sua estrutura essencial (GOLDMANN, 1967). Portanto, pautando – se nos pensamentos de Marx, Goldmann também dá uma importância acentuada no plano econômico, percebendo que as relações de produção refletem nos demais âmbitos sociais; assim, a consciência do escritor é relativa ao sujeito transindividual – a classe social no qual pertence. No entanto, veremos que, a posteriori, o autor irá reformular sua teoria quanto à determinação da consciência de classe na produção literária.

As “ideias” provindas das produções literárias são inerentes às estruturas mentais do grupo social em que o escritor está alocado: a “visão do mundo” (a resposta coerente) elaborada pelos grupos sociais, estrutura-se/vincula-se à imaginação do produtor literário. Entendendo, portanto, a importância da coletividade, Goldmann faz críticas às análises psicológicas, nas quais restringem-se apenas na relação escritor x obra, desconsiderando o grupo social do produtor.

Na realidade, a relação entre grupo criador e a obra apresenta-se, na maioria das vezes, de acordo com os seguintes modelos: o grupo constitui-se um processo de estruturação que elabora na consciência de seus membros as tendências afetivas, intelectuais e práticas, no sentido de uma resposta coerente aos problemas que suas relações com a natureza e suas relações inter-humanas formulam. Salvo exceções, essas tendências estão, contudo, longe da coerência afetiva, na medida em que são [...] contrariadas na consciência dos indivíduos pela filiação de cada um deles em outros e numerosos grupos sociais. (GOLDMANN, 1967, p.208)

Ao contrário da tendência em aderir a “explicação” em detrimento da “compreensão”, e vice-versa, Goldmann põe essas duas perspectivas em relação para análise das estruturas. Sendo assim, o sociólogo não pretendia apenas compreender o significado de uma determinada coisa, mas buscava também o entendimento da função/papel dela. Aqui, a compreensão é

relativa à estrutura significativa imanente - no qual o “objeto” é tido de maneira ainda limitada/recortada – e a explicação configura-se na inserção dos resultados da compreensão numa estrutura mais vasta. Para tanto, em “Sociologia do Romance”, o próprio escritor nos relata sobre sua análise às obras de Racine; a priori, ele tenta compreender as estruturas internas de cada obra de Racine, depois de compreender que as estruturas significativas internas são norteadas pela visão trágica de mundo, Goldmann busca compreender o movimento cultural, filosófico e religioso jansenista², no qual havia uma inclinação à visão trágica do mundo, e assim por diante. Grosso modo, o estruturalismo genético trata de analisar a relação dialética existente entre o todo e as partes.

1.1 O romance no mundo capitalista

Como já fora explicado, Goldmann dá uma acentuada importância ao plano econômico para explicação e compreensão dos fatos humanos - e assim não foi diferente na investigação do surgimento do romance, fruto do mundo burguês. Nesta perspectiva, o autor percebe alterações na forma literária romântica com o transcorrer das etapas do capitalismo. Em sua primeira fase – que vai até o início do século XX – o romance caracteriza-se pela presença do herói problemático - calcado pelo desânimo quanto à mercantilização das relações humanas, mostrando suas fraquezas e seu deslocamento diante do mundo capitalista. Pode-se ilustrar, por exemplo, o descontentamento de Wether - herói problemático da obra “Os sofrimentos do jovem Wether”, de Goethe (2010) – perante o mundo burguês:

Tudo, no mundo, acaba em mesquinaria, e um homem que se mata de trabalhar – não por seu próprio desejo ou necessidade imperiosa, mas para contentar os outros - , correndo alucinadamente em busca de fortuna, honrarias ou qualquer outra coisa, será sempre um louco. (GOETHE, 2010, p. 53)

Já no momento posterior à Segunda Guerra Mundial, observa-se uma resignação à tendência capitalista de reificação/coisificação da sociedade, no qual os homens estranham o produto de seu trabalho; neste sentido, os objetos tornam-se “independentes” do homem. Assim, a produção literária do período é permeada pelas descrições detalhistas dos objetos, demonstrando muito pouca – ou nenhuma – ação promovida pelo ser humano; portanto, os

² Jansenismo foi um movimento de cunho moral, disciplinar e político ocorrido no século XVII e XVIII, na França e na Bélgica. Sua doutrina teve como inspiração as ideias do bispo católico Cornelius Otto Jansenius. De modo geral, o jansenismo defendia as perspectivas de Agostinho de Hipona sobre a predestinação, em detrimento das ideias advindas do livre arbítrio e do racionalismo aristotélico.

objetos ficam sempre em primeiro plano. Vejamos, assim, a descrição de uma obra de Robbe-Grillet, escritor característico desse momento:

Justamente esse tema, tão recorrente na literatura, é enfocado por Robbe-Grillet de modo nada convencional: um narrador distanciado (o marido ciumento), como uma câmara fotográfica, retrata com um máximo de distanciamento, frieza e indiferença, cenas que se repetem – sem deter-se em nenhuma caracterização psicológica ou referir-se aos pensamentos e estados de espírito dos personagens igualados às coisas. A supressão dos personagens, a ausência de ação, a ruptura com qualquer linearidade temporal, marcam esse livro perturbador. O único sentimento que tudo move – o ciúme do marido – totalmente sublimado, transfigura-se em sua obsessão de registrar, sem nunca comentar, as cenas imóveis que nos apresenta. (FREDERICO, 2005, p. 437)

Como já fora elucidado acima, Goldmann irá mudar a sua perspectiva quanto à importância da consciência de classe no imaginário artístico/literário. Este processo de revisão, foi justamente permeado pela observação da transposição da reificação na produção artística. Nesta reviravolta de posicionamento, torna-se difícil de perceber a importância da classe social na produção artística, gerando complicações na construção de uma sociologia da literatura, através das contribuições de Goldmann.

2. A IMPORTÂNCIA DAS UTOPIAS E O “ENFOQUE FIGURACIONAL” NA PREVISÃO DO FUTURO: UMA ANÁLISE DOS ROMANCES DE WELLS POR NORBERT ELIAS

Contemporâneo a Goldmann, o sociólogo alemão Norbert Elias (1897 – 1990), nega-se a pensar a sociedade independente do indivíduo (e vice-versa), para tal ele afirma que há uma “teia de interdependência entre os indivíduos”, no qual a sociedade é justamente esta “rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação as outras”. Portanto, o indivíduo só existe em relação, de modo que “cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem “ (ELIAS, 1994, p.13).

Neste sentido, para explicar a estrutura social, é preciso considerar as relações/funções entre os indivíduos na sociedade; por considerar essas relações/funções dinâmicas, o sociólogo nega-se a observar a estrutura de maneira fixa e estática. Para tanto, ele exemplifica o caso do processo de individualização no seio da Renascença:

Em consonância com a estrutura mutável da sociedade ocidental, uma criança do século XII desenvolvia uma estrutura dos instintos e da consciência diferente da de uma criança do século XX. A partir do estudo do processo civilizador, evidenciou-se com bastante clareza a que ponto a modelagem geral, e portanto a formação individual

de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas. Os avanços da individualização, como na Renascença, por exemplo, não foram consequência de uma súbita mutação em pessoas isoladas, ou da concepção fortuita de um número especialmente elevado de pessoas talentosas; foram eventos sociais, consequência de uma desarticulação de velhos grupos ou de uma mudança na posição social do artista - artesão, por exemplo. Em suma, foram consequência de uma reestruturação específica das relações humanas. (ELIAS, 1994, p. 17 – 18).

Por compreender que o indivíduo nasce dotado de impulsos e paixões, na obra “O processor civilizador”, Norbert Elias (1990) nos faz refletir acerca das pressões sofridas pelo homem para torná-lo civilizado. De acordo com o sociólogo, antes do advento da civilização, os homens eram entregues às suas emoções, nisso se pode aferir, que diante de um desentendimento, cada qual resolvia as mazelas que surgiam por meio da violência física. Com a intensificação da divisão do trabalho e das teias de relacionamentos, os indivíduos tiveram que sintonizar sua conduta com a dos outros de maneira que “cada ação individual desempenhasse uma função social” (ELIAS, 1990, p. 196). Esta regularização de ações, requer sempre o autocontrole e a autolimitação, gerando a compressão das paixões e impulsos, na qual varia de acordo com a função e alocação do indivíduo dentro dessa teia de relacionamentos. O equilíbrio entre os controles - permeados por essa teia de relações sociais principalmente durante à infância e a juventude – e as pulsões individuais darão origem as estruturas de personalidade (ELIAS, 1990).

Mas como agora ele [o indivíduo] estava limitado pela dependência funcional das atividades de um número sempre maior de pessoas, tornou-se também mais restringido na conduta, nas possibilidades de satisfazer diretamente seus anseios e paixões. A vida tornou-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer. Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem em filmes à violência e à paixão erótica. (ELIAS, 1990, p. 203)

A teia de interdependência entre os indivíduos forma uma estrutura social específica, em que, a posteriori, Elias denominou de “figurações sociais”. Sendo assim, a escola, o exército, a família, a igreja e etc, seriam cada qual uma figuração. Por entender que o indivíduo não é passivo quanto aos fatores sociais, o sociólogo percebe que em cada contexto histórico e social, as figurações sociais são transformadas e mudadas por meio de suas necessidades e inclinações. Para compreender as figurações sociais, é preciso saber que tipo de emoções são nutridas pelos indivíduos em uma determinada época; isto é, é necessário a análise dos padrões de comportamento e personalidade que vigoram naquele período. Percebe-se, portanto, que Elias interessava-se pelos sentimentos envoltos das figurações sociais.

Uma das maneiras de expressar os sentimentos no trato civilizado, é através de livros e pinturas. Limitando-se a fazer o que fora proposto para este trabalho, uma brecha que Elias (2016) nos dá para pensar a relação entre indivíduo e sociedade no âmbito literário, encontra-se em seu artigo “Como pode utopias científicas e literárias influenciar o futuro?”, no qual o sociólogo afirma que Wells (escritor de utopias literárias/científicas) foi capaz de prever o futuro por meio de um “enfoque figuracional”.

Segundo o sociólogo, nem sempre as utopias são capazes de prever o futuro, mas como função social expressam sempre os medos, os sonhos e temores dos homens de uma determinada época. Até porque, as utopias configuram-se em formulações fantasiosas acerca da sociedade, podendo representar uma imagem desejável ou desagradável do contexto social. Assim, de acordo com Norbert Elias (2016, p.17):

As utopias das gerações passadas podem servir a seus descendentes como um indicador confiável, bem-sucedido, das ansiedades e esperanças, anseios e pesadelos de seus grupos ancestrais, tais como as classes sociais, grupos de idade ou sexo, e até mesmo de nações inteiras.

As utopias contidas nas obras de H. G Wells (1866 – 1946) eram embasadas por contentamento, desilusão e medo dos avanços da ciência. Elias percebe que esta desilusão social em torno da ciência já estava ocorrendo desde as teorias de Copérnico e Galileu, nas quais rechaçavam totalmente a concepção religiosa que afirmava a movimentação do sol em torno da terra; o rebaixamento de tal explicação abateu os ânimos dos homens naquele momento, visto que considerar a terra – e, por isso também, a humanidade – apenas como um planeta que rodava em torno do sol, tirava da humanidade sua satisfação de ser o centro, afetando seu sentimento de importância. Assim como este desalento tomado pelos seres humanos, o medo também não é algo novo ao século XX; este, por exemplo, está presente desde o surgimento da concepção de punição a Adão por ter provado o fruto da árvore do conhecimento. Neste sentido, o autor afirmou que: “Não se pode entender a profundidade destas angústias sem levar em conta que o medo e a desconfiança dos homens frente a sua própria capacidade de descobrir e de inventar não é nada novo” (ELIAS, 2016, p. 24).

Norbert Elias percebe que as redes de interdependência (as figurações sociais) - no qual, os sentimentos dos indivíduos estão imbricados - são perpassadas por relações de poder. E, como tal, o âmbito científico não escapa dessas relações. O sociólogo atenta que geralmente as opiniões proferidas acerca do uso da ciência só se expressavam por meio dos conhecimentos científicos em si, sem relacioná-los a uma estrutura de poder, no qual os Estados estavam sempre em disputa. Segundo o autor, o medo, a imaginação e, principalmente, a percepção

dessas relações de poder, foram fundamentais para que as utopias de Wells quanto à eclosão da guerra de trincheiras se efetuassem; isto é, graças ao enfoque figuracional, no qual percebia os progressos cada vez mais acentuados do meio científico/armamentista e o relacionamento político espinhoso entre os países, sua previsão pôde se efetivar, sem fazer uso nenhum dos métodos quantitativos/estatísticos.

3. A LITERATURA COMO CAMPO DE PODER

Assim como Norbert Elias, o sociólogo francês Bourdieu (1930 – 2002) rechaça a concepção de indivíduo passivo defronte à sociedade, o percebendo também como agente na estrutura social - mutável. Para pensar a relação indivíduo e sociedade no âmbito literário, Bourdieu lança mão de seus conceitos clássicos para compreender o campo da Literatura. É nesta perspectiva que o pensador vai contrapor a postura bastante comum na sociologia em visualizar as obras artísticas e literárias como reflexos da sociedade ou grupo social do escritor, ao refletir sobre as peculiaridades do “campo literário”. Mas como classificar um campo? Bourdieu, em “Razões Práticas”, afirma que uma das características essenciais do campo, é a disputa de poder:

O campo de poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, “a taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instancias especialmente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçadas. (BOURDIEU, 1996, p. 52)

Ao refletir sobre a correspondência do poder no campo literário, o autor percebe uma característica marcante na literatura francesa a partir do século XIX: a autenticidade no desinteresse; isto é, os produtores culturais conclamavam uma arte desvinculada dos interesses econômicos, depois de um longo tempo de subordinação aos interesses estéticos e éticos da Igreja. Esta demanda pelo desinteresse econômico é tão intensa que gerou uma hierarquização entre os escritores, no qual colocava-se em risco a legitimidade do escritor uma vez que adequado aos interesses comerciais. Assim, é de se esperar que a noção de “não-sucesso” pôde ser relativizada neste período, tendo em vista que um bom escritor é justamente aquele que não se “vende” às propostas comerciais de obtenção de lucro. A época era caracterizada por dois tipos de arte: a “arte pura”- correspondia-se à poesia, em que vendia-se pouco, mas tinha um

maior “valor simbólico” - e a “arte comercial” – caracterizada pelos lucros do teatro, o romance popular, o jornalismo e o cabaré.

Esse "ver enquanto tal" (segundo a expressão de Wittgenstein) que os artistas "puros" procuram impor contra a visão ordinária não é outro, pelo menos nesse caso, que não o ponto de vista fundador pelo qual o campo se constitui como tal e que, a esse título, define o direito de entrada no campo: "que ninguém entre aqui" se não estiver dotado de um ponto de vista que concorde ou coincida com o ponto de vista fundador do campo; se, recusando jogar o jogo da arte enquanto arte, que se define contra a visão ordinária e contra os fins mercantis ou mercenários daqueles que se colocam ao seu serviço, pretender reduzir os negócios de arte a negócios de dinheiro (segundo o princípio fundador do campo econômico, "negócios são negócios"). (BOURDIEU, 1996, p. 253, **grifos do autor**)

Percebe-se, portanto, que a luta no campo literário configurou-se na disputa da delimitação/classificação do próprio campo em si entre os produtores de “arte comercial” e produtores de “arte de pura”/ “desinteressada”; isto é, no campo da Literatura, o conflito perpassava sobre a classificação e conceituação de “o que é” ou “quem poderia ser considerado” um escritor. Esta disputa de poder para impor um/a conceito/classificação, gerou uma dificuldade em concluir o que de fato era um escritor, no sentido universal.

Por conseguinte, se o campo literário (etc.) é universalmente o lugar de uma luta pela definição do escritor, não existe definição universal do escritor e a análise nunca encontra mais que definições correspondentes a um estado da luta pela imposição da definição legítima do escritor. (BOURDIEU, 1996, p. 254)

Por notar essas disputas, o autor se nega a pensar as obras de literatura como mero reflexo das questões econômicas e sociais de sua época, preferindo analisá-las tendo em vista o “espaço de possíveis”, no qual visa a reconstituição histórica do escritor determinado, colocando-o em relação com outros escritores desse período, de maneira a perceber o que seria um escritor digno em sua época. Nesta perspectiva, Bourdieu não só rechaça a noção de reflexo das características econômicas e sociais nas obras, como também rejeita às análises puras/internas das obras nas quais não consideram o contexto histórico e nem percebe a Literatura como um campo de poder.

Em “Razões Práticas”, Bourdieu faz críticas diretas a Goldmann justamente por perceber as obras literárias como reflexo das visões do grupo social/classe social no qual o escritor pertence; isto é, reduz as produções culturais às perspectivas econômicas, sem compreender, antes de tudo, que a Literatura como campo, é um “microcosmo social”, ou seja, tem suas próprias estruturas e leis, nas quais os agentes podem modificar conforme seu interesse – nem sempre econômico, pois, como vimos, as mudanças podem partir de uma postura desinteressada. Isso implica a dizer que é preciso pensar de modo relacional, situando um escritor em relação aos outros no espaço social.

É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico etc., é um espaço de relações objetivas entre posições - a do artista consagrado e a do artista maldito, por exemplo - e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. E no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados. (BOURDIEU, 1996, pp. 60 – 61)

Assim, Bourdieu propõe estudar duas estruturas das obras literárias: as estruturas das obras (o gênero, a temática, a forma, o estilo, etc.) e o campo literário – constituído como campo de força; e são justamente essas lutas que definem a mudança ou a permanência das relações de força, afetando também as estruturas dos campos nas formas (BOURDIEU, 1996). Para tanto, serão as tomadas de posições dos agentes e das instituições – isto é, as estratégias – que irão destinar tal manutenção ou mudança; estando a posição imbricada na quantidade de capital simbólico dos produtores. No entanto, é importante considerar que a posição e as estratégias não se tratam de uma “determinação mecânica”: os escritores criam seus próprios projetos, nos quais são inscritos por suas percepções intermediadas pelo *habitus*.

Para resumir em poucas frases uma teoria complexa, eu diria que cada autor, enquanto ocupa uma posição em um espaço isto é, em um campo de forças (irredutível a um simples agregado de pontos materiais), que é também um campo de lutas visando conservar ou transformar o campo de forças, só existe e subsiste sob as limitações estruturadas do campo (por exemplo, as relações objetivas que se estabelecem entre os gêneros); mas também que ele afirma a distância diferencial constitutiva de suas posições, seu ponto de vista, entendido como vista a partir de um ponto, assumindo uma das posições estéticas possíveis, reais ou virtuais, no campo de possíveis (tomando, assim, posições em relações a outras posições. (BOURDIEU, 1996, p. 64)

Por compreender que o campo literário é uma disputa de poder – em que há uma ligação direta com a posição que o escritor ocupa no campo – e que a percepção do escritor é perpassada pelo *habitus*, Bourdieu ressalta a importância de se considerar a trajetória do produtor literário ao longo de sua carreira na abordagem sociológica da literatura. Isto não implica fazer uma biografia do escritor, mas sim um levantamento das sucessivas posições ocupadas por ele ao longo do campo literário, ou seja, saber a “publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.”

Ademais, o sociólogo aponta que ao fazer este levantamento é possível perceber as hierarquias no campo; no qual, ele mesmo pôde identificar uma relação direta entre a hierarquia de posições e a hierarquia de origens sociais. Nesta perspectiva, em seu estudo sobre o campo literário na França, percebeu que os romances populares – cujos escritores tem pouco capital cultural, mas um alto capital econômico – são deixados para a classe dominada e as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa breve reflexão calcada na abordagem de alguns dos principais conceitos de Goldmann, Norbert Elias e Bourdieu, percebemos as aproximações e distanciamentos no trato à problemática da agência e estrutura no âmbito literário. Enquanto Goldmann, em sua inicial abordagem, considerava que a imaginação literária do escritor pautava-se nas estruturas mentais do seu grupo social, Bourdieu discorda explicitamente dessa postura, ao perceber a Literatura como campo – um campo de poder – no qual tem suas próprias regras e leis, modificadas de acordo com as tomadas de posições dos produtores literários. Ademais, seu conceito de *habitus* ligada a uma noção de possibilidade/probabilidade, não engessa o indivíduo às ideias/gostos/estilos de seu grupo social. Assim, é provável que o escritor reproduza posturas iguais/semelhantes ao seu grupo social, mas tal reprodução pode ser quebrada; ou seja, o *habitus* não é rígido ou mecânico, ele é um princípio de orientação; sendo durável, e não imutável – dando-se margem para subjetividade do indivíduo, que pode optar por “desnaturalizar” tal reprodução.

Assim como Bourdieu, Norbert Elias também é um “teórico de síntese”- quem posiciona-se contrário às teorias puramente objetivas ou subjetivas; contrapondo sempre indivíduo e sociedade. Neste sentido, ao analisar as obras de Wells, Norbert Elias o observou como um ser pensante, que foi capaz de refletir as relações de poder e os avanços das produções científicas, e, assim, associá-los. Todavia, como vimos, ao retratar o caso das utopias, a análise não foi puramente “subjetivista”, tendo em vista que ao longo do artigo trabalhado, Elias pontuou os medos e desalentos sociais ao longo da história; percebendo que o receio dos avanços do conhecimento presentes no romance de Wells, é histórico. Assim, o sociólogo não percebe a utopia como produção apenas pessoal/individual; a entende, portanto, como pistas fundamentais na compreensão dos medos, angústias e esperanças de uma sociedade numa determinada época.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 1989.

COUTINHO, Fernanda Maria Abreu. Pierre Bourdieu e a gênese do campo literário. *Revista de Letras*, v. 1, n. 25, 2003.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Zahar, 1994.

_____. *¿Cómo pueden las utopías científicas y literarias influir sobre el futuro?* Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/1364/3/02CAPI01.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 2. Zahar, 1990.

FREDERICO, Celso. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 429-446, 2005.

GOLDMANN, Lucien. A sociologia da literatura: status e problemas de método. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*, p. 41-74, 1973.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Editora Paz e Terra, 1967.

LÖWY, Michael. Goldmann e o estruturalismo genético. *Serviço Social e Sociedade*, n. 21, 1986.

SUTTANA, Renato. *Literatura e sociedade, mais uma vez: uma reflexão com Norbert Elias*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Renato_Suttana.pdf>

VON GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Abril, 2010.

Recebido em: 30 de out. 2016
Aceito em: 08 de jul. 2017



**DA CATÁSTROFE À LIBERTAÇÃO:
a arte e a brincadeira na obra de Walter Benjamin**

Allan André Lourenço¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise de mão dupla sobre alguns aspectos da modernidade na obra de Walter Benjamin. Em um primeiro momento, investigam-se os processos resultantes da depreciação da arte e do brinquedo pela técnica moderna e de seus respectivos impactos sociais (na arte, nota-se o processo de estetização política, decorrente da perda da aura artística; no brinquedo, por sua vez, ocorre o estranhamento da criança diante da industrialização dos mesmos). Por conseguinte, propõe-se ir além das críticas benjaminianas ao estado atual desses processos, concebendo – em afinidade com Benjamin - que a brincadeira e a arte atuam como possibilidades de libertação em meio ao processo infernal do capitalismo moderno. Para tanto, utilizamo-nos do referencial teórico de Giorgio Agamben, em especial dos conceitos de profanação e secularização, fonte geradora de uma análise dialética da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Brincadeira. Giorgio Agamben. Modernidade; Walter Benjamin.

**FROM THE CATASTROPHE TO FREEDOM:
the art and the toy on the work of Walter Benjamin**

ABSTRACT

The current article proposes a two way analysis about some aspects of modernity at Walter Benjamin's work. In a first moment, resulting procedures of art's depreciation and of toy by modern techniques are investigated as well as its social impacts (On art, we note the process of political aestheticisation, caused by the lost of artistical aura; on toy, in turn, happens the strangeness of the children in face of its industrialization). Consequently, we propose to go forward Benjamin's critics to current state of this processes, conceiving that play and art act as possibilities of freedom in the infernal process of modern capitalism. For this purpose, we use the theory from Giorgio Agamben, in special his concepts of desecration and secularization, generating source of a dialectics analysis of modernity.

KEYWORDS: Art; Play; Giorgio Agamben; Modernity; Walter Benjamin.

¹ Graduando no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É membro do grupo de pesquisa “Ética, política e religião: questões de fundamentação” da PUC-Campinas. E-mail: allan.al@puccampinas.edu.br

INTRODUÇÃO

A fama póstuma atribui singularidade à pessoa. Por esse e por outros motivos, Hannah Arendt (2008) considerou Walter Benjamin como um verdadeiro pensador *sui generis*. Escrevera sobre arte e literatura, história e política, religião e magia, mas não era filósofo, nem sociólogo, nem filólogo. Por via de regra, nunca teve preocupações com o seguimento ortodoxo de nenhuma teoria, nem se preocupava em sistematizar e definir o que estava fazendo. Das poucas vezes que se preocupou em dizer para que veio, considerava-se um crítico literário. Em vida, Benjamin realizou um percurso intelectual muito próximo da tradição judaica durante sua juventude, tradição em que fora criado. Com o tempo, após seu contato com o pensamento de Georg Lukács, abandonara seu vocábulo religioso em nome de uma terminologia marxista e secular.

Além do messianismo judaico e do marxismo, houve um terceiro traço no pensamento benjaminiano: o romantismo. Juntos, os três elementos formam a tríade e o arcabouço nuclear de seu trabalho. Michel Löwy (2008) chegou a trabalhar incessantemente esse tema, propondo uma definição tipológica de romântico como aquele que, ao mesmo tempo em que rejeita a possibilidade de retorno ao passado e de reconciliação com o presente, projeta suas animações para o futuro. Em Benjamin, justamente, esse futuro vai de encontro com a sociedade sem classes, resultado da ação libertária de um povo.

A breve trajetória de Benjamin não o isentou de produzir uma vasta e interdisciplinar obra, destacando-se na crítica literária, nas observações sobre artes plásticas, nos trabalhos gerais sobre a história de Paris e na política. Seu contexto (1892-1940) e origem alemã também são ímpares quando pensados juntos. Ele foi um homem que viu de perto a ascensão de Hitler e de Stalin ao poder. Com isso, não poderia deixar de pensar e advertir sobre as consequências negativas que a modernidade pôde ser capaz de proporcionar ao mundo. A maioria dos seus textos de viés político apontou para um processo nitidamente infernal, enxergando a história da modernidade como um gigantesco e crescente pandemônio, onde o fim não seria diferente da hecatombe completa.

Contudo, Benjamin não foi um pensador fatalista. Muito pelo contrário, as possibilidades libertárias escoavam constantemente nas entrelinhas de seus ensaios. Ele pode, com boa dose de razão, ser visto como um homem de possibilidades e, quanto mais as coisas pareciam pior, mais isso indicava a possibilidade de irrupção dessa ordem. Judeu ou marxista, isso nunca o tornou contraditório, a redenção e a revolução falavam da mesma coisa e ansiavam pelo mesmo: o

surgimento do Messias como agente de quebra, de frenagem da marcha cataclísmica da história. Teológico ou materialista histórico, não importa, é sempre o povo o responsável por esse feito, e é dele que é esperada a libertação.

Neste artigo, a proposta é um debruçar sobre duas reflexões pertinentes na literatura benjaminiana: as da arte e as dos brinquedos. Em ambos os casos, observa-se a questão da modernidade como um plano de fundo em que, inter-relacionada com o avanço capitalista, exerce profundas mudanças na estrutura estética da arte e na produção mercantil dos brinquedos.

Para compreender a análise que seguirá, primeiramente é necessário perpassar pelo referencial teórico-filosófico que servirá para as posteriores interpretações. Sumariamente, o texto “Profanações”, de Giorgio Agamben, contribuirá para o quadro interpretativo deste artigo. Nele, em especial o capítulo intitulado “Elogio da profanação”, o filósofo estabeleceu uma distinção valiosa entre três conceitos-chave: sacralização, profanação e secularização. Tentar-se-á, com isso, compreender como a arte e a brincadeira se articulam com estas definições conceituais, evidenciando que tanto a arte como o brinquedo passaram ambos por um processo de secularização e que, porventura, podem ser profanados.

Nesse sentido, propomo-nos a explicar como que a modernidade – ou o capitalismo, mais precisamente – se assinala por um intenso e problemático processo de secularização e como, mais adiante, a possibilidade de profanação surge como uma possível forma de libertação das condições injustas que surgem ao longo da história.

Aclarada essa questão, a reflexão do artigo segue com as interpretações sobre os ensaios escritos por Benjamin acerca da arte, com destaque central para o texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. O plano de fundo teológico do conceito de “aura” exposto no texto, como também da dialética entre estetização política e politização da arte serão fundamentais para os objetivos elencados dessa pesquisa.

Em terceiro lugar, segue-se com as ensaísticas de Benjamin sobre os brinquedos e a brincadeira na infância. A maioria desses trabalhos, escritos na mesma época, são incorporados por semelhante nuance à respeito da nova condição que o brinquedo é posto nos dias atuais com o processo de industrialização.

1. CONSAGRAÇÃO, SECULARIZAÇÃO E PROFANAÇÃO

Há um caso narrado na pornografia muito peculiar. Nele, uma *pornstar* se preparava para um ensaio fotográfico de cunho erótico. Em certos instantes, ao atingir determinado clímax nas poses e movimentos, quando fotografada, seu rosto não acompanhava o resto de seu corpo. Quer dizer, em toda a cúspide de eroticidade que o contexto nutria de expectativas, o comportamento se quebrava por meio da expressão facial mais gélida e desinteressada possível da modelo. Em certo sentido, o ensaio fotográfico acabara de propor um novo uso à pornografia, visto que não serviria para os fins convencionais de sua produção. Pode-se dizer que seu rosto serviu como um meio para lançar mão de uma nova forma de uso do material. De que meio e uso estamos tratando?

Giorgio Agamben, embebido da noção de “meios puros”, pressupõe este conceito como condição para certa ruptura com a continuidade pré-estabelecida do *modos operandi* de determinadas ordens. Um meio puro é um meio sem fim. Uma ação pura é aquela desligada do dogma utilitário e de qualquer instrumentalidade ponderadamente calculada. No fundo, trata-se de um território instável, habitado, entre outros, pela criação e pelo comportamento desinteressado. Os meios puros são a morada da profanação.

A profanação é a operação inversa da consagração. O consagrar, tornar sagrado (do latim *sacrare*) é a operação segundo a qual as coisas se abstraem do mundo dos homens e passam a ser propriedade exclusiva dos deuses. O sagrado é reservado aos deuses, é privado dos homens. A própria etimologia do termo religião esclarece essa operação mencionada. Sabe-se que a expressão *religio* não deriva – como certas tradições pensam – de *religare*, este como pressuposto de que a religião atua como elemento capaz de ligar os homens a Deus. Pelo contrário, a derivação vem de *relegere*, indicando a atitude de respeito e reverência que os homens devem ter com Deus. A religião, por conseguinte, atua para justamente manter a distinção do que é humano e do que é divino (AGAMBEN, 2008).

Se a consagração é sinalada por sua essência divisora, o “puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens. Mas o uso aqui não aparece como algo natural; aliás, só se tem acesso ao mesmo através de uma profanação” (AGAMBEN, 2008, p. 65). Para o filósofo, há várias maneiras possíveis de se profanar, seja pelo contágio daquilo que tinha sido reservado aos deuses, seja por meio do jogo. O jogo, por incrível que possa parecer, teve sua gênese a partir da esfera religiosa – as práticas do jogo refletiam, simbolicamente, mitos ou ritos

divinos. Contudo, o jogo é um elemento profanador visto sua capacidade de quebrar a estrutura do sagrado. Sagrado é tudo aquilo que conserva junto mito e rito, indissociavelmente. O jogo rompe essa formação, baseando-se ora no mito, ora no rito.

Apesar de o jogo ser essencialmente uma forma de profanação, sua intenção fundamentalmente profanadora pode ser desviada de uma neutralização do *status quo* para uma conservação do funcionamento dos dispositivos ora sagrados, sob uma nova linguagem. Trata-se da secularização, que mantém intactas as relações e os dispositivos de poder, mas ao invés de sagradas, suas práticas ocorrem sob a égide de um discurso secular. Em síntese, remove-se do sagrado sem desmontar os dispositivos de autoridade, de poder (AGAMBEN, 2008).

Walter Benjamin tinha algo parecido em mente quando em seu ensaio “Capitalismo como religião” nega a tese weberiana de uma afinidade eletiva entre um *ethos* religioso e o espírito capitalista. Não é sem motivos que Agamben recorda desse trabalho, uma vez que para Benjamin o próprio capitalismo é uma religião. Nesse sentido, “o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta” (BENJAMIN, 2013, p. 21). Fica claro que, longe de um processo religioso, o capitalismo também está longe de um processo profano. Não há possibilidade alguma em falar da abertura para um uso em um sistema sustentado pela ideia de posse, pela acumulação constante do capital.

2.1. Arte sacra, arte aurática

A história social da arte conta que, durante o período neolítico, a arte dividia-se em duas formas de produção distintas: a sagrada e a profana. Essa distinção atuava também na diferenciação social entre os homens e as mulheres. Isto é, ao homem era encarregada a produção da arte sacra, a escultura dos ídolos e das danças rituais feitas pelos mágicos e sacerdotes. À mulher, pelo contrário, era encarregada a produção da arte profana, que tinha seu status reduzido a uma atividade de ofício. Nesse sentido, o uso dado a sua produção não era ritual, mas decorativo, doméstico, e se fundia com as demais atividades do cotidiano (HAUSER, 1972).

A distinção acima mencionada é valiosa como ponto de partida de interpretação do ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Neste, Benjamin propôs uma análise histórica da arte a partir de suas técnicas de reprodução. Para isso, ele estabeleceu duas conceituações a respeito dos valores atribuídos a uma obra de arte: o valor de culto e o valor de exposição. A história dos modos de reprodução da arte se caracterizaria de um elevado valor de

culto e nulo valor de exposição para, com o tempo, passar para um intenso valor de exposição e um nulo valor de culto.

O que queria dizer com valor de culto, precisamente? Benjamin foi enfático nesse excerto e esclarece que o valor de culto está intimamente ligado ao teológico. A produção artística começa com as obras destinadas à magia, “o que importa, nessas, imagens, é que elas existam, e não que sejam vistas” (BENJAMIN, 1994, p. 173). A Idade Média exemplifica bem esse processo, e Benjamin teve ciência disso ao elencar algumas práticas como o encobrimento de certos ícones ao longo do ano e o acesso exclusivo a certas obras pelo sumo sacerdote. Desde as artes das civilizações antigas, como os egípcios, sumérios e gregos até as tradições artísticas da Idade Média – arte paleocristã, bizantina, românica e gótica – e até mesmo no Renascimento e no Barroco, todas elas cerceavam fundamentalmente aspetos religiosos.

Conforme as técnicas para a produção das obras de arte avançam, aumentam-se conjuntamente as possibilidades de sua exposição. Nas artes plásticas esse processo corre desde a invenção da pintura em telas de madeira na Idade Média até as invenções mais recentes da litografia e da fotografia, respectivamente nos séculos XVIII e XIX. Benjamin resume esse processo de transição de uma arte cultural para uma arte expositiva utilizando-se dos conceitos de “aura” e “destruição da aura”, inspirados na literatura de Charles Baudelaire, mais precisamente no conto “Perda da auréola”, em que um dos personagens narra a seguinte situação

Ainda há pouco, quando atravessava a avenida, apressadíssimo, e saltitava na lama em meio a esse caos movediço em que a morte chega a galope por todos os lados ao mesmo tempo, minha auréola, num movimento brusco, escorregou da minha cabeça para a lama da calçada. Não tive coragem de juntá-la. Julguei mais agradável perder minhas insígnias do que deixar que me rompessem os ossos. E depois, pensei, há males que vêm para bem. Posso agora passear incógnito, praticar ações vis e me entregar à devassidão, como os simples mortais. E aqui estou, igualzinho a você, como vê! (BAUDELAIRE, 2011, p. 215)

Como se vê, a posse da aura marca sua distinção dos demais. E não se trata de uma distinção trivial. É, sobretudo, uma distinção entre o mundano e o divino, entre homens e deuses. A obra aurática é, no entanto, uma obra sacralizada. A posse da aura consagra aquilo que é destinado a ser próprio dos deuses. Nessa lógica, a perda da aura indica aquele processo em que a arte se desvencilha de sua ligação religiosa. Em um plano ideal, estar-se-ia indicando o processo de profanação na arte. Porém, a via é de mão dupla.

2.2. A perda da aura e a via de mão dupla

A aura, na lógica de Benjamin, indicava a funcionalidade da obra de arte. Distinguem-se, em seu ensaio, duas funções: a ritual e a política. A primeira fase das produções simbólicas é caracterizada, como visto, pela aura e pela teologia. A aura resume algumas características dessas obras como sua autenticidade, originalidade e unicidade. Neste primeiro momento da história da arte as produções são difíceis de serem reproduzidas, o que conserva sua razão de ser: “o valor único da obra de arte ‘autêntica’ tem sempre um fundamento teológico, por mais remoto que seja” (BENJAMIN, 1994, p. 171).

Com o avanço das técnicas de reprodução – e, com isso, estamos falando da litografia e, principalmente, da fotografia – a arte deixa de ser única e passa a ser reproduzida em série. Nesse processo técnico a arte perde seu *status* de originalidade e unicidade, aproximando-se do grande público. Não se trata mais de uma arte ritual, mas de uma arte que, ao acostar-se das massas, garante que cada vez mais essa arte seja exposta. Seu alto valor de exposição somado à perda da função ritual indica, nesse novo momento da modernidade, a mudança funcional da arte de ritual para política. A exemplo desse processo, Giulio Argan (2010) em sua historiografia da arte na Europa recorda que intensas manifestações políticas na arte ocorrem com a crescente difusão da imprensa ilustrada.

A simples reprodução se distingue da reprodução técnica. A primeira sempre existiu ao longo da história, sempre relacionada à habilidade humana (manual) de reprodução. É o caso típico dos aprendizes que reproduzem as obras de seus mestres. O caráter técnico se difere a partir da mudança da habilidade manual para a habilidade maquinal. Substitui-se o tempo artesanal do artista para a instantaneidade do olhar diante da câmera.

A reprodução técnica da arte atingiu seu clímax com o cinema. Junto a isso, a funcionalidade política torna-se ainda maior:

A reprodutibilidade técnica do filme tem seu fundamento imediato na técnica de sua produção. Esta não apenas permite, da forma mais imediata, a difusão em massa da obra cinematográfica, como a torna obrigatória. A difusão se torna obrigatória, porque a produção de um filme é tão cara que um consumidor, que poderia, por exemplo, pagar um quadro, não pode mais pagar um filme (BENJAMIN, 1994, p. 172, grifo do autor).

Sobre a relação entre arte e política, Benjamin não foi claro em dizer como seriam essas afinidades sociais entre a arte e a política. Também não diz, por exemplo, se toda arte tem que ser política e o que ele entendeu, precisamente, por política. Uma das únicas prescrições que fez é de que a arte jamais pode ser utilizada pelos planos fascistas (KONDER, 2013). É nesse momento que o projeto de uma arte política se bifurca em duas possibilidades. Com a produção

cinematográfica, o filme consegue ter poder sobre seu público, mas o contrário não acontece. Na medida em que a técnica se apodera da massa, a massa é desapoderada da técnica.

A modernidade, então, sustenta um processo dicotômico. De um lado, abre espaço para a mudança social da arte, deixando de servir a Deus para servir aos homens. Do outro lado, esse processo profano pode levar a uma nova forma de controle das massas desvinculada do ritual religioso, mas atualizada em uma forma secular de mando. Tratam-se, respectivamente, da politização da arte e da estetização da política. Enquanto a primeira brada a possibilidade de libertação da condição de massa, a segunda mantém e reforça a própria situação de massa.

Nesse processo secular de controle e alienação, o fascismo e o capitalismo constituem-se como os principais agentes de estetização política. Enquanto o cinema estiver sob o controle do capital, a possibilidade de emancipação nunca ocorrerá. De forma semelhante, o fascismo atuou sempre para coagir a força da massa para a guerra, preservando as relações de autoridade existentes.

Em *Nervos sadios*, de 1930, Benjamin de antemão falava de um tipo de exposição genuína (muito semelhante ao que vem a falar sobre politização da arte), marcada pelo processo de transição da qualidade para a quantidade. Assim, não seria o cargo das massas terminarem mais eruditas, mas mais sabidas. A exposição genuína é, portanto, o processo de transição da teoria para a práxis: “é libertar o conhecimento dos limites da disciplina e torná-lo prático” (BENJAMIN, 1986, p. 180).

Fora essa defesa mencionada, em nenhum outro ensaio posterior Benjamin procurou esclarecer ou exemplificar as imbricações acerca do processo profano de politização da arte. Contudo, há alguns ensaios anteriores em que ele sugere, de uma forma ou de outra, a noção de arte política. Possibilidades pertinentes, aliás, para se traçar algumas noções do que ele veio a sistematizar neste manifesto de 1936. Esses ensaios fazem referência a três casos específicos: o surrealismo francês; o teatro épico alemão e a literatura soviética.

2.3. Por uma arte política

Cronologicamente, a primeira cena descrita por Benjamin foi acerca da literatura na União Soviética. Escritos em 1927, trata-se dos ensaios *Agrupamento político dos escritores na União Soviética* e *Nova literatura russa*. Nestes dois casos, Benjamin propôs – em forma de crítica literária – uma problematização do estado da arte da literatura russa anterior e posterior à revolução. Uma vez que estamos falando de uma nação animada por uma ideologia socialista,

como é o caso, o proletariado assume o protagonismo da cena. É esta a classe que lerá as produções em literatura e é para ela que as produções devem ser orientadas.

Entre os pontos ressaltados por esses ensaios, a tese de valor de exposição aparece como um esboço pelas entrelinhas de sua crítica literária. Benjamin parece aplaudir o fato de que, com um partido socialista no poder, as massas tenham a oportunidade de acesso à cultura literária. Em oposição aos demais escritores europeus, o escritor soviético dispõe de “absoluta exposição pública de seu trabalho. Por isso, suas oportunidades são incomparavelmente maiores” (BENJAMIN, 1986, p. 97). Ressaltando as três frentes estratégicas de Lênin – frente I: política; frente II: econômica; frente III: cultural –, ele ressaltou: “os autores russos hoje em dia devem contar com um público novo e muito mais primitivo que o das gerações anteriores. Sua tarefa principal é atingir as massas” (BENJAMIN, 1986, p. 101).

A Associação Panrusa de Escritores Proletários (VAPP) tinha plena consciência desse papel histórico. Não foi por menos que se tornou o principal agrupamento de escritores na União Soviética nesse período. A VAPP contou com mais de sete mil membros na área da literatura, representando um *boom* na produção e difusão literária no país, produção que, antes da Revolução, era monopolizada por uma pequena camada burguesa russa, como notou Benjamin. Não foi sem propósitos que o partido atuou na imposição de uma censura, a fim de garantir que a cultura fosse voltada à classe proletária, prevenindo manifestações burguesas.

Contudo, em se tratando de literatura proletária, isto é, literatura para uma classe que até alguns anos era majoritariamente analfabeta, não havia como esses escritores comporem ao nível de um Dostoiévsky ou de um Tolstói. Apesar de tudo, a nova literatura na Rússia servia bem ao seu propósito quando convinha para alfabetizar as massas. Por conta disso, conclui Benjamin, “a literatura russa atual é, com razão, um objeto mais apropriado para os profissionais em estatística do que para os especialistas em estética” (1986, p. 99).

Dois anos depois, em 1929, Benjamin publicou o enigmático ensaio *O Surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia*. Em correspondências com seu amigo teólogo Gershom Scholem, assim como no próprio ensaio, ele deixou muito claro sua intensa admiração e fascínio pelo movimento que se desenvolvia na França durante a década de 1920 (LÖWY, 2002). Provavelmente, seu contato com a experiência surrealista se deu após sua chegada de Moscou, em 1927, o que sugere uma significativa proximidade entre os ensaios literários e a temática da afinidade entre a arte e a política.

Benjamin identificou no surrealismo uma carga profundamente libertária, algo que transcende a singela classificação de um movimento artístico e literário. Foi isso que quis dizer, concisamente, ao propor que o surrealismo fez com que o domínio da literatura fosse explodido de dentro, levando a experiência literária aos limites máximos do possível (BENJAMIN, 1994). Essa nova experiência literária, mágica por sinal, alcança justamente esse potencial libertário (intimamente próximo ao comunismo²) a partir da expressão máxima e radical da ideia de liberdade:

Depois de Bakunin, não houve na Europa mais nenhum conceito radical de liberdade. Os surrealistas têm esse conceito. Eles são os primeiros a liquidar com o ideal burguês de liberdade, esclerosado do ponto de vista moral e humanista, pois estão convencidos de que "a liberdade, que neste mundo só se pode conquistar com mil terríveis sacrifícios, deve ser usufruída de modo ilimitado, em sua plenitude, e sem qualquer cálculo pragmático, enquanto durar". E isso, para eles, é a prova de que "a luta pela libertação da humanidade em sua forma revolucionária mais simples (que é, em si, a libertação em todos os sentidos), é a única coisa que ainda vale a pena". (1986, p. 113)

O surrealismo, portanto, foi um fenômeno capaz de conduzir para a revolução as energias da embriaguez. A ideia de embriaguez que estamos tentando situar é muito diferente do êxtase pela droga, ou do êxtase pela religião. Para Benjamin, o surrealismo não esteve no mesmo nível do simples sonho e loucura, pelo contrário, a embriaguez surrealista existe a partir de uma "iluminação profana". A iluminação profana permite a síntese entre o sonho e o estado de vigília materialista, esta síntese, por excelência, é o território da embriaguez. Ela consiste, antes de qualquer coisa, em "experiências mágicas sobre palavras", nas quais "interpenetram-se palavra de ordem, fórmula de encantamento (*Zauberformel*) e conceito" (apud. LÖWY, 2002)³. Essa nova forma de expressão romântica – à guisa das tipologias de romantismo de Löwy – inserem o surrealismo em um propósito de re-encantamento do mundo, não de forma sagrada, mas profana.

Mais tarde, entre os anos de 1930 e 1931, Benjamin conduziu sua reflexão para outro personagem de tom político das artes: Bertolt Brecht. Falamos, então, do ensaio *O que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht*. Consoante Konder (2013), Brecht possuiu muitas "fases" ao longo de sua trajetória artística e intelectual, as quais foram marcadas, por exemplo, pela proximidade ao expressionismo alemão ou pelas "peças didáticas" ou, ainda, pela conceituação do teatro épico.

² "[...] fui levado pela preocupação, que abrigo há dez anos, de conciliar o surrealismo como modo de criação de um mito coletivo com o movimento muito mais geral de libertação do homem, que tende, antes de mais nada, à modificação fundamental do modo burguês de propriedade [...]" (BRETON, 2001, p. 243).

³ Encontramos semelhanças entre a ideia estampada nesse trecho e a definição de André Breton sobre o significado de surrealismo: "Automatismo psíquico em estado puro mediante o qual se propõe exprimir, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio, o funcionamento do pensamento. Ditado do pensamento, suspenso qualquer controle exercido pela razão, alheio a qualquer preocupação estética ou moral" (BRETON, 2001, p. 40).

Anterior a esse ensaio, Benjamin já havia comentado sobre alguns aspectos da literatura brechtiana, a partir de sua crítica literária à obra *Experimentos*, indicando que suas intenções, ao escrever, eram causar em primeiro lugar “seu efeito pedagógico, em seguida, o político e, por último, o poético” (1982, p. 122).

Benjamin inicia o ensaio sobre o teatro épico de forma muito conveniente, profundamente similar com o que começou a escrever quatro anos depois no ensaio sobre a reprodutibilidade técnica. Ele atribuiu a Brecht o feito de ter eliminado os vestígios da ordem sagrada do teatro. Esse processo de profanação levou ao desaparecimento do abismo que separava o público dos atores (D'ANGELO, 2006). Também comentou a capacidade do teatro épico de questionar “o caráter de diversão atribuído ao teatro. Abala sua validade social ao privá-lo de sua formação na ordem capitalista” (BENJAMIN, 1994, p. 86).

O teatro épico de Brecht consistiu-se, em suma, por dois pontos. Primeiramente, o teatro épico bradou os problemas do homem a partir de uma perspectiva historicista (lê-se aí sua influência marxista). Segundo, o teatro épico ajuda os homens a compreenderem as contradições nas quais estão inseridos, contribuindo para sua superação. O objetivo desta forma teatral, então, é fundamentalmente pedagógico. Nesse sentido, a funcionalidade política da qual falava Benjamin se aproximou intimamente das propostas de Brecht, refletindo as mesmas preocupações históricas que passavam: o aparecimento do nazismo (KONDER, 2013).

As experiências artísticas mencionadas colaboraram para a defesa benjaminiana de uma arte política. Em todos os movimentos nomeados o marxismo apareceu como um plano de fundo ideológico, na medida em que esta influência nesses círculos foi capaz de estabelecer um propósito específico que se estrutura no desmonte dos dispositivos de poder. Não foi por menos que Benjamin colocou o comunismo como a antítese politizadora da arte frente à estetização política fascista. Tanto no fascismo como no comunismo a articulação política se mantém. Contudo, a grande diferença dialética entre os dois modos de utilizar a arte se expressam justamente pela dialética entre a profanação e a secularização da qual falou Agamben.

O elmo profano de que a arte política se veste é a chave para a libertação. Sua ação devolve ao uso aquilo que havia sido separado pelo poder. A arte enquanto atividade profana é intrinsecamente, também, uma atividade política, haja visto seu empenho na irrupção da continuidade do poder. São diversas as vias pelas quais o poder pode ser neutralizado e, portanto, profanado. O jogo, como mencionado anteriormente, também assume uma dimensão profana e,

de modo similar às artes, também pode ser desviado para a secularização. No caso, a particularidade dos brinquedos e da brincadeira podem ser úteis para ilustrar tal situação.

2.4. Velhos brinquedos

A profanação se liga, ainda, ao jogo e ao jogar, porém uma distinção deve ser feita entre as formas de jogo, pois há aqueles jogos subservientes à secularização⁴. Se a estrutura do sagrado se expressa pela afinidade inerente de mito e rito, o jogo tem a possibilidade de quebrar com essa estrutura, apoiando-se ora no rito, ora no mito. Com isso, o jogo acaba por desviar a atividade humana da esfera sagrada, conferindo-lhe um novo usufruto. Nesse processo, os brinquedos e a brincadeira são centrais no que se refere à possibilidade da libertação humana em relação aos dispositivos de opressão.

Tomaremos como ponto de partida o ensaio *História cultural do brinquedo*. Esta historiografia é valiosa para compreender-se a problemática que envolve a história da produção material dos brinquedos, ponto inicial dessa reflexão. O ensaio se estrutura, basicamente, como uma resenha crítica ao trabalho historiográfico de Karl Gröber sobre os brinquedos – em relação ao que Benjamin não dispensou comentários positivos. A base historiográfica desse livro se passa na Alemanha, uma vez que o país desempenhou um papel importantíssimo na produção dos brinquedos.

Até meados do século XIX houve uma particularidade na produção dos brinquedos, eles “não foram invenções de fabricantes especializados” (BENJAMIN, 2002, p. 90). A Alemanha da época, como muitos países, tinha sua produção caracterizada pelas manufaturas, que competiam entre si produzindo apenas sua especialidade: a produção de brinquedos era um aspecto secundário das especificidades próprias das oficinas. Não somente a produção, como também a venda, não eram atividades restritas a um único profissional: brinquedos feitos em madeira poderiam ser comprados com marceneiros; brinquedos em chumbo, com caldeireiros e assim por diante. O comércio relativamente especializado surge pouco a pouco entre os comerciantes intermediários, compradores das mercadorias das manufaturas e de artesãos domésticos, proporcionando uma difusão maior “daquele mundo de coisas minúsculas, que faziam então a alegria das crianças” (BENJAMIN, 2002, p. 91).

⁴ Consoante Agamben, a secularização do jogo se expressa pelo crescimento vertiginoso de novos e velhos jogos na contemporaneidade. Como resultado, a função profana do jogo tendeu a entrar em um processo de decadência (AGAMBEN, 2008).

A qualidade de minúsculo, conferida à produção dos brinquedos no momento em questão, parece desaparecer na segunda parte do século XIX, “os brinquedos se tornam maiores, vão perdendo aos poucos o elemento discreto, minúsculo, sonhador” (BENJAMIN, 2002, p. 91). Os efeitos do processo de dilatação dos brinquedos é alvo de intensas críticas por parte de Benjamin: quanto maiores se tornam, menos necessitam da presença dos pais em vigília. O último aspecto desse fenômeno é o estranhamento que causa não só as crianças, como também aos pais, e sua causa não é outra senão o processo de industrialização.

2.5. Brinquedos culturais e industriais, o ontem o hoje

Seja o brinquedo de ontem seja o brinquedo de hoje, ele sempre se constituiu pela imposição do adulto à criança. Quer dizer, os brinquedos sucessivamente chegaram às mãos da criança pela mediação do adulto. Nesse processo, os adultos acreditam em seu poder de pôr nos brinquedos aquilo que consideram o melhor às crianças. Benjamin tocou nessa questão em alguns de seus ensaios sobre a temática da infância. Em *Chichleuchlauchra*, ressaltou a característica de que “jamais faltou aos ‘maiores’ um pretexto pedagógico qualquer para imporem-se às crianças com seus caprichos e manias, numa pose empertigada” (BENJAMIN, 2002, p. 139). E ainda, no ensaio *Brinquedos e jogos*, argumentou que o brinquedo “mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é confronto, e, na verdade, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança” (BENJAMIN, 2002, p. 96).

Conjuntamente a essa interferência dos adultos, houve ainda outros fatores condicionantes nos brinquedos. Um desses fatores foi o culto. Dizer que o culto influenciou na produção de brinquedos significa, antes, dizer que os adultos impõem objetos de caráter sagrado às crianças e que elas, ao brincar, transformam-nos em brinquedos. A preocupação com deus ou com o místico e o transcendente é exclusiva dos adultos e completamente alheia ao universo infantil. O chocalho, por exemplo, antes de ser brinquedo foi “um instrumento para afastar os maus espíritos, que deve ser dado justamente aos recém-nascidos” (BENJAMIN, 1994, p. 250). Somente após a graça da imaginação infantil é que tais objetos se transformam, propriamente, em brinquedos. De modo similar opera a estrutura do jogo, também quebrando o funcionamento do sagrado:

[...] no jogo, apenas o rito sobrevive, e não se conserva mais que a *forma* do drama sagrado, na qual todas as coisas voltam sempre ao início. Mas foi esquecido ou abolido o mito, a fabulação em palavras ricas de significado que confere aos atos o seu sentido e a sua eficácia. Considerações análogas valem para o *jocus*, ou jogo de palavras: ‘ao contrário do *ludus*, mas de maneira simétrica, o *jocus* consiste em um puro *mito*, ao qual não corresponde nenhum *rito* que lhe dê aderência à realidade’. [...] Se o sagrado pode

ser definido através da unidade consubstancial do mito do rito, poderemos dizer que há jogo quando apenas uma metade da operação sacra é realizada, traduzindo somente o mito em palavras e somente o rito em ações (AGAMBEN, 2005, p. 84-5, grifos do autor)

Não somente os objetos de culto, mas os objetos econômicos corriqueiros também são convertidos em brinquedos pela criança através da brincadeira. Um papel, um pedaço de madeira ou até mesmo uma pinha podem ser transformados facilmente pelas mãos das crianças em brinquedos. Isso evidencia de modo mais claro a rejeição que as crianças despertam com os brinquedos industriais dados pelos adultos. Para Benjamin, é mais do que natural que a criança opte por objetos arcaicos e brinquedos antigos do que pelos complexos e avantajados brinquedos industriais. Por isso mesmo, entre todos os países da Europa, Benjamin reconheceu apenas na Rússia e na Alemanha a sensibilidade necessária para a elaboração dos brinquedos “primitivos”, pois justamente – e apenas – nesses dois países podia-se situar uma fase doméstica na confecção dos brinquedos. Destarte, Benjamin argumentou que a “riqueza de formas do povo baixo, dos camponeses e artesãos, constitui até os dias de hoje uma base segura para o desenvolvimento do brinquedo infantil” (2002, p. 127).

Roland Barthes (2001) também trabalhou com a crítica aos modernos brinquedos industriais, de modo muitíssimo semelhante ao que fez Benjamin. Em um de seus textos das *Mitologias*, Barthes foi capaz de sintetizar com destreza os aspectos mais gerais da condição atual do brinquedo na França. De imediato, tal-qualmente a Benjamin, critica o fato de os adultos verem na criança uma espécie de miniatura de si mesmos, motivo para justificar a miniatura dos objetos feitos para ela. O mundo da criança seria uma espécie de miniatura do mundo adulto, onde residem as mesmas profissões, os mesmos objetos e as mesmas utilidades. Dá-se soldados, panelas, estetoscópios e martelos para as crianças com o intuito de se acostumarem com os mesmos dali uns anos, quando atingirem a fase adulta.

Por conseguinte, essa espécie de preparação só poderia levar à aceitação total do mundo sem que questionem o porquê dos soldados, dos médicos e dos trabalhadores braçais. Se, por exemplo, dão-se às meninas bonecas realistas e conjuntos de panelas “pode-se, dessa forma, preparar a menininha para a causalidade doméstica, ‘condicioná-la’ para a sua futura função de mãe” (BARTHES, 2001, p. 41). Em síntese, a ideologia por trás do brinquedo francês – e porque não de todo brinquedo industrial – é aquela que, devido a seu aburguesamento, transforma as crianças em utilitaristas, ao invés de transformá-las em criativas. Nessa esfera, o brinquedo seculariza a infância.

2.6. O puro brincar

Enquanto o brinquedo se apresenta via de regra sob a imposição adulta à criança, o mesmo não pode ser dito da brincadeira. A ação criativa da brincadeira, como evidenciou Benjamin, desmonta os dispositivos burgueses ou religiosos de controle sobre as crianças: “não há dúvidas que brincar signifique sempre libertação” (BENJAMIN, 2002, p. 85). Os mais destacados ensaios benjaminianos sobre a história dos brinquedos explicitam pelas entrelinhas a que veio, realmente, seu propósito. Antes de documentar historicamente o processo cultural de fabricação dos brinquedos, o autor quis fazer com que entendessem de uma vez por todas que quem decide sobre o que será brinquedo é a criança ao brincar.

A consequência da industrialização dos brinquedos foi a alienação. À medida em que os brinquedos se inserem na lógica do capital, este modifica não apenas a forma de produção de tais brinquedos – de artesanal para fabril –, mas também sua forma, seu tamanho, e os materiais empregados em sua composição. Como consequência, o brinquedo é subtraído do controle familiar, tornando-se estranho tanto aos pais como às próprias crianças. Interessante advertir que a proposta benjaminiana sobre a infância não consiste em um isolamento das crianças para com os adultos, afinal de contas, não há como pensar na possibilidade dos pequenos se constituírem como uma comunidade fechada e independente, como ilustrava a utópica república infantil de Carlo Collodi⁵. Nesse sentido, “quanto mais eles [os brinquedos] imitam, mais longe eles estão da brincadeira viva” (BENJAMIN, 1994, p. 247). É valioso, portanto, ver no brinquedo a expressão muda do diálogo da criança com seu povo, sua classe, algo que não pode ser concretizado pela secularidade da indústria dessas mercadorias. Por esse motivo foi que Benjamin insistiu tanto na “domesticidade” da fabricação dos brinquedos.

Na brincadeira, então, a ação criadora da criança pode ser vista como uma profanação. O elo entre a profanação e a libertação é imensamente frutífero. Já dizia Agamben que “brincando, o homem desprende-se do tempo sagrado e o ‘esquece’ no tempo humano” (AGAMBEN, 2005, p. 85). Tanto em Agamben como em Benjamin o profanar, o brincar e o libertar situam-se dentro de um mesmo espaço, o espaço dos meios puros: “a criança quer puxar alguma coisa e torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se e torna-se bandido ou guarda” (BENJAMIN, 2002, p. 93). Esse comportamento infantil demonstra a essência do brinquedo de que falava Agamben ao escrever em homenagem a Claude Lévi-Strauss. Trata-se do “uma vez

⁵ Escritor italiano do séc. XIX, famoso por ter escrito *As aventuras de Pinóquio*: “Este país não se parecia com nenhum outro país do mundo. A sua população era inteiramente composta de garotos. Os mais velhos tinham quatorze anos, os mais jovens pouco mais de oito” (COLLODI apud. AGAMBEN, 2005, p. 81)

agora não mais”, isto é, a capacidade que a criança tem de dar novo uso a determinado objeto que uma vez era da esfera sagrada ou econômica e dali um tempo (quando transformado em brinquedo) não ser mais nem religioso nem econômico.

Em tese, o que permite à criança profanar com tamanha facilidade tem a ver com o que Benjamin identificou como a “faceta cruel, grotesca e irascível da natureza infantil” (BENJAMIN, 2002, p. 86). Os adjetivos podem parecer fortes, mas são pertinentes para quebrar o tradicional sistema ideológico de ver as crianças como uma “miniaturização” do mundo adulto. A tese corrobora para interpretar a infância como outro mundo, ou seja, as crianças estão alheias ao nosso mundo adulto. O neokantiano Salomo Friedlaender foi citado por Benjamin acerca desse aspecto intrinsecamente infantil:

Pequenos atentados terroristas maravilhosamente executados, com príncipes que se despedaçam mas que voltam a se recompor; incêndios que irrompem automaticamente em grandes magazines, arrombamentos e assaltos. Bonecas-vítimas que podem ser assassinadas das mais diversas formas e seus correspondentes assassinos com todos os respectivos instrumentos; guilhotina e força: pelo menos os meus pequenos não querem mais prescindir de nada disso (FRIEDLAENDER apud BENJAMIN, 2002, p. 87).

Em suma, mesmo que os adultos façam os brinquedos, escrevam os livros infantis e criem suas pedagogias, a correção última dada aos brinquedos parte sempre da criança no ato de brincar. As atiradas ao chão, as chacoalhadas e as depredações são características àquela transição histórica dos objetos da economia e da religião a um novo uso pela criança, sua transformação em brinquedos. É semelhante ao conceito de *bricolagem*, que Agamben menciona em comentários parafraçando Lévi-Strauss, termo este empregado para dar conta de explicar um modo de conhecimento imanente exterior ao conhecimento científico-racional do ocidente. Um conhecimento “primitivo”, guiado pelo instinto de conhecer o mundo e dar a ele uma ordem específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Benjamin aconteceu de mãos dadas ao seu velho amigo de infância, o pequeno corcunda. Na Alemanha de sua época havia alguns contos de fadas muito populares narrados pelos pais para seus filhos, um desses contos, com o qual teve contato através de sua mãe – conto este que nunca esqueceu – narrava a fábula de um pequeno homem corcunda. Esse travesso homem corcunda era sempre o responsável pelas trapalhadas cometidas pelas crianças,

“vou à minha cozinha, / Cozinhar minha sopinha; / Lá está um corcundinha, / Quebrou minha panelinha” (ARENDDT, 2008, p. 170).

O pequeno homem corcunda do conto de fadas nunca deixava se ver, Benjamin nunca o viu, era sempre o corcunda que o via e, ao olhá-lo, deixava-o sem jeito. Essa falta de jeito fazia com que o jovem não enxergasse nem a si nem ao próprio corcunda (BENJAMIN, 1987). Tudo que conseguia ver era a pilha de cacos e escombros deixados após a confusão. O corcunda de sua infância parece reaparecer em seu último ensaio escrito, antes de cometer suicídio em 1940.

As teses sobre o conceito de história, de Benjamin, dividem-se em dezoito pequenos parágrafos sobre a questão do materialismo histórico e da redenção futura. Na primeira tese desse conjunto, o pequeno corcunda reaparece. Como das outras vezes, o corcunda não se deixa transparecer, esconde-se sabiamente dentro de um fantoche autômato, cuja vestimenta era composta por trajes turcos. Esse corcunda era responsável por fazer funcionar um esquema infalível de xadrez, no qual a cada jogada de seu oponente o autômato responderia com um contra-ataque de imediato, ganhando sempre qualquer partida. Benjamin identificou nessa alegoria, baseada em um conto de Edgar Allan Poe, a imagem do materialismo histórico. O materialismo há de ser esse fantoche turco, programado continuamente para ganhar todas as partidas. Contudo, seu funcionamento ocorre em função da teologia – o anão corcunda – cujo semblante não se deixa ver.

Nas teses, Benjamin rememora temas que foram importantíssimos durante sua vida, um destes temas foi o aspecto redentor do porvir. A quinta tese, por exemplo, está em profunda afinidade com a narrativa sobre o pequeno corcunda que comentara em sua infância. Do mesmo modo que os olhos do corcunda enxergam nossa vida de modo veloz – tal como o moribundo enxerga toda sua vida prestes a morrer em um lampejo – o passado também perpassa ligeiro em cada momento do presente. O presente não se sente visado pelo passado, assim como nós não nos sentimos observados por esse corcunda (BENJAMIN, 1987). O corcunda também parece importante para pensar sobre o anjo da história⁶ que só vê a enxurrada de catástrofes que se acumulam com o tempo – igualmente com a criança que se depara com os cacos devido ao “sem jeito”.

⁶ O anjo da história foi um personagem descrito por Benjamin em uma de suas teses sobre o conceito de história, a partir de uma leitura pessoal da obra *Angelus Novus*, de Paul Klee. Nessa leitura, há uma tempestade que sopra do paraíso, que Benjamin associa ao progresso. O Anjo da história tenta se sensibilizar com cada um dos ferimentos que assombram os homens durante a marcha catastrófica do progresso, porém os ferimentos tendem a se repetir novamente e cada vez mais, acumulando uma hecatombe durante a história. O Anjo tem a face virada para o caos e contrária ao sopro do progresso. Essa atitude é a síntese da sua proposta em escovar a história a contrapelo.

A maneira mais eficiente de estabelecer uma definição desse corcunda penetra o campo teológico. Mais precisamente, o messianismo judaico, no qual Benjamin fez parte. Não querendo propor uma divisão grosseira de sua obra entre fase jovem e fase madura, mas sim uma reflexão conceitual, pode-se observar que após seu contato com o materialismo histórico através de *História e consciência de classe*, de Lukács, Benjamin abandonou um vocábulo profundamente rico de aspectos religiosos-judaicos, para lançar mão de uma terminologia secular, o marxismo. Todavia, neste último ensaio escrito, ele rompe descaradamente com essa tendência unicamente secular, reincorporando o vocábulo judaico ao mesmo tempo em que emprega o materialismo. Na literatura benjaminiana, por exemplo, revolução e redenção tornam-se sinônimos, do mesmo modo que o povo revolucionário é equivalente direto ao Messias.

A proposta romântica de Benjamin, em todos os possíveis sentidos, sempre apontou para a possibilidade de algo porvir. Com isso, pode-se inserir seu pensamento dentro daquele grande grupo de pensadores românticos libertários, à guisa do recorte indicado por Löwy (2008). Por alto, o caráter libertário em Benjamin abriga, ao mesmo tempo, redenção e revolução, numa relação quase que metafórica entre um e outro.

Este artigo, sumariamente, propôs-se um debruçar sobre dois pontos da discussão benjaminiana acerca da modernidade e as possibilidades que ela comporta de libertação. No campo das artes, Benjamin deu um passo valioso ao enxergar nesse elemento superestrutural brechas para superar sua subordinação ao fascismo e ao capitalismo. De modo semelhante atuou na esfera do brinquedo, indicando também a incorporação deste pela dinâmica do capital e, com isso, as possibilidades de libertação que partem da própria criança. O elo entre a arte e a brincadeira reside justamente na possibilidade que essas duas ações constituem-se como chaves da profanação ou, em linguagem política, da superação das formas de opressão. Se a profanação é a morada da libertação, a arte e a brincadeira são as clareiras dessa prática.

Portanto, a reflexão sobre o processo de transição da modernidade para o “que vem” foi marcada, em Benjamin, pelo apreço aos elementos superestruturais da sociedade capitalista, como a arte, a literatura e os brinquedos, neste trabalho. Esse processo de transição, então, também contribuiu para entender as profundas ligações que o autor construiu entre a religião judaica e o pensamento secular de Karl Marx e Friedrich Engels, sem que isso resultasse propriamente em uma deturpação ou paradoxo em seus escritos. Nesse sentido, Benjamin foi fundamental para entender o processo de irrupção da modernidade mais como um breque do que como um

progresso dinâmico. A ação libertária interrompe a marcha que acumulou os crescentes escombros por toda a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. *A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

BARTHES, Roland. Brinquedos. In: *Mitologias*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. 2 ed. São Paulo: Hedra, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix (USP), 1986.

BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

D'ANGELO, Martha. *Arte, política e educação em Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Recebido em: 16 de set. 2016

Aceito em: 24 de abr. 2017



ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DOS CONCEITOS DE HABITUS, CAMPO E CAPITAL CULTURAL

Geraldo de Andrade Fagundes¹

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte dos estudos teóricos realizados pelo autor para sua dissertação de mestrado na área da Educação. O frequente emprego dos conceitos de Pierre Bourdieu em pesquisas na área da Educação demonstra o quanto ele tem influenciado a produção acadêmica no campo educacional. Assim, este trabalho teve como objetivo refletir a teoria e a prática com ênfase na obra de Bourdieu em relação às noções de *habitus*, campo e capital cultural. A reflexão revela a escola como instituição fundamental no processo de reprodução cultural ao dissimular as condições em que esse processo acontece, contribuindo como instrumento ideológico. Nesse sentido, buscou-se estabelecer, com esses conceitos, uma melhor compreensão do mundo cultural da escola que o compõe, suas hierarquias e lutas internas, colocando em evidência os aspectos culturais desse campo social e as suas relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. *Habitus*. Campo. Capital cultural.

REFLECTIONS AROUND HABITUS CONCEPTS, FIELD AND CULTURAL CAPITAL

ABSTRACT

This article presents a section of the theoretical studies done by the author for his masters thesis in the field of Education. The frequent use of Pierre Bourdieu's concepts in studies in the area of Education demonstrates how much he has been influencing academic production in Education. Thus, this study aims at reflecting upon theory and practice with an emphasis on Bourdieu's work in relation to the notions of *habitus*, field and cultural capital. Such reflection revealed the school as a fundamental institution in the process of cultural reproduction by dissimulating the conditions in which this process happens, contributing as an ideological instrument. In this context, this work sought to establish, with these concepts, an understanding of the cultural world that the school is part of, its hierarchies and internal struggles, by putting into evidence the cultural aspects of this social field and its power relations.

KEYWORDS: School *Habitus*. Field. Cultural Capital.

¹ Mestrado em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-FURB.

INTRODUÇÃO

A investigação com relação à escola tem evidenciado crescentes adesões a uma perspectiva crítica do ensino no que tange às decisões referentes a uma única forma de ver a escola e uma única forma de selecionar os conteúdos a ensinar e os contextos históricos e políticos. Tais decisões criam a ideia de neutralidade dos saberes. Na década de 1970, essa perspectiva foi incessantemente contestada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em *A reprodução* (1970). Nessa obra, os autores apontaram a escola como uma instituição instrumentalizada em uma visão político/ ideológica com a finalidade de reproduzir as estruturas culturais padronizadas e consagradas da sociedade. Para fazer essa leitura do ambiente educacional, Bourdieu e Passeron utilizaram alguns instrumentos teóricos como os conceitos de *habitus*, campo e capital cultural. Tais conceitos aparecem em vários textos de Bourdieu e demonstram que o conhecimento veiculado pela escola é questionável, pois, tem a ver com forças culturais da sociedade que condicionam os processos na escola. Como palco de lutas e relações de poder, a escola se constitui como um microcosmo social e cultural dotado de regras em que se configura como um campo ligado a determinados capitais movimentados e valores legitimados. Assim, de acordo com as características e finalidades de um determinado campo, um ou outro capital terá maior valor e importância. É no campo que pode ser situado o *habitus*, já que cada campo privilegia um *habitus* específico.

Nesta dinâmica apregoada pelo autor, os sujeitos incorporam os elementos constituintes dessa sociedade e, a seu modo, exteriorizam os conteúdos simbólicos interiorizados, compartilhando os traços de uma cultura padrão. Bourdieu fundamentou essa lógica através do conceito de *habitus*, uma reflexão baseada em uma expectativa sobre a dinâmica da composição cultural identificada na teoria sociológica que se apresenta como uma importante ferramenta interpretativa da realidade no contexto microcultural da sociedade, em especial, a escola. Por essa trilha, procurou-se favorecer uma compreensão dialética sobre a relação entre os estudantes e os processos dentro da escola dissolvendo as fronteiras entre os indivíduos e a escola. Tal caminho mostra-se fértil para fomentar a discussão da relação entre questões culturais dos atores sociais e as condições dadas pela estrutura escolar. Essa é uma questão sociológica tácita na questão da construção das categorias culturais, e em última instância, se refere ao tema da produção de conhecimento. Portanto, recorrer ao tema *habitus*, teorizado pelos autores citados acima, tem por alvo, a reiteração do fenômeno que Bourdieu (2001, p. 167) chamou de “cegueira

escolástica”, que permite criar ou desenvolver um desconhecimento, que, por sua essência, está na obscuridade da consciência. Por esse motivo, sua eficácia depende do desconhecimento dos processos e das relações que envolvem a inculcação e a legitimação, que devem persistir o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *habitus* como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural “capaz de perpetuar-se após a cessação da AP², e, por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 44). Nesse sentido, o percurso argumentativo do conceito de *habitus* é uma exigência para qualquer confronto crítico com os estudos sociológicos.

AS FONTES DO CONCEITO DE *HABITUS* E SUAS PROPRIEDADES

Para entender um pouco o conceito de *habitus* em Bourdieu, proponho revisitarmos os precedentes teóricos desse conceito. As origens do conceito remontam à noção aristotélica de *hexis*³, termo presente na discussão do filósofo grego sobre a ética. Refere-se a um estado aprendido e estabelecido para a orientação da moral e comportamento de um dado sujeito. A palavra *habitus* compõe uma tradução latina dessa categoria de Aristóteles, tradução essa, que remonta ao século XIII. Em momentos mais recentes, encontra-se o conceito de *habitus* em variados autores, como por exemplo, em Marcel Mauss na obra *Técnicas Corporais*, Max Weber em *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* lançado em (1904-1905), Maurice Merleau-Ponty (1999) em sua análise sobre o “corpo vivido”, em Sartre (1960) na obra *A crítica da razão dialética*, e, finalmente, em Norbert Elias, na obra *O processo civilizador* (1994) no que tange à conexão do *habitus* e a construção histórica.

Observando o caminho histórico do conceito de *habitus*, torna-se particularmente relevante buscar uma compreensão que fez esse conceito renascer entre os trabalhos de pesquisas atuais. Para isso, as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu são o ponto de partida,

² A ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido. As relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação).

³ “A *hexis* corporal fala imediatamente à motricidade, enquanto esquema postural que é ao mesmo tempo singular e sistemático, pois é solidário de todo um sistema de técnicas do corpo e de instrumentos, e carregado de uma miríade de significações e de valores sociais: as crianças são particularmente atentas, em todas as sociedades, a esses gestos ou essas posturas onde se exprime a seus olhos tudo aquilo que caracteriza um adulto, um caminhar, uma postura de cabeça, caretas, maneiras de sentar-se, de manejar instrumentos, cada vez associados a um tom de voz, a uma forma de falar e – como poderia ser de outra forma? – a todo um conteúdo de consciência” (BOURDIEU, 1983, p. 58).

seguindo-se com todo o leque de questões que envolvem esse conceito como o conceito de campo e de capital cultural. Como um dos mais importantes sociólogos do século XX, Bourdieu desenvolveu toda a sua obra a partir do conceito de *habitus*. O conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu parte da influência de Merleau Ponty (1945). Bourdieu parte da possibilidade de destacar a percepção da significação do corpo, e busca em Ponty (1945) inspiração para considerar o corpo não como apenas um receptáculo social e cultural, mas como uma forma de imersão no mundo. Tanto Bourdieu quanto Ponty buscam compreender a importância do corpo a partir do conceito de *habitus*, no qual o corpo serve como um receptáculo social e cultural que incorpora toda uma visão de mundo em que o sujeito está inserido em uma “fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida [...], na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos” (BOURDIEU, 2013, p. 165). Assim, o *habitus* tende a produzir estruturas estruturantes que permitem “a percepção do mundo social e por sua vez, o produto da incorporação” (BOURDIEU, 2013, p. 164) de práticas com relativa autonomia. Como não há espaço aqui para realizar uma análise detalhada das semelhanças e diferenças entre os usos analíticos do conceito de *habitus* pelos autores citados, abordar-se-á alguns pontos gerais sobre a questão de forma sucinta. O *habitus* refere-se a uma gama particular de disposições socialmente adquiridas e aceitas de comportamentos que são propriedade única de um indivíduo, porém, propriedade adquirida, aprendida e compartilhada com os demais membros da mesma formação coletiva. Levado para o universo da escola, o *habitus* atua sob a perspectiva do sucesso e do fracasso, constituindo-se como pilar fundamental do *habitus*, edificado ao longo das experiências na sociedade e, em especial, na escola.

O *habitus* é um processo que decorre, em algum grau, na configuração do campo, nas práticas pré-ajustadas aos padrões de conduta formados pela razão da sua existência temporariamente estratificada. Nesse sentido, o *habitus* atua como um mecanismo capaz de desviar seletivamente as informações impostas pela escola, as quais, em geral, só são assim capazes de modificá-lo dentro dos limites permitidos pelo poder de seleção da instituição. Esse princípio permite qualificar o *habitus* como durável, apesar de mutável. Bourdieu (2013) esclarece que, o *habitus* no sistema escolar não só cristaliza as diferenças culturais trazidas pelos estudantes, como também, potencializa essas diferenças culturais em um sistema de disposições construídas a partir das estruturas sociais vigentes. Segundo o autor, as estruturas sociais não são processos que se fazem ajustados pelas condições objetivas ou subjetivas presentes em um certo espaço, mas, na condição de função ideológica do sistema escolar a sua aparente autonomia em relação às

estruturas objetivas. A dissimulação promovida pelo *habitus* presente no sistema escolar não permite aos seus atores sociais uma visão consciente da instrumentalização em relação à estrutura objetiva da escola que pela “inculcação inconsciente de princípios só manifestados no estado prático na prática imposta e o modo de inculcação que produz o *habitus* pela inculcação metodicamente organizada enquanto tal por princípios formais e mesmo formalizados (pedagogia explícita)” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 57) próprio de uma escola tradicional e eficaz quando se trata de perpetuar preceitos baseados na transferência de conteúdos que preservam a “familiarização no qual o mestre transmite inconscientemente pela conduta exemplar princípios que ele não domina conscientemente a um receptor que os interioriza inconscientemente” (BOURDIEU; PASSERON 1992, p. 58). Sendo assim, à autonomia do sistema escolar esconde o fato de ser a escola um instrumento ideológico eficaz, que serve aos anseios da classe dominante, inculcando as disposições necessárias para legitimá-la a partir da fragilidade do processo. Ou seja, o princípio da não consciência é a base fundamental para que a reprodução aconteça “por princípio o gosto, sistema de esquemas de classificação cujo acesso à consciência é em geral, bastante parcial” (BOURDIEU, 2007, p. 165). Esse princípio produz uma inércia na medida em que o *habitus* tende a produzir sistemas simbólicos chamados de estruturas estruturantes que operam nas mentalidades coletivas ou individuais. Para Bourdieu, essa dominação simbólica se faz por um canal único e singular estabelecido sempre por via do poder e de um capital simbólico,

“Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Portanto, é importante afirmar ainda que o *habitus* é composto por instâncias dotadas de uma dinâmica simbólica e específicas do meio no qual foram tecidas. As práticas sociais orientadas pelo *habitus* se apresentam como propriedades simbólicas de posição social de quem as produz, porque a própria subjetividade dos sujeitos, sua visão do mundo, suas escolhas e seus gostos estariam previamente definidos e estruturados durante o processo de ensino. Essa condição se constitui como uma espécie de matriz de conceitos, o *habitus*, cuja função é orientar as ações dos sujeitos dentro das estruturas sociais, espaços estes, sempre dinâmicos com uma lógica que obedece a leis próprias e cujo móvel é invariavelmente o interesse nas relações estabelecidas entre os seus indivíduos em um campo que se

Define, entre outras coisas, estabelecendo as disputas e os interesses específicos que estão em jogo. Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que

estejam motivados a jogar o jogo, dotados de habitus implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo (BOURDIEU, 1980, p.89).

O indivíduo dentro do campo específico busca adequar seu modo de pensar, perceber e agir às exigências daquele campo. Associado ainda ao capital cultural, o *habitus* se apresenta como um conjunto de estratégias, valores e disposições acumuladas ligadas a uma estrutura valorativa que analisa o gosto, o estilo e os valores estéticos de um modo geral. Parte das características de classe valorizando as “disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular [...]” (BOURDIEU, 1975, p. 59) destacando disposições culturalmente aceitas. São justamente nessas disposições de transmissão que cada grupo pode apresentar seu próprio padrão estético variado e classificado pelo *habitus*, e imediatamente classificando os indivíduos dentro do seu próprio grupo. Essa cisão de matizes dentro da escola, por exemplo, sugere aspectos ligados ao capital cultural adquirido através do ambiente familiar, e assim, cada grupo (ou sujeito) pode adotar estratégias próprias de sobrevivência dentro do *habitus* escolar a partir das disponibilidades que possui frente às demandas escolares. Com isso, a trajetória cultural de grupos ou trajetórias individuais podem “escapar ao declínio coletivo de sua classe” (BOURDIEU, 1979, p. 127) na medida em que remete a condições semelhantes de produção exigidas pela escola. Essas lutas, esforços ou estratégias acontecem individualmente, já que cada sujeito tem sua própria trajetória, uma combinação única. Por esse motivo, Bourdieu defende a ideia de que o *habitus* é dividido em público, através da exposição à ação pedagógica especializada no ambiente escolar, e em particular, associado ao espaço cultural da família. Além dessas disposições, o *habitus* se manifesta na escola constantemente reenquadrando os indivíduos dentro dos processos de classificação e reclassificação escolar.

Nesse sentido, o *habitus* produz seletivamente as informações impostas por novas experiências, as quais, em geral, só são modificadas dentro dos limites permitidos pelo seu poder de opção unificando e gerando práticas que permitem “compreender que a durabilidade, a transferibilidade e a exaustividade de um *habitus* estejam fortemente ligadas aos fatos” (BOURDIEU; PASSERON 1992, p. 46). Essa relativa falta de clareza das disposições imbricadas tende a levar os sujeitos às mesmas experiências de forma constante canalizando as trajetórias. Assim, ao procurar descrever a realidade que se apresenta para além do visível, Bourdieu coloca o *habitus* como produto individual social, já que o próprio sujeito produz a própria “interiorização dos princípios de um arbitrário cultural que está tanto mais realizado quanto o trabalho de inculcação está mais realizado” (BOURDIEU; PASSERON 1992, p. 50).

Nessa relação, o arbitrário é conseguido pela ação pedagógica que é um ato de violência porque seleciona e legitima a cultura por imposição em que “são dadas as condições sociais de imposição e inculcação” (BOURDIEU, 1975, p. 22). Para tanto, utiliza-se de uma autoridade pedagógica que garante as ações por meio da coerção e da naturalização da cultura dominante. Nesse raciocínio, busca-se percorrer no desenvolver da próxima seção compreender a violência simbólica e os fatores fundamentais que legitimam a sua existência dentro do *habitus*. Dessa forma, a escola obscurece a realidade, mostrando de forma natural, os seus procedimentos, discursos e práticas na inculcação de uma cultura arbitrária própria da escola. Nesse processo, o trabalho pedagógico produz o

Desconhecimento das limitações implicadas nesse sistema se encontra redobrada pelo desconhecimento das limitações inerentes a essa programação. A ação pedagógica tende a produzir o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 52-53).

O arbitrário cultural dominante é uma ação imposta pela “ação pedagógica” que seleciona e legitima a cultura pela via da imposição e inculcação, buscando formar um *habitus* no indivíduo de acordo com a cultura predominante. Para tanto, emprega-se a autoridade pedagógica de modo que seja possível garantir sua eficiência, ou seja, naturalizando as ações

Numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 36).

Nesse caso, a eficiência do arbitrário cultural depende do desconhecimento dos processos e das relações que envolvem a inculcação e a legitimação desse arbitrário na escola. Na busca por compreender alguns conceitos fundamentais próprios da teoria de Bourdieu e compreender a realidade cultural da escola, buscou-se alguns conceitos apresentados pelo autor como o conceito do *habitus* que possibilita perceber uma estrutura muito bem montada para a legitimação e a perpetuação do processo no interior da escola. Tal estrutura, conforme Bourdieu, constitui o “princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como ‘escolhas’ da ‘vocação’, e muitas vezes consideradas, efeitos da ‘tomada de consciência” (BOURDIEU, 1975, p. 201). Entende-se que essa rede de práticas representam as estratégias do *habitus* enquanto dispositivo que traz a invisibilidade dentro de um espaço de lutas que Bourdieu chama de campo social, no qual os agentes realizam suas práticas de acordo com o *habitus* apreendido. Entretanto, é preciso ressaltar que, embora Bourdieu tenha se valido

do instrumental de amplo estudo antropológico estabelecendo um rico diálogo com esta disciplina, suas análises evidenciam algumas críticas tecidas na direção do conceito do *habitus*.

Autores como Bernard Lahire (1995) alertam para elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição de *habitus* em Bourdieu. Ele recomenda que só através de um estudo aprofundado em cada família e suas relações com o universo cultural é que seria possível mensurar uma relação como o *habitus* familiar, o *habitus* individual de um estudante, por exemplo. De acordo com Nogueira e Nogueira (2002, p.27), “o *habitus* familiar, incluindo as disposições em relação à escolarização dos filhos, não poderia, portanto, ser diretamente deduzido do *habitus* de classe”. Um segundo problema apontado pelos críticos da teoria de classes de Bourdieu está na transmissão do *habitus* cultural em família. Lahire (1995, apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002) observa que é necessário estudar a dinâmica interna de cada família e as relações de interdependência social e afetiva entre seus membros para se entender o grau e o modo como os recursos disponíveis (os vários capitais e o *habitus* incorporado dos pais) são ou não transmitidos aos filhos. É essencial considerar que a originalidade dessas reflexões contribui para a reflexão de “Bourdieu sempre tenha admitido a diferença entre *habitus* individual e coletivo, nunca estabeleceu, com o grau de clareza que o faz Lahire” (NOGUEIRA, 2004, p.96). Entretanto, sem a pretensão de estabelecer diferenças, mas, resgatar o conceito do *habitus*, este trabalho se propõe a enfatizar detalhes que passam despercebidos, muitas vezes, em olhares rápidos em seus manuscritos. Bourdieu faz suas projeções para o campo individual quando aponta que os próprios indivíduos são produtos e produtores de um *habitus* quando afirma que

cada agente saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo por que suas ações e suas obras são produtos de um *modus operandi* do qual ele não ele não é o produtor e do qual ele não possui domínio consciente, as ações encerram, pois, um intenção objetiva, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes” (BOURDIEU, 1983, p. 15).

Concebidas a partir de um sistema de disposições resultantes de regras ou esquemas processuais inconscientes interiorizados passam a funcionar como princípios abaixo do nível de consciência reflexiva ou discursiva. Os limites da aplicabilidade do conceito do *habitus* para lidar com o contexto cultural da ação individual está engendrado em práticas e representações relacionadas ao campo, como sugere Bourdieu por meio de conceitos que se referem simultaneamente a partir da experiência prolongada às disposições exteriores e da dimensão das estruturas sociais.

O CAMPO: ESPAÇO DE LUTA

Ao estudar o efeito abrangente da noção de *habitus*, Bourdieu analisou as relações entre esse conceito reformulado no mundo social minimizado pelos estruturalistas, construindo o conceito de campo social que procura dar conta dos aspectos permanentes das estruturas sociais. A articulação dialética entre o *habitus* e o campo social está no princípio histórico das práticas associadas a cada um desses temas, bem como das relações que podem ser estabelecidas entre as mesmas com referência ao campo social em questão, a escola. Como afirma Martins (2002, apud Catani, 2011, p. 5), “a abordagem dos campos seria inseparável da análise da gênese das estruturas mentais dos atores que neles participam, as quais de certa forma constituem produto da interiorização dessas estruturas objetivas”.

A noção de campo social “substitui a de sociedade, pois, para ele, uma sociedade diferenciada não encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, e constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa” (CATANI, 2011, p. 192) e regras específicas, que ao mesmo tempo, é influenciado por um espaço social mais amplo e “relativamente autônomo, (um) microcosmos dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 1997, p. 20) em que os indivíduos ou instituições, criam espaços e os fazem existir pelas relações de lutas que aí estabelecem. O campo, é definido por Bourdieu (1982) como um espaço estruturado estruturante de posições onde predominantemente forças opostas, lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. Na escola, observa-se que os atores sociais não conseguem avaliar a adesão aos pressupostos dentro do campo que deve durar o bastante para produzir uma formação durável em que se estabelece. O próprio cenário da sala de aula está preparado com as carteiras dispostas em fileiras já que é um ato habitual, demonstrando as condições materiais e simbólicas típicas do *habitus* escolar. Nas palavras de Bourdieu (2008, p. 141), “entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo”. O autor utiliza o conceito de campo social para substituir o termo cultura “que confere à linguagem e, de um modo mais geral, às representações uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade [...]. Não há agente social que não aspire, na medida dos seus meios, a esse poder de nomear e de criar o mundo nomeando-o” (BOURDIEU, 1998, p.89) por indivíduos que compartilham do mesmo *habitus*, no qual se movimentam como jogadores, cujas disputas, dependem do acúmulo de capital correspondente a esse campo. Dessa forma, os jogadores estão sempre em luta para mudar

suas posições no jogo, utilizando estratégias que permitam aumentar o seu capital. Essas lutas, esforços ou estratégias podem acontecer de forma individual já que cada sujeito tem sua própria trajetória cultural e, portanto, uma combinação única, e de forma coletiva, já que determinados indivíduos partilham das mesmas combinações culturais.

Um dos princípios do campo é o alcance do poder que os indivíduos dentro dele podem ou não fazer, ou seja, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23) indicando a posição que o indivíduo pode ocupar nessa estrutura. É um lugar de luta entre os indivíduos que o integram e que buscam manter ou conquistar determinada posição. Essa posição é obtida pela disputa de alguns valores específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Pensar a partir do conceito de campo é pressupor certo confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23) já que a ausência de lutas, não seria mais um campo e sim, um aparelho. Os campos são formados por indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. O campo, então, é o lugar que os indivíduos ocupam nessa estrutura, e tal lugar indica suas tomadas de posição. Para Bourdieu, as posições entre os agentes dentro de um campo “são estruturadas, isto é, os agentes da fala entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas” (BOURDIEU, 1983, p. 13) já que todas as lutas no interior do campo envolvem a distribuição e a posse de um capital específico. Essa luta está aparelhada pelas posições entre aqueles que pretendem assumir uma posição e aquele que deseja mantê-la. O campo se constitui como um espaço estruturado e hierarquizado que inevitavelmente envolve lutas e tensões. Como o capital cultural dentro de um campo é específico, sua distribuição é desigual, o que motiva os indivíduos é a elaboração de estratégias de sobrevivência dentro desse campo como a rebeldia, indisciplina, resistência a padrões, frente à cultura escolar. Com isso, a trajetória cultural de indivíduos e de grupos, podem “escapar ao declínio coletivo de sua classe” (BOURDIEU, 1979, p. 127).

Assim, há uma resistência entre os indivíduos dentro do campo, já que a autoridade específica tende a organizar estratégias de conservação, em oposição aos que com menos capital, pretendem nova configuração desse meio procurando subverter a dominação, articulando estratégias de subversão. Momentos de crise fazem desse espaço um campo. Ressaltando que não é antagonismo, em forças opostas simplesmente os jogadores nesse jogo nem possuem consciência das condições do campo. No campo, não há dominados, apenas jogadores que estão de acordo

sobre a importância do jogo, contribuindo para a sua reprodução. Por outro lado, o campo cessa quando um dos lados é vencido devido ao precário capital que existe nessa difícil concorrência em que o lado com maior poder de discurso ganhe colocando em perigo a existência do campo. Ao descrever a realidade que se apresenta para além do aparente, Bourdieu (2002) coloca o sujeito em um campo que depende de certo capital cultural. Nesse raciocínio, busca-se percorrer no desenvolver da próxima seção uma análise sobre o capital cultural e os fatores fundamentais que legitimam sua existência dentro do campo social atravessado pelo *habitus*.

O CAPITAL CULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Além do *habitus*, deve-se pensar o conceito do capital cultural como atributo fundamental para uma compreensão mais ampla acerca do que é um campo. Para tanto, além do conceito de *habitus* e campo, sua definição e propriedades, é importante definir o conceito de capital cultural cunhado por Bourdieu, que é uma expressão utilizada para compreender as lutas e as relações de poder, em que cada campo está interligado a determinado capital. De acordo com as características e às intenções do campo, mudam também as intenções de valores prescritas por esse campo e que podem assim, situar um *habitus* específico. Nesse sentido, “a noção de capital cultural se colocou primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o ‘sucesso escolar’ [...] à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe”. (BOURDIEU, 2010, p. 73). O movimento no campo traz a questão do capital cultural definido pelo autor como uma forma ampliada de ver a realidade cultural de seus indivíduos e a dimensão que esse capital se convencionou denominar.

Partindo de múltiplas formas, Bourdieu cunha o conceito de capital cultural, o qual se relaciona à herança cultural da família, e assim, cada grupo (ou sujeito) pode adotar estratégias próprias de sobrevivência dentro do *habitus* como rebeldia, indisciplina, resistência a padrões, frente à demanda escolar. Quando se refere ao capital cultural, o primeiro meio social, a família, define os primeiros gostos, posturas, formas de falar e de certa forma, a familiaridade com o mundo. O capital cultural expressa o comportamento próprio da cultura dominante, favorecendo a identificação com seus códigos culturais, e é o “*ethos*⁴ de classe, e por outro lado, esses fatores se

⁴ “O *ethos* é o produto da ação contínua dos fatores que definem a posição das diferentes classes em relação ao sistema escolar, a saber, o *capital cultural* e o *ethos de classe*, e por outro lado, esses fatores se convertem e se
V. 6, n. 2. p. 103-123, mai./jul. 2017.

convertem e se acumulam, em cada uma das fases da carreira escolar, numa constelação particular de fatores de retransmissão que apresentam, para cada categoria considerada (classe social ou sexo), uma estrutura diferente” (BOURDIEU, 1992 p. 97). Na posse desse capital cultural, os estudantes das classes privilegiadas possuem mais chances de sucesso e domínio dos códigos culturais escolares e com relação os anos iniciais, esses códigos devem passar por uma “aculturação para satisfazer ao mínimo as exigências escolares em matéria de linguagem” (BOURDIEU, 1975, p. 82) já que são estes que não possuem a “compreensão e o manejo da língua e constitui o alvo de atenção principal no julgamento dos mestres, a influência do capital linguístico não cessa nunca de se exercer: o estilo permanece sempre levado em conta, implícita ou explicitamente, em todos os níveis do ensino” (BOURDIEU, 1975, p. 82).

Além disso, o capital cultural reflete a correlação com o capital escolar, que é o “produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola” (BOURDIEU, 2013, p. 27). Nessas condições, a eficácia escolar depende do capital cultural herdado da família e o sucesso escolar depende da sua proximidade com a cultura/comportamento exigido pela escola. Contrariando afirmações de que as desigualdades no desempenho escolar seriam derivadas apenas de fatores econômicos ou de dons individuais, Bourdieu (2007) afirmou que as desigualdades no desempenho escolar são, sobretudo, recursos culturais necessários para um bom desempenho escolar enunciado pelo capital cultural existente entre os grupos. Portanto, o capital cultural herdado da família cria no sujeito uma aceitação das práticas escolares. O estudante, na posse desses atributos, passa a ter uma maior chance de sucesso na escola por apresentar esses valores simbólicos agregados. Desse modo, a concorrência entre estudantes com origens sociais diferentes é desleal no sentido de que o capital cultural se torna um importante elemento de distinção e indispensável para a aquisição do saber escolar. Além disso, dentro do próprio núcleo social de estudantes oriundos da mesma gama social, encontramos disparidade de capital cultural devido ao envolvimento ou não da família com relação à apropriação de bens culturais. A cultura aparece nesta ótica como um bem, uma condição de herança cultural acumulada entre grupos distintos e privilegiados, apresentando-se

acumulam, em cada uma das fases da carreira escolar, numa constelação particular de fatores de retransmissão que apresentam, para cada categoria considerada (classe social ou sexo), uma estrutura diferente. É o sistema dos fatores enquanto tal que exerce sobre as condutas, as atitudes e, portanto, sobre o êxito e a eliminação, a ação indivisível de uma *causalidade estrutural*, de sorte que seria absurdo imaginar isolar a influência de tal ou qual fator e, mais ainda, lhe emprestar uma influência uniforme e unívoca nos diferentes momentos do processo ou nas diferentes estruturas” (BOURDIEU, 1992, p.97).

sob a forma institucionalizada e variando de acordo com a posição social. Tal fato explicaria as desigualdades dos níveis culturais entre as famílias e, portanto, a perpetuação das desigualdades. Entretanto, os bens culturais não são transmitidos igualmente para todos, nem mesmo em aquelas famílias que estão em posição privilegiada culturalmente. De acordo com Bourdieu (2014, p. 42-43), “É preciso, por exemplo, evitar crer que o patrimônio cultural favorece automaticamente e igualmente todos os que o recebem” e que certos privilégios sejam absorvidos por todos os alunos, mesmo por aqueles cujo capital cultural está acima das classes mais inferiores. Fazendo uma crítica nesse sentido, deve ser papel do Estado e das administrações escolares promover certo equilíbrio nesses privilégios. Também, o conceito de capital cultural inclui em seu debate questões como as desigualdades presentes na escola com crianças e adolescentes provenientes de classes e ambientes socioculturais distintos; também, relaciona a este conceito o sucesso ou o fracasso escolar. A materialização do conceito de capital cultural se impôs, primeiramente:

como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o ‘sucesso escolar’, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classes podem obter no mercado escolar (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Deste modo, a herança familiar reflete no resultado escolar, existindo assim uma conexão entre o capital cultural dos estudantes e a cultura escolar. Bourdieu (1999) divide a herança cultural em três estados: estado incorporado, estado objetivado, e estado institucionalizado. Para entender melhor sobre o modelo escolar que valoriza esse conjunto de estratégias e valores culturais, vamos observar as características dos três estados do capital cultural que Bourdieu exemplificou:

- No *estado incorporado*, o capital cultural existe sob a forma de ‘disposições duráveis do organismo’, assim, ele está ligado ao *corpo* e pressupõe sua *incorporação*. Essa incorporação pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação do indivíduo sobre si mesmo;
- No *estado objetivado*, o capital cultural existe sob a forma de bens duráveis de apropriação material e simbólica (como livros, obras de arte, filmes, visitas a museus/eventos culturais, viagens, entre outros). Nesse sentido, está diretamente ligado ao poder econômico (da família).;
- No *estado institucionalizado*, por sua vez, o capital cultural se apresenta sob a forma de títulos escolares que são reconhecidamente valorizados pela sociedade e que concedem ao seu possuidor um *status* diferenciado em relação aos indivíduos com menos instrução. Assim, a escola é a instituição que (mais) garante aos seus frequentadores este tipo de

capital cultural. Os sujeitos que o possuem em maior quantidade terão maiores benefícios e chances (materiais e simbólicos) frente ao mercado de trabalho e a outros espaços sociais. Dessa forma, a escola passa a ser a principal distribuidora do que se conhece como “cultura boa” e “conferindo aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a apresentar os melhores desempenhos escolares” (SETTON, 2005, p. 80-81). Possuidores desses mecanismos, os grupos dominantes têm maior chance de alcançar o sucesso dentro da escola, pressupondo mais conhecimento e instrução que os outros sujeitos. De acordo com Barbosa (2007, p. 1072),

quanto mais próximos os modos de socialização familiar estiverem dos modos de socialização escolar, maior é a perspectiva de sucesso na escola. Mas se é possível verificar este movimento em direção à apropriação da cultura escolar pelas famílias, a escola segue desconhecendo as culturas familiares.

Vale ressaltar que o ambiente familiar é o importante meio inicial no qual o sujeito adquire o capital cultural incorporado sob a forma de um conjunto de disposições, um *habitus* familiar que o orientará ao longo da vida, tanto a escolar quanto a vida social mais ampla. Portanto, o conhecimento previamente adquirido pela criança favorece o desempenho escolar, pois a aproxima dos códigos escolares. Essa facilidade com relação à referência cultural seria melhor aproveitada pelos alunos dos anos iniciais, por estarem na idade de aprendizado da linguagem culta, essencial para a apropriação dos conteúdos escolares. Assim, “os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta trazidos de casa por certas crianças facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 21). A escola, neste caso, seria uma extensão da família e o sucesso escolar uma consequência do que foi previamente aprendido. Desse modo, a ação do meio familiar sobre o sucesso escolar está amarrada quase totalmente às questões culturais, uma vez que a ideia de bom aluno parece aumentar com o nível cultural da família.

Com a posse do capital cultural, o estudante tem maior êxito nas demandas escolares por meio do conhecimento prévio que pode ter dos códigos escolares com os quais as classes sociais favorecidas têm maior intimidade. Logo, “o peso da hereditariedade cultural é tão grande que nele se pode encerrar de maneira exclusiva sem ter necessidade de excluir, pois tudo se passa como se somente fossem excluídos os que se excluem” (BOURDIEU, 2014, p. 44). Bourdieu alertou que, em geral, a relação que os sujeitos criam com sua condição social não é percebida e avaliada por eles mesmos como um limite às suas ações. Se colocarmos deste modo, podemos observar que “é

por isso que não há maneira melhor de servir ao sistema acreditando combatê-lo do que imputar unicamente às desigualdades econômicas ou a uma vontade política todas as desigualdades diante da escola” (BOURDIEU, 2014, p. 45). Por trás das igualdades de condições que circulam no interior da escola, estão incorporados, de forma legítima, valores culturais de uma determinada classe social, iludindo os mais humildes sobre suas reais condições sociais e suas chances de obter sucesso. É a partir dessa configuração da escola que se esconde a verdadeira instituição supostamente neutra, mas que, discretamente, reafirma as desigualdades socioculturais. Assim, tratando-se da questão do acesso aos bens culturais, Bourdieu sugere que a escola poderia ter outra atitude com relação aos alunos menos favorecidos. A escola, então:

[...] poderia compensar (pelo menos, parcialmente) a desvantagem inicial daqueles que, em seu meio familiar, não encontram a incitação à prática cultural, nem a familiaridade com as obras, pressuposta por todo discurso pedagógico sobre as obras, com a condição somente de que ela utilize todos os meios disponíveis para quebrar o encantamento circular de processos cumulativos ao qual está condenada qualquer ação de educação cultural (BOURDIEU, 2003 apud PIOTTO, 2009, p. 11).

Esta outra atitude tornaria a escola um meio capaz de fornecer todos os recursos pedagógicos para melhorar as condições de igualdade, ou, pelo menos, tentar equalizar a situação dos menos favorecidos de capital cultural. Trata-se do respeito às experiências vividas por esses alunos, considerando o grau de seu capital cultural procedente do ambiente familiar, respeitando, assim,

[...] os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela [a escola] - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2002, p. 16).

Mas, no oposto dessas possibilidades, a escola, na tentativa de forçar o aprendizado dos conhecimentos escolares básicos, acaba ignorando as diferenças existentes no que diz respeito ao capital cultural dos alunos, se distanciando de suas realidades e tratando como estranho quem não se adequa à realidade, à cultura escolar. Observando dessa forma, é inevitável a reprodução das desigualdades culturais através da escola, na “medida em que as diferenças culturais e escolares entre as classes, sendo relativas, tenderiam sempre a manter-se, mesmo, por exemplo, quando aumentado o acesso ou o aproveitamento escolar das camadas populares” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002 apud PIOTTO, 2009, p. 12). Mantendo as estruturas da desigualdade social, mesmo aumentando o nível de educação das classes menos privilegiadas, o capital cultural dessas classes não aumentaria na mesma proporção se comparado com o das classes dominantes. No entanto, é preciso examinar em um plano microsociológico e considerar o capital cultural a

partir da sala de aula, “microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico etc.” (BORDIEU, 2008, p.60) que possibilitaria compreender os fatores que geram as situações de fragilidade cultural entre os estudantes. De um lado, há os que dispõem de um capital cultural maior, fornecido pelo núcleo familiar, tendo possibilidades concretas diante da escola, e do outro lado, os estudantes que têm sua trajetória marcada pelo insucesso nas demandas escolares devido ao baixo capital cultural, levando ao fracasso escolar. Sob outra perspectiva, os estudantes que tivessem conhecimento prévio advindo dos arranjos familiares, “isto é, a posse de certo capital cultural e de um *ethos* familiar predisposto [...] seriam aquelas que teriam as maiores chances de obter um bom desempenho escolar” (SETTON, 2005, p. 79). Assim, o *ethos* é construído dentro de um determinado contexto social, revelando certas especificidades do estudante e de sua classe social, tornando-se determinante para o seu sucesso escolar. Aquelas crianças que têm maior dificuldade de assimilar a cultura escolar são as que chegam até ela com o menor capital cultural. Neste caso, cabe pensar sobre o que Bourdieu sugere: como seria possível um estudante obter sucesso escolar quando seu capital cultural é tão diferente daquele exigido na escola? Para tal reflexão, Lahire sugere uma breve análise crítica sobre o conceito de capital cultural de Bourdieu.

Lahire considera que a presença objetiva de um capital cultural só terá sentido se este for colocado em condições que tornem possível sua "transmissão". Para ele, não basta uma criança estar cercada de objetos ou circular em ambientes estimulantes do ponto de vista escolar. É preciso estar atento para as modalidades efetivas de "transmissão" destas disposições culturais (LAHIRE, 1997 apud SETTON 2003, p.4).

Segundo Lahire, mesmo que a criança tenha a sua disposição uma adequada familiaridade com o capital cultural, tal fato não seria suficiente para seu sucesso escolar. No entanto, é necessário fazer uma análise transversal e considerar outros estudos que apoiam a tese de mobilidade cultural a partir de sua origem. O conhecimento familiar mesmo indireto é resultante de um *habitus* que afeta os resultados dos filhos partindo de um conjunto de propriedades e vantagens inicialmente de um “*ethos* familiar predisposto a valorizar e incentivar o conhecimento escolar” (SETTON, 2005, p.79) oferecendo um bem cultural que lhe traria uma condição distintiva na escola já que os pais também são produtos de um processo de escolarização. É importante circunstanciar que as diferenças culturais entre a escola e a família são de “ordem cultural mais do que cognitiva [...] e as exigências implícitas da cultura escolar, pelo fato de que esta põe ênfase numa abordagem essencialmente intelectual e livresca do mundo” (FORQUIN,

1993, p. 50). Desta forma, aqueles possuidores de um capital cultural suficiente reflexo das experiências familiares têm o benefício da familiarização com a cultura escolar.

Conforme Certeau (1994, p. 142), “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. Portanto, a cultura não envolve apenas um produto oferecido aos grupos sociais, mas também as relações existentes entre os sujeitos trazidas para o campo simbólico. É nesse processo que acontecem, essencialmente, os significantes simbólicos. Geertz (1989, p. 61) contribuiu nesse sentido ao se referir à apropriação da cultura por vias simbólicas, ao afirmar que “sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens”. Assim, Geertz (1989) consolida a ideia de que não há como não mencionar a cultura quando se trata de processos simbólicos como os que atravessam a escola em seus processos de reprodução cultural. Dessa forma, a instituição escolar acaba por reproduzir um *ethos* cultural que vai se distanciar do capital cultural do estudante que já possui sob a forma de um conjunto de disposições, um *habitus* familiar. Contudo, a posse de um dado conjunto de capital pode facilitar uma aproximação das demandas da cultura escolar, favorecendo o desempenho escolar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A reflexão leva a algumas indicações e a muitos questionamentos. Há evidências do insucesso escolar entre os estudantes. Tal insucesso sugere uma distorção quando comparado aos preceitos escolares. Trata-se de um fenômeno sociocultural multidimensional que implica na relação família-escola. Por esse motivo, o presente trabalho parte dos escritos de Pierre Bourdieu, em especial daqueles que tratam de conceitos relacionados às questões culturais. Bourdieu e suas obras possibilitam analisar os jogos de forças no espaço escolar. O conceito de *habitus* pode ser entendido como a ligação entre a estrutura das posições objetivas escolares e a subjetividade dos indivíduos, funcionando como um sistema flexível e adaptável de disposições, podendo mudar a partir das necessidades de novas reestruturações do contexto institucional. Essas reestruturações são capazes de mobilizar a configuração de uma subjetividade entendida como novos arranjos havendo cumplicidade entre o *habitus* e o campo. Ao descrever a realidade que se apresenta para além do aparente, Bourdieu (2002) coloca o *habitus* como “produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da

família e da classe” (BOURDIEU, 2002, p. 131) colocando o sujeito em um campo que depende de certo capital cultural.

Estabelece relação entre os indivíduos e suas posições nos diversos campos nos quais estão inseridos sejam na condição de luta ou de forma pacífica. Apesar das formas específicas de existir, os campos possuem características interligadas, que, por sua vez, se encontram em constante movimento

estabelecendo as disputas e os interesses específicos que estão em jogo, que são irredutíveis às disputas e aos interesses dos outros campos. Essas disputas não são percebidas a não ser por aqueles que foram produzidos para participar de um campo onde se realizam essas disputas. Cada categoria de investimentos específicos de um outro campo. Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotados de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo (BOURDIEU, 1980^a, P.113-4).

A estrutura de um campo tem relação com a valorização do capital empregado e as formas como está distribuído entre os indivíduos que o integram. Portanto, deve-se relacionar ao conceito de *habitus* e campo, tendo em vista que é no campo que se realiza os diferentes movimentos que são microcosmos culturais formados por *habitus* específicos. No caso do campo de produção cultural, merece destaque o capital simbólico que perpassa pelo reconhecimento e consagração de uma cultura dominante. Nessa esteira de pensamento, é possível afirmar que uma análise da realidade cultural encontrada dentro da escola não se esgota nos discursos intelectuais levando ao esquecimento as formas particulares dos indivíduos que fazem parte do contexto. Faz-se necessário considerar as relações estabelecidas nos/com os microcosmos sociais nos quais os indivíduos atuam. Neste trabalho, utilizou-se o conceito de capital cultural em um esforço para explicar o sucesso ou o insucesso dos estudantes na escola. Com base nos escritos de Pierre Bourdieu, buscou-se um conjunto de dados para examinar os efeitos de múltiplas operacionalizações do capital cultural sobre o desempenho educacional e os efeitos mediadores desse conceito. Acende-se a hipótese de que existem sim diferenças culturais muito acentuadas entre os estudantes, e que, muito além das diferenças sociais, o capital cultural será fator determinante na construção de uma ideia de superação e de ascensão. Bourdieu (1977) sugere que a falta de um capital cultural exigido contribui negativamente para as expectativas dos estudantes, que desfavorecidos, não alcançam as demandas escolares. Esta disposição negativa afeta a realização dos processos educacionais. A pesquisa sobre o capital cultural tem suscitado muitos debates que enfatizam a necessidade de aproximar os debates do capital cultural com a análise do *habitus* para contribuir com a questão básica do capital cultural e das desigualdades educacionais.

É importante ressaltar que existe uma confusão entre alguns sobre esse tema quando afirmam que na maioria dos casos só os jovens de classes sociais mais baixas não possuem capital cultural e são expostos em desvantagem quando não exibem o capital apropriado na escola. Nesse contexto, Bourdieu explica que

a renda não exerce nenhuma influência própria sobre o êxito escolar e que, ao contrário, com renda igual, a proporção de bons alunos varia de maneira significativa segundo o pai não seja diplomado ou bachelier, o que permite concluir que a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural (NOGUEIRA, 2005, p. 42).

Portanto, a transmissão de uma cultura mais “erudita” está mais associada aos acréscimos familiares e não à titulação dos pais ou à situação econômica em que se encontram os estudantes. Neste sentido, os processos que envolveram as culturas distintas que se encontram remetem às experiências culturais reais que se cruzam no espaço escolar de forma coletiva. A escola deveria contemplar a integração de indivíduos. Após diversas reflexões, pode-se afirmar que a escola não se faz por meio apenas de uma voz, mas, por várias vozes que ecoam pelos pátios e salas de aula, esperando ouvidos e olhos atentos às diferenças que permeiam este meio. Muito além de conclusões, fica o convite àqueles que desejam apreciar a sala de aula, o façam de forma que se construam nos coletivos a valorização e o acolhimento das diferenças dos sujeitos. Em suma, os indícios e as evidências apresentadas no *habitus*, no campo e sobre o capital cultural são inconclusivas. Faz-se necessário refletir e debater como operacionalizar esses conceitos. Tal esforço deve contribuir para pesquisas futuras ao propor examinar os efeitos diretos e indiretos na escola.

É preciso encarar de maneira diferente a visão da escola, procurando novas estratégias, que não sejam a de ignorar seus limites. Outro aspecto a ser destacado nesta conclusão se refere à formação dos docentes que por estarem tanto tempo no interior da escola em um processo de escolarização de longa duração. O *habitus* desses profissionais está tão enraizado em relação à leitura do seu próprio espaço de trabalho, que não conseguem se desvencilhar das amarras disposicionais que vem reproduzindo nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido os fenômenos culturais que atravessam o espaço da escola podem ser problematizados a partir da tríade capital cultural, *habitus* e campo. Compreender dimensão do espaço cultural/simbólico impõe a leitura da dimensão do sentido dos seus atores sociais que dividem os mesmos códigos o que torna como real o espaço social. Dessa forma, a dimensão simbólica é essencial para examinar os efeitos das múltiplas combinações condicionantes de controle colocando em discussão as práticas que envolvem as questões culturais. A partir desta abertura de diálogo, é interessante viabilizar futuros trabalhos no sentido de complementar o tema

proposto a fim de ampliar a discussão acerca da construção da realidade escolar no que tange a aplicabilidade dos conceitos de capital cultural, *habitus* e campo escolar. Esse estudo certamente não esgota todas as interpretações da escola e tão pouco da obra de Bourdieu. No entanto, espera-se contribuir para levantar suspeitas em relação aos acordos “permitidos” nesse complexo e alinhavado campo simbólico que é a escola.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *As razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008
- _____. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 311 p. BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234 p.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O senso prático*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- _____. *Mediações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234 p.
- _____. *O Campo Científico*. In: Ortiz, Renato (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2013.
- _____. *Esboço de uma Teoria da prática*. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Questions de sociologie*. Paris. Éditions de Minuit, 1980^a.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CATANI A M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educ. Soc.*, vol. 32, no. 114. Campinas, Jan./Mar. 2011.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FORQUIN, J. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

PIOTTO, D. C. *A escola e o sucesso escolar: algumas reflexões à luz de Pierre Bourdieu*. 2009. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/vertentes/debora_piotto.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. *Sobre a noção da prática: novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, março 2002, nº 62, p.163-181.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002.

_____. Tendências atuais na Sociologia da Educação. *Leituras & imagens*. UDESC-FAED, 1995.

SETTON, M. G. J. *Uma introdução a Pierre Bourdieu*. 2010. Disponível em:

<<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>> Acesso em: 12 de junho de 2014.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural – pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos populares. Intercom – *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2003, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100004

Recebido em: 04 de nov. 2016

Aceito em: 06 de jun. 2017



**MERITOCRACIA E HERANÇA CULTURAL:
uma abordagem sobre a educação pública do Rio de Janeiro**

Amanda André de Mendonça

Alana Rafaele Pereira

Ivan Luis Melo

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica da Universidade Estácio de Sá e aborda de forma crítica a relação da instituição escolar com o conceito de Capital Cultural. A proposta desenvolvida ainda problematiza a ideia de meritocracia e aponta para a transmissão/reprodução da herança cultural como fator preponderante para o desempenho escolar de alunos e alunas. Para tal foi realizada uma investigação empírica em três escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, onde através de uma metodologia qualitativa foi possível explorar sob a perspectiva de estudantes, docentes e gestores como esta relação envolvendo o capital cultural e desempenho destes alunos e alunas se constroem no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Meritocracia, Herança cultural, Desigualdade escolar, Capital cultural e Desigualdade social.

**MERITOCRACY AND CULTURAL HERITAGE:
an approach to public education in Rio de Janeiro**

ABSTRACT

This article is the result of a scientific initiation research from Estácio de Sá University and critically the relation of the school institution to the concept of Cultural Capital. The proposal developed still problematizes the idea of meritocracy and points to the transmission / reproduction of cultural heritage as a preponderant factor for the school performance of students. For that, an empirical investigation was carried out in three schools of the municipal system of Rio de Janeiro, where through a qualitative methodology were possible to explore from the perspective of students and teachers and managers as this relation involving the cultural capital and performance of these students are built in school daily.

KEYWORDS: Meritocracy, Cultural heritage, School inequality, cultural capital and social inequality.

INTRODUÇÃO

Que o Brasil ainda é um país de grandes contradições e que a educação não foge à regra não é novidade. Muitos estudos de diversos campos apontam e confirmam tal informação. Os dados do último censo do IBGE¹, por exemplo, indicam que aproximadamente 49% dos jovens que possuem 25 anos ou mais não tinham sequer concluído o ensino fundamental. Somente cerca de 11% conseguiram concluir o ensino superior. Outro dado alarmante é referente à taxa de abandono escolar precoce. Ainda segundo o instituto, 36,5% dos jovens de 18 a 24 anos não estudavam ou não haviam completado o ensino médio. Desses jovens, 21,2% abandonaram a escola ao ingressar no ensino médio e 52,9% abandonaram sem completar o ensino fundamental.

O panorama apresentado com os dados acima e demais pesquisas do campo educacional destacam a desigualdade que habita nossa sociedade e apontam para a escola como um espaço de reprodução da desigualdade social. Essa perspectiva também não é original e vem sendo amplamente trabalhada nos estudos sobre desigualdade e desempenho escolar. Mas então porque consideramos relevante resgatar esta concepção e aborda-la em nosso estudo?

São múltiplas as formas de se analisar a desigualdade educacional, podendo ser realizado tanto por meio da questão econômica, política, quanto cultural. Neste artigo compreendemos que uma avaliação completa e mais densa deve considerar todos estes elementos. Entretanto, nossa pesquisa privilegiou o último ponto, a saber, o papel do capital cultural neste processo de reprodução da desigualdade educacional e consequentemente social. Acreditamos que ainda há muito a se avançar neste campo que relaciona desempenho a capital cultural e herança familiar na rede pública brasileira, especialmente sob a perspectiva dos estudantes.

Assim, para iniciar nosso utilizamos como principal referencial teórico a noção de capital cultural e obras que explorassem a relação do desempenho escolar com os vínculos familiares e com a bagagem adquirida pelos estudantes fora da escola, privilegiando, nesse sentido, os conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Para o autor existem diversas possibilidades de se pensar a sociedade e o entendimento da origem e dos mecanismos de estruturação e manutenção do arcabouço social, especialmente no que tange ao papel desempenhado pelos sistemas educacionais. Uma marca desenvolvida por Bourdieu (1998) em suas reflexões acerca da educação é a preocupação com as diferentes formas com que as instituições escolares justificam, legitimam e

¹ Censo Demográfico 2010 – Educação e Deslocamento. p.61.
V. 6, n. 2. p. 124-146, mai./jul. 2017.

até mesmo naturalizam as desigualdades sociais. Dentre os elementos que ajudam a compor este quadro de disparidades na escola está o que o autor chamou de Capital Cultural.

Segundo Bourdieu (2007) entende-se por capital não apenas o acúmulo de poder aquisitivo ou econômico, mas todo recurso que se expressa socialmente. Assim, além do *capital econômico* (renda, bens, riquezas), é fundamental agregar a esta análise o valor trazido pelo *capital cultural* (conhecimentos adquiridos em seu meio), bem como pelo *capital social* (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em suma, a posse ou a aquisição destes capitais apontam para o que autor denominou de *capital simbólico*, ou seja, para o valor sociocultural positivo atribuído a um indivíduo ou a um grupo, que ocasiona uma imposição destes em relação aos demais. Considerando estes fatos, as diferenças sociais não decorreriam somente do desnivelamento financeiro, mas também pelas dificuldades ocasionadas, por exemplo, pelo déficit de capital cultural no acesso a bens simbólicos.

A partir desta noção de capital cultural e de como ele se apresenta na escola é que a pesquisa que deu origem a este artigo foi estruturada e realizada em três instituições escolares do Rio de Janeiro. A referida pesquisa buscou identificar nestas instituições as condições de transformações do *habitus*² e os contornos empíricos assumidos pelo capital cultural no ambiente escolar. Após questionários aplicados a alunos e alunas e de entrevistas com professores, gestores e com os próprios estudantes sobre quais seriam as características e os padrões de distinção das práticas culturais e estilos de vida destes alunos, houve o desdobramento das apropriações realizadas tanto no trabalho de campo quanto com a leitura e reflexão da obra de Bourdieu.

Assim, buscamos compreender os mecanismos adotados pela instituição escolar e por seus agentes para lidar com os diferentes níveis de capital cultural presente na escola e também identificar possíveis transformações nos *habitus* de seus estudantes. Cumpre mencionar que partimos da noção de que para os estudantes a posse de capital cultural favorece o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Desta forma, para aqueles que possuem capital cultural herdado da família a escola seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças que não possuem significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador, ocasionando assim em uma violência simbólica.

METODOLOGIA

² Conceito cunhado por Bourdieu acerca do saber agir apreendido pelo agente na sua inserção em determinado campo que funcionaria como um operador de racionalidade que transcende ao indivíduo.

Conforme já mencionado, este texto é fruto de uma pesquisa que busca investigar a temática da desigualdade educacional associada à lógica meritocrática. O projeto utilizou uma metodologia qualitativa, através da investigação de discursos de um grupo particular de pessoas (alunos, diretores, coordenadores e professores das escolas), onde buscamos identificar os comportamentos manifestos na rotina diária destas instituições analisadas.

Nessa perspectiva, foram escolhidas três escolas da rede pública do município Rio de Janeiro para serem realizadas entrevistas com os alunos e com o conjunto de agentes educacionais da escola. As instituições selecionadas pertencem a diferentes regiões do município: zona oeste, norte e sul. O critério adotado para a escolha das escolas buscou alcançar uma diversidade maior de alunos, considerando as diferenças entre os bairros, e levou em consideração o nível de desenvolvimento de cada região, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH local. Neste sentido, faz-se necessário apresentar alguns dados referentes aos bairros que selecionamos.

De acordo com o observatório SEBRAE/RJ, atentamos que IDH da zonal sul oscila entre 0,970 (Gávea) e 0,732 (Rocinha). Já na zona norte os números estão entre 0,963 (Jardim Guanabara) e 0,711 (Complexo do Alemão), enquanto que na zona oeste o melhor IDH é de 0,959 (Barra da Tijuca) e o mais baixo é de 0,742 (Santa Cruz). Vale dizer que o IDH varia de 0 a 1, considerando que quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano do município. Há 5 faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800).

Os bairros onde as escolas selecionadas estão situadas, Copacabana (zona sul), Cascadura (zona norte) e Campo Grande (zona oeste), apresentam respectivamente os IDHs 0,956; 0,833; e 0,810. De acordo com a referência apresentada anteriormente os três bairros possuem IDH considerado muito alto. Assim, poderia se supor que o acesso e o acúmulo de capital cultural dos alunos nas três escolas também seriam alto. Contudo, conforme veremos adiante, esta não foi a realidade que se apresentou.

O objetivo com este caminho investigativo traçado foi entender de que forma a escola pode se manifestar como um espaço de reprodução social, repleta de violência simbólica e de coação cultural. Para isso, o projeto contou com 3 (três fases). A primeira incluiu o estudo de autores que utilizam conceitos de Pierre Bourdieu, analisando-as, relacionando-as e trazendo uma reflexão crítica sobre a perspectiva de diferentes autores sobre as noções trazidas pelo autor. Nesta fase foi trabalhado todo arcabouço teórico que embasa o desenvolvimento das atividades nas demais fases do projeto. Esta primeira etapa também incluiu o desenvolvimento do roteiro das entrevistas, com

a formulação de algumas perguntas específicas que nos levassem a ter contato com a bagagem cultural do aluno e a posição da escola e relação a ele, e outras perguntas socioeconômicas que nos ajudariam a entender a posição do agente investigado na sociedade.

A segunda etapa que ocorreu nas próprias escolas investigadas e consistiu na realização das entrevistas e na gravação de pequenos áudios com o depoimento dos alunos referentes ao tema. Nela também analisamos os discursos apresentados pelos agentes entrevistados, identificando os principais argumentos e a relação com a herança familiar e o capital cultural. Por fim, na terceira e última etapa, iniciamos a divulgação de resultados alcançados com a pesquisa.

Importante destacar que buscamos com esta metodologia dialogar com os principais conceitos e noções já apresentado neste trabalho, a saber: capital cultural, herança familiar e meritocracia, mas de forma a produzir novas reflexões e apropriações de tais categorias, conectando-as com a realidade dos dias de hoje e com o panorama da educação pública no Brasil. Isso implicou, por exemplo, em incorporar alguns elementos, como os recortes de raça, gênero e composição familiar trazidos na obra de Maria Lígia de Oliveira Barbosa, relativizar outros e desta forma construir um quadro analítico mais completo e em sintonia com nossa realidade.

FRACASSO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: meritocracia e capital cultural

A crítica sobre o significado da seleção escolar, o problema do capital cultural e dos fatores sociais da comunicação pedagógica, os aspectos identitários da função docente, as funções socioculturais e a retórica acadêmica, bem como papel conservador dos valores escolares tradicionais compõem os elementos que norteiam nossa pesquisa.

Segundo Bourdieu, é possível observamos que a instituição escolar não apresenta apenas a característica de mediadora para o triunfo dos alunos, mas também a continuidade da desigualdade exercida ao ignorar as diferenças entre eles, enfatizando o discurso de mesmas oportunidades para todos e principalmente reafirmando a cultura elite como única.

Nessa perspectiva, o objetivo de nossa pesquisa consistiu essencialmente em retomar reflexões, ainda não superadas, acerca da democratização da educação, da meritocracia escolar, da transmissão/reprodução da herança cultural, das competências intrínsecas certificadas e legitimadas

pela escola, enfim, da relação que se estabelece entre as diferentes dimensões escolares e a reprodução social.

Ao ignorar que as aptidões dos alunos não se devem somente aos “dons naturais” e méritos pessoais (os quais permanecem hipotéticos), a escola transmite, por meio dos dispositivos de julgamento que emprega, a cultura da elite reafirmando seus privilégios sociais: “Todo ensino, e mais particularmente o ensino de cultura (mesmo científica), pressupõe implicitamente um corpo de saberes, de saber-fazer e sobretudo de saber-dizer que constitui o patrimônio das classes cultas amplamente incorporado nos estudos sobre a educação escolar como ‘currículo oculto’.” (BRANDÃO, 2003).

De acordo com a socióloga Ana Maria F. Almeida (2007) o conceito de capital cultural não executa apenas o papel de pontificar porque os indivíduos menos favorecidos expõem os piores resultados na escola. Este conceito, segundo ela, também revela o motivo destes grupos reafirmarem a estrutura de dominação de outra classe. Pois, a autora relata que o processo analítico de Bourdieu é feito em um espaço de lutas, onde a posição social dos agentes não é construída pelo material e sim, principalmente, pelo simbólico.

A cultura dominante exerce a função de distinguir esta das outras classes, mas ao mesmo tempo contribui para uma falsa consciência de integração dos outros grupos, o que garante a legitimidade da hierarquia estabelecida. Assim, o capital cultural é o que possibilita ter o domínio do campo simbólico da luta entre as classes. Esse sistema de análise nos remete a ideia de que a prática de dominação não é dada pelo conteúdo e sim pela arbitrariedade exercida, um objeto ou um costume cultural, que se tornam dominantes em uma sociedade específica, em momentos precisos, de acordo com as relações que as determinam.

Atualmente os desafios no êxito na democratização escolar trazem para os debates do campo educacional brasileiro e de suas políticas públicas a questão da persistência na não cobertura das culturas de todos os segmentos sociais, além do fato de em que boa parte das vezes a escola só agrega e valoriza o que segundo ela mesma é considerado bom, autêntico e valoroso, excluindo os demais. Tal noção dialoga com a crítica de Almeida (2007) ao sistema de unificação do campo educacional, em que a junção de realidades diferentes, permitiria o desenvolvimento de meios necessários para o domínio de uma classe sobre a outra, prevalecendo às características de um dos lados.

Para Bourdieu (1988), no que diz respeito à origem do sistema escolar, os intuitos eram interiorizar ainda mais aqueles que já faziam parte de um certo meio social, reafirmando desta

maneira a cultura dos próprios, onde fica clara a representatividade da elite. Deste modo, a escolarização acabaria por afirmar a dominação deste grupo sobre os outros na sociedade, formando a “nata” social.

Assim, longe de ser uma mera disfunção organizacional ou pedagógica, o fracasso escolar aparece como socialmente necessário num sistema encerrado em relações de dominação. A cultura transmitida pela escola se apresenta como legítima, objetiva e indiscutível, como “neutra”, portanto, dissimulando seu caráter arbitrário e sua natureza social.

Neste sentido, o esforço desta pesquisa tem sido o de verificar, por meio desse aporte teórico explicitado, de que forma os mecanismos meritocráticos que fundam o sistema de ensino e orientam as práticas pedagógicas multiplicaram-se e diversificaram-se, abrangendo a ação, a autoridade, o trabalho pedagógico. Vale lembrar que a escola baseada na lógica meritocrática cobra que os alunos tenham um estilo elegante de falar, de escrever e até mesmo de se comportar; que sejam intelectualmente curiosos, interessados e disciplinados; que saibam cumprir adequadamente as regras da “boa educação”. Mas, essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores. Verificamos por meio de nossas entrevistas que os alunos que possuem pais com nível superior são beneficiados pelo contato, mesmo que indireto, com o mundo acadêmico.

Nesse sentido, é importante destacar a obra de Barbosa (2009) e sua ênfase ao nível de escolaridade da mãe, pois de acordo com os resultados de sua pesquisa, este é o principal fator de referência ao capital cultural obtido pela família. A autora chama atenção para a necessidade de se pensar melhor em investimentos na educação das crianças e adolescentes que formarão as próximas gerações do país, pois melhores condições de educação e saúde para os filhos dependem diretamente de pais mais educados.

Cogitando as condições socialmente desiguais frente à escola e à cultura, percebemos que a “imparcialidade” escolar se impõe de maneira desonesta, pois assim defende os valores meritocráticos e não uma equivalente transferência de privilégios. Um componente particular para a adequação destes alunos é o capital cultural. Esse tipo específico de capital cultural é proveniente, vale observar, não apenas da experiência escolar (e profissional, no caso, dos pais e professores) vivida diretamente pelos pais, mas também do contato pessoal com amigos e outros parentes que possuam familiaridade com o sistema educacional. Vê-se, neste caso, a importância do capital social como um instrumento de acumulação do capital cultural. James Coleman diz que:

O capital social é definido pela sua função. Ele não é uma entidade singular, mas um conjunto de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas são constituídas por algum aspecto das estruturas sociais e facilitam algumas ações dos atores – pessoas individuais ou atores coletivos – dentro da estrutura [social]. (COLEMAN, J. S., 1997, p.81).

Este capital social se constitui, dentre outras maneiras, dentro do plano familiar, e em grande medida é adquirido através da atenção e tempo que os pais disponibilizam com os seus filhos, ajudando-os, por exemplo, nas atividades escolares. Nota-se na pesquisa realizada por Barbosa (2009) que quando a família é mais numerosa, tende a existir uma menor atenção dos pais. O mesmo ocorre quando a mãe é a chefe de família, significando, segundo Maria Barbosa (2009):

[...] uma redução do capital social das crianças, pois indica a ausência do pai e, muitas vezes, a presença quase virtual da mãe (ou inversamente, do pai). Nestas famílias, quase todas as mães (e todos os pais) trabalham em horário integral, dispendo, portanto, de pouquíssimo tempo para dedicar-se às crianças. (BARBOSA, M.L.O, 2009: 75).

Sob essa perspectiva, o capital econômico e o social funcionariam, na verdade, na maior parte das vezes, apenas como meios auxiliares na acumulação do capital cultural. No caso do capital econômico, por exemplo, permitindo o acesso a determinados estabelecimentos de ensino e a certos bens culturais mais caros, como as viagens de estudo. O benefício escolar extraído dessas oportunidades depende sempre, no entanto, do capital cultural previamente possuído. Segundo Bourdieu (2007), a bagagem herdada por cada indivíduo não poderia ser entendida, no entanto, simplesmente, como um conjunto mais ou menos rentável de capitais que cada indivíduo utiliza a partir de critérios definidos de modo idiossincrático.

Portanto, o capital cultural herdado pelas classes dominantes é a maior forma de vantagem sob as classes desfavorecidas. A interiorização destas estruturas pelo sistema escolar está relacionada ao *habitus*, que impõe como adequada uma determinada cultura por meio da violência simbólica, ou seja, entende-se que há uma superioridade de alguns tolerada por outros, por meio da aceitação de princípios repassados como se fossem “ideais”, e a inaptidão crítica de verificar o caráter arbitrário de tal coação praticada pelos agentes dominantes dentro de um campo.

Como já foi dito, segundo Bourdieu, cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constituiria um sistema específico de disposições para a ação, que seria transmitido aos indivíduos na forma do *habitus*. A ideia de Bourdieu é a de que, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os grupos sociais iriam

construindo um que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual eles agem, e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo.

Dada à posição do grupo no espaço social e, portanto, de acordo com o volume e os tipos de capitais (econômico, social, cultural e simbólico) possuídos por seus membros, certas estratégias de ação seriam mais seguras e rentáveis e outras seriam mais arriscadas. Assim, ao longo do tempo, por um processo não deliberado de ajustamento entre investimentos e condições objetivas de ação, as estratégias mais adequadas, mais viáveis, acabariam por ser adotadas pelos grupos e seriam, então, incorporadas pelos sujeitos como parte do seu *habitus*.

Aplicado à educação, esse raciocínio indica que os grupos sociais, a partir dos exemplos de sucesso e fracasso no sistema escolar experimentado por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a adequar, inconscientemente, seus investimentos a essas chances. Concretamente, isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. A natureza e a intensidade dos investimentos escolares variariam, ainda, em função do grau em que a reprodução social de cada grupo (manutenção da posição estrutural atual ou da tendência à ascensão social) depende do sucesso escolar dos seus membros.

E como estas noções apresentadas se conformam na prática e no cotidiano do sistema educacional brasileiro? A meritocracia presente em nossa rede de ensino vem impactando de que forma o desempenho de seus estudantes? Há a percepção de familiares, alunos/alunas, docentes e gestores sobre o papel da bagagem familiar e cultural dos estudantes em sua trajetória escolar? São muitos os questionamentos e sob os quais, no limite deste trabalho, não conseguiremos responder a todos. Mas buscamos apontar alguns caminhos e elementos a serem considerados, a partir de um olhar sobre a experiência de algumas escolas do município do Rio de Janeiro.

É de amplo conhecimento que a competitividade se faz presente em diversos momentos da vida social e educacional dos estudantes cariocas. Para muitos, o início desta concorrência pode ter início na disputa através de sorteio por vagas nas consideradas melhores escolas, como os colégios de aplicação, para outros na tentativa de ingresso as escolas técnicas de Ensino Médio e escolas federais de referência, como o Colégio Pedro II. A pergunta que se faz é se essa competição ocorre de maneira justa? Nessas circunstâncias nos deparamos com muitos que se dedicam, se esforçam, por meios de artifícios disponíveis, mas não conseguem, por exemplo, uma vaga para estudarem

nestas instituições, ou quando a alcançam, por diversas razões, não apenas econômicas como pode parecer a princípio, não conseguem concluir.

Em um estudo mais aprofundado desenvolvido por Zaia Brandão (2003), é retratada a distinção de culturas, não sendo ela optativa, pois é um retrato da desigualdade, onde as classes mais favorecidas economicamente têm mais acesso a informação e a utilizam como uma ferramenta de sobreposição, enquanto as classes mais baixas não são igualmente privilegiadas. Essa concepção fica perceptível quando Zaia diz que o capital-informação é produzido pelo uso de diversas tecnologias. A aquisição do capital-informação leva, segundo a autora, as classes alta e média a vantagens como tempo, dinheiro, televisão por assinatura, compras online, jornais eletrônicos etc., mantendo as classes populares, que não tem acesso a esses meios, cada vez mais excluídas. Deste modo, mesmo que o mundo contemporâneo ofereça possibilidades culturais, tais possibilidades não são distribuídas de forma democrática, sendo determinada pela influência econômica, pois o capital-informação tende de aumentar a distinção entre as classes sociais.

Portanto, a desigualdade social não determina a capacidade dos competidores, mas sim quem vai passar pelo funil dos mais bem preparados. Ainda que todos se esforcem da mesma maneira só é considerado vencedor aquele que pode adquirir mais meios de conquista, porém ainda sim no sistema de educação neoliberal que é atuante no Brasil, esses meios são designados como méritos pessoais de quem ocupa os melhores posicionamentos.

Injustamente o nosso sistema educacional trata os desiguais com igualdade, como se todos tivessem o mesmo ponto de partida. Não podemos avaliar com inflexibilidade pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades, e nem mesmo laurear com o sentido meritocrático quem desfruta de mais recursos e influências para alcançar seus objetivos. É preciso saber manejar a desigualdade com desigualdade e a igualdade com igualdade.

Tal percepção nos remete a importante reflexão sobre as formas de justificação, legitimação e naturalização da dominação social. Para isso, compreendermos a lógica de conformação dos agentes no espaço social, identificando seus movimentos de manutenção ou de ruptura de posição. Nota-se, portanto, que para realizar a análise do espaço social faz-se necessário trabalhar com uma série de conceitos, que em grande medida estão todos inter-relacionados. Ou seja, o olhar para o concreto, para o material está vinculado às noções e categorias como o capital cultural e se dá de forma dialética.

EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO OU PARA MANUTENÇÃO?

Segundo a ideologia neoliberal³, que orienta os modelos educacionais em grande parte do mundo, inclusive no Brasil, prevalece à concepção de avaliação por mérito, já que nem todos conseguirão “vencer”, evidenciando a forma da competição e valorizando aqueles que conseguem se adaptar à forma excludente. Isso impulsiona cada vez mais a competitividade na busca pelo reconhecimento meritocrático, retirando o foco das condições de aprendizagem dos estudantes e do trabalho dos educadores, para induzir o senso comum a acreditar no mérito espontâneo e individual dos sujeitos. Essa concepção também colabora para que a qualidade da educação, tanto para os educadores quanto para os estudantes, seja atribuída ao desempenho dos próprios agentes, omitindo a precariedade de muitos sistemas educacionais.

É importante mencionar que entendemos neste artigo a meritocracia como a forma de liderança que se baseia no mérito, nas capacidades e nas realizações alcançadas, em detrimento da posição social. Fundamentalmente então, a meritocracia teria por princípios, “premiar” os mais preparados de acordo com seus avanços e progressões. Segundo as práticas meritocráticas este preparo e capacidade de desenvolvimento são atribuídos aos “dons naturais”, ou seja, a competência de uma pessoa é relacionada ao seu potencial e aos seus próprios esforços. Desta forma, o estudo da meritocracia configura-se como um elemento chave para análise de como se configura hoje o campo educacional brasileiro, as políticas educacionais e o cotidiano escolar.

Em “*Escritos de Educação*” vimos que para Bourdieu a escola ainda é vista como uma ferramenta de mobilidade social, enfatizando uma noção de escola supostamente democrática, onde todos os alunos são vistos como iguais, mas que na verdade para o autor esta se mostra contraditória, sendo o espaço onde se reproduz a desigualdade social por meio do capital cultural adquirido através da herança familiar de cada aluno. No Brasil, vimos isso acontecer de diversas formas como, por exemplo, no ingresso as consideradas “melhores escolas” da rede pública, conforme apresentamos anteriormente nesse texto, que funciona de forma excludente e extremamente desigual, onde as chances daqueles alunos que pertencem às classes mais favorecidas são muito maiores do que as classes menos favorecidas.

Nesse modelo educacional se sobressai em geral o aluno que traz em sua bagagem um capital cultural, herdado normalmente pela sua família. As crianças que não trazem esse capital cultural precisariam se adaptar e realizar um esforço maior para ter o mesmo êxito escolar que as crianças

³ Termo empregado por uma ampla variedade de estudos acadêmicos, notadamente em economia política para referi-se a setores favoráveis de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio, e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.

que já possuem um certo capital cultural, adquirido pela herança familiar. Esta herança também tem grande peso nas escolhas das crianças e gostos. Portanto, Bourdieu (1998) observa que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem e questiona a meritocracia, apresentando um novo olhar sobre a desigualdade educacional.

A partir do quadro desenhado sobre meritocracia, herança cultural e o impacto na educação escolar, apresentamos algumas hipóteses que nortearam nossa pesquisa. A primeira é de que mesmo em escolas da rede pública do Rio de Janeiro, que atendem em geral a um segmento mais pobre da população, há uma desigualdade na aquisição de capital cultural dos alunos e que terá reflexo no ambiente escolar. Além disso, trabalhamos com a ideia de que mesmo estas escolas permanecem valorizando competências intrínsecas a posse de um determinado capital cultural, o que representa a cultura da elite, e segue tratando de forma desigual seus estudantes, mas apresentando um discurso e uma imagem de “neutralidade” e de valorização dos dons naturais” e méritos pessoais de cada aluno. Entretanto, cumpre mencionar que a cultura transmitida pela escola, que se apresenta como legítima, objetiva e indiscutível, portanto “neutra”, na verdade dissimula seu caráter arbitrário e sua natureza social.

A pesquisa também aventou a hipótese de que a bagagem familiar teria o maior impacto na definição do destino escolar, já que a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Ou seja, as referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar.

Chamamos atenção também para o fato de que nas escolas públicas do Rio de Janeiro, o que se considera como um bom rendimento escolar corresponde na realidade a um sentimento de insucesso para a maioria dos alunos, que não possuem certa afinidade com as suas rotinas. Por isso, entendemos ser necessário que se discuta com seriedade o sistema de democracia educacional, afim de que esse possa vir a responder aos anseios de toda a sua composição e não apenas de uma pequena parcela.

Analisando o posicionamento das instituições educacionais sobre o assunto, na perspectiva deste processo de valorização de um determinado capital cultural, e encontramos depoimentos que atestam digressões das mesmas com relação a uma possibilidade de mudança. O papel conservador das aplicações escolares e o culto a um determinado tipo de comportamento confirmam uma base autoritária e disciplinadora que constitui os exercícios pedagógicos. Ou seja, as práticas educativas

revelam o contexto sócio-histórico-cultural da didática educacional, e desta maneira eternizam, por meio da reprodução, determinados modelos sociais.

Neste sentido e partindo do pressuposto, de que docentes e discentes compartilham das mesmas práticas, hábitos culturais e forma de linguagem, muitos professores não se preocupam com seu manejo ou técnicas para se expressarem, agindo com a hipótese de naturalidade, porém só sendo de fato natural com quem já está adaptado a esses rituais.

Ignorando as diferenças iniciais quando se fala de cultura, a escola estabelece os mesmos direitos e deveres aos alunos, reforçando assim o desequilíbrio que há entre as classes sociais. Essa tentativa de ser imparcial ou de instituir uma igualdade é utilizada como fundamento para indiferença e garante ao mesmo tempo uma obscuridade diante das desigualdades. É como se elas não existissem e a escola tomasse um ponto de origem semelhante a todos.

HERANÇA FAMILIAR E CAPITAL CULTURAL NAS ESCOLAS DO RJ

A partir do referencial teórico apresentado e das reflexões produzidas, adentramos a fase de entrevistas com alunos/alunas, gestores e docente. As mesmas integraram a segunda etapa de nossa pesquisa, onde foram aplicados questionários semi-estruturados com perguntas intencionadas na busca de falas que nos levassem a detectar a influência da família e do capital cultural adquirido nesse meio, no impacto do destino escolar. Inicialmente quando perguntados sobre os hábitos de lazer dos alunos notamos que apenas um em cada grupo de quatro alunos tem o hábito da leitura incorporado e que todos que exercem esta atividade com frequência são influenciados diretamente pelo ambiente familiar.

Um bom exemplo que podemos citar para ilustrar este dado é a fala de João⁴, aluno do oitavo ano de uma escola da zona norte do município do Rio de Janeiro, que afirmou ter o hábito da leitura porque seu pai é bibliotecário e sempre o incentivou a ler:

“Eu gosto de ler, porque eu sempre fui chegado a ler, porque meu pai, ele trabalhava numa biblioteca, então tem um monte de livros empilhados lá e eu sempre lia, gostava de ler...” (INFORMAÇÃO VERBAL⁵, 2016).

Percebe-se que o aluno citado adquiriu com o tempo em suas experiências sociais o que Bourdieu chama de *habitus*, que é a interiorização do que é exercido no meio em que o indivíduo

⁴ Todos os nomes atribuídos neste artigo aos agentes entrevistados são fictícios.

⁵ Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

está inserido. O aluno em questão, portanto, interiorizou os costumes de seu pai e do ambiente em que foi socializado, assim como aparece em sua fala.

No processo empírico ocorrido nas escolas, foram aplicadas perguntas socioeconômicas aos discentes, as quais foram respondidas de forma escrita. No resultado estatístico desta seção da pesquisa, notamos que todos os alunos possuem ao menos um aparelho de TV em casa e todos também possuem algum tipo de aparelho eletrônico como microcomputador, notebook, celular, tablet etc. Todavia, de acordo com as informações orais dos próprios alunos, os mesmos não usam deste meio tecnológico com o intuito de reunir conhecimento, ou até mesmo para fazer leituras de ficção. Como exemplo, temos a aluna Ana, que estuda na zona oeste do Rio de Janeiro e também o aluno João, na escola localizada na zona norte do Rio de Janeiro.

Entrevistador – Mas e na internet, o que vocês costumam ler na internet? Alguma matéria, ou não costumam ler?

Aluna Ana – Eu não chego a ler livros na internet, nenhuma matéria não.

Entrevistadora – Nenhuma matéria no facebook, tem uma matéria lá que te chama à atenção e você não lê?

Aluna Ana – Não.

Entrevistador – Ninguém falou até agora de livro. Você não gosta de ler nada? (pergunta referida ao aluno João).

Aluno João – Nada, só Twitter. (INFORMAÇÃO VERBAL⁶, 2016)

Embora tenhamos visto um considerável aumento do consumo de mídias eletrônicas, não houve necessariamente uma mudança ou uma ampliação bagagem cultural. Alunas e alunos que são socializados em meios onde não há estímulo e prioridade a leitura e a busca por informações, tendem a ficarem cada vez mais distante desta prática. Compreendemos que estes agentes não internalizam estas atividades na construção do seu *habitus*, mesmo que tenham mais fácil acesso a ela, fato que pode estar relacionado ao gosto adquirido através do campo social por outro conjunto de manifestações. No entanto, podemos também detectar alguns alunos – principalmente aqueles de alto rendimento – que utilizam os meios como a internet para ler livros digitais. Além disso, também utilizam para buscar algumas curiosidades, como ciência, conforme entrevista realizada na escola da zona norte do Rio de Janeiro:

Entrevistador – Então vocês não leem muita coisa na internet, assim, reportagem, matéria, esses links que colocam no facebook?

Aluno Leonardo – “Ah” só quando preciso para alguma coisa assim, curiosidade...

Aluna Marta – Antes de pegar o livro da Anne Frank eu baixei ele na internet. Eu comecei a ler pelo celular.

Entrevistador – Mas vocês preferem ler no computador?

⁶ Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Aluna Patrícia – Eu gosto mais do livro físico. Só que é muito mais prático eu ler na internet, porque não tem aquela coisa de levar peso na mochila. É muito mais prático. (INFORMAÇÃO VERBAL⁷, 2016)

No decorrer das entrevistas, observamos também que a maioria dos alunos dessas escolas da rede pública não participa com regularidade de eventos culturais, como ir ao cinema, ir ao teatro ou ao museu. Embora muitos deles relatem que tiveram essas experiências ainda crianças, essa prática não é frequente para a maioria dos alunos. Podemos observar este fato neste trecho do diálogo realizado com estudantes da escola que investigamos na zona oeste do município de Rio de Janeiro:

Entrevistador – E com que frequência vocês fazem isso? Vocês vão uma vez na semana, uma vez no mês, ou de seis em seis meses, ou só vão com a escola, como que é?

Aluna Maria – Eu vou com a minha família e vou de seis em seis meses, porque, não dá para ir todo dia.

Entrevistador – Demora né? Tem um espaço.

Aluno Carlos – Eu vou um dia da semana... ou duas vezes na semana

Aluna Joana – Eu só vou quando é com a escola mesmo.

Aluno Leandro – Eu só vou com meus pais e quando eles têm dinheiro. (INFORMAÇÃO VERBAL⁸, 2016)

Embora os discentes entrevistados tenham tido contato em algum momento de sua vida com o cinema, museu, teatro e outros, estas modalidades não são constantes em suas rotinas, pois não são práticas comuns em seu meio social. Notamos, portanto, que este tipo de capital cultural não está inserido nos seus ambientes de convívio.

Outros relatos que encontramos na escola investigada em Cascadura, apontam para o fato de que esse não exercício de programas culturais não está relacionado somente à ausência de capital econômico, mas também e principalmente ao gosto.

Entrevistador – Vocês acham que na escola tem alguma influência, um estímulo para a realização de programas culturais, incentivando vocês a irem ao cinema ou ao teatro?

Aluno João e Aluno Leonardo – Não.

Aluno Leonardo – Não, às vezes, tem a professora de educação física que fala negócio de esporte, de deficiente, fala que é legal assistir, mas fora isso acho que não tem muito não.

Aluna Marta – O professor de artes sempre fala quando vai ter uma exposição de arte... O professor de História fala sobre os filmes e a professora de educação física fala sobre os jogos.

Aluno Leonardo – Sinceramente mesmo, acho que o professor falando, o negócio vai ser chato.

Entrevistador – Não, mas é sério, vocês acham que o não ir nesses lugares tem mais haver com dinheiro ou com uma questão de gosto?

Aluno João e Aluno Leonardo – É gosto.

⁷ Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

⁸ Entrevista concedida em Outubro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Aluno Leonardo – É gosto, eu acho assim, po, se o professor tá falando é porque ele já viu, se ele já viu deve ser uma coisa chata, mas nem sempre é!

Entrevistador – Nem sempre é né...

Aluno Leonardo – Não, é igual ao filme que o professor falou “o menino do pijama listrado”, eu pensei, “po, deve ser um filme ‘chatão’, vou até dormir!”. Aí quando eu vi o filme eu fiquei “que isso!” Fiquei prestando atenção no filme. (INFORMAÇÃO VERBAL⁹, 2016)

A fala destes alunos nos remete a definição de “gosto” para Bourdieu. Identificamos, segundo o autor, que cada grupo social tem o seu gosto determinado de acordo com as relações ambientes, e que este gosto não é de decisão do próprio indivíduo, o gosto está associado às sobreposições estabelecidas à atmosfera de convivência de cada um.

Apesar dos alunos não terem tido a incorporação do gosto a estas atividades que atualmente mostram sua importância para uma boa formação acadêmica, as entrevistas nos mostram que as poucas vezes em que as fizeram foi na companhia da família, revelando que a maior parte da bagagem cultural de cada um é formada no seio familiar.

Através das entrevistas e dos questionários socioeconômicos aplicados pudemos perceber que a maioria dos alunos vive no entorno de favelas e nas comunidades próximas à escola. No rol dos entrevistados grande parte vive com suas famílias e em casas próprias. Importante destacar que apenas metade dos alunos que fizeram parte desta pesquisa conta com a presença do pai em seus lares, fazendo com que as mães assumam as despesas da casa sozinha, tendo que trabalhar, tomando parte do seu dia, não permitindo ter tempo disponível com seus filhos fora do horário de escola.

Tal informação dialoga diametralmente com os estudos de Maria Barbosa (2009), apresentados em sua obra *Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*, que expõe como sobre os fatores que mostram as variáveis do capital social, as quais interferem no desempenho dos estudantes, estando dentre estes: a quantidade de filhos por família, o auxílio nos deveres de casa, o tempo livre que a mãe tem para os filhos e a presença apenas de um dos pais.

Em relação ao grau de instrução dos pais e mães, foi visto que a minoria possui ensino superior completo, seguido por aqueles que possuem ensino fundamental completo e incompleto, e a maioria com o ensino médio completo. Portanto, a escolaridade dos pais é outro fator apontado como uma forma de medir a posição social familiar. Utilizando da comparação realizada por Barbosa (2009) com um estudo norte americano (NORD, 1998), os jovens inseridos em famílias

⁹ Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

que possuem maior grau de escolaridade e com um nível de renda razoável, revelam pais com mais envolvimento na vida escolar dos filhos, os programas se realizam na maior parte das vezes em conjunto, e esses pais também apresentam uma maior expectativa para a vida acadêmica dos filhos. Corroborando com tal análise Ana Maria F. Almeida (2007) destaca que a escolaridade dos pais tem uma relação direta com o desempenho escolar de seus filhos, e essa questão, segundo a autora, seria significativamente responsável pela desigualdade no campo educacional.

Outro ponto que vale destacar é que quando perguntados em relação ao que mudou quando foram estudar na escola em que estão atualmente, os alunos responderam que não houve mudanças, a escola não interferiu, segundo eles, em seu capital cultural. A maioria afirmou que os filmes, as músicas, as leituras etc., são os mesmos de antes do ingresso na instituição, ou seja, a escola não se faz presente nesta formação extracurricular.

Entendemos que para além da sala de aula e das atividades conteudistas, com exceção de alguns professores, as instituições escolares não trabalham para agregar capital cultural aos seus discentes. Um dos elementos que comprova esta característica encontramos na fala dos alunos, onde aparece o desejo de aprender outras línguas, pois embora a escola ofereça disciplinas de língua estrangeira, os depoimentos relatam que não utilizam um método eficaz para que eles tenham a fluência nas mesmas. Outro elemento que identificamos é a falta de aulas de informática, os alunos contam que apesar de algumas escolas obterem laboratórios, eles não são usados para atividades rotineiras, ou seja, os alunos que cujos responsáveis não podem lhes oferecer cursos de capacitação, são excluídos totalmente dessas disciplinas que embora não façam parte do currículo escolar, são importantes para a vida acadêmica.

Nas entrevistas realizadas em uma escola localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, questionamos sobre o tipo de atividade esportiva que os jovens gostariam que a escola ofertasse. Percebemos nas respostas que tais atividades não são comuns aos agentes de baixa renda. Portanto, entendemos que há um gosto por aquilo que faz parte de uma cultura elitizada, ou seja, as classes mais baixas acabam absorvendo algumas culturas que são da elite. Atentamos também para o que a escola deixa de oferecer supostamente por não condizer com as condições de vida dos alunos.

Entrevistador – E que atividade vocês gostariam de aprender? Assim, aqui tem futebol, mas eu gostaria de aprender a jogar um tênis, por exemplo, que atividade vocês gostariam de aprender?

Aluna Maria – Eu gostaria de aprender a jogar golf.

Entrevistador – Golf! Que legal! E mais o que? Dançar... o que mais?

Aluna Maria – Natação também.

Aluno Carlos – Eu queria aprender a jogar tênis, porque eu sou muito ruim em jogar tênis.

Entrevistador – Você queria que na escola tivesse?

Aluno Carlos – Sim.

Aluna Joana – Eu gostaria de aprender luta, boxe, “taekwondo”.

Entrevistador – Que bacana. É bom ver menina se interessando por luta, essas coisas. E você (passa a pergunta para o próximo aluno).

Aluno Leandro – Eu gostaria de aprender natação, porque eu não sei nadar. (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁰, 2016)

A orientação para a prática sociocultural, parte também do incentivo ao esporte, pois este é um importante instrumento pedagógico. Podemos observar que em muitas escolas privadas são oferecidas aulas extras de esportes, como natação, dança, artes marciais e etc. Notamos uma distinção entre os alunos que tiveram este reforço educacional através do esporte e aqueles que não tiveram, pois isso se aplicará ao longo da vida, como por exemplo, em provas que exijam preparo físico e habilidades.

Em determinado momento das entrevistas os alunos são indagados sobre qual profissão querem exercer na vida adulta e o que a família os influencia a ser, o que não acontece com nenhuma surpresa, é que as respostas das duas perguntas se entrelaçam, boa parte dos alunos responderam que querem assumir a função que os familiares os estimulam a executar, ou até mesmo tentam aperfeiçoar os passos que seus pais seguiram, e como exemplo temos uma aluna de nono ano que estuda na zona norte do município do Rio de Janeiro: “Eu quero trabalhar como engenheira civil porque meu pai trabalha com obra, eu sempre me identifico muito com isso...” - Aluna Rachel (INFORMAÇÃO VERBAL¹¹, 2016).

De acordo com a jovem em questão, ela teve contato direto com a construção civil através de seu pai, e por isto quer se tornar engenheira. Segundo os seus próprios relatos, o destino escolar da moça é definido por aquilo que observou durante sua vida, e pela interiorização dos conhecimentos que recebeu, formando assim o seu gosto por uma profissão, remetido através do seu capital social e cultural.

Nota-se a partir da fala da aluna, o que Barbosa (2009) expressou em sua obra acerca da ideia de que as expectativas familiares seriam o melhor “preditor” do desempenho e, por conseguinte, do destino escolar dos alunos. Pois as descrições de expectativas, feitas durante sua pesquisa, pelas famílias dos estudantes possibilitariam quase que deduzir o desempenho de seus filhos.

¹⁰ Entrevista concedida em Outubro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

¹¹ Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Nas entrevistas também foram feitas perguntas sobre a influência que a escola tem no estímulo para a realização de programas culturais, incentivando os alunos a frequentar cinemas, teatros, museus, bibliotecas e etc. A maior parte dos alunos respondeu que a escola não influencia, porém, alguns professores recomendam. Muitos responderam que o professor de Educação Física constantemente recomenda atividades físicas, outros falaram que o professor de Artes e de História recomendam idas em museus, porém em particular, um aluno da escola localizada na zona norte fez o seguinte comentário quando perguntado o porquê os alunos não frequentam os lugares que foram recomendados pelos professores “Sinceramente mesmo, acho que o professor falando, o negócio vai ser chato.” - Aluno Leonardo, escola de Cascadura (INFORMAÇÃO VERBAL¹², 2016).

Podemos notar que os professores reproduzem uma herança cultural elitista, não se adequando totalmente ao gosto de alguns alunos. O fato do professor utilizar uma linguagem diferente, transmitindo uma herança cultural de forma desigual, acarreta em uma distinção dos alunos que trazem um capital cultural, sendo que aqueles alunos que não trazem esse diferencial, acabam se prejudicando e não aceitando a recomendação do professor. Somente os alunos que possuem um capital cultural e um desempenho acima da média conseguem enxergar, não tendo uma visão “preconceituosa” do professor. No entanto, em muitos casos, os professores respeitam a cultura dos alunos, como o funk, por exemplo. Somente um dos alunos disse um professor de outra escola havia dito que “funk não é cultura”.

A forma de avaliar e subjugar os alunos e alunas de acordo com valores e atividades culturais leva a distinção, ou seja, a predileção por práticas proferidas pelos agentes. Esta distinção é manifesta pela reprodução do *habitus*, a vivência adquirida no campo social. Compreendemos que por diversas vezes os docentes se valem do que entendem com legítimo e bom para definir regras, ou para expressarem ordens aceitas como a princípio, incontestáveis. Por conseguinte, em uma escola localizada na zona sul do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, encontramos relatos onde fica evidente a distinção feita pelos professores para com os alunos e alunas, em relação ao *habitus* e ao gosto de cada um.

Entrevistador – Você acha que a sua escola acolhe todos os gostos e culturas?

Aluna Michelle – Na teoria sim. Todo mundo sempre diz isso, mas quando a gente traz alguma coisa do nosso dia a dia desconsideram.

Entrevistador – Pode explicar melhor?

¹² Entrevista concedida em Setembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Aluna Michelle – Ah...quando a gente dá um exemplo de alguma coisa em sala de aula, falando da nossa vida e tal e o professor diz que não tem relação com o que ele estava explicando. Se não for o que eles esperam não tá certo. (INFORMAÇÃO VERBAL¹³, 2016)

A preferência por *habitus* ou gostos, é encontrada no modelo de reprodução moral, é a reprodução de um universo simbólico como valores, condutas, virtudes e conformidades. Desta maneira, é percebido o fortalecimento cultural de um grupo que foi instruído dentro das normas aceitas e entendidas como autênticas.

Destarte, alunos e alunas que não tiveram contato com o *habitus* dominante, pelo bloqueio em seu campo social, são de alguma forma excluídos de múltiplas atividades, simplesmente por não apresentarem o comportamento esperado. Nas entrevistas também concedidas na escola de Copacabana, nos foram narrados fatos de exclusão por comportamentos considerados inautênticos.

Entrevistador – Você disse que não gosta de nenhum desses “passeios culturais”. Por quê?

Aluno Rafael – São chatos. Só ficam dizendo que tem que falar baixo, que não pode fazer isso, aquilo...

Entrevistador – Entendi. Mas não teve nenhum que você tenha gostado?

Aluno Rafael – Não fui a muitos. Me cortaram logo porque disseram que não tenho perfil. (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁴, 2016)

Alunas e alunos menos favorecidos pela dinâmica da cultura dominante, ficam em completa dependência das consequências da injunção do campo de maior influência social, causando um fosso cada vez maior de desigualdade. Esta prática de exclusão é encontrada também nas outras duas escolas, pois os alunos que possuem um perfil que não condiz com o esperado – como os que possuem notas abaixo da média e um rendimento comportamental que não se adequa aos parâmetros disciplinares – não são relacionados a passeios culturais e até mesmo de lazer.

Nas três escolas que foram investigadas, foi observado que a seleção feita pelos docentes para os alunos que seriam entrevistados, partiu de um olhar crítico sobre eles. Foi encontrado na fala dos professores juízos de valor a respeito dos alunos com bom rendimento e alunos com mau rendimento.

É necessário ressaltar que os conflitos de campos geram circunstâncias favoráveis a certos valores e concepções políticas, de modo que todo o sistema gire em torno deste comportamento. Não à toa, detectamos falas de docentes assumindo uma submissão ao modelo aplicado.

¹³ Entrevista concedida em Novembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

¹⁴ Entrevista concedida em Novembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Entrevistador – Professora você considera que avalia de forma diferenciada seus alunos de acordo com a experiência e a cultura deles? Acha que isso é importante?

Professora de História – Acho em determinados casos sim, mas em geral somos “engolidos” pelo cotidiano. Além disso no funcionamento escolar existe um padrão de comportamento e de cultura a ser trabalhado. (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁵, 2016)

Deste modo o sistema educacional acarreta em uma reprodução de cultura única a todos, reforçando a tendência da distinção, ao invés de ofertar um ensino democrático e multicultural. Portanto, sabemos que há uma gama complexa de referências culturais na sociedade e estas estão distribuídas em classes, a afirmação de apenas um segmento tende a intensificar as desvantagens dos dominados culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões preliminares de nossa pesquisa sugerem a escola como um local onde agentes atuam, por intermédio de categorias de percepção e de apreciação social, sobre situação que os determina, mas nunca estão livres dos condicionamentos sociais que produzem o *habitus*. Além disso, segundo a pesquisa os agentes submetidos a situações cotidianas e estilos de vida sempre mais assemelhados à família tem em principio menos oportunidade de ampliação de volume e estrutura de capitais dos seus *habitus*.

Notamos com os resultados obtidos que, os alunos que trazem em sua bagagem um capital cultural, fruto da herança familiar, possuem ferramentas que facilitam no aprendizado e assimilação de todos os conteúdos abordados pelos professores, que por sua vez, transmite uma herança cultural de alguma forma elitista e tradicional. Aqueles alunos que não possuem um capital cultural, ou até possuem, porém em um grau menos elevado, passam por grandes dificuldades na adaptação e aprendizado, tendo que fazer um esforço maior. Nesses casos específicos, na maioria das vezes, os alunos são excluídos por não estarem no padrão de educação que a escola procura.

Os alunos que não conseguem se adaptar de acordo com o que a instituição propõe, em muitos casos, acaba estigmatizando e recebendo o estereótipo de ter uma “mau comportamento”, o que em geral ocasiona na mudança de turma – que em muitos casos são divididos em “turmas de alto rendimento” e “turmas de baixo rendimento” – e até mesmo na transferência deste aluno para uma outra escola.

¹⁵ Entrevista concedida em Novembro de 2016 aos integrantes da pesquisa.

Cumpra registrar que o fator econômico não pode ser desconsiderado em análises acerca do desempenho escolar. Contudo, privilegamos em nossa análise o capital cultural enquanto elemento chave na explicação das desigualdades escolares. E em contraposição à lógica meritocrática e utilizando o conceito de capital cultural, constitui-se, portanto o escopo da pesquisa realizada.

Ao longo da pesquisa procuramos promover um diálogo do referencial teórico utilizado com a realidade das escolas do Rio de Janeiro. Foi observado que o sistema educacional ainda se reproduz com muitos casos de violência simbólica, seja através da distinção feita pelos docentes para com os alunos e alunas, ou pela reprodução de *habitus*.

É necessário que todo o conjunto que compõe o sistema educacional, atente para o abismo que se forma a cada geração que por ele passa. Cada vez mais pessoas, nas quais não aprendem em seu campo a atuação que se espera, sofrem com o processo imposto pelas instituições. Importante que se diga também que não foi intuito desta pesquisa responsabilizar os docentes pelo quadro de desigualdade constituído. Conforme apresentado, sabemos o quanto considerar outros elementos, como as questões econômicas e políticas, são determinantes para uma análise mais complexa.

Por fim, é relevante destacar que a pesquisa que dá origem a este artigo, apesar da delimitação em torno do capital cultural e herança familiar, não desconsidera os recortes de raça e gênero como matérias determinantes de um estudo aprofundando sobre desempenho e desigualdade escolar. O fato é que buscamos evidenciar o quanto o debate acerca da influência familiar e da bagagem cultural, incluindo *habitus* e gosto, ainda faz-se necessário para pensarmos caminhos alternativos para nossa educação. Reformular a maneira como se organiza a estrutura educacional e formar um ambiente escolar democrático, fornecer voz aos estudantes e fazer com que estes se tornem atores centrais do processo educacional, com direitos iguais a participação nas atividades sociais e escolares, é um deles.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand.Brásil, 2007.

BRANDÃO. Z. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 24, n. 83, p. 509-526, agosto 2003.

V. 6, n. 2. p. 124-146, mai./jul. 2017.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: Elementos para uma teoria. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 509-526, agosto 2003.

NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, Abril/2002. ZAIA

BARBOSA, M. Ligia O. *Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009. v. 1. 272p.

ALMEIDA, Ana Maria F. A Noção de Capital Cultural é Útil para se Pensar o Brasil?. In: Nadir Zago; Lea Paixão. (Org.). *Sociologia da Educação Brasileira: Pesquisa e Realidade Brasileira*. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 44-59.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Educação e deslocamento: resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf
Acesso em: fev.2017.

PAINEL REGIONAL. Rio de Janeiro e bairros. *Observatório SEBRAE/RJ: Os pequenos negócios em foco*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2015. Disponível em:
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf. Acesso em: fev. 2017.

CAVALLIERI, F, LOPES, G. P. *Coleção Estudos Cariocas*. Índice de desenvolvimento social – IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf. Acesso em: fev. 2017.

Recebido em: 04 de nov. 2016

Aceito em: 06 de jun. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

INSPIRAÇÃO E CRÍTICA: analisando o impacto de Rousseau na teoria de Durkheim

Bruno Costa Barreiros¹

RESUMO

O argumento apresentado neste trabalho tenta mostrar como a concepção de Durkheim acerca do social se constrói em alguns aspectos a partir de Rousseau e, em outros, contra. O fio condutor da análise é constituído pelas noções de crítica sobre o percurso da humanidade, de contrato social, de estado de natureza e de moral. Este trabalho demonstra que a repercussão da teoria rousseauiana na obra de Durkheim é bastante nítida, especialmente os conteúdos da obra *O Contrato Social*. Assim como a obra de Rousseau tem sido considerada por diversos comentadores como contraditória, seja num sentido de um reconhecimento da própria natureza contraditória do homem ou pelas contradições lógicas do seu pensamento, a relação entre Durkheim e Rousseau é também ambivalente: há um Durkheim inspirado por Rousseau e há outro que se revela como um crítico da obra do pensador de Genebra.

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau. Durkheim. Contrato Social. Sociologia Política.

INSPIRATION AND CRITICISM: analyzing the impact of Rousseau in Durkheim's theory

ABSTRACT

The argument presented in this paper shows how the Durkheim's approach about the social is built in some respects from Rousseau's theory and in others against. The thread of the analysis is composed by the notions of critics on humanity, social contract, state of nature and morality. This work demonstrates that the impact of Rousseau's theory in Durkheim's is very clear, especially the statements related to *The Social Contract*. Rousseau's work has been considered by many commentators as contradictory due to an affirmation of the contradictory nature of man or due to the logical contradictions of his thought. We show here that the relationship between Durkheim and Rousseau is also ambivalent: there is one Durkheim inspired by Rousseau and there is another critic of the Geneva thinker's work.

KEYWORDS: Rousseau. Durkheim. Social Contract. Political Sociology.

¹ Doutorando em Sociologia Econômica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* barreirosbc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é voltado à reflexão sobre os pontos de contato entre as teorias de Durkheim e Rousseau. Pensar nas relações teóricas entre estes dois autores é importante para todos os que se debruçam sobre as origens da sociologia e da ciência política. Ainda que as discussões aqui apresentadas não sejam exaustivas do tema, veremos como algumas conclusões questionam as delimitações disciplinares entre a teoria política e a sociológica. Para tanto, este trabalho foi organizado da seguinte forma: na primeira seção, serão apresentados os pontos principais da leitura que Durkheim faz de *O contrato social* de Rousseau; em seguida, veremos em quais aspectos Rousseau inspirou Durkheim; por fim, analisaremos as críticas que Durkheim faz a Rousseau. Antes, porém, é feita aqui uma breve introdução sobre o tema.

Já que nos propomos aqui a refletir sobre os pontos de contato entre Rousseau e Durkheim, é relevante ponderar de antemão que a análise de um autor, obra ou sistema teórico pode incorrer facilmente em alguns equívocos ou vieses. Nesse sentido, é útil considerar a reflexão de Skinner (2005), autor que constrói uma alternativa ao que denominou de “mitologias” ou pretensas tentativas de história das ideias do chamado “textualismo”. Silva (2010) sistematiza as principais mitologias denunciadas por Skinner: a) mitologia da doutrina, através da qual os autores clássicos são emoldurados em determinadas doutrinas; b) mitologia da coerência, segundo a qual os historiadores das ideias acreditam que o autor clássico sempre produz um sistema intelectual fechado, com todos os enunciados teóricos em perfeita harmonia; c) mitologia da prolepse, a crença de que o enunciado apenas se concretiza no presente, ou seja, o enunciado do autor clássico faria sentido apenas no seu futuro e, portanto, no presente do intérprete da obra; d) mitologia do paroquialismo, quando o intérprete assume uma grande familiaridade de crenças entre o momento passado em que a obra foi produzida e o momento presente no qual ela é lida e interpretada. O aspecto congregador de todas essas mitologias é o anacronismo (SILVA, 2010).

Ainda que esse trabalho não siga a abordagem do contextualismo linguístico, é interessante se inspirar na sistematização que Silva (2010) faz de Skinner, a fim de evitar uma análise “mitológica” das obras de Rousseau e Durkheim. Primeiro, aqui não se pressupõe que Rousseau e Durkheim façam parte de uma mesma doutrina ou que o segundo tenha simplesmente seguido o primeiro. Em segundo lugar, tampouco se compreende que os sistemas teóricos rousseauiano e Durkheimiano sejam fechados ou que sejam perfeitamente coerentes entre si. O terceiro ponto é que conceituações de Rousseau, tais como sua noção de contrato social, não possui uma realização

futura na obra de Durkheim como uma espécie de meta teleológica. Por fim, não é feita uma discussão “paroquial” neste trabalho, no sentido de trazer as obras teóricas para uma revelação do seu valor na contemporaneidade. Feita essa ressalva sobre o cuidado que este trabalho apresenta em não realizar uma análise mitológica dos autores (i.e. no sentido skinneriano), pode-se começar propriamente a apresentação do tema.

A obra de Durkheim permanece pouco estudada no Brasil. Como mostra o trabalho de Oliveira (2009), ao contrário do que ocorre nos EUA, por exemplo, onde Durkheim representa 6,3% das citações em trabalhos sociológicos, perdendo apenas para Max Weber com 6,5%, no Brasil, entre 1983 e 2003, apenas um trabalho sobre Durkheim foi apresentado no GT de teoria social da ANPOCS. Se ainda é pendente um reconhecimento maior da importância de Durkheim para a teoria sociológica no Brasil, praticamente não existem discussões sobre a sua inspiração em Rousseau.

A falta de trabalhos sobre os pontos de contato entre Durkheim e Rousseau surpreende ainda mais quando se lembra que Durkheim lecionava sobre a teoria rousseuniana no mesmo período em que produziu algumas de suas obras mais lidas no campo da teoria social. Nos anos finais do século XIX, em seu início de carreira, Durkheim apresenta a sua própria leitura sobre Rousseau, no texto *Le Contrat Social de Rousseau*, durante o período em que trabalhava na Faculdade de Letras de Bordeaux. Também é dessa época uma parcela representativa de toda a obra de Durkheim: *Da divisão do trabalho social*, *Regras do método sociológico* e *O suicídio*. Entretanto, a publicação de *Le Contrat Social de Rousseau* apenas ocorreu postumamente, em 1918, na Revista de Metafísica e Moral. Muito tempo depois, essa análise foi reunida numa outra obra referente ao pioneirismo de Montesquieu na ciência social e publicada em 1953 na França como *Montesquieu et Rousseau: précurseurs de la sociologie*.

Dentre os trabalhos que discutem a teoria Durkheimiana, encontram-se comentadores que costumam reconhecer mais facilmente a influência de Kant e, mais raramente, a de Rousseau. Watts-Miller (2009), por exemplo, discute a grande influência de Kant sobre o projeto Durkheimiano, mas fala em Rousseau genericamente e apenas sobre o impacto que teve nos ideais da revolução francesa. Já Vandenberghe, um dos mais reconhecidos comentadores da sociologia no Brasil, ao explicar a sociologia de Durkheim em um de seus artigos mais recentes, não cita a inspiração em Rousseau, afirmando que “Durkheim estava sabidamente mesclando Aristóteles e Kant em sua ciência da moral” (VANDENBERGHE, 2015, p. 64). Entre as exceções estão Raquel Weiss (2011), quem mostra como a aposta de Durkheim no individualismo deriva de Rousseau e

Mark Cladis (2005), que explica como Durkheim construiu sua perspectiva sobre democracia e liberalismo não só via Kant, mas também a partir de Rousseau. Considerando, então, a escassez de trabalhos sobre o que Durkheim absorve de Rousseau, este artigo busca minimizar esta lacuna.

I. O CONTRATO SOCIAL DE ROUSSEAU E A LEITURA DE DURKHEIM

Em sua leitura de *O Contrato social*, Durkheim (2008) aponta que o objetivo de Rousseau é encontrar uma forma de associação compreendida no chamado estado civil. Fundamental para tanto é que as leis de tal estado não violentem as naturais. Durkheim (2008) argumenta que para entender a teoria de Rousseau, é preciso compreender como as sociedades reais se afastaram do ideal conciliatório do estado de natureza. Durkheim (2008) avalia inclusive que se trata de um conceito psicológico, já que Rousseau destrincha mais os elementos que constituem a psique do homem em isolamento do que as potencialidades sociais: “o problema é mais psicológico que histórico, ou seja, distingue entre os elementos sociais da natureza humana e os inerentes à constituição psicológica do indivíduo.” (*Idem*, p. 75).

Lembremos aqui que Rousseau (2015) caracteriza o homem do estado de natureza como detentor de bondade e piedade. Contudo, mesmo com toda a piedade e a bondade, isso não basta para que os homens desejem se associar e sair do estado de natureza: falta a linguagem, sem a qual, Durkheim (2008) lembra, são impossíveis as relações sociais. Rousseau (2002) desenvolve esse raciocínio afirmando que a necessidade de um idioma comum é resultante, no estado de natureza, de fatores presentes no ambiente físico (i.e. natural), sendo que a inteligência apenas emerge em função dessas adversidades. Assim, a teoria de Rousseau sugere que a partir da piedade, da bondade, das adversidades naturais e da linguagem, funda-se a percepção entre os homens de que os outros são essenciais para a satisfação das necessidades (DURKHEIM, 2008).

Considerando que o ponto de partida de Rousseau (2002) é precisamente o homem em completo isolamento no estado de natureza, a sociedade resultante do contrato social é uma concretização das características dos indivíduos. De outro modo, argumenta Durkheim (2008), entraríamos em um círculo vicioso, justificando a sociedade com base nela própria. Para Durkheim (2008), no estado civil após o contrato, a liberdade e a igualdade são não apenas preservadas, como também são ainda mais perfeitas do que no estado de natureza: a) são garantidas não pelo poder da individualidade, mas pela coletividade; b) têm um caráter moral, já que são limitadas pela vontade geral. Em outras palavras, o ser coletivo contingencia e consagra a liberdade individual.

É importante salientar que Durkheim (2008) rechaça a ideia, compartilhada por alguns pensadores de seu tempo, de que Rousseau fazia uma apologia ao homem natural:

A concepção de Rousseau de um estado de natureza não é, como já se pensou, uma ficção de devaneio sentimental, uma restauração filosófica da antiga crença na idade do ouro. É um dispositivo metodológico, embora, ao aplicar esse método, Rousseau possa ter distorcido os fatos para deixá-los mais de acordo com seus sentimentos pessoais. De qualquer modo, ele não vem de uma visão exageradamente otimista do homem primitivo, mas de um desejo de estabelecer os componentes básicos de nossa constituição psicológica. (DURKHEIM, 2008, p. 78).

O próprio Rousseau (2002) antecipou essa crítica, sugerindo que se o homem fosse despido de tudo o que tira da sociedade, nada restaria senão um ser pouco diferente de um animal:

Embora se prive, nesse estado [o civil], de diversas vantagens recebidas da Natureza, ganha outras tão grandes, suas faculdades se exercitam e desenvolvem, suas ideias se estendem, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos desta nova condição, não o degradassem com frequência a uma condição inferior àquela de que saiu, deveria abençoar incessantemente o ditoso momento em que foi dali desarraigado para sempre, o qual transformou um animal estúpido e limitado num ser inteligente, num homem. (ROUSSEAU, 2002, p. 12).

O que caracteriza o homem natural rousseuniano para Durkheim (2008) é que este pode ser resumido às suas sensações. Por isso, há um perfeito equilíbrio entre necessidade e recursos à disposição. É assim que Durkheim (2008) explica a rejeição de Rousseau ao estado de natureza hobbesiano: 1) o incentivo à guerra motivada por necessidades insatisfeitas não existe; 2) em Hobbes, o homem não tem piedade, enquanto em Rousseau há uma inerente “identificação entre animal espectador e animal sofredor” (DURKHEIM, 2008, p. 80), sendo essa virtude predecessora de toda e qualquer reflexão.

A origem da sociedade em Rousseau (2002), ao mesmo tempo natural e artificial, não é um problema para Durkheim (2008), mas sim uma virtude teórica, um sinal de genialidade. A sociedade é artificial, já que o homem não tem uma necessidade natural dela, mas é também um organismo, no sentido de um corpo organizado (DURKHEIM, 2008). Na leitura de Durkheim (2008), Rousseau contempla igualmente tanto o princípio individualista, “base de sua teoria do seu estado de natureza” (*Idem*, p. 92), como o princípio contrário ou socialista, “base da sua concepção orgânica de sociedade” (*Idem*, p. 93).

Mas como então Rousseau conecta indivíduo e sociedade? Durkheim (2008) explica que um governo virtuoso e um hábil sistema constitucional não bastam para a coesão social. Como se trata de um acordo espontâneo de vontades, a conexão indivíduo e sociedade não seria possível sem uma comunhão intelectual. No passado, tal comunhão era plenamente alcançada pela religião, mas o cristianismo separou o teológico do político, uma das célebres teses do pensador genebrino:

Foi nessas circunstâncias que Jesus surgiu para estabelecer na Terra um reino espiritual; o que, separando o sistema teológico do sistema político, fez com que o Estado cessasse de ser uno, causando as divisões intestinas que jamais deixaram de agitar os povos cristãos. (ROUSSEAU, 2002, p. 63).

Seria possível imaginar então que a laicidade fosse uma das marcas mais evidentes da república ideal de Rousseau. Entretanto, Durkheim (2008) explica que Rousseau rejeitava a ideia da religião como algo inútil para o Estado. Isso não quer dizer que o pensador de Genebra endossasse exatamente o cristianismo: ao contrário, “Rousseau rejeitava a doutrina de Bayle, segundo a qual a religião é inútil ao Estado [...] É, portanto, necessário estabelecer um sistema de crenças coletivas sob a direção do Estado, e apenas dele” (*Idem*, p. 136). O cidadão da sociedade idealizada por Rousseau deve ter uma razão religiosa para cumprir o seu dever (DURKHEIM, 2008). Durkheim (2008) avalia que a ética cumpriria esse requisito: o estado não deve tolerar qualquer religião que não tolere outras religiões, já que apenas o estado pode excluir cidadãos.

Essa ética embasada num princípio tanto racional como religioso funda os pilares para a noção de lei em Rousseau. De acordo com Durkheim (2008), a lei em Rousseau é o supremo árbitro dos interesses individuais, apesar de que devemos ter em mente que a autoridade soberana, embora transcenda todos os indivíduos, não é mais que um aspecto deles. Daí advém a ideia de que a lei deve emanar de todos e, portanto, que não há possibilidade de uma lei injusta:

No tocante a esta ideia, vê-se imediatamente não mais ser preciso perguntar a quem compete fazer as leis, pois que elas constituem atos da vontade geral; nem se a lei pode ser injusta, pois que ninguém é injusto consigo mesmo; nem em que sentido somos livres e sujeitos às leis, pois que estas são apenas registros de nossas vontades (ROUSSEAU, 2002, p. 19).

Apesar disso, Rousseau (2002) explica que os magistrados ou legisladores são importantes na medida em que o povo sozinho não pode fazer a lei.

O povo, de si mesmo, sempre deseja o bem; mas nem sempre o vê, de si mesmo. A vontade geral é sempre reta; mas o julgamento que a dirige nem sempre é esclarecido. É necessário fazer-lhe ver os objetos tais como são, e muitas vezes tais como devem parecer-lhe; é preciso mostrar-lhe o bom caminho que procura, protegê-la da sedução das vontades particulares, aproximar de seus olhos os lugares e os tempos, equilibrar o encanto das vantagens presentes e sensíveis com o perigo dos males afastados e ocultos. Os particulares vêem o bem que rejeitam, o público deseja o bem que não vê. Todos igualmente necessitam de guias; é preciso obrigar uns a conformar suas vontades com sua razão; é necessário ensinar outrem a conhecer o que pretende. Então, das luzes públicas resulta a união do entendimento e da vontade no corpo social; dá o exato concurso das partes e, finalmente, a maior força do todo. Eis de onde nasce a necessidade de um legislador. (ROUSSEAU, 2002, p. 20).

Durkheim (2008) elucidada que o legislador que Rousseau tem em mente precisa ter uma excelente compreensão do coração humano e deve ser, ao mesmo tempo, capaz de ser impessoal para elevar-se acima das paixões e interesses. Só poderia ser um ser extraordinário, portanto

V. 6, n. 2. p. 147-160, mai./jul. 2017.

extremamente raro e improvável de surgir: alguns podem perceber uma incoerência nessa reflexão de Rousseau, já que sua teoria necessita tanto da figura do indivíduo para legislar e, ao mesmo tempo, o mesmo indivíduo é tido como a fonte de toda imoralidade. Segundo Durkheim (2008), o próprio Rousseau tinha consciência disso: por isso, ele explica que, historicamente, os legisladores apenas se materializaram ao se revestir de um caráter religioso.

A reflexão sobre a lei e o papel dos legisladores na sociedade é a base para entender o modo pelo qual Rousseau percebia as diferentes formas de governo. Em *O contrato social*, está clara a recomendação genérica de Rousseau de que a democracia convém aos pequenos estados, a aristocracia aos médios e a monarquia aos grandes, além de que cada forma de governo é apropriada a um tipo diferente de existência social (ROUSSEAU, 2002). Durkheim (2008) acredita que Rousseau está longe de afirmar a preferência por uma determinada forma de governo, mas sugere que a solução média do pensador de Genebra é a aristocracia: por ser mais fácil de realizar, garantir ainda a soberania do povo e apresentar o menor governo possível sem que o particularismo reine, quando comparada com a democracia, que é improvável e digna dos deuses, e a monarquia, que seria o reino da vontade particular.

A apresentação que Durkheim (2008) faz das formas de governo em Rousseau revela, sem dúvida, as especificidades da sua própria leitura de *O Contrato Social*. É justamente esse aspecto, a forma como Durkheim assimila a teoria de Rousseau, seja se apropriando de conceitos e reflexões do pensador de Genebra para formular a sua sociologia, seja como um crítico do pensamento de Rousseau, que é o centro deste trabalho. Na próxima seção, veremos o lado positivo desta assimilação: Rousseau como uma fonte de inspiração.

II. A obra de Rousseau como fonte de inspiração para Durkheim

Nesta seção, será mostrado como o texto *O contrato social*, em específico, repercutiu na teoria de Durkheim nos seguintes aspectos: 1) na disposição para construir um pensamento crítico sobre o percurso da humanidade; 2) no interesse pelo tema da coesão social; 3) na importância conferida à moral.

O estado de natureza em Rousseau (2002) não é um simples momento passado hipotético: trata-se também de um ideal sobre o qual é possível se inspirar para alcançar a vontade geral e a felicidade dos cidadãos. Além das propostas sistematizadas para a condução prática de um governo, a obra de Rousseau é também uma crítica sistemática do percurso histórico da humanidade, da

deterioração da política (JOUVENEL, 1980). Assim como o pensador de Genebra, Durkheim constrói uma teoria social engajada: a caracterização da modernidade em Durkheim é marcada pelo diagnóstico de uma solidariedade enfraquecida (WATTS-MILLER, 2009).

No início de sua construção teórica, em sua obra inaugural *Da divisão do trabalho social* de 1893, Durkheim apresentava uma ideia de progresso histórico da humanidade. Durkheim (1995) explica que no “verdadeiro protoplasma social” (*Idem*, p. 85), havia sociedades inferiores ou hordas, que eram massas absolutamente homogêneas sem qualquer tipo de organização e caracterizadas pela solidariedade mecânica. Posteriormente, ocorreu um processo de diferenciação social produzida pela divisão do trabalho e definido pela noção de solidariedade orgânica, derivando no que concebemos como modernidade (DURKHEIM, 1995).

A solidariedade enfraquecida e o problema da anomia decorrem, na teoria Durkheimiana, principalmente pela falta de grupos intermediários, os quais teriam por função ligar os indivíduos à sociedade (WATTS-MILLER, 2009). Durkheim não partilha da posição positivista e teleológica de Comte para quem a sociedade moderna se constitui como o último momento da humanidade (VARES, 2013). A experiência moderna se define para Durkheim também pelo surgimento do Estado centralizado e autoritário, situação passível de ser superada (WATTS-MILLER, 2009).

Além de uma atitude questionadora do percurso da humanidade, Durkheim também herdou provavelmente de Rousseau a atenção para o tema da coesão social, daquilo que une os cidadãos. Em *O Suicídio*, Durkheim destaca mais do que em nenhuma outra obra a importância do tema da coesão social. O interesse do autor residia no estudo de um indicador extremo oposto à solidariedade, já que o suicídio ocorre quando a coesão social é menor (COLLINS, 2009). Durkheim então investiga o suicídio como variável dependente, em função de fatores sociodemográficos diversos, tais como sexo, nacionalidade e religião, concluindo que as estruturas sociais densas, quando há maior coesão social, impedem os indivíduos de se matarem (COLLINS, 2009). O estudo do suicídio é um excelente exemplo para compreender o método Durkheimiano, dado que se trata de uma pesquisa que investiga um indicador (i.e. o suicídio), buscando entender as lógicas subjacentes (e.g. solidariedade, coesão social, religião, etc.) através de um método comparativo e empirista que almejava generalizações.

A preocupação com o tema da coesão social repercute na presença, tanto em Durkheim como em Rousseau, de uma tensão entre uma teoria do ser e outra do dever ser. Segundo Jovenel (1980), o Rousseau cientista social aponta para a destruição daquilo que o Rousseau moralista defendia. De forma similar, Durkheim, por mais preocupado que estivesse em construir uma

sociologia objetiva, não deixava de apresentar os preceitos para a sacralização da ordem social, sendo a moral o elemento nuclear nesse processo (ALEXANDER, 2005).

O tema da moral merece ser detalhado. Para Durkheim (2008), a teoria de Rousseau não implica em assumir que a moral seria a maior força material resultante da combinação de forças individuais. Sem dúvida, a formação dessa coerção possui importância. Contudo, Durkheim (2008) explica que não é porque a vontade geral é mais forte que ela deve ser respeitada, mas sim porque ela é geral. Para que haja justiça entre os indivíduos, deve haver algo exterior a eles. Esse algo é o ser social ou coletivo: está acima dos indivíduos, não toma partido (DURKHEIM, 2008). Vale ressaltar uma peculiaridade da leitura de Durkheim: para ele, há grande afinidade entre os conceitos de vontade geral e moral em Rousseau.

A moral na teoria Durkheimiana é uma instituição a princípio externa aos indivíduos e, posteriormente, internalizada por meio da socialização, composta por uma série de regras e capaz de alinhar os interesses individuais aos coletivos. Sem a moral, o respeito aos contratos e as relações sociais não seriam possíveis, ao contrário dos que enfatizam a busca egoísta dos interesses individuais (DURKHEIM, 1995). Na base histórica dos princípios morais, está o fato religioso, cerne da análise de Durkheim (2000) em sua obra *As formas elementares da vida religiosa*: o autor mostra como o mundo social se organiza segundo uma perspectiva classificatória das coisas (reais ou ideais), a qual se expressa na vida religiosa em dois polos, o sagrado e o profano. Durkheim (2000) empreende um estudo das religiões mais arcaicas, baseando-se na tese de que a experiência religiosa, a formação do que é sagrado e do que é profano, estrutura as categorias de pensamento, fundamentando a moral moderna e, por sua vez, os respectivos tipos de contratos.

III. ROUSSEAU COMO ANTI-EXEMPLO: INDIVIDUALISMO EXCESSIVO E A ÊNFASE NA NATUREZA

Até aqui, foi mostrado como a teoria rousseauiana serviu como um exemplo para Durkheim. Contudo, ela também funcionou como anti-exemplo, o que é perceptível nas críticas que ele endereça principalmente contra o individualismo rousseauiano e a tendência a enraizar o social no natural. Durkheim (2008) mostra que se a sociedade civil de Rousseau é fundada por indivíduos e eles a consideram um instrumento de proteção, ela só pode ter um objetivo individual (DURKHEIM, 2008). Ao mesmo tempo, ele avalia que a teoria rousseauiana demanda a imersão

do indivíduo no social para modificar sua natureza e evitar que este aja apenas de acordo com suas vontades particulares. Durkheim (2008) denuncia essa oscilação:

Assim, encontraremos em toda parte as duas tendências antitéticas da doutrina de Rousseau. Por um lado, a sociedade como um mero instrumento para uso do indivíduo; por outro, o indivíduo depende da sociedade, que transcende em muito a multidão de indivíduos. (DURKHEIM, 2008, p. 113).

A ausência de uma análise sobre os aspectos intermediários que permitem a melhor coesão social é uma das principais críticas de Durkheim a Rousseau. Não havia espaço para as guildas do antigo regime (i.e. antecessoras das corporações profissionais) na república francesa ideal apresentada pelos pensadores da revolução: “qualquer agrupamento intermediário entre os cidadãos e o Estado não poderia deixar de ser danoso sob esse aspecto” (DURKHEIM, 2008, p. 112).

O modelo de governo de Rousseau em *O contrato social* é criticado por Durkheim por estabelecer leis que criam solidariedade entre os indivíduos e a comunidade, mas não há solidariedade entre os cidadãos (WATTS-MILLER, 2009). Ainda nessa direção, Mark Cladis (2005) argumenta que Rousseau tinha medo dos grupos intermediários, ao passo que Durkheim acreditava que estes eram a base da coesão social, da garantia da diversidade na política e da moral.

Jouvenel (1980), um importante comentador de Rousseau, provavelmente discordaria da plausibilidade do argumento de Durkheim: para este autor, *O contrato social* trata essencialmente da afeição social, ou seja, daquilo que liga os cidadãos entre si. Por outro lado, Urbinati (2010) concordaria ao menos parcialmente com Durkheim em sua avaliação sobre como a república sugerida por Rousseau (2002) não cria essa coesão dos cidadãos entre si. Urbinati (2010) critica Rousseau pela sua defesa do raciocínio individual isolado e do voto silencioso, decorrente de uma percepção de risco de parcialidade caso os cidadãos debatessem. Urbinati (2010) acrescenta ainda que a ação política direta para Rousseau significa apenas votar: assim, o pensador de Genebra desassociou os cidadãos em seu modelo, criando um paradoxo, uma vez que o contrato social não comporta o discurso público. Então, ou concordamos com Durkheim (e também Urbinati) e vemos a teoria de Rousseau como negligente em relação à solidariedade e pregadora do excesso de racionalismo ou aceitamos a tese de Jouvenel (1980) de que a teoria de Rousseau é uma teoria dos sentimentos humanos e, portanto, daquilo que melhor promove a afeição social.

Outra falha de Rousseau para Durkheim (2008) é que há um esforço para enraizar o ser social na natureza. Para Rousseau (2002), a vida social não é contrária à ordem natural:

Por que é sempre reta a vontade geral, e por que desejam todos, constantemente, a felicidade de cada um, se não pelo fato de não haver quem não se aproprie dos termos cada um e não pense em si mesmo ao votar por todos? Isso prova que a igualdade de

direito e a noção de justiça que aquela produz derivam da preferência que cada qual se atribui, e, por conseguinte, da natureza do homem. (ROUSSEAU, 2002, p. 16).

Contudo, Durkheim (2008) questiona: se a vida social tem tão pouco de comum com a natureza, como o contrato é possível? Durkheim (2008) acredita que se Rousseau assumisse o estado de guerra de Hobbes, seria mais fácil tal teorização, porque assim os homens fariam o contrato para terminar com a guerra. Além de não explicar bem as origens da sociedade, Durkheim (2008) vê dificuldades sérias para apontar como a vida social pode assentar-se logicamente: o equilíbrio social rousseauiano é um resultado de uma conjunção quase miraculosa de circunstâncias.

Em *As regras do método sociológico*, Durkheim (2007) cita Rousseau e o coloca lado a lado com Hobbes em uma ontologia que assume o homem como refratário à vida comum. Aos olhos de Durkheim (2007), tanto Rousseau como Hobbes põem em oposição os fins sociais aos individuais. Nesse sentido, a sociedade hobbesiana ou rousseauiana se constituem a partir das instituições e das coerções que visam fazer reinar os fins sociais.

Para uns, como Hobbes e Rousseau, há solução de continuidade entre o indivíduo e a sociedade. O homem é, portanto, naturalmente refratário à vida comum, somente forçado pode resignar-se a ela. Os fins sociais não são simplesmente o ponto de encontro dos fins individuais; são antes contrários a eles. Assim, para fazer o indivíduo buscar esses fins, é necessário exercer sobre ele uma coerção, e é na instituição e na organização dessa coerção que consiste, por excelência, a obra social. Só que, como o indivíduo é visto como a única e exclusiva realidade do reino humano, essa organização, que tem por objeto constrangê-lo e contê-lo, não pode ser concebida senão como artificial. Ela não está fundada na natureza, uma vez que se destina a fazer-lhe violência impedindo-a de produzir suas consequências antissociais. Trata-se de uma obra de arte, de uma máquina construída inteiramente pela mão dos homens e que, como todos os produtos desse gênero, é o que é apenas porque os homens a quiseram assim; um decreto da vontade a criou, um outro decreto pode transformá-la. Nem Hobbes nem Rousseau parecem ter percebido tudo o que há de contraditório em admitir que o indivíduo seja ele próprio o autor de uma máquina que tem por tarefa essencial dominá-lo e constrangê-lo, ou pelo menos lhes pareceu que, para fazer desaparecer essa contradição, bastava dissimulá-la, aos olhos daqueles que são suas vítimas, pelo hábil artifício do pacto social. (DURKHEIM, 2007, p. 123)

Durkheim (2007) pondera que ele também se utiliza da ideia de coerção como característica essencial de todo fato social, mas isso não quer dizer que esse caráter coercitivo decorre de uma maquinaria para prevenir os homens contra suas vontades particulares. Antes disso, a vida social é natural para Durkheim (2007), mas não no sentido de estar enraizada na natureza do indivíduo: trata-se de compreender que o ser coletivo possui uma natureza *sui generis*.

É importante salientar aqui que as contradições rousseauianas destacadas por Durkheim (2008) são reconhecidas também por comentadores de Rousseau da contemporaneidade. Bloom

(2013), por exemplo, entende que o pensamento político rousseauiano aponta tanto na direção da felicidade e da liberdade no estado de natureza quanto para um regime futuro que tenha a vontade geral como fundamento da autoridade. Bloom (2013) acredita que o sistema teórico de Rousseau está impregnado de contradições (e.g. virtude e sentimento, sociedade civil e estado de natureza, filosofia e ignorância). Apesar disso, ele salva a teoria rousseauiana afirmando que tais contradições se devem mais a uma ontologia que assume o próprio caráter contraditório da vida e menos a erros lógicos.

CONCLUSÕES

Este trabalho demonstrou que a repercussão da teoria rousseauiana na obra de Durkheim é nítida, especialmente os conteúdos da obra *O contrato social*. Se é de comum acordo entre os que se debruçam sobre o estudo da teoria social que Durkheim é um dos pioneiros da sociologia, por que não, a partir dele mesmo, considerar a possibilidade de Rousseau ser igualmente assim condecorado? Essa linha de argumentação nos leva ao reconhecimento de que as fronteiras entre a teoria política e a teoria sociológica são tênues. Na medida em que podemos observar em clássicos como Rousseau a preocupação em integrar, no mesmo escopo teórico, os problemas da coesão social com aqueles ligados ao exercício do poder, é difícil imaginar como a sociologia e a ciência política possam caminhar separadamente em muitos momentos.

Há uma quantidade suficiente de elementos teóricos de Rousseau nos pilares da sociologia de Durkheim. Como vimos, a crítica ao percurso da humanidade é similar, a noção de contrato social é empregada em ambas as teorias e a moral ocupa um lugar de destaque nos dois pensadores nas explicações sobre a coesão social. Entretanto, claro que a teoria de Durkheim é diferente da rousseauiana nesses mesmos pontos. Caso contrário, estaríamos falando em sobreposições teóricas: verificamos, por exemplo, que enquanto Rousseau busca inspirações em um passado hipotético idealizado, Durkheim prefere apostar no futuro baseado no socialismo de guildas; já a moral Durkheimiana é resultante de experiências arcaicas que estruturam as categorias de pensamento em termos de sagrado e profano, ao passo que Rousseau enxerga a moral mais associada ao racional e ao cívico.

Verificamos aqui também que, em sua análise de *O contrato social*, os olhos de Durkheim (2008) voltam-se para a natureza contraditória da doutrina de Rousseau. Por um lado, Rousseau partiria, em sua filosofia social, de um atomismo radical porque ele precisou retornar à natureza

individual, o mais nua possível, para daí deduzir o desenvolvimento progressivo das disposições sociais. Por outro, ele também favoreceria uma espécie de holismo no qual uma sociedade apenas constituiria a sua unidade se, e apenas se, os indivíduos que a compõe estejam submetidos a um interesse geral acima dos particulares. Durkheim atacou a relação entre o social e o individual na obra de Rousseau: para ele, é incoerente a combinação do social como um efeito do individual e, ao mesmo tempo, do social irredutível aos indivíduos.

Assim como a obra de Rousseau foi considerada por Durkheim como contraditória, seja num sentido de um reconhecimento da própria natureza contraditória do homem ou pelos conflitos lógicos do seu pensamento, a relação entre Durkheim e Rousseau é também ambivalente: há um Durkheim inspirado por Rousseau e há outro que se revela como um crítico da obra do pensador de Genebra. Por fim, é importante salientar aqui que o presente trabalho não é exaustivo, servindo principalmente para despertar o interesse acadêmico pelas relações teóricas entre Rousseau e Durkheim.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey (org). The inner development of Durkheim's sociological theory: from early writings to maturity. *The Cambridge Companion to Durkheim*. New York: Cambridge University Press, 2005, p.136-159.

BLOOM, Allan. Jean-Jacques Rousseau. In: Strauss, Leo; CROUSEY, Joseph (eds.). *História da filosofia política*, Rio de Janeiro, Forense, 2013.

COLLINS, Randall. A tradição durkheimiana. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009, p.157-204.

DURKHEIM, Emile. Divisão do trabalho social. In: RODRIGUES, José Albertino (Org). *Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, 1995, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.01.

_____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2000.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 3 ed. 2007.

_____. *Montesquieu e Rousseau: Pioneiros da sociologia*. Tradução: Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2008.

JOUVENEL, Bertrand de. A teoria de Rousseau sobre as formas de governo. In: QUIRINO, C. & SOUZA, M. (orgs.). *O Pensamento Político Clássico*, São Paulo, TA. Queiroz, 1980.

OLIVEIRA, Marcio. Émile Durkheim e a sociologia brasileira. In: MASSELLA, Alexandre Braga et al. (orgs.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Ridendo Castigat Mores (ed. Eletrônica), 2002.

_____. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Edipro, 2015.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, vol. 53, n. 2, 2010.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005.

URBINATI, Nádia. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice versa). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, no 39, 2015, p. 60-109.

VARES, Sidnei Ferreira de. Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica em Émile Durkheim: dois conceitos e um dilema. *Mediações: londrina*, v. 18, n. 2, p. 148-171, jul./dez. 2013.

WATTS MILLER, William. Investigando o projeto de Durkheim. In: MASSELLA, Alexandre Braga et al. (orgs.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

WEISS, Raquel. *Émile Durkheim e a Fundamentação Social da Moralidade*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2011.

Recebido em: 14 de fev. 2017.

Aceito em: 08 de mai. 2017.



POKÉMON GO:

Um reflexo dos usos e contradições da Internet brasileira

Laysmara Carneiro Edoardo¹

RESUMO

Diferentemente de outros aplicativos de interação mediada, o jogo *Pokémon GO*, lançado no Brasil em agosto de 2016, tem promovido a circulação e a interação dos jogadores pela – e com – a cidade, o que demonstra, por sua vez, diferenças reveladoras quando tomadas, entre outras variáveis, as condições de conexão com a Internet e a posição geográfica do usuário. Essa combinação resulta em avanços coletivos diferentes no que diz respeito à experiência adquirida no jogo, de acordo com a relação entre a infraestrutura técnica da Internet brasileira e o georreferenciamento produzido pela empresa criadora. Para discutir tais fatos e compreender a forma pela qual *Pokémon GO* explicita as disparidades no acesso à Internet no Brasil, além da observação participante, um questionário com 50 perguntas foi respondido por 1.000 jogadores de todo o país, ainda na primeira quinzena após o seu lançamento. As questões foram distribuídas em quatro seções: identificação, mapeamento, questões técnicas e comportamentos, fornecendo chaves para a produção de categorias que permitiram a análise das desigualdades regionais, do trânsito em diferentes espaços da cidade, das condições técnicas de dispositivos e conexão, bem como das apropriações geracionais. Em resumo, o jogo reflete as disparidades regionais em termos da implementação e manutenção da infraestrutura técnica de comunicação, já que, entre outros aspectos relevantes e discutidos ao longo do texto, jogadores de grandes centros e capitais apresentaram avanços maiores que aqueles situados em outros locais do país.

PALAVRAS-CHAVE: Internet. Cidade. Interação tecnologicamente mediada.

POKÉMON GO:

A reflection of the uses and contradictions of Brazilian Internet

ABSTRACT

Unlike other mediated interaction applications, the game *Pokémon GO*, launched in Brazil in August 2016, has promoted the movement and interaction of players across - and with - the city,

¹ Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP e bolsista pelo CNPq. Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Produz pesquisa interdisciplinar sobre as relações entre imagem e virtualidade, no que tange a ficcionalização do cotidiano.

which, in turn, shows revealing differences when taken, among other variables, conditions of Internet connection and the geographical position of the user. This combination results in different collective advances regarding the experience acquired in the game, according to the relationship between the technical infrastructure of the Brazilian Internet and the georeferencing produced by the developer company. In order to discuss such facts and to understand how *Pokémon GO* explains the disparities in Internet access in Brazil, besides participant observation, a questionnaire with 50 issues was answered by 1,000 players from all over the country, still in the first fortnight after game's launch. The questions were distributed in four sections: identification, mapping, technical issues and behaviors, providing keys for the production of categories that allowed the analysis of regional inequalities, traffic in different spaces of the city, technical conditions of devices and connection, as well as generational appropriations. In summary, the game reflects the regional disparities in terms of the implementation and maintenance of the technical infrastructure of communication, since, among other relevant aspects discussed throughout the text, players from major centers and capitals presented greater advances than those located in other regions from the country.

KEYWORDS: Internet. City. Technologically mediated interaction.

INTRODUÇÃO: Conectividade e condições técnicas

As novas tecnologias e a ampliação contínua de recursos técnicos nos dispositivos móveis têm alterado significativamente o relacionamento, especialmente do público jovem, com diferentes instâncias da vida social, a contar as relações urbanas, geracionais, de consumo e de práticas cotidianas. A relação entre sujeitos humanos e não humanos (LATOURE, 2013) é assim cada vez mais evidente, e tem deixado aos poucos de ser interpretada como uma distopia dos tempos contemporâneos. De tal maneira, o reconhecimento da progressão técnica e tecnológica da sociedade, nos termos de uma conjunção positiva, permite admitir também que existe de fato uma simbiose entre os dispositivos tecnológicos e as ações humanas, na medida em que novas práticas e usos diferenciais são produzidos cotidianamente. Isso faz com que o ciborgue, parte orgânico e parte cibernético, seja uma realidade comum, seja ele a representação de um usuário mais assíduo das tecnologias comunicacionais ou o corpo idoso dotado de um marca-passo (LE BRETON, 2003).

De acordo com Prensky (2001) e Turkle (1989), os nativos digitais podem ser considerados a geração que fez a transição entre a vida offline e online ainda a partir de meados da década de 1990. No entanto, este recorte é exclusivo da realidade dos países desenvolvidos, em especial dos EUA, que antecipou diversas pesquisas com o objetivo de compreender este novo universo ainda naquele período. Com relação ao Brasil, os nativos digitais são os nascidos já em meados da década de 80, passando a usufruir da conexão com a Internet, sobretudo no início dos anos 2000. Esse

atraso é resultado de diversas condições específicas na forma como as telecomunicações foram expandidas ao longo dos últimos anos, seja pela iniciativa privada ou pelo Estado, junto a peculiaridades do projeto modernizador, uma vez que outras camadas de infraestrutura, tal qual a de transportes, são também fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e se confundem com a história das instituições e dos próprios indivíduos.

É preciso assim considerar, junto à cartografia global da comunicação, que a incursão brasileira na rede mundial de computadores é um fenômeno de grande contradição, uma vez que aproximadamente 8,3% da população com mais de 15 anos é analfabeta² e ainda existem no país mais de 200 mil domicílios sem energia elétrica³. De fato, há uma diferença significativa na forma como a interação mediada e a conexão com a Internet se deu ao redor do mundo, bem como na definição de quem são os “nativos digitais” quando são comparadas as condições de desenvolvimento das redes técnicas e da promoção de acesso em diferentes regiões do planeta.

De tal forma, embora seja possível parear as experiências conectivas nos diferentes contextos técnicos contemporâneos, é preciso considerar que o histórico particular vivido pelos países em desenvolvimento é um ponto fundamental para compreender a forma pela qual as relações sociais e as novas formas de sociabilidade tecnologicamente mediadas foram produzidas ao longo das últimas décadas, já que as condições técnicas e de acesso foram determinantes para o processo de ‘alfabetização’ no uso dessas novas ferramentas. A passagem do telefone fixo à internet discada (*dial up*⁴) e do cabeamento via modem ou *ADSL*⁵ à conexão via fibra ótica ou às tecnologias 3G e 4G, do uso do computador de mesa ao *smartphone* e das transações bancárias via telefone ou caixa eletrônico para a produção da *big data*, parecem ser simultâneas nos dias de hoje, mas foram assimiladas em tempos e termos diferenciados por conta dessa disparidade no acesso a recursos e às redes técnicas.

Sendo assim, considerar a Internet e suas práticas passa por diversos aspectos concernentes à lógica do seu desenvolvimento, a começar pelo progresso técnico das últimas décadas, que promove simultaneamente a melhoria dos serviços, a ampliação das redes e a redução de tamanho

² Índice que sobe para 16,6% na região Nordeste e decresce a 4,4% na região Sul (IBGE, 2015a, p. 42) e atinge 17,6% na totalidade do território nacional quando considerado na forma de analfabetismo funcional (id, ib. p. 44).

³ De acordo com o Censo 2010, no início da década havia mais de 700 mil domicílios sem energia elétrica no país, com quase 600 mil deles concentrados nas regiões Norte e Nordeste. Com relação ao número total, este grupo correspondia a 1,3% dos 57 milhões de domicílios permanentes analisados, diferentemente dos resultados atuais da PNAD (2014) que apontam para 0,3% de domicílios brasileiros sem energia elétrica. Ver PNAD (IBGE, 2015a, p. 67) e Censo 2010 (IBGE, 2010b).

⁴ “*Ato de discar o número do telefone via modem para se conectar com a Internet*” (PÓVOA, 2000, p. 108).

⁵ *Asymmetric Digital Subscriber Line*. Trata-se da conexão via assinatura e linha telefônica fixa.

dos equipamentos. Essas três condições, essencialmente técnicas, promovem, em consequência, uma maior mobilidade, o barateamento e a popularização do acesso, como o caso das redes 3G e a telefonia móvel coadunadas aos *smartphones*, que dilataram significativamente o acesso em todo território nacional nos últimos anos. Por outro lado, em termos socioeconômicos e políticos, esse mesmo desenvolvimento, que tem implicações diretas na forma pela qual a Internet é utilizada pelos usuários comuns, prescinde das condições básicas promovidas pelo poder público e pelos interesses das empresas privadas prestadoras de serviços, que têm se constituído quase em sua totalidade em grandes monopólios comunicacionais responsáveis por aperfeiçoar as redes e capitalizá-las, seja em termos de patentes, equipamentos e manutenção disponibilizados em parcerias público-privado.

Ou seja, a consolidação efetiva da Internet em uma determinada região, ou mesmo no que diz respeito ao território nacional brasileiro, passa necessariamente pelos interesses e pelos objetivos (UNWIN, 2013, p. 548) que o poder público e o setor privado possuem em relação a ela, garantindo acesso universal em nome da democratização digital ou a paternalização do uso a partir de permissões parciais, seja por meio de uma legislação restritiva, de um mapeamento irregular na instalação das redes ou de restrições técnicas em termos de dispositivos e sistemas operacionais.

No Brasil, o alcance da Internet ainda se mantém restrito à posse e ao acesso aos recursos da rede técnica, tal qual demonstram os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia, publicada em 2014 pelo Governo Federal (BRASIL, 2015). O relatório evidencia que o uso de Internet pelos brasileiros ainda é bastante circunscrito em termos de classe social e escolaridade, dado que enquanto 53% da amostra afirma não usar a Internet, essa negativa cai para 25% entre aqueles que possuem renda maior que 5 salários mínimos e 12% entre os que cursaram o ensino superior (BRASIL, 2015, p. 51). De mesmo modo, o perfil do internauta brasileiro é, assim, bastante definido: homens e mulheres⁶, de classe média e alta e adultos jovens com ensino superior completo.

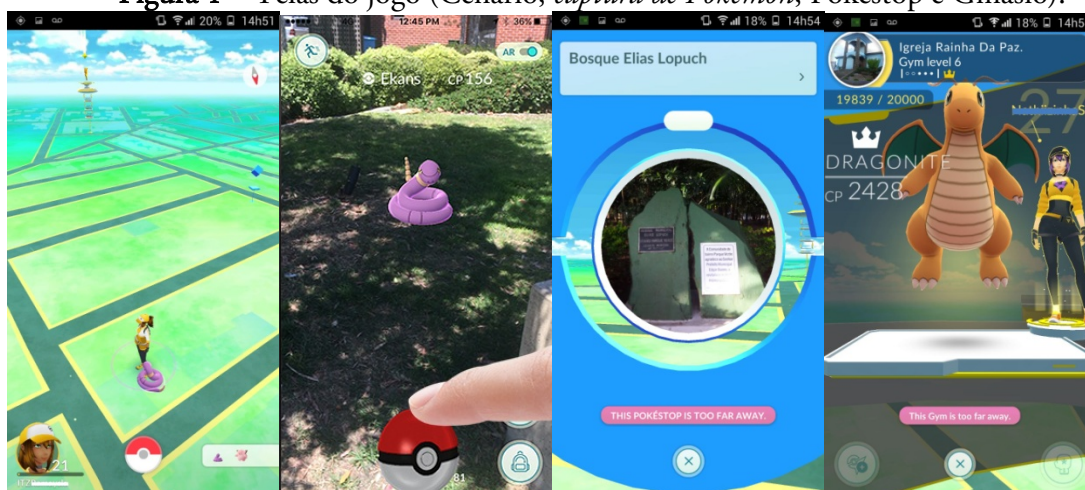
Do total de usuários brasileiros, 51% têm entre 20 e 39 anos, com uma taxa de penetração média de 75% (IPSOS, 2015), enquanto o segundo grupo com maior participação faz parte da faixa entre 15 e 19 anos, que contempla 14% do total de usuários brasileiros. Contudo, surpreende a penetração neste grupo, que corresponde a 89% do total da faixa etária, a maior entre todas, demonstrando que a Internet é absolutamente presente na realidade adolescente.

O JOGO: Descrição do funcionamento e aplicação da pesquisa

⁶ Há um equilíbrio no número de usuários com relação à questão de gênero em território nacional, com uma breve vantagem de usuárias mulheres (49,5%) diante dos homens (49,3%). Cf. IBGE, 2015, p. 39.

Considerando essas informações, é compreensível a ansiedade dos usuários brasileiros, que tiveram de aguardar cerca de um mês pelo lançamento de *Pokémon GO* no país. Desenvolvido ainda em 1996 como um jogo para *Gameboy* (*Nintendo*), *Pokémon* ganhou fama mundial a partir do desenho televisivo lançado no Japão em 1997. Em decorrência da rápida difusão da saga e do desenvolvimento contínuo dos jogos (que somaram 20 atualizações), em 03 de agosto de 2016, *Pokémon GO* é lançado no Brasil numa parceria entre *Nintendo*, *Niantic* e os criadores da série. Assim como os demais, o jogo consiste, até o momento, essencialmente na captura de *pokémons* selvagens e batalhas em ginásios, que garantem e dependem, por sua vez, (d)os avanços individuais do jogador. O objetivo final é tornar-se um mestre *Pokémon*, capturando e/ou evoluindo todos os 151 *pokémons* existentes⁷, bem como aumentar sua experiência individual por meio do treinamento da sua equipe e derrota de grupos inimigos⁸.

Figura 1 – Telas do jogo (Cenário, captura de *Pokémon*, *Pokéstop* e Ginásio).



Fonte: a autora, 2016 (o *print* da captura tem como fonte o próprio site de *Pokémon GO*⁹).

Até o momento, o jogo conta com 40 *LVL* individuais (*levels* ou níveis) alcançados com 20 milhões de *XP* (pontos de experiência), enquanto que, até o *lvl* 20, por exemplo, bastam apenas 210 mil. Capturar um *Pokémon* pode garantir entre 100 e 210 *xp*, somando-se mais 500 *xp* no

⁷ Os *pokémons* iniciais somam 151, incluindo-se os lendários que não foram inseridos no jogo para captura até o momento. Em dezembro de 2016 foram lançados mais 7 *pokémons* *babys*, inaugurando a segunda geração. Ao longo das 6 gerações lançadas até agora pela série, e que serão progressivamente pensadas a *Pokémon Go*, somam-se 721.

⁸ No *lvl* 5 o jogador pode escolher entre três equipes, *Instinct*, *Mystic* ou *Valor*, que correspondem aos pássaros lendários *Zapdos* (elétrico), *Articuno* (gelo) e *Moltres* (fogo).

⁹ www.pokemongo.com

caso de um novo Pokémon registrado e o dobro disso quando o jogador utiliza o recurso de um *Lucky Egg*, que fornece a duplicação da pontuação ao longo de meia hora quando acionado. Entre uma série de atividades que o jogador pode realizar ao longo desse tempo, ou seja, visitar *Pokéstops*, batalhar em ginásios, capturar novos *pokémons* e evoluí-los, ao fazer uso do ovo é possível alcançar cerca de 70 mil *XP* em meia hora, embora seja necessário para isso ter em mãos o ovo (que pode ser adquirido com dinheiro “real”) e acumular entre 12 e 100 *candys*¹⁰, de acordo com o tipo de *Pokémon* (o que implica em deslocamentos ao longo de um tempo muito maior).

O grande diferencial do jogo, quando comparado com os demais, é a interação com o mundo “real”, na medida em que o jogador precisa literalmente movimentar-se pelo cenário para encontrar os recursos, tendo a possibilidade de utilizar da realidade aumentada para amplificar sua experiência. Na tela, aparecem, além do avatar; o espaço da cidade demarcado digitalmente, fazendo com que o deslocamento corresponda à verdadeira distância em número de quadras; os pontos marcados em azul caracterizados como *Pokéstops*, onde é possível apanhar *pokébolas*, ovos que chocam novos *pokémons* e poções úteis para recuperar aqueles que foram feridos em batalhas. No percurso, é possível encontrar também os ginásios, estruturas maiores, na forma de torres, que apresentam, ainda à distância, a cor correspondente ao time que o detém junto ao *Pokémon* mais forte que está na sua defesa. Conforme o jogador se aproxima desses locais, pode acessar as recompensas associadas, o que faz com que todos os avanços dependam necessariamente da locomoção pela cidade. Condicionados à qualidade da conexão com a internet e aos requisitos técnicos do dispositivo, todos os movimentos que envolvam *Pokémons* podem ser realizados com a câmera traseira ligada, o que permite visualizá-lo em interação com o ambiente “real”.

O meu jogo, o qual iniciei em 5 de agosto por conta de limitações técnicas do meu dispositivo (*Android 4.2.1*) e que exigiu a instalação de um aplicativo alternativo (*apk*)¹¹, foi “*upado*” praticamente em uma cidade de médio porte (300 mil habitantes) no interior do Paraná. Ao longo do período em Cascavel-PR, utilizando duas vezes o recurso de duplicação do *Lucky Egg*, alcancei o nível 21, com 260.000 *XP* em 18 de setembro, estando por vezes muito atrás de outros jogadores da cidade, que se mantiveram dentro da legalidade das regras do jogo¹² e alcançaram pelo

¹⁰ Recursos utilizados na evolução de um Pokémon. No caso da evolução para *Gayrados* são necessários 400 *candys*.

¹¹ *Android package*.

¹² Alguns jogadores fazem uso de *fakegps*, *flygps* e *joysticks* alcançando a experiência necessária sem o deslocamento. Esses recursos permitem que o jogador fique em casa e acesse os locais da cidade de forma fictícia, o que não é permitido pelas regras do jogo e tem sido pretexto para o banimento de contas por parte dos desenvolvedores.

menos o nível 27 (1.100.000XP) dentre aqueles que tiveram maior avanço. Quando do lançamento de *Pokémon GO*, eu havia acabado de realizar meu exame de qualificação no Doutorado em Sociologia, onde estudo as relações entre *Facebook* e a ficcionalização do cotidiano por meio da produção e circulação de imagens. Na intenção de fazer uma pausa reflexiva na pesquisa principal e, por que não, junto à curiosidade sobre o jogo, dediquei o primeiro mês após o lançamento à problematização das relações sociais que resultaram dessa nova experiência, aproveitando parte da discussão realizada previamente sobre a incursão do brasileiro na comunicação tecnologicamente mediada.

Foi por conta do meu próprio progresso que surgiu o interesse em compreender a forma pela qual *Pokémon Go* ganhou tanto prestígio, pois que ao passar a frequentar as praças da cidade ou sair de casa a pé para capturar *pokémons*, bem como interagir com desconhecidos em busca de táticas mais certeiras, considerei importante a leitura do fenômeno sociológico, já que a interação tecnologicamente mediada ultrapassou as fronteiras do dispositivo e chegou de fato ao mundo “real”. Foi, também, a partir de uma necessidade coletiva em buscar informações sobre o funcionamento do jogo e em trocar experiências sobre práticas efetivas de avanços, que grupos no *Facebook*, *Whatsapp* e *Telegram* foram criados de imediato. Uma infinidade de jogadores passou a falar sobre suas proezas, as descobertas de macetes, ninhos de *pokémons*, estratégias de batalhas e análises intermináveis sobre as potencialidades do jogo. Embora o número e a frequência de jogadores tenha diminuído em quase um ano pós-lançamento, o que se explica, em parte, pela disparidade de recursos disponíveis, os números de downloads e debates em fóruns da internet não impressionantes.

Tendo em vista tais impressões iniciais e minha entrada em diferentes grupos locais, regionais e nacionais, elaborei um questionário com 50 questões distribuídas em quatro seções: identificação, mapeamento, questões técnicas e comportamentos, que foi aplicado entre os dias 15 e 22 de agosto de 2016, 12 dias após o lançamento oficial no país, com um pico de quase 500 respostas um dia após a sua publicação¹³. Com a ajuda e divulgação por parte dos administradores desses grupos, publiquei o formulário em uma plataforma online (nuvem) e disponibilizei o *link* de acesso por exatamente 7 dias. No questionário, além das questões referentes ao gênero, idade, atividades cotidianas (trabalho ou estudo), foram levantadas informações sobre a forma pela qual

¹³ Com relação ao alcance de 1000 jogadores, preciso realizar um agradecimento especial ao grupo *Capinaremos*, na pessoa de Morteiro, que disponibilizou o link no maior grupo de jogadores do aplicativo *Telegram @BRPokemon* (que conta hoje com cerca de 1.300 membros). Além desse canal, três páginas do *Facebook* também compartilharam a pesquisa: *Pokémon Niilista*, *Pokémon Go Br* e *Pokémon Go Brasil – Dicas*.

cada um dos jogadores passou a se relacionar com o aplicativo e com outros jogadores. Todo o debate e reflexões apresentados abaixo e igualmente as ilustrações em gráficos são, assim, resultado desse levantamento.

As questões mais importantes elencaram o tempo disponibilizado para o jogo, os avanços ao longo do período do levantamento (*level e pokémons* adquiridos), os recursos disponíveis próximo ao local de moradia e de trabalho/estudo, a quilometragem acumulada no marcador interno e meios de transporte utilizados. Já com relação às questões técnicas, foram levantados os tipo de conexão com a Internet e os dispositivos utilizados pelos jogadores, junto a autoavaliação sobre a relação entre essas condições e seus desempenhos pessoais.

De tal maneira, as considerações que seguem dizem respeito ao primeiro frenesi brasileiro e às adequações que os jogadores precisaram realizar com relação aos seus ambientes na época. Em decorrência das condições técnicas, progressivamente e até o momento, muitos jogadores reduziram sua frequência de jogo, abandonaram os avanços ou simplesmente desistiram da atividade, da mesma forma em que outros iniciaram posteriormente suas jornadas. No entanto, sobre os que permaneceram, novos usos diferenciais puderam ser observados e outras formas de sociabilidade foram produzidas, o que nos sugere uma reavaliação futura destes resultados em termos de posições mais estáveis e contínuas no que concerne às relações socioculturais promovidas pelo jogo.

De todo modo, o registro deste primeiro momento ainda assim tem condições de demonstrar que novos paradigmas têm surgido com relação aos usos das tecnologias e da comunicação tecnologicamente mediada e que a avaliação é válida como expressão de uma condição que continuará alterando a realidade em termos de intermediações produzidas pela técnica diante das práticas humanas.

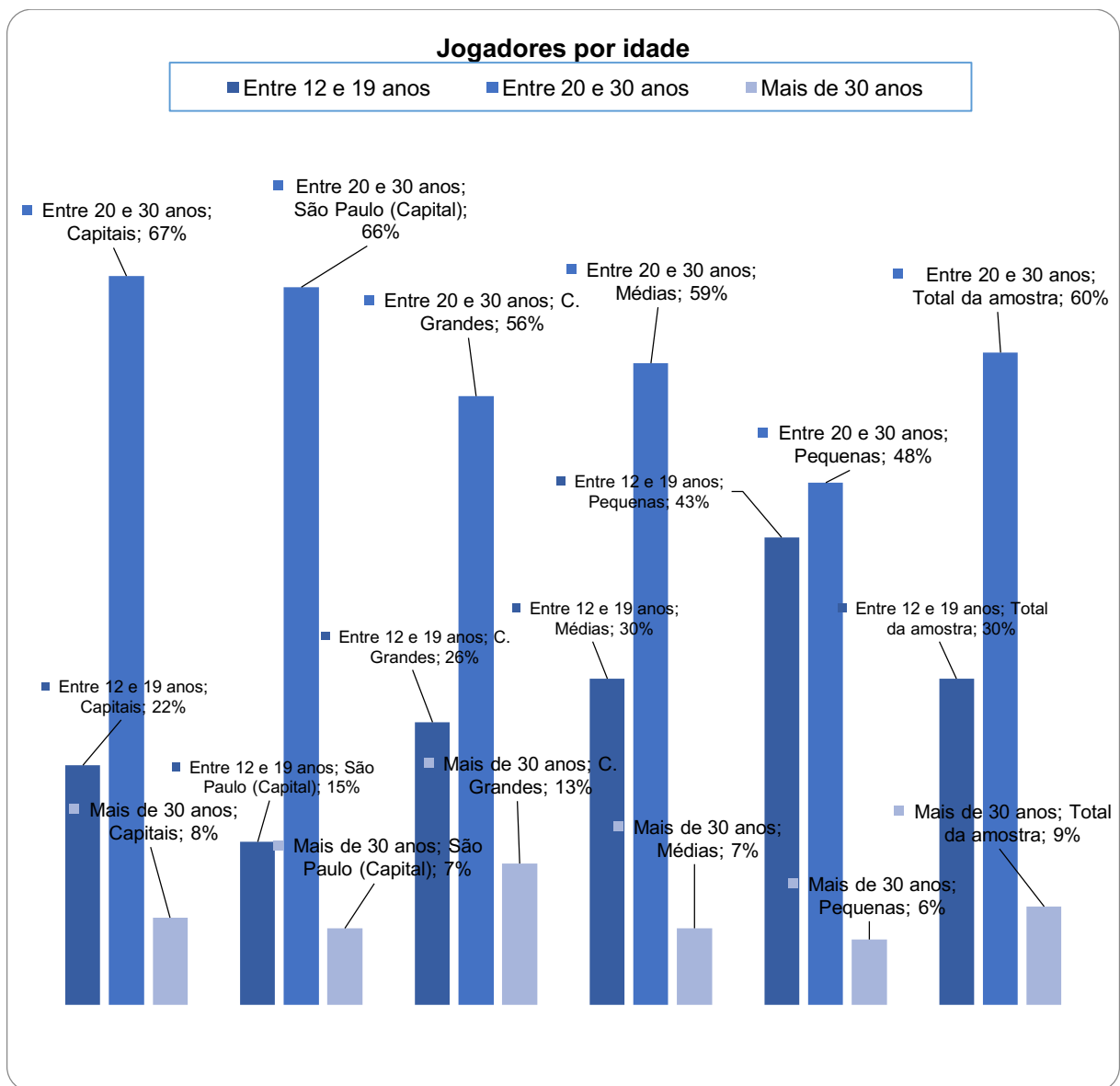
OS JOGADORES

De acordo com notícia *linkada* no site da própria *Niantic*, em dois meses foram 500 milhões de downloads oficiais no sistema operacional *Android*, enquanto que apenas com relação ao *iOS*, também oficiais, os jogadores brasileiros somaram 3% do total, diante dos estadunidenses que alcançam a impressionante marca de 35%, seguidos pelos japoneses com 8%. Estes dois países,

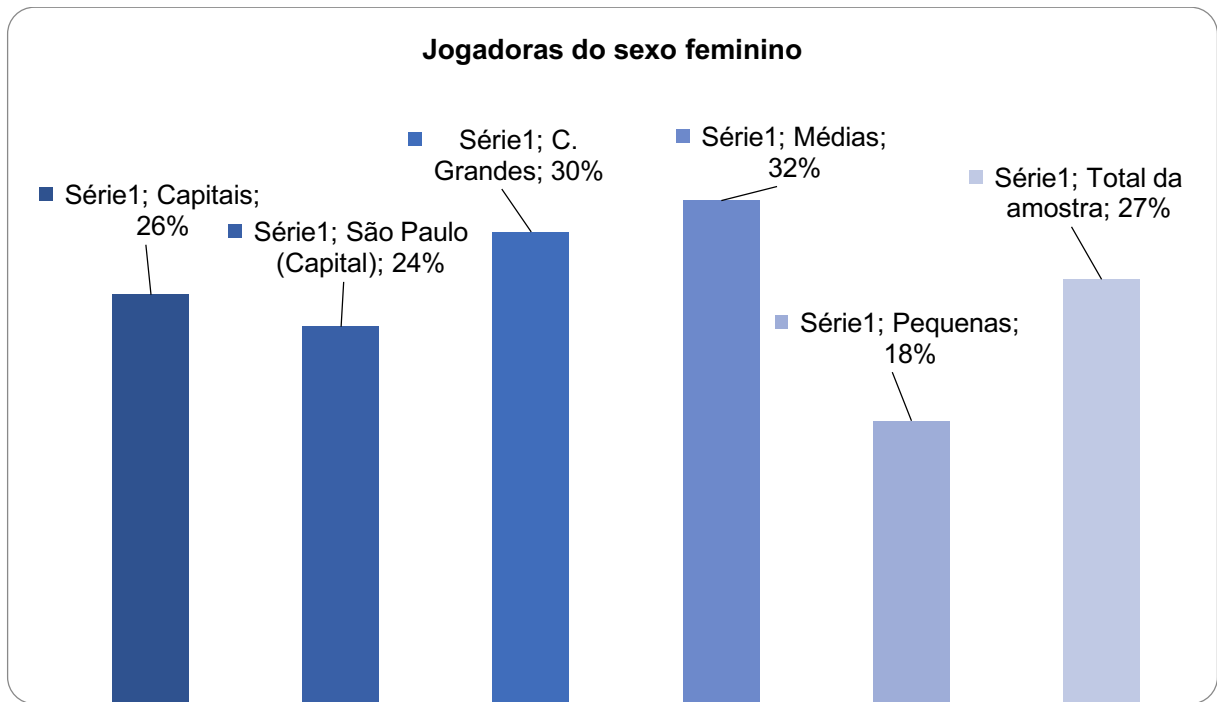
embora quantifiquem apenas 43% do total no sistema operacional de menor representação, somam 77% da receita estimada, que totalizou 85 milhões de dólares ainda no mês de agosto¹⁴.

Talvez seja com relação a este último número que a empresa tenha dificultado o acesso dos jogadores a partir da atualização do dia 26 de setembro, excluindo a conexão alternativa (até então permitida) de dispositivos desatualizados ou de menor capacidade técnica. Certamente, desta data em diante houve alterações importantes com relação ao perfil dos jogadores, uma vez que essas mudanças significaram a elitização do jogo. No entanto, cabe descrever e analisar as informações das quais dispomos para então problematizar mais a frente este novo fato.

Figura 2 – Jogadores por idade e por gênero.



¹⁴ Dados referentes a agosto de 2016. Sensor Tower, Pokémon Go. Disponível em <https://sensortower.com/ios/br/niantic-inc/app/pokemon-go/1094591345/> Acesso em setembro/2016.



Fonte: a autora, 2016.

Fica evidente, em primeira leitura, a disparidade etária com relação ao interesse sobre o jogo. Grande expressão da amostra (média de 60%) se concentra na faixa dos 20 a 30 anos, correspondendo, basicamente, aos indivíduos que acompanharam o desenvolvimento da saga por meio dos jogos e desenhos televisivos ao longo do início dos anos 2000 no país. Esses jogadores jovens, com maior presença nas capitais, são parcialmente substituídos por usuários adolescentes nas cidades menores, de modo que a proporção de São Paulo capital sobe em 28% com relação às cidades de pequeno porte (até 100 mil habitantes).

Por outro lado, há uma inversão desse quadro quando os dados são confrontados com o gênero dos jogadores, de modo que as jogadoras do sexo feminino, que já são minoria na amostra, têm uma expressão ainda menor nas cidades pequenas. Com relação aos motivos pelos quais as jogadoras estão em menor número, um relato chama atenção e merece ser destacado:

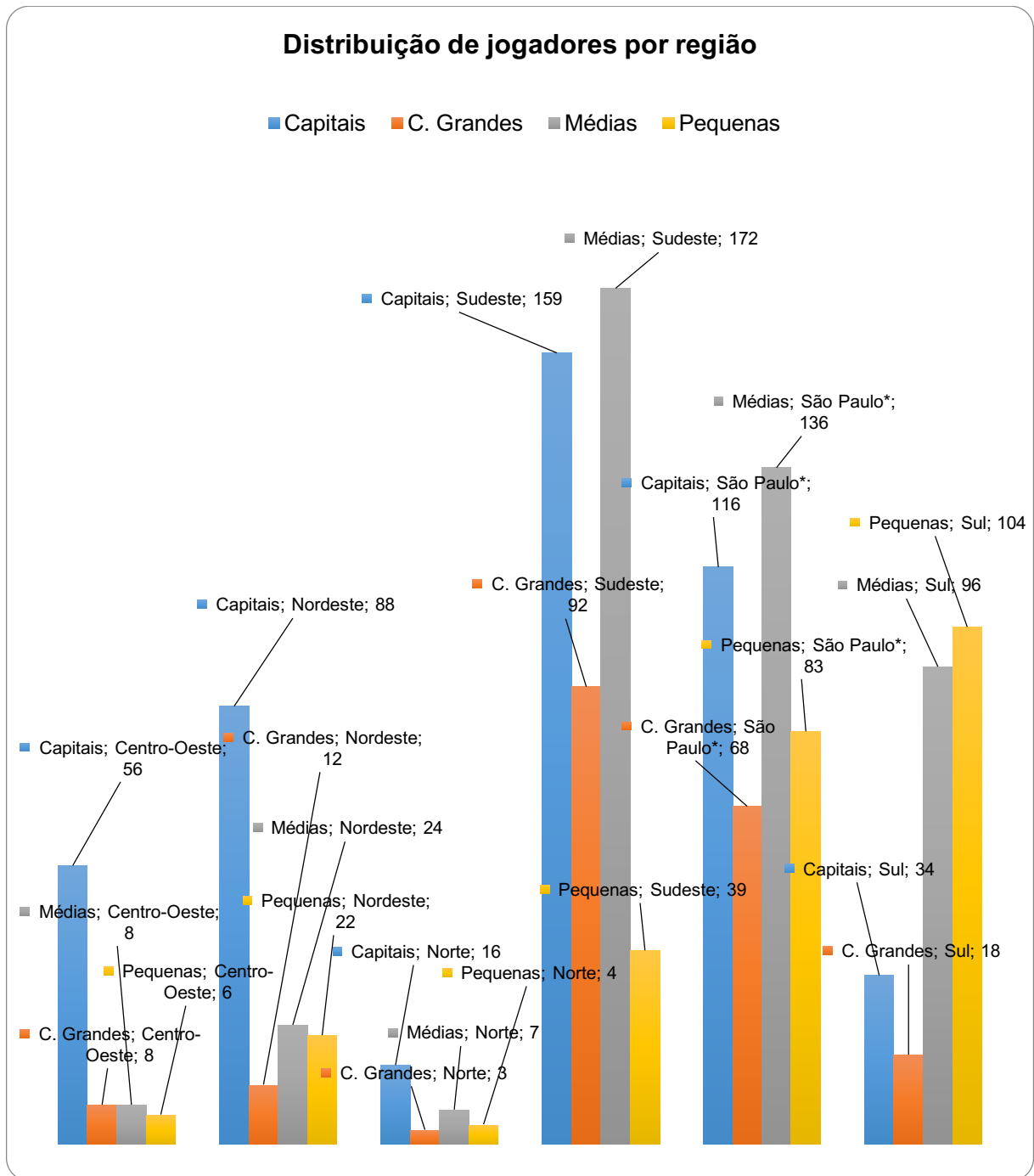
“Na questão que pergunta se já sofreu algum tipo de preconceito de outros jogadores só tem a opção sobre idade, faltou a opção quanto ao gênero. Quanto uma mulher de 24 anos, é comum ouvir insultos maquiados de brincadeira, do tipo “não sabe nem jogar direito”, “deveria estar em casa lavando louça”, “mulher não presta pra games”, e quase sempre essas frases são ditas quando eles veem que eu sou mais forte que eles, estou em um nível muito superior, tenho pokémon com cp alto ou quando sou gym leader. Enfim, na questão da idade, vejo todos interagindo, ajudando e ensinando as crianças ou alguém mais velho que não tem tanta intimidade com games, mas as

meninas são bem marginalizadas, maltratadas e excluídas.” (Feminino, 20 a 30 anos, lvl 20 ao 30, SP, cidade de médio porte)

Essas desproporções são demonstração dos usos diferenciais que surgem em decorrência de um maior ou menor relacionamento cotidiano com a tecnologia, de modo que as cidades menores passaram pela inclusão digital em um processo mais lento e postergado, resultando assim em um desinteresse significativo com relação ao jogo e/ou numa escolha particular das pessoas mais velhas e do sexo feminino, que por autocensura ou inabilidade não aparecem com tanta expressão na amostra. Da mesma maneira, já dando indícios das condições de acesso e conectividade, o quadro abaixo, em números absolutos, demonstra a distribuição dos jogadores por região, correspondendo aos limites da internet brasileira de acordo com a diferença descomunal existente entre as regiões de maior e menor desenvolvimento técnico de comunicação tecnologicamente mediada.

41% da amostra diz respeito somente ao estado de São Paulo, de modo que se destacam, assim como em toda região Sudeste, as capitais e as cidades de médio porte (até 500 mil habitantes). As capitais, por óbvio e conforme dados da próxima seção, destacam-se expressivamente diante das demais cidades, mesmo quando a totalidade dos jogadores é pequena como no caso da região Norte, que equivale a apenas 3% do total. Diferentemente, as regiões Sudeste e Sul, 73% do total (730 jogadores), mostram um acesso maior em cidades de médio porte, com destaque para o Sul que concentra os seus jogadores, ao menos na amostra, em cidades médias e pequenas em detrimento das capitais, o que implica diretamente na média de progresso de toda a região, mantida nos 12% para os lvls de 20 a 30, abaixo da média nacional e bem distante dos resultados atingidos pelos jogadores das capitais conforme a figura demonstra a seguir.

Figura 3 – Distribuição de jogadores por região



Fonte: a autora, 2016.

Em resumo e conforme exploração adiante, os dados definem um perfil formado em grande maioria de homens jovens, com idades entre 20 e 30 anos, residindo em cidades de médio porte e capitais, que alcançaram até o lvl 20 (210 mil XP) durante o levantamento. Embora tenha avançado bastante, a maioria dos jogadores trabalha ou estuda em período comercial (79%) e tem como

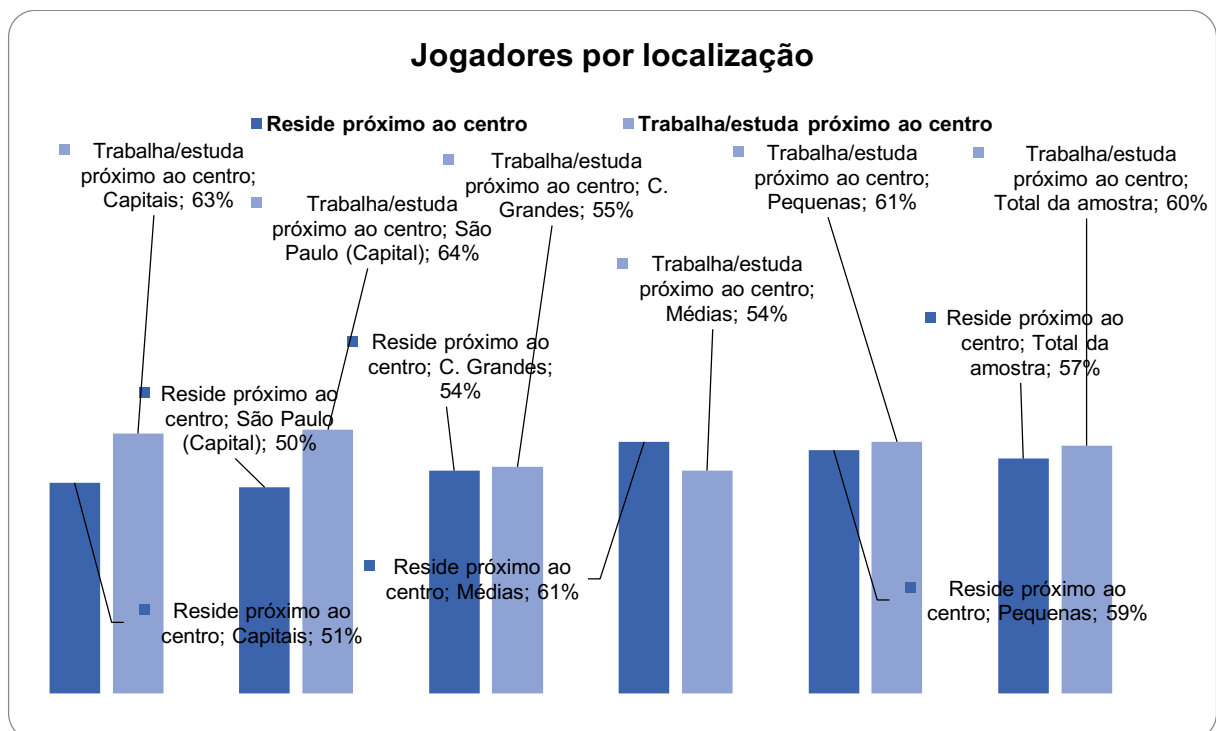
prática o jogo ao longo do percurso entre a moradia e local de trabalho ou estudo por cerca de 2 horas diária.

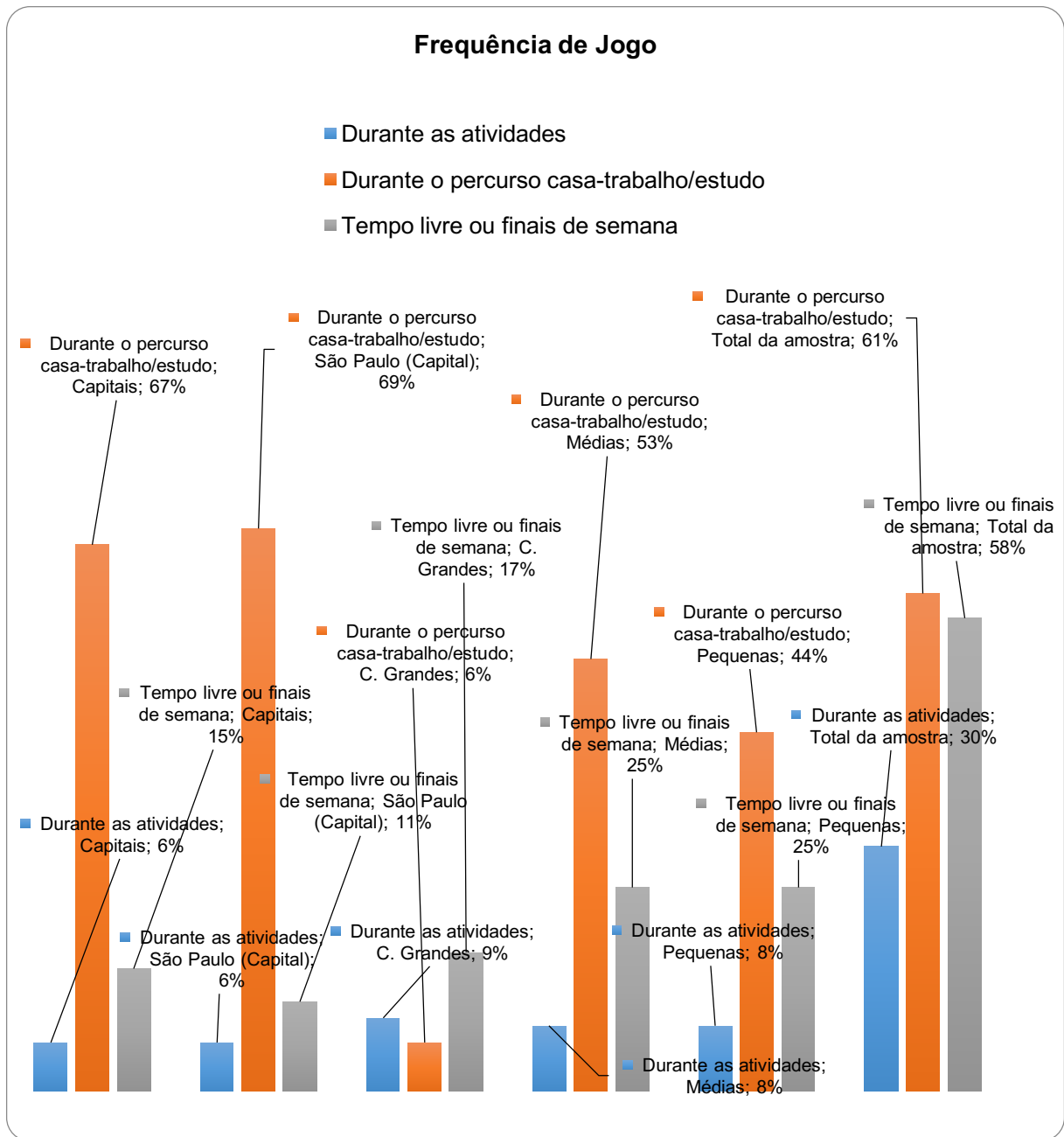
PROGRESSOS E CONDIÇÕES IMPOSTAS PELO JOGO

Os resultados do questionário e da observação participante demonstram que as disparidades citadas são condizentes aos dados sobre a Internet brasileira, em especial no que diz respeito aos bolsões de desconectividade regionais, uma vez que os avanços dos jogadores que residem em capitais ou cidades de grande porte são superiores àqueles que residem em cidades menores. Há desproporções expressivas também com relação à posição no interior da cidade, com jogadores de maior mobilidade ou que residem mais próximos ao centro e que progredem com maior facilidade quando comparados aos que se localizam em bairros mais afastados, dispondo de menor conectividade e poucos recursos internos ao jogo.

Porventura, a maioria dos jogadores e jogadoras que responderam ao questionário concentra-se próxima ao centro das suas cidades de moradia, o que demonstra mais uma vez que jogadores com avanços menores e que dispunham de menos recursos provavelmente deixaram de jogar em uma frequência muito maior do que aqueles que estão em uma “melhor” localização, concentrando boas condições de progresso.

Figura 4 – Jogadores por localização e frequência de jogo por porte de cidade





Fonte: a autora, 2016.

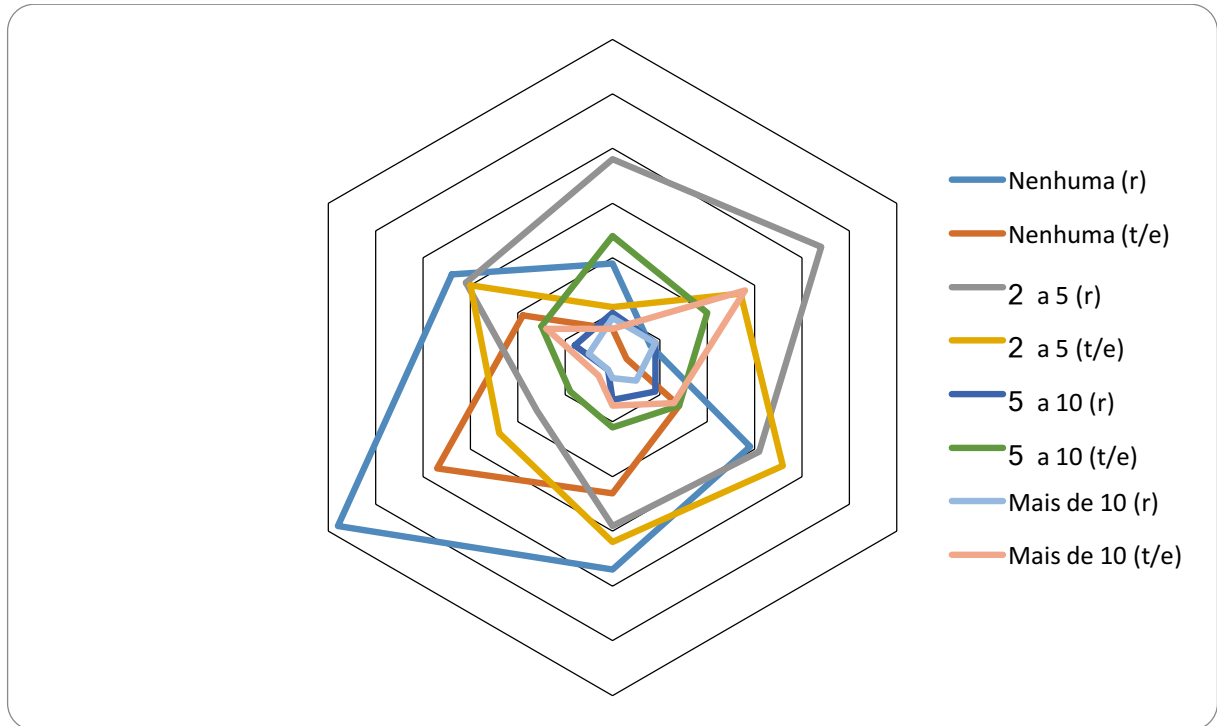
Como dito, a maioria dos jogadores estão mais próximos do centro das cidades, com uma frequência acima da média para as pequenas (dada à restrição geográfica), para os locais de moradia nas cidades médias e para os ambientes de trabalho e estudo nas capitais. Neste sentido, cabe maior destaque aos jogadores que se distanciam dessa média, apresentando avanços menores e diferentes práticas de jogo, conforme demonstra a frequência da atividade, quando se ampliam os *gameplays* durante o tempo livre e aos finais de semana conforme se reduz o porte das cidades. Ao passo que o deslocamento e o número de recursos disponíveis são menores que aqueles disponíveis nas

capitais, os jogadores das cidades pequenas muitas vezes aproveitam os finais de semana para se deslocarem a cidades vizinhas, que dispõem de maiores recursos e “maratonas” coletivas, normalmente com reuniões de jogadores em espaços que concentram as *pokéstops* e ginásios. Em muitos casos, esse deslocamento é obrigatório para dar continuidade ao jogo dentro das regras sem o uso de *hackeamentos* que forjem outra localização.

"Acho o jogo bem legal, o problema é que nem todos têm a mesma experiência com o jogo, pessoas do interior como eu se sente em desvantagem, pois na minha cidade não tem pokéstop e nem ginásios, o pokéstop mais próximo é a 14 km e o ginásio mais próximo fica a 60 km, e ainda não querem que a gente use fake gps, quer exigir ok, mas de a mesma oportunidade a todos os jogadores". (Masculino, mais de 30 anos, lvl 10 ao 20, SP, cidade de pequeno porte)

O gráfico abaixo demonstra a diferença desses recursos de acordo com o tamanho das cidades. Ao passo que nas cidades pequenas 60% dos jogadores não tem acesso a nenhum *pokéstop* dentro dos 360° passíveis de visualização na tela do jogo (o que corresponde a um raio de pelo menos 7 quadras em *zoom* mínimo), essa negativa cai para 20% nas capitais e menos de 10% em São Paulo. Já com relação ao ambiente de trabalho ou estudo, a negativa gira em torno de 40% nas cidades pequenas e quase zero em São Paulo capital, enquanto a existência de mais de 10 *pokéstops* fica na casa dos 10% na cidade, diante da média nacional de 5%. Considerando que os jogadores com uma *pokéstop* dentro do raio de abrangência do seu avatar pode adquirir 50XP a cada 5 minutos, assim como angariar recursos como *pokébolas* e poções, a velocidade do seu progresso é muito maior. Em Cascavel-PR, em um bairro residencial razoavelmente distante do centro, eu conseguia visualizar 2 ginásios e 3 *pokéstops* nesse mesmo raio de visão, estando o mais próximo deles a uma quadra da minha residência. Já em São Paulo, na Zona Oeste, próximo a Av. Escola Politécnica, visualizo 3 ginásios e 4 *pokéstops*, estando o mais próximo a pelo menos 600 metros de distância.

Figura 5 – Quantidade de “Pokéstops” por porte de cidade.



Fonte: a autora, 2016.

Para a construção de *Pokémon Go*, o mapeamento das cidades foi realizado por intermédio de outro jogo da *Niantic*, inicialmente lançado no sistema operacional *Android* (*Google*), que também dispõe do jogo coletivo e realidade aumentada. O *Ingress*¹⁵ também conta com avanços e pontuação, a posição em forma de círculo do agente e portais que foram “substituídos” em *Pokémon GO* pelas *pokéstops* na mesma posição. No lançamento do jogo, em 2011, com base nos dados de mapeamento do *Google Earth*¹⁶, locais históricos e obras de arte públicas se transformaram em portais. Conforme se deu a ampliação do número de jogadores e os espaços das cidades passaram a ser *scaneados* coletivamente, outros portais passaram a ser inseridos, fazendo com que locais centrais e as grandes cidades tivessem maior vantagem, seja pelo número de espaços públicos preservados, pelo número de jogadores ou pelo mapeamento realizado pela *Google*¹⁷. De tal modo,

¹⁵ O jogo consiste em completar missões que variam de acordo com duas equipes, os Iluminados e a Resistência, girando em torno de uma energia intitulada *Exotic Matter* que estaria influenciando a percepção de toda a humanidade por meio da inteligência artificial embutida nos *smartphones*. De tal modo, as interações com o ambiente se dão de acordo com a posição escolhida pelo jogador, ou seja, adequar-se às alterações promovidas por essa energia (controlada pela própria *Niantic*) ou resistir a ela por meio da defesa da humanidade orgânica.

¹⁶ Ver *Google Earth* e *Google Street View*. Disponível em <http://www.gosur.com/satellite/>. Acesso em setembro/2016.

¹⁷ Algumas partes do mundo ainda não foram mapeadas pelo *Google*, em alguns casos por restrições políticas, como a China, outros por restrições tecnológicas de conectividade e acesso, como boa parte do continente africano, *V. 6, n. 2. p. 161-190, mai./jul. 2017.*

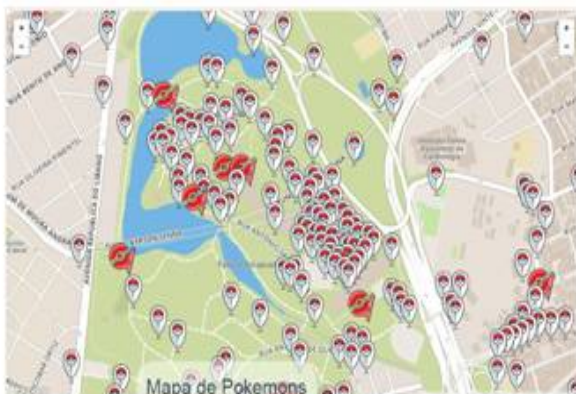
a explicação para a carência de recursos em diversas cidades se dá mapeamento deficiente realizado pelas empresas criadoras, junto à baixa conectividade e a uma suposta demanda insuficiente constatada pelas corporações.

Outros aplicativos foram criados para auxiliar na precisão de alguns progressos importantes, como é o caso dos mapeamentos que acessam a localização exata de um *spawn*¹⁸ e os mapeamentos de *pokéstops* e ginásios. No entanto, também estes são irregulares, pois não contemplam todas as cidades, já que, em sua maioria, são gratuitos e elaborados de modo colaborativo. O mapa a seguir tem como fonte um desses *sites* e foi utilizado como referência visual para ilustrar a disparidade da presença de *pokéstops* (em branco) e ginásios (em vermelho) em algumas cidades e espaços. O comparativo entre o Parque do Ibirapuera e a região da Paulista-Consolação diante da estação do metrô Capão Redondo é expressão clara das dificuldades enfrentadas por um jogador que tem menor deslocamento pelos espaços da cidade. 41% dos entrevistados afirmam fazer maior parte do percurso do jogo a pé, aproveitando com maior eficácia a disponibilidade dos recursos no espaço dos parques, a exemplo dos dois recortados aqui (Ibirapuera e Parque da Juventude), claramente bem supridos. No entanto, fazer o percurso entre as *pokéstops* do Capão Redondo ou de Cascavel-PR exige um deslocamento muito maior, de mais ou menos 20 quadras para igualar a experiência das áreas que concentram maiores recursos.

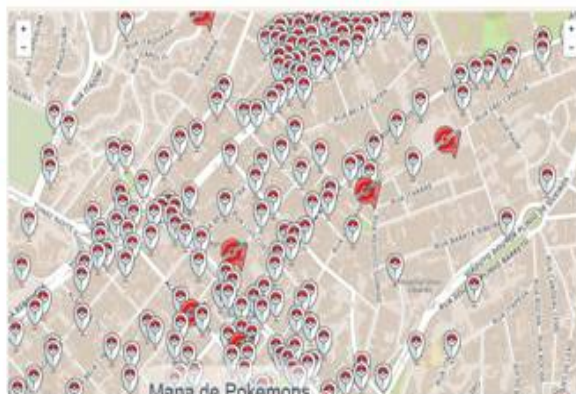
o norte da Rússia e Canadá e a Floresta Amazônica. Sobre o mapa produzido, ver *Google Street Views*. Disponível em <https://www.google.com.br/streetview/understand/>. Acesso em setembro/2016.

¹⁸ *Spawn Location*, local onde surgem ou nascem os *Pokémons* por um tempo médio de 15 ou 30 minutos, o que permite a comunicação entre jogadores, normalmente por aplicativos de mensagens instantâneas, e o deslocamento até o local para captura.

Figura 6 – Mapas de distribuição de “Pokéstops” e Ginásios (recorte¹⁹).



Parque do Ibirapuera



Paulista-Consolação



Parque da Juventude



Capão Redondo



Centro de Cascavel - PR



Centro de Campo Grande - MS

Fonte: Mapa Pokémon Go, 2016²⁰.

¹⁹ Os mapas estão na mesma escala de 2 zoom-out para possibilitar o emparelhamento.

²⁰ Disponível em <https://www.mapapokemongo.com/>. Acesso em setembro/2016.

O centro de Campo Grande também foi incluído como referência pois é muito menos guarnecido que os parques de São Paulo, por exemplo. Além disso, uma das considerações qualitativas do questionário chamou atenção sobre a disparidade no estado do Mato Grosso do Sul. O relato a seguir fala a respeito de Dourados (cidade de médio porte), não mapeada pelo *site*, e merece o destaque por conta das impressões acerca de tais diferenças e de como a cidade e seus espaços passaram a ser mais frequentados por conta do jogo, adiantando as considerações à frente.

"Há cidades no estado de Mato Grosso do Sul em que não há sequer UM ginásio ou Pokéstop. A cidade de Dourados, segunda maior cidade do estado, é melhor guarnecida, porém, a discrepância entre o interior e a capital é gritante.

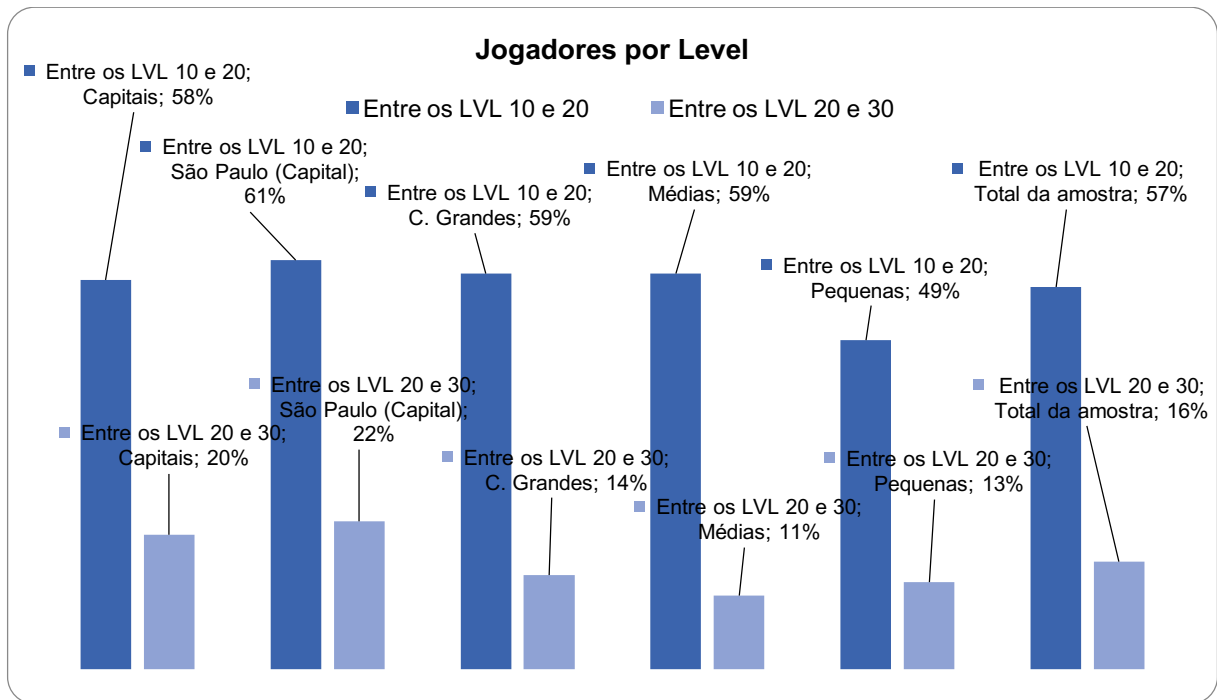
O Pokémon Go fez com que a minha noiva passasse a se interessar e a gostar de pokémons, fazendo com que pudéssemos conversar sobre o tema e nos aproximássemos ainda mais, bem como frequentar um dos parques da cidade (que também é um pokéstop).

O Parque dos Ipês, pokéstop, em Dourados, MS, aliás, não era tão frequentado há anos. Algumas poucas famílias o frequentavam aos fins de semanas. Agora, o parque está lotado durante a semana inteira.

O pokéstop da Unidade 2 da Universidade Federal da Grande Dourados, uma caixa d'água de um poço semi-artesiano aos fundos do Bloco B, costuma apresentar vazamentos e, antes, ficava vazando por horas a fio. Agora, com a presença de jogadores ali, a notícia do vazamento chega à Administração com um intervalo bem menor, fazendo com que alguém habilitado chegue até a bomba e possa desligá-la, evitando maiores desperdícios." (Masculino, 20 a 30 anos, lvl 10 ao 20, MS, cidade de médio porte)

Apresentado o contexto geral, fica evidente a disparidade entre os avanços essenciais dos jogadores com relação aos seus domicílios. A considerar que até o LVL 20, o usuário precisa angariar apenas 210.000 XP, no LVL 25, 710.000 XP e no LVL 30, 2.000.000 de XP, A diferença de quase 10% com relação às cidades pequenas diante das demais é definitiva para reconhecer que as condições técnicas e funcionais do jogo são desiguais e dificultam os avanços dos jogadores, por maior que seja sua assiduidade.

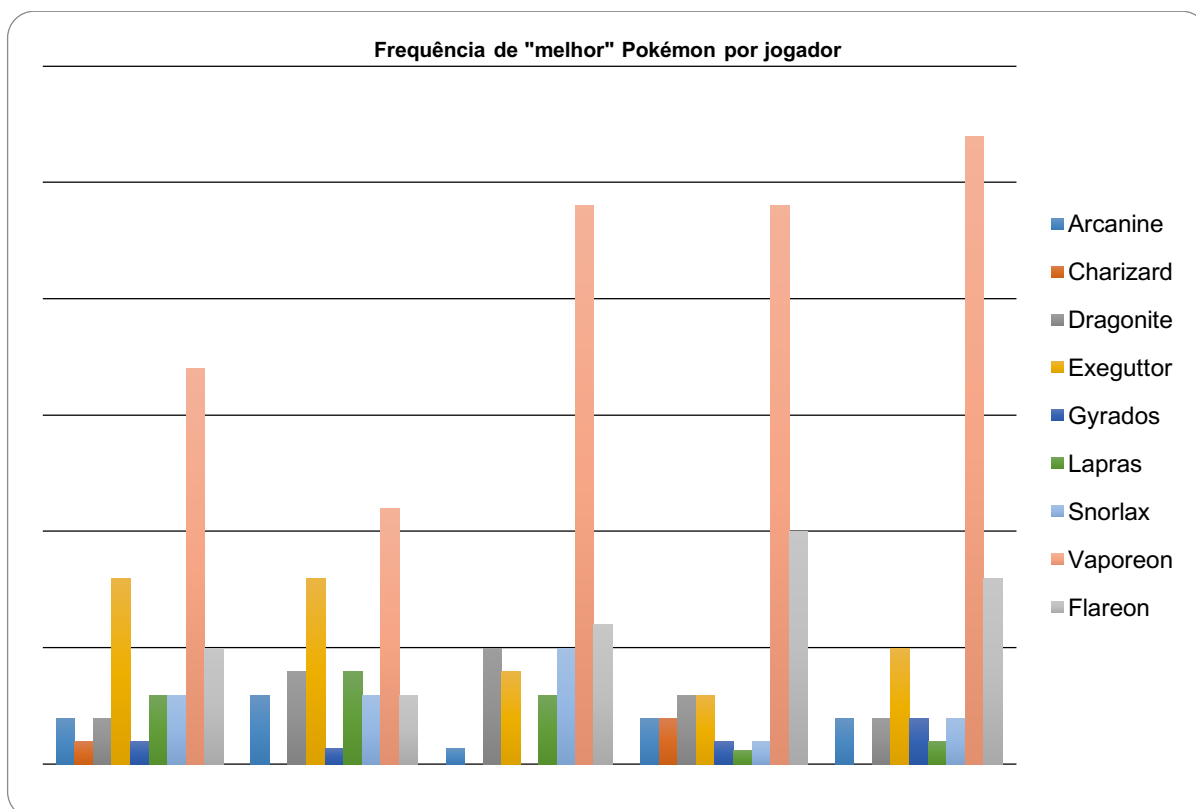
Figura 7 – Distribuição de jogadores por *Level* de acordo com o porte da cidade.



Fonte: a autora, 2016.

Da mesma forma, a média de jogadores que possuíam, durante o levantamento, *pokémons* com mais de 1.000 CP (*Combat Power*) era de 37% na média nacional, ampliando a 41% nas capitais e 44% em São Paulo. Atingir essa marca depende do desenvolvimento do jogador ao longo do jogo e das evoluções de *pokémons* de CP mais baixo. Mais uma evidência desta disparidade é a “qualidade” do *pokémon* considerado com o melhor ou mais combativo pelos jogadores dentre os quais eles possuíam no momento do levantamento. *Vaporeon* e *Flareon*, ambos com grande expressão em especial nas cidades menores, são evolução de *Eevee*, *pokémon* normal e de aparição constante. Bastam 25 *candys* para a sua evolução (o equivalente a 7 capturas) tornando o acesso a eles razoavelmente fácil. Já *Arcanine* e *Exeguttor* exigem 50 *candys*, *Charizard* e *Dragonite*, 100 *candys* e *Gyrados*, 400. Assim como *Snorlax* e *Lapras*, que não possuem nem evolução nem pré-evolução, encontrar qualquer um destes e capturá-los na sua forma final se torna muito mais difícil e raro do que progredir no jogo por meio das *candys*. De tal forma, o gráfico abaixo demonstra mais uma vez que as capitais garantem vantagens significativas com relação aos recursos e a diversidade de *pokémons* passíveis de captura.

Figura 8 – Distribuição e frequência de “melhor” Pokémon por jogador e porte de cidade.



Fonte: a autora, 2016.

A INTERNET BRASILEIRA²¹ À LUZ DE POKÉMON GO

Com relação ao uso de Internet, em termos nacionais, há uma ampla desproporção entre 67,4% daqueles que fazem parte do último quinto de rendimentos (os mais ricos) e 20,5% daqueles que estão enquadrados no primeiro (os mais pobres). Mesmo no 4º quinto de rendimento apenas 50,8% das pessoas de 10 anos ou mais utilizaram a Internet em 2014, para uma média geral de 42% (IBGE, 2014, p. 156). Já com relação às famílias que possuem renda de até meio salário mínimo *per capita*, a média de domicílios que possui acesso à Internet na sua cesta de serviços fica em 10,5%, alcançando 17,4% na região Sudeste e apenas 4,9% na região Norte. Chama atenção também a desproporção entre o menor índice, pertencente ao Tocantins com escasso 1,7% e a maior, correspondente a 25,7% na região metropolitana de São Paulo (IBGE, 2014, p. 187), o que reitera a perspectiva de Arretche (2015) e Castells (2003, p. 188) sobre as desigualdades regionais e

²¹ A não ser pelas informações referentes à conexão móvel, todos os dados são referentes aos anos de 2014 e 2015, sendo, contudo, os mais atualizados disponíveis para consulta. Independentemente, podem ser usados, guardada a ressalva, para estabelecer as relações propostas neste texto.

a proeminência de nós metropolitanos. Em resumo, locais com maiores recursos garantem uma disparidade menor mesmo quando dizem respeito aos mais pobres.

Desigualdades regionais, metropolitanas e sociais se combinam e se acumulam, com efeitos sobre os serviços prestados não apenas para os mais pobres, mas também para as elites, que tendem a ter pior acesso nas cidades mais periféricas do que nas metrópoles das regiões Sudeste e Sul. Sob o ponto de vista das condições urbanas os pobres das metrópoles periféricas são os que enfrentam os graus mais elevados de precariedade. (ARRETCHE, 2015, p. 247)

Embora 100% dos municípios contem com cobertura das operadoras de telefonia móvel²², até janeiro de 2016 somente 80,3% dos municípios possuíam a tecnologia 3G para conexão com a Internet²³. Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo detinham 100% de cobertura, a região Centro-Oeste contava com apenas 61,5%, a região Nordeste 62,8%²⁴ e região Norte 75,6%. Em resumo, enquanto a banda larga estava presente em 97,7% (30,5 milhões) dos domicílios com Internet, sendo 23% deles conectados com as duas modalidades, a distribuição do acesso correspondia a 77,1% (24,1 milhões) à operação fixa e 43,5% (13,6 milhões) à conexão provida pela rede móvel (IBGE, 2015b, p. 37), considerando que apenas 1% das empresas, ou o equivalente a 20 organizações, prestam esse serviço à quase metade das residências brasileiras conectadas.

De acordo com os dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e da Teleco foram contabilizados, em 2014, 280,7 milhões de celulares no país. Cabe destacar ainda que, entre os anos de 2005 e 2013, o crescimento em território nacional foi de 38,6% no número de pessoas com mais de 10 anos que detêm aparelho celular de uso pessoal, alcançando 75,2% do total²⁵, 80% da população urbana (IBGE, 2015a, p. 70) e 94,6% das pessoas economicamente ativas (IBGE, 2015a, p. 48). Apesar de o número de aparelhos celulares ultrapassar a população brasileira²⁶, até o primeiro trimestre de 2015, apenas 84%²⁷ afirmavam possuí-lo, alcançando 98% da população com

²² Número de municípios com atendimento celular por operadora segundo a Anatel (Janeiro de 2016); Teleco. Disponível em <http://www.teleco.com.br/cobertura.asp>. Acesso em fevereiro/2016.

²³ Municípios cobertos pela tecnologia 3G no Brasil - Jan/16. Teleco. Disponível em http://www.teleco.com.br/3g_cobertura.asp. Acesso em fevereiro/2016.

²⁴ Bahia e Sergipe correspondem a 83,9%.

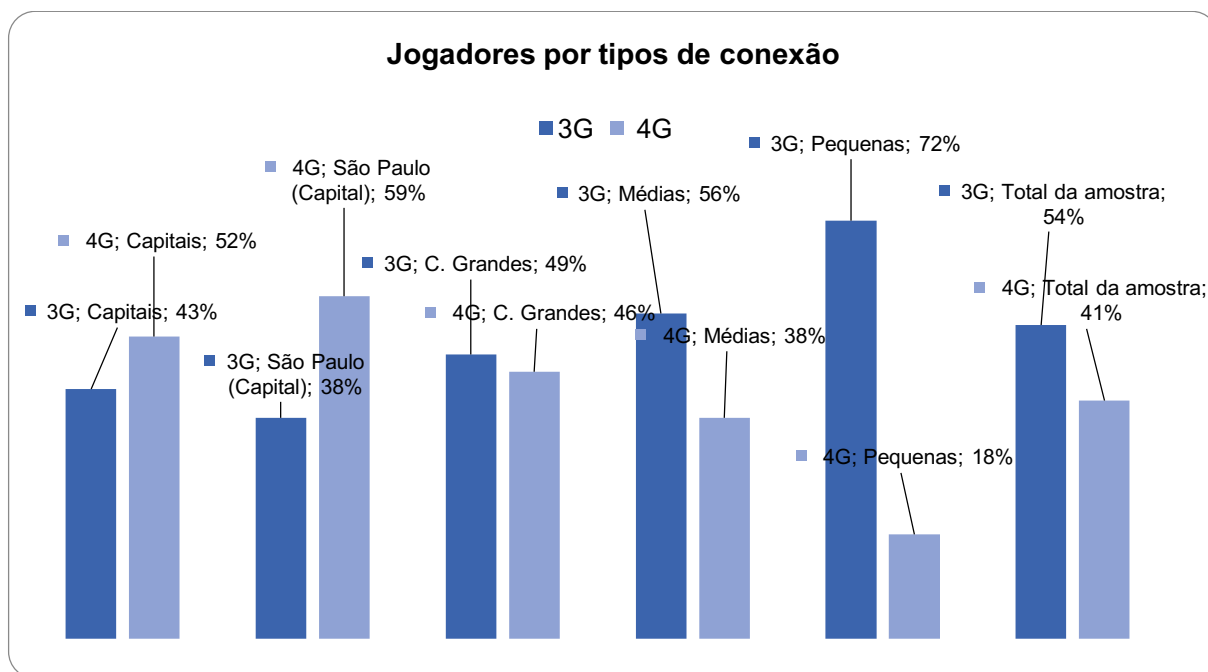
²⁵ Alcançou 77,9% da população em 2014 de acordo com publicação posterior. Cf. IBGE, 2015b, p. 44; IBGE, 2015a, p. 70.

²⁶ Com uma densidade de 138-100. Cf. Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais, preparado pelo Teleco para a Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações). Disponível em <http://www.teleco.com.br/estatis.asp>. Acesso em fevereiro/2016.

²⁷ Proporção de indivíduos que possuem telefone celular; TIC Domicílios e usuários 2014 NIC.br - out 2014 / mar 2015. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em <http://cetic.br/tics/usuarios/2014/total-brasil/J2/>. Acesso em agosto/2016.

ensino superior completo, 93% das pessoas com idades entre 16 e 34 anos, 95% daqueles que recebem acima de 3 salários mínimos e 97% dos pertencentes à classe A. Já para aqueles que não possuem, destacam-se os 52% de analfabetos, os 35% de idosos com mais de 60 anos e os mesmos 35% de pessoas pertencentes às classes DE.

Figura 8 – Distribuição de jogadores por tipo de conexão.



Fonte: a autora, 2016.

Dentre os jogadores, que ao cumprirem as regras do jogo precisam necessariamente de um aparelho celular e de conexão com a Internet (especialmente a móvel quando em locomoção pela cidade), a maioria ainda utiliza o 3G como tipo de conexão mais comum, com vantagem significativa para o 4G nas capitais, que dispõem de uma rede técnica mais aperfeiçoada. Ao passo que a cobertura 3G (TELECO, 2016a) atualmente dá conta de 87% dos municípios brasileiros²⁸ e 97,2% da população total, a tecnologia 4G (TELECO, 2016b) está disponível em apenas 569 municípios, alcançando 58,3% da população com uma velocidade até 100 vezes superior à primeira. Trata-se assim de mais uma variável que impõe diferenças no progresso entre os jogadores de cidades maiores quando comparados aqueles que vivem em cidades menores e periféricas.

O último relatório disponível do ITU (2015) divulga uma listagem com o comparativo dos preços da cesta de serviços em diferentes lugares do mundo com relação aos valores de conexão.

²⁸ Com crescimento surpreendente de 7% somente ao longo do ano de 2016.

Nele, o Brasil ocupa o 93º lugar quando considerado os preços da cesta de serviços da banda larga móvel (500MB) ao custo de US\$22,05, diante da mais acessível, US\$5,36 em Macau (ITU, 2015, p. 102). Essa diferença no valor se dá especialmente pela rede técnica ainda insuficiente disponível no país, que encarece os custos de manutenção, repassados ao consumidor. Contudo, de acordo com os dados apresentados em outro relatório do ITU/UNESCO (2015), embora haja uma baixa penetração da rede nos domicílios, colocando o Brasil em 76º lugar do ranking mundial de acesso via banda larga fixa, com 11,5 inscrições para cada 100 habitantes (ITU; UNESCO, 2015), a conexão via banda larga móvel (3G e 4G) sobe para uma penetração de 78,1 inscrições para cada 100 habitantes, elevando o país à 27ª posição (ITU; UNESCO, 2015).

Como apontado anteriormente, apenas 1% das 2066 empresas provedoras de conexão com a Internet em todo o território nacional prestam serviço de tecnologia 3G e 4G (operadoras móveis). Em outra via, apenas 10% dos municípios brasileiros são cobertos pela rede 4G, o que explica a disparidade tão significativa na amostra com relação às cidades pequenas, por exemplo, onde 72% dos jogadores fazem uso do tipo mais comum de conexão móvel, dada a indisponibilidade da segunda. 66% da amostra afirmam não ter atingido em nenhum momento o limite do pacote de dados de internet móvel durante o jogo, o que nos sugere que existe uma acessibilidade relativa mesmo com conexões menos potentes, já que *Pokémon GO* não consome tantos dados embora dependa de uma conexão constante pelo fato de ser processado em tempo real. A batalha nos ginásios, por exemplo, exige rapidez do jogador, de modo que um *lag*²⁹ produz atrasos no combate e pode fazer com que o jogador perca por conta da Internet instável.

Por fim, o jogo exige uma boa configuração do dispositivo móvel, rodando na sua última atualização sem nenhum tipo de travamento ou *bugs* em aparelhos que dispõem de 2 GB de memória RAM. No entanto, outras configurações são fundamentais, como o giroscópio para a realidade aumentada, o *Android* superior a 4.4 (*KitKat*) e *GPS* em bom funcionamento. 86% dos jogadores da amostra utilizam o *Android* como sistema operacional e 41% consideraram substituir seus aparelhos para melhorar a jogabilidade. De acordo com a *Slice Intelligence*³⁰, ainda no mês de julho, antes do lançamento no Brasil, *Pokémon GO* já havia perdido cerca de 80% dos seus usuários pagantes e tenderia a perder ainda mais em decorrência da última atualização realizada no dia 26 de setembro (0.39.1). Em decorrência dela, jogadores com dispositivos que não contemplam as

²⁹ Latency at game.

³⁰ *Slice Intelligence*. Disponível em <https://intelligence.slice.com/pokemon-gos-paying-population-dropped-79-percent-still-profitable-mobile-game/>. Acesso em setembro/2016.

especificações exigidas ou aqueles que as detêm, mas que utilizam *Root* ou *Jailbreak* em seus dispositivos, em nome de uma manipulação mais eficaz dos mesmos, foram bloqueados pela empresa. Ao que consta, já que existe uma parceria formal entre *Google* e *Niantic*, nesta última atualização a empresa passou a fazer uso do serviço *Safetynet*³¹ da primeira, que avalia os *APIs*³² e diz se o dispositivo é seguro ou não para acessar os servidores. De tal modo *Androids* e *iOS* desatualizados ou que foram modificados pelos seus utilizadores não passam pelo crivo, fazendo com que a autenticação não se confirme e o acesso seja bloqueado automaticamente.

Uma hipótese para tal restrição é a segurança para compras nas lojas (*GooglePlay* e *Apple Store*), que dependem de uma segurança mais efetiva, e a concretização do *Pokémon GO Plus*, onde o jogador pode utilizar uma espécie de pulseira e ter uma experiência mais ativa com a realidade aumentada, por meio da compra do aparelho que custa atualmente US\$35 nos EUA. Em resumo, a utilização da *Safetynet* protege as compras dentro das lojas dos sistemas operacionais e mantém ativos somente os jogadores que são potenciais pagantes.

Essa prática é também uma forma de reduzir a sobrecarga de usuários dos servidores do jogo e da empresa, numa alternativa a sua necessária ampliação, o que exigiria grandes investimentos. De tal modo, duas saídas são possíveis para o crescimento das receitas: ampliar os servidores para acolher um maior número de jogadores, ou excluir aqueles que de menor potencial lucrativo, garantindo maior o acesso aos pagantes. O exemplo de Índia, China e Rússia³³ corrobora essa hipótese, uma vez que se trata do maior aglomerado populacional do mundo e que, todavia, não dispõe de mapeamento efetivo do *Google Earth* e *Street View* em boa parte dos seus territórios e até o momento não contam com uma data para lançamento do jogo. Sendo assim, há um interesse em manter países e jogadores que desfrutam de melhores condições técnicas e financeiras do que ampliar numérica e geograficamente a abrangência da corporação. Contudo, apesar da limitação elitista promovida pelo jogo, o contingente de jogadores ainda é extenso, de modo que no caso de países como o Brasil ainda se incluem jogadores com menor poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Impressões e contingências

Em outra escala, houve mudanças de comportamento consideráveis no que diz respeito à interação com desconhecidos, *gameplays* coletivos e redução do sedentarismo, já que pelo menos

³¹ Ver *Checking Device Compatibility with SafetyNet*. Disponível em <https://developer.android.com/training/safetynet/index.html>. Acesso em setembro/2016.

³² *Application Programming Interface* ou Interface de Programação de Aplicativos.

³³ Dos países que constituem o BRICS, somente Brasil e África do Sul têm acesso ao jogo.

metade dos informantes alega ter feito maior contato com conhecidos e desconhecidos em espaços públicos, frequentando praças, parques e locais turísticos antes pouco explorados em suas atividades de lazer cotidianas. Em resumo, o jogo proporcionou um maior entusiasmo pela cidade e pela interação física por parte de pessoas jovens, alterando o quadro de comunicação tecnologicamente mediada observado até o momento, ainda que as condições técnicas sejam precárias. Apenas 27% dos jogadores (as) preferem jogar sozinho (a), enquanto 60% costuma jogar coletivamente.

“Pokemon go é um jogo interativo que insentiva as pessoas a se movimentarem pela cidade, criando uma harmonia entre o mundo real com o virtual, e proporcionou um resgate dos velhos hábitos que estavam extintos dos jovem de se reunirem em grupos nos parques e praças” (Feminino, 20 a 30 anos, lvl 10 ao 20, PR, cidade de pequeno porte)

“Moro ao lado de um parque e percebi um aumento significativo na quantidade de frequentadores desse parque durante a semana após o lançamento do jogo.” (Masculino, 20 a 30 anos, lvl 10 ao 20, RS, capital)

Do total de jogadores que responderam ao questionário, 54% participa de grupos de discussão no *Facebook* e 37% no *WhatsApp*, alegando ter ampliado suas redes com desconhecidos por meio desses aplicativos. Ao longo do jogo em Cascavel-PR conheci pessoas por meio do *Telegram* e do *Facebook*, o primeiro por conta da busca de informações e macetes para maior progresso no jogo e o segundo para aproximação de pessoas que fazem parte do mesmo time escolhido por mim (*Instinct*). A partir dessa aproximação, fui incluída no grupo de *WhatsApp* do time e passei, junto aos outros 68 integrantes até o momento, a compartilhar e receber compartilhamentos sobre a localização de *Pokémons* próximos e Ginásios tomados pelos membros, com o objetivo de fortalecer a presença da equipe em toda a cidade. Até mesmo os *nicknames* tiveram alteração, com a inclusão do prefixo [ITZ], o que causou agitação entre jogadores das duas outras equipes. Em uma ocasião que merece o relato, parte do grupo reuniu-se em uma praça central da cidade, onde o ginásio estava sob posse da equipe. 5 integrantes do plantel *Valor* se agruparam em torno do ginásio para derrubá-lo (já que o jogo coletivo amplia as possibilidades de vitória em casos como esse) e foram derrotados por outros 11 jogadores [ITZ], que no momento em que perceberam o ataque, foram igualmente até o local para realizar a proteção daquele. Ao todo, eram 16 pessoas, cada qual em seus aparelhos celulares, que, obrigatoriamente, precisam “*upar*” o jogo por meio do deslocamento pela cidade e, de alguma forma, umas de modo menos extrovertido outras mais, acabam por estabelecer relações físicas e dialógicas com os demais jogadores.

De tal maneira, ao considerar as informações sobre as disparidades regionais correlacionadas às condições particulares de acesso, torna-se plausível confrontar a relação estabelecida entre os direitos comunicacionais promovidos pela Internet (e pelo jogo, no que tange esta análise) e a oportunização para sua afluência, uma vez que a disposição precária da infraestrutura cria desvantagens socioeconômicas extremamente significativas (MANSDELL; STEINMUELLER, 2013, p. 515) e garante diferentes experiências para as pessoas.

Estar conectado a Internet promove sociabilidade, muitas vezes mediana e insuficiente, tanto para os indivíduos e organizações, quanto para recortes geográficos inteiros (HARGITTAI; HSIEH, 2013, p. 129) quando as condições técnicas são precárias. Negligenciar esses aspectos trata-se, assim, de uma escolha política, social e ética (BOWKER et al., 2010, p. 99), já que os direitos a ser informado, informar, e participar da comunicação pública³⁴ são diretrizes internacionais para o desenvolvimento da comunicação tecnologicamente mediada desde 1980, décadas antes da sua efetiva difusão e ainda hoje não são realidade em todo território brasileiro. Embora haja esforços com os planos nacionais de universalização, a implementação real da infraestrutura ainda é deficiente tanto no que corresponde à regulamentação do serviço por parte do poder público quanto pela função social das empresas prestadoras que priorizam retorno financeiro em oposição à ampliação da abrangência de suas operações.

Em resumo, *Pokémon GO* tem demonstrado que a Internet é capaz de promover relações e alterar significativamente o comportamento das pessoas. Por outro lado, mostra também que essa condição é díspar e atinge com maior potencial os grupos mais favorecidos, em termos de acesso aos dispositivos, conexão ou recursos. Uma série de problemas vem à tona diante deste quadro, pois a democratização e o direito à comunicação são colocados em xeque quando analisadas as condições pelas quais os sujeitos são incluídos na rede, pois ao passo que o barateamento dos dispositivos e a ampliação da infraestrutura garantem a inclusão de mais pessoas, a exigência de requisitos técnicos cada vez mais sofisticados excluem outra parte delas.

³⁴ “We quote, therefore, a formulation of this right, which shows the variety of its elements and the vision of its intentions: “Everyone has the right to communicate: the components of this comprehensive Human Right include but are not limited to the following specific communication rights: (a) a right to assemble, a right to discuss, a right to participate and related association rights; (b) a right to inquire, a right to be informed, a right to inform, and related information rights; and (c) a right to culture, a right to choose, a right to privacy, and related human development rights... The achievement of a right to communicate would require that communication resources be available for the satisfaction of human communication needs”. We suggest that this approach promises to advance the democratization of communication on all levels - international, national, local, individual” (UNESCO, 1980, p. 173).

Concordamos, portanto, com Lévy (1999) que “as tecnologias são produto de uma sociedade e de uma cultura. Mas [que] a distinção traçada entre cultura (a dinâmica das representações), sociedade (as pessoas, seus laços, suas trocas, suas relações de força) e técnica (artefatos eficazes) só pode ser conceitual” (LÉVY, 1999, p. 22), fazendo com que as tecnologias e seus usos sejam contextualizados e relacionados aos fazeres dos indivíduos, sendo ao mesmo tempo transformados e reconhecidos como vetores de transformação das relações e como expressão clara das desigualdades socioeconômicas e políticas, sobre as quais a Sociologia se debruça desde sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2015.

_____. IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais, Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. IBGE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2014.

_____. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2013*.

_____. IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2013*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2015b.

_____. IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2014*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2015a.

_____. IBGE. *Censo Demográfico 2010*.

_____. IBGE. *Domicílios particulares permanentes, por existência de energia elétrica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010b*. Disponível em (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P13>). Acesso em fevereiro/2016.

CGI. *TIC Domicílios e usuários 2014 NIC.br - out 2014 / mar 2015*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em (<http://cetic.br/tics/usuarios/2014/total-brasil/A12/>) . Acesso em agosto/2016

_____. *TIC Provedores 2014 NIC.br - set 2013 / out 2014*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em (<http://www.cetic.br/tics/provedores/2014/geral/B1/>) . Acesso em agosto/2016.

ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.

BOWKER, G.; BAKER, K.; MILLERAND, F; RIBES, D. *Towards information infrastructure studies: Ways of knowing in a networked environment*. In HUNSINGER, J. et al. *International Handbook of Internet Research*, New York: Springer, 2010, pp-97-118.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas – Mutações juvenis nos corpos das metrópoles*, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GOOGLE Earth e Google Street View. Disponível em (<http://www.gosur.com/satellite/>). Acesso em setembro/2016.

_____. Checking Device Compatibility with SafetyNet. Disponível em <https://developer.android.com/training/safetynet/index.html> . Acesso em setembro/2016.

HARGITTAI, Eszter; HSIEH, Yuli Patrick. *Digital Inequality*. In: DUTTON, William H. (ed.). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 129-150.

Ipsos: LII Estudos Marplan/EGM. 2015. Disponível em (<https://dados.media/>). Acesso em julho/2015.

ITU (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION). *Measuring the Information Society Report*. Geneva Switzerland, 2015.

ITU; UNESCO. *The State of Broadband 2015. Broadband as a foundation for sustainable development*. Switzerland, Geneva, September 2015. Disponível em (<http://www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf>) . Acesso em fevereiro/2016.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade*. Campinas: Papius , 2003.

MAPA POKÉMONGO. Disponível em (<https://www.mapapokemongo.com/>). Acesso em setembro/2016.

MANSDELL, Robin; STEINMUELLER, Edward. *Digital infrastructures, economies, and public policies: contending rationales and outcomes assessment strategies*. In: DUTTON, William H. (ed.). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. New York: Oxford University Press, 2013, pp.509-530.

PÓVOA, Marcello. *Anatomia da internet – Investigações estratégicas sobre o universo digital*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

PRENSKY, Mark. *Digital natives, digital immigrants*. On the Horizon, NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October 2001. Disponível em (<https://edorigami.wikispaces.com/file/view/PRENSKY+-DIGITAL+NATIVES+AND+IMMIGRANTS+1.PDF>). Acesso em fevereiro/2016.

SLICE INTELLIGENCE. Disponível em (<https://intelligence.slice.com/pokemon-gos-paying-population-dropped-79-percent-still-profitable-mobile-game/>). Acesso em setembro/2016.

SENSOR TOWER, Pokémon Go. Disponível em <https://sensortower.com/ios/br/niantic-inc/app/pokemon-go/1094591345/> Acesso em setembro/2016.

TELEBRASIL (Associação Brasileira de Telecomunicações). *O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil Séries Temporais 9M15*. Telebrasil; Teleco, 2015.

TELECO. *Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais*, preparado pelo Teleco para a Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações). Disponível em (<http://www.teleco.com.br/estatis.asp>). Acesso em agosto/2016.

_____. Municípios cobertos pela tecnologia 3G no Brasil - Jan/16 . Teleco. Disponível em http://www.teleco.com.br/3g_cobertura.asp . Acesso em fevereiro/2016.

_____. Municípios cobertos pela tecnologia 4G no Brasil - Jan/16 . Teleco. Disponível em http://www.teleco.com.br/4g_cobertura.asp . Acesso em fevereiro/2016.

TURKLE, Sherry. *O Segundo Eu – Os computadores e o espírito humano*, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

UNESCO. *Many voices, one world. Report of the International Commission for the Study of Communication Problems*, Paris: UNESCO, 1980.

UNWIN, Tim. *The Internet and development: a critical perspective*. In: DUTTON, William H. (ed.). *The Oxford Handbook of Internet Studies*. New York: Oxford University Press, 2013, pp.531-554.

Recebido em: 10 de out. 2016

Aceito em: 19 de jan. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

“FAÇA O QUE VOCÊ AMA”: uma reflexão teórica sobre o desejo e o trabalho no pós-fordismo

Breilla Valentina Barbosa Zanon

RESUMO

O processo de reestruturação pela qual passou a economia capitalista ao final do século XX refletiu sobre o mundo do trabalho. Reivindicações críticas ao modo capitalista de produção são incorporadas pelo mesmo sistema, contribuindo para a constituição de um novo espírito do capital e perfil de trabalhador, fundamentais para a organização do trabalho a partir de então. O desejo e a subjetividade dos trabalhadores passam a ser tanto produto quanto matéria-prima das agendas empresariais e o imperativo “faça o que você ama” passa a dar base para novas formas de exploração e controle do trabalho. Nossa reflexão tem como intuito partir desse novo mantra para refletir sobre a necessidade de intensificar o diálogo entre as dimensões simbólicas e materiais sobre a construção das subjetividades e sua relação com o mundo do trabalho dentro do pensamento teórico-social contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-fordismo. Novo espírito do capitalismo. Subjetividade. Biopolítica.

“DO WHAT YOU LOVE”: a theoretical reflection on desire and work in the postfordism

ABSTRACT

The restructuring process which has passed the capitalist economy at the end of the twentieth century reflected on the world of work. Critical claims of the capitalist mode of production are incorporated by the same system, contributing to the creation of a new spirit of capital and a new employee profile, both fundamental to the organization of work from then on. The desire and subjectivity of workers become both the product and the raw material of business agendas and the imperative "do what you love" starts giving a basis for new forms of exploitation and control of labor. Our reflection has the intention to start from this new mantra to reflect on the need of intensifying the dialogue between the symbolic dimensions and materials on the construction of subjectivities and its relation to the world of work within the contemporary theoretical and social thought.

KEY-WORDS: Postfordism. New capitalism spirit. Subjectivity. Biopolitics.

O processo de reestruturação pela qual passou a economia capitalista ao final do século XX refletiu de maneira direta sobre o mundo do trabalho. Reivindicações que eram até então críticas ao modo capital de produção passam a ser incorporadas pelo mesmo sistema, constituindo-se naquilo que autores como Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) traduzem como um “novo espírito do capitalismo”, composição fundamental para a organização do mundo do trabalho a partir de então. Partindo dos resultados de pesquisa derivados de uma dissertação de mestrado e de todo um estudo reflexivo que tem como objetivo avançar nessa análise durante o doutoramento, esse trabalho tem como objetivo de contribuir com o debate teórico sobre questões relativas a modelagem de uma subjetividade coerente às relações flexíveis do mundo do trabalho pós-fordista, colocando em evidência como os discursos de motivação, em principal o “*faça o que você ama*”, trabalham em favor de mobilizar os desejos dos trabalhadores visando não só atenuar conflitos, mas concretizar objetivos e comportamentos satisfatórios à condução das dinâmicas de trabalho na atualidade.

Em meio as relações de trabalho pós-fordista, fica evidente que o desejo e a subjetividade dos trabalhadores passam a ser tanto produto quanto matéria-prima das agendas empresariais, e o imperativo “faça o que você ama” passa ser internalizado pelos trabalhadores, criando assim, bases para novas formas de exploração e controle do trabalho. Nossa reflexão tem como intuito partir desse novo mantra para refletir sobre a necessidade de intensificar o diálogo entre as dimensões simbólicas e materiais relativas à construção das subjetividades e sua relação com o mundo do trabalho dentro do pensamento teórico-social contemporâneo. O que desenvolveremos advém de análises sobre as subjetividades dos trabalhadores em um mercado de trabalho cada vez mais fragilizado e instável dentro de uma economia reestruturada, onde a acumulação de capital se dá de maneira flexibilizada e conexãoista¹.

ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE UMA TEORIA CLÁSSICA

É importante deixar claro logo de início que, de certa forma, a influência sobre a própria construção de valores e interesses do indivíduo moderno já foi inicialmente refletida por Karl Marx (2004) n’*O Capital*. Em um capítulo voltado para o fetichismo da mercadoria, Marx mostra como

¹ O termo capitalismo flexível é amplamente usado por David Harvey (2012), principalmente em sua obra *Condição pós-moderna* e dialoga muito com o conceito de capitalismo conexãoista de Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) desenvolvido na obra *O novo espírito do capitalismo*.

a ideologia do capital se insere não só na infraestrutura das sociedades modernas, ou seja, nas próprias relações materiais de produção, mas também na construção cultural dessas sociedades, através da qual o aspecto ideológico dominante passa a estar fortemente inserido e disseminado.

Até mesmo antes dessa obra é possível encontrar referências em Marx que podem dar base a uma teoria da subjetividade a partir desse autor, especialmente em seus escritos classificados como provenientes de sua juventude. Em um dos primeiros textos jornalísticos de Marx, intitulado *Debates acerca da lei sobre o furto de madeira* (1842), originalmente veiculado pela Gazeta Renana – e cujo o intuito do editor era colocar em análise o roubo de lenha pelos camponeses a fim de incriminá-los –, o autor trava um debate em torno do sujeito jurídico e como este é dotado de especificidades que impedem seu enquadramento em uma relação de equidade tal como a prevista dentro dos ideais da revolução Francesa. Neste momento, Marx estava partindo do pressuposto de que os indivíduos são portadores de direitos instintivos, que estruturam seu habitus, seus costumes, sua subjetividade. Acaba, então, por realizar o contrário do que havia sido pedido pelo jornal. A reflexão que Marx desenvolve, de certa forma, têm uma perspectiva humanista, uma vez que leva em consideração os sujeitos acima de uma lei que tinha como intuito proteger a propriedade dos donos da terra, mas que, no entanto, passava por cima de costumes já internalizados pelos camponeses, os quais se constituíam em práticas corriqueiras principalmente na época do inverno, que era a de coletar a madeira já caída a fim de se aquecer. Em *Sobre o suicídio*, Marx também demonstra como o capital afeta a essência humana dos indivíduos para além das delimitações de classe. Outra obra que podemos tomar como referência é a *Formações econômicas pré-capitalistas*, as quais o autor trata sobre a subjetividade inorgânica inerente do ser social antes deste ser submetido a um processo de individuação por meio do desenvolvimento histórico do capital e da sociedade burguesa.

No entanto, diante de toda preponderância da estrutura e das materialidades, tais elementos se tornaram centrais no pensamento e nas análises marxistas, o que acabou por praticamente inutilizar toda perspectiva sobre o indivíduo e sua psique dentro do rol das análises que visavam construir suas críticas e observações por meio das obras do autor. No entanto, essa tendência dos estudos marxistas não legitima a crença de que Marx havia esgotado suas reflexões apenas às questões da vida material, partindo do suposto de que tais questões seriam infinitamente as mais importantes a serem levadas em consideração dentro da análise das sociedades uma vez que elas seriam fundamentalmente as únicas a incorporar sentido nas ações dos indivíduos no meio em que vive. A importância sobre o contexto e suas materialidades não deixou que Marx colocasse de lado

pontuações sobre a subjetividade humana. Essas pontuações existiram, no entanto, foram inseridas com menos evidências, nas entrelinhas, como se o momento teórico da análise social dependesse antes de toda uma exaustiva construção analítica acerca das estruturas e dos domínios que elas demarcavam sobre as ações humanas.

Por ser esse um longo e importante debate que, nesse caso, dependeria de um artigo exclusivamente voltado para suas reflexões, o que nos importa deixar evidente por hora é que, a despeito da grande maioria das análises marxistas ortodoxas, Marx (2004) ainda sim deve ser considerado um autor fundamental a ser mobilizado nessas reflexões contemporâneas, uma vez que colocou à luz problemáticas que apesar do passar do tempo, ainda são cotidianas. Por isso, esta breve passagem por algumas obras de Marx é importante para deixarmos evidente os elementos que compõem um debate teórico clássico, mas sob o qual podem ser retiradas referências para refletir o atual momento.

Nosso interesse, portanto, é trazer novos elementos para esse debate, de maneira breve e pontual, tendo como base suas reflexões, a fim de pensarmos sobre a atualidade do mundo do trabalho, levando em consideração todas as transformações que deram a nossa sociedade características muito mais específicas que as vivenciadas por Marx. Não se trata de negar ou diminuir a importância acerca da centralidade do trabalho e do plano infra estrutural investido por ele, mas avançar sobre essas dimensões para a análise teórica da construção do desejo, onde, através do mantra do empreendedorismo atual, coloca o trabalho atrelado ao afeto.

TRABALHO PÓS-FORDISTA: PARA TODO ESPÍRITO, UM CORPO COERENTE

A partir dos últimos anos da década de 60, o capitalismo passa por um momento no qual suas relações de produção e distribuição se reconfiguram. São inseridos atributos tecnológicos na produção e na organização do próprio sistema. Consequentemente, o mercado de trabalho sofre também uma reestruturação de suas dinâmicas (HARVEY, 2012). São inúmeros os autores que debruçam suas análises a respeito desse período e são também diversas suas classificações para tal momento. O que todos revelam em comum, cada qual a sua maneira, é a percepção de uma nova dinâmica da produção e das relações de trabalho.

A essa nova forma de produzir e distribuir foi dado o nome de toyotismo², o qual tem como base a inserção de novas tecnologias a partir das quais se desenvolvem práticas no sentido de dar uma maior flexibilidade às produções e transações econômicas que sofriam com a rigidez fordista concebida até então. Concomitante a essa reestruturação, vários autores passam a visualizar como a dimensão dos desejos articulados ao afeto pelo trabalho nas subjetividades de trabalhadores passa a ser incorporado pelo próprio capitalismo. Giovanni Alves (2011) pontua que:

[...] o toyotismo articula um novo tipo de operação de “captura” da subjetividade do trabalho ou uma subjetividade às avessas capaz de gerir seus novos dispositivos tecnológico-organizacionais. O espírito do toyotismo irá impulsionar na linguagem do *managing*, os apelos à administração participativa e ao “gerenciamento pós-moderno”. Como observa Haefliger, “agora, são os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade, sua personalidade que são cobiçadas” (ALVES, 2011, p. 65).

Seguindo esse mesmo sentido, David Harvey (2012) constata em suas análises que a flexibilidade está totalmente relacionada a essa nova estruturação econômica do sistema capitalista e se faz sentir aos trabalhadores. Nessa esteira, o intenso fluxo informacional junto com suas respectivas tecnologias permite que tempo e espaço sejam ressignificados e junto com eles a própria posição dos indivíduos dentro do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho (...) passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2012, p. 143).

Richard Sennett (2009) também é um dos autores que debruça seu foco sobre esse momento. De acordo com ele, as altas taxas de desemprego desse período estão relacionadas às estratégias de reengenharia promovidas pelas empresas a fim de dar conta da crise desenvolvida ao longo dos anos, consequente da rigidez do fordismo. Sob essa perspectiva, “reengenharia, em contraste, significa fazer mais com menos.” (SENNETT, 2009, 56).

No entanto, o que nos parece mais interessante nesse ponto é que nesse movimento de reestruturação, as dinâmicas de uma nova forma de acumulação capitalista ganharam força e legitimidade entre os trabalhadores ao aliar em seus discursos produtivos e organizacionais demandas advindas principalmente de reivindicações críticas em relação ao sistema capital. A

² Nota: Taiichi Ohno é considerado o criador desse sistema, o qual tem como base o modo de produção flexível *just-in-time*, que elimina a produção em grande em escala, gerando maior eficiência e menores custos para as empresas. Ono, T. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala* (1997).

agenda da reestruturação produtiva do capital passa a cooptar as reivindicações da massa, principalmente a dos trabalhadores, e as transforma em fermento para construir novos arranjos para estratégias já conhecidas. Peter Pal Pelbart (2003) descreve bem este momento, o qual Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) classificam como portador de um novo espírito do capitalismo:

Forjou-se assim um novo espírito do capitalismo, com ingredientes vindos do caldo de contestação ideológico, político, filosófico e existencial dos anos 60. Digamos, em linhas gerais, que as reivindicações por mais autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, até mesmo a crítica a rigidez da hierarquia, da burocracia, da alienação nas relações e no trabalho, foi inteiramente incorporada pelo sistema, e faz parte de uma nova normatividade que está presente nos manuais de *management* que seus executivos seguem hoje. (...) Significa que ao satisfazer em parte as reivindicações libertárias autonomistas, hedonistas, existenciais, imaginativas, o capitalismo pôde ao mesmo tempo mobilizar nos seus trabalhadores esferas antes inatingíveis. (...) A reivindicação por um trabalho mais interessante, criativo, imaginativo obrigou o capitalismo, através de uma reconfiguração técnico-científica de todo modo já em curso, a exigir dos trabalhadores uma dimensão criativa, imaginativa, lúdica, um empenho integral, uma implicação mais pessoal, uma dedicação mais efetiva até. Ou seja, a intimidade do trabalhador, sua vitalidade, sua iniciativa, sua inventividade, sua capacidade de conexão foi sendo cobrada como elemento indispensável na nova configuração produtiva (PELBART, 2003, p. 96).

Constrói-se aqui um novo perfil de trabalhador: flexível e motivado pelas conexões como forma de garantir melhores posições e liberdade dentro do trabalho. Não se trata aparentemente de uma alienação. Apesar desta existir em essência, algo de mais perverso se constitui. A própria representação e consciência sobre si e sobre seu contexto é reconfigurado de maneira a ser promovida e exaltada pelos próprios trabalhadores. Suas subjetividades são colonizadas com o objetivo de dar coerência às fragmentações e instabilidades que passam a ser submetidos a partir de então. A exploração não é mais evidente, pois as demandas por autonomia e liberdade aparecem dentro do próprio discurso capitalista como reivindicações que já foram conquistadas pelos trabalhadores por meio do trabalho flexível. O trabalhador deve se manter constantemente disposto a se renovar e isso passa a ser classificado como liberdade às práticas rígidas das fábricas e escritórios. Conflitos elementares passam a ser atenuados e justificados, uma vez que tais problemáticas passam a ser interpretadas como consequências normais dentro do processo de se “fazer aquilo que ama”.

SUBJETIVIDADES MODELADAS: AS FALÁCIAS NA CONSTRUÇÃO DOS DESEJOS

Charles Fourier (1772-1837) foi um dos primeiros pensadores a salientar a orientação passional presente no trabalho. Considerado também como um filósofo e um dos precursores do socialismo utópico, Fourier apresenta em sua obra *Le nouveau monde industriel et sociétaire* o que

para ele seria a ideia das falanges e dos falanstérios. As falanges corresponderiam “a pequenas unidades sociais com populações de cerca de 1500 habitantes, e cada uma possuiria um edifício comum chamado Falanstério no qual todos viveriam harmoniosamente” (BARROS, 2011, p. 246).

Para Fourier, a ideia sobre trabalho e educação dentro dos falanstérios deveria se fundamentar dentro da teoria da atração passional. Trata-se de uma crítica ao trabalho industrial, tido para ele como repugnante uma vez que é “negativo de tudo o que idealiza como trabalho atraente e conforme aos gostos, às paixões, às inclinações dos indivíduos e de seus grupos (ALBORNOZ, p. 16). Um dos traços mais importantes e interessantes trazido por Fourier no que tange à atração pelo trabalho é que este estaria condicionado à superação das relações de submissão e dominação. Dessa forma, a paixão pelo trabalho se daria apenas se tais relações estivessem rompidas. Em suas palavras:

Todo comando arbitrário é humilhante para aquele que obedece. O indivíduo em harmonia somente é comandado por disciplina convencionada, coletiva, e consentida apaixonadamente; neste caso, nada há de arbitrário na ordem dada, nada de ofensivo na obediência; enquanto que o método civilizado ou regime de domesticidade individual e assalariada cria sempre uma discórdia dupla, freqüentemente quádrupla, lá onde o método societário produz duplo ou quádruplo charme, elos e acordos de toda espécie (FOURIER, 1973, p. 299).

A crítica à sociedade industrial de Fourier equivaleria hoje às reivindicações dos trabalhadores, mas que, no entanto, agora foram incorporadas pelos capitalistas dentro dos discursos motivacionais que se baseiam no amor ao trabalho.

Fourier considerava que a educação seria um catalizador, essencial para promover desde a mais tenra idade a paixão e consecutiva potencialidade em relação às atividades produtivas desse indivíduo (ALBORNOZ, p.21-22). Assim como a atração passional pelo trabalho apresentada por Fourier, do ponto de vista crítico de nossa sociedade atual, Félix Guattari (1985) também afirma que essa modelagem pela qual passam as subjetividades se daria desde os primeiros anos de idade do indivíduo por meio de máquinas capitalísticas como as instituições, meios de comunicação e demais semiotizações, e teria como intuito introjetar na mente e no comportamento desses indivíduos desejos que estejam alinhados aos interesses capitalistas. O próprio modelo de educação, desde as creches, é considerado por Guattari (1985) como contribuintes para essa modelação da subjetividade, que pode ser entendido no decorrer de sua obra como um tipo de dominação dos desejos para fins específicos do capital. Diferente da concepção de Fourier (1973) proveniente do século XIX, a atração de outrora é interpretada por Guattari (1985) como sujeição das subjetividades dos trabalhadores e sendo assim; o ideal do amor pelo trabalho que para Fourier

V. 6, n. 2. p. 191-210, mai./jul. 2017.

(1973) seria as bases de um socialismo utópico, para Guattari (1985) guarda o que há de mais perverso das estratégias de exploração dos trabalhadores nas sociedades ditas pós-modernas. No entanto, é no *Anti-Édipo*, junto à Gilles Deleuze (2011), que ambos levantam uma questão fundamental, a qual serve de fundamento para pensarmos a mobilização do amor ao trabalho nas condições atuais: “como explicar que o desejo se dedique à operações que não são desconhecimentos, mas investimentos inconscientes perfeitamente reacionários?” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 341).

Em linhas gerais, as dimensões pontuadas por Fourier relacionam-se diretamente com aquilo que Deleuze e Guattari, debateram intensivamente na maioria de suas obras: a construção das subjetividades dos indivíduos por parte do capital. Tais autores são, portanto, fundamentais nesse debate, uma que em quase todas suas análises, sejam elas em separado ou em conjunto, eles se referem sobre a modelagem pela qual passaram as subjetividades dos indivíduos em meio a sociedade capitalista.

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um “être-là”, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida (GUATTARI, 1996, p. 25).

Harvey (2012) também visualiza a importância da manipulação do capital em favor a um comportamento coerente para sua nova estrutura, e a define como modo de regulamentação.

Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente”. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos [...] assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação (HARVEY, 2012, p. 217).

Como analista das grandes movimentações acontecidas na França em maio de 1968, Guattari (1985) observou que as práticas capitalistas provenientes após esse período internalizaram em suas dinâmicas a necessidade de lidar com motivações fragmentárias, referentes a grupos e singularidades que não mais se conduziam de maneira massificada. No entanto, o autor não acredita que tais problematizações capazes de levar grandes massas a se mobilizarem – como ocorriam no caso do movimento operário – haviam desaparecido, mas haviam se individualizado, fragmentado, referenciando diversos grupos e suas reivindicações específicas. De acordo com ele “o capitalismo

não só explora a força de trabalho da classe operária como também manipula em seu proveito as relações de produção, insinuando-se na economia desejante dos explorados” (GUATTARI, 1985, p. 20). Dessa forma, em complemento ao que foi pontuado por Harvey (2012), a captação de desejos pela essência de objetivos do capital seria portanto a forma pela qual se regulamentaria o funcionamento da acumulação em meio a um ambiente tão fragmentado.

O servomecanismo maquínico não coincide com a alienação social. Enquanto a alienação engaja pessoas globais, representações subjetivas facilmente manipuláveis, o servomecanismo maquínico agencia elementos infrapessoais, infra-sociais, em razão de uma economia molecular de desejo, muito mais fácil de se “segurar” no seio das relações sociais estratificadas. Conseguindo assim colocar diretamente no trabalho funções perceptivas, afetos, comportamentos inconscientes, o capitalismo toma posse de uma força de trabalho e de desejo que ultrapassa consideravelmente a das classes operárias no sentido sociológico. Nestas condições, as relações de classe tendem a evoluir diferentemente. Elas são menos bipolarizadas, tendem cada vez mais a engajar estratégias complexas (GUATTARI, 1985, p. 206-207).

UM DISCURSO CONVENIENTE NA PRÁTICA

Como vemos, tanto pela estrutura que constrói quanto pelos sentidos que coloca em jogo, é necessário à essa nova configuração um novo modelo de trabalhadores, mais flexíveis e dinâmicos para darem conta da estagnação e retrocesso implementado pelas formas rígidas de produção. No entanto, como o discurso do “faça o que você ama” é colocado em prática pelas empresas?

O campo de debate sobre esse tema se encontra em ascensão dentro da sociologia contemporânea. No entanto, o recorte teórico específico sobre o discurso do amor em meio ao trabalho ainda é muito incipiente, apesar de já existirem diversas produções sobre a subjetividade do trabalhador e a sua relação com as transformações trazidas pela reestruturação produtiva e suas práticas³. Assim, é interessante analisarmos um breve vídeo⁴, veiculado pelo site da revista *Pequenas empresas grandes negócios* que sintetiza o espírito que paira sobre a personalidade dos trabalhadores pós-fordistas. Nesse vídeo existe uma clara contraposição entre as formas de trabalho rígidas de outrora e a maneira pela qual o mundo do trabalho se tornou hoje, muito mais vinculado aos desejos e sonhos do que aos deveres impostos pelas estruturas antigas. Além desse exemplo, vários sites e

³ Entre esses autores, é possível encontrar um amplo debate sobre subjetividade e trabalho nas obras de Linhart (2013), Castells (2012), Zarifian (2002), Barbosa (2011).

⁴ Vídeo disponível em: <http://movimentoempreenda.revistapegn.globo.com/video/2013/05/faca-o-que-voce-ama-068.html>. Acesso em: 16 dez. 2014.

blogs ligados aos assuntos de empreendedorismo exaltam esse discurso⁵. Em um deles, chamado *Jornal do empreendedor*, o autor do artigo pontua vários motivos pelos quais algumas pessoas amam o que fazem. Trazemos aqui um deles que deixa evidente não só a mobilização dos interesses e desejos dentro dessa nova estrutura de mercado de trabalho, como também impõe a flexibilidade como uma qualidade a ser mantida:

Porque eles saem de uma empresa, se amam o que fazem? Bem, justamente por amar o que faz, este tipo de pessoa não deixa que uma organização tenha o monopólio sobre seu “combustível”. Uma vez que o trabalho não lhe seja mais satisfatório, geralmente por questões beneficiárias, eles não hesitam em partir para outra. Gostaria de dizer que isso não é pessoal, mas a verdade é que isso é extremamente pessoal. Não teria como não ser. Estamos falando de alguém que trabalha com aquilo que o motiva para a vida. Seu trabalho passa a ser parte essencial daquilo que esta pessoa é (PEACE, 2012)⁶.

Todos esses elementos nos mostram que estamos lidando com novos esquemas de significação pertinentes ao momento atual do mundo do trabalho (SAHLINS, 2011). A própria essência dessas novas dinâmicas de trabalho é acompanhada de uma cultura produzida a partir das relações sociais conduzidas dentro do cotidiano capitalista, instituindo valores e moldando subjetividades. Essa nova ordem cultural capitalista, portadora de um esquema simbólico que agrega significado a esses novos perfis de trabalho e do trabalhador, configura também uma nova ordem de interpretação objetiva a respeito das dimensões de mundo a ela relacionado, importante para a reprodução tanto material, quanto simbólica das engrenagens capitalistas.

Michel Foucault (2008), em o *Nascimento da Biopolítica*, já havia observado o quanto esse novo momento econômico, sobretudo neoliberal, constrói sua legitimidade na tendência de incorporar as externalidades econômicas da sociedade dentro da grade econômica, sob a categoria do capital humano e junto a elas dar um melhor significado às conduções políticas e filosóficas do capital. Essa análise tinha como objetivo observar o surgimento de uma nova racionalidade tanto de mercado quanto de governo as quais refletiam como estatutos de verdade sob a sociedade atual⁷.

Nessa mesma perspectiva, outros autores passaram a construir suas análises a fim de deixar evidente em que medida o novo espírito capitalista, imbuído de toda essa essência biopolítica, lida

⁵ Os principais sites consultados durante a pesquisa de mestrado e que também são referência no atual momento das análises são o Deskmag (disponível em: <http://www.deskmag.com>) e New Worker (disponível em: <http://www.newworker.co>), ambos especializados nos novos modelos de trabalho flexível, em especial o coworking, o freelancer e o homeoffice.

⁶ Disponível em: <<http://www.jornaldoempreendedor.com.br/destaques/10-motivos-porque-algumas-pessoas-amam-o-que-fazem#.VJGARSvF-So>> Acesso em: 16 dez. 2014.

⁷ Apesar de Foucault (1989) não fazer referência à Max Weber nesta obra, os conceitos de racionalidade e legitimidade correspondem ao entendimento weberiano: legitimidade se relaciona com uma determinada ordem ou vigência em questão que por sua vez se constrói mediante interpretações dos sujeitos acerca da realidade.

com a subjetividade dos indivíduos em favor de um novo modelo de trabalho. Tanto a precariedade resultante das fragilizações e desregulamentação das condições de trabalho no contexto pós-fordista (STANDING, 2013), quanto as assimetrias dentro desse processo são adocicadas. Essa docilidade é resultado das próprias estratégias veiculadas por esse novo espírito que envolve um novo perfil de trabalhador. Ao introduzir um novo sistema de significações entre as relações dos indivíduos no campo do trabalho, introduz também uma ideologia que se apropria do caráter crítico voltado à rigidez e das reivindicações por autonomia, para reformá-las e transformá-las em um comportamento produtivo e conveniente às novas práticas capitalistas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É nessa atmosfera que o lema “faça o que você ama” tem ganhado cada vez mais espaço nos discursos de motivação institucionais e adeptos entre os trabalhadores. Juntamente com a exaltação da flexibilidade e suas conseqüentes dinâmicas de trabalho remoto como os *home offices*⁸, o “faça o que você ama” cria a falsa sensação de que o trabalhador tem seu desejo mobilizado, pois agora detém uma autonomia jamais antes conquistada por sua classe. Essa sensação é tanta que a sua própria identificação quanto trabalhador se diluiu, uma vez que agora ele está fazendo algo envolvido pelo prazer, a hora e aonde quiser. Assim como salienta Sennett (2009) ”em nossa época, porém a nova economia política trai esse desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem condições que nos libertam”. (SENNETT, 2009, p. 54)

Steve Jobs⁹ foi um dos mais conhecidos disseminadores dessa máxima. O amor aliado ao trabalho era o que dava tom a seus discursos. O mais conhecido desses discursos foi realizado durante uma cerimônia de formatura da Universidade de Standford nos Estados Unidos¹⁰. Em um dos trechos, ele salienta:

Seu trabalho vai preencher uma parte grande da sua vida, e a única maneira de ficar realmente satisfeito é fazer o que você acredita ser um ótimo trabalho. E a única maneira de fazer um excelente trabalho é amar o que você faz.

Se você ainda não encontrou o que é, continue procurando. Não sossegue. Assim como todos os assuntos do coração, você saberá quando encontrar. E, como em qualquer grande

⁸ *Home-office* é o conceito reformulado e mais moderno para teletrabalho, que aparece nas cartilhas empresariais a partir dos anos 90 “onde os trabalhadores formam equipes e trabalham, individualmente ou em grupo, em espaços diferentes, podendo ser dentro ou fora dos escritórios de suas empresas” (SILVA, 2009, p. 87)

⁹ Steve Jobs foi co-fundador da Apple Computers, juntamente com Steve Wozniak. Sob a liderança de Jobs, a empresa foi pioneira em uma série de tecnologias revolucionárias, incluindo o iPhone e o iPad. Biografia disponível em: < <http://www.biography.com/people/steve-jobs-9354805> >. Acesso em: 16 dez. 2014.

¹⁰ Discurso disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=s9E6XfJPAMM> >. Acesso em: 16 dez. 2014.

relacionamento, só fica melhor e melhor à medida que os anos passam. Então continue procurando até você achar. Não sossegue. (JOBS, 2005)

Assim como toda sua história na fundação de uma das maiores empresas de tecnologia informacional na atualidade, Jobs é considerado um modelo bem sucedido a ser seguido e, baseando-se no seu amor e na resiliência em meio a condução de sua história profissional, inúmeros jovens trabalhadores passaram a espelhar suas carreiras. No entanto, podemos ver que a mesma motivação impressa no discurso de Jobs é também veiculada pelos discursos e agendas de empresas que se baseiam nas ideias de um sistema de acumulação flexível.

Os autores dos anos 90, assim como seus predecessores, põem a questão do controle no âmago de suas preocupações. Um de seus problemas principais é o de controlar a "empresa liberada" (segundo expressão de Tom Peters, 1993 ©), feita de equipes autogeridas e trabalhando em rede, sem unidade de tempo nem de lugar. Não existe uma infinidade de soluções para "controlar o incontrolável": a única solução é, de fato, que as pessoas se autocontrolem - o que consiste em deslocar a coerção externa dos dispositivos organizacionais para a interioridade das pessoas -, e que as forças de controle por elas exercidas sejam coerentes com um projeto geral da empresa (Chiapello, 1996, 1997). Isso explica a importância atribuída a noções como "envolvimento do pessoal" ou de "motivações intrínsecas", que são motivações ligadas ao desejo e ao prazer de realizar o trabalho, e não a um sistema qualquer de punições-recompensas impingido de fora para dentro' só capaz de gerar "motivações extrínsecas". Aliás, os autores dos anos 90 desconfiam da palavra "motivação", que conota uma forma de controle que eles se esforçam por rejeitar, dando preferência à palavra "mobilização", que remete à tentativa de motivação que supostamente evita qualquer manipulação" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 110).

A partir do exposto até então, pudemos ver de maneira evidente a semelhança que existe entre as reivindicações dos trabalhadores e o que passa a ser implementado pelas empresas como um perfil de trabalhador ideal. No entanto, seja institucionalmente ou de maneira autônoma, a essência desse novo espírito capitalista que cada vez mais demanda pela mobilização da subjetividade e do afeto do trabalhador, se faz presente dentro das relações de trabalho flexíveis, refletindo-se especialmente por meio de discursos motivacionais que atrelam o desenvolvimento profissional ao sucesso pessoal, como se o fato de se perseguir a todo custo o êxito no trabalho – independente da produtividade estafante, de toda exploração velada e da instabilidade que circunscrevem esses modelos flexíveis – fosse a meta e o sentido da própria vida do trabalhador.

TRABALHADOR E FLEXIBILIDADE: não era amor

Bárbara Castro, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas – UNICAMP, traz uma reflexão sobre esse tema em uma entrevista conduzida pelo blog *Contente*¹¹. Castro salienta que o discurso do “faça o que você ama” não só cria uma ilusão por parte do trabalhador e o faz perder a noção sobre a subordinação e exploração pela qual passa, mas também desenvolve uma ansiedade por aqueles que se sentem oprimidos pelo seu trabalho, mas não encontram perspectivas de mudança. Para ela, trabalhar com o que se ama decorre muito mais de oportunidades privilegiadas do que um simples desejo. Trata-se de um discurso de felicidade, glamourizado, baseado em ideias individualistas de consumo, que ao nosso ver trata-se principalmente de um consumo simbólico, que não condiz com a realidade da maioria dos trabalhadores.

[...] os discursos de ame o que você faz são glamourizados e escondem que as pessoas reais nem sempre vão conseguir ter o trabalho dos sonhos. Ou abrir a start up que vai dar dinheiro e pagar suas contas. E esses modelos não contam que não conseguir tudo isso não é, necessariamente, culpa delas. A gente não pode nunca se esquecer de que não existe lugar pra todo mundo no alto do pódio do jeito que a nossa sociedade está organizada. Enquanto existir desigualdade social, não dá pra sair por aí vendendo felicidade baseada no trabalho e no consumo como conquista individual. Por isso, sim, apesar de disseminado, eu acho que esse discurso é tão concentrado quanto a renda (e aí, lembre-se de que a renda média do brasileiro gira em torno de R\$ 1.500, sim, provavelmente menos do que muita gente que propaga esse discurso como possibilidade universal gasta em aluguel) (CASTRO, 2014).

Apesar de não haver nem um artigo acadêmico no qual Castro expõe cientificamente esse problema, a entrevista da autora nos auxilia a pensar o momento atual do trabalho e como a partir dele, empresas vem criando novas estratégias para a manutenção de suas atividades livre de reivindicações trabalhistas.

E o que o empregador ganha se valendo do mesmo tema? Existe uma estratégia das empresas para tornar essa idéia tão fluida que ninguém percebe que pode ser uma armadilha?

Com certeza ganham muito. Além da docilização dos conflitos, ganham o tempo extra de trabalho não remunerado (quem é que trabalha menos de 10 horas por dia no setor privado hoje?), ganham porque fazem equipes pequenas trabalhar exaustivamente quando poderiam ter equipes maiores trabalhando pelo mesmo resultado por menos tempo, ganham porque os benefícios que oferecem, como um ambiente bonito, umas almofadas em um canto, ou uma mesa de sinuca, custam menos do que as horas extras que ele

¹¹ Essa entrevista trata-se de uns dos únicos debates crítico empreendidos dentro do campo da sociologia no atual momento. Toda entrevista disponível em: <http://contente.vc/blog/a-armadilha-do-faca-o-que-voce-ama/>. Acesso em: 16 dez. 2014.

deveriam pagar. E ganham porque com tantas microempresas prestando serviço, conseguem pagar valores baixos pelo produto que precisam.¹²

Esses dois trechos são os mais fundamentais para nós nesse momento. A partir deles podemos deixar evidente várias dimensões problemáticas nesse discurso. Como já observamos, o “faça o que você ama” não só esconde a exploração em cima dos trabalhadores como os colocam para trabalhar em favor desse discurso. Seus desejos são orientados para a conquista de uma felicidade e satisfação dentro do próprio âmbito do trabalho, uma vez que, seguindo esse imperativo o indivíduo não estaria mais trabalhando, e sim vivenciando e produzindo algo que está diretamente ligado ao seu prazer e felicidade. Além disso, fica evidente que esse discurso esconde as assimetrias relativas as capacidades e oportunidades de classe em realizar esse imperativo.

O discurso do “faça o que você ama” traz em si a própria busca pela liberdade, autonomia e satisfação individual. O que nos interessa é salientar como tais valores e reivindicações são usadas de maneira arbitrária, porém muito conveniente pelas novas estruturas de trabalho no capitalismo. Assim, o amor ao trabalho tem como objetivo colocar o indivíduo trabalhador como protagonista, produtor autônomo de seu desejo e, portanto, de dono daquilo que produz. Porém, Deleuze e Guattari (2011) afirmam que dentro do contexto do capitalismo pós-moderno, a distinção entre produção, distribuição e consumo não passaria de uma falsa consciência a respeito do conjunto de todo o processo. Por isso, segundo a perspectiva desses autores, a produção já seria o próprio consumo dos interesses, padrões e valores internalizados, uma vez emitidos pelas máquinas semióticas do capitalismo. Consequentemente, o consumo determina diretamente a produção, já que está inserido nela.

Com efeito, como vimos, o capitalismo tem realmente por limite os fluxos descodificados da produção desejante, os quais ele não para de repelir, ligando-os numa axiomática que toma o lugar dos códigos. O capitalismo é inseparável do movimento da desterritorialização, mas ele esconjura esse movimento através de reterritorializações factícias e artificiais (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 399).

O pensamento de Deleuze e Guattari nos faz refletir sobre a necessidade de encarar a sociedade pós-fordista como do consumo não somente material, mas simbólico, cultural. Trata-se de uma sociedade imbuída por um sistema que determina valores a serem consumidos, internalizados que, por sua vez, servem para estabelecer e fortalecer um processo de produção coerente e menos conflituoso.

¹² Idem.

V. 6, n. 2. p. 191-210, mai./jul. 2017.

Mas tudo é objetivo ou subjetivo – tanto faz. A distinção não está aí; a distinção a ser feita passa pela própria infraestrutura econômica e seus investimentos. A economia libidinal não é menos objetiva do que a economia política, e a política não é menos subjetiva do que a libidinal, se bem que ambas correspondem a dois diferentes modos de investimento da mesma realidade social. Há um investimento libidinal inconsciente de desejo que não coincide necessariamente com os investimentos pré-conscientes de interesse, e que explica como estes podem ser perturbados, pervertidos na “mais sombria organização”, sob qualquer ideologia (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 458).

Partindo dessa constatação, vários autores já pontuaram teorias inteiras em cima daquilo que acreditavam ser o uso do ideal de liberdade como controle social. O interessante é que esse ideal, assim como já observou Hebert Marcuse (1969), é mobilizado de acordo com a etapa de desenvolvimento histórico em que se encontra cada sociedade¹³. Nessa perspectiva, Marcuse se alinha ao que posteriormente Sahlins (2011, p. 7) classificaria como “esquemas de significação” que dão ordenamento aos fatos históricos. Ambas as dimensões, tanto a conduzida por Marcuse (1969) e por Sahlins (2011) corroboram como o que Harvey (2012), Deleuze e Guattari (1985; 2011) e Boltanski e Chiapello (2009) já nos permitiram elucidar anteriormente, ou seja, a necessidade de um espírito ordenado sob comportamentos, desejos e interesses que dão sentido, coerência e funcionalidade às formas objetivas de reprodução do capital. Esse novo espírito não é mais compreendido como alienante por parte dos por parte dos trabalhadores, uma vez que se tem a sensação de que se trata da mobilização de seu mais genuíno desejo, pois, nas suas perspectivas, algo que considera os seus desejos não pode ser algo que esteja tolhendo sua liberdade em relação a sua realidade, pelo contrário, seria para ele uma forma de estar ganhando mais autonomia acerca de seu destino.

CONCLUSÃO: o desejo e o simbólico como biopolítica na dimensão do trabalho pós-moderno

A perversidade que se impõe a partir desse novo sistema de significação que acaba por mobilizar o afeto e não a crítica em relação às estratégias de dominação e controle foi intensamente debatida por Michel Foucault (2008) sob a categoria da biopolítica, como já havíamos pontuado anteriormente. Em o *Nascimento da Biopolítica*, o autor apontava a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do controle, sendo que seu interesse por essas novas estratégias de

¹³ Para Marcuse (1969, p. 106) em sua obra *Teoria das pulsões e liberdade*: “liberdade é uma forma de autoridade, aquela em que, com efeito, os meios pré-existentes satisfazem as necessidades do indivíduo com um mínimo de desprazer e de frustração.”

controle já vinha sendo construído em suas obras anteriores¹⁴. Buscando um fundamento histórico, Foucault (2008) observa que essas novas estratégias diferem da forma da Idade Média, onde o soberano exerce seu papel paterno em relação aos súditos, estabelecendo limites morais, divinos e naturais a serem respeitados. As estratégias atuais correspondem a uma nova racionalidade governamental moderna, o qual não se concretiza a partir de leis homogêneas nem intrínsecas ao Estado e critica o excesso de governo. Assim como o que sugere a mensagem trazida por esse texto, o novo momento das formas de controle não toma para si próprio a autoridade e a moralidade da gestão. A despeito disso, trata-se, portanto, de uma autolimitação, não de um poder capaz de causar a morte dos súditos ou deixá-los viver, mas de “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 1988, p. 128). Dito de outra maneira, o mercado capitalista a partir do século XVIII configura-se com um elemento que constitui a baliza da razão e da verdade em meio às relações sociais. Assim, diferente das práticas e efeitos governamentais de até então – os quais se baseavam em uma razão soberana que buscava o controle da sociedade por meio de estratégias definidas de policiamento e punição – a nova razão governamental que rege as dinâmicas neoliberais parte do princípio de liberdade e de implementação da vida dos indivíduos em sociedade.

A dimensão do discurso do “faça o que você ama” baseadas nas observações de Deleuze e Guattari (2011) vai ao encontro das considerações de Foucault (2008) acerca da biopolítica, onde ela

[...] se caracteriza, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função [...] não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar. [...] é uma razão que funciona com base no interesse. [...] Agora, o interesse a cujo o princípio governamental a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses (FOUCAULT, 2008, p. 39-61).

O que fizemos aqui não teve como intuito tirar o potencial revolucionário dos trabalhadores em meio ao sistema capitalista. O próprio Foucault (2008), ao concentrar-se sobre o tema da biopolítica, considera que esse elemento parte de um biopoder, ou seja, um poder relacionado à

¹⁴ Nota: é possível ver referências a esse debate em obras como *Microfísica do poder* (1979), *A vontade de saber* (1976), *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território e população* (1977-1978).

vida o qual pode derivar tanto em dominações perversas tal qual vimos ou em potências revolucionárias. Assim, ao mesmo tempo em que se constituem as artimanhas biopolíticas a partir dos interesses e subjetividades desses indivíduos é também possível evidenciar a parcela de biopotência que também está inserida nesses contextos onde a disputa se dá pela dominação e manipulação dos desejos. Como salienta Guattari (1985) em avanço do que havia sido exposto por Foucault (2008), a potência revolucionária ainda existe, mas assim como as formas de manipulação que se inserem dentro das subjetividades e modelam desejos, essa potência necessita também ativar de maneira transversal as múltiplas construções envolvidas a seu respeito. Por isso, para o autor “é a partir do acúmulo de lutas parciais – e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído – que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura.” (GUATTARI, 1985, p. 176).

No entanto, o foco de nossa reflexão se deu sobre as novas formas de conduzir a docilidade dos trabalhadores em meio a uma sociedade que legitima cada vez mais o discurso acerca das autonomias individuais e coletivas, e mostrar como tais formas se valem não apenas das materialidades dispostas aos indivíduos, mas também da dimensão simbólica que os discursos suscitam na subjetividade dos trabalhadores através de seus vieses de afeto e prazer como liberdade. Assim como Guattari (1996) pontua, entendemos que

[...] as problemáticas da subjetividade vão se colocar em termos totalmente diferentes daqueles do marxismo. Para o marxismo, as questões do desejo, da arte, da religião, da produção das idéias, etc. são do domínio de uma superestrutura, que depende dialeticamente das infra-estruturas produtivas. Mas a partir do momento em que é exatamente no seio dessas infra-estruturas produtivas que se encontra, e cada vez com maior importância, a produção de subjetividade, é impossível manter a oposição infra versus superestrutura. É impossível nos restringirmos a uma leitura da economia política para compreender e questionar o CMI¹⁵ (GUATTARI, 1996, p. 139).

No entanto, como pontuamos logo de início, a diferenciação de problemáticas citada por Guattari (1996) nesse trecho se deve mais em referência ao marxismo do que as obras do próprio Marx. Sendo assim, quando nos propomos a pensar sobre a interferência do simbólico no material, não estamos excluindo o contrário, muito menos as teorias que centralizam a materialidade no plano de suas ideias. Nosso trabalho teve como intuito pensar sobre o plano simbólico que o capital insere no âmbito dos desejos e como tal plano é capaz de incorporar significados nas materialidades vividas pelos indivíduos a fim de reforçar tanto a dimensão subjetiva quanto objetiva dão significado às suas conduções antagônicas. Por isso, não propomos a resolução de um engodo, mas a

¹⁵ Guattari (1985, p. 211) usa o termo CMI como abreviação para Capitalismo Mundial Integrado. *V. 6, n. 2. p. 191-210, mai./jul. 2017.*

intensificação sobre a importância de trazer mais elementos para a arena desse debate. Trata-se de levar em conta o fluxo de informação presente em nossa sociedade, e como tal, considerar a presença de valores que, mesmo sendo veiculados pela esfera do consumo e sua materialidade, são em grande parte valores simbólicos que passam a ser adquiridos por parte dos indivíduos como algo pertencente às suas identidades em sociedade. Dessa forma, ter a possibilidade de vivenciar uma identidade baseada em desejos modelados – ou seja, dotada do desejo e em busca da experiência, mas nem sempre da substância – garantem a regulação das subjetividades em uma sociedade fragmentada e permeada de assimetrias. Nessa perspectiva, entendemos que o discurso do “faça o que você ama” é ao mesmo inerente tanto do consumo simbólico, quanto do consumo material. Ao adquiri-lo simbolicamente para si, ou seja, ao incuti-lo subjetivamente em seus desejos, o indivíduo passa a conduzir igualmente suas ações objetivas, seja no plano da sua vida social ou na própria dimensão do trabalho. Como um produto dotado de toda a perspicácia de uma sociedade baseada no consumo, o “faça o que você ama” insere-se na subjetividade com o intuito de configurar uma nova materialidade dentro do mercado de trabalho¹⁶.

Ao levar em conta a reciprocidade dessas duas dimensões, o que sugerimos ao final dessa reflexão – em fundamental teórica – é a importância acerca de um debate que incorpore não apenas as relações materiais que dão base à reprodução social do trabalho, mas que também passe a observar de maneira mais intensificada as construções subjetivas a respeito da realidade, com o intuito de buscar desvelar engrenagens muito mais latentes e perversas que contribuem decisivamente para o fortalecimento das formas de exploração do capital dentro das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. Atração passional, trabalho e educação em O novo mundo industrial e societário (1829), de Charles Fourier. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2007.

ARRAIS, Dani; CASTRO, Bárbara. A armadilha do “faça o que você ama”, 2014. Disponível em: <<http://conteudo.vc/blog/a-armadilha-do-faca-o-que-voce-ama/>> . Acesso em 16 dez. 2014.

¹⁶ Slavoj Žižek trata dessa relação entre o simbólico e material dentro do capitalismo atual: “compramos mercadorias não pela utilidade ou pelo símbolo de status; compramos para ter a experiência que oferecem, consumimos para tornar a vida prazerosa e significativa.” (Žižek, 2011, p. 53-54)

- BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 19,38: 121-140, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Os fanlanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *Mediações*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 239-255, 2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOURIER, Charles. *Le nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- MARCUSE, Hebert. Teoria das pulsões e liberdade em Fromm, Erich; Miller, Karl; LEVEBVRE, Henri; MALLET, Serge; MARCUSE, Hebert; *Marcuse polêmico*. Lisboa: Presença, p.101-147, 1969.
- LINHART, Danièle. La emergencia de una «precariedad subjetiva» en los asalariados estables. In: *Crisis y precariedad vital. Trabajo, prácticas sociales y modos de vida em Francia y España*. Benjamín Tejerina, Beatriz Cavia, Sabine Fortino y José Ángel Calderón -(Editores). Valencia: Tirant LO Blanch, 2013.
- MARX, Karl. O fetichismo da mercadoria. In: *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 92-105 (Vol. 1), 2004.
- OHNO, Taiichi. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- PELBART, Peter Pal. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SILVA, Rogério Ramalho da. Home-officer: um surgimento bem sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 1, n.1, p. 85-94, 2009.
- V. 6, n. 2. p. 191-210, mai./jul. 2017.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STANDING, Guy. *O Precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ZARIFIAN, Philippe. “Engajamento subjetivo, disciplina e controle”. *Novos Estudos Cebrap*, 64, 2002, p.23-31.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

VÍDEOS

Movimento empreenda: vídeos de inspiração. Vídeo (2min06s). Disponível em: <<http://movimentoempreenda.revistapegn.globo.com/video/2013/05/faca-o-que-voce-ama-068.html>> . Acesso em: 16 dez. 2014.

Steve Jobs. The Biography.com website. Vídeo (3min39s). Disponível em: <<http://www.biography.com/people/steve-jobs-9354805>> . Acesso em: 16 dez. 2014.

Steve Jobs Discurso Stanford Completo e Legendado. Vídeo (14min41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s9E6XfjPAMM>> . Acesso em: 16 dez. 2014.

Recebido em: 19 de nov. 2016
Aceito em: 15 de fev. 2017



RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, PODER E GÊNERO: a categorização binária dos elementos sociais

Talita Gonçalves Medeiros¹
Joana Maria Pedro²

RESUMO

O presente artigo possui como finalidade investigar e problematizar como a linguagem age na categorização binária de elementos sociais. Essa ação, permeada pelas relações de poder nas sociedades, estimula, classifica e denomina o que cabe a cada sexo/gênero. Essa reflexão possui como suporte materiais resultantes de uma oficina ofertada na Universidade Federal de Rio Grande/RS – FURG no ano de 2016, cuja problemática objetivava tencionar e questionar o Gênero e a Cultura Material: relações econômicas, sociais e de poder, na constituição do espaço doméstico. A dinâmica de execução da oficina destinava-se, de forma provocativa, apresentar 10 imagens nas quais as/os participantes deveriam assinalar se o objeto apresentado era de “homem” ou de “mulher”. A intenção com esta exposição das imagens era fazer com que as/os participantes compreendessem a importância relacional dos estudos de Gênero e como os elementos ali presentes eram atravessados por este viés. Vale ressaltar que no material recolhido das/os 6 (seis) participantes não foi assinalada em nenhuma das imagens que o objeto em destaque apresentava a problemática de gênero e que o material exposto era um campo relacional, e portanto, apenas foi assinalado “homem” ou “mulher” ao lado de cada imagem. Desta forma, esta escrita visa contribuir para a ampliação das pesquisas e debates no campo de estudos de Gênero e na construção de diálogos nos campos da linguagem e das relações de poder na História.

PALAVRAS CHAVE: Linguagem. Gênero. Poder. Sociedade. Binarismo.

RELATIONS BETWEEN LANGUAGE, POWER AND GENDER: the binary categorization of social elements

ABSTRACT

This article aims to investigate and problematize how language acts in the binary categorization of social elements. This action, permeated by the relations of power in societies, stimulates, classifies

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* tgmhistoria@gmail.com

² Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. *E-mail:* joana.maria.pedro@ufsc.br

and denominates what belongs to each sex/gender. This reflection is supported by materials resulting from a workshop offered at the Federal University of Rio Grande/RS - FURG - in the year 2016, whose problems were aimed at stressing and questioning Gender and Material Culture: economic, social and power relations, in the constitution of domestic space. The dynamics of the execution of the workshop were provocatively designed to present 10 images in which the participants should indicate if the object presented was "man" or "woman". The intention with this exposure of the images was to make the participants understand the relational importance of the studies of Gender and how the elements present there were crossed by this problematic. It is noteworthy that in the collected material of the 6 (six) participants it was not indicated in any of the images that the featured subject presented the gender problem and that the material exposed was a relational field and therefore was only designated "man" or "woman" next to each image. In this way, this writing aims to contribute to the expansion of research and debates in the field of Gender studies and in the construction of dialogues in the fields of language and power relations in History.

KEY WORDS: Language, Gender, Power, Society, Binarism

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA.

Conicionados pela divisão binária, nossos pensamentos formulam, classificam e se expressam de forma binária através da linguagem. As representações postas através dela formulam a relação sexo/gênero que estipulam e determinam ações, atitudes e modos a partir daquilo que é denominado como “homem” ou “mulher” (BUTLER, 2003). Alcançando o poder de representação e a performatividade, essas ações da linguagem dividem e hierarquizam objetos e pessoas através de uma matriz heterossexual binária posta na sociedade.

Dessa forma, a linguagem como um campo político que constantemente busca a afirmação de uma dada realidade, posta nas classificações binárias, separa e classifica objetos de “homem” e de “mulher”. Logo, isso demonstra aquilo que Judith Butler (2003) chama de "termos pressuposicionais", que seriam, segundo a filósofa, ações condicionadas pela representação social, que agem como sistemas simbólicos, “políticos e linguísticos [que] estabelecem, a priori, o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados e representados” (BUTLER, 2003, p.25) estipulando performances para *o* homem ou *a* mulher.

Para Judith Butler (2012, p. 34) performatividade, “no es pues un ‘acto’ singular, porque siempre es la reiteración de una norma o un conjunto de normas y, en la medida en que adquiera la condición de acto en el presente [...]”, pois “[...] esta morfología imaginaria no es una operación pre social o pre simbólica, sino se trata de una operación orquestrada mediante esquemas

reguladores que producen posibilidades inteligibles y morfológicas” (BUTLER, 2012, p. 36). Assim sendo, essas ações performativas se configuram, segundo Butler (2012, p.18), a partir da “[...] práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra”.

Do mesmo modo, conforme Michel Foucault (2013), o discurso que produz essa materialização nos corpos somente é possível dada a sua repetição e, portanto, as suas constituições de verdade. Uma vez designado o discurso como verdadeiro, institui-se algo, marca-se como verídico, inquestionável. Portanto, esse discurso proferido pela linguagem torna-se um elemento utilizado como instrumento de nomeação. Assim, ao afirmar que nascemos sob uma determinada matriz, vagina ou pênis, essa matéria ao ser constituída, homem ou mulher, pelo discurso, marca e forma, a diferença sexual através da linguagem e é constitutiva da materialidade, permite que os corpos que importam (heterossexuais), passem a ser regulados e controlados, exigindo suas performances condizentes ao “sexo”, representação, como nos afirma Butler (2003).

Contudo, é válido observar que essas definições, classificações e nomeações são datadas e históricas. Relações entre mulheres de elite³ privadas e homens públicos encontraram reverberação principalmente no final do século XVIII e início do século XIX com a Revolução Francesa. Com acentuado reforço nas definições de espaços e comportamentos “adequados” e performativos para cada “sexo”, o condicionamento de atitudes e ações tornou-se um dos elementos de organização e de formação social com base naquilo que era destinado para “homens” ou para “mulheres”. Dessa forma, reforçados pelo uso da linguagem binária, a definição de objetos identificados e identificadores para cada “sexo”, permitiu e projetou definições quase que encerradas sobre o que era permitido e destinado para cada universo. Essas acepções ainda hoje encontram espaço de atuação na sociedade, como podemos verificar nos gráficos expostos ao longo do texto.

2. CAMINHOS TRILHADOS PARA A EXECUÇÃO DA OFICINA: REFLEXÕES PRÉVIAS.

Fomos apresentadas ao livro da Vânia Carneiro de Carvalho (2008) intitulado *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*, durante a realização da disciplina nomeada como Tópico Especial: *Cultura material: teoria e metodologia da pesquisa*, ministrada pelo professor/doutor Thiago Sayão. Instigadas com a proposta da obra que

³Vale destacar que foram principalmente as mulheres de classe médias e burguesas que se tornaram mulheres privadas.

visava discutir “o enraizamento das práticas tradicionais de distinção de gênero no cotidiano. Especificamente, trata-se de entender as relações de gênero a partir dos padrões de organização material da moradia” (CARVALHO, 2008, p. 20), escolhemos o exemplar como objeto para nossa apresentação no seminário da disciplina. Passadas algumas semanas após nossa apresentação na disciplina, recebemos e-mails divulgando a 16ª MPU - Mostra de Produção Universitária- da Universidade do Rio Grande/RS que possuiu no ano de 2016, como tema: *Diferentes Aprendizados, Múltiplos Saberes*.

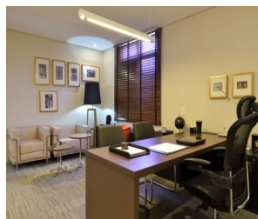
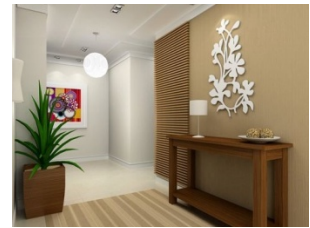
Em diálogo com nossa orientadora, demonstramos interesse em propor uma oficina sobre a temática - que em nossa concepção cruzava de forma significativa com a questão abordada pela MPU - que havíamos discutido na aula do professor Sayão. Encorajadas com o estímulo de nossa professora, realizamos a inscrição no evento. Nossa participação na 16ª MPU tinha como objetivo ofertar uma oficina que propunha a reflexão através da problemática das relações de gênero e a cultura material.

Assim, inspiradas nos estudos de Vânia Carneiro de Carvalho: *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material* – São Paulo, 1870- 1920 do ano de 2008 e nas reflexões a cerca dos estudos de Gênero, principalmente com autoras como Joana Maria Pedro (1994, 2000, 2005 e 2011), Judith Butler (2003, 2012), Anne McClintock (2010) e Joan Scott (1990, 1992, 2001), nossos objetivos encerravam-se na iniciativa de propormos uma atmosfera de questionamento e de debate a cerca do espaço doméstico e as relações de gênero.

Desta forma, a oficina possuiu como objetivo tencionar e problematizar as organizações sociais da cultura material a partir das relações de gênero e as suas apropriações no ambiente doméstico. E com essa finalidade, iniciamos com uma breve apresentação das três “ondas” do feminismo e das discussões referentes a cada uma delas e, posteriormente, a uma exposição acerca da categoria de análise Gênero. A escolha das imagens apresentadas na oficina ocorreu de forma reflexiva e avaliativa. A finalidade era de instigar e propor a reflexão em cada imagem projetada pelo data show.

No dia da realização do estudo, após esse diálogo, apresentamos 10 (dez) imagens para o grupo e, a partir delas, as/os participantes deveriam assinalar no questionário, levado pelas proponentes da oficina, se as imagens apresentadas referiam-se à categoria de “homem” ou de “mulher”. Respondido o questionário, iniciamos um diálogo e uma reflexão acerca das imagens expostas, a partir da categoria de análise gênero e as suas implicações com as relações sociais,

econômicas e de poder. Abaixo destacamos as imagens apresentadas na oficina e, do mesmo modo, o questionário.



15ª MOSTRA DA
PRODUÇÃO
UNIVERSITÁRIA

de 19 a 21 de outubro

Inclusão e Democratização
da Universidade Pública

Diferentes **aprendizados**,
múltiplos **saberes**.

Nome:

E mail:

Imagem 1: Mulher [] Homem []

V. 6, n. 2. p. 211-228, mai./jul. 2017.

Imagem 2: Mulher () Homem ()
Imagem 3: Mulher () Homem ()
Imagem 4: Mulher () Homem ()
Imagem 5: Mulher () Homem ()
Imagem 6: Mulher () Homem ()
Imagem 7: Mulher () Homem ()
Imagem 8: Mulher () Homem ()
Imagem 9: Mulher () Homem ()
Imagem10: Mulher () Homem ()

Observações:

Após recolhermos o material das/os 6 (seis) participantes da oficina, analisamos os dados e compomos em forma de gráficos nossa análise que, juntamente com as discussões teórico-metodológica abordadas, podem demonstrar a discussão proposta neste espaço.

3. RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, PODER E SOCIEDADE: ANÁLISE DOS DADOS RESULTANTES DA OFICINA.

A partir dos gráficos expostos abaixo, poderemos compreender que objetos voltados para o lar, tais como a cozinha, a casa, a sala de estar, a sala de jantar e a fotografia foram elencados como objetos de “mulher”. Já os elementos como o consultório, os óculos, o escritório e a caneta foram categorizados como elementos de “homem”.

Gráficos que destacam os objetos considerados como de “homem”⁴:

⁴Todos os gráficos apresentados ao longo do texto foram produzidos pelas autoras com a finalidade de demonstrar a proposta do artigo.

Imagem 1: Caneta

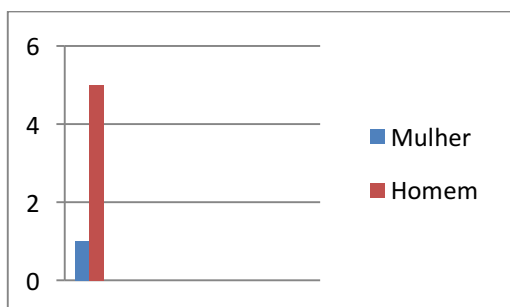


Imagem 2: Óculos

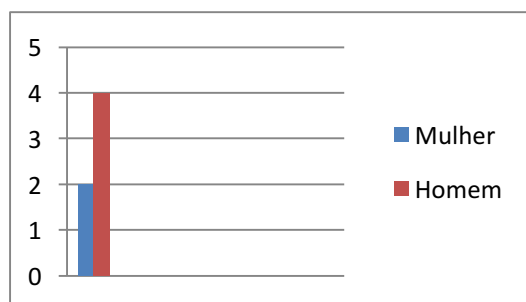


Imagem 3: Escritório

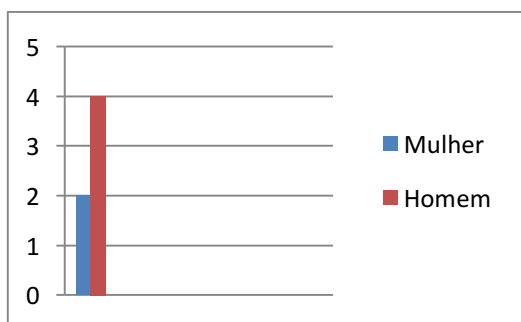
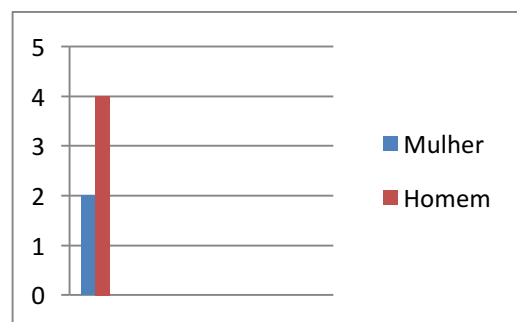


Imagem 4 Consultório



A partir dos gráficos expostos acima, podemos verificar que as respostas das/dos participantes foram condicionadas pelas imagens e as suas representações de “homem” ou de “mulher”. Símbolo de masculinidade, os óculos, o escritório, a caneta e o consultório, são os elementos de ações centrípetas, conforme Carvalho (2008) as quais se configuram como

objetos que ‘buscam’ o centro, no qual se encontra a figura substantiva do homem. Há, portanto, uma hierarquia centralizadora entre pessoas e objetos, na qual os atributos dos objetos nunca sobrepujam o homem, ao contrário, eles servem para desenhar a personalidade de gênero individualizadora [...] (CARVALHO, 2008, p. 43).

A partir disso, os objetos descritos como de “homem” são objetos de uso particular, individual e por vezes de uso único. Elementos como a caneta, o escritório, os óculos, referem-se a atividades intelectuais e de produção de ideias, geralmente tidas como ações masculinas, as quais revelam sua ligação com o trabalho no espaço público. Dessa forma, podemos compreender como o homem se estabelece e se configura enquanto uma personalidade de individualização e como os objetos que fazem parte de seu cotidiano devem estar adequados a sua personalidade pública. A

autora discute, ainda, a importância de objetos funcionais e afirma que eles devem ser entendidos “como um resultado *da* prática social, cotidianamente reiterado *pela* prática social [...]” (CARVALHO, 2008, p. 44).

Dessa forma, a clivagem entre espaços e concepções de autoridade a partir do uso desses elementos *da e pela* prática social possui estreita ligação com as funções assumidas por cada “sexo” na formação social e na base familiar, herança das revoluções burguesas que aconteceram na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX, principalmente da Revolução Francesa e da Revolução Inglesa⁵, a nova sociedade que buscou no novo ideal de família- mulher restrita ao lar e dependente de seu marido; homem que atendia às necessidades de sua família e alcançava sua dignidade através de seu trabalho - as bases para sua organização política, cultural e econômica. Estas foram difundidas e incorporadas socialmente a partir de três elementos principais: religião, economia e educação.

No tocante a religião, nesse contexto, nos países anglo-saxões, o Evangelismo, um movimento reformador surgido dentro da Igreja Anglicana em meados do século XVIII, nascido a partir de uma reação ao metodismo⁶, propunha reformar a Igreja por dentro, através dos novos ideais e valores. Este novo modelo religioso visava o reconhecimento da culpa e a redenção dos seus pecados, uma vez que considerava o mundo um lugar de orgulho e pecado e apenas o contato próximo com a Bíblia, estudos e orações poderiam auxiliar na sua salvação. A fé individual foi posta pelos evangélicos como experiência religiosa e, por conseguinte, suas atitudes e ações seriam julgadas por um Deus que tudo ouve e tudo vê. Dessa forma, a recusa de atividades mundanas deveria partir do sujeito e o reconhecimento de que uma base familiar era vital e o melhor alicerce para uma vida cristã, era o primeiro passo para uma consagração plena. (HALL, 2009).

Nos povos de origem latina, fortemente influenciados e orientados pela teologia e ideologia católicas, a orientação para seus fiéis era/é uma vida espiritual seguida de regras definidas e de maneiras precisas, inspirada no Evangelho. Para alcançar a Deus, homens e mulheres possuem deveres e obrigações diferentes. O papel das mulheres na Igreja Católica, como nas demais Igrejas, é o auxílio, cooperação e manutenção da ordem e da moral. Já os homens, possuem como

⁵A Revolução Inglesa, ocorrida no século XVII, foi um dos principais acontecimentos da Idade Moderna. Foi considerada a primeira das grandes revoluções burguesas, isto é, as revoluções encabeçadas por lideranças da burguesia européia. Da mesma forma que a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa alterou costumes, modos de vida e maneiras de relacionamento entre os sujeitos.

⁶O metodismo foi um movimento de avivamento espiritual cristão ocorrido na Inglaterra do século XVIII que enfatizou a relação íntima do indivíduo com Deus, iniciando-se com uma conversão pessoal e seguindo uma vida de ética e moral cristã. O metodismo foi liderado por John Wesley, eclesiástico da Igreja Anglicana, e seu irmão Charles Wesley, considerado um dos maiores expoentes da música sacra protestante (Em <http://www.metodista.org.br/john-wesley>. Acessado dia 17/02/17)

atribuições, proteger e sustentar sua mulher e sua família. Ambos devem cooperar nas suas atividades para a consagração da família.

Aliada à religião, a educação e a crescente economia da época possibilitaram aos burgueses a separação de sua vida pessoal da vida profissional. O enriquecimento acentuado da época permitiu que as suas casas, geralmente localizadas em cima de suas lojas, fossem transferidas para outros locais com espaço mais amplo, com a presença de jardins e árvores que circundavam a casa. Deste modo, segundo Hall, (2009, p. 52), as atividades profissionais cada vez mais masculinizadas, e que oportunizaram saídas diárias do homem com a função de ampliar e diversificar os vários setores de suas empresas possibilitou para eles, um contato maior e mais duradouro com o espaço público. Vale ressaltar que os meninos, por volta dos doze ou treze anos já acompanhavam os pais nas atividades comerciais, enquanto as meninas ficavam em casa com suas mães aprendendo e desenvolvendo atividades domésticas.

Em relação às mulheres, para além de seus “dons naturais”, ainda cabia às mães, principalmente com as filhas, demonstrar “[...] o que deve ser uma mulher, qual seu papel no mundo, o significado do trabalho, do amor, da paixão, dos filhos, das regras de educação, a moralidade e os costumes, as prioridades das várias esferas [...]” (MINDLIN, 2000, p. 194). Cabia à mãe instruí-las para cumprir seus papéis sociais “naturais”,

formá-las em seus papéis futuros de mulher, dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, e sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2013, p. 93).

A figura materna nas relações sociais, econômicas e culturais passou a ser fundamental. Foi com a mãe e a partir da mãe, que a constituição de família, principalmente de elite, assume um viés de comportamento. Comportamento esse que deveria ser exemplar. A atenção dedicada especialmente às filhas deveria ser acentuada, a fim de transmitir a elas as honras e as obrigações de uma boa mãe.

Sendo assim, o confinamento das mulheres em suas residências tornava-se cada vez mais frequente. Distanciando-se desse mundo público, a maternidade e a administração doméstica para elas tornaram-se uma profissão. Responsáveis pelo lar e sua condução de forma exemplar, elas deveriam tornar a residência o refúgio do homem cansado e preocupado com os negócios e ao mesmo tempo um espaço de salvação:

a esfera pública era tida como perigosa e amoral. Os homens que circulavam nessa atmosfera só poderiam ser salvos com um contato regular com o mundo moral do lar, onde as mulheres eram portadoras desses valores puros capazes de neutralizar as tendências destruidoras do mundo dos negócios (HALL, 2009, p. 63)

Isso por que o lar e a família passaram a ser considerados “o centro da luta para reformar os hábitos e a moral; a família podia ser a ‘pequena Igreja’[...] e o ‘pequeno Estado’ [...]” (HALL, 2009, p. 52), onde o homem que assumia o papel de pai, esposo e provedor, e deveria também, exercer seu controle sobre as/os filhas/os e servidores. Do mesmo modo, convictos de que “[...] a mulher, por seu lado, era o centro do lar e da família” (HALL, 2009, p. 54) e das práticas religiosas, elas eram encarregadas de difundir a moral e os bons costumes e de conduzir sua família a partir desses novos ideais.

Com isso, a mulher tornou-se o principal alvo desses novos modelos de socialização. Segundo Joana Pedro (1994), havia prescrições e formas de “ser ‘distinto’ e ‘civilizado’, que incluíam modelos idealizados para as mulheres, segundo os quais deveriam restringir-se aos papéis familiares” (PEDRO, 1994, p. 31). A família tornou-se um elemento central no novo modelo de vida, que juntamente com a mulher deveriam representar aquilo que é digno, respeitável e de acordo com a moral e os bons costumes. A mulher guia de sua família, deveria refletir sua casa, seu marido e sua honra.

Isso nos leva à conclusão, de imediato, que as Revoluções Burguesas forneceram os sentidos e criaram um novo modelo de “homem” e de “mulher”, nos quais reformularam suas ações e atitudes, transformaram os ânimos, alteraram os costumes, criaram novos modelos de aparências e de linguagens, tanto no tempo e quanto nos espaços, modificando suas ações, atitudes e ações do exterior para o interior, como nos ensina Michelle Perrot (2009, p. 14) e de forma contínua e extensa atingiu as residências, principalmente as de elite. Dessa forma, a acentuação e a definição das esferas públicas e privadas, a valorização da família e das diferenças dos papéis sexuais estabelecidos, desenvolveu uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas, conforme Michelle Perrot (2009).

Essa acentuada divisão sexual, unida com a religião, a economia e a educação, proporcionou o cenário ideal para a difusão cada vez maior dos princípios religiosos que pregavam que cada sexo era diferente por natureza e com isso possuía suas características próprias, as quais deveriam seguir sem questionamentos, sendo que qualquer desvio ou crítica a esse modelo seria uma condenação ao fracasso (HALL, 2009).

Isso promoveu o condicionamento performático cada vez mais acentuado, atribuindo para homens e para mulheres tarefas e condutas de acordo com seu “sexo”. Da mesma forma, a linguagem binária ganhou espaço e força nesse campo e passou a ser utilizada repetidamente como reforço dessas atribuições destinadas a cada indivíduo. Esse enquadramento social, segundo Elena Belotti (1981), ocorre mesmo contra nossa vontade ou necessidade. Conforme a autora, “as raízes de nossa individualidade são profundas e nos escapam, pois não nos pertencem, foram outros que as cultivaram para nós, sem que disso tomássemos consciência” (BELOTTI, 1981, p. 9). Ela ainda complementa a discussão e afirma que

a cultura à qual pertencemos, como qualquer outra cultura, serve-se de todos os meios à sua disposição para obter dos indivíduos dos dois sexos o comportamento mais conforme aos valores que interesse transmitir e conservar. O objetivo da identificação de uma criança com o seu sexo para qual a designaram é conseguido com bastante rapidez e não existem elementos para deduzir que este complexo fenômeno tenha raízes biológicas (BELOTTI, 1981, p.8).

Desse modo, Belotti (1891) nos afirma que os condicionamentos sociais e culturais aos quais são submetidos os indivíduos de acordo com os seus órgãos sexuais, são frutos dos condicionamentos sociais e culturais, criados e fortemente arraigados desde a nossa tenra infância, de modo que se torne naturalizado e rotineiro as divisões de brincadeiras, atividades, atitudes e formas de comportamento. Na maioria das vezes, sem qualquer tipo de questionamento, somos levadas/os a dividir, separar e elencar o que é de homem ou o que é de mulher, sejam eles objetos, carreiras, posturas, dentre tantos outros indícios de performatização baseada no “sexo”. Portanto, podemos compreender que a linguagem cria, define e classifica homens ou mulheres a partir daquilo que é entendido socialmente e culturalmente como de homens ou como de mulheres.

Desse modo, o fato de as/os participantes terem identificado a caneta, os óculos, o consultório e o escritório como objetos e lugares usados por homens encontra eloquência quando refletimos que esses objetos ao longo dos anos tornaram-se de fato objetos identificados e identificadores de ações e atitudes masculinas. Da mesma maneira, ocorre quando a identificação de objetos como: a cozinha, a sala de jantar, a sala de estar, hall de entrada e a fotografia são consideradas como lugares e atividades de “mulher”. Isso revela que esses símbolos de feminilidade, como podemos verificar abaixo nos gráficos, fazem parte da ação centrífuga. Essa ação centrífuga é aquela que define e centraliza a mulher em seu lar, permitindo que ela se torne a “continuidade entre corpo, objeto e espaço da casa” (CARVALHO, 2008, p. 224).

Não sendo naturais, essas relações de identificação da mulher com o seu lar foram/são frutos de um adestramento desde a infância. Brinquedos que imitam objetos e tarefas domésticas, bonecas que exigem da criança atitudes comparativas a da sua mãe no cuidado de crianças, cerceamento de brincadeiras tidas como masculinas, roupas que exigem da criança controle e “modos de menina” e o processo de imitação e identificação com a sua mãe, levam as mulheres desde cedo a saberem seu lugar, quais as ações que devem seguir e os modos de comportamento e de relação com os demais participantes de sua casa.

Guacira Louro (2007) chama esse processo de “dominação do corpo”, que ocorre pelo que ela chama de “fabricação” dos indivíduos. Para ela, o processo ocorre de uma forma muito branda e sutil, quase imperceptível, tornando as atividades de segregação algo natural. Assim, segundo a autora, ao dominar o corpo feminino, ao destinar suas preferências e atitudes, ensina-se às mulheres a olhar e a se olhar, ensina-se a ouvir, a falar e a calar, em suma, ensinam-se as mulheres a preferir e, dessa forma, “todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeite os indecentes[...]” (LOURO, 2007, p. 59). Conforme a autora,

é fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam em nossa sociedade (LOURO, 2007, p. 15).

Da mesma forma, Michel Foucault (1989) chama esse processo de dominação/fabricação citado por Guacira Louro (2007), de “docilização dos corpos”. Segundo ele, são processos que visam fazer com que esses corpos possam ser modelados, treinados em favor de interesses de determinadas pessoas ou classes sociais. Ao silenciar o corpo, ao torná-lo dócil, é possibilitado o domínio no processo de ensino/aprendizagem dos indivíduos, principalmente das mulheres, tornando dessa forma o ensino das atividades domésticas em apenas uma via, sem o retorno do questionamento, da dúvida, não possibilitando aos corpos dóceis o processo de curiosidade.

Todo esse processo de dominação/fabricação do indivíduo ocorre, segundo Michel Foucault (1989), devido às relações de biopoder estabelecidas na sociedade, muitas vezes quase imperceptíveis na sua realização e execução. O biopoder está presente em diversas relações, sejam elas de mando, ordem ou naturalizadas nas divisões binárias, como no exemplo dos elementos elencados para a oficina.

Os gráficos abaixo podem ser pensados como resultado do cerceamento e do condicionamento das atitudes. Como se pode observar os lugares como casa, cozinha, sala de estar, sala de jantar e hall de entrada foram identificados como objetos de “mulher”.

Imagem 1: Hall de entrada

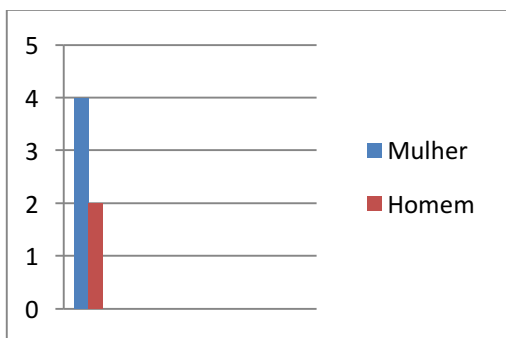


Imagem 2: Cozinha

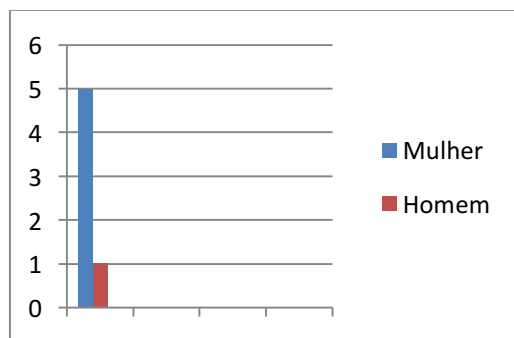


Imagem 3: Sala de estar

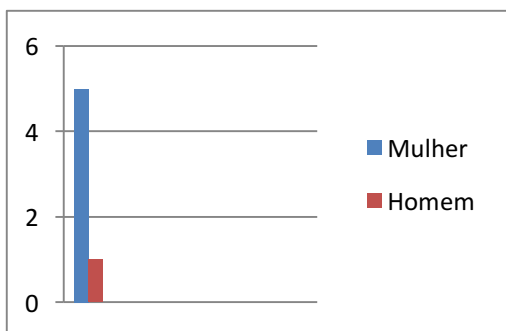


Imagem 4: Fotografia

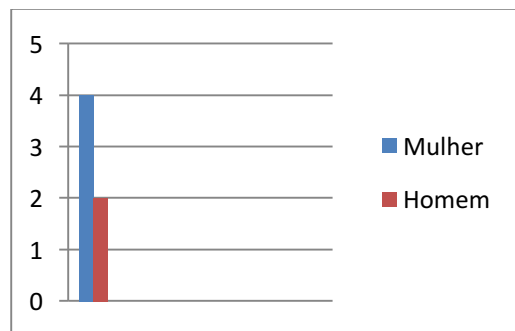


Imagem 5: Sala de jantar

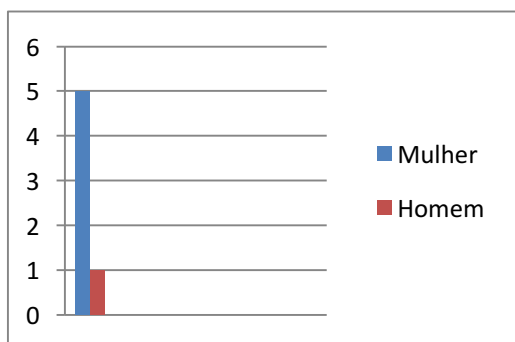
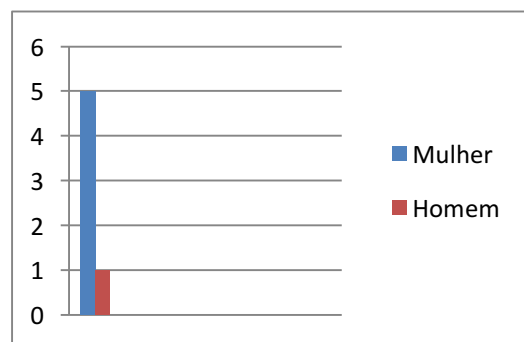


Imagem 6: Casa



A partir dos dados acima, concordamos com Carvalho (2008), que discorre sobre a importância de dialogar sobre essas formas cristalizadas que legitimam posturas a respeito dos comportamentos, das ações e dos usos de objetos referentes a cada “sexo”. Ainda conforme Carvalho (2008) é por meio das ações corporais que se produz e reproduz incessantemente uma forma de

viver e de perceber o mundo que é impregnada por determinantes sexuais. Portanto, é válido observar que as ações sexuadas não ocorrem fora do campo social, pelo contrário elas se dão num sistema que retroalimenta os valores e sentidos cristalizados na forma de postura de ser e de estar em casa e/ou no mundo, e dessa forma os gráficos revelam as classificações e hierarquizações realizadas a partir das relações de gênero. Assim,

essa percepção nos ajuda a não pensarmos a produção do masculino e do feminino de forma dissociativa, autônoma. Pelo contrário, os gêneros se constituem sempre em um contexto relacional, seja ele de oposição, submissão, equivalência ou complementação. (CARVALHO, 2008, p.276).

Com isso, o entendimento da autora vai ao encontro dos pensamentos de Joana Maria Pedro, 2011, que ao dialogar gênero com Joan Scott, 1990, nos afirma que a História vai além de fazer uma narrativa sobre gênero. Pedro (2011) problematiza essas questões e conclui que noções de “homem” ou “mulher” são criações históricas, sociais e culturais e que as relações de poder são dadas nas relações sociais entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens.

Portanto, a afirmação de Simone de Beauvoir (1980) “não se nasce mulher, torna-se mulher”, tem a recíproca verdadeira na afirmativa de que não se nasce homem, torna-se homem! Assim podemos compreender com mais clareza a discussão proposta por Butler (2012) quando esta afirma que não nascemos sobre uma plataforma na qual o “gênero” será atribuído ao “sexo” posteriormente; sexo e gênero já se encontram imbricados e não há como separar essa relação de formação e de poder. Essa relação ocorre através de linhas paralelas (social e cultural) que estão em constante intercâmbio. Não há como separá-las, pois a performatividade, a mesma que constrói a materialidade dos corpos e materializa “sexo nos corpos”, consolida o poder imperativo da sexualidade. A materialidade é o efeito mais produtivo desse poder, que age através da linguagem e da formação discursiva.

É isso que os gráficos nos indicam: o discurso e o poder de nomeação são formulados, moldados e continuamente reforçados pela sociedade a partir das relações de gênero e as relações de poder existentes na execução do discurso. Portanto, os/as participantes da oficina, ao formularem discursos a partir das imagens relacionam a esfera privada à ideia de “mulheres” e as imagens de esfera pública como destinadas aos “homens”; desta forma reagiram ao condicionamento social performativo e através da linguagem proferiram discursos de acordo com a normativa social binária.

Em seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud* (2001), Thomas Laquer afirma que a cultura expressa pela linguagem e amparada por ações políticas de poder, define e nomeia através dos órgãos genitais os sujeitos, classificando-os em homens e mulheres. Para Laquer, ao criar e marcar essas diferenças na carne é estabelecida a diferença sexual no corpo, permitindo assim que as relações de poderes sociais, econômicos e culturais formatem os sujeitos através do discurso e validem normas sociais binárias postas para cada “sexo”. Segundo o autor, a problemática de definição de cada sexo insere-se na capacidade de estipular uma diferenciação sexual, que o discurso e a linguagem ancorada ao poder executam na sociedade. Para ele, “a diferença sexual, portanto, parece já estar presente na forma como constituímos o significado [...] porque qualquer coisa que se diga, fora de contextos muito específicos [...] já vem moldada pela teoria da diferença ou da igualdade.” (LAQUER, 2001, p. 29).

Por esse mesmo viés, Monique Wittig (2006) também destaca a importância de problematizar a linguagem, com o objetivo de compreender como o poder age na sociedade buscando desenvolver definições sociais. Segundo a autora, ao entrelaçar poderes através de uma multiplicidade de linguagens, sejam elas sociais, econômicas, culturais, geracionais, elas tornam-se um campo político de disputa, onde a reiteração constante se traduz em um efeito de realidade social. Do mesmo modo, Denise Portinari (1989) nos ensina que o discurso é o meio pelo qual a linguagem, que serve de instrumento para designar, nomear, determinar o que “é”, acaba por definir algo ou alguém.

Ao destinar objetos para cada “sexo”, ao marcar corpos como homem ou mulher, o discurso, a regulação e a performatização estabelecem diferenças e com ela a produção do poder. A afirmação de Laquer (2001, p.25) de que “o sexo (...) é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder”, vai ao encontro do debate proposto por Butler (2003), que afirma que, assim como gênero, sexo também é um elemento criado e, portanto, definidor de espaços e ações condizentes com cada sexo, como se pode verificar nos gráficos acima.

Em vista disso, investigando e problematizando como a linguagem age na categorização binária de elementos sociais, o presente artigo, resultante da oficina mencionada, buscou, em sua ação provocadora, compreender como a imagem e o significado a ela atribuído definiram as respostas das/dos participantes. Influenciada pela perspectiva pós-estruturalista, a presente escrita buscou compreender o significante das respostas e a partir disso analisar como a linguagem, seja ela

verbal ou representativa no caso das imagens, ainda estão condicionadas e reforçadas pela versão estímulo-resposta, proposta pela teoria Behaviorista⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma oficina sobre Gênero e a Cultura Material: relações econômicas, sociais e de poder na constituição do espaço doméstico, na Universidade Federal de Rio Grande/RS – FURG foi uma experiência singular. A problematização dos estudos de Gênero de forma interdisciplinar, com participantes de várias áreas tais como Educação, Sociologia, Matemática, História e Economia, possibilitou uma discussão rica, interativa e dinâmica. Apesar de poucas/os participantes, a discussão foi fomentada por muitas dúvidas, questionamentos e até mesmo confissões de preconceitos. Contribuir e receber contribuições para pesquisas, estudos e investigações, seja com indicações de livros, trocas de e-mails, sugestões e indicações de colegas pesquisadoras/es, nos moveu a perceber a importância dos estudos de Gênero e a importância do diálogo para além dos nossos pares. Ampliar o campo de discussões é fomentar e contribuir para uma sociedade mais justa, dinâmica e igualitária, passível de compreender as mais variadas formas e expressões de serem mulheres ou homens.

Portanto, o escopo da escrita, além de contribuir para a ampliação das pesquisas e debates no campo de estudos de Gênero e na construção de diálogos nos campos da linguagem e das relações de poder na História, também se destina a abrir um leque de novas possibilidades de pesquisas que se voltem para ações provocativas, analisando, questionando e por vezes refutando respostas prontas. Voltando nossos olhos para o questionamento dos significantes e como isso influencia nas ações humanas, na estrutura dos nossos pensamentos e nas ações da linguagem de nomeação, classificação e hierarquização, podemos/devemos questionar definições encerradas sobre o que é ser “homem” ou “mulher”, e buscar meios e espaços para o diálogo, lançando interrogações sobre as performances de gênero, as relações público/privado, e as representações referentes a cada “sexo”, fundamentais para auxiliar no rompimento de ações e usos atribuídos ao binômio homem/mulher.

⁷ A teoria Behaviorista da linguagem parte do pressuposto de que o processo de aprendizagem consiste numa cadeia de estímulo-resposta-reforço. O ambiente fornece os estímulos - neste caso, estímulos linguísticos - e a criança fornece as repostas - tanto pela compreensão como pela produção linguística. A criança, por esta teoria, durante o processo de aquisição linguística, é recompensada ou reforçada na sua produção pelos adultos que a rodeiam, demonstrando que a linguagem humana, diferentemente das linguagens das abelhas e outros animais, não pode ser simplesmente reduzida a um sistema de estímulo-resposta.

A ação provocadora possuiu como intuito, conforme nos ensinou Louro (2007), questionar e desconfiar daquilo que é naturalizado e rotineiro. Isso é fundamental para que possamos questionar as práticas comuns, os gestos e as palavras banalizadas, as quais necessitam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento, e em especial de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. Só assim podemos como nos ensina Belotti (1981, p. 9), auxiliar na tentativa “de arrebentar a cadeia de condicionamentos que vai se transmitindo quase intacta de uma geração para outra”.

Consideramos e destacamos a importância dessa oficina como um espaço de reflexão e diálogo e de conscientização da necessidade do rompimento binário e natural de objetos e espaços de “homem” e de “mulher”. Portanto, além da certeza de haveremos promovido o debate, o contato entre várias áreas de estudos e compreendermos as mais variadas experiências empíricas, teóricas e cotidianas compartilhadas pelos integrantes da oficina, destacamos a importância, a partir dos gráficos e da inquirição teórica e metodológica, de como o sistema simbólico estrutura nossa percepção e como a linguagem, em uma relação com o poder, moldura e define sujeitos em sexo e gênero. A realização dessa oficina e os vários estudos aqui analisados, sobre representação, linguagem, poder e sociedade, também nos trazem a certeza da importância e da necessidade da inclusão do campo relacional Gênero de forma transversal em todos os estudos, pesquisas e investigações em todas as áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAVOUIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1967.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importan*. Sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870- 1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 23 ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALL, Catherine. *Sweet Home*. In: *História da vida privada, 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Org.) Michelle Perrot. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro; RelumeDumara, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes(org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*. Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. Campinas: Edunicamp, 2010.

MINDLIN, Betty. A panela feminina e feminista (cartas de mães e filhas) In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe* – Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012

PEDRO, Joana Maria. *Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n.22, jan-jun. 2011, p. 270 -283.

PERROT, Michele, *Minha História das Mulheres*. – 2º Ed., 1ª .reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2). Jul/Dez. 1990, p.5-22.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.

Recebido em: 23 de fev. 2016.

Aceito em: 03 de jun. 2017.



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

ADOLESCÊNCIA E A FAMÍLIA: Desafios para uma educação sexual dos/as filhos/as

Pedro Wanderson Leite de Oliveira¹

Francisco Francinete Leite Junior²

Francisco Arrais Nascimento³

RESUMO

Objetivou-se discutir o papel dos pais acerca da educação sexual dos/as filhos/as adolescentes, pais, aqui pensados não apenas pelos laços de consanguinidade, mas pela relação afetiva estabelecida no contexto doméstico, sendo esta uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório que tem como *locus* uma cidade de médio porte, localizada na Região do Cariri cearense. Nesta perspectiva, foram selecionadas para a entrevista quatro pais de adolescentes (homens e mulheres), sendo eles duas mães e dois pais, com faixa etária entre 39 e 48 anos de idade, os mesmos foram selecionados a partir da técnica *snowball*. Acerca dos dados os mesmos foram coletados através de uma entrevista semi-estruturada. Após análise, percebeu-se que os pais não abordam com seus/suas filhos/as assuntos ligados à sexualidade, relegando a terceiros (a escola, os círculos sociais do próprio jovem, entre outros) tal função. Fazendo emergir a necessidade do diálogo aberto e construtivo entre pais e filhos no contexto familiar. Ressalta-se que os pais não apresentam abertura para o diálogo acerca de temas relacionados a sexualidade com os filhos/as adolescentes, vislumbrando a quebra de mitos e tabus, para que aconteça uma educação sexual de maneira a favorecer a construção de saberes e espaços grupais e individuais para os/as adolescentes, respeitando as diferenças e subjetividades.

PALAVRAS-CHAVES: Adolescência. Educação Sexual. Família. Sexualidade.

YOUTH AND THE FAMILY: Challenges for the sexual education of children

ABSTRACT

¹ Graduado em Psicologia pela Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. *E-mail:* pwldo11@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Graduado em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (FALS), possui Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (KURIUS), História Social (URCA), Gestão Escolar (FJN) e Metodologia do Ensino Fundamental (FJN). *E-mail:* francinetejunior@leaosampaio.edu.br

³ Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2015) e graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2012). *E-mail:* francisco.arrais.nascimento@gmail.com

The purpose of this study was to discuss the role of parents in the sexual education of youth children, parents, here thought not only by inbreeding, but by the affective relationship established in the domestic context, being a qualitative research, exploratory in nature. Has as locus a medium-sized city, located in the Cariri region of Ceará. In this perspective, four parents of adolescents (men and women) were selected for the interview. Two mothers and two fathers, aged between 39 and 48 years, were selected from the snowball technique. About the data, they were collected through a semi-structured interview. After analysis, it was noticed that parents do not approach with their/their children the subjects related to sexuality, relegating to third parties (the school, the social circles of the own youth, among others) such function. Making the need for an open and constructive dialogue between parents and children emerge in the family context. It should be emphasized that the parents do not present openness to the dialogue about themes related to sexuality with the adolescent children, looking for the breaking of myths and taboos, so that a sexual education happens in a way that favors the construction of knowledge and group spaces and individual for adolescents, respecting differences and subjectivities.

KEYWORDS: Adolescence. Sexual Education. Family. Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

O universo das sexualidades configura-se enquanto um espaço multifacetado e de vivências plurais. Na adolescência, tida como período de transformações e amadurecimento dos sujeitos frente aos desejos e identidades, a sexualidade ainda é percebida como uma temática “tabu” e dessa forma torna-se pouco difundida no âmbito familiar. No entanto, cabe ressaltar que o “tabu” na verdade se inicia muito antes, na infância, sendo percebida as primeiras oposições a exibição de corpos nu, devido ao potencial sexualizador, além dos desejos e das identidades, que recebem toda uma pressão oriunda do construto sociocultural de base religiosa, firmando o incentivo a parentalidade e a heteronormatividade.

Logo, faz-se necessário compreender a educação sexual do público adolescente, posto que a mesma envolve temáticas relacionadas desde o descobrimento do corpo, até as relações sexuais, que em função da carência e/ou distorção de informações, tal universo de temas é marginalizado e negligenciado nas mais diversas esferas sociais, promovendo a falta de conhecimento acerca do exercício da sexualidade. Logicamente, não se deve pensar em um manual de instruções com fortes marcas conservadoras que padronize comportamentos e modos de vida, visto que existe a necessidade de espaço para a diferença. A divulgação de tais informações de forma aberta, via escola, *internet* e meios de comunicação em massa são alternativas. No entanto, os pais não devem estar alheios a tal processo, mas sim, compreender-se enquanto parte integrante do mesmo.

Nesse sentido, percebe-se que o fator motivacional para o desenvolvimento deste estudo apresenta relevância pessoal, social e acadêmica, uma vez que existe uma proximidade dos pesquisadores com o tema em espaços de atuação profissional e pessoal, além da percepção da emergência das temáticas relacionadas que apesar da existência de certo número de produções acadêmicas acerca da mesma, ainda existem carências informacionais no trato com a população adolescente. Ressalta-se ainda a contribuição de tal estudo para as discussões sobre Gênero e Sexualidade no espaço acadêmico e assegurar uma disseminação da informação acerca da temática trabalhada. Contudo, o estudo traz discussões relevantes e contribuições para uma educação sexual do público adolescente, contribuindo para que o diálogo possa perpassar a barreira imposta pelos familiares de não discutir sobre sexualidade com seus/suas filhos/as.

Entretanto, este trabalho partiu do propósito de discutir múltiplos questionamentos sobre a educação sexual dos filhos/as na adolescência, sob a óptica de pais e mães. Mediante a isso, tem-se como problemática: quais são os desafios que pais e mães se deparam diante da educação sexual dos filhos e filhas? Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou discutir o papel dos pais e mães acerca da educação sexual dos filhos e filhas adolescentes, para alargar o conhecimento, bem como identificar as possíveis causas da ausência dos responsáveis acerca da educação sexual, compreendendo a influência do meio nesse processo de aquisição de conhecimento sobre a sexualidade e promover a conscientização da participação da família no processo da construção dos saberes acerca do assunto.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui exposto configura-se enquanto pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2001), é uma modalidade de pesquisa que trabalha com o espaço de significados, como também suas crenças e valores, atitudes e aspirações, isto é, representando um ambiente de profundas relações e subjetividades. Dessa maneira, Goldenberg (1997) vem explicar que os pesquisadores qualitativos não podem em meio à pesquisa fazer julgamentos, nem deixar que suas crenças e valores prejudiquem a pesquisa em questão.

Para tanto, o estudo ampara-se em uma pesquisa de campo, que de acordo com Fonseca (2002), é uma pesquisa caracterizada por investigações, pois além de ser uma pesquisa bibliográfica e documental, é realizado também o recurso de coleta de dados junto aos indivíduos.

Contudo, o estudo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que segundo Gil (2002, p. 41), tem como objetivo principal propiciar familiaridade com o problema, e para que junto a isso torná-los mais explicáveis ou então levantar questionamentos a tais problemas. Desta forma, este tipo de pesquisa tem planejamentos flexíveis, para assim possibilitar a consideração de vários aspectos relacionados aos fatos discutidos e estudados. O autor explana que a pesquisa exploratória envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Para tanto, tem-se como *locus* uma cidade de médio porte, localizada na Região do Cariri cearense, onde sucederam as entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Para as entrevistas foram selecionadas quatro pessoas (homens e mulheres), sendo eles duas mães e dois pais, apresentando formação entre o ensino médio completo e o ensino superior incompleto e se enquadrando no nível de classe média, com faixa etária entre 39 e 48 anos de idade, que tenham 2 (dois) ou mais filhos com faixa etária acima de 12 anos e que residam na cidade que serve de espaço para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, como está descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Descrição da amostra da pesquisa

Sujeito	Gênero	Idade	Escolaridade	Função laborativa	Número de filhos	Idades dos filhos	Gênero dos filhos
E.M.P.M.	Feminino	48 anos	Ensino Médio completo	Assistente de biblioteca	2	16 anos	Masculino
						17 anos	Masculino
A.P.B.O.	Feminino	39 anos	Ensino Superior incompleto	Professora	4	8 anos ⁴	Feminino
						12 anos	Masculino
						18 anos	Masculino
						22 anos	Masculino
P.T.S.	Masculino	48 anos	Ensino Superior incompleto	Professor	3	14 anos	Masculino
						18 anos	Feminino
						21 anos	Feminino
M.A.B.O.	Masculino	41 anos	Ensino Médio completo	Fiscal de obras	2	15 anos	Feminino
						17 anos	Masculino

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016⁵.

Nessa perspectiva, os pais foram selecionados a partir da técnica *snowball* (Bola de neve), que é uma técnica de amostragem não probabilística, sendo utilizada em pesquisas sociais, onde os

⁴ O sujeito com idade menor que 10 anos não faz parte da pesquisa devido o recorte etário que limita a amostra a pais com filhos adolescentes, como o sujeito de pesquisa A.P.B.O. tem outros filhos em idade igual ou superior a 10 anos a mesma continua apta para compor o *corpus* da pesquisa.

⁵ No que se refere a faixa etária é arbitrário definir valores máximos e mínimos de idade para ser incluído ou não enquanto "adolescente". Pois dependendo do referencial ou perspectiva epistemológica tem-se marcos diferenciados. No entanto, para este estudo o marco legal no Brasil, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece no seu artigo segundo que criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2015).

participantes a princípio indicam novos participantes que por sua vez indicam outros participantes e assim gradativamente, até que o objetivo proposto tenha êxito. Com isso, a técnica *snowball* utiliza-se como meio a indicação, onde um sujeito de pesquisa indica outro possível sujeito de pesquisa e assim sucessivamente até que a amostra seja satisfatória (WHA, 1994 *apud* BALDIN; MUNHOZ, 2011). O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista simples, organizadas em seis questões (perguntas) referentes ao tema de pesquisa, que foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Nesta óptica, Queiroz (1988) discute que a entrevista é uma técnica de coleta de dados que envolvem o contato entre o pesquisador e o pesquisado, para assim ser norteada conforme os objetivos da pesquisa. Dessa maneira, vale ressaltar que a vida íntima do sujeito pesquisado não interessa a pesquisa e sim aquilo que vem relacionado ao assunto. E junto a isso, vale relatar que existe uma distinção entre ambos, onde é evidente na entrevista como o pesquisador e o entrevistado têm-se interesses diferentes.

Para o processo de análise de dados, utilizou-se da análise de discurso proposto por Michel Foucault (1997). Sabe-se que os discursos configuram-se em rupturas que delimitam práticas discursivas a partir de um fragmento. Tem-se os enunciados que constituem a base do discurso, não na perspectiva lógica ou gramatical, mas na regularidade e na especificidade, tal função enunciativa se transforma em discurso. O discurso passa a ser definido não pelo seu sentido imediato, mas pela prática discursiva que, no seu interior, constrói o sentido (FOUCAULT, 1997). Nessa perspectiva, a técnica de discurso segundo Fischer (2001), é antes de mais nada, recusar os fundamentos unívocos, de simples interpretações, de uma forma que busque os sentidos das coisas, isto é, tanto o sentido oculto das coisas, como o sentido último, práticas que a autora relata serem comuns quando se refere a realizar um estudo de discurso. Na mesma óptica, a autora norteada pela obra de Michel Foucault, explana que é fundamental permanecer ou pelo menos tentar ficar no nível de existência das palavras, significando assim dizer, que é importante trabalhar arduamente com as questões do próprio discurso e perante a isso, aparecer na complexidade que lhe é inerente.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Adolescência e Sexualidade: O público adolescente diante da sexualidade

A princípio vale ressaltar que de acordo Schoen-Ferreira; Farias e Silveiras (2010), a adolescência atualmente não é mais vista pela sociedade apenas como uma possível preparação para

a fase adulta, tal palavra passou a alcançar forma e sentido. Nessa perspectiva, o termo adolescência tem uma definição específica vindo do latim *adolescere*, que quer dizer crescer.

Assim, a adolescência é entendida como um período biopsicossocial que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) constitui-se enquanto um processo biológico e de vivência cotidiana, onde perpassa pelo desenvolvimento cognitivo à estruturação da sua personalidade, passando assim pela pré-adolescência e a adolescência propriamente dita. Todavia, acredita-se que a adolescência inicia-se antes dos 10 anos e não termina aos exatos 19 anos, onde relatam ser um início de ordem biológica e definido por meio da maturação sexual, ao passo que seu limite final é de ordem sociológica (DAVIM; GERMANO; MENEZES; CARLOS, 2009).

Mediante a isso, o adolescente é visto como um sujeito em construção que ocupa espaço intermediário entre a fase da infância e a fase adulta, dado que na adolescência iniciam-se as mudanças no sujeito. Mudanças essas corporais, que assim requerem adaptações acerca do indivíduo para a vida adulta, começando pela puberdade até a sua inserção social enquanto sujeito biopsicossocial, no entanto, as vezes tem-se a exclusão social pela não adequação ao modelo normativo vigente. Nessa perspectiva, a puberdade se distingue da adolescência, considerando esses dois conceitos distintos. A puberdade se refere aos fenômenos fisiológicos que abarcam as mudanças hormonais e corporais do sujeito, porém a adolescência vem compreender os aspectos psicossociais do processo (SCHOEN-FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Contudo, em sua obra *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud, 1996 [1905] defende a sexualidade não enquanto um aspecto essencial da puberdade, assim, o autor destaca que é uma característica que está presente desde a infância do indivíduo. Desta maneira, é visto que essa é a direção para o objeto, que é preparado desde o princípio. Neste sentido, esse objeto falado será retomado na adolescência, seguindo de alguma maneira os vestígios marcados pelas primeiras relações da infância.

Para tanto, é fundamental que à sexualidade, segundo Foucault (1988) seja percebida como um dispositivo histórico, não como uma realidade fora do saber humano ou que só é apreendida com dificuldades, mas como uma importante esfera da superfície em que a intensificação do prazer, as possíveis formações dos conhecimentos e o próprio apoio das resistências e dos controles, como a estimulação dos corpos, se entrelaçando assim, uns aos outros, ditas como fundamentais estratégias de poder e de saber.

Portanto, o termo sexualidade não se constrói somente no biológico, mas, sobretudo no social (FOUCAULT, 1988). A partir disso, a sexualidade vem se colocar não somente no palpável,

mas no discurso que ampara esse objeto palpável e nesses ditos padrões de normalidade que são determinados pela convivência social. Nesta óptica, para os autores Schoen-Ferreira; Farias e Silveiras (2010, p.227), “a adolescência é uma época de grandes transformações, as quais repercutem não só no indivíduo, mas em sua família e comunidade”.

O público adolescente nas últimas décadas vem crescendo em ritmo avançado. Conforme o último censo de 2010 há no Brasil em média 51,3 milhões de jovens, que equivale pelo menos a um quarto da sociedade brasileira (IBGE, 2011). Tal aumento da população é alarmante, pois esse alto crescimento vem acompanhado de várias preocupações acerca da saúde sexual e reprodutiva dos indivíduos, deixando sob o risco de adquirirem Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), o aborto inseguro, gravidez precoce e até mesmo a própria infecção por HIV.

Portanto, diante dos estudos realizados no Brasil e nos demais países do mundo, é perceptível como a vida sexual dos adolescentes se inicia cada vez mais cedo, como também estão associados à precocidade do sexo desprotegido e ao grande número de parceiros/as no decorrer da vida. Sendo que, tais comportamentos e atitudes põem esses indivíduos em possíveis riscos de saúde (IBGE, 2013). É de se destacar ainda que a conclusão apresentada sugere que a educação sexual também deve ser feita na escola, e não apenas pelos pais. Junto a isso, é notório como os adultos, pais ou responsáveis pelos seus filhos adolescentes têm dificuldades em abordar temáticas relacionadas à sexualidade, ou seja, os jovens não têm o conhecimento prévio de tal tema vindo de uma fonte segura, essencialmente no que concerne a atualidade para explicar suas dúvidas e anseios (CANO; FERRIANI, 2000).

Nesse sentido, Osório (1992) afirma que a adolescência é uma fase da vida em que os processos de formação biopsicosocial se convergem e deste modo, a sexualidade se introduz nesse processo positivamente, principalmente como um elemento organizador da personalidade ou identidade do sujeito adolescente.

Desta forma, é necessário trazer o conceito de sexualidade que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a sexualidade é uma intensidade que ajuda descobrir o amor, a ternura, o contato e a intimidade. De modo que, se completa a partir da forma que nos movemos, sentimos e somos tocados, é ser-se sexual, é ser-se sensual (OMS, 1990).

Trabalhar sobre sexualidade com a população adolescente é algo minucioso, onde o trabalho deve ser voltado a temáticas que envolvam desde seu descobrimento do seu corpo (adolescente), até o ato sexual em si. Temáticas essas como a masturbação, que é considerada uma prática importante no conhecimento do corpo, porém muitas vezes inaceitáveis pelos familiares (MAROLA;

SANCHES; CARDOSO, 2011). Contudo, para Rodrigues Jr (1993) a prática da masturbação e o próprio tocar-se respectivamente são atitudes esperadas ao longo do crescimento do sujeito adolescente no que se refere à sexualidade, sendo uma fase de formação da sua própria identidade sexual, que se manifesta naturalmente.

3.2. Família e Educação Sexual: Os pais e mães frente à sexualidade dos(as) filhos(as) adolescentes

A família desde muito tempo é considerada como um grupo social, que exerce um importante papel sobre a vida dos indivíduos, onde é marcada como um grupo e encarada como uma organização complexa. Nesse sentido, a família se encontra inserida em um contexto social amplo e que mantém intensas interações sociais (BIASOLI-ALVES, 2004).

Portanto, de acordo com Drummond e Drummond Filho (1998) o grupo familiar é uma peça primordial na construção dos sujeitos, sendo fundamental na organização da personalidade e na determinação, ainda considerado também, como uma forte influência significativa no comportamento diante das ações e medidas educativas.

Para tanto, a família exerce uma conduta crucial no andamento biopsicossocial dos sujeitos, onde a partir disso apresentam algumas funções fundamentais no processo, sendo essas agrupadas em três níveis que estão profundamente relacionadas: funções biológicas, psicológicas e sociais (OSÓRIO, 1996).

No que concerne às três funções supracitadas pelos autores, a função biológica quer dizer que, é função do seio familiar garantir a sobrevivência dos sujeitos, e junto a isso fornecer cuidados necessários para os mesmos se desenvolvam adequadamente. As funções psicológicas estão ligadas a três eixos centrais, subdivididos da seguinte forma: a primeira função vem fornecer dedicação de forma afetuosa ao Recém-Nascido (RN), sendo este um fator primordial para assegurar a sobrevivência emocional do sujeito. A segunda função vem servir de alicerce para as ansiedades existenciais dos indivíduos no decorrer do seu desenvolvimento, ajudando-os na superação das crises vitais (adolescência). E a terceira função, que está ligado à criação de um espaço mais adequado que facilite a aprendizagem empírica, a qual auxilia no processo de desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. E por fim, a função social da família, a qual está intimamente ligada à transmissão da cultura aos sujeitos da sociedade (OSÓRIO, 1996).

Para tanto, é necessário salientar que falar de sexualidade com o público adolescente é um assunto que gera um leque de informações, ideias e até perturbações nos indivíduos, onde a temática engloba uma série de interrogações e expectativas ao longo dessa fase da sua vida. É a partir disso

que se destaca a importância de desenvolver a educação sexual com os adolescentes, abordando não de uma forma confusa e superficial, mas de uma forma saudável e com praticidade (CHARBONNEAU, 1979).

Portanto, a educação sexual deve ser percebida como um direito que as crianças e/ou adolescentes devem obter, para assim ter conhecimentos prévios do seu corpo e junto a isso obter uma visão positiva da sua sexualidade, de ter pensamentos críticos, de se auto entender para compreender o comportamento do outro e desta maneira manter um diálogo conciso nas suas relações. Portanto, os autores explanam que deve ser preocupação dos responsáveis, que os adolescentes obtenham uma educação sexual saudável, visto que, os hábitos e os valores sejam pautados positivamente, que condiz com os direitos humanos e própria valorização da vida (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

No tocante a isso, a família e os pais principalmente acreditam que falando sobre sexualidade com os filhos adolescentes estão induzindo os mesmos a praticar a atividade sexual em si, ou seja, os pais preferem silenciar tal assunto para não se comprometerem com um assunto que não se sentem seguros em discutir (FONSECA; GOMES; TEIXEIRA, 2010).

Nessa óptica, é importante frisar que o diálogo da família com os seus filhos adolescentes, ainda que árdua e conflituosa, deve-se ser sempre incentivado e induzido (ALMEIDA; CENTA, 2009). Visto que, é justamente nesta fase da vida que os sujeitos adolescentes aspiram suas dúvidas e necessitam receber respostas. No entanto, tais assuntos não são trabalhados no âmbito familiar como deveria.

Em relação a essa questão, de acordo com Fleury (1995), o diálogo sobre sexualidade é mais do que meramente transmitir informações, ou seja, é algo que deve perpassar as barreiras impostas, como os valores, as culturas ou idades, em prol de uma informalidade que favoreça o momento existencial dos filhos, e/ou a partir de mensagens que não sejam limitadas e muito menos permissivas. Com isso, o intuito é formular uma união mais comunicativa na qual os filhos de uma forma geral encontrem um ambiente favorável e suportes necessários para o desenvolvimento psicológico. No entanto, é verídico como muitos dos pais e mães e seus filhos não conseguem estabelecer essa situação existencial para a comunicação, especialmente quando o assunto é sexualidade. Assim, quando os pais e mães conseguem debater sobre o assunto se deparam com ocasiões singulares, ou seja, suas histórias pessoais e desta maneira, limitam-se a impor ou ceder informações superficiais.

Nessa óptica, ainda segundo Dias e Gomes (1999), é perceptível como a comunicação sobre o tema sexualidade entre os pais e mães e seus filhos é marcada por uma indecisão e insegurança que aflige ambas as partes, onde reconhecem os problemas, porém evitam enfrentá-los como deveria. Com o dilema então formado, a ambiguidade vem expor a percepção problemática diante do diálogo, ou seja, a não educação sexual pode-se levar a iniciação sexual precocemente, ou então, a falta de orientação sexual pode-se resultar em possíveis doenças, como também a ausência de uma educação sexual pode levar os/as adolescentes à situações vulneráveis inclusive de violência e discriminação. Devido a estas dificuldades, os pais acabam não lidando com a função que lhes caberiam diante da sexualidade dos filhos. Desta forma, como explanado anteriormente, outras pessoas e/ou instituições ocupam esse lugar, quando não preenchido pelos pais. Assim, a escola vem se configurando como um importante espaço neste processo de educação sexual, se tornando um importante coadjuvante, justamente pelo fato de ser um local de socialização de crianças e adolescentes.

Para tanto, vale ressaltar que a sexualidade no contexto brasileiro ainda é considerada um tabu, saturado de princípios morais e preconceituosos, onde os sujeitos de todas as faixas etárias se sentem precisamente bloqueados em externar suas dúvidas e expectativas em relação à temática. Provavelmente, as maiores dificuldades exteriorizadas pelas famílias para encarar a sexualidade, está intimamente ligada ao fato da sociedade relacionar tal assunto a algo obscuro, proibido, como um ato errôneo e pecaminoso. No entanto, faz-se necessário considerar que a educação sexual deve construir novos horizontes e conhecimentos desprovidos de ideias errôneas que alie a sexualidade a algo pecaminoso ou à impureza (MOIZÉS; BUENO, 2010).

Junto a isso, é visto ultimamente a necessidade do envolvimento da família e da escola acerca da educação sexual do público adolescente, pois ambas proporcionam reflexões e esclarecimentos adequados para que os adolescentes usufruam a sua sexualidade de forma saudável e conscientemente. Entretanto, é evidente como existem desafios acerca da educação sexual, que é propriamente ajudar os adolescentes a expor suas dúvidas a respeito de tais assuntos e junto a isso esclarecer saudavelmente, para que assim se livrem dos preconceitos e desenvolvam atitudes e/ou comportamentos sadios e favoráveis relacionados à sexualidade (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Segundo Alencar; Silva; Silva e Diniz (2008), apesar de haver um consenso entre os especialistas sobre a necessidade de se articular as questões relacionadas à sexualidade, na realidade os pais e mães e os educadores infelizmente ainda retratam dificuldades para debater o assunto com

os jovens. Ademais, nas instituições escolares notam-se os chamados assuntos “transversais”, isto é, a educação sexual não é trabalhada de uma maneira que integre os distintos saberes dos sujeitos e desta forma a interdisciplinaridade não é contemplada. Logo, é notório acreditar que dentro do âmbito escolar fica a mercê do professor de biologia reunir condições para atender as demandas dos adolescentes com indagações sobre o tema sexualidade.

Sabe-se que a escola segundo Bock, Furtado e Teixeira (2002), se configurou enquanto uma importante instituição social devido a mediação que a mesma realiza entre o indivíduo e a sociedade, para as autoras a humanização deve acontecer no ambiente escolar, quando o sujeito aprende a cultura, os papéis sociais e os valores morais, com isso a criança vai criando autonomia e se identificando com determinado grupo social.

Constantino (2014), complementa colocando a escola como uma ferramenta significativa na socialização, mas destaca que nela também se presentificam as relações permeadas pelo poder que atingem corpos, sexualidades, identidades, que atingem os sujeitos que ali se fazem presentes. Assim como Abramowicz e Moruzzi (2010), que destaca que a sexualidade ultrapassa a barreira ilusória que são os muros da escola e está ali, presente no cotidiano escolar, manifestando-se como uma vontade de saber. Mas os estabelecimentos de ensino operam com técnicas disciplinares que exercem um controle sobre os comportamentos, a partir de uma heteronorma que é tida por meio dos jogos de poder como a verdade a qual o indivíduo deve se apegar e seguir. Desse modo, as identidades que não seguem os ditos padrões são estigmatizadas e punidas.

Em relação ao contexto da educação institucional, Pinto (1997) afirma que, para educar a população adolescente é essencial desde que haja a subjetivação do conhecimento, isto é, as pesquisas tenham abertura para falar que tem que haver transformações do conhecimento em casos individuais, a vinculação entre o assunto colocado em pauta e a vida diária do adolescente. Portanto, os procedimentos realizados pelos profissionais as intervenções, tanto da área da saúde como da educação, devem levar em evidência o âmbito familiar e social, onde os adolescentes estão intimamente inseridos enquanto sujeitos, para compreender as crenças e os valores que atravessam suas vivências.

Contudo, vale ressaltar conforme Takiuti (1997), que o público adolescente precisa conversar abertamente, se expressar, ouvir, dialogar e junto a isso expor suas possíveis dúvidas, críticas e ideias num contexto marcado por entendimento, afeto e respeito. Com isso, como explanado anteriormente que a adolescência é uma fase repleta de muitas dúvidas, é notório como essas devem ser ouvidas, trabalhadas e elucidadas com parcialidade e liberdade e sem que haja

preconceitos. Pelo contrário, pode produzir angústias, ansiedades e frustrações, favorecendo, desta maneira, para que o público adolescente se transfigure um dos grupos mais vulneráveis atualmente.

Para Cano e Ferriani (2000) é perceptível como a caminhada sobre esse assunto é longa e ainda tem muito a percorrer, são muitos mitos e tabus ainda a derrubar, assim, faz-se necessário pensarmos da seguinte forma, todo adolescente tem o direito de ser educado ou orientado corretamente acerca da sua sexualidade, começando pelo seu próprio lar, se expandindo pela escola e/ou por todas as instituições que façam parte da vida do sujeito adolescente, dando ênfase nas instituições do âmbito da saúde. Esse suporte é fundamental para que o sujeito seja apto a resolver questões, como usar anticoncepcionais ou não, praticar aborto ou não dentre outras questões envolvidas, sem contrair sentimentos de culpa e/ou sem desestruturar sua integridade mental e física.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que em meio a esses procedimentos de educação sexual, e apesar ainda dos problemas e limites existentes para se abordar sobre o tema da sexualidade, comumente são as mães que se empenham para realizar esse ato. Ao contrário, os pais e mães apresentam ter pouca ou quase nenhuma habilidade para dialogar com os filhos, muitas vezes pelo fato de não estarem presentes no cotidiano dos filhos, ou de fato por não serem disponíveis para negociações familiares (BRANDÃO, 2004).

Por esse ângulo, de acordo com Ribeiro (2009), cotidianamente torna-se necessário que a instituição escolar compreenda a fundamental relevância do assunto e os pais junto a isso (em casa), possam trabalhar esse tema, conversando abertamente, fortalecendo o serviço da escola onde seu filho adolescente estuda. Deste modo, o autor vem relatar que os pais e mães e a escola trabalhando juntamente é uma ferramenta resistente e importante para uma educação sexual saudável, para desta forma, ter resultados satisfatórios no processo de desenvolvimento dos sujeitos. O autor relata que quando o tema é trabalhado melhora múltiplos aspectos da vida dos/as adolescente como, passa a refletir sobre seus conceitos, preconceitos e valores, aumenta sua autoestima, as informações pautadas são importantes para seu desenvolvimento sexual, integra o sujeito nas suas relações sociais, auxilia na aceitação do outro e nas suas diferenças e por fim, contribui para que seu filho se desenvolva naturalmente, para ser um indivíduo mais consciente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A princípio, os resultados e discussões deste estudo são apresentados em dois momentos. No primeiro momento, buscou-se caracterizar os perfis dos entrevistados (as), no segundo momento, articulam-se as respostas dos sujeitos fazendo discussões com os teóricos.

Nessa perspectiva, os perfis dos sujeitos são duas mães e dois pais, com faixas etárias entre 39 e 48 anos de idade e com escolaridade e ocupações diferentes. Bem como, Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e com nível socioeconômico de classe média. É válido ressaltar, que o roteiro de entrevista foi organizado em seis perguntas.

A partir das entrevistas cedidas pelos sujeitos, percebeu-se que como na perspectiva de Moizés e Bueno (2010), é fundamental que os pais ou responsáveis pelos filhos, conheçam e compreendam que a educação sexual não se restringe apenas a exploração de conceitos e a meros exemplos sobre o sexo ou desejos sexuais em si. Sendo também necessário se falar em assuntos referentes à sexualidade, as relações afetivas e intimidades.

Diante disso, os indivíduos colocaram-se sobre a educação sexual:

[...] a orientação passada para os jovens, orientações essas que serviram para a sua formação enquanto sujeitos, sendo que essa orientação não se resume apenas ao ato sexual, onde o assunto tem que envolver tudo, inclusive as instituições escolares para nos ajudar a suprir as dúvidas dos nossos filhos (Sujeito I, E.M.P.M).

Anami e Figueiró (2009) afirmam ser possível que os pais saibam lidar com algumas circunstâncias ou dúvidas dos jovens, sem propor, ou impor padrões. Entretanto, se os pais e mães forem ajudados a refletirem sobre como foi seu processo de concepção acerca da visão da sexualidade, do sexo e do corpo e, conseguindo reconstituir uma conduta positiva e autêntica diante destas questões, conseguiriam ser mais autônomos no desempenho deste papel. Desta maneira, a escola se torna uma benéfica coadjuvante nesse processo, auxiliando os pais no processo de educação dos filhos.

Percebo a educação sexual como um procedimento que visa esclarecer informações beneficentemente aos jovens e aos adolescentes de maneira correta, pois é uma temática que não vem a se restringir apenas ao sexo e sim algo que perpassa essa tese (Sujeito II, A.P.B.O.).

Portanto, segundo Cano e Ferriani (2000) é fundamental que se busque conhecimentos a respeito da sexualidade, para que essa temática seja debatida de maneira mais eficiente, para manter um diálogo aberto com os adolescentes e entender as manifestações sexuais características da idade.

Com isso, segundo Nunes (2000) a educação sexual se introduz em um campo de estudo que costuma permanecer na incompreensão, na improvisação, no preconceito e comumente no descaso, que se refere ao tema em questão. Ou seja, geralmente os pais e mães consideram que não

é correto conversar com os filhos sobre sexualidade, por ser um assunto complicado e delicado, repassando essa responsabilidade para as instituições escolares, com o intuito de procrastinar cada vez mais o diálogo aberto sobre o assunto.

Ao priorizarem as dificuldades e desafios encontrados no processo de educação sexual dos seus filhos afirmam:

Acho um assunto muito difícil de trabalhar, me sinto tímida e acanhada em conversar abertamente com meus filhos sobre esses assuntos, isso se torna um grande desafio para mim, queria muito poder educar sexualmente com o pouco que sei, mas quando consigo a juventude de hoje não aceita os nossos conselhos enquanto pais. [...] (Sujeito II, A.P.B.O.).

Nesse sentido, Cano e Ferriani (2000), afirmam que os pais e as mães têm resistências em dialogar acerca de assuntos referentes à sexualidade. Isto é, os pais e mães dizem que essas questões se tornam um amplo desafio na educação sexual dos filhos, não apenas por timidez e incômodo, mas propriamente por medo do que essa conversa autêntica e aberta possa instruir aos filhos adolescentes, que de certa forma estão aptos a iniciar suas vidas sexuais.

Creio que, o principal desafio que é justamente a conversar abertamente com os filhos, precisamente pelo fato de ser um tema complicado e restrito para falar livremente. Fico bastante constrangido em dialogar com meus dois filhos sobre como educá-los sexualmente. Ainda mais que hoje em dia, já é tão difícil porque a internet e a mídia já têm as informações precisas (Sujeito IV, M.A.B.O).

No entanto, Luz e Berni (2000), vêm discutir que os tabus impostos sobre o tema sexualidade, se contemplam mais essencialmente no contexto familiar do adolescente do sexo feminino, do que do sexo masculino, visto que, os pais e mães aspiram a serem mais inflexíveis e ásperos com as meninas. Portanto, as discrepâncias de gênero dão condições para que os sujeitos assumam condutas distintas. Entretanto, vale ressaltar que os indivíduos entrevistados explanaram o que diferencia a educação sexual em relação aos papéis de gênero, como se pode observar no discurso do Sujeito de pesquisa III, P.T.S.:

Lógico que é uma educação diferente, pois na minha visão sexo masculino sempre foi mais livre. O feminino sempre foi mais reservado, dando atenção maior a essa população, pois são mais vulneráveis e delicadas. Apesar de hoje ser encarado com mais maturidade esses assuntos.

No tocante a isso, Louro (1997) relata que as concepções dos papéis de gênero ainda são divergentes, não somente entre as sociedades, mas no que está inerente de uma dada sociedade, considerando os diversos grupos existentes (religiosos, raciais, étnicos e de classe) que a constituem. Assim, é marcado dizer que os homens são diferentes das mulheres, onde essa informação se constitui a priori, como uma declaração irrefutável, onde há muito a se pensar acerca disso.

É uma educação totalmente diferente, porém particularmente falando o sexo feminino deve ter um foco a mais, pois é um público mais vulnerável e restrito [...]. (Sujeito III, A.P.B.O).

Para tanto, é necessário explicar que o gênero não denota o mesmo que sexo, sendo que o sexo diz respeito anatomia de um sujeito e, gênero está relacionado à sua formação ou constituição social enquanto sujeito masculino e feminino. No entanto, cabe ressaltar os sujeitos que borram as fronteiras e transitam, demonstram a complexidade desta diferenciação entre gênero e sexo.

Desta forma, é importante pensar que os seres humanos se tornam homens e mulheres, meninas e meninos, diante das normas discursivas e culturais. Portanto, não é mais válido apenas se focar nas mulheres como instrumento de estudo, mas sim focalizar nos processos de formação de masculinidade e de feminilidade, ou melhor, nos sujeitos femininos e masculinos (LOURO, 1997).

[...] creio que a educação sexual dos públicos se torna diferentes, pelo fato que o sexo masculino é mais aberto a conversas, por ser uma população mais flexível. De outra forma, creio que a população feminina é mais sensível, por ser uma população que deve ter mais foco (Sujeito IV, M.A.B.O).

Nessa óptica, Santos e Bruns (2000) discutem que apesar da sociedade estar em um processo de transição, nos quais os padrões sexuais encontram-se ainda revistos e reavaliados, é visto que as meninas e os meninos são educados de forma diferenciada. Precisamente, é viável notar a liberdade para os meninos e a restrição para as meninas.

Entretanto, de acordo com Costa (1986), é importante frisar que os pais e mães que não adquiriram educação sexual ao longo de suas vidas, ou que tiveram uma educação imensamente autoritária e repressiva, são precisamente pais que entram em divergências com seus filhos, por terem pensamentos distintos e que discordam das suas ideias. Assim, é evidente o ambiente que se é proporcionado, digno de um espaço sobrecarregado tanto para os filhos, como para os pais. Deste modo, é fundamental que os pais e mães reconheçam que nem sempre seus pensamentos, suas crenças e seus valores relacionados à sexualidade vão de encontro às necessidades dos filhos. E a partir disso, pode acontecer dos adolescentes receberem essas informações de maneira errônea e negativa, por meio de um paradigma educacional repressivo, autoritário e indiferente por parte dos pais e das mães.

Neste panorama, ao serem indagados se obtiveram educação sexual ao longo de suas vidas, o sujeito I de pesquisa (E.M.P.M.) afirma:

Não, pois na minha época (não que eu seja velha, 'risos') existia um tabu enorme entre pais e filhos, esses assuntos eram encobertos e nunca trabalhado. Naquele tempo os nossos pais eram mais rigorosos e autoritários. Pode ser por isso que tenho dificuldade em falar sobre isso com meus filhos hoje.

Tendo em vista o que foi discutido, para Bié; Diógenes e Moura (2006) a insuficiência de conhecimento dos pais é um aspecto relevante para a insegurança ou para o desconhecimento de comportamentos saudáveis para abordar com os filhos sobre essa temática. Deste modo, faz-se necessário frisar que a vergonha, os padrões culturais e o preconceito resultam em dificuldades no diálogo e os pais e mães diante desses fatores condensam seus ensinamentos em meros recados de forma indireta, impossibilitando, assim, o entendimento pelos filhos.

Não, porque antigamente os pais sempre escondiam dos filhos o assunto em questão, ou seja, não chegavam até nós filhos para falar abertamente sobre essa temática, e corajoso algum filho que perguntasse sobre isso. Acho que isso foi um grande atraso para nós e por conta desses fatos não expostos antigamente, sinto-me acanhada em falar com meus filhos hoje em dia (Sujeito II, A.P.B.O.).

Percebe-se que, diante dos discursos é evidente salientar como a carência da educação sexual que os pais não obtiveram ao longo do seu desenvolvimento impede positivamente no diálogo que deveria acontecer para com os seus filhos. Pois essas informações seriam uma via de acesso aos filhos, que iriam expressar abertamente seus anseios, angústias, dúvidas, medos e desejos. Portanto, a conversa aberta implica vínculos de confiança mútua, ofertando aos filhos adolescentes superações de tabus, incompreensões, frustrações ocasionais e reações negativas Trindade e Bruns (1999).

Não, meus pais eram muito recatados, não compartilhavam os conhecimentos que sabiam com a gente, preferiam deixar a gente crescer inocente (Sujeito III, A.P.B.O.).

Para tanto, segundo Jesus (1999) a família é consagrada uma constituição social primordial para que seus integrantes em desenvolvimento e crescimento se disciplinem e se qualifiquem, especificamente no que se refere à sexualidade. Os pais têm-se mostrados despreparados para trabalhar a educação sexual com os membros familiares (filhos), no que se concerne às questões sexuais. Os pais foram educados num contexto de repressão, não compartilhando os conhecimentos no que diz respeito às manifestações sexuais. Seus pais optavam por não mencionar ou debater o assunto e, no ambiente escolar os próprios professores se limitavam falar do tema.

Não, pois os meus pais não falavam disso com nós filhos de nenhuma forma. Se quiséssemos saber do assunto, procurássemos outro meio para aprender (Sujeito IV, M.A.B.O.).

Contudo, conforme Fonseca; Gomes e Teixeira (2010), afirmam que atualmente os jovens estão expostos a diversas situações de risco, por ser um público vulnerável. Assim, se torna necessário à busca por novos conhecimentos, ou seja, é precisamente procurando novas formas de agir, questionar e determinar que será possível colaborar beneficentemente para que os adolescentes obtenham novas possibilidades de se transformarem cidadãos sociais e capazes de se desenvolver saudavelmente, usufruindo seus prazeres de forma consciente e responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu conhecer a percepção dos pais acerca da educação sexual dos seus filhos (as) adolescentes, bem como os desafios que os pais e mães se deparam mediante a educação sexual dos mesmos. A pesquisa teve como intuito discutir o papel dos pais acerca desse assunto e identificar as consequências que podem ocasionar perante a ausência desse público no que se concerne à educação sexual. Desta maneira, vale salientar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, assim é válido frisar, que quando o assunto é sexualidade, transfigura-se como uma temática que envolve muitos mitos e tabus, prejudicando as novas aquisições dos conhecimentos dos adolescentes. Portanto, a pesquisa torna-se relevante para que os pais trabalhem esse tema com os filhos, com uma atenção mais cuidadosa e, acima de tudo, afetiva para com os filhos.

A partir dos resultados apresentados e das discussões propostas, fica claro a necessidade do diálogo aberto e construtivo entre pais e filhos no ambiente familiar, no que se refere às questões relacionadas à sexualidade. Entretanto, é importante que os pais e mães trabalhem o tema de forma benéfica, compartilhando, aprendendo e investindo conhecimentos fundamentais sobre o assunto com os filhos(as) adolescentes, vislumbrando a quebra de mitos e tabus, para que aconteça uma educação sexual de maneira saudável e exitosa. Diante das discussões, são evidentes as dificuldades e as resistências que os pais e as mães têm para falar sobre sexualidade, até mesmo no que se refere à diferença da educação sexual em relação ao gênero, seguindo padrões culturais “machistas”. A partir disso, discutem ser difícil educar os filhos com um assunto tão minucioso, sentindo-se incapazes de não saber lidar com as demandas que podem ocasionar. Portanto, a insuficiência de conhecimento se torna um aspecto fundamental para o desconhecimento de comportamentos sadios ou para a insegurança de como abordar esse tema, pois o preconceito e a vergonha resultam em prejuízos no diálogo aberto com os filhos (as).

Diante do que foi analisado conclui-se que, questões relacionadas à sexualidade ainda continuam sendo um tema polêmico na sociedade contemporânea, onde resiste a interpretações e olhares diferentes a seu respeito. No tocante a isso, a pesquisa nos leva a possibilidade de reflexão acerca do tema, da sua importância para o meio social, acadêmica e pessoal, pois a educação sexual deve ser trabalhada formalmente, de maneira cuidadosa e construtiva para não causar prejuízos aos filhos(as), focalizando crenças, mitos e tabus, não restringindo somente os filhos adolescentes, mas, sobretudo, aos próprios pais, visto que, os valores e condutas desse público desempenha uma forte influência no comportamento de seus filhos. Ressalta-se a importância da educação sexual para um desenvolvimento mais saudável para os jovens, sendo trabalhada de forma conjunta com outras

instituições, entre elas a escola. Visto que, seja iniciada em casa com a família e complementada na escola. Suprindo as dificuldades e o despreparo, na maioria das vezes dos pais e mães em relação ao tema, além de auxiliar os jovens nesse processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andreia Braga. *O plural da infância*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

ALENCAR, Rúbia de Aguiar; SILVA, Lucía; SILVA, Fábio Arlindo; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. *Ciência & Educação*. v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n1/11.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2016.

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de; CENTA, Maria de Lourdes. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. *Acta Paul Enferm*. v. 22, n. 1, p. 71-76, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n1/a12v22n1.pdf>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

ANAMI, Letícia Figueiró; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Interação Família-Escola Na Educação Sexual: Reflexões A Partir De Um Incidente In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP - Univille*, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016. p. 332.

BIASOLI-ALVES, Zelia Maria Mendes. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In: ALTHOFF, C. Rinald.; ELSÉN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane Goncalves (Orgs.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-livro, 2004.

BIÉ, Ana Paula Alexandre; DIÓGENES, Maria Albertina Rocha; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira Planejamento familiar: o que os adolescentes sabem sobre este assunto? *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 19 (3), p. 125-130. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40819302>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria Lourdes Trassi. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Ed. Saraiva: 2002.

BRANDÃO, Eliane Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza. *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. *Estatuto da criança e do adolescente* [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; GOMES, Romeu. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev. latinoam. enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. *Educação sexual: seus fundamentos e seus processos*. São Paulo: Epu, 1979.

CONSTANTINO, Clarice Klann. Homoafetividade Também Frequenta a Escola, Mas Por Favor Não Assuma a Sua Homossexualidade. *Anais... Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - Reunião Científica Regional da ANPED SUL*. Florianópolis, out., 2014.

COSTA, Moacir. *Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento*. 3. ed. Porto Alegre: L&Pm, 1986.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa; GERMANO, Raimunda Medeiros; MENEZES, Rejane Millions Viana; CARLOS, Djailson José Delgado. Adolescente/ adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. *Rev. Rene. Fortaleza*. v. 10, n. 2, p. 131-140, abr./jun.2009. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol10n2_pdf/a15v10n2.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2015.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William Barbosa. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estudos de Psicologia*. 4(1), p. 79-106. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

DRUMMOND, Marina Canal Caetano; DRUMMOND FILHO, Helio Caetano. *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola. 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*. n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 1º set. 2016.

FLEURY, D. Gravidez na adolescência: difícil enfrentar essa barra. *Revista Crescer*. 18, p. 18-22. 1995.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos (as) de enfermagem. *Esc. Anna Nery* [online]. v.14. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n2/16.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015. p. 334.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. In: _____. *Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-195. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

GIL, Antônio Carlos (1946). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, ano 29, vol. 5, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>>. Acesso em: 16 set. 2016. p. 252-257.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 256 p.

JESUS, Maria Cristina Pinto de. O significado da educação sexual na relação pais/adolescentes. *Revista Bras. Enferm.* Brasília, v. 52, n. 3, p. 455-468, jul./set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v52n3/v52n3a15.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

LUZ, Anna Maria Hecker; BERNI, Neiva Iolanda de Oliveira. Feminino e Masculino: repercussões na saúde dos adolescentes In: RAMOS, Flávia Regina Souza; MONTICELLI, Marisa; NITSCHKE, Rosane Gonçalves (org.). *Projeto Acolher: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro*. Brasília: Aben/ Governo Federal, 2000. p. 37-45.

MAROLA, Caroline Andreia Garrido; SANCHES, Carolina Silva Munhoz; CARDOSO, Lucila Moraes. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psic. da Ed.* São Paulo, 33, p. 95-118, 2º sem. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n33/n33a06.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista Escola em Enfermagem*. v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010.

NUNES, César. *A Educação Sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade par além da transversalidade*. São Paulo: Autores Associados, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDAL DE SAÚDE. *Prevención de la transmisión sexual del Virus dela Immnodeficiencia Humana*. Serie OMS sobre el SIDA, v. 6, n. 1, 1990.

OSÓRIO, Luiz Carlos. *Adolescente hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OSÓRIO, Luiz Carlos. *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar In: AQUINO, Julio Roberto Groppa. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.

RIBEIRO, Marcos. *Conversando com seu filho sobre sexo*. São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2009.

RODRIGUES JR, Oswaldo Martins. Os conflitos sexuais na adolescência. In RIBEIRO, M. *Educação sexual: novas ideias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. *A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica*. São Paulo: Editora Omega, 2000.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Abr./Jun. 2010. v. 26 n. 2, p. 227-234. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

TAKIUTI, Albertina Duarte. A saúde da mulher adolescente. In: MADEIRA, Felicia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

TRINDADE, Erika; BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Adolescentes e paternidade: um estudo fenomenológico*. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

Recebido em: 26 de fev. 2017.

Aceito em: 22 de abr. 2017.



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

ENTRE CARREIRAS, PANELAS E BEBÊS: patroas e empregadas e o espaço privado do lar

Marusa Bocafoli Silva¹
Rodrigo Anido Lira²

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a ausência da divisão igualitária das tarefas domésticas entre os casais cria impedimentos para que as mulheres conciliem carreira e família, fazendo com que a contratação do serviço da empregada doméstica, surja, em muitos casos, como alternativa para que elas continuem trabalhando fora do lar. Para a realização desse estudo, utilizamos dados de entrevistas realizadas com 30 patroas na cidade de Campos dos Goytacazes (Estado do Rio de Janeiro), onde foi possível verificar o dilema vivenciado por essas mulheres, que por naturalizarem as tarefas domésticas, não vislumbram a possibilidade de dividi-las igualmente com seus parceiros e para continuar se dedicando a suas carreiras optam por contratar empregadas domésticas, mantendo uma relação de trabalho, peculiar e desigual entre duas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Carreira. Divisão Sexual do Trabalho.

BETWEEN CAREERS, PANS AND INFANTS: mistresses and employed and private space lar

ABSTRACT

This study aims to analyze how the absence of the equal division of household tasks between couples creates impediments for women to reconcile career and family, making the hiring of maid service, arises in many cases as an alternative so that they continue to work outside the home. To perform this study, we used data from interviews conducted with 30 mistresses in the city of Campos dos Goytacazes (State of Rio de Janeiro), where it was possible to verify the dilemma experienced by these women, which naturalize housework, does not foresee the possibility to divide them equally with their partners and to continue dedicating their careers choose to hire maids, maintaining a working relationship, quirky and uneven between two women.

KEYWORDS: Gender. Race. Sexual Division of Labor.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professora de Sociologia na Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes RJ. Intregante do Atelier de Estudos de Gênero – ATEGEN. E-mail: marusasilva@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes. E-mail: rodrigoanidolira@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico, que se desenvolve dentro do lar e engloba tarefas como limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar das crianças e/ou idosos ainda é realizado, em sua maioria, pelas mulheres. Elas são "levadas" a acreditar que esse é seu dever "natural", assim, mesmo se dedicando às tarefas fora do lar precisam encontrar tempo e disposição para o trabalho doméstico. O mundo moderno marcou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas não as desvinculou do espaço doméstico. Esse fato foi responsável por fazer da modernidade palco de crescentes reivindicações pela igualdade de gênero.

É fato que as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho e nos bancos das universidades. Estão assumindo cargos de chefia e profissões que antes eram primordialmente masculinas. Elas saíram do lar mas a responsabilidade com ele ainda é delas. Essas mulheres se veem divididas entre o cuidado com a casa/família e a dedicação à carreira. Mesmo inseridas no mercado de trabalho e tendo com a mesma carga horária dos homens são delas, quase sempre, a responsabilidade de manter a casa e os filhos bem cuidados. Os parceiros, apesar de pesquisas mostrarem uma maior participação dos homens nessas tarefas³, ainda não compactuam, na totalidade, com a ideia de que esse tipo de trabalho é importante para a família e, desta forma, deveria ser dividido igualmente. Assim, aquelas que pertencem a uma classe mais privilegiada, encontram na contratação da empregada doméstica, uma maneira de conciliar os cuidados com a casa e com a carreira.

É sob essa perspectiva que esse artigo versa. Analisar de que maneira a ausência da divisão igualitária das tarefas domésticas entre os casais cria impedimentos para que as mulheres conciliem carreira e família, fazendo com que a contratação do serviço da empregada doméstica, surja, em muitos casos, como alternativa para que elas continuem trabalhando fora do lar. Para a realização desse estudo utilizamos dados de entrevistas realizadas com 30 patroas na cidade de Campos dos Goytacazes (Brasil), que é o maior município do interior do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os dados do IBGE⁴ (2010) Campos dos Goytacazes possui uma população de aproximadamente 463.731 habitantes e conta com 303.065 eleitores. O município é conhecido como a capital nacional do petróleo, pois a Bacia de Campos é responsável por cerca de 75% da

³ Pesquisa divulgada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) intitulada: "Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014" em 2016 sobre a participação de homens e mulheres nas tarefas domésticas no Brasil.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

V. 6, n. 2. p. 250-262, mai./jul. 2017.

produção nacional de petróleo⁵. A pesquisa foi realizada durante os anos de 2012 e 2013 e foi possível verificar o dilema vivenciado pelas mulheres, que por naturalizarem as tarefas domésticas não vislumbram a possibilidade de dividi-las igualmente com seus parceiros e para continuar se dedicando a carreira optam por contratar empregadas domésticas, mantendo assim uma relação de trabalho, peculiar e desigual entre duas mulheres.

II. NATURALIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO

O espaço doméstico e tudo o que diz respeito a ele foi a muito constituído como espaço feminino. Todo o discurso propagado por intelectuais e cientistas durante os séculos XVIII e XIX tinha como objetivo domesticar as mulheres. O espaço público estava relacionado aos homens e as mulheres deviam se ater ao seu papel de esposa e mãe. A cidadania feminina foi tema de debates acirrados durante a Revolução Francesa, a pergunta frequente era se as mulheres deveriam ou não ser consideradas cidadãs. O status de cidadania pressupõe participação nos assuntos de interesse público e alguns viam isso com horror, já que as mulheres deveriam se responsabilizar apenas em formar os homens cidadãos e não se envolver em discussões e debates políticos (SILVA, 2013, p. 13).

Instituições sociais como a Igreja e o Estado corroboraram a política de encerramento da mulher dentro do lar, quando passaram a interferir na educação voltada para civilidade bem como a preservação de valores religiosos, tal como a família. A política higienista da medicina que reforçava a importância da maternagem para salvaguardar a saúde física e de caráter dos futuros cidadãos, colocou toda a responsabilidade pelo cuidado e criação das crianças nas mãos das mães. E como nos mostrou Donzelot (1986, p. 25):

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX.

A importância dada a participação das mulheres no desenvolvimento das crianças sublinhou a necessidade dela se fazer presente no lar. Por meio de discursos que gozavam de status intelectual e científico criou-se e naturalizou-se a ideia de que o bem-estar da família dependia da mulher. Essa

⁵ Dados disponíveis em: www.anp.gov.br - acessado em 21/07/2015.

crença é tão verdadeiramente enraizada nas sociedades e no inconsciente coletivo que mulheres se deparam com a angústia de vivenciar o seguinte dilema: dedicação à família ou à carreira?

Michelle Perrot (2005, p. 255) ao analisar os discursos dos operários franceses no século XIX destaca o esforço da classe operária (aqui lida no masculino) para conscientizar as mulheres de que elas não deveriam trabalhar nas fábricas e que o seu lugar era dentro de casa cuidando da família. Lançava-se mão de inúmeros argumentos para tal convencimento, desde a relação da mulher operária com a mulher cortesã, afinal ao sair de casa a mulher ficava mal vista, passando pela pretensa preocupação com sua saúde, pois era submetida ao ambiente inóspito das fábricas. Explicações biologizantes afirmavam que a mulher era um ser frágil por natureza e com a rotina pesada do trabalho fabril seu corpo enfraquecia e adoecia, não podendo assim gerar cidadãos fortes e saudáveis para a França.

Tentativas com as mencionadas acima foram utilizadas durante muito tempo para negar à mulher o espaço público. Resgatando os ensinamentos de Pateman (1992) diferente do que tentam mostrar os teóricos do liberalismo, o contrato que funda a “igualdade” foi estabelecido entre os homens. As mulheres ficaram marginalizadas, sujeitas a dominação exercida pelos homens. Assim, de acordo com a autora (PATEMAN, 1996, p. 16-17):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem, e a sujeição da mulher derivam do contrato original [...] A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios.

Todos esses esforços serviram ao propósito de retirar as mulheres do espaço público. Encerrando-as no lar e responsabilizando-as por todo o trabalho de reprodução, com isso, os homens assumiram as rédeas dos campos político e econômico. Esse longo tempo de domesticação feminina custou às mulheres sua independência. Relacionada ao lar e a vida familiar a sua entrada no mercado de trabalho foi dificultada pelo sentimento de "obrigação" com a família, de acordo com Perrot (2005, p. 255) há uma crença social de que carreira não é algo para mulher, em suas palavras:

Fazer carreira é, de qualquer maneira, uma noção pouco feminina; para uma mulher, a ambição, sinal incongruente de virilidade, parece deslocada. Ela implica, em todo caso, em uma certa renúncia, sobretudo do casamento.

O peso da tradição e da cultura se faz presente nos dias atuais. Mulheres que construíram carreiras e ao mesmo tempo estabeleceram família se veem diante de um dilema que as angustiam, como fazer para representar os dois papéis sociais? (GOFFMAN, 1975, p. 11). É nesse contexto que percebemos que a contratação de outra mulher para "assumir" as responsabilidades com o lar e com as crianças ganha conotação de grande relevância para a conciliação dos papéis.

Foi possível perceber em nossa pesquisa de campo a dependência que essas mulheres com carreiras e famílias criam com as suas empregadas. Sendo a contratação desse tipo de trabalho, em grande parte dos casos analisados, a possibilidade para que tais mulheres continuem desempenhando suas funções de profissional, de esposa e mãe.

III. MULHERES E O TRABALHO DOMÉSTICO

O que significa simbolicamente ter uma empregada doméstica? A primeira vista pode parecer uma questão de status apenas. Porém, para além disso, a figura da empregada doméstica, pode funcionar como um amenizador de crises. Como nos diz Preuss (1996, p. 55), na medida em que as mulheres se revezam neste tipo de tarefa o homem fica cada vez menos comprometido com os afazeres domésticos mantendo-se assim, a tradicional divisão sexual do trabalho e o concomitante domínio masculino no espaço público. O que para a autora torna-se “uma complementação, paradoxalmente acompanhada, no plano simbólico, de uma cisão no universo feminino - entre patroas e empregadas -, que contribui para diminuir o poder de barganha das mulheres no espaço social”.

Assim, o tempo despendido com as tarefas domésticas deixa de ser utilizado visando o aprimoramento profissional e, a dedicação total a carreira se torna problemática para aquelas que desempenham também o papel de esposa e mãe. Cria-se assim, além de impedimentos, fatores desmotivadores como por exemplo, os salários menores oferecidos às mulheres.

Nos relatos analisados durante a pesquisa de campo foi possível observar a dependência que essas mulheres têm da empregada doméstica. A figura da doméstica, cuidando da casa, das crianças e da comida apareceu intimamente ligada a dedicação das patroas às tarefas fora de casa. A fala de Marcela⁶, casada e mãe de dois filhos se mostra ilustrativa neste caso:

⁶ Os nomes das entrevistadas utilizados nesse artigo são fictícios.
V. 6, n. 2. p. 250-262, mai./jul. 2017.

Na minha realidade hoje eu teria que parar de trabalhar. Eu tenho um filho que estuda de 7:30 da manhã às 11:45 e uma que entra 12:30 até às 17:00. Se não tivesse condições hoje de pagar uma empregada eu teria que fazer esse serviço e não poderia mais trabalhar. Eu teria que abrir mão pra cuidar da casa, da roupa ou uma diarista, mas, mesmo assim não daria.

No entendimento de Marcela seria impossível ter a vida que ela tem hoje caso não pudesse contar com os serviços de outra mulher. Em momento algum na sua fala percebe-se ou cogita-se a divisão das tarefas domésticas com o marido. Nesta relação todo o trabalho de limpar e cuidar da casa e das crianças é de responsabilidade das duas mulheres. Esta "dependência" torna ainda mais peculiar esta relação, onde se entrelaçam questões profissionais e afetivas, onde se misturam valores e onde o jogo de poder se dá avançando em alguns momentos e recuando em outros. A patroa depende daquela mão de obra para conseguir se dedicar à carreira ou à outras atividades sociais, mas, há sempre a preocupação de não perder o posto de dona da casa, a decisão final para os assuntos domésticos precisa passar por ela.

Essas mulheres que repartem o ambiente doméstico e que têm sua privacidade comprometida, especialmente pela arquitetura das moradias modernas, observam-se em seus hábitos de higiene, de se comportar e de se vestir (PREUSS, 1996, p. 55-56). E tem a proximidade e a afetividade como dificultadores e ao mesmo tempo facilitadores nesta relação. Limitar as ações das empregadas dando um caráter mais profissional para a relação, apareceu na fala das patroas entrevistadas como a grande dificuldade desse tipo de trabalho. Elisa, que conta com os serviços de duas empregadas, diz que:

[...] penso que é uma profissão muito delicada, que diferentemente de outras ela lida com o espaço mais preservado que tem que é a nossa casa. Daí a grande dificuldade que é ter um relacionamento mais trabalhista, mais exato, porque envolve afetividade. Parte difícil é essa. Acho que é uma relação complicada por isso. Porque é dentro do seu espaço, lida com a sua privacidade, às vezes lida com os seus segredos, com seus bens, sabe tudo da sua vida.

A relação de trabalho que se estabelece entre essas duas mulheres torna-se peculiar e desigual. Se estabelece uma hierarquia de classe, já que são mulheres que pertencem a uma realidade social oposta. Além disso, a delimitação dessa relação como estritamente profissional aparece como problemática. Sabrina, também casada e com dois filhos pequenos, fala de como se sente dependente de sua empregada:

Seria muito difícil. Eu ia tá frustrada. Se eu não pudesse pagar, se eu não conseguisse ninguém pra trabalhar aqui (...) porque minha vida tá andando hoje graças a ela

(empregada), porque se ela faltar, se ela ficar doente, senão tiver ela como eu vou fazer para trabalhar?

Débora, que também é casada, compartilha o sentimento de dependência que Sabrina nutre pela empregada doméstica e diz: "não sei o que faria. Sentiria muita falta. A gente precisa muito. Já fiquei um tempo sem empregada e nem lavava o banheiro. Não dava". Corroborando o que foi dito acima, Marina, também patroa, casada e com um filho pequeno diz que: "Não tenho noção. Eu acho que eu ia ficar muito perdida, como fico nos dias que ela tá de férias, então é meio enlouquecedor". Das três patroas citadas apenas Débora não trabalha fora. Entretanto, nenhuma delas mencionam, como solução para uma hipotética situação de não poderem mais contar com a empregada, a divisão das tarefas com o marido. Marina defende que ele (marido) não precisa dividir já que paga uma empregada para fazer. Em suas palavras:

(...) eu acho que eles (maridos) trabalham tanto também e não é o perfil do homem ter que fazer esse tipo de situação. O meu aqui em casa não faz e não me ajuda. Tem certas horas que por causa da criança você tem que pedir um apoio, mas, eu acho que se já tem a empregada e que eu posso ajudar, fazer meu papel de mulher da casa, eu vou criar uma situação por conta disso?

A fala de Marina é simbólica para o entendimento dessa "naturalização" do trabalho doméstico como sendo trabalho feminino. Ao lançar mão do argumento "fazer meu papel de mulher da casa" fica explícito como a desigualdade de gênero que se estabelece dentro do espaço doméstico é legitimada. Como nos ensina Bourdieu (2001, p. 32) a dominação simbólica se faz sem que o dominado perceba que a está vivenciando e ele mesmo a reproduz. Ademais, essas tarefas são compreendidas como expressão de afeto e moeda de troca das emoções familiares (SILBAUGH, 2012, p. 123).

Assim como Marina essa opinião é compartilhada por outras patroas, observemos o relato de Selma quando perguntada se achava que os homens deveriam participar mais das tarefas domésticas,

Pra começar eu acho que é responsabilidade da esposa. Eu sou daquela antiga, que, aliás, todo mundo mexendo na mesma panela, o doce desanda, então pra o negócio dar certo, um tem que ser responsável, a ajuda é bem vinda de qualquer lugar, então a organização, quem administra, tem que ser a mulher. (...) Então eu acho que esse negócio de, ah, o pessoal tudo hoje moderninho. Minha filha assim "ah, porque eu, se eu lavar o banheiro, ele tem que lavar o outro", pronto, acabou. É. E não é, porque ela não vê isso aqui, ela não aprendeu assim, é porque os jovens são assim, né, acha que casamento é um contrato, todo mundo tem que participar, eu concordo, mas cada um tem a sua obrigação, se amanhã a esposa tiver sem dinheiro, quem tem que correr atrás pra criar os filhos e a família é o marido, aí isso vai continuar assim pro resto da vida.

Você vai ajudar, a gente trabalha pra ajudar, mas a obrigação é do marido. E da casa, a esposa. Ninguém pode mudar isso.

Os relatos acima demonstram que todos os afazeres domésticos, ainda hoje, são vistos como obrigação da mulher. Os homens são poupados dessas tarefas sob a justificativa que estão fora do lar cuidando do sustento da família. Nas famílias onde o serviço doméstico passa a ser realizado pela empregada doméstica, percebe-se a ausência quase total do envolvimento dos homens com esse tipo de trabalho. Nesses casos a justificativa para ser poupado está na contratação de uma outra mulher para realizar essas tarefas. Como afirma uma de nossas entrevistadas, " Tem certas horas que por causa da criança você tem que pedir um apoio, mas, eu acho que se já tem a empregada e que eu posso ajudar, fazer meu papel de mulher da casa, eu vou criar uma situação por conta disso?".

A referência feita ao matrimônio como um contrato ajuda-nos a compreender que o trabalho doméstico, nesse íterim, é a contraprestação dada pela mulher ao marido (SILBAUGH, 2012, p. 128). O que explica o não envolvimento de grande parte dos homens com as tarefas domésticas, promovendo assim, uma rotina extenuante para aquelas que são casadas, mães e profissionais.

Essa realidade não é compartilhada apenas pelas mulheres que estão na posição de patroas. As empregadas domésticas também são vítimas da dupla jornada de trabalho. O trabalho doméstico remunerado é maneira que essas mulheres têm de alcançar independência financeira. Como é sabido a rotina do trabalho doméstico remunerado é exaustiva e ao chegar em casa elas se deparam com outra etapa do seu dia, cuidar de suas casas e de seus filhos. Já que elas não contam, na maioria das vezes, como a participação dos maridos e companheiros na realização dessas tarefas. Muitas, precisam terceirizar esses cuidados, dando-os as outras mulheres, seja por meio de pagamento ou lançando mão de relações familiares, como no caso em que suas mães ou sogras ficam com seus filhos e cuidam de suas casas.

Essas percepções da realidade deixam claro como está enraizado no imaginário social a relação entre o espaço privado e o feminino. Sem perceber de forma clara, essas mulheres, que fizeram parte dessa amostra, reproduzem as relações assimétricas de gênero. Ao contratar outra mulher para fazer o trabalho doméstico isentam os maridos e companheiros de sua responsabilidade com as tarefas domésticas.

Maria Lúcia, professora aposentada, conta-nos que sempre teve empregada doméstica, casada e mãe de quatro filhos ela afirma que não se imaginaria sem ter com quem dividir as tarefas da casa:

Se não tivesse empregada? Eu não daria conta! Abriria mão de alguma coisa porque eu não daria conta com quatro filhos de fazer todo o serviço doméstico(...) A situação na época era ruim, era apertada, mas o da empregada era certo. Porque realmente eu não teria chegado onde cheguei ou não teria estudado como estudei, não teria trabalhado em dois lugares. Eu não daria conta!

Assim como Maria Lúcia, Vanessa que é funcionária pública e também casada e com filhos reconhece que só consegue se dedicar à carreira porque conta com o apoio e o trabalho de uma empregada doméstica: “Provavelmente não daria para conciliar. Se a minha renda não fosse suficiente para eu ter uma empregada certamente teria que largar o emprego. Eu ia sair do mercado de trabalho como muitas mães fazem”.

Estes relatos mostram que a dependência que as patroas demonstram ter em relação às suas empregadas está relacionada, quase sempre, a conciliação das funções domésticas e profissionais. Diante desse cenário, essas mulheres utilizam estratégias para conseguir se realizar como profissional e/ou alcançar alguma independência financeira. A estratégia é a contratação de outras mulheres para “ocupar” o lugar que “naturalmente” pertence a elas. O fato é que essa estratégia se transforma em dependência porque na impossibilidade de manutenção da empregada doméstica, as patroas não vislumbram possibilidade de dedicar-se às suas carreiras. Isto acontece porque na sociedade em que vivemos a divisão sexual de trabalho ainda não se dá de forma igualitária. As mulheres que deixam o lar para se inserir no mercado de trabalho, estão “contaminadas” pela crença de que a casa e os filhos são problemas delas e de que os homens “naturalmente” não servem para este tipo de trabalho. Ao naturalizar este tipo de conduta, não abrindo mão da empregada doméstica, temos como resultado a legitimação da ideia de que o lar é o lugar natural da mulher. Esta permanência é responsável pela desigualdade entre homens e mulheres, demarcando assim, o espaço privado como sendo o espaço e o lugar de confinamento da mulher.

Além disso, a ausência da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres colabora para a perpetuação de uma relação trabalhista que ainda é marcada por desvalorização social. Mesmo estando diante de uma outra realidade histórica, onde a Lei que regulamenta o trabalho doméstico passou a vigorar, será necessário tempo para afirmarmos se esse tipo de função alcançou visibilidade social. Os conflitos e as aproximações que esse tipo de função desencadeia é um terreno fértil para a consolidação de suas representações sobre esse tipo de trabalho. Essa relação, muitas vezes compreendida como amigável, vive oscilações entre tensões e aproximações dentro de uma relação assimétrica e vivenciada no cotidiano. Dessa forma, essa relação se mantém ambígua já que

aproxima mulheres, mas, demarca significativamente as diferenças, além do mais, serve para legitimar valores sexistas sobre o trabalho da mulher.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contratação de mulheres para fazer o serviço doméstico possibilita que aquelas pertencentes as classes média e alta, também possam se inserir no mercado de trabalho. Muitas vezes, foi percebida a total relação entre entrar e se manter no mercado de trabalho e contar com os serviços da empregada doméstica. Entretanto, mesmo exercendo a função de "possibilitar" a autonomia tanto para empregadas e patroas, guardadas as devidas proporções, este tipo de trabalho funciona como legitimador de pressupostos sexistas, além de servir, como amenizador de crises, já que a sua existência permite que os homens se envolvam cada vez menos com a vida doméstica.

As patroas que participaram da pesquisa, relataram os problemas que teriam caso não pudessem contar com a empregada doméstica. As entrevistadas são na maioria mulheres que trabalham fora do lar, que possuem uma carreira. Elas afirmaram a dificuldade que seria se tivessem que conciliar trabalho, casa, marido e filhos. Caso não fosse possível contar com a empregada teriam que gastar mais com creches e escolas de tempo integral, pedir ajuda a parentes como mãe e sogra ou deixar o trabalho e/ou trabalhar por meio período. Esta última "saída" foi mencionada pela maioria das entrevistadas.

Detectou-se com isso, que nenhuma delas, em momento algum, aludiu a divisão das tarefas com o marido. Ao contrário, elas se assumem como as responsáveis pelos cuidados da casa e pela educação dos filhos. Utilizam justificativas sexistas como o fato do homem não ter "jeito" para esse tipo de serviço, ou, porque já concordam em pagar uma empregada, o que os deixa livre das ocupações domésticas. Nesse sentido o trabalho doméstico remunerado, ou seja, a presença da empregada doméstica estimula e legitima a desigualdade entre homens e mulheres. Deixando as últimas sobrecarregadas enquanto os primeiros têm tempo suficiente para se dedicar à carreira e as atividades de seu interesse. Além disso, ao contratar uma empregada doméstica, reforça-se a ideia de que o lar e tudo que diz respeito a ele é de responsabilidade exclusivamente feminina. Mesmo que as pesquisas mostrem uma maior participação dos homens nas tarefas domésticas, essa não foi uma realidade encontrada na nossa amostra. Os poucos que participavam, se limitavam a ir ao supermercado e/ou levar e buscar as crianças na escola.

Esse tipo de trabalho é marcado por uma herança escravagista e pela precariedade, por ser receptáculo de mulheres negras e pardas e de pouca instrução. De acordo com o IBGE, 61,9% das trabalhadoras domésticas no Brasil são negras.⁷ O perfil das empregadas domésticas que fizeram parte dessa pesquisa corrobora o perfil nacional. Das trinta mulheres entrevistada 76% se declarou como negra e/ou parda. Além de 53,3% possuir o Ensino Fundamental incompleto. Ademais, como discutimos nesse artigo, esse tipo de trabalho serve de fator legitimador para a desigualdade de gênero, já que as mulheres só vislumbram a dedicação à carreira se puderem dividir suas "obrigações domésticas" com outra mulher.

Contudo, o trabalho doméstico remunerado tem passado por importantes transformações. Após um longo tempo de discussão e reivindicações ele foi alçado à categoria de trabalho formal. Os direitos foram sendo conquistados de maneira lenta e gradual. Grande parte por reivindicações de movimentos sociais e pessoas sensíveis à causa. Em 2013 foi promulgada a proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das Domésticas e só 2015 a regulamentação da lei foi sancionada. Essa regulamentação estabelece 7 novos benefícios para o trabalhador doméstico além daqueles que entraram em vigor em 2013.⁸

O fim do trabalho doméstico remunerado nos moldes do século XX é um ganho para o país que se torna mais próspero e para as mulheres que passam ocupar funções e cargos que exigem mais instrução, desenvolvendo atividades mais produtivas. O Brasil está dando os primeiros passos para essa transformação, passos esses que já foram dados a mais tempo por países como o Reino Unido que teve essa mudança ainda no século XIX quando sua economia era a maior do mundo e quando vivia uma fase de grandes investimentos em infraestrutura e tecnologia. O aumento da escolaridade das meninas britânicas foi diminuindo o número de moças pobres disponíveis para o trabalho doméstico. Depois que a Primeira Guerra Mundial levou cerca de dois milhões de mulheres para o trabalho nas fábricas inglesas, elas não retornaram ao trabalho doméstico.

Todos esses acontecimentos sinalizam para um novo caminho, uma nova configuração das relações de trabalho entre patrões e empregadas domésticas. A maior profissionalização que vem acompanhada da valorização destas trabalhadoras indica que uma mudança irá ocorrer no interior

⁷ Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br.

⁸ Foi aprovada no dia 26/03/2013 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 03/04/2013 a Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2012. Conhecida como PEC das Domésticas, a proposta de lei iguala os direitos dos trabalhadores domésticos aos de outras profissões. Os direitos garantidos em 2013 foram: jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Pagamento de hora-extra. Salário nunca inferior ao mínimo. Direito ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, seguro contra acidente de trabalho só foram regulamentados em 02/06/2015.

da família, existe a demanda por uma mudança cultural. A empregada doméstica vai se tornar mais cara, as famílias que desejam continuar contando com esse tipo de serviço vão precisar pagar mais e melhor por ele. Além disso, todas essas transformações exigem que o comportamento entre o casal também se transforme. A participação dos homens, em igualdade, nas tarefas domésticas será cada vez mais exigida.

O que se espera com isso é que haja uma maior igualdade entre os sexos. Homens e mulheres responsáveis por tarefas que garantem à sua sobrevivência. Homens e mulheres que tenham possibilidades, oportunidades e valorização iguais no mercado de trabalho. Por outro lado, trabalhadores domésticos reconhecidos e valorizados, contando com direitos dados a todos os outros trabalhadores. No entanto, há de se pensar que por se configurar em um trabalho que acontece no interior da família, na residência dos patrões, dificulta a fiscalização e é nessa peculiaridade que as desigualdades e as injustiças podem persistir. Espera-se que para além da ampliação dos direitos, esses se façam cumprir e que sirvam para transformar o posicionamento e o pensamento dos patrões para com o trabalho e os trabalhadores domésticos, bem como, sobre as relações de gênero.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 10ª ed., 2011.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição, 1986.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo, EDUSC, 2005.
- PREUSS, Mirian. Raja. Patroas e Empregadas Domésticas: Relação de Proximidade e Oposição. *Coletâneas das ANPEPP*, 1996, pg.55.
- SILBAUGH, Katharine. Convirtiendo el trabajo em amor: el trabajo doméstico y el derecho. In.: GHERARDI, Natalia (org.). *Justicia, género y trabajo*. Buenos Aires – Argentina, Libreria Ediciones, 2012.
- SILVA, Marinete dos Santos. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã? As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In.: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda (orgs.). *Vozes Femininas do Império e da República: Caminhos e Identidades*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2009.

SILVA, Marusa, B. *Patroas e Empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada*, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

Recebido em: 24 de jan. 2017

Aceito em: 08 de mai. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

MULHER NOVA, BONITA E CARINHOSA: uma análise de conteúdo da revista Ludovica

Kelly Cristiny Martins Evangelista¹
Tadeu João Ribeiro Baptista²

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o conceito de beleza feminina presente na revista goiana Ludovica por meio das fotografias da revista e da coluna de beleza. Pensar a relação entre corpo feminino e gênero na atualidade é relevante, visto que o corpo é um lugar de intervenções, disciplinas, cuidados e também violências. A metodologia escolhida para a temática foi a análise de conteúdo de cinco edições do ano de 2016. Os dados mostraram que a revista apresenta um arquétipo corporal de mulher branca, jovem, magra e com poder aquisitivo razoável, atualizando e repetindo padrões explorados pela indústria cultural. A revista envolve uma série de artifícios para conformar o conceito de corpo e de beleza, trabalha na conformação de identidade e define condições de visibilidade ao utilizar intensa exposição do corpo e envolver intensa circulação de mercadorias.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo e Gênero. Mulher. Beleza. Consumo.

YOUNG WOMAN, BEAUTIFUL AND LOVING: a content analysis of magazine Ludovica

ABSTRACT

The present work seeks to understand the concept of feminine beauty present in the magazine Ludovica regional through the photographs of the magazine and the beauty column. Thinking about the relationship between the female body and gender is relevant today, since the body is a place for interventions, disciplines, care and also violence. The methodology chosen for the subject was the content analysis of five editions of the year 2016. The data showed that the magazine presents a body archetype of a young, lean, and reasonably purchasing white woman, updating and repeating patterns explored by the cultural industry. The magazine involves a series of artifices to conform the concept of body and beauty, works on the conformation of identity and defines

¹ Graduada pela Universidade Estadual de Goiás (2012); especialista em docência do ensino superior (2014). *E-mail:* kellycristiny89@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da UFG, *E-mail:* tadeujrbaptista@yahoo.com.br

conditions of visibility, using an intense exposure of the body, involving an intense circulation of goods.

KEYWORDS: Body and Gender. Women. Beauty. Consumption.

INTRODUÇÃO

Existem diversos estudos que apontam o interesse em descobrir as profundidades do corpo: a afinidade com o corpo faz parte da constituição e da existência humanas, apresenta-se na sociedade e na cultura. A preocupação com o objeto marca uma necessidade científica de aprofundar os estudos regionais e emerge da necessidade de promover rupturas no âmbito cultural em relação aos estereótipos sobre o corpo feminino de ampla visibilidade na contemporaneidade.

A sociedade capitalista utiliza da mídia, representada por televisão, rádio, redes de comunicação, jornais e revistas, para construir modos de viver: esse conjunto que dissemina ideologias e cria consciências coletivas foi nomeado por Adorno e Horkheimer (1998) como Indústria Cultural.

A indústria cultural produz imensa quantidade de publicidade sobre as mulheres. Revistas destinadas especificamente a esse público projetam conceitos de feminilidade, beleza e aparência física, marcando as condições de visibilidade das mesmas e disseminando conceitos de corpo que prevalecem na cultura.

Existem alguns estudos sobre a perspectiva de gênero na exposição da figura feminina: Miranda Ribeiro e Moore (2003), Mota-Ribeiro (2003), Swain, (2001), Novaes e Vilhena (2003), Matos e Lopes (2008) perceberam algumas relações entre as revistas consideradas “femininas” e a construção de discursos nos quais os corpos de mulheres tornam-se extremamente visuais ao reforçar conceitos de beleza, magreza, sedução, além da ampla disseminação de produtos.

O trabalho trata-se de uma análise de conteúdo com o objetivo de compreender o conceito de beleza feminina que surge na revista goiana Ludovica por meio das fotografias da revista e da coluna de beleza. Bardin (2011) aponta que a metodologia permite compreender os dados além de suas aparências iniciais, possibilita a superação de incertezas e a generalização de uma percepção mais esclarecida dos elementos considerados na pesquisa.

Foram analisadas cinco revistas do ano de 2016, a ordem de observação consistiu em perceber e descrever inicialmente apenas as capas avaliando os elementos em destaque para em seguida estabelecer uma comparação sobre o olhar da revista acerca da mulher; e avaliar se as capas representam, já na entrada, a visão de feminilidade proposta no conjunto. As fotografias de *V. 6, n. 2. p. 263-282, mai./jul. 2017.*

mulheres foram contadas nas categorias brancas; de corpo inteiro; com corpo exposto e erotizado; corpo magro e jovem para serem relacionadas com elementos das matérias sobre beleza e saúde presentes na revista.

A revista Ludovica tem como propósito conquistar o público feminino, editada em Goiânia com circulação nas cidades de Brasília, Palmas, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua tiragem mensal é de vinte cinco mil unidades. Os temas reunidos nos exemplares são beleza, fitness e comportamento, decoração, moda, saúde e carreira. A primeira edição foi disponibilizada em março de 2015 e atualmente está na décima sexta impressão. A proposta é atender o público feminino, especialmente as mulheres goianas e traz celebridades nacionais nas capas e entrevistas. A análise considera a tiragem mensal e a publicidade realizada em rádios locais, na televisão e no jornal ao qual se vincula e apresenta possibilidade de maior exploração e reflexão.

1 DAS CAPAS DAS REVISTAS: AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES SÃO AS QUE FICAM?

As capas da Revista Ludovica contêm roupagem específica, fotos em tons cinza, letras verdes em destaque e brancas para subtemas, as reportagens são apresentadas em um espaço pequeno e discreto e as fotos são de mulheres com expressão de serenidade, aparente enigma a ser desvendado: o sorriso aberto não é exposto em nenhuma capa observada.

A organização de apresentação de revistas femininas diferencia-se para adolescentes e jovens, que segundo Miranda-Ribeiro e Moore (2003) exploram muitas cores, preferem atores famosos nas capas e investem em muitas informações; Matos e Lopes (2003) apontam uma pulverização de reportagens e curiosidades nas revistas juvenis. As capas da revista Ludovica apontam a imagem feminina como protagonista.

Há um questionamento feito por Soulages (2010 p.13): “uma foto é um vestígio. Mas um vestígio de quê?”. A aparência de entrada deixa revelar que se trata de revista para mulheres adultas: os cinco exemplares analisados do ano 2016 apresentam quatro mulheres jovens, sendo que uma delas exibe um bebê, acompanhada de contracapa também representada por uma jovem mulher; os assuntos em destaque contemplam as seguintes temáticas: amor, viagem, casa, maternidade, beleza, cirurgia plástica, violência contra a mulher, gênero, tendências da moda, noivas, amigos virtuais, trabalho, estilo no trabalho, dicas de maquiagem, sexualidade, esportes, experiências de mulheres maduras, roupas, saúde e decoração.

O padrão de beleza feminino conforme Novaes e Vilhena (2005) está relacionado ao tempo e ao esforço dedicados aos tratamentos que incidem no corpo, os quais envolvem especialmente magreza e juventude; nos aspectos comportamentais a beleza feminina deve ter recato, doçura, fragilidade e submissão. Conforme Louro (2001), o corpo aceito socialmente deve ser branco, magro, heterossexual e cristão.

As capas oferecem expectativas e são elaboradas de acordo com um modo específico de perceber a mulher na sociedade. Esse modo “natural” remete aos comportamentos, aparências e expectativas: socialmente, as meninas são ensinadas a se comportarem de maneira gentil, dócil, discreta e obediente, como se naturalmente essas relações estivessem ligadas ou partissem do sexo biológico. As mulheres aprendem a se vestir, comportar e experimentar a vida socialmente, contudo, existe a tentativa de naturalização, ou seja, como se toda a realidade partisse de elementos biológicos da natureza e não fosse construída na sociedade e cultura. Nesse sentido, a beleza e seus atributos parecem ter uma relação indissociável com a figura da mulher.

Historicamente, a partir do século XIX, os corpos começaram a ser vistos a partir de suas diferenças. Weeks (2001) coloca que nesse período o corpo passa a ser analisado por sua apresentação anatômica, dividido entre masculino e feminino. Essa forma de perceber o corpo é ponto de partida para tratar as relações de gênero, as quais não podem ser analisadas isoladamente: elas são construções históricas influenciadas pela cultura. Weeks (2001) considera o gênero não como uma categoria analítica, mas como um conceito que expressa as relações de poder.

Muitos dos comportamentos estão ligados a formas de dominação do corpo do outro. Conforme Piscitelli (2001), as diversas correntes do movimento feminista concordam que historicamente as mulheres ocuparam lugares políticos de subordinação em relação aos espaços masculinos; a sujeição do corpo feminino, apesar de ter localização diferenciada em períodos históricos, parece ocorrer de modo repetitivo e ter o gênero como marcador de diferenças.

É possível captar elementos de modernidade nas fotos da revista, tanto nas cores quanto nas escolhas das modelos e seus ornamentos. Seria possível captar através das imagens nas capas as centralidades e as marginalidades do corpo feminino, tal como o conceito de beleza proposto pela revista e suas expectativas para as leitoras goianas? Segundo Soulages (2010), a fotografia publicitária tem como função marcar a realidade, faz uma tentativa de evidenciar que o que foi fotografado é verdadeiro e por esse motivo possível de ser comercializado.

1.1 O padrão de beleza feminino

Swain (2001) ao analisar as capas das revistas Nova e Marie Claire percebeu que elas apresentaram bastante interesse em contornos do corpo, aspectos da sedução, incentivo às cirurgias no abdômen e enfatizaram luta contra o envelhecimento e busca constante pela beleza. A autora considerou que os aspectos corporais apareceram como centrais nas fotografias de mulheres, além da naturalidade de alguns comportamentos considerados femininos como cuidado, casamento heterossexual e preocupação com estética.

Goelner (1999) apresenta que há muitos anos existe construção para os aspectos corporais da mulher, o corpo magro se aproxima do belo, enquanto o gordo precisa ser combatido. Para a autora, a beleza retratada está ancorada em padrões estéticos clássicos, que reuniu dimensões corporais proporcionais e harmoniosas com a espetacularização do erotismo na sociedade capitalista.

Além do corpo perfeito, para ser bela, é necessário ter qualidades capazes de seduzir e chamar para si o olhar do outro. Ser bela é ser atraente e sensual. E também feminina: graciosa, virtuosa, submissa ao ponto de não ameaçar os conceitos tradicionalmente demarcados para cada sexo (GOELNER, 1999, p. 49).

A autora aponta que o cinema e as revistas são fortes marcadores para a disseminação dos conceitos de beleza. Junto a isso, existe a demarcação da possibilidade de ascensão e felicidade: com a beleza é possível ser aceita e valorizada pela coletividade.

As cinco capas da revista Ludovica expõem mulheres que partilham destas características físicas: juventude, fama, magreza, cabelos longos e pele branca. Novaes e Vilhena (2003) ressaltam que os discursos das instituições científicas, tecnológicas, publicitárias e estéticas constroem um corpo ideal e essa concepção penetra na vida simbólica e subjetiva das pessoas.

A fotografia publicitária: todos sabem que é feita para nos iludir. Quem ainda pode acreditar que ela nos diz a verdade? Ninguém deveria acreditar; e, no entanto, todo mundo acredita nela: todo mundo cai na história... do cartaz publicitário. A fotografia publicitária não prova nada, a não ser que a publicidade permite que a mercadoria seja comprada e com frequência consumida. Mas então, por que essa complacência com a ilusão? (SOULAGES, 2010, p. 26).

Bosi (1989) diz que existe um consenso na psicologia em relação ao modo como as informações são recebidas pelas pessoas, alguns apontam que mais de oitenta por cento do conteúdo geral perpassa por estímulos visuais, por fotografias e imagens.

O olho, fronteira móvel e aberta entre o mundo externo e o sujeito, tanto recebe estímulos luminosos (logo pode ver ainda que involuntariamente) quando se move a procura de alguma coisa, que o sujeito irá distinguir, conhecer ou reconhecer, recortado contínuo de imagens, medir, definir, caracterizar, interpretar, em suma, pensar (BOSI, 1989, p. 66).

Para o autor, o olhar racional clássico estabeleceu padrões de perceber o objeto, esse olhar é analítico e matemático, avaliador. Olhar que recai sobre as formas mais subjetivas e cria movimentos de insatisfação e vigilância para as mulheres, transformando as circunstâncias de lidar com a corporalidade.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), há uma união entre revistas, cinema e rádio, poderíamos acrescentar a *internet* para colocar tudo em aspecto de semelhança, assim parece que os contornos, cores e experiências do corpo devem ser iguais para todas as mulheres. A indústria cultural dissemina uma falsa sensação de normalidade que leva a uma identidade própria do período histórico.

As fotografias vistas nas cinco capas da revista Ludovica deixam a impressão de que a beleza é branca, magra, com cabelos longos, tem rosto afinado, aspecto saudável, que de acordo com Goelner (1999) se aproxima de um padrão clássico de mulher com formas equilibradas além de alinhadas com a modernidade, que exige sensualidade. Assim, as mulheres deveriam deixar-se perceber sem se oferecer em exagero.

2 A EVIDÊNCIA DO CORPO NA REVISTA LUDOVICA

A revista Ludovica tem grande quantidade de fotografias; a partir das considerações acerca das capas, recurso inicial, ocorreu uma categorização de elementos presentes e ausentes visíveis em imagens. A tabela 1 expõe algumas informações sobre o conteúdo fotográfico da revista com ênfase na visibilidade do corpo da mulher.

Tabela 1- Quantidade e percentual de fotografias de mulheres presentes em cinco revistas Ludovica de 2016.

Ludovica	Revista 1		Revista 2		Revista 3		Revista 4		Revista 5	
Fotografias de Mulheres	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pele branca	70	97,3	106	95,5	164	95,4	117	92,9	132	97,1
Corpo inteiro	12	16,6	51	45,9	75	43,6	36	28,5	44	32,3
Corpo exposto	22	30	15	13,5	37	21,5	21	28,5	17	12,5
Corpo magro	70	97,3	111	100	163	94,8	126	100	131	94,7
Jovem	70	97,3	105	94,6	169	98,3	123	98,7	131	96,4
Total	72		111		172		126		136	

A tabela 1 apresenta os números de fotografias das mulheres, totalizando 617 unidades, divididas entre 500 páginas em cinco edições. As fotos são dispostas nas colunas e é possível diferenciar fotos de: propagandas de roupas, produtos corporais, alimentos, modelos em desfiles, publicidade de joias, venda de produtos estéticos, tendências da moda, ensaios temáticos, divulgação de métodos cirúrgicos estéticos, mulheres em festas e em eventos promovidos pela revista.

A evidência do corpo é uma marca presente na análise dos dados, sendo que a revista 2 apresenta 45,9% de fotos de mulheres com o corpo inteiro enfatizado: as fotografias expõem o corpo inteiro, algumas ocupam todo o espaço da página; as cinco revistas trazem uma parte com fotos de corpo inteiro em maior tamanho, contudo, outras diversas estão distribuídas em toda a revista. O corpo em primeiro plano de acordo com Miranda Ribeiro e Moore (2003) pode tentar passar a concepção de determinada identidade, nesse sentido, existe uma intencionalidade de captar olhares e de criar afinidades.

As fotos em primeiro plano geralmente estão relacionadas com a venda de ornamentos para o corpo, sempre acompanhada por descritores como na edição de maio “vestido Sants Madre, casquete Cida flores e acessórios Tâmara Brosmann” (LUDOVICA, 2016, p.1), ou como na edição de janeiro “Desde a temporada de verão passada, é um sucesso de aceitação e vem com tudo nesse verão também. Para aquelas que querem ser notadas, mas, acima de tudo, admiradas” (LUDOVICA, 2016, p. 37). Assim, de forma “elegante”, a revista introduz alguns conceitos de beleza empregando o corpo como vitrine.

A revista 1 soma 30% em fotos com o corpo exposto; as fotos colocadas nessa categoria foram selecionadas a partir da maior ou menor erotização corporal, marcações de sedução. Segundo Mota-Ribeiro (2003), uma das representações do corpo feminino relaciona-se a forma erótica, os indicadores são diversos, vistos pelas poses, bem como nas transformações de imagens. “Também é visível a sugestão/insinuação da disponibilidade sexual e da objetivação do corpo enquanto artefato de desejo sexual” (MOTA-RIBEIRO, 2003, p. 11). A redução das vestimentas, suas conformações e até a ausência de roupas podem transmitir essa intenção.

A imagem exposta do corpo disponível aparece em todas as revistas elencadas, é perceptível nas roupas, expressão e quantidade de luz na fotografia, fragmentos de corpo como abdome, ombros, decotes são explorados, em algumas imagens as mulheres aparecem cortadas na altura dos

ombros deixando sublimado que o corpo pode estar descoberto, isso é complementado pela expressão do olhar das modelos.

Assim, de forma individual, os símbolos midiáticos podem ser vistos e apresentarem seus corpos sem de fato evidenciarem qualquer produção. Birman (2013) chama atenção para um elemento, a publicidade, que toma um lugar especial e absoluto. Essa representação pode levar a diversos reflexos: no caso das revistas, pode buscar uma identidade para a mulher goiana, excluindo características da realidade, colocando como critério um modo de vida de difícil acesso para a maioria das mulheres goianas e leitoras da revista. Os corpos expostos tecem expectativas para as mulheres, forjando um modelo imperativo, estético e comportamental visível de se revelar publicamente.

O autor coloca que como resultado desses processos temos uma sociedade moderna que está cada vez mais individualista e estabelecendo relações frágeis: a aparência corporal desejável determinará as possibilidades de convivência e aceitação social. Esse processo envolve ritos e subjetividades que são idealizadas nas imagens disponíveis ao olhar irrefreável. Birman (2013) salienta que a categoria sedução está intrinsecamente relacionada à obtenção de sucesso, condição para a circulação social, que também perpassa por teatralização e encenação.

O que se configura, portanto, por meio da cultura do narcisismo é uma radicalização do paradigma do individualismo moderno, pela qual as pressuposições deste são cada vez mais exacerbadas. Assim sendo os imperativos coletivos tendem à fragilização e até mesmo à dissolução, rompendo então os laços sociais (BIRMAN, 2013, p. 54).

As reflexões sobre essa situação de extrema individualização refletem na perda de estruturas nas quais o sujeito poderia se apoiar, pois o referencial de laço social é importante na composição das relações humanas. Com a ruptura dos conceitos de coletividade, a ideia de esperança, futuro e história também é abalada, anuncia Birman (2013).

Com relação à imagem, Birman (2013) considera-a elementar para a concepção de corpo, visto que um paradigma só pode existir a partir de uma correspondência imagética. A confluência desse pensamento leva a sociedade a uma condição de teatralização e espetacularização que perará na condição de perpétua encenação.

3 O CORPO MAGRO

Outro número que chama atenção é o percentual mínimo de fotografias de mulheres gordas na revista: quando apareceu em maior número alcançou 5,3%, totalizando cinco fotos na revista 5; em contrapartida as revistas 2 e 4 não apresentaram nenhuma evidência de mulheres gordas: dentre 617 fotografias, 601 eram de mulheres magras.

Em diversos momentos, foi possível notar chamados para um corpo magro nas reportagens, como, por exemplo, nas publicidades das cirurgias plásticas: “a nova moda dos famosos para afinar o rosto” (LUDOVICA, 2016, p.5). Essa reportagem compôs a revista de janeiro e ofereceu solução para volume exagerado nas bochechas, a cirurgia denominada bichectomia.

Nome um tanto confuso, mas para entender melhor é a retirada do Corpo Adiposo Bucal chamado de bola de bichat que é uma estrutura gordurosa presente na face, na região da bochecha. Essa gordura pode alterar o formato do Rosto, deixando-o arredondado estima-se que a cirurgia para ressaltar as maçãs do rosto pode afinar o rosto em até 70% na espessura, o resultado esperado com a retirada é um rosto mais fino e elegante (LUDOVICA, 2016, p. 5).

Em outra reportagem da coluna saúde temos a chamada “foco na dieta”, na qual a revista busca levantar informações sobre formas de emagrecer que envolvam alimentação, exercícios físicos, mudanças de hábitos, não ingestão de bebida alcoólica; para finalizar, apontam a dica considerada fundamental “... E a dica de ouro: não siga padrões de beleza. Busque o corpo que deixa você feliz e, principalmente, traga saúde!” (IZAC, 2016, p. 55). Após vinte “passos” para emagrecer, salienta-se que o mais importante é ter saúde, realizando uma ligação entre corpo saudável e corpo magro, pois, se emagrecer possibilita saúde, a felicidade sugerida será conquistada por meio do controle da aparência corporal.

“As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha” (ADORNO, HORKEIMER, 1985, p. 116). Para ter um corpo magro são oferecidas diversas opções: cirurgias plásticas, procedimentos estéticos, cremes para reduzir medidas e dietas que são entregues em casa diariamente. O mais importante é que o produto seja vendido, a única saída possível diante das alternativas é adquirir o corpo magro.

Os produtos da Indústria Cultural podem ter a certeza de que mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica, que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (ADORNO, HORKEIMER, 1985, p. 119).

Baptista (2013) diz que quando é preciso decidir entre um ou outro não podemos falar de liberdade, apenas opção, o que descaracteriza a liberdade; essa ideia está na aparência, “representa uma desumanização em níveis avançados de desenvolvimento com perda significativa de autonomia por parte do homem, haja vista que ele se perde como ser genérico” (BAPTISTA, 2013, p. 185). A *V. 6, n. 2. p. 263-282, mai./jul. 2017.*

mulher que se envolve com a vontade de emagrecer e segue os passos da revista não terá qualquer autonomia ou liberdade, no máximo, poderá escolher alguns dentre os vinte passos sugeridos pela revista ou buscará sucessivamente outros meios que são disponibilizados em diversos sites, revistas e programas.

Conforme Baptista (2013), a disseminação do corpo magro é controlada pela ciência e está relacionada com a busca incessante pelo belo.

A ideia de belo nesta sociedade é uma ideia extremamente questionável, visto como a noção do belo se se perde na forma do particular, com um caráter ilusório de universalidade, embora a noção de beleza posta na realidade seja feita para atender às exigências da produção e do consumo definidos pelo capitalismo, (BAPTISTA, 2013, p. 219).

A relação entre fotografias de mulheres e as reportagens demonstra incongruência, tomando como ponto de partida a quantidade de imagens que referenciam o corpo magro, colocando o esse referencial de beleza e a imposição que o corpo magro é o mais aceito na universalidade. A revista tenta relativizar o conceito ao deixar uma aparência de aceitação de corpos diferentes, contudo, através da construção geral, é possível analisar que essa é uma posição falsa, que se dissolve na aparência.

A revista 4 trouxe 126 fotos de mulheres magras, sem qualquer vestígio de outra forma corporal. Em uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2015) para verificar fatores de risco e proteção para doenças, identificou-se que em Goiânia metade da população foi considerada acima do peso e o número para mulheres foi de 52% na capital. Os dados da pesquisa contrariam as imagens da revista, que tenta apresentar um corpo predominantemente magro. Nesta mesma edição, que enobrece a magreza, Ferreira (2016) comenta sobre cirurgias plásticas.

O tão sonhado nariz empinado, lábios grossos e seios maiores - ou menores, dependendo do gosto. A retirada daquela gordurinha concentrada, aumento do bumbum, redução dos pés de galinha. As cirurgias plásticas soam como um truque de mágica: você entra na sala de operações e, quando sai, aquele problema no corpo que incomoda desde a infância parece ter ido embora (FERREIRA, 2016, p 46).

Fala ainda sobre vantagens e cuidados que devem ser tomados após as intervenções. Para Ferreira (2016), o risco é pequeno se comparado com toda uma vida de insatisfação, mesmo apontando que em Goiânia morre por ano pelo menos uma pessoa devido às complicações na cirurgia plástica.

Silva (2014) apresenta que, no Brasil, a incidência de intervenções cirúrgicas no corpo é alta, Goiás se estabeleceu como terceiro lugar mais procurado para realizar cirurgias plásticas: em 2013 foram 175 mil e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica divulgou que dentre os procedimentos mais realizados estão lipoaspiração, cirurgias de rejuvenescimento, implantação de prótese de silicone e abdominoplastia; em Goiânia existem 149 médicos especialistas.

A cirurgia plástica segundo Ferreira (2016) é um risco gratificante, “os procedimentos proporcionam uma mudança física, trazendo também grandes alterações psicológicas e de comportamento. O reflexo é a melhora da própria qualidade de vida do paciente” (FERREIRA, 2016, p. 46). Para as pessoas que não querem assumir os riscos de cirurgias plásticas, a revista Ludovica (2016) apresenta outras opções menos invasivas como a *Vanquish*, uma técnica para eliminar gordura localizada em regiões como abdômen.

Adorno e Horkheimer (1985) colocam para a indústria cultural esse papel de criar necessidades iguais, padrões de consumo e produtos que são aceitos com pouca resistência. A revista Ludovica atua nesse lugar: mensalmente, reforça os padrões de beleza, oferece cirurgias, conta histórias de pessoas que ficaram mais felizes e com maior autoestima após procedimentos e também divulga os riscos que valem a pena, criando ciclos de consumo generificados.

Segundo Marx e Engels (1999), a sociedade burguesa cria um mundo com a sua própria imagem, refletindo seus padrões de civilização, para com isso alimentar o modo de produção e manter o sistema capitalista.

A sociedade capitalista tem como um de seus pilares de sustentação a disseminação de ideias vinculadas à produção e à reprodução de diferentes mercadorias, bem como da produção e reprodução das condições da vida social. Dessa forma, a reprodução e a transmissão de valores que imprime a sua lógica é crucial para a perpetuação de si mesmo (BAPTISTA, 2013 p. 174).

Ao discutir a moda, Santaella (2004) aponta que ela permite a conexão entre aspectos econômicos, culturais, sociais e estéticos. A moda aparece como consequência do capitalismo, considerando que esse modelo econômico exige que os interesses sejam substituídos rapidamente, nada pode durar, os produtos precisam ser trocados para que o sistema produza e reproduza modos de viver.

Santaella (2004) expressa que a moda nasceu na idade média, atualmente, ela possui um caráter muito complexo e pode ser considerada como um sintoma, um termômetro do sistema econômico, então, o papel da indústria cultural é descobrir padrões de interesses, ampliá-los e até mesmo criar esses padrões.

A revista 3 apresenta uma reportagem com o título “curvas da aceitação”, na qual apresenta possibilidades para mulheres que estão com traumas devido ao peso, segundo a autora da coluna, “O belo é questionável, afinal, o que é bonito para um pode não ser para outro. Mas a ditadura da beleza insiste em ditar o corpo que você deve ter, a cor do seu cabelo e o tamanho dos seus seios” (SANTANA, 2016, p. 68). Com isso, apresenta que muitas mulheres sofrem com as cobranças sociais acerca da aparência corporal.

Como exemplo de superação dessa situação, a revista traz a reportagem da modelo *plus size* Katarina, que conta sobre sua vida e sucesso com fotografias, a entrevistada expressou nunca ter se importado com piadas sobre o peso e afirmou que cada mulher deveria se sentir feliz e não aceitar modelos de corpo e estereótipos.

A fotografia que acompanha a entrevista expõe uma mulher com altura de 1,70 e 92 quilos, com um corpo próprio de modelo, cintura fina e harmonia em todo o conjunto, cabelo loiro e pele branca. A modelo expôs uma visão interessante sobre a aceitação do próprio corpo, contudo, sua imagem não pode ser relacionada como representativa do grupo de mulheres com obesidade, por exemplo, pois representa uma categoria seleta de modelos acima do peso “ideal”, que se aproximam proporcionalmente de modelos magras, ou melhor, como define a revista: “mulheres com curvas”.

No presente muito se reproduz acerca de modelos *plus size*, são diversos concursos que buscam copiar as competições de beleza mais conhecidas, empregadas em uma segunda categoria. Tentam anunciar a ideia de inclusão na qual todas as mulheres poderiam se sentir bem com o próprio corpo, com isso, a moda criou uma publicidade de roupas e ornamentos específicos para esse público; a falsa inclusão ocultou o interesse real, a projeção que todas as mulheres podem e devem comprar.

São diversas contradições presentes nesse movimento de aceitação do corpo diferente: as mulheres que se destacam como modelos precisam se encaixar em um molde. Pelas imagens da revista, foi possível analisar que elas precisam ter cintura visível, o equilíbrio das formas é valorizado e o peso deve ser controlado; existem muitos limites para ser uma modelo de corpo gordo. Com tais características fica contestável falar de aceitação, pois as mesmas regras são utilizadas para corpos distintos, as modelos *plus size* assim como as modelos de passarela e fotografia não representam mulheres reais, são caricaturas fabricadas.

Ainda nesta reportagem outra mulher relata os conflitos de viver com um corpo não aceito.

Na vida amorosa, Renata também teve alguns traumas. Ela conta que um namorado insinuava que deveria emagrecer e fazia comparações com a ex, dizendo que a outra era mais bonita. “Passiva aceitei a situação, achando que ninguém ia me querer gorda”.

Depois, Renata viveu outro relacionamento, onde foi valorizada e teve autoestima elevada (SANTANA, 2016 p. 69).

É possível perceber incongruências na reportagem, visto que a valorização da mulher é associada às expectativas masculinas, a ideia manifesta é que para ter confiança é preciso reconhecimento de outro, preferencialmente um parceiro. Na narração da entrevistada, aspectos do relacionamento são enfatizados, como se o homem possuísse a mensuração da beleza e que para conseguir ser reconhecida a mulher necessitaria se associar a alguém que a defina, mantendo concepções tradicionais e bastante criticadas pelos estudos de gênero.

Neste contexto, a ideia de um corpo magro aparece como essencial para a autoconfiança feminina, no entanto, a segurança teria como consequência imediata conquistar um parceiro, todas as técnicas oferecidas para acabar com as gorduras indesejadas podem ser relativizadas em alguns objetivos: estabelecer um relacionamento heterossexual, melhorar a autoconfiança, elevar a autoestima das mulheres, gerar felicidade e vender as mercadorias. Entretanto, o consumo é o propósito máximo que muitas vezes parece ocultado pelas imagens e pela linguagem ilusória da Indústria Cultural.

Soares (2004) aponta que os comportamentos são induzidos por regras construídas a partir da cultura, as condutas estão ligadas às formas de dominação do corpo. Ocorre diariamente o processo de educação do corpo. As imposições contemplativas da visibilidade corporal, fundadas na diversidade cultural, apresentam-se nas necessidades de reparações corporais, controle do peso, alimentação e busca de um corpo mais próximo do que pode ser contemplado pelo olhar coletivo. Nas edições da revista *Ludovica* analisadas foi notório o predomínio de fotografias de mulheres magras: em diversas reportagens, afirmava-se que as modelos realizaram algumas reparações visando à beleza. Para consumir a visão de corpo proposta pela revista, as imagens foram associadas às reportagens acerca dos modos de viver e lidar com o corpo.

A revista *Ludovica* tem como referências mais marcantes o corpo magro, branco e jovem; já que apresentou na revista 2 um percentual de 5,4% de mulheres com aspecto envelhecido, mais de 90% de todas as fotografias eram de mulheres jovens. É um campo de disseminação de imagens e discursos que visa a modelar os corpos e a criar uma definida representação do que é feminino.

Segundo Baptista (2013), o desenvolvimento da indústria cultural dá-se para alimentar o comércio, não tem caráter estético, nesse sentido, as cirurgias plásticas e tantos métodos de emagrecimento não se pautam em uma preocupação com a estética, mas com a retroalimentação

do sistema, tanto que a cada período surgem procedimentos novos para atuar nas mudanças do corpo.

A indústria cultural tem uma rede de mídias que se interligam formando um grupo no qual são disseminados modelos de comportamento e cria-se um clima de equilíbrio e coesão das informações, daí o seu poder sobre grandes massas.

A sua capacidade de convencimento é usada pelo capitalismo para garantir as condições necessárias à sua produção e reprodução simultâneas, embora existam outras estratégias eficientes, como a família. A indústria cultural se torna mais eficiente porque ela pode: 1) alcançar uma maior quantidade de pessoas simultaneamente e 2) a própria racionalidade tecnológica propiciada pelo capitalismo é adotada em larga escala por ela, permitindo ao mesmo tempo, garantir a instrumentalização da razão no meio social e demonstrar benesses dos avanços da tecnologia (BAPTISTA, 2013 p. 192).

A Indústria Cultural tem uma função importante: as revistas são um meio, dentre tantos outros, de apresentar uma coleção imensa de réplicas que podem influenciar a forma como as mulheres percebem sua existência e estabelecem possíveis mediações com a sociedade, adotando comportamentos de visibilidade extremos a fim de se integrar ao grupo social, o que poderá levar a um abandono da capacidade de compreensão da realidade, balizando em um conceito de beleza restrito e aparente.

4 A IMPRESCINDÍVEL NECESSIDADE DE SER BONITA!

Na televisão, rádio, revistas e propagandas locais existe uma promoção da beleza das mulheres goianas; de acordo com Botura (2014), as mulheres goianas apresentam um charme típico do local, eleito como a sétima cidade brasileira com mulheres mais belas do Brasil. Em 2016, Breatrice Fontoura, candidata goiana, venceu o prêmio Miss Mundo Brasil. Conforme a revista Três Poderes (2016), o concurso avalia padrões físicos, habilidades artísticas, saúde, relação com artes, desempenho em passarela e inteligência; a premiação colocou a cidade de Goiânia mais uma vez em evidência com relação à beleza feminina.

Ao pensar na construção de um conceito de beleza, a revista Ludovica busca apresentar as mulheres consideradas bonitas. Segundo Adorno (1988), o conceito de belo parte da ideia do feio, assim, é preciso definir os limites do feio para que exista um cego interesse no que é belo. O autor aponta que para isso é necessário que toda heterogeneidade seja eliminada, assim, o conceito se torna inalcançável.

Adorno (1970) aponta que existe uma tendência em desprezar aquilo que esteticamente é considerado feio, por outro lado, o belo relaciona-se com o prazer. Um fator contraditório do belo é que segundo o autor este tende a eliminar tudo o que lhe é divergente.

As fotografias e reportagens remetem sempre a uma necessidade de beleza, “as vlogueiras gringas já elegeram o item de beleza queridinho da temporada: a paleta ambiente *lighting edit*” (Ludovica, 2016, p. 14). Esse anúncio é acompanhado por uma coleção de maquiagens importadas, a página tem a descrição “Hot!”, sugerindo que os cosméticos são os mais quentes e desejados por mulheres que querem ser sensuais. Nesta, são oferecidos cremes rejuvenescedores, revigorantes de pele, máscara para alisar a pele, pó para renovação da pele durante o sono, óleo de limpeza e hidratante removedor de oleosidade.

A manifestação da beleza no corpo seria equivalente à conquista e à aplicação de produtos, e existem opções diferenciadas, “Para todos algo está previsto: para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas” (ADORNO, HORKEIMER, 1985, p. 116). Como, por exemplo, na reportagem “Olheiras: o que fazer”, na qual Santana (2016) explica sobre as causas das marcas abaixo dos olhos, como evitar e tratamentos; para tentar resolver o problema das olheiras são apontadas duas opções. A primeira refere-se aos tratamentos: de laser de *thulium* fracionado; laser *NdYang Q-witched* fracionado; luz intensa pulsada; infusão de vitaminas e preenchimento com ácido hialurônico. A segunda opção para quem não pode fazer um alto investimento é disfarçar as olheiras, para isso, indicam sete tipos de maquiagens diferentes que vão de vinte a cento e noventa reais.

Ao analisar as imagens e reportagens da revista é possível relacionar que o modo como se apresenta publicamente é o mais importante, a aparência se sobrepõe a qualquer outra relação como trabalho, intimidade e experiências diversas. A publicidade de cosméticos recebe destaques nas páginas: a fotografia de uma mulher com ombros desnudos, maquiagem no rosto e batom rosa, acompanhada pela legenda “desde a temporada de verão passada, é um sucesso de aceitação e vem com tudo nesse verão também. Para aquelas que querem ser notadas, mas acima de tudo, admiradas” (LUDOVICA, 2016, p.39). Para revelar-se de forma plena é sugestivo que a mulher se aproprie de alguns recursos, como o uso de determinadas maquiagens; a promessa de admiração é alcançada na medida do consumo do produto específico.

Existem aproximações, aponta a invenção que se faz das mulheres em revistas femininas.

O corpo tecnológico, é evocado pelo discurso sobre o transplante, do qual se trocam as peças na luta contra a morte; a plástica na barriga e as publicidades de cosméticos e cremes

rejuvenescedores apelam à eterna juventude, ao corpo produzido: o modelo corporal está finalmente ao alcance de todas, na luta contra o tempo e as imperfeições. Com a cosmetologia, nenhuma mulher precisa ser feia, pois a beleza é condição *sine qua non* para o romance e a felicidade. (SWAIN, 2001, p.72).

O que faz as mulheres aderirem ao culto da beleza? De onde vem a força da moda que muda os desejos de um dia para o outro? Basta surgir uma novela nacional que as grifes e as pequenas confecções iniciam a montagem de roupas e adereços usados na trilha, esses modelos tomam conta de vitrines de shoppings e feiras, invadem os olhares e compõem os desejos.

Fascinado diante da miríade de estímulos, diante do espetáculo volátil das luzes das imagens, dos cenários e das coisas, nas grandes cidades, o olhar moderno aprendeu, a desejar o corpo enfeitado das mercadorias, sacralizadas pela publicidade, ficam expostas à cobiça por trás dos vidros reluzentes das vitrines (SANTAELLA, 2004, p.116).

Goelner (1999) faz uma reflexão sobre o mito do embelezamento, para ela, o que aprisiona as mulheres nesse conflito não é a vontade de cuidar da imagem, mas a representação disso, “este mito cria e que faz com que ela se sinta invisível ou incorreta se não atingir os padrões estipulados para seu tempo” (GOELNER, 1999, p.56). É certo que indústria cultural tem muita influência nessa conformação, oferecendo milhares de imagens de musas, competições de beleza, maquiando e reparando imperfeições do corpo. Com tais características já impostas, mulheres negras, gordas, homossexuais, velhas e as que não conseguem adquirir determinados produtos revelados deparam-se com injeção de barreiras para alcançar a beleza e a aceitação social.

E a beleza, quando tornada obrigação, dói. Seja porque não estimula as mulheres a perceber que seus corpos são valiosos não pelo que de belo neles se pode observar mas simplesmente porque estão neles. Seja porque faz com que interiorizem uma mensagem que afirma como mais importante não seu desejo pelo outro mas o desejo de ser desejada (GOELNER, 1999, p. 56).

Adorno e Horkheimer (1985) acreditam que para cada situação pensada a indústria cultural já elaborou um modelo, anterior à vontade das pessoas, desta forma, os sujeitos já são conformados em um molde compulsório, entretanto, a medida da interação com esse arquétipo é diferenciada, visto que existem subjetividades e inclinações peculiares.

Evidentemente que as mulheres não são meros objetos sobre os quais dimensionam-se padrões estéticos e comportamentais. Elas interagem com esses padrões, aprendendo de diferentes maneiras as representações de beleza e feminilidade eleitas para seu tempo, reconhecendo-se nelas ou não, assumindo-as ou não (GOELNER, 1999, p 57).

As revistas femininas criam uma relação de desconforto com o corpo, este sempre parece incompleto. Segundo Baptista (2013), a indústria cultural evidencia para as pessoas a ideia do corpo

amado/odiado para com isso inseri-lo nas necessidades do sistema econômico, sempre nessa balança incontrolada mediada pela necessidade de produtos. “Este amor-ódio pelo corpo é a condição possível nesta sociedade administrada e voltada para o desenvolvimento do lucro. Não é possível se pensar um corpo qualquer para ajustar a relação deste modelo de sociedade” (BAPTISTA, 2013, p. 2015).

Santaella (2004) acredita que a publicidade tem um grande poder sobre os corpos, a partir da exposição, permite-se que as pessoas criem fantasias e mudem a forma de lidar com seus corpos, incitando à disseminação do poder individual, da autoestima e da busca de formas corporais específicas. Para a autora, a busca pelo corpo perfeito cria a cultura do narcisismo que se expressa no culto ao corpo.

CONSIDERAÇÕES

A indústria cultural conforme Baptista (2013) promete felicidade e sublimação, contudo, os prazeres não podem ser consumados, visto que a mesma cria a sensação de complementação e as necessidades são ilimitadas. Considerando o corpo das mulheres, junto às dietas são oferecidas cirurgias reparadoras, cosméticos, tratamentos pós cirúrgicos; somadas a essas ofertas é possível localizar a ideia de que o corpo precisa de cuidados e atenções diárias, para isso, produtos específicos são recomendados.

Baptista (2013) considera que esse corpo alinhado ao padrão estético não pode ser materializado, mesmo porque não é apontado como possibilidade verdadeira, mas como um desígnio para o futuro. A revista *Ludovica* promete em alguns produtos e procedimentos o corpo ideal; no entanto, ao analisar todas as fases desse processo, conclui-se que apenas mulheres da classe dominante poderiam se apropriar das mercadorias: além de dinheiro é preciso dispor de tempo e dedicação, requisitos que grande parte das mulheres não possui.

As continuidades são marcadores explícitos das cinco edições analisadas da revista *Ludovica*, o conceito de beleza exposto tem na imagem de uma mulher um corpo magro, branco, disponível, adornado, maquiado e jovem. A revista não rejeita outras possibilidades, mas coloca como exóticas mulheres negras, gordas, velhas, que aparecem como minorias, próximas do invisível, quase nunca em primeiro plano ou entre as mais bem sucedidas.

A revista *Ludovica* envolve uma série de artifícios para conformar o conceito de corpo e beleza ao imposto pela Indústria Cultural, uma beleza hegemônica, burguesa e construída em padrões extremos e que reafirma para a mulher um local de dependência; trabalha na conformação

de identidade e define condições de visibilidade, a partir da exposição do corpo, envolvendo uma intensa circulação de mercadorias.

Caso as mulheres realizem todas as cirurgias estéticas possíveis, elas serão aceitas? Ainda não, provavelmente acusadas de artificialidade. A justificativa colocada pelas empresas de que o bem estar, a subjetividade e a autoestima são os valores mais importantes para as mulheres, no entanto, é uma forma de encobrir a realidade mercantil contraditória. A busca é infinita...

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Trad. de Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADORNO, T. W. ; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: edições 70, 2011.

BAPTISTA, T. J. R. *A educação do corpo na sociedade do capital*. Curitiba: Appris, 2013.

em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2014: *vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e BOSI, A. *Fenomenologia do olhar*. In: NOVAES, A. et al. O olhar. São Paulo: Campanha das letras, 1989.

BOTURA, P. As cidades brasileiras com as mulheres mais bonitas. *Fatos desconhecidos*. 2014. Disponível em: <<http://www.fatosdesconhecidos.com.br/cidades-brasileiras-com-mulheres-mais-bonitas/>>. Acesso: 09/08/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BIRMAN, J. *Sou visto, logo existo: a visibilidade em questão*. In: BIRMAN, J. HAROCHE, Claudine. *Tiranias da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Fap Unifesp, 2013.

FERREIRA, C. Não é mágica: para um resultado perfeito, conheça os cuidados e dicas para fugir das complicações das cirurgias plásticas. In: *LUDOVICA*. Goiânia, n. 16, Grupo Jaime Câmara. p. 46-48, julho, 2016.

GOELNER, S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista, Educação Physica*. 187 p. Tese (doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1999.

HAROUCHE, C. *A invisibilidade proibida*. In: BIRMAN J., Nicole. HAROCHE, Claudine. Tiranias da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Fap Unifesp, 2013.

IZAC, Marianne. Foco na dieta: emagrecer não é fácil: exige muita determinação e só depende de você. In: *LUDOVICA*. Goiânia, n. 10, Grupo Jaime Câmara. p. 55-56, janeiro, 2016.

LUDOVICA. *Verão fresh*: os maiôs e biquínis que estão com tudo na estação. Goiânia, n. 10, Grupo Jaime Câmara. Janeiro, 2016.

_____. *Especial noivas*: todos os detalhes para o grande dia. Goiânia, n. 14, Grupo Jaime Câmara. Maio, 2016.

_____. *Cleo Pires*: com a maturidade penso duas vezes antes de fazer algo. Goiânia, n. 15, Grupo Jaime Câmara. Junho, 2016.

_____. *Ensaio newborn babycat*. Goiânia, n. 16, Grupo Jaime Câmara. Julho, 2016.

_____. *Estilo no trabalho*: inspiração de looks para diferentes ambientes. Goiânia, n. 17, Grupo Jaime Câmara. Agosto, 2016.

_____. *Curvas da aceitação*. Os depoimentos de mulheres que superaram que os traumas com o espelho e decidiram que a felicidade estava em se aceitar. In: *LUDOVICA*. Goiânia, n. 15, Grupo Jaime Câmara. p. 68-70, junho, 2016.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 9 ed. Vozes, Petrópolis - Rio de Janeiro, 1999.

MIRANDA-RIBEIRO, P; MOORE, A. *Papéis de gênero e gênero no papel*: uma análise de conteúdo da revista Capricho 2001, 2002. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/-6520007.pdf>>. Acesso: 06/08/2016.

MATOS, A. A.; LOPES, M. F. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP para a mulher. *Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro-abril, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100005>>. Acesso: 09/08/2016.

MOTA-RIBEIRO, S. *Corpos visuais*: imagens do feminino na publicidade. In: Macedo, A. & Grossegeesse, Re-presentações do Corpo. Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003. Disponível em < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5309>>. Acesso: 11/08/2016.

NOVAES, J. V; VILHENA, J. De Cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. *Interações*. v. 8, n.15. São Paulo: jun, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141329072003000100002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso: 03/08/2016.

OS TRÊS PODERES. Beleza da mulher goiana, mais uma vez, ganha destaque no Brasil e no mundo. *Revista os três poderes: um novo conceito em informação*. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaostrespoderes.com.br/colirio/2016-06-30-21-41-45.html>>. Acesso: 08/08/2016.

PIMENTEL, R. C. ; BAPTISTA, T. J. R. Modelos de saúde e estética: uma análise das capas da revista Playboy brasileira em 2012. *Tempos e espaços em educação*. v.7. n 13. Maio/agosto, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/view/326>>. Acesso: 07/08/2016.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

SANTANA, L. Olheiras: o que fazer? In: *LUDOVICA*. Goiânia, n. 10, Grupo Jaime Câmara. p. 45-49, janeiro, 2016.

SOARES, C. L. **Corpo, conhecimento e educação**: notas esparsas. Soares, C. L. (Org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANTAELLA, L. *Corpo e comunicação*: sintoma da cultura. São Paulo: Papiros, 2004.

SILVA, M. J. Goiás é o terceiro em cirurgias plásticas: estado perde apenas para São Paulo e Rio de Janeiro segundo a SBPC. *O popular*. Vida urbana, 2014. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/goi%C3%AAs-%C3%A9-3%C2%BA-em-cirurgia-pl%C3%A1stica-1.644821>. Acesso: 16/08/2016.

SOULAGES. François. *Estética da fotografia*: perda e permanência. Senac São Paulo: São Paulo, 2010.

SWAIN, T. N. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, UFPR p. 11-44, 2001.

TIRABOSQUI, L. Revista Ludovica está nas bancas. *Ludovica*. Disponível em: <<http://ludovica.opopular.com.br/editorias/comportamento/revistaludovicaest%C3%A1-nas-bancas-1.814137>>. Acesso: 03/08/2016.

Recebido em: 26 de dez. 2016

Aceito em: 08 de mai. 2017



A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TEMPO E SUA DIFERENCIAÇÃO ENTRE O NORTE E SUL:

Uma análise crítica da sua trajetória a partir de Norbert Elias

Pedro Uetela¹

RESUMO

As tentativas de sistematização do tempo culminaram com a formulação de várias teses ao longo do processo histórico da sua conceptualização. Na idade média, por exemplo, Santo Agostinho só compreendia o tempo quando não era questionado. Na modernidade, Heidegger pensou o tempo em relação ao ser (*sein und zeit*) e por fim na contemporaneidade, Elias incrementou a complexidade sobre a temática ao afirmar que “o tempo em si não existe”. Este artigo busca reformular algumas das preocupações sobre a temporalidade tendo em conta os 3 períodos e de forma específica o ceticismo de Norbert Elias. O mesmo questiona a autoctonia dos avanços que se notabilizaram no ocidente sobre a questão ao concluir que foi no sul e não no norte do planeta onde as primeiras métricas sobre o tempo foram inventadas através da islamização muitos séculos antes da expropriação da inteligência inventada no Egito.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Norte. Sul

ABSTRACT

The attempts to systematize the definition of time have lead to a construction of various theses over the historical process of its conceptualization. In the middle ages, Saint Augustine only comprehended the definition of time always was not inquired. In the modern period, Heidegger thought about time in terms of being (*sein und zeit*) and in the contemporaneity Elias increased the complexity of the subject by arguing that time in itself, does not exist. This article seeks to reformulate some of the inquiries concerning the theme taking into account the three periods and with special emphasis for Elias' scepticism. It also question the autochthony of the evolution occurred in the north about the question as it concludes that it was in the south and not north of the planet where the primary instruments that measure time were invented under the Islamic process long time before the expropriation of the Egyptian intelligence.

KEY WORDS: Time. North. South.

¹ Doutorando em em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

INTRODUÇÃO

A preocupação sobre a conceptualização do tempo mereceu a atenção de muitos filósofos desde a origem das primeiras civilizações humanas na mesopotâmia e no Egito. Tal tese parece ser compactuada por Elias (1998) quando sublinha a existência longínqua dos instrumentos de orientação inventados pelos homens como uma bússola para direcionamento das suas práticas. Um dos mecanismos deste direcionamento, foi a noção da cronologia e ordenamento dos eventos através da observação dos astros, símbolos ou representações que se proliferou até a invenção de relógios e calendários, sobretudo na modernidade sólida no ocidente (ELIAS, 1998, p. 11).

A ideologia da existência do ordenamento dos eventos na natureza parece ter sido a mesma que conduziu pensadores como Heidegger (2005) a postular a existência de todos os seres (*seins*²) como algo que se dá num determinado período de tempo e espaço. O fato se deve à possibilidade de todos os entes serem considerados seres aí, isto é, *daseins*³ (HEIDEGGER, 2005, p. 90).

A partir de Heidegger, tanto os eventos quanto os seres existem num determinado período. Embora a tese do autor tenha criado uma dicotomia dentro da corrente da filosofia existencialista, em que (i) uns defenderam que a essência dos *seins* precede a existência dos mesmos dentro do tempo. Outros percebiam de forma contrária sobretudo que, (ii) os *seins* existem primeiramente e vão construir a sua essência ao longo da temporalidade. As referências tanto de Heidegger (2005) acima sublinhadas quanto de Elias (1998) são unânimes em duas dimensões. A primeira é sobre a existência de algo que se chama tempo e a segunda é referente a forma como este mesmo tempo é construído.

Uma vez que o debate dos autores até aqui apresentados se dá e se intensifica maioritariamente entre os períodos da modernidade sólida até ao líquido e ainda mais no ocidente, uma grande questão permanece: Qual é a temporalidade bem como a geografia das primeiras construções sociais sobre o tempo? Alguns de entre os vários pensadores que parecem considerar o Egito como o berço tanto das análises filosóficas sobre o tempo bem como da descoberta dos primeiros instrumentos de ordenamento dos eventos, sobressaem inclusive no ocidente.

De entre eles, Rüegg (1992) e Frijhoff (1996) no âmbito da gênese e institucionalização das ciências naturais, consideram o Egito como a civilização mais antiga que permitiu o desenvolvimento da cientificidade da explicação e ordenamento dos acontecimentos através da criação das primeiras formas de educação estabelecidas em moldes de *Quadrivium* (Aritmética,

² Palavra alemã que significa ser.

³ Palavra alemã ser aí, isto é ser que existe numa temporalidade.

Geometria, Astronomia e música) e do *trivium* (Gramática, Lógica e Retórica). Mais tarde as duas formas foram aproveitadas por outras civilizações como a Grécia, Roma e pelos impérios Persa e Bizantino, locais que radicalizaram o modelo da ciência e técnicas egípcias (RUEGG, 1992, p. 68).

Quanto ao Sul e oriente, existem alguns pensadores autóctones que defenderam a não hegemonia do ocidente na invenção do tempo. Isso pode atualmente estar na diferenciação e diversidade da compreensão da temática entre as duas regiões (norte e sul). Tais pensadores indígenas que se preocuparam pela tese de que Elias considera de construção social da temporalidade se destacaram Mbiti (1999), Oruka (1990) e Said (1990) só para mencionar alguns. A tese que unifica os três autores sobretudo os dois primeiros é o fato dos mesmos terem sistematizado o *ubuntu*⁴ para contrariar o *cogito ergo sum*⁵. Estes conceitos, geralmente distinguem o estabelecimento do *nomos*⁶ entre o sul e oriente do norte respectivamente. Estas características que frequentemente moldam o pensamento ocidental, oriental ou sulista, conforme a teoria etnofilosófica⁷ se repercutem na concepção do tempo nestas regiões.

Mas como é que a indagação pelo tempo, institucionalizado primeiramente no Egito através da criação das primeiras instituições do *Trivium* e *Quadrivium* começou a ser apropriado pelo ocidente? Elias (1998), embora negue a existência de tempo em si pelo fato de ser um constructo social conforme mostramos na terceira parte deste artigo, o autor parece enaltecer a grandeza do Egito no desenvolvimento dos instrumentos e inteligência tanto técnica quanto científica para mensurar o tempo. Como ele aponta para as várias reformas que ocorreram na definição do tempo e que culminaram com o seu ceticismo, o autor parece reconhecer a hegemonia Egípcia, ao afirmar que:

[...] César, que na verdade era um ditador, ordenou uma reforma radical do calendário. A regulação das relações sociais em termos de tempo sempre fora obra das autoridades eclesiásticas ou ligadas ao poder temporal. Não deixa de ser significativo, no que concerne ao desenvolvimento do saber na Roma antiga, que César tenha convocado á sua presença um sábio Egípcio, o astrónomo e matemático Sosígenes para lhe servir de conselheiro na reforma do calendário Romano. Na época os egípcios já tinham uma longa tradição em matéria de observação dos astros e de estabelecimento de calendários, a qual foi enxertada na tradição romana. O resultado da reforma de César, ocorrida no ano de 46 A. C., foi um calendário que apresentava muitos traços conhecidos e que, desse modo, marcou incontestavelmente uma etapa rumo ao calendário atual. Os egípcios haviam tentado estabelecer uma correspondência entre as unidades de tempo baseada nos movimentos de lua e do sol, respectivamente, construindo um ano de doze meses de trinta dias, ao qual acrescentavam, no começo ou no fim, cinco dias suplementares, de modo a fazer seus meses corresponderem ao ano solar [...]. (ELIAS, 1998, p. 154).

⁴ Comunidade.

⁵ Penso, logo existo. Uma tese elaborada por Descartes e que moldou o pensamento ocidental.

⁶ Força de poder.

⁷ Filosofia africana.

A partir destes dados, parece indubitável se aferir que o contributo da ciência egípcia na construção da cientificidade ocidental, foi maior. Foi esta perícia Egípcia que o norte parece ter se apropriado para se modernizar rapidamente aplicando a mesma para dominar o mundo por várias formas de submissão como colonização e escravidão no sul e oriente. O resto do artigo está dividido em quatro partes. Nesta primeira parte (i) se conceitualizou as fontes de dados, a segunda (ii) apresenta algumas teses sobre a definição do tempo ao longo da história de filosofia, a parte subsequente (iii) se centra sobre a tese de Elias através de uma análise crítica da mesma e, por fim a sessão (iv) faz algumas conclusões e implicações sobre o estudo.

2. TENTATIVAS DA DEFINIÇÃO DO TEMPO AO LONGO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

A partir da primeira sessão, a visão de que os primeiros pensadores que se interessaram pela noção do tempo são mais do sul e do oriente que do ocidente parece é indubitável. Todavia, muitas das teorias dominantes afirmam o inverso (que a indagação pelo tempo foi sempre reflexão ocidental). Uma das figuras que sobressai nesta contradição através da segunda categorização é Gagnebin (1997) que considera que “Santo Agostinho iniciou uma interrogação filosófica que marca, até hoje, a reflexão ocidental sobre o tempo” (GAGNEBIN, 1997, p. 69). Duas incompatibilidades podem ser apontadas na tese da autora.

A primeira é a atribuição da reflexão filosófica sobre o tempo como pertencente ao ocidente quando ela já existia antes de Santo Agostinho no norte de África e parte de Ásia (oriente) através do processo de islamização do continente. Sendo assim, a reflexão do tempo mesmo em moldes aplicados hoje pelo norte, não é indígena mas sim exógena a esta localidade geográfica. A segunda contradição, é que mesmo que tenha sido santo agostinho a iniciar a interrogação filosófica do tempo, tal questionamento, confirmaria a potencialidade que o sul e oriente tiveram em moldar o pensamento ocidental atual sobre a temporalidade uma vez o filósofo em causa pertencer ao oriente (norte de África e parte de asia). Desta feita, o que Santo agostinho fez na idade média, é como Gagnebin (1997) parece confirmar, estender cada vez mais ao ocidente a interrogação filosófica que tinha sido a priori iniciada no oriente.

A teoria acima se sustenta pelo facto de que, o Egito foi uma das primeiras civilizações da humanidade que se preocupou por várias questões filosóficas ligadas a medicina, astronomia,
V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

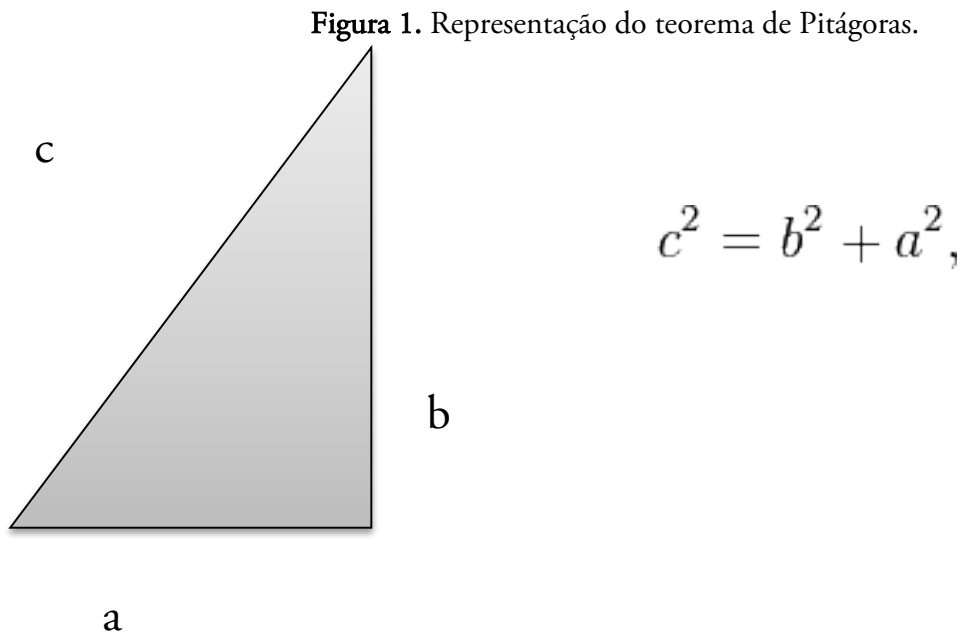
geometria e música. Esta é uma das razões pelas quais, o tempo como orientação social que se mensurava através da observação dos astros começa no oriente, o que Elias (1998) posteriormente classifica de acontecimento como algo que serve de quadro de referência a perguntas relacionadas com a questão “quando”. (p. 11). O que parece ter prevalecido no âmbito desta formulação das perguntas filosóficas sobre o tempo tanto na antiguidade quanto na idade média, é a existência dos que se adaptaram ao modelo dos 4 tipos de construção científica, (pensar o tempo a partir da astronomia, geometria, matemática e música), e outros que resistiram a esta tipologia.

Parte dos que se identificaram pelo primeiro modelo de progresso, são os que à maneira de Santo Agostinho conseguiram influenciar o norte sobre a questão filosófica da temporalidade, e o próprio norte através da assimilação. Desta feita o que parece ter faltado no oriente e no sul, foi a capacidade da propagação desta ciência com base na aritmética, geometria, astronomia e música para as sociedades que até hoje continuaram apegadas aos modelos tradicionais de medir o tempo com base nos eventos como colheitas, sementeiras, sono para designar noite, lua para definir mês, só para citar algumas designações contrariamente aos relógios e calendários que são hoje frequentes no ocidente (ELIAS, 1997, p. 35).

Mas como é que a interrogação filosófica que marca, até hoje, a reflexão ocidental sobre o tempo algo que originou no sul e no oriente se desenvolveu mais no ocidente até ao ponto de muitos afirmarem que a discussão filosófica do tempo se deu na localidade posterior e não na anterior? Como apontam alguns dos autores interessados em perceber não só a interrogação filosófica do tempo, mas também a construção social da definição do norte e sul, a forma como a civilização Egípcia evoluía em termos de progresso na ciência e na técnica, suscitou curiosidade de tal forma que muitos cientistas ocidentais vieram ao oriente a fim de estudar o Egito. Através destas visitas, houve uma migração do tipo de inteligência que havia se iniciado no sul para o norte, para além dos conselhos que alguns imperadores pediam aos peritos egípcios como mostramos na parte introdutória. A migração do conhecimento sulista para o norte, não só se deu na arena científica mas também na religião. Mais tarde esta migração foi reversiva, isto é, no sentido norte-sul em ambas as categorias religião e sistematização do conhecimento (SAID, 1990, p. 211).

As migrações de cientistas ocidentais para o Egito incluíram inicialmente figuras como Pitágoras e Thales que viajaram para o oriente a fim de perceber a inteligência egípcia, o que lhes permitiu formular suas teses e teoremas. Para citar alguns dados que sustentam a tese a cima: Pitágoras, por exemplo, ficou conhecido como quem cunhou um teorema baseado na geometria e segundo o qual “qualquer triângulo, o quadrado do comprimento da hipotenusa é igual a soma dos

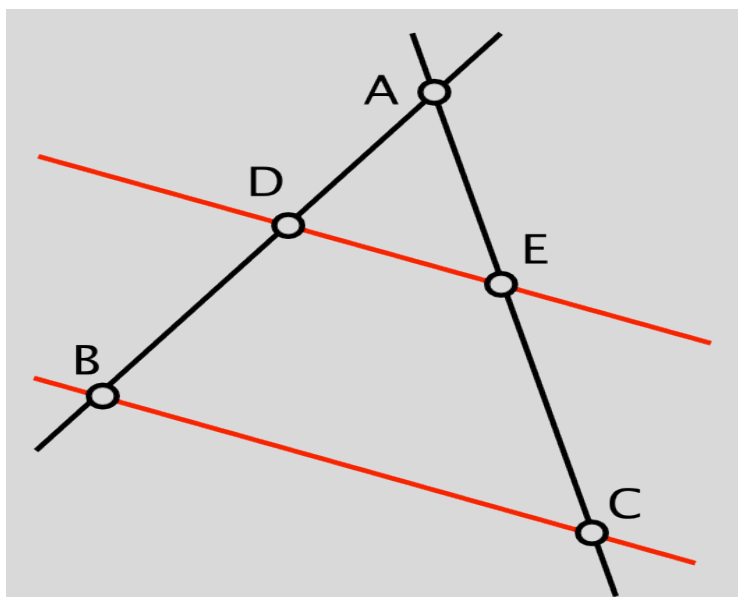
quadrados dos comprimentos dos catetos” o que ficou popularizado em “A soma das áreas dos quadrados construídos sobre os catetos (a e b) equivale à área do quadrado construído sobre a hipotenusa “c” e abaixo representado.



Fonte: Stumpf, 1980, p. 9.

Por sua vez, a Thales de Mileto é atribuída a formulação do teorema que postula o seguinte: “quando duas retas transversais cortam um feixe de retas paralelas, as medidas dos seguimentos delimitados nas transversais são proporcionais”. (STUMPF, 1980, p. 5-6). A figura a baixo ilustra a tese de Thales.

Figura 2. Representação do teorema de Thales.



Fonte: Tirado de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d5/Thales_theorem_1.png

Algumas reflexões podem ser feitas sobre a originalidade destes teoremas, embora não possa se subestimar o contributo que as mesmas ofereceram e continuam a dar até hoje para o progresso da ciência tanto ocidental quanto oriental e mesmo no sul. Primeiro, é que algo similar ao teorema de Pitágoras já havia sido desenvolvido muito anos antes pelos matemáticos babilônicos através dos algoritmos que foram aplicados para calcular os lados em casos e objetos empíricos. Segundo, é que no teorema de Thales, o que ele também fez, não foi mais do que a reprodução das teses geométricas que tinham sido aplicadas no Egito para medir a altura das pirâmides e a transversalidade das mesmas pirâmides (STUMPF, 1980, p. 5-12).

Todos estes dados reforçam o argumento de que, tanto a representação social do tempo quanto os instrumentos de medição do mesmo com base nos conhecimentos da matemática e geometria, não têm sua gênese no Ocidente, embora tenham sido mais notabilizados nesta região do planeta. Muito do que o norte fez, tanto na antiguidade passando pela idade média até a modernidade, foi de certa forma uma reprodução e aprimoramento do que o oriente já havia avançado mas que o norte logrou conquistar uma hegemonia através do contato com as culturas e civilizações sulistas e orientais.

Foi na modernidade, que o ocidente acelerou mais esta hegemonia de modo que se notabilizou nos avanços científicos e que com a revolução industrial, cresceu cada vez mais a necessidade da cronometração do tempo para regular tanto a sociedade quanto as tarefas que eram

executadas nas indústrias. Os relógios e calendários como instrumentos de medição de tempo começaram a dominar o panorama da regulação das atividades executadas no ocidente através desta revolução industrial resultante da consolidação do capitalismo.

Contrariamente ao Sul onde a filosofia de tempo havia iniciado, novos cientistas ocidentais como Isaac Newton, Galileu e Copérnico impulsionaram significativamente na elaboração de leis que possibilitariam cada vez mais a explicação científica dos movimentos relacionando estes aos do sol, lua e da terra na época moderna. De tal forma que enquanto no sul as primeiras tentativas filosóficas do questionamento sobre o tempo conciliavam a mediação do tempo, atividades e relações sociais sobretudo nas comunidades tradicionais, no norte parece ter sido o contrário.

Houve no ocidente a maximização da cronometração do tempo em relação às atividades e tendo se esquecido das relações sociais como tinha se pensado no Egito. Razão pela qual, Marx (2005) e Giddens (2001) mais tarde, vieram reconhecer que a forma como o tempo foi privilegiado na primeira modernidade, fez com que as relações entre os homens fossem em termos de maximização de mais-valia e que uns eram vistos como mercadorias para e pelos outros (MARX, 2005, p. 7 e GIDDENS, 2001, p. 12). Não obstante para Durkheim (1999) o facto significava apenas uma mudança de um tipo de solidariedade antes vista como mecânica para uma nova (a orgânica).

O que se vê com a revolução industrial e as novas formas de ligar as atividades com o tempo, são consequências do progresso na ciência ocidental em relação ao Egito mas que parecem ser inexplicáveis sem outras localidades geográficas. Alguns dos exemplos que deram prenúncio a estes avanços na modernidade sólida, incluem (i) Copérnico quando observou que qualquer teoria sobre movimento só poderia ser percebido a partir da inversão da tese “o sol gira em torno da terra” para “a terra gira em torno do sol”, o que possibilitou uma nova viragem na mensuração do tempo comparativamente a idade média.

A revolução coperniciana estava associada ao novo modo intelectual que emergia para analisar a estrutura da natureza. Isso implicou o nascimento das ciências naturais na sua forma moderna baseada na observação e matemática que se popularizou cada vez mais com cientistas como Kepler, Galileu e o próprio Copérnico. (STUMPF, 1980, p. 217).

Sendo assim, a precisão das ciências naturais se intensificou como fonte de explicação de todos os fenómenos naturais e sociais, inclusive a especulação sobre o tempo. (ii) Newton, foi mais além e aplicou o conhecimento da matemática e da física para formular na sua segunda lei do movimento que se incide sobre a ideia de que a força exercida sobre um corpo é igual a massa

multiplicada pela aceleração ($F=m \cdot a$). Na mesma lei Newton percebeu que “Em um referencial inercial a taxa de variação da quantidade do movimento de um corpo é igual à resultante de todas as forças externas a ele aplicadas”. Todavia, isso tudo só poderia ser possível com base em conhecimentos adicionais das noções do tempo. (STUMPF, 1980, p. 217). Por fim (iii) Galileu fez avanços significativos na teoria astronômica e através do isócrono, inventou o relógio mecânico e o tempo na modernidade passou a ganhar uma nova definição (ELIAS, 1997, p. 35).

Todas as teorias até aqui apresentadas, embora de uma certa forma tenham se revelado minuciosamente antagônicas, a compreensão do desenvolvimento da maior parte das mesmas, é indispensável ao *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e música) inicialmente privilegiado no Egito. Na contemporaneidade, a discussão filosófica sobre o tempo foi mais além. De entre os filósofos da atualidade que se preocuparam com a reflexão sobre o tempo, Elias se destaca.

3. A TESE DE NORBERT ELIAS SOBRE O TEMPO

A sessão anterior buscou apresentar as várias perspectivas concernentes à indagação filosófica sobre o tempo. A mesma sublinhou que embora muitas teorias tenham sido formuladas no ocidente sobre a temática, muito do que se vê em muitas delas é uma reprodução do que já tinha sido iniciado nas civilizações orientais. Daí que uma vez o ocidente tendo formulado suas teorias a partir do contacto com as culturas orientais faz com que a invenção do tempo não tenha a sua gênese no norte mas sim no sul. É por isso que esta parte objetiva mostrar que embora a tese de Elias tenha dado um progresso sobre a conceitualização do tempo no mundo contemporâneo, sua aparente inclinação ao idealismo o levou a formulação de uma teoria que se funda num ceticismo. O interesse em resgatar tal incredulidade constitui a linha de orientação nesta parte.

Como Elias (1998) afirma na sua obra *Sobre o Tempo*

Relógios, agendas, horários [...] O tempo parece uma exigência da qual ninguém consegue escapar. Nossa consciência do tempo é tão interiorizada que temos dificuldades em imaginar que grupos humanos tenham sido capazes de viver sem calendário. Temos a sensação de que “o tempo passa”, quando na realidade essa sensação diz respeito à nossa própria vida, às transformações da natureza ou da sociedade. O tempo não existe em si, afirma Norbert Elias. Não é nem um dado objetivo, como sustentava Newton, nem uma estrutura a priori do espírito, como queria Kant. O tempo é antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem. Foram necessários milênios para que a noção do tempo fosse assim depurada [...] (ELIAS, 1998, capa).

Elias (1998) parece ter em conta que uma vez muitas teorias terem sido anteriormente formuladas sobre o tempo, então pode ser que vários filósofos questionaram e falaram de algo

V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

inexistente “em si”. Todavia, o autor ao afirmar que “o tempo em si não existe” parece ressuscitar um problema que fora inicialmente colocado na história da filosofia e resolvido por dois pares de filósofos. Um par destes, na filosofia antiga e o outro na filosofia moderna nomeadamente Platão versus Aristóteles & Kant versus Hegel respetivamente. Tanto em Platão e Aristóteles quanto em Kant e Hegel, há uma resposta ao ceticismo de Elias sobre o tempo e conforme a tese formulada pelo autor este se aproxima a Platão e Kant contrariando Aristóteles e Hegel (STUMPF, 1980, p. 46-311).

Que teorias filosóficas foram anteriormente formuladas por estes pensadores e como as mesmas se relacionam com a tese de Elias sobre o tempo? No que se refere ao primeiro par de autores Platão postulou a existência de dois mundos nomeadamente o mundo sensível (visível) e o mundo inteligível (invisível). O mundo anterior (sensível) o definiu como: material, ilusório, das sombras, opiniões (*doxa*) e das crenças. Em suma é um mundo de aparências. O mundo posterior é o das ideias e da verdade, isto é, das essências (STUMPF, 1980, p. 54).

Nesta ordem, para Platão há uma relação entre o mundo da existência da verdade e o mundo das essências, isto é, das coisas em si, e do que faz as coisas serem o que elas são. Esta tese, foi estendida na modernidade por Kant ao defender que a nossa razão é limitada a tal mundo material inicialmente visto por Platão (como mundo ilusório e das opiniões) de tal forma que não podemos conhecer “as coisas em si” ou além destes limites.

Da mesma forma, no meio entre Platão e Kant (idade média) parece Santo Agostinho ter pensado na mesma esteira, uma vez que, segundo Gagnebin (1997) o autor terá influenciado o pensar filosófico ocidental sobre o tempo. Para Agostinho, existem duas cidades distintas que correspondem tanto aos dois mundos sugeridos por Platão, quanto às duas capacidades da razão apresentadas por Kant, nomeadamente a cidade celeste e a cidade terrena.

Na primeira cidade reina a perfeição e na posterior a imperfeição. Razão pela qual, Agostinho pensa que, é muito mais fácil se perceber a ilusão das coisas da cidade terrena do que a realidade da cidade celeste. (STUMPF, 1980, p. 150). Esta tese de Agostinho se equipara a Platão na medida em que este considera que o mundo sensível é apreensível para todos. Todavia, o mundo inteligível ou mundo das ideias a sua apreensão é transcendente.

De forma simplista, para Kant apenas se pode conhecer os fenómenos que nos são apresentados neste mundo material e à nossa consciência-*phenomena*⁸. Todavia, não se pode

⁸ Termo usado por Kant para designar conhecimento das coisas como elas são apreendidas no mundo sensível. V. 6, n. 2. p. 283-298, mai./jul. 2017.

conhecer o *noumenal*⁹ as coisas em si. Mas como é que as teses tanto de Platão quanto de Kant até aqui apresentadas estão ancoradas àquela formulada por Elias e que considera que “tempo em si” não existe a não ser como uma representação social? A relação que existe entre os três autores (Platão, Kant e Elias), é em termos do ceticismo sobre a episteme da essência das coisas, isto é, “das coisas em si”.

A razão humana é tão limitada que só pode conhecer somente as aparências dos fenômenos no mundo material. Daí que isso também se aplica a qualquer formulação que se pode fazer sobre o tempo. Apenas podemos formular hipóteses sobre o mesmo mas nos limitando sempre a sensibilidade e nunca a sua inteligibilidade.

Múltiplas divergências foram colocadas à tese tanto de Platão quanto de Kant e que as mesmas podem ser aqui aplicadas para resgatar o ceticismo de Elias sobre a inexistência do tempo em si. Primeiro, tanto Platão quanto Kant são idealista, e o mesmo pode se atribuir a Elias. Uma das maiores preocupações que se coloca aos idealistas sobretudo por parte dos realistas é “como é que as ideias, que são substâncias das coisas podem ser separadas das coisas”, isto é, como é que a ideia do tempo, que implica coisa em si, pode ser dissociada do tempo apresentado a nós no mundo sensível? É aqui onde parece que a tese de Elias sobre a inexistência do tempo em si, precisa ser reformulado. Aristóteles e Hegel podem facilitar nesta reformulação como parece terem feito para seus antecessores nomeadamente Platão e Kant.

Segundo Stumpf (1980) Aristóteles e Hegel ultrapassaram o idealismo de Platão e Kant através da substituição do mundo das ideias e material por mundos reais e daí abrindo uma possibilidade do conhecimento tanto das coisas quanto das coisas em si. Hegel, por exemplo, negou a impossibilidade da metafísica anteriormente postulada por Kant (STUMPF, 1980, p. 81-311).

Como afirma Aristóteles,

There are levels of knowledge. Some people know only what they experience through their senses, as, for example, when they know that fire is hot. But, says Aristotle, we do not regard what we know through the senses as wisdom. To be sure, our most authoritative knowledge of particular things is acquired through our senses. Still, this kind of knowledge tells us only the “that” of anything and not the why; it tells us, for example, that fire is hot but not why. Similarly, in medicine, some men know only that medicines heal certain illnesses. This knowledge, based upon specific experiences, is, according to Aristotle, on a lower level than the knowledge of the medical scientist who knows not only “that” a medicine will heal but knows also the reason “why”. In the various crafts, the master craftsmen “know in a truer sense and are wiser than the manual workers because they know the causes of the things that are done. (STUMPF, 1980, p. 88-89).

⁹ Termo usado por Kant para designar conhecimento em si. Contrário de *phenomenal* que quer dizer aparência ou a forma como o conhecimento é apreendido através de sentidos.

Hegel aplica uma teoria similar para resgatar a negação do conhecimento da metafísica que tinha sido negada por Kant. (STUMPF, 1980, p.325). O que os dois autores advogam é o facto de que aquilo que distingue o mundo sensível e inteligível versus *phenomena* e *noumena*, são apenas os graus e níveis de conhecimento, mas que cada uma destas categorias constitui coisa em si. O mesmo se pode negar da tese de Elias uma vez que, não há inexistência do tempo em si, mas que a dinâmica para aquisição de tal conhecimento (do tempo em si) é diferente quando se pensa simplesmente sobre o tempo no mundo sensível e material.

Recuando mais no tempo Aristóteles postulava uma teoria para se chegar ao conhecimento das coisas em si a partir do (i) *pathos* (espanto), passando por (ii) *doxa* (opinião) e finalmente a (iii) episteme (ciência) que corresponderia tanto ao mundo inteligível de Platão quanto ao *noumena* de Kant. Comte parece ter radicalizado algumas destas teses a quando do surgimento da sociologia quando considera que a (i) teleologia e (ii) a metafísica são apenas pontes que marcavam a passagem para explicação dos fenómenos sociais com base (iii) no conhecimento científico como único conhecimento verdadeiro através positivismo (GIDDENS, 2000, p. 8).

A tríade da construção epistemológica aristotélica, pode ser também aplicada na correção da problemática de tempo apontado em Elias, uma vez que, o que parece faltar na tese de Elias se centra em como é que podemos demonstrar o conhecimento de tal tempo em si como Hegel mostra na crítica feita a Kant.

Para sublinhar esta deficiência de Elias tal como Hegel mostra a Kant que a afirmação “não podemos conhecer as coisas em si” é já em si uma contradição, o mesmo pode se transferir à tese de Elias segundo a qual tempo em si não existe. Segundo, está em causa o princípio lógico de não contradição (uma coisa não pode “ser” e “não ser” ao mesmo tempo). Elias, ao afirmar que existe uma coisa que se chama tempo em si mas que não existe parece esquecer do princípio de não contradição.

Em que consiste a contradição de Elias? É que primeiro ele aceita a existência do tempo em si, mas na mesma premissa, nega a existência do que ele próprio afirma existir. O mesmo foi feito por Kant e retificado por Hegel. Para Kant, não se pode conhecer as coisas em si. Razão pela qual é impossível em Kant saber a essência das coisas. Aplicando a teoria de não contradição, Hegel identifica em Kant que afirmar que existe algo que se chama coisa em si (*noumena*), implica ter conhecimento de tal *ente* ou ser. Todavia, admitir a sua não existência na mesma proposição, é já em si uma contradição.

Pela mesma forma que tanto Aristóteles quanto Hegel resgatam os limites da definição do conhecimento iniciados por Platão e Kant respetivamente, pelo mesmo viés pode se resgatar o ceticismo de Elias de que “o tempo em si não existe”. O que se pode refletir na tese do autor é como podemos demonstrar sistematicamente, os passos para chegar se a tal conhecimento do tempo em si. Aristóteles parece ter já dado parte da solução que reside no exercício da mente humana numa tríade dimensional (*pathos, doxa* até chegar a *episteme*).

Apesar de algumas das críticas aqui sublinhadas sobre a problemática do tempo em Norbert Elias que se centraram maioritariamente na reformulação da tese de que o tempo em si não existe, e que era em si uma contradição, Elias enalteceu o debate filosófico contemporâneo sobre a temática. Dentre as suas reflexões mais significativas, notabilizam aquelas da definição do tempo como um constructo social e que os homens acordam para coordenação de suas atividades.

Todavia, este tempo não é uniformizado. Existe o tempo tradicional e o tempo científico, o que parece sugerir que as diferenças sociais entre o norte e o sul contribuem significativamente na distinção e diferenciação do tempo. Tal distinção e diferenciação, inclui os instrumentos aplicados ao longo do processo histórico para mensurar o tempo desde a aplicação de instrumentos como sol, lua, calendários até os relógios.

Elias (1997) ao apontar para a definição do tempo como construção social evidenciando a trajetória que a mesma (construção histórica) se edificou desde o período em que sociedades tradicionais viveram sem relógios até a invenção dos mesmos, explica porque é que até hoje as diferenças sociais do tempo prevalecem entre alguns grupos do norte e outros do sul.

Pelo mesmo viés se pode postular porque é que algumas sociedades do norte são maioritariamente caracterizadas pela priorização do tempo no evento contrariamente a maioria no sul que priorizam o evento e em seguida o tempo.

4. CONCLUSÕES

Este artigo tinha como objetivo mostrar os dilemas filosóficos do debate sobre o tempo em alguns processos da construção da história da humanidade. O mesmo se centrou na reformulação de duas hipóteses. A primeira é que contrariamente ao que se tem pensado que a interrogação filosófica que marca até hoje a reflexão sobre o tempo é ocidental, através da retrospectiva histórica tanto do lugar quanto dos primeiros filósofos que se interessaram sobre o tempo pode se concluir

que as primeiras teses sobre temporalidade têm mais a ver com o sul e oriente do que com o norte ou ocidente como equivocadamente parece ter se pensado.

Alguns dos exemplos aqui explorados para deslegitimar a autoctonia do sul, incluíram a referência apontada por Gagnebin (1997) sobre Santo Agostinho como precursor do modelo ocidental de indagação sobre o tempo. Uma vez Agostinho sendo oriental e não ocidental, então isso pode sustentar a tese de que aquilo que o ocidente fez desde a antiguidade passando pela modernidade até a época contemporânea sobre o tempo, é uma reinterpretação do que já tinha sido feito na Babilônia e no Egito antigo. Neste último local se desenvolveram todas as ciências e técnicas que permitiram com que o norte se beneficiasse através de contatos com a erudição oriental e se baseando na mesma para formulação de novas teorias tanto sobre a ciência quanto sobre o tempo.

A segunda hipótese se incidiu sobre a negação do ceticismo de Elias. A mesma mostrou a relação que se pode estabelecer entre a contradição existente nas teorias filosóficas de Platão e Kant bem como estas foram solucionadas por Aristóteles e Hegel (idealismo versus realismo) com a incompatibilidade da tese de Elias de que o tempo em si não existe. Pelo fato de Elias afirmar que o tempo em si não existe porque é uma representação social, fez com que ele ampliasse cada vez mais a quantidade das teorias sobre a temática uma vez tendo cometido a falácia de contradição. A partir dos dados aqui apresentados pode se concluir que ao longo da história de filosofia nem todos os filósofos foram unânimes tanto sobre a definição quanto sobre os instrumentos para mensurar o tempo.

Apesar destas divergências com a revolução industrial e com a necessidade de regular tanto as atividades quanto os homens, os relógios e calendários ganharam mais domínio como instrumentos de medição de tempo na contemporaneidade. Todavia, isso não implica que todas as sociedades dependem e sempre dependeram de relógios e calendários como instrumentos que regulam suas atividades. O que é convergente em todas as sociedades tanto ocidentais quanto orientais, do norte ou do sul, é a existência da conceitualização do tempo. Mas a forma como estas diferentes sociedades definem ou medem tal tempo vai ser convergente entre as localizações geográficas ou mesmo entre grupos diferentes numa mesma região. Pode também se concluir que a razão pela qual a forma como a aplicação do tempo vai ser divergente entre indivíduos se deve a existência de dois tipos de sociedades nomeadamente as modernas e as tradicionais.

Enquanto nas anteriores o uso e aplicação da cronometração do tempo é mais visível tornando as mesmas ativas em relação ao tempo, as posteriores seriam mais passivas e as relações interpessoais têm mais valor nas sociedades da última categoria do que o simples cumprimento de

horários e relógios. Alguns dos instrumentos de medição do tempo nas sociedades tradicionais incluem até hoje o sol, a lua e em muitos casos se aplica noite e dia, colheita ou sementeira para contrariar a dominação de relógios e calendários.

É a tentativa para perceber porque é que enquanto uns definem o tempo de certa forma e outros de outra que parece ter contribuído para as divergências que se notabilizaram e que se notam até a atualidade sempre que se pensa sobre a construção social do tempo. Apesar dos desacordos que acompanharam várias gerações de filósofos sobre a definição do tempo, a visão de Elias parece estar presente em cada uma delas “o tempo é uma construção social”, inventada para regular e orientar os homens. Razão pela qual, enquanto todos autores cujo presente artigo refletiu em torno deles falaram e perceberam o conceito tempo por vários períodos históricos, as teses formuladas sobre o mesmo foram antagónicas.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Emile. *As regras do Método Sociológico*. Tradução de Paulo Neves e Revisão de Eduardo Brandão, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999;

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Ed. Michael Schroter e tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

FRIJHOFF, William: Patterns in higher education de Ridder-Symoens (ed): *A History of the University in Europe*, vol. 2, 1996. Cambridge University Press. pp. 43-80.

GAGNEBIN, Jean. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Sindicato nacional dos editores de livros, 1997.

GIDDENS, Michel. *Sociologia*. 8ª ed. Lisboa: Polity press. Tradução de Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil-coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral, 2001.

..... *Em defesa da Sociologia. Ensaios, Interpretações e Tréplicas*. S. Paulo Fundação Editora da Unesp. Tradução de Roneide Venacio Majer e Klauss Brandini Gerhardt, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 15ª Ed. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Editora vozes, 2005.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia de Direito de Hegel*. Rio de Janeiro: Sindicato Boitempo, 2005. Tradução de Rubens Enderle & Leonardo de Deus.

MBITI, John. *African Religions and Philosophy*. 2nd Edition. USA: The division of Reed publications, 1999.

ORUKA, Odera. *African Philosophy and introduction: Trends in contemporary African philosophy*. Nairobi: Shirikon Publishers, 1990.

RUEGG, Walter: Themes in higher educativo. De Ridder-Symoens (ed): *A History of the University in Europe*. vol. 1, 1992. Cambridge University Press. pp. 3-34.

SAID, Eduard. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STUMPF, Samuel Enoch. *Socrates to Sartre: A history of Philosophy*. Revised 5th edition, New York: vanderbilt university press, 1988.

TEOREMA DE PITÁGORAS. https://pt.wikipedia.org/wiki/Teorema_de_Pit%C3%A1goras

Recebido em: 05 de jan. 2017

Aceito em: 06 de jun. 2017



APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS NA DISCIPLINA SOCIOLOGIA NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

Rafael Ademir Oliveira de Andrade¹

Daniela Tissuya Silva Toda²

RESUMO

Este trabalho busca investigar a percepção e o perfil do aluno na educação semipresencial do Centro Universitário São Lucas em Porto Velho, estado de Rondônia, no que tange aos processos avaliativos, de aprendizagem e concepção do que é educação semipresencial. Para realizar tal atividade, os processos metodológicos adotados foram a investigação bibliográfica, a aplicação de questionário semiaberto com análise quantitativa e qualitativa das informações coletadas, usando o método de análise de conteúdo de Pierre Bardin (2009). As discussões teóricas realizadas giraram em torno das concepções educacionais e formativas do modelo semipresencial na perspectiva do perfil acadêmico analisado, dialogando com aspectos sociológicos e psicológicos da teoria educacional, visando maior amplitude da análise. Os resultados apontam que o educando tem ainda uma visão reduzida e apriorística da educação à distância e de suas potencialidades, baseando-se na perspectiva tradicional de educação e avaliação, necessitando da presença do professor como condutor, não como orientador, do processo de aprendizagem. Apesar de acreditarmos na amplitude social da cultura tecnológica, percebemos que ainda há muito o que caminhar para que cultura acadêmica assimile efetivamente este aspecto, fato que este artigo apresenta.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação. Aprendizagem. Semipresencial. Estudante.

ABSTRACT

This work investigates the perception and profile of the student in semipresential education of São Luca University Center in Porto Velho, state of Rondônia, with respect to evaluation processes, learning and design of which is semipresential education. To perform this activity, the methodological process used were bibliographical research, the application of semi-open questionnaire with quantitative and qualitative analysis of information collected using the method of Pierre Bardin content analysis (2009). Theoretical discussions revolved around the educational and training concepts of semipresential model from the perspective of the analyzed academic profile, dialoguing with sociological and psychological aspects of educational theory, seeking greater breadth of analysis. The results show that the student still has a small and a priori view of distance education and its potential, based on the traditional view of education and evaluation, requiring

¹ Cientista Social e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, docente no Centro Universitário São Lucas, contato em profrafaelsocio@gmail.com.

² Graduada em Sistemas de Informação e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Docente no Instituto Federal de Rondônia, contato em danitissuya@gmail.com.

the presence of the teacher as a conductor, not as a guide, of the learning process. Although we believe the social breadth of technological culture, we realize that there is still much to walk to academic culture effectively assimilate this, the fact that this article presents.

KEYWORDS: Evaluation. Learning. Semipresential. Student.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui escrito é resultado da intenção de investigar os índices de reprovação e outras formas de não aproveitamento da disciplina de Sociologia no Centro Universitário São Lucas, Instituição de Ensino Superior situada na cidade de Porto Velho, Rondônia, Brasil. Enquanto professor da disciplina e docente responsável pelo andamento e compreensão técnica das disciplinas semipresenciais da Instituição em que lecionamos e pesquisamos, fomos cooptados pelos números e pela alta rejeição dos educandos.

A disciplina Sociologia é ofertada na modalidade semipresencial para os seguintes cursos de graduação: Administração, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Odontologia, e tem as mesmas características curriculares da oferta presencial, com a diferença elementar na forma de contato do professor com os educandos e destes com os conteúdos ministrados. A modalidade semipresencial nessa instituição conta com 08 horas de ensino presencial e 52 horas a distância, com orientação do professor responsável a partir de mediação virtual, exigindo dos educandos maior autonomia na construção dos conhecimentos, do professor maior manejo dos conteúdos, tendo em vista que os encontros presenciais são limitados e exige de ambos certos domínios da tecnologia de informação voltada para a educação.

A avaliação da disciplina ocorre por um número vasto de ferramentas, especialmente as atividades discursivas, na qual o educando responde questões a partir de pesquisa no material didático básico, aqui denominado de Guia de Estudos (texto monográfico redigido pelo professor conteudista que vai guiar os estudos e pesquisas dos estudantes), participação em questionário virtual e aplicação de prova presencial, que pode ter questões discursivas ou objetivas.

Desta forma, a educação semipresencial tem suas peculiaridades de ensino, assim como o sistema presencial e totalmente à distância, e o que indaga os pesquisadores e a Instituição de Ensino Superior que fomenta esta pesquisa é a compreensão de um fenômeno que passou a ser analisado, o alto índice de reprovação nas disciplinas da modalidade semipresencial.

Este artigo pretende investigar a percepção dos alunos com relação à avaliação e aprendizagem nesta modalidade, assim como da própria disciplina de Sociologia, dentro de suas especificidades teóricas e curriculares. Para realizar tal intento, aplicamos um questionário não identificado para os estudantes com o objetivo de identificar suas percepções e dificuldades com relação ao aprender na disciplina e na modalidade de ensino e posteriormente analisamos os dados coletados à luz da teoria das ciências educacionais, especialmente tecnologias e educação e a sociologia educacional.

1. METODOLOGIA

O método de pesquisa realizado neste trabalho passa por algumas etapas de sua construção e explica em si a natureza do texto redigido. Nesta parte do artigo pretende-se apresentar as formas do método empregadas na análise das informações.

A priori e perpassando todo o processo de construção do conhecimento, fora realizada pesquisa bibliográfica com o intuito de expandir o conhecimento teórico e de dados construídos em pesquisas prévias sobre o tema. Dados fornecidos por entidades governamentais (devidamente citados no momento oportuno) foram utilizados para ampliar a perspectiva acerca dos dados obtidos. Artigos, livros e documentos legais servem como base referencial para o presente artigo. A pesquisa conta com a participação de 50 alunos do Centro Universitário São Lucas e a pesquisa documental serve para firmar os posicionamentos dedutivos frente aos pontos colhidos em questionário semiaberto aplicado aos discentes.

O questionário aplicado buscava colher informações sobre a questão sócio econômica e cultural dos educandos, assim como sua percepção sobre os fenômenos inerentes ao exercício de construção do conhecimento e práticas avaliativas da disciplina sociologia na modalidade semipresencial. No enfrentamento estatísticas do questionário fora utilizado o método dedutivo de análise, partindo do pressuposto lógico que aquele grupo amostral serve de base para se deduzir que todo o grupo possui as mesmas, ou semelhantes características. Na análise de discurso presente na parte aberta do questionário fora utilizada a análise do discurso de Laurence Bardin (2009).

O método da análise de conteúdo objetiva a elucidação dos significados que os atores sociais exteriorizam em seus discursos, permitindo ao pesquisador inferir sobre a rede de significados de produção e difusão que permeou a trajetória da comunicação e dos autores. Ter maior conhecimento sobre o processo de construção das comunicações permite ter acesso aos elementos

de construção social, realizando assim uma leitura elementar do objeto. Bardin (2009) parte do pressuposto que os agentes sociais expressam conteúdos culturais e ideológicos em suas falas e a análise destas permite a percepção de suas intenções e perspectivas sobre a vida social.

Foram realizadas neste trabalho as três fases apontadas por Bardin (2009) para execução de uma análise do conteúdo. A (1) pré-análise consiste na organização do material à ser analisado, já fixando qual o recorte que será analisado, no caso específico deste trabalho, nosso material de análise são os questionamentos e as falas dos discentes pesquisados.

Na segunda fase (2) será realizada a descrição e categorização do material, cabendo ao pesquisador agrupar falas e discursos que se assemelham em quadros analíticos, permitindo assim análise relacionada com conteúdo teóricos específicos. Nesta pesquisa, falas dos educandos das mesmas questões e discursos similares serão associados às categorias descritivas. A última fase é a de interpretação (3), sendo realizada uma reflexão e dedução do que fora construído nas duas fases anteriores, estabelecendo uma conexão com a realidade a partir dos contextos destacados.

A análise de conteúdo foi escolhida como método pois permite uma interconexão das falas categorizadas que, ao mesmo tempo, dá posição ativa tanto para o discurso quanto para o analista, permitindo um discurso fluente, prático e especializado, tendo em consideração que os autores da pesquisa são também professores no modelo semipresencial. Cabe salientar que as categorizações e modelos de análise serão expostos na parte referente à própria análise de conteúdo deste artigo, a quinta parte.

2. ANÁLISE ECONÔMICA E SÓCIO CULTURAL DOS EDUCANDOS

Consideramos importante analisar o perfil sócio econômico dos educandos pelos mais variados motivos. É importante reconhecer que a educação é uma forma de reprodução dos aspectos sociais, não sendo capaz de se isentar dos processos políticos, culturais e geográficos em que estão inseridos seus educandos, professores e colaboradores. Não apenas a seleção dos seus membros, mas a forma do currículo representa, para os estudantes, uma possibilidade de ascensão social e não apenas isto, reproduz a forma dominante do saber desconsiderando outras formas de cultura e conhecimento.

Bourdieu e Passeron (1975) em seu famoso livro “A Reprodução” vão afirmar que a taxa de sucesso escolar vai se relacionar diretamente com o acesso aos bens culturais e históricos que os educandos têm nas suas relações familiares. Em outras palavras, torna-se importante analisar qual a

origem de classe e o acesso aos bens culturais dos alunos vai definir o contato com bens culturais tal como teatro, cinema, música, livros, palestras, viagens, dentre outros. Vai representar também, se passarmos esta análise para a modernidade, que este aluno vai “consumir cultura” de alguma maneira, sendo ela a popular ou a de massas, já que tem pouco acesso ao que chamamos de “cultura erudita”.

Logo, para compreender os aspectos de um ensino tão voltado para a tecnologia e para certa habilidade de “aprender sozinho”, é preciso saber qual a característica do educando que entra em contato com ela. Assim como foi explicitado na explanação metodológica deste artigo, foram entregues 50 questionários e destes, 30 foram preenchidos e analisados. Apresentaremos nesta parte do artigo os resultados desta coleta de dados.

O primeiro dado analisado é que 78% dos nossos alunos são oriundos da rede pública de ensino e 22% da rede particular e nenhuma porcentagem de aluno da rede particular com bolsa. Este número se associa com outro aspecto pesquisado: 66% dos alunos do rol de questionados é bolsista FIES, 22% PROUNI, 5% outras formas de financiamento estudantil e 4% pagam suas mensalidades diretamente. Há uma relação entre alunos oriundos da escola pública e alunos com alguma forma de financiamento estudantil.

Estes alunos são oriundos da escola pública brasileira, cujos dados são importantes para nossa compreensão de sua formação prévia. Com base na prova Brasil (instrumento de análise da educação básica brasileira) do ano de 2013, é possível concluir que 60% dos alunos da quinta série tem dificuldade em compreender um texto simples, segundo o IDEB (índice que leva em consideração competências de português e matemática), Rondônia tem um coeficiente na disciplina português de 193,95, sendo que o recomendado é 325 a 425 dos ensinos das séries iniciais, fundamental e médio.

Estes dados locais corroboram com os dados nacionais no sentido de que nossos educandos da educação básica estão, em média, muito aquém do mínimo requerido para saber interpretar textos. Cabe ressaltar e realizar uma crítica: mesmo com o salário que não condiz com a preparação deste professor (para consulta, analisar editais de professores SEDUC-RO), com condições nem sempre saudáveis de execução de suas atividades e com uma taxa baixíssima de aprendizado (193,95 para português e 210,95 para matemática) Rondônia possui alto índice no IDEB (5,52, sendo a meta 6,00) e uma igualmente baixa taxa de reprovação, 07 a cada 100 alunos não são aprovados.

O que estes dados dizem sobre nossa população e, ao mesmo tempo, dos educandos pesquisados neste trabalho? Que mesmo tendo uma média de educandos que não sabem ler e

interpretar textos, os mesmos são aprovados e chegam ao ensino superior com estas habilidades não desenvolvidas para o exercício da vida acadêmica e social. Estes alunos irão ter que ter certa autonomia de leitura e produção para participar de disciplinas no modelo semipresencial.

A segunda questão analisada neste artigo é que temos um bom coeficiente dos alunos pesquisados que não exercem função remunerada - questionada como trabalho. Este percentual é de 70% dos alunos que não trabalham e 30% dos que exercem alguma função. Podemos perceber nesta questão que os educandos que não trabalharam, por lógica, devem ter mais tempo hábil para realizar suas atividades e leituras da modalidade presencial e semipresencial. Dentre os alunos que trabalham, 43% trabalham acima de 40 horas semanais, 43% entre 21 e 40 horas semanais e 14% possuem carga horária de até 20 horas.

Ainda nesta perspectiva laboral e somando com os debates realizados sobre o acesso à cultura destes educandos, fora questionado sobre a renda familiar dos mesmos. Os resultados demonstram que 51% dos educandos recebem de 01 a 03 salários mínimos, 37% de 04 a 07 salários mínimos, 6% de 08 a 11 salários mínimos e 6% acima de 11 salários mínimos.

Acredita-se que pelo grande investimento de financiamento estudantil e programas de bolsas acadêmicas o perfil do aluno recebido se enquadra exatamente no levantado por esta pesquisa. A dedução que se pode realizar destes dados se encaixa com as hipóteses dos pesquisadores, partindo da premissa que os educandos cursando suas graduações são de classes menos abastadas economicamente, com carga horária de trabalho alta para mediana e com renda familiar baixa para mediana, como demonstram os dados apontados nos parágrafos anteriores.

Os próximos 03 dados apresentados e analisados nesta pesquisa farão referência direta ao acesso aos bens culturais provenientes da leitura e permanência na rede mundial de computadores e vão somar à perspectiva levantada até aqui de que os educandos pesquisados, provenientes de uma classe social cujo acesso aos bens culturais é limitado. Sem esquecer da consideração de segundo análise mais recente do IBGE, o brasileiro usa de 6 a 9,7% de sua renda total familiar em gastos culturais (tabela 19 do documento referido na nota 04), o que compreende cinema, acesso à internet, livros, revistas, música, teatro, dentre outras formas. Entretanto, se retirarmos os gastos com telefonia (acesso à celulares e internet) os gastos médios com cultura variam de 3,6 a 6,3 (tabela 20 e 21 do documento referido na nota 04) apontando que considerável parte dos gastos com cultura do brasileiro são de acesso fixo ou móvel à internet e outras formas de comunicação, deixando poucas possibilidades para o gasto com outras formas de bens culturais, dentre eles livros de graduação e formação continuada.

Para efeito de exemplo, iremos analisar duas classes sociais de recorte monetário: a primeira recebe até 830 reais mensais e a segunda, mais de 6,225 reais mensais. A primeira classe tem um gasto de 6% com bens culturais e se retirarmos o gasto com telefonia, 3,6%. A segunda classe tem um gasto 9,7%, retirando o gasto com telefonia este número cai para 6,3%.

Utilizando-se da tabela 22 do relatório de informações de indicadores culturais fornecido pelo IBGE na análise das classes analisadas acima, percebemos que:

(a) a classe de renda até 830 reais, de sua renda voltada para cultura em geral (6%), dedicam 29,5% à aquisição de eletrodomésticos, 8,9% à eventos culturais, destes 5,8% em festas e apenas 1,7% com educação profissional e atividades de ensino, destes 0,8% com informática e 0,3% com material didático. (b) a classe de renda até 6,225 reais, de sua renda voltada para a cultura em geral (9,7) dedica 12,2% à aquisição de eletrodomésticos, 18,5% à eventos culturais, destes 9,7% em festas e 6,2% em educação profissional e atividades de ensino, 0,4% com informática e 1,1% com material didático.

A análise destas duas classes econômicas (a mais baixa e a mais alta na pesquisa do IBGE) nos permite realizar algumas análises importantes para a dimensão dedutiva do perfil do educando, em perspectiva complementar ao questionário aqui levantado. Primeiro de que os indivíduos das diversas classes sociais do Brasil têm um gasto inferior com bens culturais, voltando essencialmente para aquisição de eletrodomésticos e acesso à internet. Para a educação à distância, temos um elemento dúbio: temos educandos que investem cada vez mais em tecnologia e acesso às plataformas de ensino e ao mesmo tempo que possuem pouca instrução cultural além daquela realizadas nos centros de formação básica e superior. Somos um povo que gasta mais em festas e móveis do que em formação profissional e leituras especializadas. Ao que parece, estamos frente ao potencial desafio dos modernistas brasileiros de querer discutir arte moderna em uma sociedade que essencialmente não lia.

Voltando à pesquisa realizada com os nossos alunos, foram arguidos sobre a leitura de livros específicos e não específicos. Sobre a taxa de leitura anual de livros não específicos, 35% dos alunos afirmaram não ler nenhum, 26% de 01 a 03 livros por ano, 4% de 04 a 07 livros, 9% de 07 a 10 livros anuais e 4% não responderam à esta pergunta.

Sobre livros específicos da formação acadêmica, conseguimos os seguintes resultados. 9% não leem nenhum livro por ano, 30% de 01 a 03 livros, 17% de 04 a 06 livros, de 07 a 10 livros não fora uma opção marcada e acima de 10 livros, 35% dos alunos pesquisados, 9% não responderam a questão.

Dados que devem ser analisados: 61% dos alunos leem de nenhum a 03 livros não específicos por ano, ou seja, boa parte dos alunos não tem o hábito espontâneo de leitura e 39% dos alunos leem de nenhuma a 03 livros específicos da formação por ano e o que mais interessa, 9% destes não leem livro algum em sua formação acadêmica por ano.

Sobre as horas conectados à rede mundial de computadores por semana, obtivemos os seguintes dados: 61% dos alunos afirmam que ficam de 01 a 10 horas por semana conectados (número de horas que, somado às pesquisas das disciplinas presenciais, tempo nas redes sociais já seriam insuficientes para somar à isto as atividades das disciplinas semipresenciais, que de regra geral, são mais de uma), 17% ficam de 11 a 20 horas semanais, 9% de 21 a 30 horas e 13% acima de 31 horas.

E, dentro destas horas, aonde acessam à internet os alunos pesquisados? 39% dos alunos acessam em casa, 36% na faculdade, 7% em *lan house*, 7% no trabalho e 11% em outros (celular e laboratório de estágio). 75% dos alunos tem amplo acesso à internet, quer seja em sua casa ou usando as redes sem fio da instituição de ensino local da pesquisa. Este amplo acesso não justifica a falta de possibilidade de realizar as atividades do semipresencial e da disciplina pesquisa, o que podemos procurar analisar é uma questão cultural e de perfil acadêmico que pode ser expresso no discurso discente, analisado na parte seguinte deste trabalho.

3. AVALIAÇÃO, PRESENÇA E AUSÊNCIA DA SOCIOLOGIA: O DISCURSO DISCENTE.

Apesar da explicação já realizada acerca do método utilizado na análise dos discursos dos educandos, se torna necessário explicar também outro recorte realizado. É de experiência dos pesquisadores que realizar análise de discurso em um número grande de questionários poderia levar à uma perda da qualidade analítica e uma repetição dos dados obtidos, desta maneira, algumas formas de recortes foram utilizadas para que dos 50 questionários 20 fossem analisados no método aqui apontado.

Primeiro recorte fora o maior número de questões respondidas (1), alguns dos educandos sentiram-se coagidos em não responder o questionário em todas as questões, mesmo que fosse garantida o anonimato, pois os questionários eram entregues em lugares não visíveis pelo professor, após o final dos encontros. O segundo recorte se dá na complexidade das respostas (2), alguns alunos não se preocuparam em dialogar sobre suas respostas e se mantiveram no “sim e não”, o

terceiro recorte se dá pela busca de questionários dialogados e respondidos completamente (3) e por fim chegamos ao total de 20 artigos analisados, mais completos e sem identificação dos autores.

Afim de contemplar nossas hipóteses e inquietações científicas, foram destacadas 03 categorias de análise que, por sua vez, se desdobrarão em subcategorias. A primeira categoria é “Educação Semipresencial”, a segunda “Ensino de Sociologia”, a terceira “Desempenho na educação semipresencial”. A análise das falas dos educandos sobre estas perspectivas nos possibilitará deduzir sobre os temas, perfazendo uma discussão teórica e prática sobre os mesmos. Afirmamos aos leitores interessados na construção destas percepções dos autores que peçam, via e-mail de contato, as tabelas completas que foram mantidas como arquivo, mas não adicionadas à este texto devido à limitação de páginas e grande extensão das falas dos discentes. A partir de agora, iremos analisar as categorias definidas.

3.1 Educação Semipresencial

A primeira categoria “educação semipresencial” pretende analisar a percepção do educando sobre a modalidade semipresencial de ensino, qual a importância atribuída por eles à essa forma de ensino, qual o papel do educando e do professor no semipresencial.

A primeira subcategoria (A1) é sobre o entendimento do educando acerca da educação semipresencial. O primeiro grupo de alunos (01, 05, 14, 16) sintetiza o ensino semipresencial como forma de ensino que é realizada parte presencial e outra parte no meio online. Essa definição é encontrada em Voigt (2007) “a educação semipresencial é como uma ponte que liga a modalidade presencial clássica com a moderna educação a distância”. Nessa perspectiva, temos o sétimo e o nono grupo (alunos 08 e 09, respectivamente), que definem a forma semipresencial de educação como uma forma dinâmica, que mescla o ensino virtual com o que foi discutido em sala de aula, e permite flexibilidade nos horários.

Em contraponto aos grupos citados, as respostas do terceiro (aluno 04), sexto (aluno 07), oitavo (aluno 10) e décimo (aluno 12) grupos entendem que essa modalidade é uma forma de não ter o acompanhamento do professor durante todo o processo de ensino e aprendizagem, economizar espaço físico, ter disciplinas com carga horária menores, e ter disciplinas que não seriam ministradas em sala de aula. Essas respostas chamam atenção pelo fato de que no modelo de ensino semipresencial implantado na instituição pesquisada, além dos dois encontros presenciais, o docente fica disponível diariamente para orientar os educandos, por meio da ferramenta de comunicação “chat”, e em caso de dúvidas surgidas fora do horário de chat, o educando pode usar a ferramenta

de comunicação assíncrona “Diálogo entre aluno e professor” para entrar em contato com o professor, que responderá ao aluno dentro de 24 horas úteis, mas mesmo assim, fica evidente que uma parcela de alunos entende que não há a participação do professor durante todo o desenvolvimento da disciplina.

A resposta sobre o não uso do espaço de sala de aula surpreende pela simplicidade da resposta, dissertam sobre outros pontos didáticos, esse educando focou na economia do espaço físico, fato que realmente ocorre, mas que não é o aspecto fundamental da modalidade. O entendimento do grupo 08 (aluno 10) de que a modalidade em questão oferta disciplinas que não seriam ministradas em sala de aula, preocupa por revelar a percepção de que as disciplinas semipresenciais não seriam trabalhadas presencialmente, fato que não se afirma ao verificarmos as matrizes curriculares anteriores à implementação do semipresencial, o que sinaliza a não compreensão dos educandos acerca da modalidade. Por fim, a resposta do décimo grupo (aluno 12) demonstra a percepção do educando quanto à carga horária da disciplina, a qual é considerada menor que a das outras presenciais, levando-nos a compreender que apenas os encontros presenciais estão sendo computados pelo aluno, já que a disciplina completa possui 60 horas.

A segunda subcategoria (A2) foca percepção que o educando possui sobre o seu papel na educação semipresencial. Antes de nos debruçarmos nas respostas, é válido pontuar que um dos vieses da educação mediada por tecnologias, seja ela semipresencial ou totalmente à distância, é a autonomia do aluno no processo de aprendizagem o que não significa ausência do professor (Voigt, 2007).

Nesse prisma, todos os grupos, com exceção do grupo 7 (aluno 10) e do grupo 11 (aluno 18), respondem, que o papel do aluno é estudar o material a distância, se dedicar aos estudos, interagir com outros alunos, sanar as dúvidas nos encontros presenciais, dar a mesma importância que é dada às disciplinas presenciais para as semipresenciais. Dessa forma, verifica-se que os alunos têm consciência de que as disciplinas semipresenciais requerem autonomia da parte deles para a condução do “estudo dos materiais à distância”, e que essa forma de educação reserva os momentos presenciais para tira-dúvidas, ao invés de aulas expositivas.

Por último, o grupo 11 demonstra que para ele, o papel do educando é “aprender matérias”, sem fazer menção a qualquer aspecto mais aprofundado sobre o papel do aluno. Apesar de serem poucos os alunos que demonstraram pouco conhecimento sobre o aluno do semipresencial, as respostas obtidas são preocupantes pelo fato de que os alunos matriculados na disciplina

semipresencial de Sociologia não ingressantes, ou seja, já tiveram experiências prévias com outras disciplinas semipresenciais.

A terceira subcategoria (A3) aborda a concepção do aluno acerca do papel do professor na educação semipresencial. Dentre as respostas dadas, temos dois aspectos bem reforçados, sendo que um deles é a disponibilidade de tempo para auxiliar o aluno e esse realmente é um aspecto importante do professor semipresencial, visto que a maior parte da disciplina é realizada a distância, tornando imprescindível que o professor tenha tempo para dirimir as dúvidas dos alunos, orientá-los e motivá-los ao estudo.

Ainda sobre a disponibilidade do professor, ressaltamos que no modelo utilizado pela instituição pesquisada, é regra que o professor fique online (via chat) ao menos uma hora diária para tratar das dúvidas dos alunos, ou seja, o professor dessa instituição cumpre com o seu papel de disponibilidade de tempo para o aluno.

O outro aspecto bem pontuado nas respostas é a habilidade do professor em ser claro ao responder ao aluno, fator que também é imprescindível na educação mediada por tecnologias. É preciso que a resposta do professor tenha uma agilidade para que não atrapalhe o aprendizado do educando no modelo semipresencial, distanciando aluno de professor.

3.2 Ensino de Sociologia

Nesta categoria pretende-se analisar a percepção dos educandos com relação ao ensino de Sociologia na modalidade semipresencial, se eles gostariam que ela fosse presencial e qual a importância que os alunos pesquisados atribuem à tal pesquisa. Nosso objetivo é, além de debater o ensino da disciplina em si, diferenciar disciplina de modalidade, ou seja: a Sociologia é bem-vinda como disciplina em qualquer modalidade de ensino?

O primeiro tema é a importância da disciplina para a vida acadêmica (B1). Ressaltamos que neste ponto, boa parte dos alunos irão apontar que a Sociologia é importante para sua vida acadêmica, pessoal ou profissional, concedendo-lhes visões históricas, modernas ou multiculturais da sociedade. Como fuga da regra, destacamos dois grupos de discursos além do citado acima, o primeiro é formado por categorias de habilidades profissionais (alunos 09, 12, 15 e 18) que falam de ampliação de visão acadêmica, comunicação e estabelecimento de relações interpessoais. O segundo grupo afirma que não é uma disciplina que agrega ao curso, ambos alunos (16 e 17) são do curso de Fisioterapia, mesmo que as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Fisioterapia

afirmem que o egresso deva exercer sua profissão articulada com o contexto social (CNE, 2002), tal qual falam em maior ou menor grau, as diretrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil.

Creemos que o ensino de Sociologia é visto com bons olhos por vários motivos, quer seja pela influência da fala docente nas aulas e relações virtuais, das discussões presentes nas redes sociais, resquícios mnemônicos do ensino médio, dentre outros.

No segundo ponto (B2) é analisada a pergunta: Você gostaria que a disciplina fosse presencial? Os alunos que afirmaram ser a favor (11 alunos) da disciplina na modalidade presencial afirmaram que a mesma possui muito conteúdo para pouco tempo de estudo e que as aulas presenciais poderiam facilitar a compreensão dos textos da disciplina. Estas falas significam que a questão é o aproveitamento da disciplina e a apreensão do conteúdo e desconhecem os alunos as possibilidades de outras metodologias de ensino da disciplina como debates, júris simulados, atividade de campo, dentre outras.

Uma considerável parte (08 de 20) dos alunos consideram que sua apresentação na modalidade semipresencial é suficiente e que a mesma “não é o foco do curso”. Estes alunos são dos cursos de Biomedicina, Medicina, Odontologia e Fisioterapia. É interessante perceber que a disciplina, apesar de ser importante, não é foco do curso e o modelo semipresencial (“rápido”) é considerado suficiente por esta parte dos educandos.

Precisa-se rever o papel do ensino de Sociologia e de outras disciplinas de formação humana, não apenas no desenho curricular, mas no imaginário do corpo docente e discente das instituições de formação superior. Mesmo que o ensino superior e a educação civilizadora estejam amparados no tripé do saber teórico, da competência técnica e do caráter político das relações sociais, para uma parte considerável dos alunos pesquisados a disciplina de Sociologia encontra-se à margem do seu processo de formação.

Precisamos perguntar se o ensino das disciplinas humanas são um “anexo” às disciplinas específicas para que não reneguemos aos jovens a capacidade de “pensar o futuro” e participar das mudanças sociais que ainda virão orientando futuros profissionais dentro de uma incapacidade social de conviver e pensar o diferente.

3.3 Desempenho na Educação Semipresencial

Nesta categoria, pretende-se avaliar o desempenho dos educandos com relação as formas da avaliação usadas no semipresencial na (SUPRIMIDO). Foram destacadas 03 subcategorias que serão analisadas a seguir.

No que tange ao ponto C1 (fatores de reprovação), os alunos indicam alguns fatores principais, como o tempo das aulas (presenciais) que é pouco, as atividades à distância que são muitas e complexas e ocorrem sem a supervisão do professor, assim como a falta de tempo e a falta de um professor para tirar dúvidas. Sobre estes pontos, podemos analisar algumas questões referentes à análise do perfil discente que estuda no semipresencial da (SUPRIMIDO).

Nesta geração os alunos são frutos de uma educação voltada para a disciplina das ações educacionais. De acordo com os processos gerais da educação no capitalismo tardio, voltado para a padronização como se espera do “proletário ativo” no mercado de trabalho, não educamos nossos jovens para uma vida intelectual ativa (Enguita, 1989). No Brasil, isso pode representar que a análise progressista da educação da escola nova falhou em seus elementos centrais, o “aprender a aprender” fora substituído por um aprender a se adaptar, sem a liberdade intelectual que pensavam os escolanovistas (SAVIANI, 2008). Independentemente do que se pode afirmar teoricamente o fato concreto é que os discentes não estão, ou não se sentem, preparados para a educação semipresencial, por isto precisam de um professor “para tirar dúvidas” e entendem o conteúdo como “difícil”.

Outra questão que podemos destacar é o conflito existente entre a educação presencial e semipresencial. As disciplinas semipresenciais são consideradas como um complemento “rápido” das disciplinas presenciais (pois duram 03 meses, podem ser feitas à qualquer momento, por terem apenas uma aula obrigatória, dentre outros motivos). Afirmam que algumas disciplinas “importantes” deveriam sair do modelo semipresencial, como a bioestatística.

No fator “importância das aulas presenciais” (C2) 07 dos alunos entrevistados vão afirmar que estas auxiliam a guardar os conteúdos ministrados, conteúdos estes que não podem ser apreendidos no ambiente virtual. Outros discentes (07) vão afirmar que as aulas presenciais possibilitariam debates, que consideram essenciais para o desenvolvimento da disciplina de Sociologia. De fato, a desconstrução dos processos naturalizados da sociedade pode ocorrer na conjunção entre fala e teoria, onde o aluno é protagonista da percepção. A fala destes discentes não quer dizer que isto não ocorra virtualmente, mas que “é como se não ocorresse”, pensamento este oriundo, dos métodos indicados pelas Orientações Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia no Ensino Médio (2006).

O ponto “principais dificuldades das avaliações” (C3) vai versar sobre as dificuldades apontadas pelos alunos no processo de aprendizagem. Parte considerável dos alunos (08) afirmara que há uma espécie de dificuldade para responder as questões discursivas da disciplina. Estas questões são formuladas relacionado reflexões pessoais, teoria e análise da conjectura política,

buscando estabelecer uma visão crítica da sociedade e a dificuldade dos mesmos em responder tal nível de questão nos remete, primeiramente, à dificuldade de leitura esperada do ingresso devido as condições de formação da educação básica, segundo ao processo de alienação cultural que vivem os indivíduos que vivem sobre normatização imposta pelas mídias sociais e outras formas de comunicação de massa (Harvey, 2009).

Outro grande grupo de alunos (07) vai relacionar suas dificuldades nas avaliações com o tempo, de leitura do Guia de Estudos (material de apoio escrito pelo professor da disciplina), para realização das atividades, o tempo de aula presencial ou dedicação à disciplina do semipresencial. Sobre a questão do tempo, pode-se afirmar que o caráter “inferior” das disciplinas em relação às disciplinas presenciais somam sobre a gestão do tempo do educando, mas também pode-se atribuir o tempo diminuto (03 meses do início ao fechamento da disciplina) para realização das atividades e avaliações, ocorrendo simultaneamente ao calendário presencial.

Podemos afirmar como fato é que as questões avaliativas passam por análise externa, que visa proporcionar a qualidade pedagógica da questão, o Guia de Estudos passou por análise institucional e o docente tem sua curta experiência (em termo de tempo) no ensino superior baseada na educação semipresencial e a distância, atuando como tutor na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Estes dados nos falam que os conteúdos avaliativos e a formação docente tendem a diminuir as desigualdades que possam vir a ocorrer no processo de avaliação. No entanto, sabemos que os processos formativos e pedagógicos visam diminuir os ruídos da comunicação professor-aluno, mas não os eliminar, coisa que não pode ocorrer para o próprio fator democrático da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento tecnológico pode ser uma ferramenta importante para o acesso e aprimoramento dos processos educacionais. Este artigo, apesar de não intensificar a análise desta questão, aponta para outro aspecto importante, e empírico, das possibilidades que pretendesse alcançar no futuro: nosso educando está pronto para a inserção de mediações tecnológicas na educação ou educação à distância? Os nossos dados comprovam é que os educandos estão com dificuldades não apenas tecnológicas, mas culturais (cultura educacional e de consumo) de acessar o aprendizado a partir da tecnologia.

Não sabem o papel do professor, do aluno e não conseguem se posicionar neste espaço: para ele é mais interessante que o aluno “aprenda matérias” e o professor “passe matérias” do que as

múltiplas faces e possibilidades da educação superior e a mediação tecnológica. Igualmente não sabem especificar o papel do ensino de Sociologia e compreendem a disciplina, na modalidade que se encontra, como uma ferramenta de apoio, relegada ao segundo plano.

Concluirmos então que temos muito o que caminhar no sentido de buscar uma real inserção tecnológica na educação e no ensino de capacidades críticas medidas pela tecnologia, cremos que esta pesquisa e os dados apontados podem auxiliar, assim como elucidaram os pesquisadores na compreensão de suas falhas, acertos na prática docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do ensino*. trad. Reinaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Sítio de Informações e debate sobre a Prova Brasil - *QEdu*. Disponível no link <http://www.qedu.org.br/>, acessado em 03 de Maio de 2016.

Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretária de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006.

Conselho Nacional de Educação, CNE. Resolução CNE/CES 4, de 19 de Fevereiro de 2002, *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Fisioterapia*. Brasília, 2002.

ENGUIITA, Mariano Fernández. *A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 18ª Edição. Trad. Adail Ubiraja Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2009.

MEAD, Margaret. *Adolescência y Cultura in Samoa*. 2ª Ed. Buenos Aires: Samoa, 1961.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2008.

Recebido em: 10 de fev. 2017

Aceito em: 27 de abr.2017



**COMUNIDADES TERAPÊUTICAS RELIGIOSAS:
estudo de caso sobre uma comunidade pentecostal e uma comunidade católica
carismática**

Janine Targino¹

RESUMO

O presente artigo busca apresentar, analisar e comparar o trabalho realizado pelo Projeto Reconstruir, uma comunidade terapêutica vinculada à Comunidade Carismática Maranathá, e pelo Instituto Vida Renovada (IVR), comunidade terapêutica associada à Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD). Ambas as comunidades terapêuticas estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro e concentram suas atividades no atendimento de usuários problemáticos de drogas em geral, tanto de drogas lícitas quanto ilícitas. Destaca-se que o tratamento oferecido pelas instituições em tela fundamenta-se, basicamente, sobre preceitos religiosos. Diante disso, é possível apontar determinadas aproximações e afastamentos nos planos de ação que estas comunidades terapêuticas aplicam ao longo do tratamento oferecido aos usuários de drogas que buscam auxílio nas mesmas. Os dados aqui apresentados foram coletados entre os anos de 2011 e 2015 através de pesquisa de campo por observação e entrevistas realizadas com internos e membros das equipes técnicas das instituições estudadas.

PALAVRAS-CHAVE: Pentecostalismo. Renovação Carismática Católica. Dependência de drogas. Comunidades terapêuticas.

**RELIGIOUS THERAPEUTIC COMMUNITIES:
Case study about a pentecostal community and a charismatic catholic community**

ABSTRACT

This paper seeks to present, analyze and compare the work carried out by the Projeto Reconstruir, a therapeutic community linked to the Comunidade Carismática Maranathá, and the Instituto Vida Renovada (IVR), a therapeutic community associated with the Assembleia de Deus dos Últimos Dias. Both therapeutic communities are located in the state of Rio de Janeiro and concentrate their activities in dealing with problem drug users in general, both licit and illicit drugs. It should be emphasized that the treatment offered by the institutions on screen is basically based on religious precepts. Given this, it is possible to point out certain approximations and

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tutora presencial do Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro e bolsista de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: janine.targino.silva@gmail.com

withdrawals in the action plans that these therapeutic communities apply throughout the treatment offered to drug users seeking help in them. The data presented here were collected between the years of 2011 and 2015 through observation field research and interviews with internal and technical staff members of the institutions studied.

KEYWORDS: Pentecostalism. Catholic Charismatic Renovation. Drug addiction. Therapeutic communities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge como fruto direto de minha tese de doutorado, na qual apresentei a análise minuciosa sobre a atuação e os discursos elaborados pelos atores presentes no Instituto Vida Renovada (IVR), que possui sua sede instalada no município de São João de Meriti - RJ, e no Projeto Reconstruir, que concentra sua atuação em bairros localizados no município do Rio de Janeiro. Estas instituições atuam como comunidades terapêuticas oferecendo atendimento a dependentes químicos em geral, sejam eles usuários problemáticos de drogas lícitas ou ilícitas². Neste artigo, me dedicarei à apresentação de ambas as comunidades terapêuticas e à análise e comparação dos projetos impetrados pelas mesmas no atendimento de dependentes químicos. Os dados aqui apresentados foram coletados entre os anos de 2011 e 2015 através de pesquisa de campo por observação e entrevistas semiestruturadas realizadas com internos e membros das equipes técnicas das instituições estudadas.

O IVR, primeira instituição escolhida para análise na presente pesquisa, possui perfil pentecostal e foi fundada pelo pastor Marcos Pereira em julho de 1999. O IVR trata-se de uma instituição sem fins lucrativos que oferece tratamento para dependentes químicos em geral e acolhimento para indivíduos que, após cumprirem pena no sistema penitenciário, não encontram apoio para restabelecerem suas vidas. Além da sede, o IVR possui mais uma unidade localizada no bairro de Tinguá, município de Nova Iguaçu – RJ. Esta instituição está vinculada à Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD), da qual o pastor Marcos Pereira é o atual presidente.

² Ao longo do texto, quando uso o termo “usuário problemático de drogas”, estou me referindo a um perfil específico de indivíduo que estabelece uma relação de uso abusivo e descontrolado de determinada substância entorpecente, seja ela lícita ou ilícita. Desta forma, tal como Cruz (2011), trabalho com uma definição de usuário problemático de drogas que contempla os indivíduos que não conseguem conciliar sua vida profissional e pessoal com o uso de drogas.

A segunda instituição religiosa escolhida é o Projeto Reconstruir, surgida no ano de 2001 em associação com a Comunidade Católica Maranathá. A escolha do Projeto Reconstruir como o segundo *locus* para a coleta de dados da pesquisa ocorreu pelo fato da mesma ter alcançado amplitude considerável no rol de instituições católicas que se dedicam aos cuidados de dependentes químicos em geral. O nascimento do Projeto Reconstruir foi obra dos esforços impetrados por Martins, fundador da Comunidade Maranathá, e por Alexandre Duque, a figura que idealizou o Projeto Reconstruir. Desde seu surgimento, esta instituição esteve orientada pelos preceitos da Renovação Carismática Católica (RCC) e possui por objetivo o atendimento de dependentes químicos que desejam se afastar completamente do uso de drogas. O tratamento é oferecido em nove unidades espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro, além de existir mais uma unidade localizada no município de Planaltina de Goiás, Estado de Goiás. Pode-se dizer, a priori, que o Projeto Reconstruir constitui uma das maiores redes de perfil católico carismático dedicada ao tratamento de usuários de drogas no Estado do Rio de Janeiro.

Ao todo, foram entrevistados doze internos (oito homens e quatro mulheres) no IVR e dez internos (sete homens e três mulheres) no Projeto Reconstruir. No que tange às entrevistas com membros das equipes técnicas, temos quatro entrevistas realizadas no IVR e cinco no Projeto Reconstruir. Associadas às entrevistas, também obtive extenso material através de observação em campo ao longo da pesquisa.

Com base nos dados coletados é possível apontar determinadas aproximações e afastamentos nos planos de ação que estas comunidades terapêuticas aplicam ao longo do tratamento oferecido aos usuários de drogas que buscam auxílio nas mesmas. Ainda, pode-se dizer que tais aproximações e afastamentos são construídos, respectivamente, sobre as similaridades e diferenças presentes entre os projetos pentecostal e carismático católico no tratamento da dependência química. A seguir analisaremos os discursos dos internos e de membros das equipes técnicas das instituições observadas a fim de encontrarmos os pontos de divergência e/ou convergência mais significativos para a construção de uma melhor apreensão a respeito do trabalho realizado pelo IVR e pelo Projeto Reconstruir.

PERFIL DOS INTERNOS

Entre os oito homens e quatro mulheres entrevistados no IVR e os sete homens e três mulheres entrevistados no Projeto Reconstruir temos indivíduos entre 18 e 55 anos, o que mostra

que o público atendido por estas comunidades terapêuticas é bastante abrangente no que diz respeito à sua faixa etária. Quando observei os dados básicos dos perfis dos internos do IVR e do Projeto Reconstruir pude constatar algumas características fundamentais. Em primeiro lugar, o grau de escolaridade dos internos do IVR mostra-se consideravelmente mais baixo que o apresentado pelos internos do Projeto Reconstruir. Enquanto na primeira instituição apenas um dos internos declarou ter concluído o ensino médio, na segunda instituição somente dois internos entrevistados não tinham alcançado este grau de escolaridade. Este dado demonstra que pode existir uma tendência para que indivíduos dependentes químicos com maior grau de escolaridade prefiram uma configuração específica de instituição quando decidem por aderir ao modelo religioso de tratamento para a dependência química.

A prática de crimes igualmente atravessa a trajetória dos indivíduos entrevistados nas duas instituições. Roubos, furtos e tráfico de drogas são as atividades mais comuns e, geralmente, são utilizadas pelos indivíduos como meios para conseguir drogas. Por outro lado, embora seja recorrente a prática de crimes entre estes indivíduos, nem todos os entrevistados que disseram ter cometido crimes possuem passagem pelo sistema prisional. Ao mesmo tempo, os indivíduos que estiveram encarcerados relataram que não cumpriram pena por todos os crimes que cometeram.

A forma como os internos entrevistados começaram a usar drogas coincide em vários aspectos. Todos os entrevistados relataram que, a princípio, o uso de drogas se tratava apenas de uma atividade recreativa e sazonal, geralmente incentivada por amigos que também faziam uso de entorpecentes. Neste sentido, os entrevistados descrevem uma espécie de escala crescente, na qual se passa do uso de drogas lícitas, tal como álcool e cigarro de tabaco, para as drogas ilícitas vistas como “menos potentes”, como a maconha e o “cheirinho da loló”, por exemplo. Somente após o uso destas drogas consideradas mais “fracas” é que os indivíduos relataram ter passado para o uso das drogas mais “fortes”, tais como o mesclado, a cocaína e o crack. Nesta escalada crescente que vai das drogas lícitas até as drogas ilícitas mais potentes, a influência de terceiros fora apontada pelos internos entrevistados como um elemento de extrema importância. Segundo fora dito pelos entrevistados, os amigos usuários de entorpecentes funcionavam como incentivadores do vício destes indivíduos, da mesma forma que eles também serviam, muitas vezes, como fornecedores das drogas. Além da influência exercida por terceiros, a vontade de se enturmar em um novo círculo de amigos, decepções amorosas e problemas pessoais de diversas naturezas também foram indicados como sendo fortes motivações para o uso abusivo de entorpecentes.

É fundamental destacar que a pesquisa que realizei não teve por finalidade mensurar o grau da dependência química apresentada pelo indivíduo que busca tratamento nas instituições observadas. Por isso, a amplitude da dependência química apresentada pelos indivíduos quando decidem buscar tratamento é visível apenas nos discursos dos mesmos. Ainda que alguns indivíduos entrevistados no IVR ou no Projeto Reconstruir possam ter procurado tratamento antes de atingirem o suposto grau máximo de dependência química, os discursos apresentados por eles sempre será atravessado por elementos que ilustram o “fundo do poço” para o qual a dependência das drogas os levou.

Outro ponto de destaque no que diz respeito ao traçado do perfil dos internos do IVR e do Projeto Reconstruir trata da adesão de ex-trafficantes e egressos do sistema prisional ao tratamento oferecido por ambas as instituições. Deve-se observar que existem singularidades na forma como estes indivíduos são absorvidos pelas comunidades terapêuticas observadas, e estas singularidades compõem a abordagem e a finalidade do trabalho realizado pelo IVR e pelo Projeto Reconstruir.

Entre os aproximadamente cento e vinte internos do IVR pode-se dizer que pelo menos um terço destes não ingressaram na instituição por razões exclusivamente relacionadas ao uso de drogas³. Este grupo de internos é formado, via de regra, por ex-trafficantes de drogas que decidiram abandonar, por diversos motivos⁴, o narcotráfico, e também por egressos do sistema prisional que, após cumprirem pena, não encontram respaldo de suas famílias ou outros meios para efetivarem sua reintegração social. Aqui, em essência, a distinção entre ex-trafficantes de drogas e egressos do sistema prisional está baseada apenas no fato de que, quando me refiro à ex-trafficante, estou usando a classificação nativa para distinguir o indivíduo que, embora tenha mantido envolvimento com atividades do narcotráfico durante um tempo, não foi condenado nem cumpriu pena por este crime.

Por outro lado, a categoria de egresso é extensiva a todos os indivíduos que podem ter cometido quaisquer tipos de crimes e que foram condenados a cumprir pena de encarceramento. Obviamente, entre os egressos atendidos pelo IVR encontram-se muitos ex-trafficantes que foram condenados, mas também existem outros indivíduos que foram condenados pelos mais diversos

³ Estimativa baseada nos dados oferecidos pela equipe técnica do IVR.

⁴ Entre os motivos mais relatados pelos indivíduos ex-trafficantes de drogas para que os mesmos abandonassem suas funções no âmbito do narcotráfico estão o medo de sofrer algum atentado impetrado por membros de facções rivais e o medo das frequentes investidas policiais. Aqui, torna-se claro que o medo da morte é o fator principal que leva estes indivíduos a se afastarem de suas atividades marginais.

crimes. Para aclarar esta questão, deve-se destacar que o IVR é descrito no *site* da instituição da seguinte forma:

O Instituto Vida Renovada (IVR) é uma associação civil, ligado à Igreja Evangélica Assembleia de Deus dos Últimos Dias, com finalidade não econômica reconhecida oficialmente em âmbito Municipal, Estadual e Federal, com foro na cidade de São João de Meriti.

Apresenta-se como entidade que se destina à política de atendimento a população carente através de um conjunto articulado de ações sociais de educação, qualificação profissional e inclusão social.

O IVR acredita na solidariedade como um instrumento de grande valia para o equilíbrio social, uma vez que, através do amor ao próximo e abertura de novas oportunidades terão uma chance real de conseguirem reingressar à sociedade de maneira digna e vitoriosa.

O IVR foi criado para promover e acolher egressos do sistema de detenção e oriundos das comunidades carentes, formulando soluções de desenvolvimento social econômico e cultural de cada um deles, deste modo estendemos a importância em pesquisas de desenvolvimento na área, para que possamos reintegrá-los à cidadania⁵.

A descrição da finalidade do IVR o distingue substancialmente de um centro de recuperação que trabalha apenas no atendimento de dependentes químicos, posto que dentre os objetivos do IVR está explicitamente incluído a reinserção social de egressos do sistema prisional. Já a inclusão de ex-traficantes de drogas que não foram condenados por seus crimes entre os atendidos pelo IVR ocorre como uma extensão da categoria de egressos do sistema de detenção visto que, em essência, ambos podem ser considerados como indivíduos com o mesmo perfil, distinguindo-se apenas no fato de que os primeiros não sofreram condenação, enquanto os segundos passaram pela experiência de encarceramento.

Indivíduos egressos do sistema prisional ou ex-traficantes de drogas que não sofreram condenação por seus crimes também foram encontrados no Projeto Reconstruir. Porém, de acordo com os relatos dos internos entrevistados, os mesmos chegam até a instituição movidos exclusivamente pela vontade de aderir ao tratamento contra a dependência química, e não para receberem ajuda para sua reinserção social. Este perfil do público atendido pelo Projeto Reconstruir se enquadra perfeitamente na definição dos objetivos que o projeto técnico desta instituição apresenta.

Contribuir para o desenvolvimento de ação transformadora das condições de vida de pessoas em situação de dependência química, por meio de trabalho articulado e complementar das instituições da Arquidiocese e parceiros, oferecendo oportunidade de acolhimento de dependência química, acesso a direitos (fortalecimento e preservação de vínculos familiares e comunitários, educação, capacitação para o trabalho, renda e

⁵ Informação disponível na página da internet <http://portaladud.com.br/adud/instituto/nosso-instituto> (Acesso em: 20 dez. 2016)

exercício da cidadania) assim como promovendo capacitação de agentes de prevenção e integração com as políticas públicas⁶.

Pode-se ver, então, que o Projeto Reconstruir é descrito em seu projeto técnico como uma instituição que visa atender única e exclusivamente indivíduos em situação de drogadicção e, por isso, há uma tendência para que todo o público atendido nas unidades do Projeto Reconstruir se enquadre neste quesito. Apesar de indivíduos dos mais variados perfis chegarem até a instituição solicitando acolhida, aqueles que não se enquadram no perfil de dependente químico não são aceitos como internos.

Segundo os relatos dos membros⁷ da equipe técnica do Projeto Reconstruir, nas situações em que indivíduos não dependentes químicos são identificados na triagem realizada pela instituição, busca-se entender qual a real necessidade dos mesmos para que seja possível indicar o atendimento mais adequado. Os casos específicos de indivíduos foragidos da justiça ou com pendências jurídicas, por exemplo, são orientados pelos advogados que compõem a equipe técnica no sentido de encontrar a melhor solução para a resolução do problema.

O PAPEL DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS NO TRATAMENTO CONTRA AS DROGAS

Os dados coletados através das entrevistas e da observação de campo demonstraram que, sobretudo na instituição evangélica em questão, a atividade diária na igreja é extremamente fundamental para manter-se longe do consumo de drogas. Esta característica também esteve presente entre os indivíduos que buscam a recuperação da dependência química no Projeto Reconstruir, mas de forma menos acentuada.

Diante disso, a crítica elaborada pelos que se opõem ao tratamento religioso contra a dependência química baseados no argumento de que nos grupos evangélicos a religião é utilizada como substituição para o consumo de drogas parece ganhar força. Vários dos entrevistados em internação no IVR expressaram claramente em seus discursos a importância que atribuem à substituição das atividades vinculadas às drogas por atividades religiosas, chegando, inclusive, a

⁶ Informação disponível na página da internet <http://www.maranathario.wedigital.net.br/pagina/projeto-reconstruir> (Acesso em: 20 dez. 2016)

⁷ A equipe técnica do Projeto Reconstruir é formada por um médico, duas enfermeiras, duas psicólogas e uma assistente social que atuam segundo regime de trabalho assalariado. Há, igualmente, alguns prestadores voluntários de serviços sem formação profissional que atuam periodicamente na instituição. Em geral, tanto os membros assalariados da equipe técnica quanto os voluntários se declararam católicos “praticantes”.

V. 6, n. 2. p. 314-334, mai./jul. 2017.

terem orgulho de se afirmarem como “dependentes de Deus”. No entanto, como nos indica Sanchez (2006).

De qualquer forma, quando tratamos do tema “substituição de dependências” é preciso ter cautela e não rotularmos os comportamentos destes entrevistados apenas por diferirem da cultura tradicional. Ao longo da história da psiquiatria este erro já foi cometido e na atualidade exige o esforço de pesquisadores não radicais para revertê-lo (MOREIRA-ALMEIDA et al, apud SANCHEZ, 2006, p. 263).

Dentre os indivíduos em tratamento no IVR a atividade na igreja, além de ser compulsiva em determinados momentos, está associada a uma necessidade sobremaneira forte do indivíduo não se desvincular do grupo religioso, pois isso poderia colocar todo processo de recuperação do vício de drogas em perigo. Casos de indivíduos entrevistados que apresentam longa permanência⁸ na instituição servem de base para este argumento, visto que sair da instituição, segundo os relatos dos mesmos, poderia leva-los a retomarem contato com o círculo antigo de amigos e / ou redes de contatos associada ao uso de drogas.

E não é só o receio de “voltar para o mundo” que fortalece o vínculo do indivíduo com o grupo religioso. Existem também fatores presentes nos discursos dos mesmos que indicam o medo de perder o direito de serem “protegidos por Deus” e de deixarem de pertencer a um grupo no qual, de certa forma, possuem um lugar de relevante importância. É fundamental sublinhar que, segundo as declarações dos entrevistados no IVR, a proteção divina seria a única forma de evitar a recaída e o conseqüente retorno ao consumo de drogas.

Contudo, embora a dedicação às atividades religiosas dos indivíduos em tratamento no IVR pareça mais visceral, a vivência religiosa dos indivíduos entrevistados no Projeto Reconstruir é mais diversificada. Enquanto os indivíduos internados no IVR concentram suas atividades religiosas nos cultos realizados pela ADUD e nos grupos de estudo bíblico, o grupo entrevistado no Projeto Reconstruir possui, além destas atividades, grupos de sentimentos⁹, grupos de louvor e os grupos de apoio mútuo que funcionam à maneira de sessões de terapia em grupo que envolvem o indivíduo na rotina da instituição.

Cabe sublinhar que, acerca dos entrevistados em tratamento no Projeto Reconstruir, o vínculo religioso com a instituição é mais intenso no início do tratamento, tornando-se mais fluido com o passar do tempo. Isso provavelmente pode ser explicado pelo fato de que os

⁸ Dentre os entrevistados que chamaram mais atenção no que tange ao período de permanência no internato no IVR temos dois indivíduos que relataram estar na instituição há mais de três anos.

⁹ Os grupos de sentimentos são reuniões nas quais os internos do Projeto Reconstruir têm a oportunidade de dividir com seus pares suas experiências e de vida no que tange a dependência química.

indivíduos precisam de suporte mais forte no início do tratamento, momento no qual a criação de uma rede social e rotina diária novas são indispensáveis. Nesse contexto, a experiência religiosa ocupa um papel funcional no sentido de promover alterações essenciais para que estes indivíduos possam se sentir recuperados da dependência de drogas.

Outro ponto a ser destacado é a exclusividade que os internos entrevistados conferem à vertente religiosa seguida pela instituição na qual encontram-se em tratamento. Assim, os internos entrevistados no Projeto Reconstruir declararam categoricamente que não possuem interesse em frequentar outros ambientes religiosos que não sejam católicos, a exceção de um entrevistado que disse ter vontade de frequentar uma igreja evangélica e uma igreja católica simultaneamente após finalizar o tratamento na instituição. Entre os internos do IVR também não foi possível perceber em nenhum de seus discursos a sinalização da vontade de frequentar outros ambientes religiosos que não sejam evangélicos. De fato, não existiu nem mesmo a ideia de frequentar outras igrejas evangélicas além da ADUD. A igreja que oferece suporte aos internos aparece nos discursos de forma exclusiva no que diz respeito à adesão religiosa após a finalização do tratamento.

Através das entrevistas também foi possível apreender que a vivência da religiosidade pentecostal pelos internos do IVR e da religiosidade carismática católica pelos indivíduos atendidos pelo Projeto Reconstruir os leva a expressarem em seus discursos uma maior segurança diante das adversidades da vida. Os entrevistados de ambos os grupos se mostraram muito convictos de sua fé e, em função disso, revelaram-se também muito confiantes de que esta fé seria fundamental para superar todas as dificuldades e privações diárias.

Neste sentido, a fé constitui um importante aspecto para manter-se longe do uso de drogas. Todavia, os pontos de vista sobre a aplicação da fé para não voltar à dependência química são bastante distintos entre os internos do IVR e os internos do Projeto Reconstruir, e tal distinção deve-se ao fato de que as construções cosmológicas utilizadas por cada uma destas instituições possuem particularidades que as diferenciam na forma como tratam a dependência química.

A bibliografia que trata da cosmologia pentecostal nos ajuda a melhor entender as concepções de indivíduo e liberdade vigentes nesta vertente religiosa. Autores como Birman (1997), Guimarães (1992), Mariz (1997, 1999) e Rolim (1987) sublinham que a centralidade atribuída ao demônio no pentecostalismo favorece uma interpretação na qual o demônio é acusado de provocar infortúnios e malefícios de todas as naturezas. Além disso, o demônio também é apontado como responsável por levar as pessoas a terem comportamentos inadequados,

como o uso sistemático de drogas, praticar prostituição, roubo, entre outros. Como desdobramento disso, a cosmologia pentecostal observa aqueles que manifestam comportamento desviante como oprimidos e subjugados pelas forças demoníacas (BIRMAN, 1997; MACHADO, 1996; MARIZ, 1997, 1999). Assim sendo, a responsabilidade pelas falhas de conduta não deve cair sobre o desviante propriamente dito, mas sim sobre as forças espirituais que atuam negativamente fazendo-lhe agir de tal maneira.

No momento em que adere à fé evangélico-pentecostal e aceita Jesus Cristo como seu salvador, o indivíduo passa pelo processo no qual se liberta destas forças demoníacas que outrora o levaram a se comportar de maneira autodestrutiva e que provocaram malefícios de diversas naturezas em sua vida. Passado o processo de libertação, o indivíduo pode então se considerar livre da influência maligna que já não mais tem o poder de interferir negativamente em suas ações.

Diante deste traçado cronológico que resume a adesão de um indivíduo à corrente evangélico-pentecostal, pode-se melhor apreender o motivo pelo qual nos discursos dos internos do IVR existe o frequente uso da palavra “cura” quando os mesmos se referem a sua condição atual no que tange à dependência química anteriormente manifestada. Depois de concluída a fase de libertação, na qual o indivíduo busca se livrar das forças demoníacas, nada mais possui a capacidade de fazê-lo adotar comportamentos vistos como inadequados. Por isso, estar “curado” da dependência química é uma consequência natural para aqueles que experienciam o processo de libertação de forma plena. É importante ressaltar neste ponto que a conversão à ADUD constitui uma das etapas mais importantes do tratamento aplicado pelo IVR, posto que sem a conversão do interno todo o resto do procedimento perderia completamente o sentido.

Em contrapartida, quando os discursos dos internos do Projeto Reconstruir são analisados, é possível perceber que não há o uso da palavra “cura” e, na verdade, sempre que perguntados sobre como se veem no momento atual no que diz respeito ao uso de drogas, os internos tendem a expressar certo cuidado em explicar porque não se consideravam completamente curados. Para melhor apreender esta configuração dos discursos dos internos do Projeto Reconstruir é necessário observar a forma como a dependência química é tratada pela instituição.

Os Doze Passos do Cristão¹⁰ que, via de regra, são os mesmos Doze Passos aplicados pelos Narcóticos Anônimos (NA) e pelos Alcoólicos Anônimos (AA) salvo algumas adaptações muito sutis, são parte crucial do tratamento proposto pelo Projeto Reconstruir. Estes Doze Passos consideram o usuário abusivo de drogas como um indivíduo que não possui condições de lidar sozinho com a dependência química, e que para afastar-se do uso de drogas ele precisa entender sua fragilidade diante do vício. Tal como nos NA e nos AA, no Projeto Reconstruir o adicto é observado como um indivíduo que possui a “doença da drogadicção”, a qual não possui cura, mas sim exige uma postura diária para ser controlada.

Portanto, o tratamento realizado no Projeto Reconstruir não visa “curar” o dependente químico, posto que o objetivo é tornar o usuário de drogas entendedor de que possui uma doença (a dependência química) que pode voltar a se manifestar caso não sejam tomados os cuidados necessários para isso. Este aspecto explica o uso constante de frases como “só por hoje” ou “por hoje não” nos discursos dos internos do Projeto Reconstruir quando questionados sobre a condição atual dos mesmos em relação ao uso de drogas. Em síntese, não houve entre as entrevistas realizadas o discurso da cura, mas sim o discurso da persistência na ideia de que é preciso vigiar, dia após dia, para não voltar ao uso de drogas.

Percebe-se então que, ao analisarmos os discursos dos internos e as posturas de cada uma das instituições em tela existe uma contraposição clara nos objetivos buscados nos tratamentos aplicados por ambas. Embora tanto uma quanto a outra ofereçam tratamentos que visam afastar o indivíduo da dependência química, o processo pelo qual o dependente químico passa é distinto em cada uma delas. Se no IVR existe o entendimento de que é necessário o interno se converter à ADUD para iniciar o processo que o levará à libertação das forças malignas e, conseqüentemente, à cura de sua dependência química, no Projeto Reconstruir existe a percepção de que o interno

¹⁰ Os Doze Passos dos Narcóticos e Alcoólicos Anônimos são os seguintes: 1º. Admitimos que éramos impotentes perante a nossa adicção, que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis; 2º. Viemos a acreditar em um Poder maior do que nós poderia devolver-nos à sanidade; 3º. Decidimos entregar nossa vontade e nossas vidas aos cuidados de Deus, da maneira como nós o compreendíamos; 4º. Fizemos um profundo e destemido inventário moral de nós mesmos; 5º. Admitimos a Deus, a nós mesmos e a outro ser humano a natureza exata das nossas falhas; 6º. Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter; 7º. Humildemente pedimos a Ele que removesse nossos defeitos; 8º. Fizemos uma lista de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e dispusemo-nos a fazer reparações a todas elas; 9º. Fizemos reparações diretas a tais pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo pudesse prejudicá-las ou a outras; 10º. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente; 11º. Procuramos, através de prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, da maneira como nós O compreendíamos, rogando apenas o conhecimento da Sua vontade em relação a nós, e o poder de realizar essa vontade; 12º. Tendo experimentado um despertar espiritual, como resultado desses passos, procuramos levar esta mensagem a outros adictos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades. (Informação disponível em <http://www.na.org.br/doze-passos-html>. Acesso em: 22 dez. 2016).

precisa entender sua fragilidade diante das drogas para, enfim, conseguir lutar contra o vício todos os dias. Resumidamente, enquanto o IVR trabalha com a ideia de cura condicionada à conversão do interno, o Projeto Reconstruir utiliza a concepção de que o usuário de drogas é uma pessoa que nunca estará plenamente curada e, por isso, precisa constantemente tomar determinados cuidados para não voltar a manifestar a dependência química.

Esta distinção na forma como a dependência química é tratada no IVR e no Projeto Reconstruir exerce influência na maneira como os indivíduos reagem ao tratamento nestas instituições. Um exemplo disso é o período de abstinência, momento crucial e talvez mais difícil do tratamento de um dependente químico, que é tratado de formas diferentes segundo a postura adotada no IVR e no Projeto Reconstruir.

No Projeto Reconstruir temos a aplicação do recurso medicamentoso como uma das estratégias para cuidar dos efeitos da abstinência dos internos, sobretudo aqueles que estão no início do tratamento. Não existe nenhuma espécie de interdição, seja ela de natureza religiosa ou terapêutica, para que a equipe médica do Projeto Reconstruir utilize medicamentos com a finalidade de minimizar os efeitos da ausência do entorpecente no organismo do interno. Isso está em consonância com o modo como a dependência química é observada pela instituição. Nesta comunidade terapêutica não existe o entendimento de que o interno deve buscar sua cura da dependência química. Na verdade, o interno deve buscar uma melhor maneira de se afastar do vício de drogas através da conscientização de que a dependência química, em si, não tem cura. Ao máximo, o que pode ser feito pelo indivíduo é se afastar do uso de drogas dia após dia, sem pretensão de alcançar uma cura completa que possibilite ao mesmo dizer que “jamais voltará a sentir vontade de usar drogas novamente”.

Por não estar em busca da cura e entender que a dependência química trata-se de uma doença que estará presente por toda a vida, o interno que manifesta os efeitos da abstinência não é visto como uma espécie de caso anormal dentro da comunidade terapêutica do Projeto Reconstruir. Nesta instituição, a abstinência é considerada um efeito colateral natural da pausa do consumo de entorpecentes feita pelo interno, e por isso pode e deve ser tratada através de recurso medicamentoso.

À contramão, uma postura diferente é aplicada pelo IVR. Nesta instituição entende-se que o processo de conversão pelo qual o indivíduo passa assim que adere ao tratamento é suficiente para curá-lo completamente de sua dependência química. Segundo as construções cosmológicas adotadas pela instituição, a conversão, que leva ao processo de libertação, anula toda a vontade ou

necessidade de usar entorpecentes. Aceitar Jesus Cristo como único salvador e seguir os preceitos doutrinários praticados pela ADUD compõem o ponto chave do tratamento, pois é neste momento que o interno mostra sua plena recuperação diante da dependência química. Em função disso, o uso de recurso medicamentoso não está entre as estratégias utilizadas durante o tratamento.

De fato, os membros¹¹ da equipe técnica do IVR não reconhecem o uso de medicamentos como algo necessário, pois, segundo os relatos dos mesmos, raramente acontecem casos em que os internos expressam sintomas de abstinência. De acordo com Dr.^a Sônia¹², psicóloga do IVR, embora a mesma não fosse seguidora da ADUD (nem mesmo seguidora de qualquer outra igreja evangélica), ela atribui à religião o fato de que pouquíssimos internos do IVR manifestem sintomas de abstinência durante o tratamento. Segundo ela, não haveria outra explicação plausível para entender como indivíduos usuários abusivos de entorpecentes tornam-se sãos em poucos dias após aderirem ao tratamento, mesmo sem nenhum recurso medicamentoso. Contudo, quando questionada sobre a forma como são tratados os poucos (mas existentes) casos de indivíduos com sintomas de abstinência, ela não descreveu nenhuma forma padrão de abordagem e apenas insistiu dizendo que são raros os casos e que isso não seria uma preocupação legítima da instituição.

O IVR E O PROJETO RECONSTRUIR ENQUANTO ESPAÇOS DE *EMPODERAMENTO* E VIDA EM COMUNIDADE

A análise dos dados referentes ao IVR e ao Projeto Reconstruir nos permite trabalhar, em certo nível, com uma adaptação do conceito de empoderamento para o meio religioso. Segundo Costa (2000), o empoderamento

É o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade a competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2000, p. 11).

Embora tenha sua origem vinculada aos movimentos de mulheres dos anos 1970, o conceito de empoderamento pode ser usado para melhor apreendermos o trabalho realizado pelas

¹¹ Entre os membros da equipe técnica do IVR encontramos dois advogados, uma assistente social e uma psicóloga que não são vinculados à ADUD e trabalham em regime assalariado. Ao mesmo tempo, existem várias pessoas sem formação profissional que prestam serviços voluntários na instituição. Em geral, estes prestadores de trabalho voluntário são seguidores da ADUD.

¹² Nome fictício.

comunidades terapêuticas em questão, já que este conceito abarca processos nos quais as pessoas tendem a se transformarem em agentes ativos e autônomos tanto na vida pessoal quanto na sociedade (COSTA, 2000). Da mesma forma, considera-se que o conceito de empoderamento envolve os processos de tomada de autoconsciência dos indivíduos sobre seus próprios atos (BAQUERO, 2012).

Um exemplo bastante conveniente que nos mostra o quanto a noção de empoderamento é aplicável ao estudo das instituições religiosas voltadas para o tratamento de dependentes químicos é o de homens ex-alcoolistas convertidos ao pentecostalismo. Ao analisar os elementos presentes no discurso de ex-alcoolistas, Mariz (1994) nos aponta que os mesmos destacam o quanto se sentiam fracos e, ao mesmo tempo, culpados por sua fraqueza. De acordo com a autora,

A experiência com a dependência da bebida corrói a autoestima do dependente e gera sentimentos de culpa. Os alcoolistas passam a se desprezar não apenas porque, como contam alguns entrevistados, caem no chão, ficam com má aparência e fazem coisas de que posteriormente se envergonham, mas também por se sentirem incapazes de parar de beber. Quando tentam e não tem sucesso, se dão conta de que são dependentes. Diante dessa impotência, surge a sensação de fraqueza e escravidão (MARIZ, 1994, p. 206).

Assim sendo, a dependência do álcool gera no viciado o sentimento de absoluta falta de autonomia, pois se é comandado pelo vício. Apenas quando se atravessa com sucesso o processo de abandono do vício é que o alcoolista irá vivenciar a autonomia antes vetada pela dependência do álcool. Como nos diz Mariz, quando de fato param de beber estes homens sentem que receberam uma força e poder além do que possuíam (MARIZ, 1994, p. 206). Por isso, para esta autora, a libertação do vício figura como uma forma de empoderamento do indivíduo. Neste ponto o pentecostalismo ocupa uma posição especialmente importante, visto que, como fora exposto por Mariz (1994), esta vertente religiosa revela-se como um instrumento eficiente de ajuda na recuperação da dependência do álcool. Consequentemente, a associação entre pentecostalismo e empoderamento parece plausível no caso da recuperação de alcoólicos e passível de ser estendida para a recuperação de dependentes químicos em geral.

Os dados coletados ao longo das entrevistas e da observação de campo servem para demonstrar sob quais aspectos ocorre este empoderamento dos indivíduos que recorrem ao internato no IVR e no Projeto Reconstruir. Para isso, estabelecerei um contraponto às sugestivas observações de Zigmunt Bauman feitas em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*.

Partindo da ideia de que, na contemporaneidade, a insegurança permeia a vida dos indivíduos, Bauman faz interessantes apontamentos sobre a busca de segurança. Para este pensador, a insegurança que atinge a todos está associada à desregulamentação, flexibilidade e pluralidade do mundo atual. Esta fluidez contemporânea leva os indivíduos a investirem cada vez mais naquilo que supostamente podem controlar, isto é, sua autopreservação. Busca-se então a segurança relacionada à integridade corporal e à propriedade como um paliativo para a pujante sensação de insegurança. Dessa forma, os indivíduos elevam muros e compram segurança privada criando, assim, simulacros de comunidades que os permitam se sentir mais seguros. Entre as consequências inevitáveis deste estilo de vida está a transformação do “outro” em inimigo potencialmente ameaçador e, por isso, passível de ser evitado e combatido (BAUMAN, 2003).

No panorama da sociedade contemporânea apresentado por Bauman, a perda da liberdade sobressai como um dos mais negativos resultados do surgimento de simulacros de comunidades criados no bojo da insegurança atual. Na visão de Bauman, existe uma enorme diferença entre a comunidade idealizada e a comunidade realmente existente, pois esta última trata-se de

Uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e (em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição. A “comunidade realmente existente”, se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação de aconchego do lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais abra a porta. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo (BAUMAN, 2003, p. 9-10)

Aqui, devo dizer que discordo do ponto de vista extremamente pessimista de Bauman, pois acredito que precisamos relativizar o entendimento de que as coletividades (ou “comunidades”) que insurgem da insegurança atual necessariamente implicam a perda total de liberdade pelos indivíduos que as adentram. Diferentemente de Bauman, prefiro pensar as coletividades criadas por indivíduos em situação de insegurança como portadoras de fatores positivos.

Tal como dissemos anteriormente, a dependência química abala a autonomia do indivíduo, e sem autonomia é comum que o indivíduo torne-se inseguro em seus relacionamentos, em suas atividades diárias, em sua vida pessoal e profissional, entre outros. Pode-

se então considerar o IVR e o Projeto Reconstruir como redutos de indivíduos potencialmente inseguros em busca de algo que lhes possa transmitir segurança, como, por exemplo, o apoio mútuo e o sentimento de pertencimento favorecidos pela convivência em grupo. Contudo, diferentemente de Bauman, não acredito que as comunidades terapêuticas em tela ofereçam segurança aos indivíduos em troca da completa supressão de sua liberdade. Ainda que o confinamento do tratamento implique na suspensão temporária da liberdade de ir e vir, no âmbito destas instituições os indivíduos experienciam outra espécie de liberdade inerente às religiões cristãs. Falo aqui da liberdade de agir segundo regras consideradas verdadeiras, e não por hábitos irracionais típicos daqueles que são dominados pelo vício de drogas. O conceito de liberdade que via de regra encontramos nas religiões cristãs é de caráter ascético, tendo em vista que esta liberdade é alcançada “à custa de uma submissão a leis morais e se constitui na vitória da vontade sobre o corpo, da razão e da escolha racional sobre os impulsos irracionais” (MARIZ, 1994, p. 206). Dessa forma, pode-se dizer que o empoderamento simbólico dos usuários problemáticos de drogas em tratamento no IVR e no Projeto Reconstruir está fundado na liberdade ascética que estas instituições propiciam àqueles que aderem ao programa religioso de tratamento da dependência química.

O CAPITAL DE RECUPERAÇÃO CONSTRUÍDO PELO IVR E PELO PROJETO RECONSTRUIR

Diante da discussão aqui proposta, o conceito de capital de recuperação torna-se indispensável para construirmos um panorama mais adequado de observação sobre os motivos que levam os indivíduos entrevistados a buscarem tratamento no IVR ou no Projeto Reconstruir. Da mesma forma, o conceito de capital de recuperação também pode nos servir de norteador para analisarmos mais uma das formas pelas quais o trabalho realizado pelas comunidades terapêuticas em questão age no sentido de empoderar os indivíduos que aderem ao tratamento contra a dependência química nestas instituições. Este conceito faz referência aos recursos financeiros, sociais e pessoais que um determinado indivíduo possui à sua disposição para dar início e concluir o processo de recuperação da dependência química (LAUDET, 2005 apud BARRADAS, 2008). Do mesmo modo, neste conceito cabe também o apoio que o indivíduo pode conseguir através de suas práticas de espiritualidade e / ou religiosidade (BARRADAS, 2008).

De acordo com Barradas (2008), o capital de recuperação potencializado pela espiritualidade / religiosidade confere ao indivíduo maiores possibilidades de fazê-lo passar sem grandes transtornos pela fase inicial do tratamento contra a dependência química. E, de fato, este aspecto do capital de recuperação possui extrema valia, tendo em mente que a fase inicial do tratamento contra a dependência química costuma ser a mais difícil de ser superada pelos dependentes químicos em tratamento, fato que muitas vezes provoca o abandono do processo de recuperação do vício¹³.

Em sua pesquisa, Laudet (2005 apud BARRADAS, 2008) indica que os indivíduos em tratamento contra a dependência química que encontram apoio familiar e social, além de motivação na espiritualidade / religiosidade, relatam que se sentem mais fortes para se afastarem do uso de drogas. Inclusive, é importante destacar que o indivíduo dependente químico que apresenta seu capital de recuperação atravessado por experiências de espiritualidade e / ou religiosidade possui maiores chances (se comparado a outro indivíduo sem os mesmos recursos) de tomar a decisão que o levará ao tratamento contra o consumo de entorpecentes (BARRADAS, 2008).

Por outro lado, ter a possibilidade de ocupar um posto de trabalho depois do tratamento e ter a possibilidade de usufruir da ajuda concedida por uma rede de apoio social são condições igualmente apontadas como fundamentais para que o indivíduo possa manter seu status de recuperado após a conclusão do tratamento. Da mesma forma, situações de estresse nas quais o indivíduo se sinta incapaz de fazer algo para contornar as circunstâncias podem agir no sentido de destruir todos os resultados positivos alcançados durante o processo terapêutico.

Para além da discussão sobre a efetiva recuperação dos indivíduos entrevistados, posto que este debate não faça parte dos objetivos desta pesquisa, pode-se usar o conceito de capital de recuperação para agregar mais um ângulo de observação sobre a adesão de determinada parcela de dependentes químicos ao tratamento religioso aqui analisado. É possível considerarmos que a busca pelo incremento deste capital está no rol de expectativas daqueles que optam pelos cuidados oferecidos pelo IVR e pelo Projeto Reconstruir. Tendo em vista que o indivíduo que adentra estas instituições obtêm maiores possibilidades de participar da rede de apoio mútuo construída pelos demais internos, o fortalecimento do capital de recuperação acaba por surgir como uma

¹³Na esfera dos tratamentos voltados para a dependência química, há o entendimento de que os primeiros dias de tratamento de um indivíduo dependente químico são os mais problemáticos. Isto ocorre, sobretudo, em função dos efeitos físicos extremamente desagradáveis provocados pela ausência da droga (abstinência) e pela dificuldade em se adaptar a uma nova rotina que não mais contempla o uso de entorpecentes (BUCHER & COSTA, 1985).

consequência benéfica da convivência entre pares. Uma vez que a busca pela cura / afastamento da dependência química constitui um objetivo comum entre os indivíduos internados no IVR e no Projeto Reconstruir, pode-se admitir que a ajuda conferida pela força do grupo acrescenta valor ao capital de recuperação daqueles indivíduos que estão envolvidos no processo.

Da mesma forma, segundo Barradas (2008), o capital de recuperação conferido pela espiritualidade / religiosidade torna o indivíduo capaz de atravessar a pior fase do tratamento contra a dependência química, a saber, os primeiros dias de tratamento, sem maiores danos. Embora o índice de evasão seja consideravelmente alto tanto no IVR quanto no Projeto Reconstruir, é necessário destacar que os indivíduos que conseguem permanecer na instituição após superarem as dificuldades inerentes aos primeiros dias de tratamento indicam com ênfase em seus relatos que não o teriam conseguido sem a ajuda da religião e do apoio obtido no seio do grupo.

Os dados coletados através das entrevistas com os internos e membros das equipes técnicas ajudam a entender como o capital de recuperação atua de formas diferentes no IVR e no Projeto Reconstruir na primeira fase do tratamento. Tal como exposto anteriormente, no caso específico do IVR todos os processos desagradáveis vinculados aos primeiros dias de tratamento e tipicamente classificados como produtos da abstinência, como náuseas, vômitos, dores de cabeça e no corpo, são imediatamente identificados como frutos de uma ação demoníaca. E, justamente por serem apontados como fatores relacionados à atuação das forças do mal, a única possibilidade de superá-los é a adesão do indivíduo à religião. A busca pela libertação e aceitação de Jesus Cristo como seu único salvador é o caminho exclusivo pelo qual o indivíduo em tratamento no IVR deve passar para superar todos os males associados à abstinência química. Assim sendo, o capital de recuperação propiciado pelo IVR está pautado na forte adesão religiosa do indivíduo.

Já no caso do Projeto Reconstruir, outros aspectos são contemplados. Em primeiro lugar, a equipe técnica desta instituição não possui restrições de qualquer ordem para o uso de recursos medicamentosos nos cuidados dos internos. Como efeito do entendimento de que a dependência química trata-se de uma doença (a “doença da adicção”), o uso de paliativos farmacológicos não encontra barreiras. Desta maneira, na primeira e mais crítica fase do tratamento, o indivíduo em internação no Projeto Reconstruir encontra o respaldo medicamentoso para superar este período e conseguir permanecer na instituição até a conclusão do processo terapêutico.

Em segundo lugar, além de entender a dependência química como uma forma de doença, o Projeto Reconstruir estrutura o tratamento sobre a percepção de que a busca pelo afastamento

da dependência química é uma luta diária, posto que a cura completa desta doença não seria alcançável. E, neste enfrentamento cotidiano contra o desejo de usar drogas, a participação nas atividades religiosas assume o papel de elemento indispensável para o indivíduo em tratamento nesta instituição.

Nota-se então que, por diferentes caminhos, o IVR e o Projeto Reconstruir atuam no sentido de fortalecer o capital de recuperação daqueles que optam pelo tratamento contra a dependência química nestas instituições. E, considerando que o capital de recuperação exerce um papel fundamental no tratamento contra a dependência química, as motivações dos indivíduos que buscam os cuidados oferecidos pelo IVR e pelo Projeto Reconstruir parecem estar associadas à expectativa de encontrar os elementos que compõem o capital de recuperação inerente ao tratamento religioso contra as drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre o IVR, uma instituição com perfil pentecostal, e o Projeto Reconstruir, formado por casas de recuperação com orientação carismática católica, foi possibilitada pelos pontos de convergência que existem entre estas comunidades terapêuticas. Classificado como um movimento de renovação dentro do Cristianismo, o Pentecostalismo enfatiza a experiência direta e pessoal com Deus através do batismo no Espírito Santo. De fato, o Pentecostalismo está teologicamente e historicamente próximo à RCC e exerce forte influência sobre este movimento. O cristianismo carismático tem absorvido com bastante vigor os ensinamentos pentecostais sobre o batismo no Espírito Santo e os dons espirituais (CARRANZA, 2000), o que permite a aproximação entre ambos os grupos religiosos e suas formas de lidar com questões específicas, como, por exemplo, a cura/controle da dependência química.

Tendo em vista a amplitude alcançada pela questão da dependência química na atualidade, a atuação de instituições como o IVR e o Projeto Reconstruir colaboram no sentido de fazer com que a religião atinja a sociedade mais abrangente. O projeto de recuperação da dependência aplicado por estas instituições consequentemente as coloca dentro de uma rede global onde a dependência química surge como efeito de um contexto formado por diversos fatores entrelaçados. A trama onde cresce o problema da dependência química é tão ampla que, ao agir segundo a intenção de recuperar usuários problemáticos de drogas, o IVR e o Projeto

Reconstruir acabam por se inserir em um panorama no qual o consumo de entorpecentes é apenas um entre tantos outros elementos que coexistem dentro da mesma realidade caótica. Desta forma, é possível dizer que o trabalho realizado pelas instituições em tela reverbera na sociedade como um todo, atingindo, de diversas formas, muito mais do que apenas o conjunto de dependentes químicos que desejam se livrar do vício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 173-187, jan-abr. 2012.
- BARRADAS, Ana Miriam Pinto. *Factores influentes na permanência do toxicodependentes em programas terapêuticos do Desafio Jovem: um estudo de caso*. 2008. 213f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Instituto de Psicologia, Lisboa.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BIRMAN, Patrícia. Males e malefícios no discurso neopentecostal. In: BIRMAN, Patrícia., NOVAES, Regina., CRESPO, Samira. (Orgs). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- BUCHER, Richard; COSTA, Priscila Fernandes. Modelos de atendimento a dependentes químicos. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 70-83, jul/set. 1985.
- CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. Aparecida: Editora Santuário, 2000.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *Núcleo de Estudos Interdisciplinartres sobre a Mulher*, NEIM/UFBA, Salvador, 2000.
- CRUZ, Olga Furriel de Souza. *Histórias e trajetórias de consumidores “não problemáticos” de drogas ilícitas*. 2011. 339f. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Braga, Portugal.
- GUIMARÃES, José Eugênio. *Razão e religião: Pentecostais, Visões de Mundo e Conduta*. 1992. 182f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARIZ, Cecília. A teologia da guerra espiritual: uma revisão da literatura sócio-antropológica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 33-48, 1999.

_____. O Demônio e os pentecostais no Brasil. *In: BIRMAN, Patrícia., NOVAES, Regina., CRESPO, Samira. (Orgs). O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

_____. Libertação e ética: uma análise do discurso de pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. *In: ANTONIAZZI, Alberto et al (org). Nem anjos, nem demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *O que é Pentecostalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANCHEZ, Zila Van Der Meer. *As práticas religiosas atuando na recuperação de dependentes de drogas: a experiência de grupos católicos, evangélicos e espíritas*. 2006. 321f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, Instituto de Psicobiologia, São Paulo.

SMILDE, David. *Razão para Crer: agência cultural no movimento evangélico latino-americano*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

Recebido em: 24 de jan. 2017

Aceito em: 06 de jun. 2017



**TRANSFORMAÇÕES MORAIS NO RIO DE JANEIRO E O
PROJETO DAS UPPs:
uma análise sobre uma região moral no Jardim Batan**

Ariley Dias¹

RESUMO

Robert Ezra Park foi um dos autores fundamentais para a consolidação do espaço urbano como um objeto de análise singular na Sociologia. Ele aponta para a importância da modificação do ambiente no planejamento de políticas públicas, especialmente a sua ideia de região moral, pois esse seria um mecanismo para que todas as pessoas ajam de forma adequada. Ao longo do tempo, essa proposta recebeu várias críticas pelo seu determinismo. Porém, vários programas públicos continuam a tentar resolver questões consideradas problemáticas por meio da transformação do espaço. Um deles é a ideia das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que visa a ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas da cidade – as favelas cariocas – e o oferecimento de uma série de serviços públicos. Este trabalho analisa o plano de Carlos (nome fictício), um jovem morador da favela do Jardim Batan localizada no bairro de Realengo e terceira favela a receber uma UPP. Ele propôs a transformação de um antigo posto de gasolina abandonado, um lugar utilizado por usuários de drogas ilícitas, em um espaço cultural voltado à música gospel. Adotando uma abordagem situacionista, em especial com a contribuição dos atores pragmatistas franceses, este trabalho busca entender a relevância do trabalho de Park para o Rio de Janeiro de um século mais tarde.

PALAVRAS-CHAVE: Favela. Juventude. UPP. Moralidades.

ABSTRACT

Robert Ezra Park was one of fundamental authors for consolidation of urban space as a singular analysis object in sociology. He stress the importance of environmental change in the public policy planning, especially his idea of moral regions, because that would be a mechanism for the people act adequately. Over time, this proposal received many critics due to its determinism. Although, many public programs continue trying resolve questions considered problematic through spatial transformation. One of them is the idea of Pacifying Police Units (UPP) that aims the permanent police occupation in areas considered dangerous in the city – the favelas in Rio – and the provision of public services. This paper analyses the plan of Carlos (fictitious name), a young resident of Jardim Batan's favela located in neighbourhood of Realengo and the third favela to receive an UPP. He proposed the change of an old gas station, a place has used by illicit drug users, in a cultural

¹ Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ariley_dias@yahoo.com.br

space directed to gospel music. Adopting a pragmatist approach, this paper aims understand the importance of Park's work for Rio de Janeiro one century later.

KEYWORDS: Favela. Youth. UPP. Moralities.

INTRODUÇÃO

Os espaços classificados como favela ocupam um lugar central na forma como os moradores da cidade do Rio de Janeiro pensam sobre o local que eles vivem, a despeito da heterogeneidade de seus moradores e das características físicas de seu território que geram divergências entre os critérios adotados por diferentes instituições estatais². Grande parte da favela do Jardim Batan, localizada no bairro de Realengo na Zona Oeste da cidade, ocupa um território plano com ruas asfaltadas com pequenos becos paralelos às ruas principais – uma imagem que contrasta com a representação da favela formada por barracos em encostas de morro. Outra diferença do imaginário típico é de que a favela não está circunscrita por uma vizinhança de classe média. O Batan fica localizado na Avenida Brasil, uma região caracterizada como “de passagem”, com pouca atratividade para investimentos públicos ou privados. Grande parte dos domicílios possuem residências com poucos andares, muitos em estágio de construção, cercados por pequenos muros. Além de pequenos comércios, motéis típicos de autoestrada e vários espaços classificados como favelas. O Instituto Pereira Passos (2014), baseado nos dados do Censo Demográfico de 2010, calcula que no bairro de Realengo possui 18,7% dos domicílios em situação de pobreza e 4,7% em caso de pobreza extrema. Comparativamente, as outras regiões da cidade possuem números abaixo de 16% para o primeiro caso e dos 4% para o segundo. Ou seja, o bairro onde está localizado o Batan é um dos mais pobres da cidade. O Batan se torna presente no debate público nacional após a divulgação de um caso de tortura praticado por um grupo miliciano que comandava o território contra jornalistas em 2008 (Ménard, 03/06/2008). No início do ano seguinte, a favela se torna a terceira a receber o projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que se baseia na ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas na cidade e, em contrapartida, oferece uma série de serviços públicos aos moradores locais.

² Além da dificuldade de estabelecer uma classificação única sobre qual espaço pode ser classificado como favela, a adoção do critério de residências em situações em irregularidade jurídica e a falta de bens urbanos recebem críticas por uma percepção da favela apenas por aspectos negativos.

Este trabalho analisa a história de Carlos³, um jovem morador do Batan, que propõe a transformação de um antigo posto de gasolina abandonado em um espaço cultural direcionado ao público jovem ouvinte de música gospel. Com a chegada da UPP, alguns programas sociais realizam editais de financiamento para algumas propostas potenciais de melhoria da favela. O entrevistado, junto com outros amigos jovens, consegue o financiamento da sua ideia por meio do projeto “Caminho Melhor Jovem”, que oferece, além do recurso financeiro, o auxílio de gestores da área de eventos e o estabelecimento de uma rede de contatos com jovens de outras favelas que integram a UPP. O novo espaço seria uma forma de oferecimento de uma forma de lazer que resulte em um comportamento considerado positivo de seus frequentadores. O local voltado às atividades religiosas se contrapõe a ideia de uma conduta agressiva associada aos bailes funk.

Park (1967 [1915]) escreve um texto fundamental para o desenvolvimento da Escola de Chicago ao conceber a cidade como um campo de estudo singular. Ele aponta para a coexistência de diversas moralidades dispersas pela cidade, o que ele denomina de “espaços morais”. Anos mais tarde, o autor consolida o que ele (Park, 1952) denomina de “ecologia humana” – uma série de análises desenvolvidas por ele e seus seguidores em busca da relação entre espaço e moral e a proposta de ações sobre o meio que possam evitar a emergência de condutas negativas. A primeira seção do trabalho enumera alguns pontos do trabalho de Park, em especial o texto “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. No final dessa parte, introduzo alguns pontos da teoria pragmatista, abordagem teórica que foi uma das maiores influências para a Escola de Chicago e que a partir dos anos 1980, na França, apresenta uma série de inovações principalmente ao trabalhar o tema da construção de um bem comum. Ela pode nos auxiliar a compreender a importância da ecologia urbana mesmo após várias críticas ao longo do tempo. As duas próximas seções apresentam a história de vida do entrevistado e a sua proposta de intervenção espacial no Batan. Por fim, retorno a discussão inicial sobre a importância da relevância de Park para o momento atual, mesmo com as diferenças entre a Chicago do início do século XX e o Rio de Janeiro de 2016.

A ecologia em Park: uma tentativa de compreensão da moralidade urbana

A cidade é descrita por Park (1967 [1915]) como “um estado de espírito” que se transforma de acordo com a interação entre a organização física e a organização moral. O autor verifica a

³ O nome é fictício de forma a preservar a identidade do entrevistado.

existência de isolamento entre as populações urbanas não só por atributos profissionais ou econômicos, mas por interesses, gostos ou temperamentos. Por isso, o meio urbano compreende várias regiões morais, que são espaços que reúnem as pessoas por meio de um código moral. As cidades contemporâneas apresentam a peculiaridade da possibilidade de coexistir localidades que apresentem condutas morais divergentes. A importância dessa questão é fortemente influenciada pela presença de vários grupos imigrantes isolados em guetos em Chicago naquela época. A divergência de moralidades resultaria em um quadro instável presente nos problemas de assimilação de grupos imigrantes ou no aumento das taxas de crime – temas bastante caros nos estudos da Escola de Chicago.

O modelo ecológico tenta responder a essas questões por meio da alteração do espaço físico das áreas da cidade onde os problemas se concentram. O modelo de Park e Burgess (1984 [1925]) estabelece uma divisão moral no interior da cidade, pois as áreas consideradas mais degradadas – no caso de Chicago aquelas próximas ao centro da cidade – contribuiriam para o enfraquecimento de laços de solidariedade entre os moradores. Os dois autores dividem a cidade em cinco zonas concêntricas. Aquela descrita como a mais problemática – chamada de Zona II ou Zona de Transição – enfrentaria a grande heterogeneidade da população, por ser constituída em grande parte por imigrantes e um ambiente com casas consideradas mais precárias. Shaw e McKay (1942), ao estudar a delinquência juvenil, influenciados pela teoria de Park e Burgess, relacionam o ambiente da comunidade com as taxas de crime. As mesmas áreas consideradas mais degradadas no modelo concêntrico de Park e Burgess são aquelas com as maiores taxas de crime. Para eles, a degradação do ambiente faz com que as pessoas não assumam a responsabilidade pelo local. Pois os moradores se mudariam dali tão logo conseguem ascender socialmente. Sendo assim, as áreas da Zona II são percebidas como locais de passagem. Essa abordagem defende uma intervenção do Estado que gere um maior sentimento de solidariedade das pessoas com o local que vivem como forma de combate ao crime. Dessa forma, o oferecimento de programas sociais seria uma maneira de prevenir o crime.

A teoria ecológica recebeu várias críticas posteriores, como o uso de estatísticas oficiais sem uma análise crítica e a sua abordagem de cunho evolucionista que pressupõe a mobilidade social de acordo com mudanças de caráter físico – por exemplo, ao contrário dos grupos imigrantes que se acenderam socialmente e deixaram as áreas degradadas, os negros continuam isolados em guetos na Chicago atual. Trazendo a discussão para a cidade do Rio de Janeiro, as favelas são representadas como o local onde se localiza a pobreza. Recorre-se à ideia de atraso em relação ao restante da cidade, como o aparato imobiliário tido como inferior ou com a ausência de determinados recursos que

estariam disponíveis aos residentes de fora. Os estudos sobre favela normalmente rejeitam a ideia de que os favelados produzam uma organização social diversa ao resto da cidade. O trabalho pioneiro de Machado da Silva (1967) demonstra a heterogeneidade dos moradores das favelas cariocas. O autor percebe a coexistência de uma série de atividades econômicas internas ultrapassando as fronteiras locais – o que denomina de uma organização transversal –, opondo-se à ideia de um território marcado apenas pela pobreza extrema e pelo isolamento urbano. Além disso, ele observa a existência de uma “burguesia favelada”, que consolida sua posição hierárquica superior pela capacidade de estabelecer relações pessoais com atores de dentro e fora. Leeds (1969) já propunha nos primeiros estudos sobre o tema a substituição do termo comunidade – que se tornaria um sinônimo de favela ao mesmo tempo que um eufemismo ora celebrado ora rejeitado – pelo de localidade para se referir àqueles lugares. De acordo com ele, o segundo permite apenas a identificação do local de moradia dos indivíduos, não necessariamente correspondendo a seu pertencimento a uma comunidade local.

Algumas contribuições do pragmatismo podem nos auxiliar a compreender a relação entre espaço e moral sem cair no determinismo ecológico presente na obra de Park. Desenvolvida em momentos posteriores pela Escola de Chicago, a noção de que os atores possuem a capacidade de julgamento das ações, portanto são *agentes competentes* (Garfinkel, 1967), nos permite um quadro mais fluído na relação entre agente e estrutura. Junto com essa ideia parto da noção de que os atores precisam chegar a um acordo sobre o sentido de um determinado contexto – o que Thomas (1966[1923]) denomina de *definição da situação*. Além da possibilidade da presença de vários tipos de moralidade dentro de um mesmo espaço presente na crítica feita nos estudos sobre a favela, cada indivíduo pode mobilizar uma conduta moral de acordo com uma dada configuração situacional. Por exemplo, o modelo conjunto de Boltanski e Thévenot (1991) pressupõe uma análise de situações em que os atores mobilizam diversos quadros morais abstratos referentes a uma forma de bem comum que permita chegar a um acordo apesar da existência de posições hierárquicas entre eles. Os objetos que compõem um lugar também possuem capacidade de agência da mesma forma que os humanos podem determinar as ações uns dos outros (Latour, 1984). Portanto, o espaço pode estabilizar acordos e materializar a ordem social, mas de uma maneira menos rígida do que o modelo de Park ao considera-lo como um “actante” (Greimas, 1966), um ente que pode influenciar o curso da ação. O caso aqui apresentado será analisado sob uma perspectiva atenta às mudanças de ordem moral conforme o entrevistado lida com os desafios situacionais.

A transformação de um ex-presidiário em um empreendedor cultural

Carlos tem 29 anos de idade e mora no Batan desde que nasceu. Ele reside com os seus pais e seu filho de seu antigo casamento em um terreno loteado pertencente à família próxima a uma das ruas principais – uma forma residencial característica dessa favela predominantemente plana diferente da imagem típica daquelas localizadas próximas a encostas de morro. Apesar de ter concluído o ensino médio, ele relata ter bastante dificuldade de entrar no mercado formal de emprego por ter sido preso aos 18 anos. Durante a pesquisa, pude analisar a recorrência de relatos de jovens que passaram pela experiência de encarceramento. Alguns trabalhos sobre a periferia da cidade de São Paulo mostram o papel dos mercados na mediação das relações tanto entre os moradores dessas localidades entre si quanto as estabelecidas com atores externos, visto que os mais pobres estão mais suscetíveis a serem classificados como bandidos (Telles, 2009; Hirata, 2010; Feltran, 2014). A sua principal fonte de renda antes da chegada da UPP era a venda de doces em uma barraca em frente ao loteamento de sua família e empregos temporários em obras. As novas políticas sociais no período pós-UPP buscam promover a formalização de atividades já presentes, como o serviço de vans, e facilitar a emergência de novas, com uma ideia de obtenção da cidadania por meio de uma interpretação do morador como empreendedor em potencial, pois os programas sociais facilitariam, em tese, a integração entre as ideias dos moradores e o mercado. Carlos começa a tentar materializar suas ideias para a melhoria do Batan nesse contexto. Em 2011, juntamente com um amigo, ele ganha recursos financeiros para um projeto de percussão e sonorização no âmbito de um programa chamado Caminho Melhor Jovem, cuja unidade na região fica localizada no Fumacê⁴. Esse plano visa a aplicação de cursos para o aprimoramento das habilidades musicais dos alunos, o estabelecimento de uma rede de contatos com gestores da área de eventos e jovens de outras favelas com UPPs e auxílio financeiro para a realização das suas potencialidades no local em que moram – no caso do entrevistado, a realização de eventos para fins culturais.

O maior acesso aos bens oferecidos pelo Estado tem lugar quando Carlos começa a trabalhar na AgeRio, uma agência de concessão de crédito a moradores postulantes a abrir uma pequena empresa, no Batan e no Jacarezinho. Ele conseguiu o emprego após a divulgação das vagas para jovens durante uma reunião comunitária com o comando da unidade. As atividades do cargo compreendiam a divulgação do programa e a orientação aos interessados. Como o trabalho era exercido na sede da UPP, Carlos conseguiu estabelecer uma relação de proximidade com os policiais

⁴Esta favela vizinha passa a fazer parte da UPP Batan a partir de 2012.

e ter maiores facilidades para a liberação na realização de festas e parcerias para obter recursos de programas sociais. Isso fez com que Carlos tivesse um espaço privilegiado para investir na concretização de suas ideias para melhorar o Batan no futuro. Porém, sua proximidade com os policiais gerou também problemas para mobilizar as pessoas a participarem de seus eventos justamente por conta do medo dessa associação com a polícia:

– Trabalhei um ano e pouco. Mas acabei pedindo demissão, porque como trabalhava dentro da UPP o pessoal começou a falar umas besteirinhas aí de que eu era fechamento da polícia, que eu vivia lá dentro, que eu conhecia todos eles [*os policiais*]. Depois que eu comecei a fazer festa para bandido, acabou essa ideia. O pessoal sabe que a polícia é corrupta. (...) Se eu estou com um carro sem habilitação e a polícia chegar, eu posso chegar e perguntar o que podem fazer por mim. Eles podem pedir um dinheiro para tomar um café. Eu nunca perdi dinheiro para polícia assim não. Mas eu conheço a polícia.

O apoio das pessoas a alguma proposta de intervenção depende da percepção de que os atores que a gerenciam são desinteressados. Em outras palavras, as pessoas se preocupam com a existência de interesses não revelados. Ao longo do meu trabalho de campo, os moradores apresentam forte desconfiança em relação à continuidade do projeto das UPPs, principalmente após a realização dos megaeventos na cidade⁵. Um estado de indefinição maior no Batan devido a sua história tumultuada de experiência de domínio com três grupos armados em menos de 10 anos. Reconstruindo o quadro actancial proposto por Werneck (2015) sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, proponho a presença de três atores que estabelecem planos e mobilizam elementos coercitivos em áreas consideradas problemáticas na cidade, justificando a sua presença nessas localidades. Pois apesar da superioridade da força, os atores não a possuem de forma ilimitada. São eles: o traficante de drogas, especialmente os que cresceram nas favelas ocupadas, e a proposta de defesa do território contra facções rivais e as incursões policiais; os milicianos e o plano de eliminar o risco oferecido pelo bandido; e o policiamento permanente da UPP com a perspectiva da superioridade dos aparelhos formais/legais na resolução de problemas. As pessoas buscam evitar serem rotuladas a algum dos três grupos. Por exemplo, alguns não participam dos cursos oferecidos pelos policiais porque podem ser associados a eles e temem sofrerem represálias em caso do retorno

⁵A ligação entre a UPP e a realização dos eventos de grande porte faz com que os moradores prevejam um enfraquecimento do projeto com o fim das Olimpíadas de 2016 (Burgos et alii, 2012, pp. 89-90).

do tráfico. Esse temor pode justificar a minha observação do alto número de programas sociais associados a moradores conhecidos, mesmo com os recursos iniciais provenientes do Estado, e da rejeição da vinculação dos organizadores com a política. Então, o sucesso de Carlos como gestor cultural depende da construção de uma imagem que não indique um pertencimento aos grupos armados.

O momento pós-UPP mostra a maior capacidade dos atores em transformar o espaço. Além da diminuição da possibilidade do uso do poder coercitivo, a nova forma de distribuição dos recursos estatais promove a emergência das propostas de alguns moradores a fim de trazer benefícios à favela. Os moradores afirmam mudanças espaciais como a expansão de estabelecimentos comerciais, muitos deles resultaram da legalização dos serviços. Os projetos sociais que chegaram com o policiamento permanente oferecem, em tese, mecanismos para que as inquietações dos moradores conformem o projeto desenvolvido inicialmente por outras instituições – uma ideia de “cidadania deliberativa” (Tenório, 2005). Mas o que pudemos perceber com a história de Carlos, muitas vezes os programas possuem a função de apenas distribuir recursos financeiros. A escolha se baseia pela fama positiva do proponente entre os gerenciadores das propostas de financiamento. Resultando em um aumento da presença de pequenos espaços que sofrem as intervenções daqueles que propõem transformações no lugar. Em especial, o aumento de lugares voltados para a prática da religião evangélica. Um exemplo é a transformação de um monte localizado no extremo leste da favela em um ponto de encontro entre evangélicos de várias localidades.

A PROPOSTA DE UM ESPAÇO GOSPEL NO BATAN

Com a possibilidade de obter recursos financeiros por meio dos editais dos programas sociais, Carlos pensa em transformar um posto abandonado e pequenos galpões, provavelmente construídos para guardar veículos, em um espaço de atividades culturais. O local fica em uma via de acesso à favela considerada a principal por conta de sua proximidade com a Avenida Brasil e com um ponto de ônibus vindos do Centro em direção aos bairros vizinhos da Zona Oeste, como Bangu e Campo Grande. Trata-se um local basicamente cercado por motéis e pequenos pontos comerciais. O projeto de “ocupação cultural” possui o intento de se tornar um ponto de encontro de jovens no Batan e de favelas vizinhas por meio da descoberta de talentos artísticos locais e se tornar uma opção de lazer nos primeiros meses de 2015. Carlos contrapõe o uso anterior do espaço por usuários de drogas locais com a sua proposta de transformá-lo em algo mais atraente ao mercado de consumo

visual – afinal, antes os galpões possibilitavam a atividade ilícita sem ser vista. Isso geraria novas possibilidades de obtenção de recursos e expectativas dos jovens engajados em se distanciar da imagem normalmente atribuída a pessoas nesta faixa de idade moradoras de favela.

Ser percebido como “jovem artista” pode garantir novas possibilidades de receber bens, como obter oportunidades de emprego, e diminuir a potencialidade de riscos do que ser qualificado como “usuário de drogas” ou “traficante”. O mesmo vale para aqueles que participam de atividades de lazer consideradas adequadas. Apesar de se ver com frequência algum jovem ouvindo alguma música funk em alto volume, o Batan não possui qualquer espaço para admiradores desse ritmo. Um fato que não é imprevisível se considerar as proibições do grupo miliciano, que comandava a favela antes da UPP, aos ouvintes de funk pouco tempo antes. E, possivelmente, grande parte dos moradores se oporia à tentativa de haver um baile funk na favela. Por isso, Carlos pensa em um ponto de lazer voltado a um gênero musical rival, a música gospel – apesar de se considerar evangélico, ele afirma não ser praticante, em um dos trechos da entrevista ele relata que não vai à igreja há vários anos, por isso, a escolha parece ter sido motivada de maneira pragmática por perceber maiores possibilidades do projeto se concretizar do que se fossem escolhidos outros gêneros musicais. Segundo ele, um espaço destinado ao funk geraria expectativas de que a festa terminasse em “confusão”, o que dificultaria o apoio necessário para a realização dos eventos – principalmente a autorização do comando da UPP. O entrevistado justifica a diferença do grau de potencialidade do conflito pela diferença do perfil associado aos ouvintes: o do funk teria um comportamento mais agressivo e estaria mais propenso a apoiar grupos traficantes; já os ouvintes de música religiosa estão associados a um comportamento tido como mais tranquilo com um estilo de vida tido como positivo para grande parte dos moradores e atores externos. As duas representações justificam o acesso diferenciado ao bem oferecido, nesse caso a autorização para a realização do evento. A relação entre preferência por um estilo musical e a previsão de um comportamento justifica a distribuição diferenciada entre os bens. O entrevistado, mesmo trabalhando em bailes funk em outras favelas, acredita que dificilmente a sua ideia se concretizaria, seja para obter autorização ou conseguir recursos para a sua realização – por exemplo, um dos amigos que o auxiliava é membro de uma igreja evangélica, se ela fosse direcionada ao funk. Essa percepção corrobora a crítica de que manifestações culturais produzidas em favelas são criminalizadas, especialmente o funk e o seu uso para simbolizar a figura do traficante (Zaccone, 2000). Apesar de movimentos sociais e pessoas ligadas ao gênero musical conseguirem a aprovação da lei nº5543/09, que reconhece o funk como movimento cultural e musical de caráter popular como forma de facilitar a liberação para a realização de eventos ligados ao gênero, a exigência prévia de autorização policial

em favelas integrantes do programa das UPPs para a autorização de festas resultou na diminuição do número de manifestações públicas relacionadas a esse estilo de música (Facina, 2014), frequentemente representadas como um espaço ingovernável (Silva, 2014). Portanto, a escolha de Carlos por outro gênero musical facilita a realização do evento, além de se propor a evitar o efeito de negativização moral dos artistas e dos frequentadores.

O comandante possui alto poder discricionário para intervir em vários aspectos da sociabilidade nas favelas. A necessidade de autorização prévia e a ausência de definição explícita dos critérios de avaliação⁶ torna, na prática, impossível a liberação se o promotor do evento não tiver boas relações com a direção da UPP ou que os agentes policiais não o conheçam. Carlos atribui à proximidade com os policiais por conta de seu período de emprego na AgeRio o fator fundamental para que a sua proposta de intervenção no posto fosse autorizada. Além de dificilmente a estrutura física se adequar aos critérios legais, como no caso de um pequeno palco de cimento improvisado montado em frente a um galpão de forma improvisada por Carlos e seus amigos sem a supervisão de um engenheiro, várias regras podem ser relativizadas de acordo com a negociação com os policiais. Por exemplo, o controle do volume do som é um dos principais temas de conflitos entre os moradores nas reuniões comunitárias, principalmente envolvendo os mais velhos e o alto barulho em bares na madrugada. De acordo com promotor cultural, para evitar a responsabilidade de resolver o conflito, os policiais explicam formas de burlar essas regras sem o comprometer:

– Hoje, todo mundo tem um celular com câmera [*de modo que se pode registrar qualquer ação da polícia e sua proximidade com atividades ilícitas*]. [*Assim,*] tem que deixar o cara [*o policial*] sair [*do seu horário de plantão*] para fazer merda [*no caso relatado aumentar o som após o horário de saída do policial sair do plantão*]. Já vi polícia falar que não pode ficar em um lugar porque prejudica a imagem da polícia. Até mesmo aqui no Batan. O cara chega e pede para fazer um favorzinho e abaixar o som, dar uns minutinhos e ir aumentando o som devagarinho, [*porque*] o pessoal não vai sentir. Para tudo tem um jeitinho.

Para adequar o local para receber os eventos e deixa-lo mais atraente visualmente, Carlos consegue engajar jovens do Batan e de outras favelas – muitos se conheceram pelas redes construídas pelos programas sociais. Além do palco de cimento, alguns grafiteiros pintaram as paredes do espaço e os galpões foram utilizados como depósito de alguns materiais de som. A proposta recebeu o auxílio de

⁶ Como no decreto nº 44.617/14, sobre as definições para a realização de eventos no Estado do Rio de Janeiro, que dispõe apenas sobre os prazos do processo e a autorização prévia.

peças ligadas aos programas sociais e da Associação de Moradores, inclusive Carlos e os jovens chegaram a receber algumas aulas de gestão de eventos, de técnicos que trabalham no projeto Caminho Melhor Jovem, na própria associação. As festas começavam no final da tarde dos sábados com bandas convidadas e, durante os intervalos, ele próprio participava como DJ.

Figura 1 – O local usado como palco com a entrada fechada



Fonte: Do próprio autor.

A proposta de modificação do espaço tem como objetivo principal o controle dos jovens. O ordenamento da paisagem propõe efeitos sobre a forma do uso do tempo a fim de impedir comportamentos que se afastem do ideal para um trabalhador. O trabalho de Zaluar (1985) aponta para uma representação que percebe uma dicotomia entre esse trabalhador, que apesar da precariedade do trabalho urbano e da baixa remuneração consegue sustentar sua família, e o bandido, aquele que, na representação dos outros, busca o ganho monetário bastante superior às possibilidades disponíveis ao restante dos favelados e de forma violenta e covarde. A defesa da primeira categoria se baseia, fundamentalmente, em uma superioridade moral sobre o segundo por meio da imagem do provedor. Os jovens estariam mais suscetíveis a entrar para o mundo do crime, dentro dessa perspectiva, por isso a importância de ferramentas relacionadas ao trabalho. Grande parte dos programas sociais que chegaram

no Batan com a UPP são voltados a esse público, inclusive uma unidade da escola estadual Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) foi inaugurada com a oferta de cursos de capacitação profissional. O novo espaço gospel teria a oportunidade de oferecer chances de desenvolvimento da capacidade artística e poder obter uma fonte de renda com os shows.

O FIM DO PROJETO E A PERSPECTIVA DE CARLOS EM RELAÇÃO AO FUTURO

Aqueles que tentam concretizar uma projeção demonstram certo sentimento de solidão. Durante um dos eventos no posto de gasolina desativado, Carlos e outros jovens passaram grande parte do dia limpando o espaço e montando o equipamento de som guardado em um dos galpões. Pessoas ligadas aos programas sociais também estiveram presentes para analisar o evento e discutir novas possibilidades de investimento. Porém, uma forte chuva impediu a realização da festa por ser um espaço aberto, além de não ter sido montada uma lona para proteger os aparelhos de som. Carlos começa a chorar copiosamente e criticar seus amigos por terem desmarcado um encontro no dia anterior combinado para montar a lona. É recorrente a fala da dificuldade de realizar projetos no Batan devido à falta de apoio dos próprios moradores. Essa construção explicaria a situação de maior tranquilidade em relação a outras unidades da UPP devido à ausência de conflitos, assim como a percepção da dificuldade de fazer com que as pessoas se engajem em prol da resolução de uma questão pública. Essa construção do morador pela falta de interesse justifica tanto o papel dos visionários como únicos capazes de prever o investimento necessário para conseguir chegar a um futuro positivo quanto o projeto não conseguir mobilizar a todos. Ou seja, a falta de interesse que seria natural do morador do Batan explicaria o fato de alguns não se interessarem pela proposta ou até mesmo a maior facilidade dos visionários conseguirem materializar seus planos em relação aos outros moradores. Por exemplo, Marcos, um dos jovens que participa da ideia de Carlos, diferencia os habitantes do Batan com a favela vizinha do Fumacê pela existência de um comportamento mais passivo frente a outros atores para justificar as reduzidas possibilidades de alguém não próximo aos policiais conseguir a liberação de um evento que esteja organizando:

– Quando eles [*os policiais*] não te conhecem, acabam arrumando confusão com você. [*Os policiais*] Te revistam três ou quatro vezes por dia. Quando eles já te conhecem, isso muda. Como preciso da autorização do capitão para fazer eventos aqui, acabo ficando muito na [*sede da*]UPP. Eles param de te revistar quando te conhecem. (...) Vê se eles fazem isso no Fumacê. Lá, os moradores se reúnem e

não deixam que os policiais ajam com marra. Aqui, as pessoas são muito otárias. Aceitam tudo de cabeça baixa.

O espaço gospel teve uma curta duração. Próximo do final do ano de 2015, o ativista desiste da proposta quando um dos jovens que o auxiliava buscou recursos com um traficante local que começava a reestabelecer bocas de fumo na localidade. Com isso, a parceria entre eles foi desfeita. Ele receava ter sua imagem atrelada ao grupo traficante que retornava ao local, principalmente por apostar no retorno da milícia de maneira mais ostensiva a suas atividades. Logo após o fim dos eventos, os galpões se tornaram estacionamento para os veículos do transporte alternativo em meio a vários rumores de a milícia retomar o controle do serviço com o fracasso da tentativa de legalização da atividade. Carlos prefere o domínio da milícia em relação ao tráfico:

– Eu estou torcendo para a milícia entrar logo no Batan. Porque quando entrar a milícia vou poder trabalhar melhor. Eles controlam melhor a questão do som. Eu vivo de som. Eles têm regra. (...) Prefiro pagar a milícia para ninguém ficar fumando perto da minha rua. (...) O futuro do Batan vai ser milícia. A polícia não faz o papel deles. Você viu que estão criando umas casas lá em cima para militar [*no Campo de Gericinó*]. (...) Os caras são militar e não vão querer bagunça na favela deles. Ainda mais morando lá em cima perto da UPP [*localizado no extremo norte, sendo parte de um plano de transferência da sede*]. Ali mesmo já cria uma milícia. Pode ter festa, mas não vai ser aquela desorganizada com gente fumando maconha no meio da rua.

Carlos relata o medo de conseguir trabalho de outra forma senão pelos programas sociais por ter sido preso alguns anos antes. Na época da entrevista, ele estava prestes a completar 30 – o limite de idade para ser considerado jovem e, conseqüentemente, ter chances de obter alguma renda por meio desses programas. Ele se mostra frustrado por não ter conseguido uma vaga de trabalho em uma agência do Estado voltada a questões sociais devido a uma discussão com o responsável pelo processo seletivo:

– Uma vez, fui fazer entrevista de trabalho. Falei o que fazia antes. Ele [*o entrevistador*] perguntou o que isso [*a vaga de emprego*] iria mudar a minha vida. Falei que tenho dificuldades de arranjar trabalho por ter sido preso. É difícil para mim que sou negro. Não tenho oportunidade de encontrar uma vaga de trabalho porque o meu nome está sujo ainda. Não posso fazer concurso público. Não posso fazer uma prova para polícia. Ele [*o entrevistador*] falou: “Isso aí não vai mudar nada. Aqui é entrevista de trabalho”. Respondi: “Mas por que você me perguntou? A pergunta foi baseada nisso, do porque

quero trabalhar.(...) Daqui a quatro meses vou completar 30 anos, não posso mais fazer esse trabalho. Estou aqui para ficar só quatro meses. Se eu fosse desocupado, não estaria aqui tentando trabalhar”. Me levantei e falei eu tinha que buscar o meu filho na escola. (...) Um cara que bate de frente com os outros nunca vai ser chamado.

O entrevistado justifica não fazer mais parte do projeto pela qualificação negativa da política como algo com interesses alheios ao bem comum dos moradores ou que não resultariam na melhoria do futuro. Porém, Carlos aponta que necessita de recursos de órgãos públicos, mesmo não acreditando nos programas. Ele compara o uso de programas sociais para a obtenção de votos com seu trabalho como DJ em festas em outras favelas: mesmo tocando músicas que exaltem o traficante local – ele chama esses eventos de “festa para bandido”. Assim, justifica sua cooperação com atores que qualifica como desonestos pela falta de oportunidade de emprego. Apesar disso, a realização de festas ajudaria a melhorar o Batan, por mostrar possibilidade de outras alternativas de futuro a outros jovens:

– [Os projetos culturais] dão mais dignidade. O pessoal passa o dia todo fumando maconha por aí. Ninguém tem perspectiva de vida. Comunidade que tem cultura forma cidadão. Acaba que ao participar na questão da música, acaba criando um padrão. (...) O Batan não tem nenhum espaço de lazer. O próprio ECA [*Estatuto da Criança e do Adolescente*] afirma o direito a lazer, participar de movimentos culturais. A família [*não leva a espaços de lazer*], acaba que o amigo o leva para outro lugar. Aí vira bandido.

Carlos constrói a imagem do jovem como alguém que não consegue visualizar um futuro possível a leva-lo a um cenário considerado positivo. As iniciativas em torno da criação de períodos de lazer possuem a função de “ocupar o tempo”, de modo a evitar que as pessoas entrem no mundo do crime, de acordo com a lógica da violência urbana. Trata-se de uma perspectiva que constrói um futuro padrão para o favelado baseado na obtenção de renda fora do mundo do crime, seja pela via do emprego formal seja pela formalização do trabalho informal. Os programas sociais e a oferta de meios que podem auxiliar o ingresso no mercado de trabalho é uma das alternativas padronizadas para o jovem favelado conseguir chegar a esse fim. As festas promovidas por Carlos são uma das poucas no Batan realizadas fora de datas comemorativas – como o Carnaval e as festas juninas. Ele considera sua iniciativa como uma forma de mostrar aos moradores que outras possibilidades de futuro podem ser efetivas para eles, como o investimento na música e na arte.

Ao longo da experiência com a UPP, os novos aparelhos estatais parecem não conseguir comprovar a eficiência das instituições cívicas e a resolução de problemas pela via legal/formal. Não apenas pela confusão dos objetivos sociais em relação fins militares da ocupação (Henriques e Marques, 2011), a descontinuidade dos projetos, especialmente a um cenário de corte de verbas dentro do quadro de crise econômica enfrentado pelo governo do estado, leva a um cenário de indefinição sobre o futuro do projeto e da favela ocupada. Inspirado no termo em Dewey (1938) de “situação problemática”, um estado de dúvida em relação a algum fenômeno, proponho que os atores no Batan passam por uma situação de indefinição permanente. A crença sobre um determinado fenômeno adquire um caráter fugaz, pois as pessoas não descartam a emergência de novos fatores que podem transformar o cenário atual. Vários episódios em favelas que integram o projeto das UPPs indicam uma série de desconfianças sobre a continuidade desta política pública (Machado da Silva, 2015; Menezes, 2015), especialmente após o desaparecimento do pedreiro Amarildo na Favela da Rocinha, em 2013, após ter sido levado por policiais da unidade para prestar depoimentos. No Batan, o assassinato de um comerciante que havia denunciado o surgimento de uma boca-de-fumo próxima ao seu estabelecimento (Araújo e Ernesto, 29/04/2015) é apontado pelos moradores como um fator de indefinição sobre o futuro da favela e a continuidade da UPP. Vários rumores aparecem sobre um possível retorno da atividade ostensiva de traficantes e milicianos. A indefinição resulta no acirramento do processo de particularização das tentativas de melhoria na favela. Assim, cada vez menos os atores veem como possível a possibilidade de um futuro positivo para todos.

CONCLUSÃO

Entre os pontos levantados em seu trabalho pioneiro, a questão da indefinição presente no cotidiano cidadão. Por mais que se tenha diferentes abordagens temáticas e orientações teóricas, os estudos urbanos e os próprios atores precisam enfrentar a instabilidade das formas de entender o mundo. Um fenômeno esse presente na configuração espacial. Muitos anos antes de Latour e Callon (1981) proporem a teoria dos atores-rede, Park já mencionava, além da influência da conduta moral, a possibilidade de alterar o curso de ação. Não haveria UPP e os programas sociais que possibilitaram a materialização da ideia de Carlos sem antes a consideração do Batan como um

espaço perigoso. Quando visualizamos a favela e o seu entorno, vemos as mesmas casas com poucos andares com estruturas muradas e pequenos estabelecimentos – uma paisagem bem diferente da que vemos das favelas cercando moradias de classe média em outras áreas da cidade. Inclusive, alguns entrevistados relatam que até pouco tempo atrás nem todas as áreas hoje inseridas do projeto das UPPs se consideravam fazer parte da favela. Isso muda conforme as bocas de fumo se expandem e em uma localidade, conhecida como Bahia, a ideia de que moram em uma favela só ocorre após ela ser incluída na área a receber o policiamento permanente. A representação do espaço do Batan como perigoso se consolida após a repercussão do caso de tortura no debate público. Um fato que muitos entrevistados caracterizam a entrada da favela no projeto como uma coincidência, um episódio meramente pontual. Já o local próximo à entrada da favela também não é imune a transformações: passa de um posto de gasolina que atende a demanda da via expressa, a um espaço considerado degradado para muitos moradores ao servir de esconderijo para usuários de drogas. Depois, se torna um ponto de encontro para jovens devido aos shows nos finais de semana e o aumento do pequeno comércio com o aumento do número de visitantes. E, por fim, se transforma em uma garagem de vans que muitos consideram ser controlado por um grupo milicianos ao mesmo tempo que não só há a continuidade da UPP, com uma cabine policial a um quarteirão de distância, como o surgimento de pequenas bocas de fumo nas ruas paralelas à essa entrada principal. O espaço reflete a indefinição sobre a possibilidade de um código moral se estabelecer de forma durável.

Por fim, gostaria de ressaltar a questão de muitas vezes o nosso campo, no nosso caso a cidade do Rio de Janeiro, apresenta algumas especificidades não atendidas pelas teorias construídas em outros contextos. A teoria pragmatista francesa, que desde os anos 1980 busca renovar as propostas do pragmatismo clássico americano, foi bastante mobilizada no meu trabalho. Particularmente, a obra de Boltanski e Thévenot (1991) tem como pressuposto a disponibilidade dos atores sociais na modernidade a entrar em acordo tendo em vista o bem comum. Em outras palavras, as diferenças morais são resolvidas por meio de acordos entre os atores por ser o melhor para ambos. O caso aqui apresentado mostra que o *bem de todos* (Werneck, 2012), a percepção de que o benefício toca a todo o grupo, pode ter a sua escala reduzida. O espaço gospel tem como ponto de partida a ideia de que os ouvintes de funk não são merecedores do bem que o local pode gerar. É moralmente aceitável que alguns não sejam beneficiados. Eles recebem categorias desumanizadoras, como bandidos ou vagabundos, que os atrelam a uma perspectiva de um futuro negativo. As ideias tanto de Park quanto do pragmatismo fazem uma aposta muito grande das

diferenças morais desembocarem no Estado Democrático de Direito, um ponto de partida que não consegue visualizar as nuances presentes no espaço urbano do Rio de Janeiro.

No Batan, aqueles que propõem uma mudança positiva realizam um movimento de conversão entre recursos provenientes dos programas estatais em aspectos mais particularizados. Thévenot (1986) propõem a noção de “investimento de forma” que indica elementos mobilizados pelos atores a fim de refletir sobre o custo ou sacrifício necessário para obter uma generalidade ou equivalência. O caso do espaço gospel indica que os benefícios vindouros só estarão disponíveis para aqueles que se mostrarem engajados na ideia proposta. Proponho a emergência de um investimento particular que transforma a ideia de um mundo em que todos se beneficiem, mesmo aqueles que não participam da ação, para uma concepção em que apenas os que investirem terão ganhos no futuro. Assim, os beneficiários do espaço de lazer são destinados apenas àqueles que apresentam um comportamento considerado positivo, excluindo os adeptos de outra religião, ouvintes de outros estilos de música ou que ajam de forma considerada inadequada como as pessoas que usavam drogas ilícitas no local em um período anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriano; ERNESTO, Luarlindo. Dono de bar é assassinado no Batan: Crime ocorreu dentro do estabelecimento. Francisco Carlos Vieira de Souza teria relatado ameaças um dia antes da morte. *O Dia*. Rio de Janeiro, 29/04/2015.

BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, pp.49-97, 2012.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Unscrewing the Big Leviathan; Or How Actors Macrostructure Reality, and How Sociologists Help Them to Do So?. In: KNORR CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (orgs). *Advances in Social Theory and Methodology*. Londres, Routledge, 1981.

DEWEY, John. *Logic: The Theory of Inquiry*. NovaYork, Henry Holt, 1938.

FACINA, Adriana (org.). *Acari cultural: Mapeamento da produção cultural em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2014.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, vol. 27, n. 72, pp. 495-512, 2014.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Nova Jersey, Prentice Hall, 1967.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale: Recherche et méthode*. Paris, Larousse, 1966.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. 2010. 367 f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Panorama dos Territórios: UPP Batan*. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos (IPP) /UPP Social, 2014.

LEEDS, Anthony. The significant variables determining the character of squatter settlements. *America Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 44-86, 1969.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A política na favela. *Cadernos de Estudos Brasileiros*, Ano IX, n. 41, pp. 35-47, 1967.

MÈNARD, Robert. Equipe de ‘O Dia’ sequestrada e torturada. *Observatório da Imprensa*, n. 488. São Paulo, 03/06/2008.

PARK, Robert. A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1967 [1915].

_____. *Human Communities, The City and the Human Ecology*. Glencoe, Free Press, vol 3, 1952

_____; BURGUESS, Ernest W. *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago, The University of Chicago Press, 1984[1925].

LATOUR, Bruno. *Les microbes: Guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris, Métailié, 1984.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº44.617, de 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265883>>. Acesso em 15 out. 2016.

SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Luciane Soares da. Agora abaixe o som: UPPS, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro. *Caderno CRH*, vol.27, n.70, pp.165-179, 2014.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e ilegal: Ilegalismos e jogos de poder. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n. 5-6, pp. 97-126, 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, vol. 3, n. 5, pp. 101-124, 2005.

THÉVENOT, Laurent. “Les investissements de forme”. In: THEVENOT, Laurent (org). *Conventions économiques*. Paris, PUF, 1986, pp. 21-71.

THOMAS, William I. *Unadjusted Girl: With Cases and Standpoint for Behavior Analysis*. Nova York, Harper and Row, 1966[1923].

WERNECK, Alexandre. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

Recebido em: 15 de out. 2016

Aceito em: 03 de jan. 2017



O AJUSTE FISCAL E A CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

Leonardo de Araujo e Mota¹

André Monteiro Moraes²

RESUMO

No início do século XXI, vários líderes de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais. Assim, a retórica do desenvolvimentismo retornou à pauta das políticas públicas, porém com a nova roupagem, denominada de Novo Desenvolvimentismo. Conforme esse “novo” modelo de desenvolvimento, a questão social agora seria equacionada por intermédio de um “pacto social” que contemplasse uma maior intervenção do Estado na economia, com bons índices de competitividade, controle da inflação, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. O objetivo deste artigo foi realizar uma análise sociológica da crise do projeto novo desenvolvimentista no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a partir do anúncio das medidas de ajuste fiscal. Como método de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica utilizando o conceito de Novo Desenvolvimentismo como chave analítica e tendo como recorte temporal o ano de 2015. A partir dos dados analisados verificou-se que o ciclo do novo desenvolvimentismo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff no Brasil entrou em crise, gerando recessão econômica, aumento da inflação e desemprego. Escândalos de corrupção envolvendo membros da base governista, como também efeitos retardatários da crise financeira internacional comprometeram a continuidade das políticas públicas que serviram de esteio ao ciclo “lulista” de desenvolvimento. Tal conjuntura causou uma reviravolta política, econômica e ideológica no cenário nacional, propiciando uma guinada neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando uma retração significativa das políticas sociais do período novo desenvolvimentista.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Desenvolvimentismo. Estado. Políticas Públicas. Dilma Rousseff.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UEPB) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB). E-mail: la-mota@uol.com.br

² Graduando do Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Núcleo de Desenvolvimento Regional – NDR (UEPB). E-mail: andremonteimoraes@hotmail.com

FISCAL ADJUSTMENT AND THE CRISIS OF NEW DEVELOPMENTALISM IN THE SECOND PRESIDENTIAL TERM OF DILMA ROUSSEFF

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, several leftist Latin American leaders were elected using a speech of rejection of neoliberalism policies. Thus, the rhetoric of developmentalism returned to the agenda of public policy, now called New Developmentalism. According to this new model of development, the social problems would now be conducted through a "social pact" that contemplated intervention of the State in the economy with control of inflation, accessible credit, social policies to eradicate poverty and competitiveness. The objective of this article was to perform a sociological analysis of the crisis of new developmentalist at the beginning of the second presidential term of Dilma Rousseff, after the announcement of fiscal adjustment measures. We used bibliographical research as method, with the concept of New Developmentalism as the analytical key, considering events that happened in the year of 2015. We concluded that the cycle New Developmentalism in the beginning of the second presidential term of Dilma Rousseff in Brazil entered in crisis, generating economic recession, rising of inflation and unemployment rates. Corruption scandals among politicians and parties that support her government, as well as lagging effects of the international financial crisis jeopardized the continuity of the public policies of this development cycle. This conjuncture caused a political, economic and ideological turnaround in the national scenario, propitiating a neoliberal turnout in the national policy of development during the year of 2016, with a significant retraction of the public policies of new developmentalism era.

KEYWORDS: New Developmentalism. State. Public Policy. Dilma Rousseff.

1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, líderes de partidos políticos de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais. Dessa forma, a retórica do desenvolvimentismo retornou à pauta das discussões acadêmicas e também das políticas públicas engendradas por esses governos. . Esse novo modelo de desenvolvimento passou a ser denominado de Novo Desenvolvimentismo³. Nesse novo contexto, os problemas sociais do continente deveriam agora ser atenuados através de uma política econômica que fosse capaz de combinar uma maior intervenção do Estado na economia com bons índices de competitividade

³ O Novo Desenvolvimentismo é estudado através de várias vertentes, sendo a concepção do termo mais associada a um grupo denominado de "novos desenvolvimentistas" da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira (Cf. MATTTEI, 2013). Outros autores, como Alves (2014), Silva (2013), Sampaio Jr. (2012) e Pfeifer (2014) utilizam o termo "neodesenvolvimentismo" para designar o mesmo fenômeno. A título de padronização, utilizaremos aqui a palavra Novo Desenvolvimentismo.

no mercado mundial, controle da inflação, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza extrema.

O presente artigo se constitui como uma análise sociológica dos projetos de desenvolvimento no Brasil das últimas décadas, tendo como foco principal a crise do Novo Desenvolvimentismo no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O texto está dividido em três partes. Após esta introdução, a primeira parte apresenta, de maneira sumária, a evolução histórica e econômica do nacional-desenvolvimentismo das primeiras décadas do século XX até o novo desenvolvimentismo do início do século XXI analisando-os como mecanismos de produção, reprodução e conflitos das relações econômicas e sociais.

Na segunda parte, descrevemos, em termos gerais, o novo desenvolvimentismo no contexto do ajuste fiscal do início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015. Na terceira parte, apresentamos como essas medidas de ajuste fiscal produziram seus efeitos nas políticas públicas federais considerando suas consequências em diferentes conjunturas econômicas e políticas do Brasil da atualidade. Por fim, concluímos que tal conjuntura causou uma reviravolta política de amplo espectro econômico e ideológico no cenário nacional, ao ponto de surtir fortes efeitos de natureza neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando provavelmente a mais séria crise institucional desde a recente redemocratização do Brasil e concomitante retração de várias políticas sociais do período novo desenvolvimentista.

2 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

De 1930 a 1970, o nacional-desenvolvimentismo de países latino-americanos visaram a reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos (substituição de importações), como também atenuar as fontes do nosso “atraso social” como o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de riqueza. O nacionalismo e o Estado como propulsor desse projeto de desenvolvimento eram fundamentais para seu êxito.

Em seu contexto histórico e econômico, para saírem do “subdesenvolvimento”, os países latino-americanos colocaram em prática políticas desenvolvimentistas no século XX. No caso do Brasil, a busca pela industrialização (substituição de importações) e o desenvolvimento econômico foram meta de todos os governos, tendo como grandes expoentes Getúlio Vargas e Juscelino

Kubitschek, sendo o primeiro aquele que mais promoveu a industrialização do país através da intervenção do Estado na economia (keyneisianismo), tornando-se “figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 815). Por consequência, esse mesmo período é também descrito sob a alcunha de a “Era Vargas”.

A estratégia nacional desenvolvimentista foi baseada no “pensamento cepalino”, que tinha como proposição para os países subdesenvolvidos a sua rápida industrialização para diminuir as diferenças entre os países ricos dos pobres de acordo com o avanço da diversificação industrial (COLISTETE, 2001). Tal industrialização era concebida como o único meio para o desenvolvimento dos países latino-americanos e, em certa medida, foi favorável para o desenvolvimento do Brasil, pois tinha o Estado como planejador (idealizador), financiador de blocos de investimento, produtor direto de insumos com empresas transnacionais na linha de frente desse processo.

Porém, estabelecer essa estratégia de desenvolvimento no Brasil não foi plausível pela ausência de uma “burguesia” de caráter empresarial capitalista racional, uma vez que a maioria das empresas da época (em grande proporção familiares) estava vinculada às práticas patrimonialistas e autoritárias que caracterizam a formação do Estado brasileiro, fato que inviabilizou uma política estatal efetiva e de longo prazo que estivesse acompanhada de um processo contínuo de inovação tecnológica⁴. Neste sentido, Maranhão (2009, p. 57) observa:

[...] ao invés da propagação da mentalidade empreendedora o que se processava entre os empresários brasileiros era o alastramento do “espírito aventureiro” e do patrimonialismo de Estado. Estas últimas formas de racionalidade representavam a sobrevivência de um arcaísmo pré-capitalista no interior da mentalidade empresarial brasileira que fragiliza a atuação política burguesa e impõe sérios empicilhos ao processo de industrialização e desenvolvimento do país.

O esgotamento do projeto nacional desenvolvimentista, também denominado de “populista” findou seu ciclo em uma grave crise financeira que atingiu seu ápice no final da década de 1970⁵. Na década de 1980, muitos países latino-americanos efetuaram suas transições de regimes ditatoriais para a “democracia”. As políticas desenvolvimentistas, porém, não eram

⁴ Cabe aqui destacar que relações promíscuas entre empresas familiares, parlamentares e gestores federais, estaduais e municipais no Brasil ainda é fato notório no Brasil da atualidade, sendo inúmeras irregularidades ainda hoje denunciadas de forma sistemática pela imprensa.

⁵ É importante salientar que neste mesmo período o mundo capitalista desenvolvido também era afetado pela crise mundial do petróleo, que se manifestou nos “choques” de 1973 e 1979, seguindo-se daí a estagnação que findou por resultar na ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1980 na Inglaterra e Estados Unidos (Cf. HOBBSBAWN, 1995).

mais capazes de contornar a crise econômica que assolou a economia de muitos países latino-americanos na década de 1980, fato que passou a tornar-se um problema crucial para as administrações democráticas de países como a Argentina e o Brasil, sobretudo em função da hiperinflação, fato que contribuiu, aliás, para que muitos governos adotassem políticas neoliberais, enfraquecendo o poder do Estado de intervir na economia.

Na década de 1990, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência no Brasil, tendo como principal “cabo eleitoral” os efeitos positivos da estabilização da economia após a implantação do Plano Real. Ele teve, como principal pauta: debelar a hiperinflação; estabilizar a economia e aumentar o poder de compra do salário mínimo e “reformular” através de um amplo programa de privatizações de empresas estatais. Alguns anos depois, a grande crise econômica de 1998 gerou altos índices de desemprego, ampliou o descrédito quanto à política econômica do governo FHC e concedeu fôlego necessário à eleição de Luís Inácio da Silva (Lula) em 2002.

Como consequência, o início do século XXI foi marcado pela vitória de uma série de líderes políticos de esquerda latino-americanos como Hugo Chávez (Venezuela), Michele Bachelet (Chile), Nestor Kirchner (Argentina) e Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), que se utilizaram de um discurso de combate ao neoliberalismo e à consequente apologia ao “Estado-mínimo” (BRAND; SECKLER, 2010). Entende-se, então, que haveria uma virada de retorno ao Estado como interventor na economia, porém, sem descartar a necessidade de se manter bons índices de competitividade nos mercados globalizados⁶.

Conforme salienta Castelo Branco (2009), o objetivo dos novos desenvolvimentistas no Brasil seria:

[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado pelos setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 74)

O mesmo autor resume os componentes econômicos, políticos e ideológicos desse novo modelo de desenvolvimento:

⁶ Neste sentido Bresser-Pereira (2016, p. 239) salienta que “[...] o Novo Desenvolvimentismo é uma teoria histórico-dedutiva baseada nas experiências bem-sucedidas de crescimento acelerado, especialmente a experiência dos países do Leste Asiático. Como forma existente de capitalismo, as experiências desenvolvimentistas podem ser autoritárias ou democráticas, conservadoras ou progressistas, e bem ou malsucedidas”.

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades. Esta é, grosso modo, a utopia da *intelligentsia* novo-desenvolvimentista. (CASTELO BRANCO, 2009, p.78)

Nesses termos, para assegurar a manutenção do projeto novo desenvolvimentista, seria necessária a criação de mecanismos para balanço de pagamentos, procurando minimizar choques internos/externos na taxa de câmbio que viessem a prejudicar os ganhos das exportações. A diferença básica entre o antigo desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo seria que “[...] o primeiro focava suas políticas defensivas na balança comercial, procurando tornar a economia menos dependente da exportação de produtos primários” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p. 519), ao passo que o segundo tipo se ocupa em “estabelecer critérios de controle da conta de capitais para que o país possa ter trajetórias de crescimento não abortadas e possa constituir políticas autônomas rumo ao pleno emprego e à equidade social.” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p.519). Apesar da diferença entre os diferentes regimes “pós-neoliberais” na América Latina, há pontos em comum de gestões governamentais que devem ser considerados, os quais seriam:

[...] a busca do crescimento econômico, avanço das forças produtivas, melhor inserção na economia global. No plano social, políticas públicas voltadas para a inclusão, redução da pobreza e da desigualdade, melhoria geral das condições de vida. Tudo isso sem romper com as classes dominantes internas nem com o sistema econômico internacional. (FUSER, 2016, p. 20)

Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo pode ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado dentro do cenário neoliberal que se afirma tanto em nível nacional quanto internacional. No entanto, não se trata do neoliberalismo dos anos 1990 do governo FHC, uma vez que o novo desenvolvimentismo, que está geralmente associado aos governos petistas (Lula e Dilma), busca potencializar os gastos estatais na “esfera social” mesmo seguindo orientações econômicas da ortodoxia neoliberal, fato que conduz a fortes contradições. Neste sentido, Pfeifer (2014, p. 765) observa:

[...] os elementos do projeto neodesenvolvimentista acerca do desenvolvimento apresentam-se de forma extremamente contraditória, e é justamente nessa contradição que reside sua potencialidade construtora de hegemonia, pois os elementos

de sua proposta incorporam, por um lado, as históricas bandeiras dos movimentos populares e setores críticos mais radicais; e por outro, no mesmo movimento, congregam as demandas das elites empresariais nacionais e setores da direita. Numa mescla de esquerda, centro-esquerda, social-democracia e direita liberal, cabe evidenciar que seu sincretismo (não se sabe se mais à direita ou mais à esquerda, tendo em vista a inflexão operada nos partidos de esquerda no século XXI) se mostra competente para a consolidação do acordo nacional em torno do Pacto Neodesenvolvimentista. Seu projeto para as políticas sociais acaba despolitizando os processos sócio-históricos de sua conquista ao levá-las para dentro do Pacto Neodesenvolvimentista.

Apesar das similaridades em termos de política macroeconômica, do ponto de vista social, político e ideológico, mesmo considerando-se que os governos Lula e Dilma tenham fundado seu discurso em torno da preferência pelos mais pobres em detrimento dos governos neoliberais, que segundo a ótica do petismo estiveram a serviço das elites privilegiadas, para consolidar-se no poder o PT lançou mão de alianças com partidos conservadores em nome da “governabilidade”. Assim, mesmo com a redução das desigualdades sociais obtidas mediante as políticas de transferência de renda e do aumento do emprego formal, o PT não logrou realizar uma mudança significativa do ponto de vista ideológico em relação à lógica do capitalismo global e de suas bases fundamentais de superexploração dos trabalhadores assalariados (BRAGA, 2012).

Sobre esse aspecto da conjuntura do novo desenvolvimentismo, Alves (2014) também comenta que:

A apologética do neodesenvolvimentismo proclama a positividade indiscutível da redução da desigualdade de renda e a ampliação do mercado de consumo interno por meio do crescimento da formalização do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo e dos programas de transferência de renda e ampliação de renda para o subproletariado pobre (Bolsa-Família). Entretanto, é importante lembrar que o consumo não é inerentemente emancipador; pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva a vida para o consumo, veículo de expansão do feitichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível [...] proliferou o culto da cidadania de consumo das massas proletárias, imbecilizadas pelo assédio espiritual-moral das igrejas neopentecostais e pela manipulação cotidiana dos *mass-media* que as incentiva a consumir *gadgets* tecnológicos adquiridos nos *shoppings* populares. (ALVES, 2014, p. 143)

Para alcançar uma distinção verdadeiramente incisiva em torno das distinções entre o Estado neoliberal brasileiro do governo FHC na década de 1990 e os governos *pós-neoliberais* dos governos Lula e Dilma, adentra-se um campo eivado de controvérsias. Em princípio, para combater a tese segundo a qual o governo FHC teria seguido a cartilha neoliberal do “Estado-mínimo” e valendo-se de uma série de dados estatísticos referentes aos gastos públicos durante seu governo, Cardoso (2010, p. 212) observa que, em seu governo, “[...] os gastos com a máquina

pública para sustentar políticas sociais foram contínuos [...] nos governos de Itamar Franco e FHC e tiveram continuidade no governo Lula”. Dessa forma, a implementação de várias políticas sociais previstas na Constituição de 1988 ocorreram durante os governos Itamar Franco e FHC, porém foram ampliadas nos governos petistas, seja pela própria por via de imposição jurídico institucional ou por decisões pontuais de políticas engendradas do poder executivo.

Alves (2014), por sua vez, apresenta algumas diferenças que devem ser consideradas entre os governos do PSDB e do PT. Primeiro, a amplitude das políticas de transferência de renda visando fortalecer o mercado interno difere sobremaneira da abrangência alcançada pelo projeto neoliberal dos anos 1990. Segundo, embora os governos petistas tenham mantido pragmaticamente o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio flexível e *superávit* primário), eles rejeitaram medidas de austeridade na economia. No que tange à administração pública, ao contrário da Era FHC, durante a Era Lula várias categorias de servidores públicos obtiveram aumentos salariais e novos concursos públicos foram realizados. Por fim, os governos petistas optaram por uma postura independente com relação à política exterior norte-americana, buscando alianças com os governos bolivarianos da América Latina (Venezuela, Equador e Bolívia) e países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A questão social no contexto do novo desenvolvimentismo seria composta por intermédio de um pacto social que contemplasse bons índices de competitividade, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. Entretanto, alguns autores como Antunes (2006), Sampaio Jr. (2012), Amaral (2014), Luce (2013), Mota (2012; 2015), enxergam as políticas novo desenvolvimentistas como uma “falácia”, tendo em vista que o cenário macroeconômico influenciado por este modelo de desenvolvimento permanece atrelado às diretrizes macroeconômicas do neoliberalismo, uma vez que não confrontou os interesses de setores ligados às empresas transnacionais, ao agronegócio e ao capital financeiro nacional e internacional.

Apesar dessas mudanças de eixo do Partido dos Trabalhadores em relação ao governo antecessor acerca da ênfase nas políticas neoliberais, a democracia no Brasil ainda permaneceu refém da influência dos poderes oligárquicos, fato que pôde ser verificado a partir das coalizões partidárias nas quais legendas das mais variadas correntes ideológicas barganhavam cargos no interior da máquina estatal federal, perpetuando a permanência do fisiologismo no âmbito da Administração Pública.

A participação popular ao longo do período novo desenvolvimentista, mesmo com as políticas de transferência de renda ao subproletariado, permaneceu frágil e refém de um sistema

político que parecia operar por si só, amiúde distante das reivindicações por melhores serviços públicos na área da educação, saúde, segurança pública, gerando ondas de insatisfação popular (embora dispersas em suas reivindicações) que findaram nas manifestações de junho de 2013, nas quais inclusive bandeiras partidárias ou de movimentos sociais e sindicais foram repudiadas (MARICATO et. al., 2013; GOHN, 2014). A democracia real, para aqueles que se insurgiam contra o sistema político brasileiro institucional havia se dado conta de que o país havia se reduzido a uma mera democracia formal que não tinha mais a capacidade de atender às demandas da população. Segundo Martins (2016, p. 244):

Eleição, no Brasil, tem sido uma renúncia, a vontade política do povo sequestrada pelos eleitos e pelos partidos, que raramente representam o eleitor de vontades e carências, representando muito mais os grupos de interesse que o instrumentalizam. O poder do lobismo junto aos parlamentares e ao governo confirma essa distorção. O sistema político brasileiro tornou-se um sistema de silenciamentos e cumplicidades [...] Partidos e movimentos sociais organizados ignoram ou desqualificam as interpretações que não venham de seus quadros. Não há debate. Criou-se no Brasil o mero teatro da participação política e a real exclusão da diversidade e das demandas sociais emergentes, as que não foram capturadas pelo sistema de conveniências, cumplicidades e temores.

Nesse sentido, apesar de alguns avanços sociais em relação à diminuição da pobreza extrema, da expansão do mercado interno e do aumento do emprego formal que caracterizaram a primeira década dos governos Lula e Dilma, o projeto novo desenvolvimentista de Estado do governo PT desenvolveu-se no interior de um sistema político degradado e fisiológico, como também no interior de uma crise estrutural do capital. Nessa conjuntura adversa, o novo desenvolvimentismo assume um caráter “farsesco” (SAMPAIO Jr., 2012) no sentido de que não foi capaz de superar os entraves econômicos e políticos geradores do atraso no país desde tempos imemoriais.

Em 2014, depois da onda difusa de descontentamento que mobilizou milhares de manifestantes em várias cidades brasileiras em junho de 2013, o debate sobre a ineficácia das políticas públicas e os escândalos de corrupção foi transferido para a campanha eleitoral das eleições presidenciais de 2014, na qual o PSDB e o PT se confrontaram novamente pelo poder. Enquanto o PSDB defendia o retorno de um projeto de desenvolvimento mais identificado com as políticas da Era FHC, o PT, por sua vez, baseava sua campanha na defesa da continuidade do projeto novo desenvolvimentista. Ambos os partidos apresentavam suas propostas nos moldes semelhantes às disputas anteriores, em um momento em que a economia já apresentava sinais de queda. Em uma disputa acirrada, Dilma Rousseff elegeu-se no segundo turno e a expectativa de

seus eleitores era, em grande medida, a retomada do crescimento econômico vigoroso dos anos anteriores e a ampliação e manutenção das políticas sociais que deram sustentação ao “ciclo lulista de desenvolvimento”.

A crise econômica (e sua conseqüente diminuição na arrecadação pública) que se ora se instalara no país tornava cada vez mais difícil o cumprimento das promessas de campanha da candidata recém-eleita. Dessa forma, no propósito de tomar medidas para debelar a crise econômica, no início de seu segundo mandato, a presidente Dilma Roussef anunciou medidas de ajuste fiscal em várias áreas da Administração Pública, contrariando o próprio projeto de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, gerando novas manifestações nas ruas, desta fez refletindo de forma acentuada as polarizações construídas durante a campanha presidencial, incluindo clamores pelo *impeachment* da chefe do Poder Executivo (BARRUCHO, 2015; MENDONÇA, 2015).

3 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E O AJUSTE FISCAL NO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

A discussão sobre a implementação de medidas de ajuste fiscal no início do segundo mandato do governo de Dilma colocadas a cargo do recém-nomeado Ministro da Fazenda Joaquim Levy enfrentou de imediato uma forte resistência no interior da própria base petista no Congresso Nacional, como entre outros partidos. As medidas de ajuste fiscal contrariavam as promessas fundamentais da campanha de Dilma, uma vez que elas enfraqueciam a continuidade do projeto dos governos petistas no sentido de conciliar crescimento econômico com equidade social, sem relegar as orientações básicas base fundamental do novo desenvolvimentismo (JERONIMO, 2015). Uma das hipóteses sobre o estopim para a necessidade de implementar o ajuste foi um *déficit* de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos (CARLEIAL, 2015).

Na medida em que a arrecadação era cada vez menor e por isso os cortes no orçamento revelavam-se necessários, foi também cogitada a volta da CPMF⁷. O ministro Barbosa, do Planejamento, como também Aloizio Mercadante, passaram a defender a aprovação do orçamento mesmo com *déficit*, usando o argumento de que não havia espaço para cortes de gastos

⁷ Esta sigla significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, um tributo cobrado por todas as movimentações financeiras feitas por pessoas jurídicas e físicas. Esta cobrança incidia sobre as movimentações bancárias dos contribuintes e vigorou entre 1996 e 2007.

uma vez que muitas despesas do governo relativas a várias políticas públicas seriam determinadas por lei. O Congresso Nacional se tornava cada vez mais dividido em relação a essas medidas e as tentativas de negociação improváveis. Na esteira de tais acontecimentos, Joaquim Levy “[...] perdeu várias disputas no governo e algumas votações no Congresso. A cada derrota, parecia mais fragilizado diante de uma gestão que hesitava em cortar mais gastos, e ainda sujeito às admoestações petistas, que nunca engoliram seu nome” (GASPAR, 2015, p. 11).

Os empresários, por sua vez, alertavam que o país com um grande rombo nas contas iria perder o selo de bom pagador das agências de risco internacionais, o que de fato aconteceu posteriormente. Isso sem considerar as críticas sobre o aumento de impostos, que, para os empresários, somente agravaria o quadro recessivo. A consternação foi geral e, após 11 meses no cargo, Levy renuncia.

Cabe lembrar novamente que os objetivos da macroeconomia na definição da política econômica petista seriam basicamente o crescimento da produção nacional, a manutenção de taxas elevadas de emprego e a estabilidade de preços e constantes investimentos em políticas públicas em várias áreas. Dentro desse modelo, políticas de austeridade representam um contrasenso interno na gestão econômica e política do país. Na primeira década do século XXI, sob os governos do presidente Lula, o Brasil havia superado a categoria de um país “subdesenvolvido” para a condição de “emergente”, sendo a condução de sua economia elogiada por várias lideranças mundiais por sua capacidade de conciliar crescimento econômico e redução da pobreza. Conforme observa Singer (2015) sobre esse período de bonança econômica e distribuição de renda:

Em 2010, o Brasil crescia a 7,5%, o desemprego, que era de 10,5% em 2002, caíra para 5,2% e o salário mínimo valia 54% mais do que no final da era Fernando Henrique Cardoso [...] Viagens de avião, tratamento dentário, automóvel e diploma universitário se tornaram acessíveis às camadas populares. A casa própria, ainda que de qualidade e localização duvidosas, colocava-se ao alcance da baixíssima renda. O ex-operário deixava a presidência com 80% de aprovação e era chamado como “o cara” por ninguém menos que Barack Obama, herdeiro tardio do rooseveltianismo democrata americano [...] as gestões Lula e Dilma acabariam por propiciar um acréscimo total de mais de 30% no poder de compra dos empregados. O salário mínimo acumulara valorização real de 72% (2002-2014). (SINGER, 2015, p.31)

Mas o debate sobre o lulismo não se restringe apenas ao aspecto econômico, pois outros fatores ideológicos, jurídicos e políticos foram tão importantes quanto os econômicos. O Partido dos Trabalhadores, embora tenha vivenciado várias transições ideológicas até a eleição de Lula, a

sigla ainda carregava um significativo componente classista, que era fortemente explorado nas disputas eleitorais. Mas como não havia mais o desempenho ascendente econômico do lulismo, aos poucos, observava-se o arrefecimento do ciclo desenvolvimentista dos anos anteriores. O descumprimento das promessas eleitorais de Dilma e a piora nos indicadores econômicos resultaram em uma rápida queda de sua aprovação junto à opinião pública. Assim como já havia acontecido com José Sarney e Fernando Henrique Cardoso também em contextos de crise econômica, Dilma Rousseff viu a sua aprovação cair de 42% em outubro de 2014 para 8% em agosto de 2015 (SINGER, 2015).

Dessa forma, em função do esgotamento da capacidade orçamentária do Estado de manter vários programas sociais no mesmo ritmo de crescimento e expansão da Era Lula, no segundo mandato de Dilma, por conta do ajuste final, foi anunciado um corte de gastos de 70 bilhões de reais no orçamento, atingindo o Programa de Aceleração do Crescimento, a saúde (gasto e possível suspensão da Farmácia Popular), educação (suspensão de bolsas de pós-graduação, atraso na transferência de verbas para universidades), restrições no financiamento do Fies, Pronatec e do Programa Ciência sem Fronteiras.

4 NOVO DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS EM CONTEXTO DE CRISE

Lula se dedicou seus primeiros anos do mandato a conter as pressões inflacionárias que, desde 2002, estavam causando a desvalorização cambial de modo que o Brasil retomou o seu crescimento econômico por intermédio da demanda externa, ancorada em grande medida na exportação de *commodities*. Por consequência houve crescimento com as medidas de recuperação de crédito e a retomada de investimentos produtivos, ocasionando o aumento do consumo (além das políticas de transferência de renda), valorização cambial e criação de empregos formais. Na primeira fase da era Lula-Dilma, entre 2004 e 2011, a taxa média de crescimento do PIB ficou em 4,3%, segundo o IBGE (CARLEIAL, 2015). Com a continuidade da política expansionista, o ano de 2006 foi marcado por um aumento recorde do salário mínimo e criação de 1,5 milhão de empregos para “Classe C”. Enquanto na “Era FHC” houve o fenômeno do desemprego em massa, quando entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados saltou de 1,8 milhão para 7,6 milhões, sob o governo Lula da Silva, em 2009, houve uma expansão de empregos, embora de baixa remuneração. 59% de todos os postos de trabalho no Brasil estavam concentrados na faixa de 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2012).

Em 2007, foi lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que contemplou investimentos públicos em diversas áreas de infraestruturas como ferrovias, refinarias, hidrelétricas e na Petrobras⁸. Houve também a ampliação do Programa Bolsa Família, tanto no número de contemplados quanto no aumento de valores em Reais. Segundo Singer (2012, p. 64), “entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”. Mattos (2015, p. 71) afirma que:

[...] o crescimento do valor real do salário mínimo teve efeito importante não apenas nos rendimentos auferidos no mercado de trabalho, mas também no valor real dos benefícios sociais, pois eles são atrelados ao salário mínimo. Dessa forma, amplia-se a massa de rendimentos das famílias, em contexto da queda de desemprego, o que favorece novas rodadas de expansão do consumo e do crédito [...].

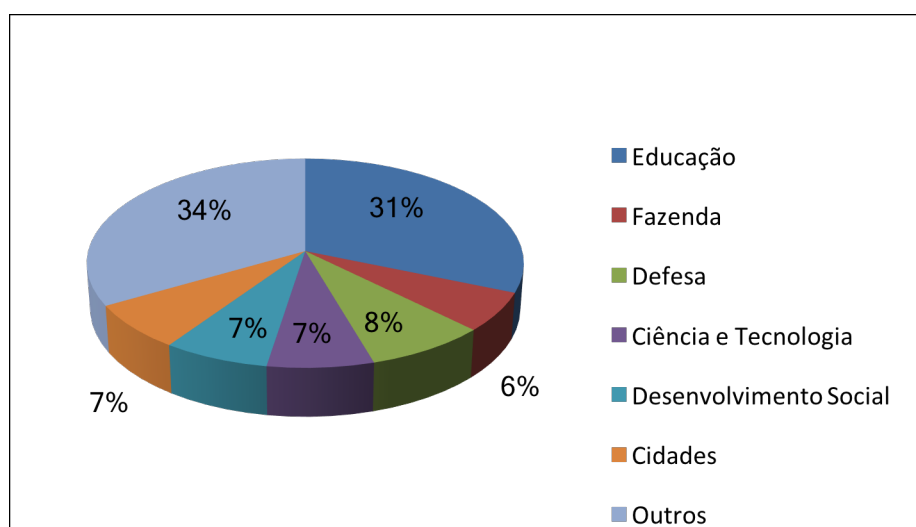
O aumento do salário real médio passou a crescer significativamente em 2004. E, mesmo com a crise internacional, o PIB não deixou de crescer, nem houve déficit de empregos formais. Em 2009, com o impacto da crise internacional, o país reagiu com políticas anticíclicas como a ampliação do Programa Bolsa Família e investimentos através dos bancos públicos. Em 2011, houve uma desaceleração nesses índices, mas sem maiores agravos em função das políticas de incentivo ao consumo, principalmente na construção civil, comércio, serviços privados e empregos na administração pública. Isso gerou expectativas, mas seguia um quadro preocupante sobre os rumos da economia do país e do mercado de trabalho, sobretudo pelo baixo crescimento verificado nos países emergentes, uma conjuntura importante que foi em parte ignorada pelo governo Dilma (CARLEIAL, 2015).

Então, manter a política de aumento de juros foi fator crucial para o início do mandato de Dilma Rousseff. Sua equipe econômica achou viável recorrer às então denominadas medidas “macroprudenciais” (abortar o crescimento do crédito, desacelerar o consumo de bens duráveis e ampliar o *superávit* primário) que findaram por debilitar o consumo, provocando redução de investimentos privados, tudo isso ocorrendo sob um duro cenário de oposição da grande imprensa contra o governo. Na medida em que o governo tentava reverter o quadro recessivo, o círculo virtuoso do lulismo já apresentava claros sinais de esgotamento. O desemprego, um “fastasma” que parecia um retrato do passado neoliberal de FHC, passou de 5,0% para 7,6% entre agosto de 2014 e agosto de 2015 (CARLEIAL, 2015).

⁸ Para maiores informações, ver: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 05 mai. 2017.

O segundo mandato de Dilma iniciou com um corte de 31% na educação (Gráfico 1). Os cortes na área da educação, particularmente, tiveram um grande impacto político e simbólico sobre o governo, pois Dilma Rousseff em sua campanha para reeleição tinha como principal *slogan* transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora”. O Ministério da Educação passou a ser o mais atingido dos então 39 ministérios que sofreram cortes de gastos, os quais foram equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais em 2015. Para gastos com a dívida pública, entretanto, foram reservados R\$ 1,3 trilhão. Além disso, foram também efetuadas medidas de endurecimento das regras para a concessão de direitos como o seguro-desemprego e o auxílio-doença (APUFPR – SSIND, 2015). Os encargos com os custos da dívida pública findaram por ter espaço privilegiado no orçamento. A ideologia do novo desenvolvimentismo de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais parecia ter perdido espaço para as exigências das políticas de austeridade. O endividamento do aparato novo desenvolvimentista se confrontava agora com sua mais grave crise orçamentária.

Gráfico 1. Corte de gastos no início do mandato de Dilma Rousseff (2015).



Fonte: Informativo APUFPR-SSIND | Nº 118 | Janeiro de 2015. (Adaptado)

Medidas de austeridade fiscal adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (que eram aguardadas no caso de vitória do candidato do PSDB Aécio Neves) não podem ser tidas como progressistas no sentido de promover uma maior equidade social nos moldes de uma estratégia social-democrata de desenvolvimento, como também não garantem o efetivo crescimento do país, uma vez que na maioria dos países em que tais políticas foram aplicadas houve baixo crescimento

econômico, altos índices de desemprego e endividamento de grandes contingentes populacionais (SANTOS, 2011).

A via de crescimento pautada pelos governos novo desenvolvimentistas seria através da redução da linha de pobreza por meio dos programas que pudessem promover o desenvolvimento social pela via do consumo e aumento do acesso a crédito. Incrementando o mercado interno, haveria o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, maiores seriam os recursos para o Estado investir em políticas públicas cada vez mais abrangentes.

Para Silva (2013), porém, essas estratégias de crescimento econômico e de inserção no sistema internacional reincidentem na condição de dependência e heteronomia e, em verdade, obliteram a sua proposta de desenvolvimento. O crescimento econômico no Brasil, com tais medidas de desenvolvimento, acaba promovendo lucros às transnacionais e aos financistas e não cumprem o seu papel de diminuição das desigualdades sociais. Programas de transferência de renda existentes atualmente em vários países da América Latina obtiveram alguma eficácia em erradicar focos de pobreza extrema, mas isso não atingiram uma redução significativa das desigualdades sociais (MOTA, 2012).

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido uma política pública que se revelou eficaz para reduzir um quadro crônico de miséria que já assolava o Brasil desde épocas imemoriais, pesquisas demonstram que muitos de seus beneficiários decidiram votar a favor de Dilma em 2010 em consequência do recebimento do benefício, fato que revela que essa intervenção do Estado na economia não se restringe apenas ao seu aspecto social, mas possui um manifesto componente eleitoral (ARQUER, 2013). Além disso, ao mesmo tempo em que os programas de transferência de renda são funcionais ao governo política e ideologicamente, eles também servem ao mercado.

Neste sentido, Silva 2013 (p. 101-102) comenta:

Eis, pois, as razões pelas quais o governo “neodesenvolvimentista” elege a Assistência Social como política pública central na proteção social e aos programas de transferência de renda aos mais pobres como principais estratégias dessa proteção. Assim, o modelo brasileiro de Seguridade Social devolve à esfera privada os direitos comuns de propriedade sobre o bem-estar que foram conquistados pela luta do trabalho, atendendo às requisições da acumulação espoliativa do capital, no seu novo estágio de imperialismo [...] por outro lado, a Assistência Social brasileira, assentada na transferência de renda e financiada por um fundo público oriundo, prioritária e maciçamente, das contribuições sobre a renda do próprio trabalho, se incumbe de assumir o ônus da promoção da justiça social proposta pelo governo “neodesenvolvimentista”, arcando com os custos de manutenção da superpopulação relativa.

Existe atualmente uma tendência ao retorno do desenvolvimentismo em alguns países de renda média no sentido de redefinir seu projeto nacional de desenvolvimento em detrimento das antigas políticas neoliberais, muito embora a lógica do capital ainda permeie a conjuntura sob a qual tais projetos foram elaborados. Em grande medida, tais países articulam projetos que se revelem ser capazes de realizar reformas institucionais importantes e adotar políticas macroeconômicas que busquem conciliar a redução da pobreza com a competitividade no mercado nacional e internacional para construir um Estado que promova um novo acordo social dentro das condições atualmente postas pela globalização.

No entanto, tomando a globalização como um fenômeno no qual o mercado tende a ter proeminência sobre o Estado, cabe ressaltar que “o discurso do financismo insiste em ressaltar os aspectos associados ao descompasso entre a capacidade arrecadadora do Estado e as necessidades de realização das despesas” (KLIASS, 2015, p. 11). Assim, qualquer aumento nos gastos em políticas públicas é considerado uma ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado, que deve ser administrado em moldes semelhantes aos adotados por uma empresa privada

Países mais pobres também tentam adotar políticas desenvolvimentistas, mas muitas vezes carecem de base estrutural, como baixos níveis de educação, precarização da força de trabalho, distanciamento entre povo e as instituições, dificuldades de financiamento com poupança interna etc. Em grande medida, sobretudo no caso brasileiro, o problema reside nas dificuldades de implementar e fiscalizar políticas públicas consistentes no interior de uma cultura política patrimonialista, assistencialista e de baixa credibilidade nas instituições governamentais e agentes políticos. Não obstante, cabe também recordar que as elites economicamente mais favorecidas e os países mais ricos (geralmente protecionistas) também podem avaliar tais iniciativas como uma ameaça a seus interesses. No caso do atual sistema político-partidário brasileiro, Carleial (2015, p.211) comenta:

É inegável que temos um conflito no qual a resistência em enxergar que o país mudou e que os incluídos nos últimos doze anos não recuarão de suas posições facilmente, em nada contribui para a solução. Ao mesmo tempo a crise da democracia representativa, que é mundial, e que entre nós se revela no Congresso mais conservador dos últimos tempos, reforça o entendimento de que as alternativas para o encaminhamento dessa crise precisam ser negociadas.

Nesse sentido, a preservação do mercado de trabalho seria essencial, pois os conflitos da democracia devem ir além de apenas apontar um governo como incompetente e irresponsável.

Nos primeiros 10 anos do Partido dos Trabalhadores, no poder do governo Lula, houve uma conjuntura econômica externa favorável para que o partido pudesse ampliar políticas sociais e garantir o compromisso econômico, mesmo que, para isso, tivesse de realizar coalizões com partidos conservadores e desmobilizar os conflitos sociais através de políticas redistributivas endereçadas ao subproletariado (SINGER, 2012; MOTA; SILVA, 2016).

A “economia aquecida” permitiu gastos públicos correntes, aumento do salário mínimo, geração de postos de trabalhos, diminuição das desigualdades e pobreza, com índices maiores daqueles da década de 1990. No entanto, o esgotamento da capacidade orçamentária do Estado para sustentar o crescimento econômico com “inclusão social”, o constante bombardeamento da mídia sobre o envolvimento de governistas em escândalos de corrupção, as constantes manifestações públicas de insatisfação com a conjuntura política e social, a recessão econômica com efeitos deletérios como a volta da inflação e do desemprego geraram um quadro crítico para a manutenção da governabilidade da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do novo desenvolvimentismo se apresentar como um projeto alternativo às políticas neoliberais da década de 1990, que preconizavam a redução da interferência do Estado na economia, suas políticas não se diferenciam, em muitos aspectos, do neoliberalismo. Embora no caso brasileiro as tentativas de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades tenham obtido algum êxito durante a fase de bonança dos governos da Era Lula, com o agravamento da crise internacional e o endividamento do Estado tornou-se cada vez mais difícil mantê-las nos mesmos patamares dos anos anteriores.

No âmbito político, na medida em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ao concorrer às eleições de 2002 se distanciou de suas orientações doutrinárias de origem e, em nome da “governabilidade”, realizou uma série de alianças com partidos conservadores, não rompendo com a lógica do capitalismo e aderindo ao fisiologismo como *práxis* política, a sigla perdeu muito de sua identidade como legítimo partido representante da esquerda brasileira.

No campo econômico, ao conduzir uma política de acumulação de capital pela insenção de impostos para grandes empresas, incentivo ao crédito, políticas focalizadas de transferência de renda e estímulo ao consumo, o projeto de Estado conduzido pelo PT não conseguiu contrapor-se à lógica do capital e findou por tornar-se vulnerável ao sistema. No âmbito da administração

pública, verificou-se, ao mesmo tempo, uma ampliação das funções do Estado. Estimulou-se a ideia da conciliação de um Estado forte com um mercado forte fato que ocorre em alguns países mais desenvolvidos, mas que ainda parece distante para as nações periféricas ou “emergentes”. O novo desenvolvimentismo, em determinados aspectos, parece identificar-se mais como uma proposta de crescimento dos lucros, do capital financeiro e elevação dos índices econômicos do que um projeto de desenvolvimento nacional isento de “contaminação” no tange ao capital especulativo e às contradições do modo de produção capitalista globalizado.

Neste sentido, durante as manifestações de 2013 no primeiro mandato de Dilma Rousseff, já emergiam sinais de descontentamento da população com relação à eficácia das políticas públicas, enquanto a profusão de escândalos de corrupção eram fartamente noticiados pela grande mídia. Predominou um sentimento geral relacionado à incapacidade do sistema político brasileiro em atender às demandas da população.

Em 2014, com o agravamento da crise econômica e política, o Partido dos Trabalhadores perde sua força junto ao Congresso Nacional e alguns setores da opinião pública, embora tivesse logrado a reeleição de Dilma Rousseff. Acirram-se no país os “radicalismos” e as divisões políticas que asseguravam a governabilidade do mandato anterior. A popularidade da presidente despenca. Problemas como o desemprego e o aumento da inflação passam a fazer parte, novamente, da preocupação dos brasileiros, aumentando o desgaste do governo, que, por sua vez, anunciou medidas de ajuste fiscal que não foram bem recebidas seja pelos eleitores, como pela sua base de apoio no Congresso Nacional.

As medidas de ajuste fiscal anunciadas em 2015 provocaram uma consternação generalizada cujos efeitos ainda se manifestam latentes, tanto sobre a economia, quanto sobre o sistema político, o mercado e a sociedade em geral, que precipitou o país em uma crise institucional findando em um conturbado processo de *impeachment*, cujo mérito foge ao escopo do presente texto, mas que é o segundo em pouco mais de duas décadas de redemocratização. Creio que esse ponto em particular suscite uma reflexão mais apurada sobre nossa incipiente democracia. No campo das políticas de desenvolvimento, tal conjuntura findou por gerar uma reviravolta neoliberal, provocando uma retração das políticas sociais do período novo desenvolvimentista, o que coloca novamente o país frente a novos desafios para a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento verdadeiramente republicano, incluyente e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal 6, 2014.

AMARAL, Angela Santana. *Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista*. 2014. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

APUFPR – SSIND, Informativo. *Educação: Mandato de Dilma já inicia com corte de 31% na educação*. Ed. nº 118. jan, 2015.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. *Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR), v. 2, n. 3, pp. 415-440, Curitiba: TER, 2013.

AREND, Marcelo. Mais 4 anos de ajuste fiscal e 40 anos sem mudança estrutural. *Revista Política Social e Desenvolvimento*. Série Especial: Austeridade Econômica e Questão Social. Ed. nº 21. Disponível em: <www.revistapoliticasocialedesenvolvimento.com> Acesso em: ago. 2015.

BARRUCHO, Luis Guilherme. *Dilma completa 100 dias: economia e popularidade marcam contrastes com o 1º mandato*. BBC Brasil (online), 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2015/04/10/dilma-completa-100-dias-economia-e-popularidade-marcam-contrastes-com-1-mandato.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (Orgs.). *Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril - junho/2016.

_____ ; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, pp. 811-829, dez. 2012.

CARDOSO, Henrique. *Xadrex internacional e social-democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influência no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria de Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o

segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, pp. 201-214, 2015.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp.71-91, 2009.

FUSER, Igor. A esquerda sul-americana e seus demônios: os giros à esquerda e a guinada à direita. *Caros Amigos*, ano 19, Edição Especial n. 83, novembro 2016.

GASPAR, Malu. A morte e o morte de Joaquim Levy. *Revista Piauí*, número 111, dezembro 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JERONIMO, Josie. Levy sob fogo cruzado. *Isto É*, São Paulo, 05.03.2015. Disponível em: <http://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

KLIASS, Paulo. A democracia não cabe no orçamento. In: FAGNANI, Eduardo et. al. As demandas sociais da democracia não cabem no orçamento? (Parte III). *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 29, ano 03, dezembro 2015.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 169-190, jan./abr. 2013.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. *O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil*. 2009, 374 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade de Pernambuco, Recife.

MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, v.29, n. 85, pp. 69-85, 2015.

MENDONÇA, Ricardo. *Maioria apoia abertura de processo de impeachment, mostra Datafolha*. Folha de São Paulo (online), 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615424-maioria-quer-impeachment-de-dilma-e-nao-conhece-vice.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Leonardo de Araújo e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. *Polêmica*, v. 15, pp. 01-12, julho, agosto e setembro 2015.

MOTA, Leonardo de Araújo e; SILVA, Flávio José Souza. 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013): ideologia, política e sociedade no Brasil em tempos de pós-neoliberalismo. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 5, n. 2, pp. 196-214, junho 2016.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, pp. 746-766, out./dez. 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, pp. 430-449, jul./set. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4(108), pp. 507-524, out./dez. 2007.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, pp. 86-105, jan./mar. 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo nas cordas: depois de uma década cirouosa, marcha rooseltiana perde o rumo e chega ao final de 2015 perto do colapso. *Revista Piauí*, número 111, pp. 31-35, dezembro 2015.

Recebido em: 18 de fev. 2016

Aceito em: 06 de jun. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: em busca de uma trajetória teórica

*Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva¹
Antônia Jesuíta Lima²*

RESUMO

Na década de 1990, a região da América Latina e Caribe assistiu à mudanças na concepção de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social sendo os responsáveis diretos, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), que se consolidaram em diferentes países da região e se difundiram como instrumento político privilegiado de alívio à pobreza. O seu pioneirismo se deu no México e Brasil, porém mais tarde, em particular, em 2014, vinte países da América Latina e Caribe já dotavam tal mecanismo de enfrentamento à pobreza como principal instrumento social. Busca-se, assim, desvendar um fundo teórico que sustenta as transferências de renda que assola as políticas sociais da citada região.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de Transferência Condicionada de Renda. Teoria. América Latina.

CONDITIONAL CASH TRANSFER PROGRAMS: in search a theoretical trajectory

ABSTRACT

In the 1990s, the Latin America and the Caribbean attended the changes in coping design to poverty and social inequality are directly responsible, the Transfer Programs Income Access (PTCR), which is consolidated in different countries of the region and They diffused as a privileged political tool for poverty alleviation. Its pioneering happened in Mexico and Brazil, but later, in particular, in 2014, twenty countries in Latin America and the Caribbean have endowed this coping mechanism to poverty as the main social instrument. Search is thus unveil a theoretical background that supports cash transfers plaguing the social policies of the mentioned region.

KEYWORDS: Conditional cash transfer programs. Theory. Latin American.

¹ Doutorando em Políticas Públicas junto à Universidade Federal do Piauí (UFPI). *E-mail:* robertbandeira@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas junto à Universidade Federal do Piauí (UFPI). *E-mail:* a.je.l@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da busca de uma trajetória teórica acerca dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), que se proliferaram como um “raio caído de um céu azul”, com o intuito de enfrentar a pobreza na América Latina e Caribe. Tal trajetória teórica se justifica, em particular, para situar a prática dos PTCR no espectro teórico.

Na década de 1990, a região da América Latina e Caribe assistiu à mudanças na concepção de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004; VALENCIA LOMELÍ, 2008; CECCHINI; MADARIAGA, 2011; SILVA, 2014a), sendo os responsáveis diretos, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), que se consolidaram em diferentes países da região e se difundiram como instrumento político privilegiado de alívio à pobreza.

De acordo com Checchini e Madariaga (2011), os PTCR, em 2011 cobriam 18 países da região atendendo a 25 milhões de famílias, mais de 113 milhões de pessoas (19% da população), com um gasto médio de 0,4% do PIB da região. Dessa forma, de acordo com os autores, configurando-se como a principal ferramenta de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social da América Latina e Caribe desde as reformas de cunho neoliberal.

Tanto os governos, como os organismos internacionais multilaterais identificaram que a intervenção exclusiva via políticas econômicas resultaram em um fracasso, assim iniciam a adoção de programas direcionados aos problemas sociais, em particular a pobreza. De acordo com Soares *et al* (2007, p. 7), “[...] devido à sua visibilidade, os PTCRs se tornaram ainda objeto de intenso debate, mobilizando a opinião pública e exigindo posicionamentos dos políticos”

O que houve, no entendimento de Barrientos (2012), foi à expansão da assistência social na América Latina e Caribe, em particular, dirigida aos mais pobres por meio dos PTCR. A intenção era a de reduzir os números alarmantes de pobres e de concentração de renda, por meio de transferência monetária direta e de condicionalidades, assim como o acesso da população pobre aos bens e serviços sociais básicos. Assim, segundo Barrientos (2012, p. 73), a expansão dos programas sociais é “[...] um meio apropriado para fazer frente à pobreza, a exclusão e a coesão social, especialmente em um contexto em que as coalisões governamentais contam com pouca margem para transformar as políticas macroeconômicas ou as políticas de mercado de trabalho”.

O pioneirismo dos programas de enfrentamento à pobreza se dá no Brasil e no México. Conforme estudo realizado por Silva, Yazbek e Di Giovanni (2004), o pioneirismo dos PTCRs no

Brasil, em meados da década de 1990, por meio de experiências municipais de transferência de renda às famílias pobres com crianças em idade escolar, condicionada à 75% de frequência escolar de tais crianças. Ainda no Brasil, observa-se, de acordo com Valencia Lomelí (2008), que o Governo Federal instituiu, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que visava transferir dinheiro às famílias pobres que tivessem crianças em exercício laboral, assim, retirando-as do trabalho e condicionando-as a frequentar as escolas públicas.

Outros estudos, como os de Levy e Rodríguez (2005), de Valencia Lomelí (2008), de Checchini e Madariaga (2011) e os de Silva (2014a; 2014b) sobre os PTCRs identificam, ainda, o México como um dos pioneiros, pois em 1997, inaugurou o Programa de Educação, Saúde e Alimentação (PROGRESA), que depois ficou conhecido como “Oportunidades”, que visava transferir dinheiro para as famílias pobres e extremamente pobres desde que estas se comprometessem a acessar serviços básicos de saúde e educação. Após as primeiras experiências, os PTCRs espalharam-se pelos países que compreendem a região da América Latina e Caribe.

Após os pioneiros, diversos países da Região da América Latina e Caribe adotaram os PTCR como mecanismo principal de enfrentamento à pobreza. A partir da coleta de dados na *Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe* da CEPAL³, observa-se que, em 2014, já eram vinte países que os adotavam.

2 UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA TEÓRICA: uma inflexão a partir do modelo europeu

A natureza da política social adotada pelo Estado foi uma preocupação de Richard Titmuss (1974) e Gosta Esping-Andersen (1991), que demonstraram que as políticas sociais adotadas pelos governos traduzem-se em escolhas conceituais, isto é, não se apoiam apenas em medidas puramente técnicas. Os autores constataram, em suas análises sobre as experiências de proteção social, a existência de três modelos/regimes de *Welfare State*. Os modelos ou padrões identificados por Titmuss (1974) foram assim classificados: em primeiro lugar, o modelo residual, que considera a família e o mercado como socialmente dados, e somente quando estes quebram, é que entram em jogo as instituições de assistência social, porém, de forma temporária. Suas bases teóricas remontam à *Poor Law* inglesa e têm Friedman e Hayek como teóricos de expressão.

Em segundo lugar, o modelo meritocrático-particularista, o qual sustenta que as necessidades sociais devem ser cumpridas com base no mérito, no desempenho do trabalho e na sua

3 Disponível em: < <http://dds.cepal.org/bdptc/>>. Acesso em: 15.jul.2016.

produtividade. Esse modelo “[...] é derivado de várias teorias econômicas e psicológicas relacionadas com os incentivos, esforço e recompensa, e a formação de classe e de grupos de lealdades⁴” (TITMUSS, 1974, p. 146).

Em terceiro lugar, o modelo institucional-redistributivo, que consiste na distribuição universal de bens e serviços, sem levar em conta critério de mercado. É baseado “[...] em parte, nas teorias sobre os múltiplos efeitos da mudança social e do sistema econômico, e nos princípios da equidade social⁵” (TITMUSS, 1974, p. 146).

Como argumenta Esping-Andersen (1991), existem três princípios a serem levados em consideração antes de qualquer especificação teórica acerca dos Regimes de Bem-Estar Social: o Estado, a família e o mercado. Tal entendimento passa pelas formas como as atividades estatais se relacionam com a família e o mercado no que se refere à provisão social.

A compreensão teórica sobre os Regimes de Bem-Estar Social passa ainda pelo crivo analítico sobre o grau de mercadorização e desmercadorização das políticas sociais. Segundo Esping-Andersen (1991, p. 102), “[...] quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102). Já a desmercadorização “[...] ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102).

A partir das análises da economia política de alguns países e baseando-se nos estudos de Titmuss, Esping-Andersen encontra três regimes do *Welfare State*: a) Liberal; b) Conservador, e; c) Socialdemocrata. O regime liberal direciona-se aos comprovadamente pobres, o que gera um estigma social. Os benefícios sociais, em sua maioria, têm um alcance muito limitado. Atingem, em particular, os trabalhadores e os dependentes do Estado. Esse regime favorece o mercado no momento em que garante o mínimo social aos segmentos mais pobres da população e subsidia esquemas privados de previdência. Esse regime tem como arquétipos os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

O regime conservador caracteriza-se por uma presença maior do Estado, se comparado com o regime liberal, pois o Estado é o gestor do capitalismo. É marcado por um forte corporativismo, uma vez que os direitos se ligam à classe e ao status. Tal ligação, em particular, a de status faz-se

4 Original: “It is derived from various economic and psychological theories concerned with incentives, effort and reward, and the formation of class and group loyalties.”

5 Original: “[...] in part based on theories about the multiple effects of social change and the economic system, and in part on the principle of social equality”.

perceber por não haver um impacto de redistribuição, pelo contrário, mantêm-se as desigualdades entre as classes. O cunho corporativista se faz notório pelo reconhecimento de certos direitos, como o trabalhista, apenas para poucas profissões (ESPING-ANDERSEN, 1991). Os exemplos desse modelo são a França, a Alemanha e a Itália.

O terceiro e último regime, o socialdemocrata, tem a igualdade e a universalização dos direitos sociais como essência. Direitos que são desfrutados por classes mais altas são os mesmos que os das classes mais baixas, o que gera igualdade e desconsidera o corporativismo predominante do modelo conservador. Tem como guia o pleno emprego, faz com que o cidadão escolha entre ficar empregado ou receber um auxílio social, sendo emblemático o caso das mulheres. O regime socialdemocrata é considerado o mais desmercadorizante de todos (ESPING-ANDERSEN, 1991), e tem nos países escandinavos o seu paradigma.

Apesar de se identificarem três modelos ou regimes de *Welfare State*, isso não quer dizer que eles se dão de forma pura.

Os welfare states formam um grupo, mas precisamos reconhecer que não existe um único caso puro. Os países escandinavos podem ser predominantemente socialdemocratas, mas não estão isentos de elementos liberais cruciais. Os regimes liberais também não são tipos puros. O sistema de previdência social norte-americano é redistributivo, compulsório e longe de ser atuarial. Ao menos em sua formulação o *New Deal* era tão socialdemocrata quanto a socialdemocracia contemporânea da Escandinávia (ESPING-ANDERSEN, 1991, P. 110-111).

Inferese-se que, por um lado, não há um conceito único para as experiências de bem-estar social e, por outro, que suas variações, denominadas por Titmuss (1974) de modelo ou padrão e de regimes por Esping-Andersen (1991), são influenciadas pela postura que o Estado assume em relação à economia e à família. Contudo, as resultantes da natureza das políticas sociais dependem diretamente de como os países tratam a relação entre política social e mercado, isto é, por meio de uma postura assistencialista temporária, ou no outro limite, como concretização de direitos que independem das forças de mercado. Além disso, observa-se que um regime de bem-estar social pode conter características de outros modelos.

De acordo com as análises de Titmuss (1974) e Esping-Andersen (1991), as políticas públicas se apresentam sob três formatos: focalizada (*targeting*), universal ou redistributiva e um *mix* delas, focalização com universalização (*targeting within universalism*). Este último apontado por Skocpol (1991) ao analisar que o sistema de provisão americano proporcionou benefícios adicionais e serviços especiais para certas pessoas pobres ao conjugar políticas focalizadas com universais. Essa perspectiva é reforçada por Leubolt, Fischer e Saha (2014), os quais asseveram que a rivalidade entre focalização e universalismo existe apenas se o primeiro tipo de política exclui da sua

operacionalização os investimentos em infraestrutura social.

Para Kerstenetzky (2006), as políticas sociais focalizadas dependem da noção de justiça em que elas estão inscritas, que pode ser em uma justiça de mercado ou de Estado. Para a autora, as políticas sociais sob o prisma do mercado são as *targeted policies*. Políticas sociais focalizadas, cujo objetivo primordial é atender os excluídos dos processos econômicos. A focalização constitui-se, portanto, em um “[...] componente (menor) da racionalidade do sistema, de sua eficiência global. A verdadeira ‘política social’ seria, na verdade, a política econômica” (KERSTENETZKY, 2006, p. 568). Destaca-se que o lugar que a perspectiva de mercado reserva à política social é a simples provisão de um seguro contra os inconvenientes da vida. Outro modelo é o de justiça de Estado, em que a política focalizada é vista como “[...] alocação redistributiva de recursos de geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa” (KERSTENETZKY, 2006, p. 572).

As políticas sociais focalizadas de cunho residual ou na perspectiva de uma justiça de mercado, podem ser observadas, a partir da institucionalização dos direitos sociais como concebidos por Marshall (1967, p. 62), para o qual “[...] a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida”. As desigualdades materiais provenientes do mercado são aceitáveis, mas todos são iguais perante a lei, isto é, o autor reconhece uma igualdade instrumental – racional e não material. Porém, essas desigualdades provenientes do mercado podem ser suprimidas pelo Estado via institucionalização dos direitos sociais, na execução de políticas sociais, que, a princípio, são residuais.

Assim, como já sinalizou Titmuss (1974), o aparecimento das políticas sociais focalizadas se deu através da institucionalização da lei dos pobres (*poor law*) na Inglaterra, que, segundo Marshall (1967, p. 71), era “[...] um item num amplo programa de planejamento econômico cujo objetivo geral não era criar uma nova ordem social, e sim preservar a existente com o mínimo de mudança essencial”. Em outras palavras, tinha a função de contribuir com o progresso econômico ao mesmo tempo em que amparava os realmente pobres, isto é, os que se encontravam à margem do sistema de mercado.

Pela Lei de 1834 a Poor Law renunciou a todas as suas reivindicações de invadir o terreno do sistema salarial ou de interferir na força do mercado livre. Oferecia assistência somente aqueles, que devido à idade e à doença, eram incapazes de continuar a luta e àqueles outros fracos que desistiam da luta admitiam a derrota e clamavam por misericórdia (MARSHALL, 1967, p. 71).

Por essa passagem abstraída da obra “Cidadania, Classe Social e Status”, Marshall (1967) quis demonstrar o divórcio entre os direitos civis, políticos e sociais. Segundo o autor, os

beneficiários da *Poor Law* estavam renunciando aos seus direitos de cidadania, uma vez que o Estado os encaminhava às casas de trabalho (retirando-lhes o seu direito civil), por exemplo. Dessa forma, a *Poor Law* não se encaixava na amplitude do conceito de cidadania de Marshall (1967), que propunha a junção dos direitos civis, políticos e sociais.

Por outro lado, a citação acima vem corroborar a natureza residual da focalização de uma política social. Deixava o mercado livre, interferindo somente quando os indivíduos atingissem uma idade avançada, quando estivessem acometidos de doenças e, por fim, amparar aqueles que eram indigentes. Pode-se perceber que a política se constituía numa espécie de previdência social, porém, bastante focalizada e residual.

O mesmo modelo era aplicado nos *Factory Acts*. Isto é, sobre condições de trabalho e na redução da jornada de trabalho (MARSHALL, 1967), porém, focalizava-se somente nas mulheres e nas crianças, ficando o homem adulto fora dessa política social. A sua não inclusão nos *Factory Acts* encontrava morada no discurso progressista da época: “[...] por respeito a seu status como cidadão com base na alegação de que medidas protetivas coercivas afrontavam o direito civil de efetuar um contrato de trabalho livre” (MARSHALL, 1967, p. 73).

Outra vez, o que prevalece é a noção mercadológica da política. Na *Poor Law*, os indivíduos que eram por ela assistidos não eram mais objeto de interesse do mercado, estavam alijados do processo, mas deviam ser assistidos pelo Estado para que não “manchassem” o sistema. Nos *Factory Acts*, a não participação dos homens adultos como beneficiários encontra justificativa na função primordial do liberalismo, a garantia de contratos. Segundo Locke, o Estado era responsável por sua garantia na forma de propriedade privada, o que mais tarde foi corroborada por Smith, ao atribuir uma tripla função ao Estado. Moraes (2001, p. 13), assim resume a ideia de Smith:

[...] a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

O que se identificava na *Poor Law* e nos *Factory Acts* era uma justiça de mercado. Para Kerstenetzky (2006, p. 568), a política social na perspectiva de mercado “[...] envolve uma certa visão moral sobre o que deve e o que não deve ser objeto de responsabilidade pública”. O exemplo dos que são e os que não são beneficiários da *Poor Law* e dos *Factory Acts* corrobora a noção de política social como uma simples provisão de um seguro contra os inconvenientes da vida, que é sempre construído a partir de interesses diferenciados e de relações de forças, isto é, de um

paradigma.

Ainda sob a não inclusão do homem adulto nos *Factory Acts*, sob o argumento da não intervenção estatal nos contratos celebrados livremente, convém acrescentar observações adicionais. Em primeiro lugar, eles não consideram as mulheres cidadãs ao aceitar o divórcio entre os direitos sociais e os civis, conforme analisa Marshall (1967). Nesse raciocínio, caso as mulheres reivindicassem o seu direito de cidadania, perderiam a proteção contida nos Atos.

Em segundo lugar, reforça o princípio do mercado que assevera que ele é o melhor caminho para gerar eficiência. Nas palavras de Smith (1983, p. 47),

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.

O pensamento de Smith (1983) robustece a noção de direito civil contida nos *Factory Acts*. Os Atos não atingem o homem adulto para que as leis não criem restrições à sua liberdade e o deixe livre para ir em busca de seus interesses privados. Os *Factory Acts* protegiam as mulheres e crianças, de forma residual, ao considerá-las uma parte fraca do sistema de mercado, parcela social que sofre, na concepção liberal, os inconvenientes da vida.

A noção de liberdade contida em “A riqueza das nações” fora reforçada por outros escritos, dentre eles o intitulado “O caminho da servidão”, escrito por Hayek (1990), em que se reforça o papel do mercado como motor da sociedade e a intervenção do Estado como um demolidor da inventividade humana. Nessa perspectiva, o Estado deve ser mínimo, isto é, deve atuar minimamente deixando espaço para a criatividade do mercado, ou no entendimento de Smith (1983), a “mão invisível” do mercado deve se sobrepor à “mão visível” do Estado. De acordo com Hayek (1990) e Friedman (1984), não se deseja um Estado débil, mas uma instituição forte, capaz de assegurar as regras mínimas do jogo, a exemplo da liberdade de contrato, de ir e vir, de expressão, de voto, enfim constitucionais, que prezem, por gênese, a liberdade instrumental enquanto direito do indivíduo.

Nesse contexto neoliberal, o Estado atua em relação à pobreza de forma mínima, em particular, através do imposto negativo. Um exemplo é a transferência de renda sem uma natureza específica, por exemplo, não se transfere renda para comprar gás ou comida, mas dinheiro, para que o receptor faça dele o que bem entender (FRIEDMAN, 1984). No modelo de Friedman (1984) os beneficiários da política social são as pessoas e não as “corporações”, isto é, as políticas devem ser voltadas aos pobres. De acordo com o autor, a pobreza só pode ser resolvida se as políticas se

direcionarem a quem realmente necessita dela, nesse caso, os pobres. Um exemplo, citado por Friedman (1984), são os programas de habitação que na prática, constroem casas para pessoas sem teto ou que vivem em lares precários. Para Friedman (1984), ao invés de o Estado doar casas às pessoas deveria fornecer o dinheiro a elas, que poderiam, assim, até gastar em habitação se assim desejassem.

Segundo Friedman (1984), o programa de habitação voltado a pessoas de baixa ou nenhuma renda é um efeito lateral, isto é, se quer atingir o pobre, o importante é transferir dinheiro a ele. O efeito lateral do Estado é visto, nessa perspectiva, como uma prática paternalista do Estado, prática que é abominada pelos pensadores liberais. Estariam as pessoas pobres mais “necessitadas” de casa do que de dinheiro? Eis uma questão crucial para Friedman (1984).

Fica claro que, para Friedman (1984), a intervenção do Estado tem que ser mínima, em particular no que se refere às políticas sociais, que devem ser limitadas às transferências de renda sem uma orientação específica. Essa postura, como sinaliza Titmuss (1974), reforça a perspectiva residual do Estado de Bem-Estar Social. Nessa perspectiva, a política social que se sobressai é a focalizada que, de acordo com Kerstenetzky (2006), materializa-se em uma justiça de mercado.

Os efeitos práticos das políticas orientadas por uma noção de justiça de mercado podem ser observados a partir de investigações de caso, tendo-se como exemplo a pesquisa realizada por Smeeding (2005), que formula a seguinte questão: as políticas americanas agravam ou atenuam a desigualdade e a pobreza? A conclusão de Smeeding (2005) é de que os Estados Unidos, são entre os países ricos, comparando com a Suécia, a Alemanha, a Bélgica, o Reino Unido, o Canadá, a Holanda e Noruega, o que mais produz desigualdades. Segundo Smeeding (2005), isso ocorre pelo caráter das políticas públicas adotadas nos Estados Unidos, que, em sua maioria, favorecem a noção de justiça de mercado.

Um exemplo disso é a análise comparativa que Smeeding (2005) faz entre os Estados Unidos e o Reino Unido no que diz respeito à pobreza infantil. Na época do então primeiro-ministro Tony Blair, uma de suas políticas foi a redução da pobreza infantil, que, segundo o autor, foi diminuída pela metade graças ao incentivo, concedido pelo Estado, de até 70% dos custos com as crianças pobres. Já nos Estados Unidos, sob o governo de George Bush tal política não fora aventada, isto é, de acordo com Smeeding (2005), a não preocupação com a pobreza é uma postura ideológica, o que demonstra que os governos americanos, em sua maioria, preocupam-se mais com as políticas focalizadas nas consequências amargas do mercado do que com as políticas redistributivas, isso através de sua análise comparada.

Assim, a postura adotada pelos Estados Unidos, segundo a análise de Smeeding (2005), pode ser interpretada, segundo sinalizam Titmuss (1974) e Esping-Andersen (1991), como uma adoção do modelo ou regime liberal/residual, que traz em seu bojo um rol de políticas focalizadas orientadas para uma justiça de mercado, conforme Kerstenetzky (2006). Ao mesmo tempo adotam uma postura ideológica que alimenta o direito de liberdade instrumental (HAYEK, 1990; FRIEDMAN, 1984), ao invés de políticas redistributivas, que causam desgaste à lógica de mercado.

De modo que, de acordo com Smeeding (2005), o modo de enfrentamento da pobreza pelos Estados Unidos se faz de forma focalizada e orientada para o mercado. A pobreza, nessa perspectiva, é vista através da noção exclusiva da renda, o pobre é apenas aquele que não possui renda ou possui rendimentos muito baixos. É o que Spicker (1999, p. 231) denomina de pobreza como recursos limitados. Por essa noção “[...] pode-se considerar que a pobreza se refere às circunstâncias em que as pessoas não têm a renda, a riqueza ou recursos para comprar ou consumir coisas que elas precisam⁶”.

A pobreza enquanto uma noção de recursos limitados, de acordo com Spicker (1999), reduz o potencial de consumo do pobre, o que faz com que ele se afaste cada vez mais do sistema de mercado. Isso produz um sistema de desigualdades entre pobres e ricos. Assim, quando a pobreza é encarada de tal forma, as políticas sociais formuladas são como as descritas por Friedman (1984), visam transferir dinheiro para que as pessoas possam comprar o de que realmente necessitam, isso sem que o Estado direcione a finalidade de tal transferência. A sugestão de Friedman (1984) em relação à política de habitação, já relatada aqui, é um exemplo emblemático.

De acordo com Mkandawire (2005), a focalização enfraquece os direitos sociais, uma vez que apenas os pobres são “merecedores” das políticas sociais. A autora defende as políticas sociais de natureza universal, pois considera que a focalização como único meio de reduzir a pobreza produz mais desigualdades e não soluciona o problema dos pobres. Assim, a saída é empoderar o pobre e não estigmatizá-lo como acontece com as *targeted policies* (MKANDAWIRE, 2005).

O modelo ou regime de Bem-Estar Social que se faz antagônico ao modelo residual é o institucional-redistributivo de Titmuss (1974), em que as políticas predominantes são as de caráter universal. Nessa perspectiva, a política é direcionada a todos os cidadãos, sem nenhuma distinção monetária, de etnia, de gênero, enfim, qualquer uma. Assevera Esping-Andersen (1991, p. 110):

A política de emancipação do regime socialdemocrata dirige-se tanto ao mercado quanto à família tradicional [...]. O ideal não é maximizar a dependência da família, mas capacitar a independência individual. Nesse sentido, o modelo é uma fusão peculiar de liberalismo

6 Original: “Poverty can be taken to refer to circumstances in which people lack the income, wealth or resources to acquire or consume the things which they need”.

e socialismo. O resultado é um *welfare state* que garante transferências diretamente aos filhos e assume responsabilidade direta pelo cuidado com as crianças, os velhos e os desvalidos, Por conseguinte, assume uma pesada carga de serviço social, não só para atender as necessidades familiares, mas também para permitir às mulheres escolherem o trabalho em vez de prendas domésticas.

Para Esping-Andersen (1991), as pessoas devem ser vistas pelo Estado, na sua atuação, de igual maneira, isto é, todos devem ter acesso aos bens e serviços de qualidade avançada. O modelo institucional combina benefícios de cidadania iguais para todos os cidadãos, com segurança de renda para a população economicamente ativa em casos de doença e desemprego temporário ou permanente no caso das aposentadorias e acidentes irreversíveis de trabalho (BERGH, 2004).

De acordo com Bergh (2004), os programas universais cobrem toda a população, sem considerar se o cidadão pode ou não pagar os impostos. Ainda de acordo com o autor, os serviços e benefícios universais são caracterizados pela redistribuição, isto é, os indivíduos recebem em média o mesmo montante da contribuição, seja em forma de seguros pagos em dinheiro, seja através de serviços públicos ou subsidiados pelo Estado. Conforme Rothstein (2001), o modelo sueco e outros escandinavos, assim como alguns do norte europeu caracterizam-se por seu desempenho redistributivo,

falando do ponto de vista institucional, o que melhor caracteriza o [modelo] sueco e outros escandinavos (e alguns outros [países] do Norte da Europa) enquanto Estados de Bem-Estar, é que a maioria dos programas são universais, não seletivos. Isso significa que os programas sociais, como as pensões da velhice, cuidados de saúde, creche, educação, abonos de família e seguros de saúde não são direcionados para “os pobres”, mas busca abarcar toda a população, sem considerar a sua capacidade de pagamento (ROTHSTEIN, 2001, p. 219).

Comparando os exemplos dos Estados Unidos e da Suécia analisados por Smeeding (2005) e por Rothstein (2001), respectivamente, observa-se a existência de dois padrões antagônicos ou modelos de Estado de Bem-Estar Social e, conseqüentemente, das políticas sociais por eles adotadas. Para Rothstein (2001), os programas universais são mais eficientes na redistribuição de recursos econômicos, o que reduz a desigualdade, enquanto as políticas americanas que taxam os ricos “para dar aos pobres” acabam por manter ou aumentar as desigualdades. O aumento da desigualdade, de acordo com Rothstein (2001), está na ausência de políticas redistributivas, em particular, na ausência de seguro de saúde nacional, de um seguro para a família, como uma política habitacional parcimoniosa. Ainda de acordo com o autor, os padrões opostos da política social adotada por cada país são reforçados pela porcentagem do PIB reservada para financiar as políticas sociais, em regimes de Bem-Estar Social residual o montante é bem menor que nos redistributivos. Um exemplo são os gastos da Suécia que ultrapassam os dos outros países, como nas políticas de saúde e habitação.

Bergh (2004), conforme se expressa no quadro 3, destaca as características dos modelos de Estado de Bem-Estar Social residual e redistributivo.

Quadro 3 – Comparativo entre os modelos residual e redistributivo de bem-estar social

Dimensão	Modelo residual	Modelo redistributivo
Parcela da renda nacional para fins sociais	Baixa	Alta
Nível dos benefícios	Fraco	Adequado
Gama de serviços e benefícios legais	Limitada	Expansiva
População coberta	Minoria	Maioria
Importância dos programas de prevenção de necessidades	Inexistente	Substancial
Tipo dominante de programa	Seletivo	Universal
Papel das organizações privadas	Grande	Pequeno
Ideologia de intervenção de Estado	Mínima	Ótima
Tipo de financiamento	Contribuições livres	Taxação

Fonte: Bergh (2004)

A natureza da política enquanto focalização ou universalização se apresenta, *a priori*, sob uma dupla alternativa, isto é, ou o Estado adota uma ou outra. Porém, como assinala Esping-Andersen (1991), os regimes de Bem-Estar Social não são puros, o que permite outras interpretações. É o que faz Kerstenetzky (2006) ao demonstrar quatro possíveis cenários da política social, quais sejam:

- (1) concepção fina de justiça com ênfase na focalização: residualismo, ou seja, rede de proteção social mínima — como parece ser a experiência norte-americana;
- (2) concepção fina com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde básicas — como parece ser a experiência inglesa;
- (3) concepção espessa de justiça com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde universais e generosas — como parece ser a experiência escandinava;
- (4) concepção espessa com ênfase na focalização: alocação redistributiva de recursos para geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa — cenário hipotético, porém plausível.

A delimitação conceitual dos possíveis cenários da política social, de acordo com Kerstenetzky (2006), tem duas noções que correspondem às já analisadas até aqui. A primeira é a concepção fina de justiça com ênfase na focalização, que corresponde ao modelo ou Regime de Bem-Estar Social liberal/residual (TITMUSS, 1974; ESPING-ANDERSEN, 1991). A segunda é a concepção espessa de justiça com ênfase na universalização, que corresponde ao modelo ou regime de Bem-Estar Social redistributivo. As outras duas concepções se fazem híbridas, nem focalizadas, nem universais, próximo ao exemplo americano segundo análise de Skocpol (1991) e de Bernhard Leubolt, Karin Fischer e Debdulal Saha (2014), que defendem uma combinação entre universalização e focalização.

As formas de conciliação entre as políticas sociais focalizadas e universais se dão, em particular, como uma estratégia do Estado para aliviar a pobreza. Para Sen (1998), quase sempre o focalizado é identificado como um sujeito passivo e não ativo, isto é, não se visualiza o sujeito focalizado enquanto agente, mas como um paciente desvalido, postura própria do residualismo. No entendimento de Sen (1998), os receptores de uma política de alívio à pobreza podem ser vistos sim enquanto agentes ativos. Isso se faz necessário observar, pois o enfoque que alguns estudos dão às políticas focalizadas referem-se, com frequência, aos beneficiários como sujeitos passivos. Essa postura pode causar distorções significativas na alocação de recursos, no entanto, de acordo com Sen (1998), muito se ganharia se as políticas focalizadas de alívio à pobreza fossem centradas na capacitação dos sujeitos enquanto agentes ativos, capazes de decidir sobre seus rumos, o que implica um processo de empoderamento.

A pobreza, nesta perspectiva, é vista como um fator absoluto, para Sen (1998), são as capacidades que são relativas. As necessidades podem se distinguir de uma sociedade para outra, como a ideia de recursos ou bens necessários, daí a noção relativa de capacidades.

De acordo com Sen (2000, p. 109),

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Para Sen (1983, 2000, 2001), a capacidade é um meio para se efetivarem os funcionamentos, como o de participar da vida em comunidade. Para melhor entender é necessário diferenciar capacidades de funcionamentos.

O conceito de “funcionamentos”, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamento cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2000, p. 95).

Um exemplo para o melhor entendimento é o de uma pessoa que faz uma greve de fome e outra que passa fome. A primeira escolhe não comer, pois tem liberdade para tal, a segunda passa fome não por escolha, mas por ausência de capacidade para se alimentar, o que prejudica o seu funcionamento de participar de uma dada comunidade, uma vez que pode ser estigmatizada como pobre, por exemplo. Contudo, as capacidades consistem nos vetores de funcionamento alternativo

que uma pessoa pode escolher, isto é, quanto menos capacidades, menor será a liberdade de realizar os funcionamentos para se viver sem a pobreza, por exemplo.

Ainda, de acordo com Sen (1983; 2000; 2001), as políticas públicas são as saídas plausíveis para o aumento de capacidades, assim são instrumentos que modificam uma dada realidade considerada pobre. Ao diferirem das soluções tradicionais, como a redução da pobreza de renda e seus investimentos em saúde e educação visando unicamente ao aumento da renda, as capacidades devem imprimir nas pessoas uma condição de agente. Um exemplo de condição de agente é o caso da redução da natalidade na Ásia e na África, pois, ao invés de sempre estarem ocupadas com os cuidados dos filhos, as mulheres terão tempo para se educarem. E, claro, “[...] mulheres instruídas tendem a gozar de mais liberdade para exercer a sua condição de agente nas decisões familiares” (SEN, 2000, p. 231). Apresenta como exemplo o caso do Banco Grameen, (Blangadesh), que fornece microcrédito para empreendimentos rurais chefiados pelas mulheres, conferindo-lhes a condição de agentes, uma vez que essas adquirem mais capacidades e formas de realizar os funcionamentos desejáveis, dentro da nova realidade propiciada pelos pequenos empréstimos, isto é, ganham empoderamento.

Dentre as políticas públicas, os PTCRs se lançam como uma porta de saída para a situação de pobreza, pois eles, ao tempo em que transferem renda monetária, condicionam tais rendimentos ao acesso a serviços sociais básicos, como os de saúde e educação. Focalizam as transferências monetárias nos pobres, mas, paralelamente, devem reforçar os serviços de infraestrutura, ao aumentar os gastos de investimento e custeio das políticas universais, em particular, saúde e educação (LEUBOLT; FISCHER; SAHA, 2014). Assim, as capacidades, na noção de Sen (2000, 2001), reforçam-se à medida que os pobres vislumbram de imediato uma transferência monetária ao tempo em que, no médio e no longo prazo, pretende-se quebrar o círculo intergeracional da pobreza.

3 ENQUANTO ISSO NA AMÉRICA LATINA

De acordo com o observado, em particular, por meio dos estudos de Esping-Andersen (1991), os regimes de bem-estar social não diferem tanto no quesito gastos sociais, diferem-se, em especial, por meio do alcance das políticas sociais à população. Assim, de forma mais específica os recursos podem ser alocados para os mais pobres (como nos Estados Unidos), de forma universal (como na Suécia) e, ainda, alicerçado na ocupação dos cidadão [como na Alemanha, da época do

estudo de Esping-Andersen (1991)].

Porém, ao trazer essas tipologias para uma análise das políticas sociais da Região da América Latina, Filgueiras (1997), faz uma advertência, em particular, à ampla variedade de modelos e graus de desenvolvimento encontrados na Região. Tal variedade, de acordo com o autor, pode ser percebida por meio dos esforços fiscais destinados à cobertura, assim como os serviços ofertados à população, assim como a sua qualidade na prestação dos serviços aos seus destinatários. Assim, Filgueiras (1997), enfatiza que as investigações para tipificar os modelos/padrões de bem-estar social na América Latina não deve partir apenas da análise dos gastos sociais, mas, ainda, conhecer os critérios que os investimentos são efetuados.

Com base em seu estudo, Filgueiras (1997), identifica três modelos/padrões latino-americano a partir da cobertura, benefícios, requisitos e estratificação de serviços. O primeiro padrão é chamado de “Universalismo Estratificado” (*Universalismo Estratificado*), uma aproximação do que já se demonstrou, no capítulo um, como o Grupo Pioneiro de Mesa-Lago (2004), com a exceção do Brasil. Nesse modelo classificado por Filgueiras (1997) estão incluídos o Uruguai, a Argentina e o Chile, que se caracteriza, em particular, pela existência de políticas mais segmentadas com base nas ocupações. De acordo com Filgueiras (1997, p. 8),

La primera dimensión central que caracteriza a este grupo de países es que hacia 1970 todos ellos protegían de alguna u otra forma a la mayor parte de la población mediante sistemas de seguro social, de servicios de salud, a la vez que habían extendido la educación primaria e inicial secundaria a toda la población. En otras palabras todos ellos ofrecían extendidas niveles de “decomodificación” tanto en la prestación de servicios fuera del mercado como en la provisión de beneficios monetarios para diversas situaciones de imposibilidad laboral.

O segundo modelo é chamado de “Regimes duais” (*Regímenes duales*), que tem como representantes o Brasil e o México. São duais por combinar regimes de universalismo estratificado nas áreas urbanas com a exclusão da zona rural. De acordo com a investigação realizada por Filgueiras (1997), até a década de 1970 a educação primária era ofertada quase que universalmente e um importe, porém estratificado graus de cobertura no âmbito da saúde. De acordo com Filgueiras (1997, p. 10),

Políticamente, el control e incorporación de los sectores populares ha descansado en una combinación de formas clientelares y patrimonialistas en las zonas de menor desarrollo económico y social y forma de corporativismo vertical en áreas más desarrolladas. El bajo desarrollo en duración e intensidad de regímenes democráticos electoralmente competitivos ha permitido esta forma dual de incorporación, incrementado los diferenciales de poder de los sectores populares en una y otra área.

O terceiro, e último, modelo de estado de bem-estar social da América Latina, na tipologia de Filgueiras (1997) é o que se chama de “Regimes Excludentes” (*Regimenes excluyentes*), que tem como representantes, a República Dominicana, Guatemala, Honduras, El Salvador, Equador, Nicarágua e Bolívia, em que se predomina os regimes elitistas de seguro social e saúde, assim como um sistema duplo em relação à educação. Caracterizam-se, de acordo com o autor, como estados de bem-estar residual e por uma quase inexistente redistribuição de recursos públicos. De acordo com Filgueiras (1997, p. 11)

Profesionales muy reducido número de trabajadores formales y los funcionarios públicos son quienes típicamente se ven favorecidos en estos modelos. La mayor parte de la población representada en el sector informal, la agricultura y la mano de obra secundaria se encuentran excluidos.

É importante frisar que tais modelos apresentados por Filgueiras (1997) são próprios das décadas de 1960, 1970 e 1980. Isso, porque, os modelos/padrões sofreram modificações, em especial com a entrada em cena dos mecanismos de descentralização e focalização, que será objeto de análise em um momento posterior deste capítulo. Como concluem os estudos de Barrientos (2004), que classificou, primeiramente, de uma forma genérica o Estado de Bem-Estar Social da América Latina como sendo um modelo/padrão denominado de “Conservador-Informal”, tipologia essa que se assemelha a elaborado por Esping-Andersen (1991), denominada de “Corporativista ou Conservador”

No modelo/padrão denominado “Conservador-Informal”, o que predominava era uma proteção estratificada de segurança social direcionada que eram destinados a trabalhadores formais e ligados ao reconhecimento de suas profissões pelo Estado. Por outro lado, trabalhadores informais dependiam diretamente de suas famílias para enfrentar os infortúnios das doenças e da velhice (BARRIENTOS, 2009), muito próximo do que a pesquisa de Filgueiras (1997) demonstrou.

Porém, de acordo com Barrientos (2004), assistiu-se uma mudança de rumos, no que se refere ao modelo/padrão de Estado de Bem-Estar Social na América Latina, isto é, passou-se de um modelo/padrão “Conservador-Informal” para um outro denominado de “Liberal-Informal”, isso porque, de acordo com o autor, nas últimas décadas, coletivamente, os riscos compartilhados se tornaram poucos, as políticas públicas têm diminuído e o individualismo foi mais solidificado. Dessa forma, o regime latino-americano, vislumbrado por Barrientos (2004), assemelha-se a um regime liberal dos países desenvolvidos, porém, diverso deles, a maioria dos países da América Latina

apresenta uma escassez de políticas sociais de cunho mais consistente, mais sólidas, mas atua em sua forma focalizada como os correlatos desenvolvidos, mundo afora, em especial na Europa e Estados Unidos.

Na sua classificação, Barrientos (2004), vai um pouco além das tipologias desenvolvidas por Filgueiras (1997), ao contemplar em suas análises as práticas reais, como a informalidade, que vão além da retórica legal e das políticas. Por outro lado, identifica-se uma limitação, que é a generalização dos padrões/modelo para um universo heterogêneo de países.

A heterogeneidade é observada por meio das diferenças entre os países, em particular, por meio da promoção de condições distributivas, uns mais outros menos, que pode favorecer ou não as mudanças geradas pelo mercado, como a inclusão da força de trabalho feminino ou a sua exclusão. Para melhor ilustrar, a análise de Esping-Andersen (1991) e Franzoni (2005) pode contribuir, isto é, pode-se observar as variações, quais sejam:

- **“Desmercadorização”**: uma variável que mede a não necessidade das políticas de bem-estar do mercado, mas são legitimados enquanto direitos sociais;
- **“Desfamiliarização”**: grau que o bem-estar deixa de ser responsabilidade da família, em particular, da mulher;
- **“Desclientelização”**: quando o acesso a uma política pública independe dos favores clientelistas dos grupos de elite política e passa a ser universal.

De forma, mais acurada e ao buscar a heterogeneidade entre os países da América Latina, J. Franzoni (2005), desenvolve três modelos/padrões de bem-estar social, porém não inclui o Brasil, quais sejam:

- **Estatual de único provedor** (*estatal de proveedor único*): o homem é o único provedor financeiro e a mulher é classificada como a cuidadora da família. Nesse modelo, o Estado oferta, de forma universal, os serviços sociais, tem como exemplos o Uruguai e a Costa Rica;
- **Liberal de único provedor** (*liberal de proveedor único*): a principal diferença para o primeiro modelo é que os serviços sociais, em particular, de saúde, educação e a previdência tem sua predominância nas organizações privadas, mas o papel do homem e da mulher, em relação ao modelo Estatal de Único Provedor, continua o mesmo, tem como exemplos: México, Argentina e Chile;
- **Informal de duplo provedor** (*informal de doble proveedor*): nesse modelo as mulheres têm um nível elevado de participação no mercado de trabalho informal para alcançar baixos níveis de renda, além de continuarem a ser cuidadoras do lar e da família. O papel do Estado

é praticamente escasso, tanto na cobertura, quanto na capacidade institucional.

De acordo com Franzoni (2005, p. 69), os regimes podem ser sintetizados como:

El régimen de bienestar estatal de proveedor único refleja un cierto balance entre esferas de producción del bienestar, dado que si bien se organiza a partir de la división sexual del trabajo, comparte la producción del bienestar con el mercado y la asignación autorizada de bienes y servicios. El régimen liberal de proveedor único refleja un “adelgazamiento” del Estado y una ampliación de la esfera del mercado que por definición conlleva mayores niveles de desigualdad y de pobreza. El régimen informal de doble proveedor refleja Estados históricamente “delgados”, cuenta con mercados altamente excluyentes, y los arreglos familiares, en particular las mujeres, están muy exigidos.

A partir de 1990 os países da América Latina dão ênfase ao combate da pobreza, em especial, assiste-se um avanço e um remodelamento da política de assistência social. De acordo com Barrientos, Gideon e Molyneux (2008) existem três elementos-chave para que se possa caracterizar o espectro da política social na região em destaque, são eles: (i) foco na redução da pobreza e a utilização de Programas de Transferência Condicionada de Renda como o instrumento principal para combater a pobreza; (ii) o foco sobre as famílias, em especial, enquanto unidade de prestação dos serviços de combate à pobreza por parte do Estado, e; (iii) o aparecimento de direitos sociais a partir de uma nova concepção de política social.

Em relação ao foco na pobreza, de acordo com Barrientos, Gideon e Molyneux (2008), isso acontece, em particular, pelo aumento da pobreza e vulnerabilidade nas décadas de 1980 e 1990 e a influência das políticas internacionais, isso proporcionou a proliferação dos Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina. No que diz respeito ao foco na família enquanto unidade de atenção da nova política social, observa-se que no passado as políticas eram endereçadas exclusivamente às viúvas, idosos, mas com a nova concepção a família como um todo é considerada, independente da sua composição.

Nos dias atuais, a América Latina passa por uma perda quantidade e qualidade de políticas sociais, por conta da inserção do ajuste fiscal, assim como redireciona seus esforços para o combate à pobreza, o que, de acordo com Filgueira e Lorenzelli (2005), enseja uma relevância do papel da Assistência Social, que não se faz mais de assistencialismo.

No mesmo entendimento de Filgueira e Lorenzelli (2005), posiciona-se Barrientos (2009), que enxerga na emergência da Assistência Social na América Latina como um fenômeno de cunho liberal, em particular, reforçado pelas medidas tomadas por intermédio das reformas econômicas, políticas e sociais do ajuste neoliberal até a década de 1990. Ainda de acordo com Barrientos (2012), porém em outro estudo, a expansão da Assistência Social a partir dos anos de 2000 pode ser

explicada pela mudança, em particular, da economia política.

Um ponto de reforço para a emergência da Assistência Social na América Latina foi, ainda, de acordo com Barrientos (2012), a chegada de partidos de esquerda em diversos países latino-americanos que, de acordo com o autor, prosseguiram com a consolidação da democracia e com as reformas neoliberais. Porém, a chegada da esquerda no poder não foi o suficiente para mudar radicalmente as políticas sociais em tempo de neoliberalismo, de acordo com Barrientos (2012), as coalizões centro-esquerda dos países latino-americanos ficaram de mãos atadas para modificar o sistema macroeconômico e as políticas de mercado de trabalho, o que favoreceu uma saída focalizada, em particular, alicerçada na Assistência Social, assim, como a proliferação dos PTCR.

De acordo com Barrientos (2012), a assistência social se colocou enquanto uma alternativa a tradicional seguridade social, que atende, em especial, os cidadãos que têm os seus empregos formalizados, assim a assistência social chegou de forma a ensejar uma aproximação dos cidadãos com os seus direitos sociais, a exemplo dos programas de transferência condicionada de renda, que transfere a quantia monetária ao tempo em que condiciona tal transferência ao acesso à políticas sociais estruturais e universais, como a saúde e a educação. Em outras palavras, “este debate tem a ver com a compreensão da assistência social como política de cidadania, geradora de direitos e não com beneficência social” (FILGUEIRA; LORENZELLI, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na América Latina, de acordo com Cotta (2009), os PTCRs surgem no momento em que os sistemas sociais de proteção eram corporativos, caracterizados por sua segmentação e baixa cobertura da população, assim como baixa garantia de direitos. “Por um lado, eles são programas não-contributivos de garantia de renda à população carente, o que os aproxima das ações de assistência social” (COTTA, 2009, p. 96), isto é, de um modelo ou regime residual nas concepções de Titmuss (1974) e Esping-Andersen (1991). Por outro, “[...] eles [os Programas de Transferência Condicionada de Renda] ‘rompem com a tradição das cestas básicas’, são focalizados e condicionados e relativamente baratos em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB)” (COTTA, 2009, p. 96). Assim, o aparecimento dos PTCRs coincide com a entrada do tema da redução da pobreza na agenda pública e dos governos da América Latina.

De acordo com Cotta (2009, p. 98), os objetivos do PTCRs se classificam em imediatos, mediatos e finais:

Os objetivos imediatos são o “alívio” das condições de privação das famílias pobres e a ampliação do acesso aos serviços de educação e saúde. Os objetivos mediatos são o desenvolvimento das capacidades básicas dos membros das famílias pobres (quanto à escolaridade, ao estado de saúde e ao estado nutricional) e a melhoria dos indicadores educacionais e de saúde. O objetivo final dos PTRC é a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza, por meio da inserção positiva dos jovens no mercado de trabalho, que pode inclusive significar a ascensão social de suas famílias.

Esse é o caráter redistributivo dos PTRCs: por mais que inicie com uma medida assistencialista, a transferência de renda sem a contribuição direta, projeta um cenário positivo no futuro. De acordo com Villatoro (2010, p. 128):

esse debate [dos Programas de Transferência Condicionada de Renda] se depreende que o sistema de proteção tem evoluído de uma perspectiva centrada na redução da pobreza no curto prazo, para um enfoque de administração de riscos, que tem como objetivo acrescentar o capital humano e superar a pobreza no longo prazo.

Os PTRCs configuram-se, assim, como sustenta Villatoro (2010, p. 129), como um investimento em capital humano:

Têm como premissa que a reprodução intergeracional da pobreza se deve à falta de investimento em capital humano, e, mediante a condicionalidade das transferências, buscam gerar incentivos para esse investimento [...] As transferências condicionais poderiam ser mais eficazes que as intervenções tradicionais porque a condicionalidade reduziria o custo de oportunidade da escolaridade; isto, por sua vez, reforçaria o efeito renda da transferência, dado que a frequência à escola e o trabalho infantil são substitutos entre si.

De acordo com Villatoro (2010), os PTRCs atendem em forma de assistência social imediata, via transferências monetárias, por um lado, por outro buscam prevenir a população da pobreza estrutural. Isso ao promover um investimento em capital humano, em particular, no ato de assegurar os direitos à educação e à saúde por meio de aumento dos gastos orçamentários, em particular, os gastos com investimento e custeio.

Os estudos de Barrientos (2012) “remam na mesma maré” que os de Villatoro (2010), em particular, ao ressaltar a assistência social como a grande ferramenta de enfrentamento à pobreza por parte dos países que adotam os modelos de PTRC como instrumento de excelência para a sua redução. Barrientos (2012), propõe que tais programas são resultados das reformas econômicas que a América Latina e Caribe tiveram que implementar como condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, isto é, não se diferencia das políticas neoliberais, mas é fruto de suas reformas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIENTOS, Armando; GIDEON, Jasmine; MOLYNEUX, Maxine. New developments in Latin America's social policy. *Development and Change*, v. 39, n. 5, p. 759-774, 2008.

BARRIENTOS, Armando. *Labour markets and the (hyphenated) welfare regime in Latin America*, 2007. Disponível em: <http://www.ibrarian.net/navon/paper/Labour_markets_and_the_hyphenated_welfare_regim.pdf?paperid=11494704>. Acesso em: 09.dez.16.

BARRIENTOS, Armando. Dilemas de las políticas sociales latinoamericanas ¿Hacia una protección social fragmentada? *Revista Nueva Sociedad*, n. 239, mayo-junio de 2012. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3847_1.pdf>. Acesso em: 01.dez.16.

BERGH, Andreas. The Universal Welfare State: Theory and the Case of Sweden. *Political Studies*: 2004 v. 52, p. 745-766. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Andreas_Bergh2/publication/4734445_The_Universal_Welfare_State_Theory_and_the_Case_of_Sweden/links/00b495243e6ca69ecb000000.pdf>. Acesso: 28.jun. 2015.

CECCHINI, Simone; MADARIAGA, Aldo. *Programas de transferencias condicionadas: balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2011. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27854/S2011032_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16.jul.2015.

CEPAL. *Base de datos de programas de protección social no contributiva em América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://dds.cepal.org/bdptc/>>. Acesso em: 15.jul.2016.

COTTA, Tereza Cristina Silva. *Visões de proteção social e transferência de renda condicionada no Brasil e no México*. Brasília: UnB, 2009. (Tese de doutorado).

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, setembro de 1991.

FILGUEIRA, Fernando; LORENZELLI, Marcos. Sistemas de informação e políticas públicas na política de assistência social do município de São Paulo: um casamento feliz entre inovação política e modernização gerencial. **Revista da Administração Pública**, 39(3), p. 613-33, Maio/Jun. 2005.

FILGUEIRA, Fernando. *El nuevo modelo de prestaciones sociales en américa latina eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada*, 1997. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/politicassocial1/files/2015/03/Filgueira-El-nuevo-modelo-de-prestaciones-sociales-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>>. Acesso em: 30.nov.2016.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1984.

FRONZONI, Juliana M. Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerarios regionales. *Revista Centroamericana De Ciencias Sociales*, N.º 2. Vol. II, diciembre 2005.

HAYEK, Frederick August Von. A. *O Caminho da Servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

KERSTENETZKY, Célia. Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. *Dados*, v. 52, n. 1, 2009, p. 53-83.

KERSTENETZKY, Célia. Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, 2006, p. 564-574.

LEUBOLT, Bernhard; FISHER, Karin; SAHA, Debdulal. Are targeting and universalism complementary or competing paradigms in social policy? Insights from Brazil, India and South Africa. *International Journal of Labour Research*, v. 6, Issue 1, 2014. Disponível em: <<http://crawl.prod.proquest.com.s3.amazonaws.com/fpcache/add0d6307a2960c8e6a095e2739d0ef3.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJF7V7KNV2KKY2NUQ&Expires=1434468646&Signature=p0JcJuJBgluR9m6DnMpfPVyjtWE%3D>>. Acesso em: 15. mai. 2015.

LEVY, Santiago; RODRÍGUEZ, Evelyne. *Sin herencia de pobreza: el programa Progreso-Oportunidades de México*. Idb, 2005. Disponível em: <<http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/235/Sin%20herencia%20de%20pobreza.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16.jul.2015.

MARSHALL, Thomas. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MKANDAWIRE, Thandika. Targeting and universalism in poverty reduction. *Social policy and development programme*, paper number 23, december/2005. Disponível em: <[http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/462fc27bd1fce00880256b4a0060d2af/955fb8a594eea0b0c12570ff00493eaa/\\$FILE/mkandatarget.pdf](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/462fc27bd1fce00880256b4a0060d2af/955fb8a594eea0b0c12570ff00493eaa/$FILE/mkandatarget.pdf)>. Acesso em: 29. mai. 2015.

MORAES, Reginaldo Carmelo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac, 2001.

OFFE, C. LENHARDT, G. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In. OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; DE SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. *Texto para Discussão*, n. 1619, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

ROTHSTEIN, Bo. The Universal Welfare State as a Social Dilemma, **Rationality and Society**, 13 (2), 2001, p. 213–33.

SEN, Amartya. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, New Series, Vol. 35, No. 2. (Jul., 1983), pp. 153-169. Disponível em: <<http://are.berkeley.edu/courses/ARE251/fall2011/Papers/sen83.pdf>>. Acesso: 25. mai. 2015.

_____. *The political economy of targeting*. Washington, DC: World Bank, 1998. Disponível em:

<http://www.researchgate.net/profile/Hindriks_Jean/publication/5155655_The_Political_Economy_of_Targeting/links/53f4a0d50cf22be01c3ed4ea.pdf>. Acesso: 27. mai. 2015.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Panorama geral dos programas de transferência de Renda na América Latina e Caribe. *R. Pol. Públ.*, São Luís, Número Especial, p. 299-306, julho de 2014a.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (Coord.). *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014b.

SKOCPOL, Theda. Targeting within universalism: politically viable policies to combat poverty in the United States. In: JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul. *The urban underclass*. Washington: The Brookings Institutions, 1991.

SMEEDING, Timothy M. Public Policy, Economic Inequality, and Poverty: The United States in Comparative Perspective. *Social Science Quarterly*, v. 86, n. s1, p. 955-983, 2005.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas coisas*. Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Sergei et al. Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade. *Texto para a discussão*, n. 1293, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) julho de 2007.

SPICKER, Paul. *Targeting and strategic intervention*. Paper presented to the 2nd International Research Conference on Social Security, Jerusalem, 25-28th January 1998. Disponível em: <<https://www.issa.int/html/pdf/jeru98/theme1/1-5a.pdf>>. Acesso: 2 jun. 2016.

_____. *Definitions of poverty: twelve clusters of meaning*. *Poverty: An international glossary*. London: Zed Books, p. 229-243, 2007. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Paul_Spicker/publication/265422363_Definitions_of_poverty_twelve_clusters_of_meaning/links/54b63ff10cf26833efd3686f.pdf>. Acesso em: 05. jun. 2016.

TITMUS, Richard. *Social policy*. London: Allen & Unwin, 1974.

VALENCIA LOMELÍ, Enrique. Conditional Cash Transfers as Social Policy in Latin America: An Assessment of their Contributions and Limitations. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 34, p. 475-499, 2008. Disponível em: <http://www.development.wne.uw.edu.pl/uploads/Courses/dw_19_1.pdf>. Acesso em: 20.jul.2015.

Recebido em: 13 de jan. 2017

Aceito em: 22 de fev. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

Resenha

REPENSANDO AS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA CONTEMPORANEIDADE: Alguns Desafios teóricos às Ciências Sociais a partir de “O Clamor de Antígona”, de Judith Butler

Marcos de Jesus Oliveira¹

BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014, 128p. ISBN: 978-85-328-0690-1.

É crescente a projeção de Judith Butler no cenário intelectual internacional, sendo amiúde considerada uma filósofa por seus interlocutores. No Brasil, o conhecimento e o reconhecimento de suas contribuições e aportes teóricos se deram, sobretudo, com a publicação, em 2003, de “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, lançado treze anos depois da publicação original em inglês. No âmbito da academia brasileira, a divulgação de seu pensamento tem se restringido ao círculo de estudos denominados feministas, de gênero e *queer*. Resenhar uma obra sua para uma revista de ciências sociais requer, portanto, destacar, entre as inúmeras contribuições dadas pela pensadora, aquelas que, por sua própria força e densidade, impõem desafios aos modos pelos quais certas questões foram tradicionalmente tratadas por estas ciências. Isso exige o resenhista da responsabilidade, já amplamente reconhecida, de querer esgotar o pensamento de determinado autor nas poucas páginas que lhe cabe, mas traz à tona o desafio de estabelecer um diálogo entre campos cuja aproximação nem sempre é bem vista ou quista.

Publicada originalmente há quatorze anos, “O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte” revela sua importância e atualidade para o campo acadêmico das chamadas

¹

“ciências do espírito”, sobretudo, porque as reflexões ali apresentadas oferecem caminhos profícuos para pensar as relações entre parentesco, gênero e poder estatal, as zonas de intersecção e de repulsa, de encontros e de distanciamentos, em uma época em que a diversificação dos arranjos familiares e de parentesco, sobretudo, por conta da chamada reprodução assistida tornada possível pelos avanços no campo da biotecnologia bem como pelas possibilidades abertas pela recomposição de relações familiares, vem sendo cada vez mais posta em evidência por meio de estudos monográficos. O diálogo intencionalmente tecido pela autora com Claude Lévi-Strauss, Friedrich Hegel, Jacques Lacan, Michel Foucault, Hannah Arendt e Giorgio Agamben, entre outros, sinaliza sua despreocupação com fronteiras disciplinares estreitas, abrindo oportunidades de reflexões para as ciências sociais e para as humanidades, sobretudo, em suas influências mútuas, trânsitos e interpenetrações.

O livro, dividido em três capítulos e um posfácio à edição brasileira, cujo conteúdo global consiste em uma leitura eloquente da peça de Sófocles, muita discutida pela filosofia e por aqueles que se interessam por questões morais e éticas, mas também por mestres do pensamento social interessados em compreender as relações entre sociedade e Estado, como é o caso, entre nós, de Sérgio Buarque de Holanda (1995) em seu clássico “Raízes do Brasil” no qual discute a formação do Estado-nação brasileiro a partir de uma breve referência à tragédia grega. Na original, provocante e provocativa interpretação de Butler, *Antígona*, ao optar por um sepultamento digno para seu irmão Polínice contra os editos oficiais de Creonte, representante do poder estatal, desafia não apenas o Estado, mas também o padrão normativo de parentesco cuja estrutura não decorre de uma ordem inexorável universal, mas do caráter iterável das práticas sociais. A chave de leitura feminista com que *Antígona* é interpretada revela as nuances de um amor que não ousa dizer seu nome e para o qual não há lugar dentro das matrizes de inteligibilidade culturalmente instituídas. Eis, pois, um convite para reconsiderar o parentesco e a família como um conjunto de relações sujeitas à contingência histórica.

“O clamor de *Antígona*” não representa apenas uma interpretação refinada e intelectualmente sofisticada a respeito de uma obra literária clássica, mas também uma forma bastante evidente de intervenção pública no debate sobre as possibilidades de adoção de crianças por casais homossexuais ocorridos na França nos fins do século XX cujos

desdobramentos alcançaram algumas outras sociedades ocidentais, fazendo eco inclusive nas argumentações de setores da Igreja Católica contrários à prática². Lá inúmeros psicanalistas, sobretudo, de matriz lacaniana e outros acadêmicos de linhagem estruturalista, defenderam, com força e veemência nunca vistas, a impossibilidade de adoção de crianças por casais homoeroticamente inclinados sob a alegação de que as crianças resultantes desses arranjos familiares não se tornariam sujeitos, não ascenderiam ao simbólico, uma vez que a diferença sexual seria eixo estruturador do psiquismo humano. O “clamor” de Antígona tem, portanto, a ver com certa reivindicação de justiça em relação a sujeitos cujas vivências e experiências estão para além da normatividade de gênero heterossexual, amiúde, sancionada pelo Estado bem como em relação a sujeitos cujas relações familiares ultrapassam a figura triangular edípica clássica como é o caso de relações decorrentes de recomposição familiar advinda de divórcios, segundo casamento, migração, exílio etc.

O primeiro capítulo, intitulado “O clamor de Antígona”, apresenta a leitura do mito de Antígona em contraste com as clássicas interpretações – falocêntricas, diga-se de passagem – elaboradas por Hegel e por Lacan. Para o filósofo alemão, Creonte e Antígona representariam, respectivamente, duas instituições éticas, o Estado e a família, sendo que, na visão hegeliana, a segunda deve se subordinar às leis da primeira. Isso porque, para Hegel, o Estado representa a expressão mais bem acabada da eticidade, do Espírito Absoluto, daquilo que garante a possibilidade da existência comum, os parâmetros pelos quais a participação dentro uma determinada comunidade política é possível. Para Lacan (1998), Antígona é aquela que se recusa foracluir *das Ding* (a coisa materna). Sua ação toca a fronteira da linguagem para revelar que o cruzamento desta fronteira implica a não-existência simbólica do sujeito, seu não reconhecimento cultural.

Na proposta do psicanalista francês, Antígona representa a posição-limite da estrutura que institui a diferenciação entre humanos de animais. Contra essa perspectiva, argumenta Butler:

Meu ponto de vista é que a distinção entre lei simbólica e social, enfim, não se sustenta, que o simbólico não apenas é, ele próprio, a sedimentação das práticas sociais, como as

² Para maiores detalhes a respeito de como a questão se deu no contexto francês, sobretudo, a discussão realizada por psicanalistas e outros teóricos estruturalistas, confira OLIVEIRA, 2010 ou ROUDINESCO, 2003. Em 2002, Judith Butler retomou a problemática com um artigo intitulado “Is kinship always already heterosexual?” cuja tradução foi publicada no Brasil em 2003 (cf. BUTLER, 2003).
V. 6, n. 2. p. 398-403, mai./jul. 2017.

alterações radicais no parentesco exigem uma rearticulação dos pressupostos estruturalistas da psicanálise e, portanto, da teoria contemporânea do gênero e da sexualidade. (p. 40)

Para Butler, o conceito estruturalista de simbólico limita os alcances do que são vidas culturalmente inteligíveis. Para ela, não há razões para sustentar uma distinção entre lei simbólica e a lei social dada a miríade de dados empíricos que insistem em contestar as pretensões universalistas da teoria estruturalista. Nessa chave de leitura, o segundo capítulo, intitulado “Leis não escritas, transmissões aberrantes”, segue aprofundando a crítica ao caráter a-histórico da noção de simbólico das narrativas estruturalistas cuja definição tem sido mantida, em muitos casos, como estratégia para a produção, reprodução e sedimentação de práticas eminentemente sociais como o parentesco e gênero. Butler critica a versão do tabu do incesto de Claude Lévi-Strauss, já que, em seu modelo explicativo, o interdito do incesto se torna a condição de uma vida culturalmente inteligível e, como consequência, o amor homoerótico emerge, segundo a autora, como o ininteligível dentro do inteligível, um amor que não tem lugar dentro do nome do amor, uma posição dentro do parentesco que não é propriamente uma posição.

De acordo com Butler, a narrativa do tabu do incesto é a maneira pela qual as posições sexuais são ocupadas, masculino e feminino são diferenciados, e a heterossexualidade é assegurada. A tragédia de Antígona representa um momento em que a historicidade das relações parentesco é evidenciada, expondo seu caráter socialmente contingente:

Antígona não representa nem o parentesco, nem o que lhe é radicalmente externo, mas torna-se a ocasião para a leitura de uma noção estruturalmente constrangida de parentesco no que diz respeito à sua interatividade social, à temporalidade aberrante da norma. (p. 52)

A problemática do parentesco ganhou bastante força durante os anos de 1970 com muitos trabalhos dedicados a questionar as concepções normativas como a de Claude Lévi-Strauss cuja influência nas discussões sobre o tema é inegavelmente duradoura. O clássico “The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex” de Gayle Rubin (1986) é um ponto de inflexão importante da leitura feminista e, portanto, crítica a respeito das relações entre parentesco e gênero, afastando-se do modelo lévi-straussiano em busca de uma compreensão historicamente fundada e acentuando o caráter socialmente determinando das relações de parentesco. O debate desse período, bastante animado e intenso, como se pode

V. 6, n. 2. p. 398-403, mai./jul. 2017.

observar pela quantidade de obras surgidas na época, reatualiza, em alguma medida, a problemática “anti-Édipo” cujo auge nos anos de 1960 se deu com o questionamento dos limites das subjetividades desejantes em “O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia” de Gilles Deleuze e de Félix Guattari (1972), marca de um pensamento comprometidamente elaborado para acolher a diferença e a multiplicidade.

No último capítulo, intitulado “Obediência promíscua”, a interpretação de Butler abraça o desafio de confrontar o tom normalizador e essencialista das narrativas estruturalistas de Lacan e de Lévi-Strauss e de seus seguidores, de modo a pensar em condições mais favoráveis à emergência de outros laços de solidariedade social para além da circunscrição heteronormativa, contemplando formas de desejo, sexualidade e gênero até então impossíveis de se pensar. A autora dá continuidade a seu esforço, explicitado em outra obra, em “observar como formas dominantes de representação podem e devem ser destruídas para que algo acerca da precariedade da vida possa ser apreendido” (BUTLER, 2006, p. 20). Dessa perspectiva, propõe pensar o parentesco a partir da noção mesma de performatividade:

Antígona é capturada numa rede de relações que não produzem uma posição coerente dentro parentesco. Ela não está, estritamente falando, fora do parentesco, tampouco é, de fato, ininteligível. Sua situação pode ser compreendida, mas somente com certa quantidade de horror. O parentesco não é simplesmente uma situação em que ela está, mas um conjunto de práticas que ela também realiza, relações que são restituídas no tempo precisamente através da prática de sua repetição. Quando ela enterra seu irmão, não é que age simplesmente a partir do parentesco, como se o parentesco fornecesse um princípio para a ação, mas sim que sua ação é ação do parentesco, a repetição performativa que reintroduz o parentesco como um escândalo público. O parentesco é o que ela repete através de sua ação; para utilizar novamente uma formulação de David Schneider, não é uma forma de ser, mas uma forma de fazer. E sua ação implica numa repetição aberrante de uma norma, um costume, uma convenção, não uma lei formal, mas uma regulação da cultura, semelhante à lei, que opera com sua própria contingência. (p. 83-84)

O posfácio intitulado “O gênero por vezes se desfaz quando é muito difícil de se ouvir: reflexões sobre Antígona” e escrito para a edição brasileira retoma alguns problemas em relação à tragédia de Sófocles, reafirmando seu interesse em expandir o campo de possibilidade das vidas gendradas. A autora convida o leitor brasileiro a se debruçar sobre a peça e perceber como o gênero é uma espécie de *phármakon* (Cf., DERRIDA, 2007), remédio e veneno, mecanismo de naturalização e de desconstrução dos códigos culturais de masculino e feminino. Ao pensar o parentesco como performatividade, uma das suas maiores contribuições para os estudos de gênero e de sexualidade, Butler incita o leitor, ou melhor, o

V. 6, n. 2. p. 398-403, mai./jul. 2017.

cientista social, já que a presente resenha se dirige especialmente a ele, a abandonar as concepções tradicionais do parentesco, realizando a vocação das chamadas ciências do espírito, pelo menos no sentido dado por Pierre Bourdieu, sobretudo, quando diz:

As ciências sem fundamento, obrigadas a se aceitarem como inteiramente históricas, as ciências sociais destroem qualquer ambição fundante e obrigam a aceitar as coisas como elas são, isto é, como sendo inteiramente precedentes da história. [...] Isso equivale a recusar substituir Deus criador das “verdades e valores eternos” pelo Sujeito criador e devolver à história, e à sociedade, o que fora confiado a uma transcendência ou a um sujeito transcendental (BOURDIEU, 2007, p. 139).

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- _____. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?” *Cadernos Pagu*, nº21, pp. 219-260, 2003b.
- _____. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- _____. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- OLIVEIRA, Marcos de Jesus. “Como reivindicar direitos humanos se você não é considerado(a) humano(a): revisitando alguns discursos contemporâneos contrários à homoparentalidade”. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene (orgs.). *Gênero e psicologia social: interfaces*. Brasília: TechnoPolitik, 2010, pp. 275-299.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: *Nueva Antropología*, vol. VIII, no. 30, México, 1986.

Recebido em: 09 de dez. 2016

Aceito em: 20 de fev. 2017



BAUMAN E AS MIGRAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Janaina Santos¹

BAUMAN, Zygmunt. *Extraños llamando a la puerta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016. 111p.

Zygmunt Bauman nasceu na Polônia em 1925 e faleceu em 09 de janeiro de 2017. Sociólogo judeu-polonês enfrentou o nazismo lutando com o exército da Polônia. Em 1968, perseguido pelo Partido Comunista, foi forçado a emigrar de seu país, onde ministrava aulas na Universidade de Varsóvia, indo para o Canadá, Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha. Tornou-se professor titular de sociologia da Universidade de Leeds em 1971 e, apesar de ter sido acolhido, sentiu-se por toda a vida um refugiado (Bauman, 2005).

Autor de mais de sessenta livros, sendo *Extraños llamando a la puerta* o último deles, publicado no Brasil justamente no ano de sua morte. Nesta obra Bauman demonstra sua preocupação com a chamada 'crise migratória' - segundo denominação corrente nos noticiários e nos discursos políticos - e as maneiras como diversos países se relacionam com a situação, construindo muros e fechando portas, desumanizando as populações migrantes sob a perspectiva da securitização que as define através daquilo que ele denomina 'pânico moral'. Em sua perspectiva, a crise que atravessamos é humana ou humanitária, uma vez que só existe pela relação que define e divide o mundo entre 'nós e os outros', reificando um binarismo social que reflete um longo processo de construção de exclusão e ausência de reconhecimento.

¹Doutoranda em Antropologia Social no PPGAS/UFSC, Mestre em História Cultural, Especialista em Educação a Distância, membro do GAIRF (Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região), do GT I (Grupo de Trabalho sobre Imigração da Comissão de Direitos Humanos da ALESC) e do Observatório das Migrações da UDESC. Vinculada ao GESTO (Grupo de Estudos em Oralidade e Performance).
V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

Extraños llamando a la puerta é extremamente atual e necessário, diante de tantas medidas restritivas aos direitos das populações migrantes. O livro, que se divide em seis capítulos, chama atenção para o atual movimento de fechamento de portas e para a necessidade de ampliar o debate a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Logo no primeiro capítulo o autor afirma que a chamada ‘crise migratória’ constitui uma construção que forma juntamente com o ‘pânico moral’ um discurso corrente para tratar de uma grande tragédia humanitária que tem se estendido e se amplificado ao longo da última década. Esta construção pareada produz um efeito ambivalente: produz comoções e logo em seguida o retorno à vida cotidiana, de forma que as tragédias são logo esquecidas ou substituídas por outras. Isto porque ao contrário do que parece sugerido nos noticiários e nos discursos políticos, as migrações em massa não constituem um fenômeno recente, embora na atualidade tenham assumido escalas e proporções maiores.

Segundo Bauman estas migrações massivas não tendem a diminuir principalmente porque os fatores que as impulsionam permanecem atuantes e porque freá-las é cada vez menos possível (e ético, como veremos). Além disso, o autor pontua os interesses do comércio mundial de armas e da indústria armamentista, além do apoio – tácito ou anunciado – de alguns governos nacionais em busca de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da construção histórica das grandes assimetrias econômicas e sociais possíveis através do colonialismo e do imperialismo que culminaram com a construção de países em que há poucas ou não há perspectivas para grande parte de suas populações.

Migrantes e refugiados, pessoas que fogem da brutalidade das guerras e despotismos, da fome e vem bater à porta de outras pessoas, tem sido sempre considerados estranhos, desconhecidos, e responsabilizados por situações e ambivalências sobre as quais há inúmeras e históricas causas. Paradoxalmente, juntamente com o crescimento desta imigração massiva tem crescido a xenofobia, o racismo e o nacionalismo, bem como o número dos representantes políticos destes segmentos, cujo projeto de confinamento e exclusão dos considerados indesejáveis é agora ameaçado pelos grandes contingentes que migram. Um precariado emergente, formado por pessoas que receiam perder seus bens, suas posições sociais e seus empregos passa a endossar tais ideologias e reafirmar a segregação aos imigrantes e refugiados.

Os migrantes são, logo no primeiro capítulo, apresentados como os emissários de “*las malas nuevas*”, ou seja, das más notícias, personificando a derrubada de uma ordem e de uma

estabilidade relativa, como os homens de anúncios dos anos 1920 que carregavam cartazes pelas cidades anunciando o fim do mundo (p. 21). Eles transportam as más notícias de lugares distantes até nossas portas, exigindo-nos que tomemos consciência de algo que “com gosto esqueceríamos ou, melhor ainda, desejaríamos que desaparecesse e que não deixam de nos lembrar” (Bauman, 2016, p. 21)². Trata-se aqui de forças distantes das quais se ouve algo esporadicamente mas que são mantidas escondidas, intangíveis, difíceis de imaginar. Estes ‘nômades’ contemporâneos (ainda que não por vontade própria) “nos lembram de modo irritante, exasperante e horripilante a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e da fragilidade endêmica deste nosso bem-estar que tanto nos custou alcançar” (idem, p.21).

Para Bauman o costume humano é castigar os mensageiros pelos aborrecimentos e tragédias que vieram reportar e assim, ao invés de voltarmos nossas inquietações e críticas (quando não cólera e violência) às causas de tantos deslocamentos e assimetrias, grande parte dos seres humanos da Europa e dos Estados Unidos volta-se contra os migrantes. Deste modo, mostrando-nos o que grande parte do mundo (capitalista) se esforça para esquecer os migrantes em si mesmos são mídias, são mensageiros. Eles nos trazem as notícias distantes e esquecidas, mas suas mensagens são pouco vistas e ouvidas, algo que Bauman irá associar à uma cegueira e surdez moral, conforme veremos adiante. Mas suas mensagens agora, cada vez mais extrapolam os confinamentos e os campos que lhe são destinadas e a precariedade da sua condição nos lembra e nos escancara nossa própria precariedade. A construção de muros ou a invisibilização das condições que levaram seres humanos a migrar ou mesmo a proibição e as restrições aos migrantes e refugiados não irão resolver o problema.

Os migrantes, portanto, demonstram, através de sua presença e de seus constantes deslocamentos, que há paisagens sociais diversas (Appadurai, 2004). Enfrentar as realidades, próximas ou distantes com coragem não significa negá-las, mas compreendê-las em todo o seu processo de construção histórica, implicando-nos na tarefa de colaborar, dialogar e acolher, aprendendo com as diferenças e dificuldades. Como nos alerta Bauman “a humanidade está em crise e não há outra maneira de sair desta crise além da solidariedade entre os seres humanos” (p. 24), possível a partir da fusão de horizontes ao invés da fissão. Evitar o diálogo provoca um silêncio que nasce da exclusão, do desinteresse e da globalização da indiferença. Abrir a porta aos que nela batem representa o início de um diálogo, necessário para compreender não apenas as

² Todas as citações de Bauman foram livremente traduzidas pela autora.
V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

realidades distantes mas o mundo que todos nós estamos construindo diariamente, embora muitas vezes inconscientemente, através da ética do reconhecimento das diferenças.

No segundo capítulo o autor trata da insegurança que está como que a deriva buscando uma âncora, utilizando o conceito de securitização, um termo que recentemente vem sendo sistematicamente utilizado nos discursos políticos e nos meios de comunicação. Securitização define uma reclassificação constante dos significados e dos exemplos do que pode representar insegurança - ainda que esta seja gerada pela precariedade e pela fragmentação, características da condição existencial atual. Desta forma as ameaças assumiriam constantemente novas formas, exigindo uma constante vigilância e repressão por parte dos aparatos de segurança.

Tais demonstrações de força funcionam como truques de um prestidigitador, que deslocam a preocupação dos cidadãos dos problemas que os governos são incapazes de (ou não desejam) resolver para outros problemas como a oferta de empregos e a estabilidade social, além da luta contra o terrorismo. Apresentando informações da atualidade, como a declaração do primeiro ministro da Hungria, Viktor Orbán³, de que “todos os terroristas são imigrantes”, Bauman não apenas demonstra o fenômeno da securitização como também se posiciona histórica e socialmente contra as simplificações políticas e midiáticas que ‘escravizam’ os cérebros transformando os imigrantes em inimigos ou em ameaças aos direitos individuais e à própria nação.

Desta forma a construção de uma imagem que liga imigrantes e refugiados aos medos, inseguranças e ameaças serve como um impulsionador do sentimento nacionalista e fortalece o estado-nação, às custas da negação dos direitos humanos a todos os seres humanos. A rotulação de seres humanos como imigrantes ou refugiados associada aos temores construídos desumaniza-os, tornado possível – para alguns - pensar que sua existência não justifica os mesmos direitos que têm os nacionais, isentando a responsabilidade moral que todos deveríamos compartilhar. Tratar imigrantes e refugiados como “potenciais terroristas” (p.36) os coloca fora do alcance da responsabilidade moral e do espaço de compaixão ao mesmo tempo em que as estatísticas sobre os mortos continuam crescendo.

Segundo Bauman, ao recusar acolher imigrantes e refugiados com as mesmas condições que os nacionais, há três graves consequências que acabam por beneficiar os recrutadores dos

³ Orban teve sua aprovação aumentada entre a população da Hungria de 68% para 87% após a construção de uma vala de 4 metros ao longo de 176 km de fronteira com a Sérvia e de criminalizar a imigração indocumentada. Disponível em: http://www.elconfidencial.com/mundo/2015-11-23/viktor-orban-atentados-paris-terroristas-inmigrantes_1104990/.

V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

grupos terroristas. A primeira delas, desencadeada pelo anti-islamismo, fortalece os grupos terroristas que se aproveitam deste *apartheid* e do desenraizamento territorial, social e cultural para apresentarem-se como possibilidade de inserção, pertencimento e empoderamento social, criando assim uma espécie de ‘guerra santa’. A segunda advém do fato de que quanto piores as condições de vida dos imigrantes e mais reduzidas as possibilidades de encontros interculturais - sob a lógica de que evitando o diálogo, o conflito seria evitado - impede-se a compreensão das diferenças entre diferentes, reduzindo ainda mais as possibilidades de inserção, principalmente para os jovens. A terceira aproveita-se da dinâmica do estigma (Goffman, 1988), de acordo com a qual a separação entre ‘nós’ e os ‘outros’, segrega estes últimos, desumanizando-os e negando-lhes a aceitação e o acolhimento comunitário, golpeando a autoestima pessoal, gerando autodesprezo ou desejo de vingança, quando não há um grupo no qual a identidade possa se fortalecer.

A securitização, portanto, longe de afastar ou resolver as situações de conflito, as potencializa, pois pessoas rechaçadas ou ignoradas socialmente podem sentir-se motivadas a buscar sua ancoragem em outras comunidades, e as organizações terroristas têm sabido aproveitar-se desta necessidade, ainda que isso represente uma verdadeira excepcionalidade entre as populações migrantes. Os meios de comunicação, através da construção da culpabilidade prévia de determinados grupos, ajudam a criar e fortalecer os estigmas e a pseudonecessidade de securitização. Bauman, neste sentido, defende que as maiores armas que o Ocidente pode utilizar contra o terrorismo são a inclusão e a integração social em nosso próprio território, e não apenas no isolamento dos campos de refugiados. Ou seja, é preciso abrir a porta e acolher.

No terceiro capítulo, Bauman explora o “espectro do ‘homem forte’ (ou da ‘mulher forte’) [...] esse fantasma – que, no caso particular, se disfarçou de Donald Trump, se bem que sabemos que pode adotar muitos variados avatares locais ou nacionais” (p. 47)⁴, em outros tempos e espaços, eleitos e exaltados por uma população precarizada, temente de perder seus empregos e seu ritmo de consumo, e que é politicamente mobilizada para a defesa do racismo, do nacionalismo e da expulsão de imigrantes em troca da promessa do crescimento econômico e do fortalecimento do Estado Nacional. Bauman constrói a noção de ‘medo oficial’, um poder criado pelo homem mas que está além da capacidade humana de opor resistência, tendo sido feito sob medida, demasiadamente humano. E a precarização de origem se expande aos modos de viver a

⁴ Na época em que o livro foi escrito Trump ainda era apenas candidato à presidência dos Estados Unidos da América.

V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

vida, desde a sociedade disciplinar substituída agora pela ‘sociedade de rendimentos’, que classifica as pessoas em termos de sua (auto)suficiência e adequação.

As pessoas que estão no poder e que ele chama de ‘fortes’ atuam como geradoras de medo oficiais e ocupam-se de aumentar a fragmentação social, a incerteza existencial e o próprio medo, que é o que os mantém no poder. Desta forma o “medo cósmico” (p.50) explorado pela religião passa a ser ressignificado pela política, convertendo-se em “medo oficial, o medo a um poder humano que não é de todo humano” (p.51), próprio da sociedade disciplinar ou da “modernidade líquida” (p.56) segundo a terminologia do próprio autor. O sentimento de não adequação a este mundo individualizante aprofunda a segregação e aumenta os níveis de precarização e desestabilização de uma parcela considerável da população. Um outro aspecto é a “erosão da soberania territorial das unidades políticas existentes, causada pelo processo em curso de globalização do poder (...) não acompanhada por uma similar globalização da política (...) o que se traduz em uma grande discordância entre os objetivos da ação e os meios para que esta seja efetiva” (p.59).

Podem resultar desta falta de comunicação entre sociedades modernas e alguns grupos étnicos minoritários a formação de alguns movimentos identitários, como reações para tentar conter as transformações das sociedades modernas, pois a própria urbanidade implica a coexistência com grupos estrangeiros e quando a sociedade ‘desmorona’ a nação aparece como garantia final. Desta forma, o nacionalismo agressivo personificado em um homem ou mulher forte, torna-se possível através do fechamento das portas aos estrangeiros. Entretanto este nacionalismo ignora nossa condição cosmopolita e o fato de que “vivemos já, gostemos ou não, em um planeta ‘cosmopolitizado’ com fronteiras porosas e altamente osmóticas, e caracterizado por uma interdependência universal” (p. 62). Segundo Bauman, falta-nos uma consciência cosmopolita a altura desta condição, bem como as instituições políticas necessárias. As promessas e pretensões dos homens e das mulheres fortes são, portanto, desmentidas pela realidade.

No quarto capítulo, intitulado ‘*juntos y apiñados*’ Bauman demonstra a condição nômade, e portanto migrante, da humanidade desde seus primórdios sobre a Terra. Os grandes deslocamentos do século XXI podem ser pensados como uma atualização dos primeiros grandes deslocamentos humanos que povoaram os atuais continentes. Portanto a representação da chamada ‘crise migratória’ com um fenômeno recente na história da humanidade constitui um discurso alarmista, bem como as respostas sociais e políticas a ela. Segundo Bauman faz apenas

uma “minúscula franja na história” (p. 66) da humanidade que esta aprendeu a viver junto com aqueles que compartilham a mesma língua, território, leis e costumes, o que vem se intensificando nos dois últimos séculos, de modo que real ou virtualmente podemos estar em contato com a maior parte dos habitantes do planeta, compartilhando imagens, modos de pensar, agir e sentir.

Segundo o autor, caminhamos todos, ou já chegamos, a uma bifurcação: o bem-estar cooperativo ou a extinção coletiva. Não há mais terras a ‘descobrir’ ou colonizar, ‘limpando-as’ das populações indígenas. Bauman evoca Kant para tratar da paz perpétua e do direito cosmopolita que corresponde a um direito universal de hospitalidade e que garante que todos os seres humanos têm os mesmos direitos de habitar os mesmos espaços na Terra que os outros.

Sua abordagem aponta para um direito de associação, ainda que preserve a autonomia de estados e nações, que assegure o diálogo e a cooperação, bem como para o previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948. Esta, no seu artigo 1º afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” e no seu artigo 13 dispõe que “1.Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado; 2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”.

Bauman critica a “cegueira moral de inspiração ideológica” (p.73) que de certa forma nos imuniza contra o sofrimento e a humilhação humanas. Assim em contraste com a constante expansão do espaço de interdependência humana se produz atualmente uma retração do que se admite como obrigações morais, com exceção das “tristemente efêmeras explosões carnavalescas de solidariedade e interesse detonadas pelas imagens de sucessivas tragédias espetaculares na interminável saga dos migrantes” (p. 73). A moralidade segue, entretanto, sendo uma propriedade codificada em disputa, da qual muitas pessoas e discursos se apropriam. Para Bauman ser (ou ter) moral, significa:

[...] em essência, conhecer a diferença entre o bem e o mal e [saber] onde traçar a linha que separa um do outro (apesar de só sermos capazes de notar a diferença entre ambos quando os vemos em ação ou quando contemplamos a possibilidade de coloca-los em prática) (p 74-75).

Ou seja, é na relação – e podemos lembrar do pensamento de Marilyn Strathern (2014) para quem as pessoas tem potencial para se relacionarem e estão sempre dentro de uma ou mais matriz(es) de relações - que podemos compreender os limites da ética e assumir (ou não) nossa

responsabilidade moral. Devemos nos responsabilizar “absolutamente, sem limites e sem exceções” (p. 75) pelo bem-estar de todos os outros.

Entretanto, segundo Bauman demonstra com base nos fatos empíricos e através dos discursos políticos de líderes europeus e norte-americanos, a humanidade (ou uma parte dela) tem apresentado a tendência de estabelecer uma fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’, assumindo a responsabilidade (ética) para as questões que nos dizem respeito, mas não para as questões dos outros. Esta ambivalência ou dissonância, que nega a responsabilidade moral em alguns casos, desumaniza uma vasta parcela da população mundial, qualificada como ‘os outros’, tornando possível compreender como a solução para a ‘crise de refugiados e imigrantes’ proposta por muitos políticos possa ser a construção de muros e cercas, ou ainda a criação e a manutenção de campos de refugiados que, através do controle que exercem, mais se parecem com campos de detenção, conforme demonstrou Agier (2006).

Zygmunt Bauman segue nos lembrando de como a política migratória vigente na maior parte do mundo é segregadora, excluindo de suas fronteiras aqueles considerados ‘indesejáveis’ e esquecendo-se assim dos direitos humanos de grande parte da humanidade. Entretanto, tentando demonstrar esperança, ele afirma que ainda existe a possibilidade de que a Europa opte pela primeira das duas opções restantes: criar condições de gerir as migrações a partir da perspectiva dos direitos humanos ou continuar tratando a imigração como um problema e reduzindo cada vez mais os direitos humanos dos migrantes, mantendo-os em permanente estado de insegurança e vulnerabilidade.

Ainda que não seja um livro repleto de citações, Bauman está acompanhado do pensamento e da perspectiva ética de autores como Kant, Hannah Arendt, Michel Agier, entre outros, e enaltece a “elegância lógica de um universo liberado de suas inatas e endêmicas contrações” (p. 91) em que a filosofia se processa, reconhecendo as múltiplas crateras de nossas decisões morais e da própria realidade em si. Estas rupturas tornam-se possíveis quando amparadas na autoridade dos costumes e da maioria.

Appadurai no livro *O medo ao pequeno número*, ao tratar da produtividade social da violência, e de como esta está instaurada como ordem ou paisagem social, menciona que as minorias – bem como maiorias, que emergem a partir do século XVIII, constituem “uma categoria social e demográfica recente e, hoje, elas geram novas preocupações sobre direitos (...) e suscitam novas maneiras de examinar as obrigações dos estados, bem como os limites da

humanidade política, pois pertencem à área cinzenta incômoda situada entre os cidadãos propriamente ditos e a humanidade em geral” (Appadurai, 2009, p.39).

O confinamento de muitos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio em “inumeráveis campos, quilômetros de corredores de passagem, ilhas, plataformas marítimas e até cercados em desertos” (p. 83) - que podem mesmo ser consideradas “prisões de fato” - visa consolidar uma divisão entre nós e os outros, considerados “restos” (p. 82), doentes, invisíveis. Tal estratégia, entretanto, que vem perdurando desde meados do século passado, agora tem se mostrado ineficiente para conter e afastar algumas parcelas destas populações, que vem assim bater a nossa porta.

No último capítulo Bauman trata das raízes do ódio contra aqueles que habitam lugares distantes e nos parecem estranhos. O autor principia mencionando que a nossa experiência relativamente recente de habitar simultaneamente dois mundos diferentes, sendo um real (*offline*) e o outro virtual (*online*) implica em uma menor percepção das fronteiras entre um e outro. Aprendemos a nos movimentarmos com desenvoltura entre um e outro, sem perceber que “não possuem fronteiras claramente marcadas, nem postos de controle migratório, nem guardas de segurança (...), nem agentes de imigração” (p. 93).

Conseguimos, portanto, coexistir em ambos os mundos ao mesmo tempo, apesar de termos a consciência de que estamos coabitando mundos diversos, cada um deles com seus conjuntos de expectativas e regras. No mundo desconectado devemos nos ajustar, negociar deveres e direitos, enquanto no mundo conectado, na maior parte das vezes possuímos o controle das situações. Neste ambiente virtual torna-se muito fácil eliminar o contraditório, o diferente e o indesejável, e assumir a perspectiva de que nada é irreversível ou irreparável. O mundo desconectado é complexo, repleto de heterogeneidades e multiplicidades, ao passo que o mundo *online* tende a ser um ambiente simplificado e pouco controverso, de baixa complexidade e com poucos riscos.

Desta forma Bauman nos lembra que o imperativo categórico da moral entra em confrontação direta com o medo do desconhecido, personificado pela realidade das massas de estrangeiros que vem bater a nossa porta. Estes homens, mulheres e crianças representam o desconhecido e a antítese da simplificação possível no mundo *online*. Segundo ele, portanto, muitos se refugiam neste universo virtual para fugir das complexidades, ambiguidades e contradições do mundo real, preferindo não enxergar e não (re)conhecer a real dimensão humana

envolvida nas questões migratórias, tornando-se desta forma moralmente cegos e surdos. Para o autor, entretanto, a *internet* não é a causa desta cegueira e surdez moral, embora facilite o crescimento deste fenômeno.

A individualização imposta pela sociedade de mercado, definida como “a erosão progressiva dos laços comunitários, que se traduz em vulnerabilidade, volatilidade e por último, no desmantelamento de alguns coletivos integrados” (Bauman, 2016, p. 99), que busca rendimentos individuais e estimula a competição real ou potencial atua como a principal causa desta cegueira e surdez moral. Isso porque coloca antecipadamente o outro sob suspeição, sob a lógica da necessidade de vigilância que pressupõe uma ameaça, dando espaço para um mundo *hobbesiano* de guerra de todos contra todos (p. 100).

O medo reveste-se de muros, de cercas e de vigilâncias nas fronteiras e permite que não nos responsabilizemos por aquilo que consideramos não termos influência ou participação direta. Desta forma torna-se possível definir como fatalidade que botes afundem matando milhares de pessoas e que outras tantas morram vítimas de nossa indiferença, que refugiados e solicitantes de refúgio sejam expulsos ou tenham seus cobertores retirados pela polícia durante as noites parisienses de temperaturas negativas. Mas Bauman não nos perdoa: chamar este drama humano de fatalidade demonstra, além de cegueira e surdez moral, todo o nosso fracasso e ignorância. Os migrantes, principalmente os recém-chegados, assumem a culpa de toda a insegurança e volatilidade da vida que, entretanto, já precedia sua chegada.

Mas o autor aponta como evitar vitimar ainda mais o outro, sugerindo o encontro que produz um diálogo que aspira um entendimento mútuo, que pode ser denominado como um processo de ‘fusão de horizontes’ (p. 102) e representa a construção de horizontes comuns, a partir do reconhecimento da universalidade dos direitos humanos, sem exceções.

A conversação seria, portanto, a via direta para o “entendimento mútuo, a consideração recíproca e, em último termo, o acordo” (p.103), o que não a torna fácil ou simples, mas inevitável, além de mutuamente benéfica e cooperativa, ultrapassando fronteiras e estabelecendo novas pontes.

Bauman conclui sugerindo que a ‘crise migratória’ é o resultado de nossa dificuldade de comunicação, de diálogo e de conversação, de nossa incapacidade de perceber o outro como legítimo detentor dos mesmos direitos que nós, sendo, portanto, um sintoma do modo como construímos relações assimétricas, barreiras e muros ao invés de relações simétricas, pontes e

caminhos. Sua sugestão neste seu último livro é de que façamos a escolha de abrir a porta aos que estão batendo para escutar suas mensagens e dialogar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ts/article/view/12521/14298>>. Acesso em: 28 feb. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200010>.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

_____. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

_____. *Extranós llamando a la puerta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1988.

MAUSS, Marcel. [1923-1924] *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify. 2013.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Genebra, 1948. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify. 2014.

Recebido em: 28 de fev. 2016

Aceito em: 22 de abr. 2017



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

ENTREVISTA

CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ENQUANTO SUBCAMPO DE PESQUISA:

uma entrevista com **Anita Handfas**

Entrevistador: *Cristiano das Neves Bodart*¹

Anita Handfas é graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também cursou Mestrado em Educação, e doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Desde 2005 atua como professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estando vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Handfas é coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes - LabES, desenvolvendo ali pesquisas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica e sobre a formação do professor de Sociologia. Na presente edição da Revista Café com Sociologia temos o prazer trazer uma entrevista com essa pesquisadora que dispensa apresentações no interior da comunidade acadêmica que se dedica a pensar o ensino de Ciências Sociais.

Revista Café com Sociologia: Poderia, em linhas gerais, nos explicar a relação entre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e a constituição da Sociologia como disciplina escolar?

Anita Handfas: Esta é uma relação bastante contraditória. Se tomarmos o fato de que a sociologia esteve presente nos currículos do ensino secundário antes mesmo da criação dos cursos superiores em Ciências Sociais no Brasil, já temos um índice que revela o quanto essa relação é complexa e,

¹ Doutor em Sociologia (USP), professor adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais dessa mesma instituição. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

por conseguinte carente de uma análise e entendimento que, em meu modo de ver, ultrapassam a constatação de sua intermitência, caracterizada por períodos de ausência e de presença no currículo. Digo isso, porque nas pesquisas que temos desenvolvido no campo do ensino de sociologia, prevalece uma tendência em compreender a trajetória do ensino de sociologia no ensino secundário, tendo em vista as reformas educacionais de um longo período que vai desde a reforma Benjamim Constant até a lei 11.684/08. Já salientei em outros trabalhos que essa perspectiva pode acabar deixando de fora elementos importantes para um entendimento mais preciso da constituição da sociologia como disciplina escolar. Ou seja, entendo que essa compreensão passa necessariamente por estabelecermos a relação entre a história das ciências sociais no Brasil e a constituição da sociologia como disciplina escolar. Nessa direção, desenvolvemos no LabES uma série de estudos para aprofundar o conhecimento da trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, buscando identificar elementos que nos indicassem possíveis conexões da trajetória da disciplina escolar sociologia em meio ao contexto político-acadêmico-institucional de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

Para tanto, recorreremos à literatura que trata da história das ciências sociais no Brasil e nos deparamos com poucas menções e referências à sociologia como componente curricular no ensino secundário. Em verdade, isso tem a ver com a própria periodização que esses autores apresentam na trajetória de institucionalização das ciências sociais, oscilando entre aqueles autores que consideram a contribuição de intelectuais não especializados e, portanto se utilizavam de referências na literatura, direito, etc., e aqueles intelectuais cujo pensamento social sobre o Brasil se assentava em bases científicas mais sólidas. Em outras palavras, haveria uma fase pré-científica, praticada, sobretudo por autodidatas, e outra, científica, consolidada principalmente a partir da criação dos cursos superiores. Como sabemos os primeiros esforços de sistematização da sociologia no ensino secundário, por meio dos cursos secundários e também dos primeiros manuais de sociologia, foram praticados por autodidatas, dessa forma, se seguirmos as indicações desses autores que estudam a história das ciências sociais no Brasil, as circunstâncias dadas à sociologia, no contexto em que ela surge pela primeira vez como disciplina escolar no ensino secundário, estariam circunscritas ao período considerado por esses autores como sendo pré-científico. É claro que em meio à controvérsia de quando seriam consideradas a *fundação* e a *institucionalização* das ciências sociais no Brasil, esses autores demarcam períodos em que o ensino da sociologia nas escolas secundárias é considerado. E mesmo que com algumas variações, de um modo geral, este é sempre considerado como um período que antecede àquela fase em que as ciências sociais teriam

entrado no patamar de trabalho intelectual guiado por padrões científicos (a partir da década de 1940).

Não é possível nesse espaço desenvolver todas as ideias apresentadas pelos autores que se ocuparam de investigar a trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, porém, é importante destacar que essa perspectiva de ruptura entre uma fase pré-científica e científica é contestada por outros autores, na medida em que para eles não se pode desprezar as contribuições anteriores, sob pena de achar que as ciências sociais surgiram sem qualquer elo com o passado. É como se qualquer produção antes do “corte” entre o período pré-científico e o período científico fosse irrelevante para a evolução e o progresso das ciências sociais. Nessa direção, ressurgem nesse debate autores como Florestan Fernandes e Otavio Ianni em seus escritos da década de 1990 que retomam uma perspectiva de valorização do ensaísmo, ou da imaginação sociológica e de uma produção mais engajada ideologicamente. Nesse quadro, podemos pensar, por exemplo, na sociologia que vem sendo praticada nas milhares de escolas brasileiras de nível médio, que por meio do trabalho pedagógico do professor de tradução do conhecimento científico das ciências sociais para o conhecimento escolar, faz chegar o conhecimento sociológico a milhões de estudantes do ensino médio. Penso que isso não é pouco e deveria ser seriamente considerado pela comunidade científica das ciências sociais.

Enfim, penso que para nós estudiosos do campo, esse caminho pode ser interessante não só para compreender o lugar da sociologia na educação básica na longa trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, como para reivindicar a sua importância.

Revista Café com Sociologia: De acordo com uma de suas pesquisas, o ensino de Sociologia é um objeto de estudo recente na pós-graduação. Quais teriam sido as primeiras motivações para o “despertar do interesse” dos pós-graduandos, orientadores e dos programas?

Anita Handfas: Há algum tempo que já temos levantado a produção do conhecimento sobre o ensino de sociologia na educação básica, justamente por percebemos que a tendência de crescimento dessa produção impôs a necessidade de inventaria-la e mais ainda, fazer uma espécie de radiografia do campo, ou sub-campo, como alguns tem chamado. O levantamento mais recente que realizei deu conta de 93 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado apresentadas principalmente em programas de pós-graduação em ciências sociais/sociologia e educação, de 1993 até 2016. Isso sem falar de artigos publicados em revistas especializadas e

dossiês sobre a temática que também já vem sendo levantados por inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado. Ou seja, só esse movimento de buscar conhecer essa produção, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo já indica que estamos diante de um quadro de ascensão do campo no sentido de uma produção acadêmica mais sistematizada. Nesse levantamento do estado da arte que tenho realizado procuro entender os motivos desse crescente interesse pela temática e ainda que seja preciso aprofundar a investigação dos diversos fatores que podem explicar esse crescimento, assinalo um conjunto de acontecimentos conjunturais e ações relacionadas às políticas públicas educacionais que juntos podem ser a causa do crescimento do interesse pela temática. Vejamos alguns desses eventos: do ponto de vista político, já conhecemos de forma exaustiva a mobilização e luta mais recentes, a partir da década de 1980, culminando com as conquistas, ainda que parciais, vindas da LDB (1996), que ocorreram, tanto à nível nacional, como à nível dos estados. Essa mobilização foi notável e já há também algumas pesquisas de mestrado que mostram a diversidade de circunstâncias e lutas que praticamente todos os estados da federação mantiveram nesse longo período de retomada da sociologia nos currículos do ensino médio. Penso que esse fenômeno é algo que precisa ser mais investigado, no sentido de compreendermos de forma mais objetiva os interesses em torno do retorno da sociologia no currículo, assim como as disputas em torno das concepções do papel da sociologia na formação do estudante do ensino médio. De todo modo, me parece que essa dinâmica mais ou menos longa, que acabou culminando com a legislação de 2008 que tornou a disciplina obrigatória nas três séries do ensino médio, acabou por criar um ambiente favorável e interessante para a pesquisa sobre o tema. Afinal, na esteira desses acontecimentos, temos uma ampliação significativa de concursos para professores de sociologia e, por conseguinte, quadros docentes atuando no ensino de sociologia nas escolas básicas, o que certamente pode ter aproximado esses docentes das questões concernentes ao ensino de sociologia na educação básica.

Do ponto de vista acadêmico, a lei 11.684/08 também causou impacto, com a aceleração do crescimento dos cursos de licenciatura em ciências sociais. Refiro-me aqui especificamente às instituições públicas, pois são as que considero possuírem compromisso ético, político e pedagógico com a formação docente (não quero dizer que não existam instituições superiores de ensino privadas que também formam bons professores, mas sabemos bem como a maioria das instituições privadas recolhem grandes lucros com a mercadorização da educação e da formação docente, em particular). É possível que a criação dos cursos de licenciatura possa ter criado uma nova dinâmica institucional e acadêmica nos cursos de graduação em ciências sociais que tiveram

que tomar para si a responsabilidade com a formação do professor de sociologia. E é possível também que nesse processo muitos estudantes de licenciatura e de bacharelado venham tendo mais oportunidade de se aproximar dessa temática. Dou como exemplo o próprio LabES que abriga em seu interior diversos estudantes de graduação, oriundos tanto da licenciatura como do bacharelado, interessados em discutir a temática.

Ainda do ponto de vista acadêmico, não podemos deixar de citar o lugar que o tema ensino de sociologia na educação básica foi ocupando nos espaços institucionais, como a SBS, a Anpocs, a ABA e até mesmo a ABCP, ainda que com suas diferenças de inserção. Nessa mesma direção, um aspecto que considero decisivo para o crescente interesse na pesquisa sobre o tema são os espaços próprios de divulgação de pesquisas, discussões e trocas de experiências. Refiro-me ao ENESEB que em nível nacional tem sido um importante espaço de reflexão, mas também temos a criação da ABECS em 2013 e um conjunto de eventos estaduais que reúnem professores e estudantes envolvidos diretamente com a temática. Considero esses eventos fundamentais para o estímulo à pesquisa e talvez seja por isso que vários de nosso colegas já vem considerando este conjunto de iniciativas nacional e estaduais como um espaço próprio de formação de um *sub-campo*, no interior do campo das ciências sociais.

Do ponto de vista das políticas públicas, cito apenas dois importantes programas: o PIBID que sem dúvida nenhuma tem criado um terreno fértil de enfrentamento das questões relacionadas à formação do professor de sociologia e por sua natureza teórica-prática tem atraído centenas de jovens licenciandos que se veem cada vez mais animados e atraídos pela possibilidade de atuar como docentes, mas também desenvolver pesquisas sobre o tema. Outro programa muito relevante é o PNLD que trouxe a sociologia para dentro de uma política pública educacional que mobiliza cifras significativas de recursos financeiros, mobilizando uma gama de agentes, entre editoras, autores de livros, universidades, escolas básicas, professores, estudantes e governo. Certamente, do ponto de vista da disciplina escolar, a sociologia ganhou visibilidade e legitimidade no terreno do currículo, o que pode também contribuir para um maior interesse pelo tema.

Enfim, acredito que esse conjunto de acontecimentos e ações vem contribuindo com o crescimento desse interesse pela pesquisa sobre o ensino de sociologia, mas ressalto que é preciso investigar mais a fundo cada um desses processos para sabermos se esses são de fato os motivos. Nesse sentido, gostaria apenas de ressaltar uma pesquisa que minha bolsista de Iniciação Científica Izabella Carvalho tem desenvolvido sobre o perfil dos pesquisadores que fizeram suas

pesquisas de mestrado sobre o tema e nesse momento já é possível afirmar que o envolvimento desses pesquisadores ao longo da graduação em laboratórios de pesquisa, assim como a participação em programas como o PIBID foram aspectos que contribuíram para a escolha do tema de pesquisa.

Revista Café com Sociologia: Quais foram os fatores mais importantes para o início de uma constituição do subcampo de pesquisa em torno do ensino da Sociologia escolar?

Anita Handfas: Bem, inicialmente, acho que é preciso pensar atentamente sobre essa conceituação de *subcampo*, tal como propõe Bourdieu, pois me parece ser a partir dessa acepção que alguns pesquisadores têm proposto pensar o espaço que temos constituído em torno do tema ensino de sociologia na educação básica. Não estou totalmente certa se podemos falar em subcampo. O conceito de *subcampo* pode sim nos ajudar a pensar numa certa luta de forças e disputas por prestígio no interior do *campo* científico das ciências sociais, mas será que nos ajuda quando pensamos nas questões epistemológicas que envolvem nossos estudos e pesquisas? Ou seja, o que tenho percebido na minha pesquisa sobre o estado da arte da produção acadêmica sobre o ensino de sociologia na educação básica é que ainda estamos carentes de referenciais teóricos próprios para operar com as questões que afetam nosso tema de pesquisa e mais, diria que nossas referências transitam entre a pesquisa educacional e a pesquisa sociológica, tendendo mais para a primeira, o que poderia indicar uma sociologia da educação. Exatamente por isso, penso que a afirmação de nosso objeto de estudo passa também pelo seu lugar no *campo* das ciências sociais. Enfim, essas são apenas reflexões, tendo em vista a provocação da pergunta, mas indo direto ao ponto penso que os principais fatores que propiciaram a criação de um *espaço* próprio de acúmulo de reflexão, discussão, estudos, pesquisas e ações foram aqueles já levantados na pergunta anterior a esta. Ou seja, tivemos ao longo de um processo que vai desde o período de democratização do país, na década de 1980, passando pelas lutas mais localizadas em cada estado pelo retorno da sociologia ao ensino médio e chegando aos anos 2000 com um acúmulo de experiências que acabou por conformar certa organicidade a esse espaço, no sentido de imprimir uma dinâmica muito interessante de debates, estudos, práticas pedagógicas e um conjunto de iniciativas criativas em torno do tema.

Revista Café com Sociologia: Os anos de 1990 e 2000 foram marcados pela militância em prol da introdução da Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileiro. Essa militância não afetou de alguma forma - ou ainda afeta – a produção científica em torno do ensino de Sociologia?

Anita Handfas: Essa é uma pergunta interessante e que eu sinceramente não tenho uma resposta segura. Se pensarmos à primeira vista, a resposta poderia ser sim, a militância teria sido importante para o incremento da produção científica em torno do ensino de sociologia. Porém, examinando com mais vagar, me parece complicado estabelecer uma relação tão direta entre a militância em torno da bandeira da sociologia na escola básica e o interesse acadêmico pela temática. Acho que há aí muito mais conexões que devem ser levadas em conta, até porque sabemos que a militância em torno da bandeira pelo retorno da sociologia no ensino médio foi vigorosa, mas não necessariamente ampla do ponto de vista quantitativo. Ao contrário, foi uma mobilização que ficou restrita, na maioria dos casos, a parcelas de professores universitários, principalmente os que eram ou são responsáveis pela disciplina de metodologia e prática do ensino de sociologia e estudantes de graduação em ciências sociais, mobilizados por associações e sindicatos representativos. Sem dúvida, essa mobilização foi muito importante do ponto de vista político, alcançando vitórias, mas acho que já em meados da década de 2000, passamos a um novo patamar em função de um conjunto de eventos e ações que já mencionei em outro momento da entrevista que poderia ser muito mais caracterizado por uma militância acadêmica do que propriamente política. Ou seja, acho que na medida em que a produção acadêmica vai crescendo e nosso espaço ganhando mais organicidade, parece que cria-se uma dinâmica que acaba por animar os participantes desses espaços no sentido de abraçar a causa do ensino de sociologia no ensino médio, isso que chamo de uma militância acadêmica.

A pesquisa de perfil dos pesquisadores realizada no LabES também indica uma série de outras motivações apresentadas pelos entrevistados quando perguntados sobre o que os teria motivado a pesquisar essa temática: a iniciação científica pesquisando o tema, a participação em programas como o PIBID e a atuação no magistério foram alguns dos motivos que os levaram a pesquisar o tema no mestrado.

Revista Café com Sociologia: Há indicações de mudanças de comportamentos ou tendências recentes nos estudos em torno da Sociologia escolar?

Anita Handfas: Sim. A análise das dissertações de mestrado indica que não só as temáticas ou os enfoques se diversificaram, como também é possível perceber que já detemos um conhecimento mais sistematizado sobre o ensino de sociologia na educação básica. Uma mirada nas dissertações mostra que nos anos 1990 o enfoque das pesquisas recaiu mais sobre a história da disciplina. Já nos anos 2000, as experiências didáticas, seguidas das percepções de alunos e professores sobre a disciplina sociologia foram o foco das pesquisas. Por fim, encontramos pesquisas que buscaram investigar o currículo de sociologia, na dimensão epistemológica da disciplina escolar, incluindo aí a análise de livros didáticos que tem despertado cada vez mais interesse. Outro enfoque que tem surgido mais recentemente são as pesquisas que tem analisado os processos políticos de mobilização pelo retorno da sociologia no ensino médio, ocorrido na década de 1980.

Revista Café com Sociologia: Temos presenciado um crescente volume de pesquisas sobre o ensino de Sociologia, seja em formato de teses, dissertações, artigos e livros. É possível identificar perspectivas ou correntes teóricas com maior influência nos estudos sobre ensino de Sociologia escolar no Brasil?

Anita Handfas: De certa forma, já fiz menção à questão teórica em outra pergunta, quando disse que identifico nas dissertações certa indefinição de referenciais que oscilam entre a pesquisa educacional e a pesquisa sociológica. Ao mesmo tempo, há que se destacar que ainda temos uma forte tendência aos estudos empíricos, sem que necessariamente sejam feitas as devidas conexões com a reflexão teórica. Isto ainda é uma lacuna desse campo de estudos. Não que isso signifique que nossas pesquisas não tenham relevância acadêmica, ao contrário, muitas dissertações produzem dados e informações imprescindíveis para o conhecimento do campo, mas a meu ver, ainda precisamos avançar no sentido de pensar em referenciais teóricos que possam nos auxiliar a compreender de forma mais sistemática o nosso objeto de estudo. Saliento, porém, que observo que temos avançado nesse caminho, exemplo disso são os trabalhos apresentados no GT Ensino de Sociologia da SBS (2017). Tive a oportunidade de assistir trabalhos oriundos de pesquisas muito interessantes e originais.

Revista Café com Sociologia: Podemos dizer que temos hoje um subcampo de pesquisa consolidado?

Anita Handfas: Acho que já venho respondendo essa pergunta ao longo da entrevista e sendo coerente com tudo o que tenho dito, sim, acho que hoje temos um *subcampo* consolidado, desde que pensado de forma geral. No entanto, acho que é preciso ver as particularidades desse processo. Do ponto de vista acadêmico, não resta dúvida de que atingimos um patamar muito interessante e rico de discussões e trocas de experiência. Como já citei, espaços como a SBS, ENESEB, ABECS e tantos outros têm conferido uma organicidade ao *subcampo*. Ao mesmo tempo, o crescimento da produção acadêmica, seja por meio de teses e dissertações, mas também pelo crescimento de artigos publicados em revistas e dossiês temáticos mostra que há um conhecimento circulando entre os pares, o que também é muito importante para a consolidação desse *sub-campo*. Mas, se olharmos para a relação entre esse sub-campo e o campo das ciências sociais, vamos ver que toda essa consolidação tem se dado à margem do campo científico das ciências sociais, e nesse sentido, não temos conseguido quebrar as barreiras existentes, por exemplo, na falta de prestígio que a sociologia no ensino médio tem no campo científico das ciências sociais. Por outro lado, diante da conjuntura de incertezas nas políticas curriculares do ensino médio, é de se perguntar até que ponto a instabilidade que a disciplina escolar sociologia poderá vir a enfrentar no currículo trará impactos na consolidação do campo.

Revista Café com Sociologia: Quais os principais avanços na prática do ensino de Sociologia desde sua reintrodução obrigatória, em 2008? Quais os principais – e mais urgentes - problemas que precisam ser superados?

Anita Handfas: As práticas do ensino de sociologia acumulam hoje um repertório significativo de experiências didáticas, práticas pedagógicas e recursos didáticos. Isso significa que a questão da mediação didática necessária para os estudantes do ensino médio, quando o professor ou a professora realizam a transposição do conhecimento científico para o conhecimento escolar, tem tido avanços significativos. Isso se dá por meio de iniciativas criativas nas práticas do ensino de sociologia. Percebemos isso claramente nos eventos da área, principalmente nas oficinas pedagógicas que tem o objetivo de compartilhar esse conjunto de experiências docentes. Certamente, o PIBID é um espaço por meio do qual muito temos conseguido avançar, seja na elaboração dos mais diversos materiais didáticos, seja nas formas criativas e interessantes que os professores têm conseguido criar na mediação didática. Isso tudo também tem a ver com o currículo, ou com a estabilidade da disciplina escolar, ou seja, essa estabilidade só se dá justamente

porque hoje a área já alcançou alguns consensos do que ensinar, quais conteúdos e temáticas são indispensáveis de serem tratadas em sala de aula e é claro que essa convergência de objetivos favorece as práticas do ensino da disciplina. Outro fator importante e que mostra também esse avanço são os livros didáticos que talvez sejam os recursos que mais se aproximam de uma mediação didática desejada para o ensino médio. Se esse quadro é favorável do ponto de vista das práticas pedagógicas, não podemos deixar de tocar na questão da formação do professor de sociologia, ou melhor, dos cursos de licenciatura que oferecem formação inicial para os professores. Penso que este ainda é um sério problema a ser enfrentado, tanto do ponto de vista da dicotomia que ainda persiste na relação conflituosa entre bacharelado e licenciatura, quanto nos próprios currículos dos cursos de licenciatura que ainda não conseguiram equacionar o problema da relação entre teoria e prática, isso sem falar dos docentes que atuam nesses cursos, que na maioria das vezes não tem qualquer relação com a escola básica e acabam por direcionar suas aulas, sem considerar a especificidade do curso de licenciatura. E me refiro especificamente às instituições públicas de ensino superior, ou seja, as que consideramos as melhores instituições que podem ofertar uma formação de professores comprometida com a melhoria da qualidade de ensino da escola pública. Agora, se ampliarmos esse horizonte e considerarmos as instituições privadas, aí o problema é gravíssimo, tendo em vista os interesses mercadológicos pelos quais a maioria dessas instituições opera. Temos um exemplo bem atual que demonstra isso. O Ministério da Educação acaba de promulgar a lei 13.478, de 30 de agosto de 2017 que altera a LDB para estabelecer direitos de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado. Isso significa que as instituições de ensino superior que oferecem cursos de pedagogia e demais licenciaturas deverão estabelecer formas diferenciadas de acesso aos professores das redes públicas de ensino que tenham pelo menos três anos de atuação no magistério e não possuem diploma de graduação poderão acessar o curso superior por meio de um processo seletivo diferenciado, é como se fosse uma espécie de cotas para professores da escola pública. Bem, particularmente, avalio que essa solução poderia até ser interessante se considerássemos somente as instituições públicas de ensino, entretanto o problema se torna muito preocupante, pois sabemos o que isso pode representar para as instituições privadas de ensino que ganham aí mais um incentivo do MEC para ampliar sem qualquer critério de rigor acadêmico o número de vagas para as licenciaturas, incluindo aí o ensino à distância. Me parece que aí estaremos diante do aprofundamento da precarização da formação docente e por conseguinte, das práticas pedagógicas do professor.

Revista Café com Sociologia: Em linhas gerais, em sua opinião, quais as perspectivas para esse subcampo de pesquisa e para a presença e prática da Sociologia no Ensino Médio?

Anita Handfas: Estamos em meio a uma conjuntura de intenso retrocesso nas áreas social, de saúde, trabalhista e da educação que visam unicamente aprofundar a exploração do trabalhador e atender os interesses do capital financeiro internacional, e isso se refere também à educação, em que temos grandes grupos financeiros buscando avançar e ganhar espaço por meio de diferentes ações educacionais. Então, na educação, temos a recente reforma do ensino médio que, se levada a cabo, vai retomar a ideia de uma escola pública voltada para as classes médias e outra para a classe trabalhadora. Isso se manifesta num currículo que quer impedir que o estudante do ensino médio tenha acesso ao conhecimento das diversas áreas de conhecimento responsáveis pela sua formação como indivíduo. Para além do impacto que a escola sofrerá com a reforma, temos a situação particular da sociologia que tudo indica encontra nesse momento sua presença ameaçada. Ainda temos que aguardar a BNCC, mas pelo que temos acompanhado, existem inúmeras pressões dos mais variados setores políticos, cujos interesses em muitos casos, se coadunam com setores da igreja católica e de diversas igrejas protestantes. Refiro-me ao movimento Escola sem Partido que tem promovido uma verdadeira cruzada reacionária entre os estudantes, especialmente os jovens do ensino médio, e seus familiares. Nessa disputa, a sociologia é uma das disciplinas que tem sofrido vários ataques, justamente porque cabe a ela o tratamento de temas como gênero, religiosidade, etc. Não é possível ainda avaliar em que medida todo esse contexto vai impactar o que temos conquistado e acumulado em termos de produção de conhecimento sobre o ensino de sociologia, práticas pedagógicas e debates sobre as diversas dimensões concernentes ao ensino à formação do professor de sociologia. Uma coisa é certa, será preciso buscar ações firmes de mobilização e luta que no meu entender, ultrapassam a defesa pela manutenção da sociologia no ensino médio, mas trata-se mesmo da luta em defesa da escola pública que se vê bastante ameaçada nesse momento. Vejo que a luta pela manutenção da sociologia no currículo da escola básica passa necessariamente pela afirmação de uma educação pública e referenciada socialmente na maioria da população trabalhadora brasileira.

Revista Café com Sociologia: Em nome do conselho editorial, agradeço pela entrevista.